

RELATÓRIO FINAL DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Salvador – BA, 4 a 9 de março de 2004*

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	4
ATAS	
PLENÁRIA DE ABERTURA	14
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	15
Anexos	
Pauta e Cronograma	17
Regimento do 23º CONGRESSO	18
PLENÁRIA INICIAL - Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura	27
PLENÁRIA DO TEMA I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos	28
PLENÁRIA DO TEMA II - Questões Organizativas e Financeiras	70
PLENÁRIA DO TEMA III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe.	88
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	103
Anexos	
Carta de Salvador	105
Moções	107
RESOLUÇÕES	
TEMA I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos	
Eixos do Plano Geral de Lutas	119
Bandeiras de Luta	121
Plano Geral de Lutas	122
Plano de Lutas do Setor das IEES	132
Plano de Lutas do Setor das IFES	133
Plano de Lutas do Setor das IPES	136
TEMA II – Questões Organizativas e Financeiras	
Alteração Estatutária	140
Fundo de Solidaridade	141
Participação das Seções Sindicais com menos de 100 sindicalizados em rateios de CONAD e Congressos.	141
Homologação de Criação de Seção Sindical	142
Prestação de Contas do 47º CONAD	146
Regimento Eleitoral – eleições da Diretoria do ANDES-SN, biênio 2004/2006	147

Sede do 24º CONGRESSO	160
Inscrições nos Grupos de Trabalho	160
TEMA III - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe	
Etnia, Gênero e Classe	163
Política e Formação Sindical	164
Menoridade Penal	164
Textos de Resolução remetidos ao GTEGC	165
Textos de Resolução remetidos ao GTPFS	166
Textos de Resolução remetidos ao 48º CONAD	168
RATEIO	179
CADERNO DE TEXTOS	183
ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS	339
TEXTOS AVULSOS	436

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 23º CONGRESSO

Nº	NOME	AD SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Luiz Carlos Galetti	ADUFMAT	F
002	Célia Alves Borges	ADUFMAT	F
003	Dirceu Grasel	ADUFMAT	F
004	José Ricardo de Souza	ADUFMAT	F
005	Liliane Capilé Charbel Novais	ADUFMAT	F
006	Mara Rosa Gil Hernandez	ADUFMAT	F
007	Marluce Souza e Silva	ADUFMAT	F
008	Tomás Aquino Boaventura	ADUFMAT	F
009	Roberto Boaventura da Silva Sá	ADUFMAT	F
010	Francisco Eugênio Musiello Neto	APUG	M
011	Sérgio Ricardo de Souza	SINDCEFET-MG	F
012	Fábia Barbosa Heluy	SINDCEFET-MG	F
013	Fausto de Camargo Júnior	SINDCEFET-MG	F
014	Tatiana Leal Barros	SINDCEFET-MG	F
015	Cícera Vanessa Maia	SINDCEFET-MG	F
016	João Francisco de Almeida Vítor	SINDCEFET-MG	F
017	Milton Vieira do Prado Júnior	ADUNESP	E
018	Wilson Manzoli Júnior	ADUNESP	E
019	Vandei Pinto da Silva	ADUNESP	E
020	Sueli Guadalupe de Lima Mendonça	ADUNESP	E
021	Maria Valéria Barbosa Veríssimo	ADUNESP	E
022	Carlos Alberto Anaruma	ADUNESP	E
023	Ranah Manezenco Silva	ASPUV	F
024	Aloízio Soares Ferreira	ASPUV	F
025	Dileno Dustan Lucas de Souza	ASPUV	F
026	João Augusto Alves Meira Neto	ASPUV	F
027	Renata Maria Strozi Alves Meira	ASPUV	F
028	Irenilda de Souza Lima	ADUFERPE	F
029	Hélio Cabral Lima	ADUFERPE	F
030	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
031	Maria de Fátima Massena de Melo	ADUFERPE	F
032	Jadson Augusto de Almeida da Silva	ADUFERPE	F
033	Cláudio Augusto G. da Câmara	ADUFERPE	F
034	Joseneide Maria Custódio de Andrade	ADUFERPE	F
035	Antônio da Silva Câmara	APUB	F
036	Lana Bleicher	APUB	F
037	Maria Inês Corrêa Marques	APUB	F
038	Eduardo José Farias Borges dos Reis	APUB	F
039	Ângela Maria Carvalho Pontes	APUB	F
040	Betty Malin	APUB	F
041	José Antônio Saja Ramos N. Santos	APUB	F
042	Lúcia Fernandes Lobato	APUB	F
043	Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	APUB	F
044	Antônio Eduardo Alves de Oliveira	APUB	F
045	Francisco José Duarte Santana	APUB	F
046	Joviniano Soares de Carvalho Neto	APUB	F
047	Paulo Marcos Borges Rizzo	APUFSC	F
048	Marcelo Tragtenberg	APUFSC	F

049	Lino Bragança Peres	APUFSC	F
050	Clarilton Ribas	APUFSC	F
051	Paulo Pinheiro Machado	APUFSC	F
052	Magaly Medonça	APUFSC	F
053	Bartira Grandi	APUFSC	F
054	Maria Odete Santos	APUFSC	F
055	Carlos Henrique Lemos Soares	APUFSC	F
056	Félix Quispe Gómez	APUFSC	F
057	Maria da Graça Bollmann	APUFSC	F
058	Líria Maria Bettiol	APESFUNEC	M
059	Rosendo Freitas de Amorim	ADUNIFOR	P
060	Paulo Antônio Cresciulo de Almeida	ADUFF	F
061	José Rapahel Bokehi	ADUFF	F
062	Juarez Torres Duayer	ADUFF	F
063	Eliane Monteiro	ADUFF	F
064	Adriana Facina Gurgel do Amaral	ADUFF	F
065	Julio Carlos Figueiredo	ADUFF	F
066	Marina Barbosa Pinto	ADUFF	F
067	Marcelo Badaró Mattos	ADUFF	F
068	Sônia Lucio Rodrigues de Lima	ADUFF	F
069	Selma Rodrigues de Castilho	ADUFF	F
070	Waldyr Lins de Castro	ADUFF	F
071	André Elias Fidelis Feitosa	ADUFF	F
072	José Maria Andrade Barbosa	ADUFEPE	F
073	Simone Sette Lopes Lafayette	ADUFEPE	F
074	José Sérgio Antunes Sette	ADUFEPE	F
075	Marcelo Barreto Cavalcanti	ADUFEPE	F
076	Edvaldo Rafael Leite	ADUFEPE	F
077	Rosa Cristina Santiago	ADUFEPE	F
078	Valdilene Pereira Viana	ADUFEPE	F
079	Humberto Dória Silva	ADUFEPE	F
080	David Wallace Cavalcante da Silva	ADUFEPE	F
081	Evson Malaquias de Moraes Santos	ADUFEPE	F
082	Althen Teixeira Filho	ADUFFPel	F
083	Fabiane Tejada da Silveira	ADUFFPel	F
084	Afra Suelene de Sousa	ADUFFPel	F
085	Henrique Andrade Furtado de Mendonça	ADUFFPel	F
086	Margarete Muller Vieira	ADUFFPel	F
087	Regina Helena Rodrigues Gonçalves	ADUFFPel	F
088	Elaine da Silva Neves	ADUFFPel	F
089	Denise Calisto Bongalhardo	ADUFFPel	F
090	Cristina Helena Moreira Verneti	ADUFFPel	F
091	Paulo Antônio de Oliveira Gomes	ADUFU	F
092	Bento Itamar Borges	ADUFU	F
093	Aparecida Monteiro de França	ADUFU	F
094	Solange Bretas	ADUFU	F
095	Maria Alice Vieira	ADUFU	F
096	Viviane Moreira Ferreira	ADUFU	F
097	Nilza Alves de Oliveira	ADUFU	F
098	Euclides Honório de Araújo	ADUFU	F
099	Luiz Caetano de Salles	ADUFU	F
100	Maria Lúcia de Araújo Leopoldo	APESJF	F
101	Joacir Teixeira de Melo	APESJF	F

102	Márcio Antônio de Oliveira	APESJF	F
103	Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho	APESJF	F
104	Álvaro de Azevedo Quelhas	APESJF	F
105	Girlene Alves da Silva	APESJF	F
106	Juanito Alexandre de Castro	APESJF	F
107	Petrônio Barros Ribeiro de Jesus	APESJF	F
108	Méri Rosane Santos da Silva	APROFURG	F
109	Celso Luís Lopes Rodrigues	APROFURG	F
110	Oswaldo Casares Pinto	APROFURG	F
111	Ângelo Fortini Maffissoni	APROFURG	F
112	Manoel Luís Martins da Cruz	APROFURG	F
113	Paulo César Marques da Silva	ADUnB	F
114	Rodrigo de Souza Dantas M. Pinto	ADUnB	F
115	Alejandra Leonor Pascual	ADUnB	F
116	Hélvia Leite Cruz	ADUnB	F
117	Graciela Nora Doz de Carvalho	ADUnB	F
118	Ana Lúcia Carneiro Sarmento	ADUnB	F
119	Antônio Sebben	ADUnB	F
120	Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida	ADUnB	F
121	Paulo Afonso Francisco de Carvalho	ADUnB	F
122	Rosângela Carrusca Alvim	APUBH	F
123	Tânia Lúcia Hirochi	APUBH	F
124	José Antônio Armanelli	APUBH	F
125	Beatriz Couto	APUBH	F
126	Otávia Fernandes de Souza Rodrigues	APUBH	F
127	William Rosa	APUBH	F
128	Maria Inêz Toledo	APUBH	F
129	Irmgard Assis	APUBH	F
130	Júlia Maria Andrade	APUBH	F
131	Giovane Azevedo	APUBH	F
132	Dalmir Francisco	APUBH	F
133	Robson Mendes Matos	APUBH	F
134	Maria Aparecida Castro Livi	ADUFRGS	F
135	Dante Augusto Couto Barone	ADUFRGS	F
136	Valério De Patta Pillar	ADUFRGS	F
137	Fernando Molinos Pires Filho	ADUFRGS	F
138	Maria Adélia Pinhal de Carlos	ADUFRGS	F
139	Eduardo Rolim de Oliveira	ADUFRGS	F
140	Daniela Marzola Fialho	ADUFRGS	F
141	Fernando Rosa do Nascimento	ADUFRGS	F
142	Cândido Silveira de Souza	ADUFRGS	F
143	Marta Helena Santos Peixoto	ADUFRGS	F
144	Regina Helena de Araújo Ribeiro	ADUFRGS	F
145	Ismael Pedroso Brizola	ADUFRGS	F
146	Fernando Pereira dos Santos	ADUFG	F
147	Abraão Garcia Gomes	ADUFG	F
148	Ângela Cristina Belém Mascarenhas	ADUFG	F
149	Bryon Richard Hall	ADUFG	F
150	Eliane Leão	ADUFG	F
151	João Batista de Deus	ADUFG	F
152	Marcos Vinícius Lopes	ADUFG	F
153	Peter Fischer	ADUFG	F
154	Rui Hiroshi Yamada	ADUFG	F

155	Paulo Fernando Trugilho	ADUFLA	F
156	Roberto Alves Braga Júnior	ADUFLA	F
157	João Carlos de Souza	ADOURADOS	F
158	Paulo de Jesus Santos	ADFCAP	F
159	Luiz Fernando dos Reis	ADUNIOESTE	E
160	Emmanoel Lima	SINDURCA	E
161	Fábio Queiroz	SINDURCA	E
162	Carlos Alberto da Fonseca Pires	SEDUFMS	F
163	Júlio Cezar Cólvero	SEDUFMS	F
164	Américo Adlai Franco Sansigolo Kerr	ADUSP	E
165	César A. Minto	ADUSP	E
166	Lighia B. Matsushigue	ADUSP	E
167	Sérgio Souto	ADUSP	E
168	Antonio César Fagundes	ADUSP	E
169	Otaviano Helene	ADUSP	E
170	Nivaldo Garcia	ADUSP	E
171	Iedo Leite Fontes	ADUFPB	F
172	Galdino Toscano de Brito Filho	ADUFPB	F
173	Homero Catão Maribondo da Trindade	ADUFPB	F
174	Stênio Melo Lins da Costa	ADUFPB	F
175	José da Paz Oliveira Alvarenga	ADUFPB	F
176	Antônio Luiz de Albuquerque Gomes	ADUFPB	F
177	Severino Francisco de Oliveira	ADUFPB	F
178	Mariza de Oliveira Pinheiro	ADUFPB	F
179	Rubens Freire Ribeiro	ADUFPB	F
180	Jesiel Ferreira de Souza	ADUFPB	F
181	Esmeraldo Fernando C. da Cunha	ADUFPB	F
182	Maria Suely Soares	APUFPR	F
183	Horácio Tertuliano dos Santos Filho	APUFPR	F
184	Arislete Dantas de Aquino	APUFPR	F
185	Joel Moacyr Silva Guardiano	APUFPR	F
186	Lafaiete Santos Neves	APUFPR	F
187	Cláudio Antonio Tonegutti	APUFPR	F
188	Milena Maria Costa Martinez	APUFPR	F
189	Sandra Mara Alessi Muntsch	APUFPR	F
190	Cícero Gonçalves de Oliveira	APUFPR	F
191	Ivan Domingos Carvalho Santos	APUFPR	F
192	Carmen Lúcia Fornari Diez	APUFPR	F
193	Edilson Lobo do Nascimento	ADUNIR	F
194	Sandra Lourenço	ADUNICENTRO	E
195	José Ricardo Libardoni	ADUNICENTRO	E
196	Maria Aparecida Affonso Moysés	ADUNICAMP	E
197	Antônio Fernando dos Santos Penna	ADUNICAMP	E
198	Cecília Azevedo Lima Collares	ADUNICAMP	E
199	Claudiney Carrasco	ADUNICAMP	E
200	Edmundo Fernandes Dias	ADUNICAMP	E
201	Itamar Ferreira	ADUNICAMP	E
202	Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson	ADUNICAMP	E
203	Tânia Maria Alkmim	ADUNICAMP	E
204	Nancy Stancky Silva	SINDOCEFET-PR	F
205	Adilson Gil Tavares	SINDOCEFET-PR	F
206	Edson Domingos Fagundes	SINDOCEFET-PR	F
207	Maria Luiza Domingues	SINDOCEFET-PR	F

208	Domingos Leite Lima Filho	SINDOCEFET-PR	F
209	Loraci Tônus	SINDOCEFET-PR	F
210	Isabel Ribeiro Gravonski	SINDOCEFET-PR	F
211	Rosemary Batista Oliveira	SINDOCEFET-PR	F
212	Marcus Moreno Portela	SINDOCEFET-PR	F
213	Luiz Roberto Rezende Martins	VPR - Leste	
214	Marinalva Oliveira	SINDUFAP	F
215	Arley Costa	SINDUFAP	F
216	Elizeu Clementino de Souza	VPR Nordeste III	
217	Manoel Coracy Sabóia Dias	ADUFAC	F
218	Domingos José de Almeida Neto	ADUFAC	F
219	Jesus Manuel Delgado Mendez	ADUNIMEP	P
220	José Alberto F. Rodrigues Filho	ADUNIMEP	P
221	José Carlos Silva	ADUNIMEP	P
222	Marco Aurélio de Castro Ribeiro	ADUNIMEP	P
223	Lemuel Rodrigues da Silva	ADFURRN	E
224	Paulo Caetano Davi	ADFURRN	E
225	Alcides José Vergara	ADUEL	E
226	Alexandre Bonetti Lima	ADUEL	E
227	José Humberto de Araújo	ADURN	F
228	Ana Lúcia Xavier Vieira	ADURN	F
229	Gilson de Vasconcelos Torres	ADURN	F
230	João Wanderley Rodríguez Pereira	ADURN	F
231	Leonides Brunet de Sá	ADURN	F
232	Luiz Guilherme Meira de Souza	ADURN	F
233	Manuel Claudemir Silva Caldas	ADURN	F
234	Maria Cristina de Moraes	ADURN	F
235	Raimundo Nonato Nunes	ADURN	F
236	Teresinha Dantas de Sousa	ADURN	F
237	Zilda Luiz Maria	ADURN	F
238	Elvis Pereira Barbosa	ADUSC	E
239	Francisco de Castro Bonfim	ADUSC	E
240	Maria Olívia Lisboa Almeida	ADUSC	E
241	Maria Aparecida Santos de Aguiar	ADUSC	E
242	Suelene Leite Pavão	ADUFPA	F
243	Sandra Moreira	ADUFPA	F
244	Walter Silva Junior	ADUFPA	F
245	Maria da Conceição Rebelo	ADUFPA	F
246	Solange Calcagno Galvão	ADUFPA	F
247	Mauro Farias	ADUFPA	F
248	Maria de Fátima Athayde M. Lima	ADUFPA	F
249	Rosimê C. Meguins	ADUFPA	F
250	Fernando Arthur de Freitas Neves	ADUFPA	F
251	Sérgio Gonçalves Correa	ADCEFET-RJ	F
252	José Policarpo Costa Neto	APRUMA	F
253	Welbson do Vale Madeira	APRUMA	F
254	Luiz Alves Ferreira	APRUMA	F
255	Luciola Andrade Maia	SINDUECE	E
256	Amauri Fragoso de Medeiros	ADUFCEG	F
257	Washington Silva de Farias	ADUFCEG	F
258	Jader Moraes Borges	ADUFCEG	F
259	Maria Aldano de França	ADUFCEG	F
260	Luciano Mendonça de Lima	ADUFCEG	F

261	Parmênio Camurça Citó	SESDUF-RR	F
262	Maria do Socorro Pereira Leal	SESDUF-RR	F
263	Ana Lúcia de Sousa	SESDUF-RR	F
264	Maria do Carmo Morales Pinheiro	ADCAC	F
265	Antônio Passos Lima Filho	ADUFAL	F
266	Rosane Ferreira de Oliveira	ADUR-RJ	F
267	Nídia Majerowicz	ADUR-RJ	F
268	Luiz Mauro Sampaio Magalhães	ADUR-RJ	F
269	Orlando Marques da Costa	ADUR-RJ	F
270	Ricardo Motta Miranda	ADUR-RJ	F
271	Frederico José Falcão	ADUR-RJ	F
272	Célia Regina Otranto	ADUR-RJ	F
273	José Cristóvão Andrade	ADUEPB	E
274	Eli Brandão da Silva	ADUEPB	E
275	Gilbergues dos Santos	ADUEPB	E
276	Antônio Braga Coscarelli	ASDUERJ	E
277	Suzana Moreira Padrão	ASDUERJ	E
278	Iná Meireles de Souza	ASDUERJ	E
279	Mary Jane de Oliveira Teixeira	ASDUERJ	E
280	José Carlos Xavier da Silva	ASDUERJ	E
281	José Eustachio Bruno	ASDUERJ	E
282	Wilson Paes de Macedo	ASDUERJ	E
283	Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros	ASDUERJ	E
284	Pedro Alves Lemos Filho	ADUFPI	F
285	Leonardo Ferreira Soares	ADUFPI	F
286	Benedito Carlos de Araújo	ADUFPI	F
287	Joaquim Gonçalves Neto	ADUFPI	F
288	Wellington Paulo da Silva Oliveira	ADUFPI	F
289	Edna Maria Magalhães do Nascimento	ADUFPI	F
290	Soraya S. Smaili	ADUNIFESP	F
291	Clélia Rejane Antônio	ADUNIFESP	F
292	Joanir Pereira Passos	ADUNI-RIO	F
293	Willian Gonçalves Soares	ADUNI-RIO	F
294	Carlos Alberto Andrade Lima	ADUNI-RIO	F
295	Marcelo Castanheira Ferreira	ADUNI-RIO	F
296	Roberto Carlos Lyra da Silva	ADUNI-RIO	F
297	Thereza Christina dos Santos F. Cardoso	ADUNI-RIO	F
298	Eva Aparecida de Oliveira	ADCAJ	F
299	Romero Venâncio	ADUFS	F
300	Sônia Pimentel	ADUFS	F
301	Eloísio Costa	ADUFS	F
302	Arivaldo Montalvão	ADUFS	F
303	Airton de Paula	ADUFS	F
304	Oneize Amoras	ADUFS	F
305	Menilton Menezes	ADUFS	F
306	Jaime Roberto Rios	ADUFOP	F
307	Cassia Damiani	ADUFC	F
308	Benito Moreira de Azevedo	ADUFC	F
309	Eva Batista Caldas	ADUFC	F
310	José Estevão Machado Arcanjo	ADUFC	F
311	Marília Lopes Brandão	ADUFC	F
312	Maria Cleide Carlos Bernal	ADUFC	F
313	Lena Lúcia Espíndola R. Figueiredo	ADUFC	F

314	Ercília Maria Braga de Olinda	ADUFC	F
315	José Carlos Parente de Oliveira	ADUFC	F
316	Ana Maria Tavares Simões	ADUFC	F
317	Gil Vicente Reis Figueiredo	ADUFSCar	F
318	Denis Luis de Paula Santos	ADUFSCar	F
319	Amarílio Ferreira Júnior	ADUFSCar	F
320	Carlos Alberto Olivieri	ADUFSCar	F
321	Emerson Pires Leal	ADUFSCar	F
322	Géria Maria Montanari	ADUFSCar	F
323	Matilde Alzeni dos Santos	ADUFSCar	F
324	Ellen Martins Castelo Branco	ADUFRJ	F
325	Sara Granemann	ADUFRJ	F
326	Antonio Carlos Moraes	ADUFRJ	F
327	Carlos Roberto Strauss Vieira	ADUFRJ	F
328	José Augusto Bisneto	ADUFRJ	F
329	José Miguel Bendrao Saldanha	ADUFRJ	F
330	Leila Rodrigues da Silva	ADUFRJ	F
331	Miriam Abduche Kaiuca	ADUFRJ	F
332	Roberto Leher	ADUFRJ	F
333	Salatiel Menezes dos Santos	ADUFRJ	F
334	Sandra Martins de Souza	ADUFRJ	F
335	Vera Maria Martins Salim	ADUFRJ	F
336	Walcyr de Oliveira Barros	ADUFRJ	F
337	Oriane Magela Neto	ADFUNREI	F
338	Maristela Nascimento Duarte	ADFUNREI	F
339	Christianni Cardoso Moraes	ADFUNREI	F
340	Valéria Maria Peçanha Valério de Barros	ADFUNREI	F
341	Luiz Gomes da Rocha	SINDFUNESA	F
342	Maria Auxiliadora Campos	ADUPE	E
343	João de Oliveira	ADUPE	E
344	Itamar Lages	ADUPE	E
345	Geny Brelaz de Castro	ADUA	F
346	Eduardo Coutinho da Cruz	ADUA	F
347	Jacob Paiva da Silva	ADUA	F
348	Selda Vale da Costa	ADUA	F
349	Luiz Jorge Brasilino da Silva	ADUNEMAT	E
350	Domingos Sávio Cunha Garcia	ADUNEMAT	E
351	Maria de Fátima Oliveira Lima	ADCESP	E
352	Cláudio de Lira /santos Júnior	ADUFS-BA	E
353	Joselito Brito de Almeida	ADUNEB	E
354	Carmen Sílvia da Silva Sá	ADUNEB	E
355	Luiz Blume	ADUNEB	E
356	Paulo James Oliveira	ADUNEB	E
357	Ronalda Barreto Silva	ADUNEB	E
358	Josilda Batista Lima	ADUNEB	E
359	Josemar de Oliveira	ADUFES	F
360	Elisabeth Orletti	ADUFES	F
361	José Aguilar Dalvi	ADUFES	F
362	José Antonio da Rocha Pinto	ADUFES	F
363	Odileia Dessaune	ADUFES	F
364	Tânia Mara Ferreira	ADUFES	F
365	Vânia Maria Losada	ADUFES	F
366	José Cordeiro Filho	ADUCSAL	P

367	João Leite	ADUCSAL	P
368	Wânia Souza Andrade	ADUCSAL	P
369	Osvaldo Ferreira	ADUCSAL	P
370	Edmilson Vivas	ADUCSAL	P
371	Rômulo Andrade Rocha	ADUSB	E
372	Cleide Lima Chaves	ADUSB	E
373	Roberto Gondim Pires	ADUSB	E

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 23º CONGRESSO

Nº	NOME	AD SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Benedito de Jesus Magalhães	SINDCEFET-MG	F
002	Ivna Borges da Costa	ADUFERPE	F
003	Jaqueline Bianque de Oliveira	ADUFERPE	F
004	Nilson Félix da Silva	ADUFERPE	F
005	Arthur Roberto Lapa de Carvalho	ADUFERPE	F
006	Gilberto Bitu Primo	ADUFERPE	F
007	Jonicael Cedraz de Oliveira	APUB	F
008	Cláudia Miranda Souza	APUB	F
009	Antonietta d'Aguiar Nunes	APUB	F
010	Luiz Antônio Mattos Filgueiras	APUB	F
011	Maria da Graça Druck de Faria	APUB	F
012	Altino Bonfim de Oliveira Júnior	APUB	F
013	Aurélio Gonçalves de Lacerda	APUB	F
014	Marize Sousa Carvalho	APUB	F
015	Sandra Mendonça	APUFSC	F
016	Doroti Martins	APUFSC	F
017	Alberto Elvino Franke	APUFSC	F
018	Lívia Lindólia Paes Barreto	ADUFF	F
019	Francisco Jaime Bezerra Mendonça	ADUFEPE	F
020	Francisco José de Arruda Filho	ADUFEPE	F
021	Ana Lúcia Costa Oliveira	ADUFPEL	F
022	Dalmer Pacheco de Almeida	APES-JF	F
023	José Albuquerque Moreira	ADUnB	F
024	Lízia Maria Porto Ramos	APUBH	F
025	Vera Lúcia Fernandes	APUBH	F
026	Marcos Antônio da Silva	ADUFS	F
027	Júlio César Gandarela	ADUFS	F
028	Valdir Mano	ADFUNREI	F
029	Jackson Antero	SINDURCA	E
030	João Eduardo da Silva Pereira	SEDUFMS	F
031	Clóvis Renan Jacques Guterrez	SEDUFMS	F
032	Hélvio Alexandre Mariano	ADUNICENTRO	E
033	Neci Kiefl	SINDOCEFET-PR	F
034	Audrey Aguiar	SINDOCEFET-PR	F
035	Angela Rocha	SINDOCEFET-PR	F
036	Iole Ilíada Lopes	VPR São Paulo	
037	Elaine Skorkenski dos Santos	ADFATEC	E
038	Lossian Barbosa Bacelar Miranda	SINDCEFET-PI	F
039	Zózima Maria de Almeida	ADUNEB	E
040	Virgínia Mota Lages Gomes	ADUNEB	E
041	Sandra Simone Queiroz Moraes Pacheco	ADUNEB	E
042	Luciana Teixeira	ADUNEB	E

043	Sandra Regina Araújo	ADUNEB	E
044	Isabel Dantas	ADUNEB	E
045	Sérgio Armando Diniz Guerra	ADUNEB	E
046	Delcele Mascarenhas Queiroz	ADUNEB	E
047	Roberto Nunes Dantas	ADUNEB	E
048	Fábio Paes	ADUCSAL	P
049	Gil Caribe	ADUCSAL	P
050	Nívea Salles	ADUCSAL	P
051	Aldrin Castelucci	ADUCSAL	P
052	Veralúcia Gomes Maia	ADUNIFOR	P

Convidados

- Silvania Ferreira Valtutes - Secretaria Regional Leste
- Valmir dos Passos – Secretaria Regional Sul

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às vinte horas do dia quatro do mês de março do ano de dois mil e quatro, no auditório do Centro de Convivência da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a Plenária de Abertura do 23º CONGRESSO do ANDES-SN. Compôs a Mesa o presidente do ANDES-SN, professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, o 1º tesoureiro, professor José Vitório Zago, a secretária geral, professora Celi Zulke Taffarel e a 1ª vice-presidente regional Nordeste III, professora Maria Cristina Mendes. Foram convidados também para compor a Mesa o professor Antônio da Silva Câmara, presidente da APUB-Seção Sindical e, ainda, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Reitor da UFBA, Agnaldo Fernandes, representante da CUT Nacional, Everaldo Augusto, representante da CUT Bahia, Vicente Neto, representante da FASUBRA, Jorge Américo, representante da ASSUFBA, Renato Anunciação, representante da SINASEFE, Rogério Fagundes de Assis, representante da FENAJUFE, Rafael Moraes, representante da UNE, Ângela Guimarães, representante da DCE-UFBA, Lio Zumbi, representante do NENU, Adenilza Monteiro, representante do MST, João Dantas, representante do MSTS, Rui Oliveira, representante da CNTE / APLB, Creuza Oliveira, representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Edmilton Cerqueira, representante da Coordenação Nacional do Movimento Negro. Todos saudaram os congressistas ressaltando a gravidade do momento, a relevância dos assuntos pautados no Plano de Lutas e nas Políticas Sociais do ANDES-SN, a gravidade das medidas do governo Lula e suas conseqüências para o conjunto da população, bem como a necessidade da luta de resistência contra as reformas – universitária e sindical e pelas reivindicações dos trabalhadores, para que se universalize o direito de todos ao acesso à educação, principalmente, à educação superior. Com a palavra o presidente do ANDES-SN, que saudou todos e deu por aberto o 23º CONGRESSO do ANDES-SN. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da Plenária de Abertura e eu, Celi Zulke Taffarel, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.

Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às vinte e duas horas e cinqüenta minutos do dia quatro de março de 2004, no Auditório do Centro de Convivência da Universidade Federal da Bahia, no Campus de Ondina, em Salvador – Bahia, depois de verificado o quorum regimental, teve início a Plenária de Instalação do 23º CONGRESSO do ANDES-SN. A Mesa foi constituída pelos professores Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente; Celi Zulke Taffarel, vice-presidente; José Vitório Zago, 1º secretário e Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, 2º secretário. Após a constituição da Mesa, a professora Celi Taffarel informou à Plenária que foram credenciados ao 23º CONGRESSO 373 (trezentos e setenta e três) delegados e 52 (cinqüenta e dois) observadores de 72 (setenta e duas) seções sindicais e 3 (três) filiados de secretarias regionais e 1 (um) convidado. O professor Lucas iniciou a discussão pelo cronograma; colocou em votação a proposta da Diretoria que foi aprovada pela maioria dos votos com duas abstenções. Em seguida, deu-se início à discussão do regimento do 23º CONGRESSO do ANDES-SN e foram apresentados os seguintes destaques: 1) No **art.1º**, destaque de correção – suprimiu-se Salvador (BA), por consenso, sem necessidade de votação. 2) No **art. 23º**, destaque do professor Marcelo H. R. Tragtenberg, que propôs a seguinte substituição “A duração do Grupo Misto do Tema I será de 6(seis) horas, em dois períodos, a do Tema II será de 3(três) horas, em um período, e a do Tema III será de 9(nove) horas, em três períodos, todas a partir do horário previsto para o seu início. Colocado em votação, o destaque foi aprovado por ampla maioria. No item **e) do art. 30**, destaque da professora Ângela: substituição de “Plenária do Tema II – 6(seis) horas” por “Plenária do Tema II – 3(três) horas”. Colocado em votação, foi aprovado por maioria com registro de algumas abstenções. Encerrada a fase dos destaques, o presidente Lucas colocou em votação em bloco o regimento do 23º CONGRESSO, que foi aprovado por maioria. Em seguida, Celi informou sobre as pendências do credenciamento: a) ADCEFET – RJ encaminhou uma comunicação à secretária informando que, em razão das férias dos docentes, não foi possível realizar assembleia e estava apresentando o professor Sérgio Gonçalves Correia como delegado; b) ADFATEC encaminhou um fax à secretária solicitando o credenciamento, como observadora, da professora Elaine Skorkenski Gonçalves dos Santos, para assistir aos trabalhos a partir do dia 5(cinco), período da tarde. A ADFATEC informou ainda que não tirou um delegado em função de falta de condições financeiras. Em seguida, a professora Celi apresentou ao plenário a proposta da Diretoria de homologação das alterações nos regimentos das seguintes Seções Sindicais: ADUFPB, ADUFCG, ADUFSCar e ADUEG. Colocada em votação em bloco, foi aprovada por maioria dos votos com registro de 2(duas) abstenções. Foi também submetida ao plenário à proposta da Diretoria de homologação da criação das seguintes Seções Sindicais: SINDCENTEC, ADUNICENTRO, SINDCEFET-PI, SESDUFT S.Sind, APESFUNEC S. Sind, SINDFAVIP, SINDCEFET – Ouro Preto, ADESSC – Seção Sindical e SINFAFEID. Colocado, em votação em bloco, pelo professor Lucas, foi aprovada a homologação por maioria. Em seguida, a professora Celi passou à apresentação de novos textos ao 23º CONGRESSO, informando a inclusão de três novos textos pela Diretoria. O primeiro texto: Atualização do setor das IFES – inclusive item na TR 7 no Tema I. Segundo e terceiro textos: Atualização da TR 24 – Política de Formação Sindical e texto do GTPE – Atualização Política Educacional, ambos referentes ao tema III. Além disso, a Diretoria também apresentou um texto

referente ao Tema II - Questões Organizativas e Financeiras. Colocado em votação após a justificativa da professora Celi, a inclusão foi aprovada por ampla maioria. O delegado da ADUFRGS apresentou e justificou o texto sobre reforma universitária, tendo sido proposta a sua inclusão e aprovada por ampla maioria. O professor Francisco José Duarte de Santana, sindicalizado da APUB, apresentou e justificou os seguintes textos: a) liberdade e autonomia sindical, b) Marx e CLT, c) Imposto sindical, d) Sindicalismo Cutista e e) convenção 87 OIT, tendo sido proposta e aprovada a inclusão desses textos por maioria. Em seguida, a professora Celi deu os seguintes informes: comunicou que recebeu da ADUNB o primeiro dossiê sobre privatização interna na Universidade de Brasília (UnB) e informou também sobre a passeata após a Plenária de conjuntura e o jantar de confraternização. Às vinte e três horas e vinte e cinco minutos, o presidente da Mesa, professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, encerrou a Plenária de Instalação do 23º CONGRESSO DO ANDES-SN e eu, Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, lavei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente do ANDES-SN.

Jorge Luiz C.de Oliveira
2º Secretário

Luiz Carlos Gonçalves Luca
Presidente

CRONOGRAMA E PAUTA DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

4/3 5ª feira	5/3 6ª feira	6/3 Sábado	7/3 Domingo	8/3 2ª feira	9/3 3ª feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária Inicial Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 12h	Grupos Mistos Tema III 9h às 12h	Plenária do Tema I 9h às 12h	Plenária do Tema III 9h às 12h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Plenária do Tema I 14h às 17h	Plenária do Tema III 14h às 17h
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 21h às 23h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Livre	Plenária do Tema II 19h às 22h	Plenária de Encerramento 19h às 22h

Temário:

- Movimento Docente e Conjuntura
- Tema I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.
- Tema II - Questões Organizativas e Financeiras
- Tema III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

REGIMENTO DO 23º CONGRESSO

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º O 23º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, previsto no inciso I do art. 13 do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do art. 30 do Estatuto do ANDES-SN, reúne-se de 4 a 9 de março de 2004, na cidade de Salvador (BA), organizado pela APUB - SEÇÃO SINDICAL.

Art. 2º O 23º CONGRESSO do ANDES-SN tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º São atribuições do 23º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do art. 15 do Estatuto do ANDES-SN:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S. Sinds, observado o disposto no art. 46 do Estatuto do ANDES-SN;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º São participantes do 23º CONGRESSO:

I – delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto:

a) um(a) por diretoria de Seção Sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (inciso I, art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN;

b) delegados de base de cada S.SIND. ou AD-S. Sind. (inciso II, art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17. do Estatuto;

c) representantes dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (inciso III, art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 23º CONGRESSO, com direito à voz;

III – os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou ADs-S. Sinds e Secretarias Regionais, com direito à voz. Estes(as) deverão ter seus nomes indicados na ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 23º CONGRESSO;

IV – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 23º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só podem ser substituídos(as), durante a realização do 23º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 23º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembléias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembléias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 23º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou Secretaria Regional comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º O Presidente do ANDES-SN preside o 23º CONGRESSO, com direito à voz e voto em suas sessões, e os demais membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN dele participam com direito à voz e sem direito a voto.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 6º O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou Ads-S.SIND. do ANDES-SN e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao 23º CONGRESSO encerrar-se-á às 20h do dia 4 de março de 2004.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembléia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as) será exigida ata (ou extrato), e no caso de não ter havido assembléia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. indicando os(as) mesmos(as).

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até a instalação da Plenária de Instalação que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º São órgãos do 23º CONGRESSO:

I – As Comissões:

a) Organizadora

b) Diretora.

II – Os Grupos Mistos.

III – As Plenárias.

§ 1º As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do 23º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 23º CONGRESSO.

§ 3º O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 23º CONGRESSO é de metade mais um dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação após verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da APUB - SEÇÃO SINDICAL e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN, indicados(as) pela Secretaria Geral e pela Tesouraria do ANDES-SN.

Art. 9º É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infra-estrutura necessária à realização do 23º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 23º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 23º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV – participar da Comissão Diretora;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 23º CONGRESSO.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 23º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SN e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 23º CONGRESSO;
- II – decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição do delegado ao CONGRESSO;
- III – elaborar a prestação de contas do 23º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;
- IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 23º CONGRESSO;
- V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 23º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

- I – Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, e pelo Presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito à voz e a voto;
- II – Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as), via Secretaria Regional, com direito à voz;
- III – Diretores(as) do ANDES-SN, com direito à voz;
- IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma S. Sindical ou AD-S. Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) Coordenador(a), 1 (um/uma) Relator(a) e 1 (um/uma) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) Secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser, excepcionalmente, um(a) observador(a) credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 23º CONGRESSO, observado o *quorum* de metade mais um dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o *quorum* mínimo será de 30% dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de metade mais um dos(as) delegados(as).

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião para entregar à Comissão Diretora, o Relatório Consolidado de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Parágrafo único. Excetua-se do prazo estabelecido no caput deste artigo os Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 20. A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

§ 1º Será obrigatoriamente lavrada ata da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos.

§ 2º A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 23º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos;

III – as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e Relatores(as).

§ 1º Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas Plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do 23º CONGRESSO.

§ 3º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22. O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do 23º CONGRESSO.

Art. 23. A duração do Grupo Misto do Tema I será de 6 (seis) horas, em dois períodos, a do Tema II será de 3 (três) horas, em um período e a do Tema III será de 9 (nove) horas, em 3 (três) períodos, todas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, no seu total e a seu critério quanto ao período, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 23º CONGRESSO.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito à voz e a voto;

II – Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora com direito à voz; e

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 23º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) Presidente, 1 (um/uma) Vice-Presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) Secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 23º CONGRESSO ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

§ 3º As deliberações observam a maioria simples dos(as) delegados(as) presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no art. 21 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 26. Compete ao(a) Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária e

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) Secretário(a):

I - preparar junto com o(a) Presidente a Ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

III – o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) Secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da sessão Plenária.

III – a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- a) Plenária de Abertura - 2 (duas) horas,
- b) Plenária de Instalação - 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- c) Plenária Inicial e Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura – 4 (quatro horas), com possibilidade de prorrogação por mais uma hora;
- d) Plenária do Tema I - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;
- e) Plenária do Tema II - 3 (três) horas, em um período, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;
- f) Plenária do Tema III - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total; e
- g) Plenária de Encerramento - 3 (três) horas.

§ 1º A Plenária de Encerramento poderá ter seu início antecipado, por deliberação da Plenária anterior;

§ 2º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

§ 3º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 4º Compete à Plenária de Instalação:

- a) aprovar o Regimento e Cronograma do 23º CONGRESSO;
- b) deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 23º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;
- c) deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 23º CONGRESSO;

Art. 31. A verificação do quorum, no início das Plenárias do 23º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou SR, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 minutos do horário previsto para o início das Plenárias, será recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista;

§ 2º A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) Delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do art. 21.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do Sindicato Nacional terão de ser aprovadas por mais de cinquenta por cento (50%) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 23º CONGRESSO, conforme dispõe o art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 23º CONGRESSO, até as 19 (dezenove) horas do dia 8 (oito) de março de 2004, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 23º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até as 12 (doze) horas do dia 9 (nove) de março de 2004.

§ 2º A critério da Plenária, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º Das declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 23º CONGRESSO, para divulgar o seu Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 23º CONGRESSO do ANDES-SN.

Salvador, 4 de março de 2004.

ATA DA PLENÁRIA INICIAL DE APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS TESES DE CONJUNTURA DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e quatro, às dez horas e quinze minutos, no auditório da reitoria da Universidade Federal da Bahia, após conferido o quorum regimental, com a presença de 190 delegados, foi aberta a Plenária Inicial de Apresentação e Debates das Teses de Conjuntura. A Plenária foi coordenada pelo professor Eudes Baima – presidente; professor Enoch José da Mata – 1º secretário e Alcir Horácio da Silva – 2º secretário. Após os informes dados pela coordenação organizadora do congresso, o presidente da Mesa iniciou a Plenária, apresentou a metodologia dos trabalhos e anunciou as nove teses que seriam apresentadas e debatidas na ordem que foram inscritas do Caderno de Texto e no Anexo. A primeira tese, Texto 1 do Caderno de Texto, intitulada **Movimento Docente e Conjuntura**, de autoria da Diretoria do ANDES-SN, foi apresentada pelo Professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas. A segunda tese, Texto 2 do Caderno de Texto, intitulada **Imperialismo, Globalização e Pós-Modernidade – parâmetros para a análise da terceira fase do capitalismo**, de autoria dos professores José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior, sindicalizados da ADUFOP, não foi apresentada. A terceira tese, Texto 3 do Caderno de Texto intitulada **Lula e o Retorno ao Grande Nada**, de autoria do professor Raimundo Nonato Nunes, sindicalizado da ADURN, foi apresentada pelo próprio proponente. A quarta tese, Texto 4 do Caderno de Texto, intitulada **Traição ou Lógica**, de autoria do professor Edmundo Dias, sindicalizado da ADUNICAMP, foi apresentada pelo próprio proponente. A quinta tese, Texto 29 do Caderno Anexo, intitulada **Educação e Revolução**, de autoria do professor Antônio Eduardo Alves de Oliveira, sindicalizado da APUB, foi apresentada pelo próprio proponente. A sexta tese, Texto 30 do Caderno Anexo, intitulada **A ANDES-SN e a Luta pela Igualdade “Racial” na Conjuntura Atual**, de autoria do professor Marcelo Tragtenberg, sindicalizado da APUFSC, foi apresentada pelo próprio proponente. A sétima tese, Texto 31 do Caderno Anexo, intitulada **Movimento Docente e Conjuntura**, de autoria dos professores Adriana Facina Gurgel do Amaral, André Elias Fidelis Feitosa, Elaine Monteiro, José Raphael Bokehi, Juarez Torres Duayer, Júlio Carlos Figueiredo, Livia Lindóia Paes Barreto, Marcelo Badaró Mattos, Marina Barbosa Pinto, Paulo Antônio Cresciulo de Almeida, Selma Rodrigues de Castilho, Sônia Lúcio Rodrigues de Lima, Waldyr Lins de Castro, sindicalizados da ADUFF, foi apresentada pela professora Marina Barbosa Pinto. A oitava tese, Texto 32 do Caderno Anexo, intitulada **Novas Tarefas para um Novo Tempo: a Reorganização da Esquerda como necessidade Histórica**, de autoria do professor Rodrigo Dantas, sindicalizado da ADUNB, foi apresentada pelo próprio proponente. A nona e última tese, Texto 33 do Caderno Anexo, intitulada **Desafios Históricos Diante da Crise do Capital e do Continuismo Neoconservador do Governo Lula**, de autoria dos professores Alexandre Santos, Clarilton Ribas, Geraldo Barbosa, Luiz Carlos Pinheiro Machado, sindicalizados da APUFSC, foi apresentada pelo professor Clarilton Ribas. Após a apresentação das teses de conjuntura, iniciou-se o debate e foram registradas 28 inscrições. O Coordenador da Mesa perguntou à Plenária se poderia aceitar as inscrições, pois somente haveria tempo para 25 inscrições. A Plenária concordou e foi aberto o debate sobre a conjuntura. Após o debate, foi anunciada a presença dos participantes desta Plenária: de 302 delegados e 31 observadores. O Coordenador da Mesa agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da Plenária e eu, professor Alcir Horácio da Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Alcir Horácio da Silva
2º secretário

Eudes Baima
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS

Às nove horas do dia oito do mês de março do ano de 2004, no auditório do Centro de Convivência do Campus de Ondina, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, foi instalada a Plenária do Tema I do 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior com início dos trabalhos às dez horas, quando foi confirmado o quorum regimental. A Mesa Coordenadora teve a seguinte composição: presidente, professor Antônio de Pádua Bosi; vice-presidente, professor Francisco Vitória; primeira secretária, professora Rosilda Silva Dias; segunda secretária, professora Zenilde Moreira Borges de Moraes. O presidente da Mesa iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos delegados(as) e observadores(as) presentes ao 23º CONGRESSO do ANDES-SN. Na seqüência, saudou todas as mulheres pelo “Dia Internacional da Mulher”, comemorado em oito de março, e solicitou aos participantes do 23º CONGRESSO uma delegação para representar o ANDES-SN na marcha das mulheres do campo, a realizar-se às 15 horas deste dia. Informou ainda os representantes de delegação sobre a troca de cartões, que seriam azuis e recebidos no mesmo local da entrega das pastas. Não havendo mais informes, o presidente da Mesa explicitou à Plenária a metodologia de trabalho a ser adotada, que foi a seguinte: os itens referentes à CUT seriam remetidos ao Tema III; os itens aprovados integralmente nos grupos teriam aprovação em bloco pela Plenária, e os demais seriam discutidos item por item. Submetido à Plenária, este encaminhamento foi aprovado por unanimidade. O presidente passou, então, ao destaque dos itens consensuais, que foram os seguintes: TR-5: I – Eixos do Plano Geral de Lutas – itens 6, 10, 12, 13, 15 e 19; 2 – Bandeiras de Lutas – letras B, D, F, H, I, J, K, Q; 3 – Plano Geral de Lutas – itens 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39 – subitens – 3.10, 3.13, 3.14, 3.17, 3.21, 3.24, 3.30, 3.30.1, 3.30.2, 3.30.3, 3.31, 3.32, 3.33, 3.34, 3.35, 3.36, 3.38, 3.41, 3.43, 3.45, 3.46, 3.47, 3.48, 3.49, 3.50, 3.52, 3.53, 3.55, 3.56, 3.59, 3.61 (as recomendações da página 36 do relatório consolidado), 3.64, 3.68, 3.69, 3.70, 3.71, 3.73, 3.74, 3.75, 3.76, 3.77, 3.78 (as recomendações da página 41 do relatório consolidado). Em votação, os itens destacados foram aprovados por unanimidade. Após a votação, o presidente da Mesa passou a trabalhar os itens não-consensuais do TR-5: 1- Eixos do Plano Geral de Lutas; 2 – Bandeiras de Lutas; 3 – Plano Geral de Lutas. **I - EIXOS DO PLANO GERAL DE LUTAS - A LUTA INTERNACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO** **Item 1 - Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 3, 4, 5; por unanimidade nos grupos 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Proposta de modificação: G3 – suprimir “radicalmente” e “requer” e acrescentar após Esta luta, a expressão “tem entre seus objetivos”. Proposta de supressão do G5: suprimir a palavra “nacional”. O presidente submeteu os textos acima apresentados à apreciação da Plenária e o texto original foi aprovado por ampla maioria com votos contrários e registro de várias abstenções. **1 - Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos**

povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores. O presidente passou à discussão e à votação do **item 2 – Denunciar a campanha internacional do imperialismo estadunidense e seus aliados contra os direitos e a autonomia e a independência dos povos.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 5 e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Proposta de modificação apresentada pelo grupo 5 – Denunciar a intensificação da ofensiva estadunidense e seus aliados contra os direitos e a autonomia e independência dos povos. Submetido à discussão e à votação, foi aprovado o texto original por ampla maioria registrando-se algumas abstenções.

2 – Denunciar a campanha internacional do imperialismo estadunidense e seus aliados contra os direitos e a autonomia e a independência dos povos. O presidente fez a leitura e colocou em discussão o **item 3 – Combater a intervenção imperialista no Oriente Médio e na Ásia Central e na América assim como o ataque aos direitos civis, sociais e humanos e a criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 8 e, integralmente, nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11. Submetido à votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções, com o acréscimo proposto pelo grupo 8 – **3 - Combater a intervenção imperialista no Oriente Médio, na Ásia Central, nas Américas e na África assim como o ataque aos direitos civis, sociais e humanos e a criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.** O presidente da Mesa colocou o texto original com as modificações propostas pelo grupo 8 em votação sendo aprovado por ampla maioria registrando-se 9 abstenções. O presidente Mesa procedeu à leitura do **item 4 - Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo, encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC e inspirada pelo Consenso de Washington, o Fórum de Davos e outras convenções e fóruns de interesse do capital. Intensificar as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 5, e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Proposta de modificação do grupo 5 – Suprimir a expressão “Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington, o Fórum de Davos e outras convenções e fóruns de interesse do capital”. As duas propostas foram submetidas à votação e o texto original foi aprovado por ampla maioria registrando-se 5 abstenções. O presidente da Mesa procedeu à leitura **do item 5 - Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 5 e 6 e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11. Proposta de modificação do G5: suprimir a expressão “em especial do Cone Sul”. Proposta de modificação do grupo 6: acrescentar após ANDES-SN, a expressão “considerando o resgate e a defesa da universidade pública e de organização do movimento docente nos países vizinhos, visando”. Em votação, foi aprovada a manutenção do texto original por ampla maioria registrando-se 3 abstenções. **Item 6 - Combater a política de submissão e subserviência do Brasil**

às orientações de organismos internacionais, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia e da **Seguridade Social**. O presidente informou à Plenária que este item seria aprovado em bloco. **DIREITOS HUMANOS, SINDICAIS E TRABALHISTAS – item 7 - Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais dos trabalhadores e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 2, 5, 6, 8 e 10 e integralmente nos grupos 1, 3, 4, 7, 9 e 11. Propostas de modificação: G2: acrescentar após unificada a palavra “com” e substituir “populares” por “sindical e popular”. G5 - acrescentar após unificada a palavra “com”. G6: acrescentar após unificada a palavra “dos” e suprimir após populares “e”. G8: suprimir “e com a CUT”. G10: substituir “com a” por “a pressão junto à”. O presidente da Mesa informou à Plenária que o item 7, incluindo as propostas de alteração, foi remetido para o Tema III. Feitos os esclarecimentos, o presidente passou à leitura do **item 8 - Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado e no setor público; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 3 e integralmente nos grupos 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Proposta de modificação do G3 – acrescentar ao final a expressão “exigindo a ratificação da convenção 87 da OIT”, que, submetido à votação, foi rejeitada. Submetido à votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria registrando-se 3 abstenções. O presidente passou à leitura do **item 9 - Lutar, em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 3, 6 e 8; integralmente nos grupos 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10 e 11. Proposta de modificação dos grupos 3 e 8: acrescentar após salariais a expressão “com especificação de data-base”. Proposta de modificação do G6 – acrescentar após âmbitos “políticos”. O presidente submeteu à votação o texto original, que foi aprovado com a modificação proposta pelo grupo 6, com ampla maioria registrando-se 5 abstenções, ficando com a seguinte redação final: **9 - Lutar, em todos os âmbitos políticos e administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.** A seguir, passou-se à discussão do item **10 - Defender intransigentemente o Regime Jurídico Único – RJU e lutar pelo restabelecimento dos direitos do servidor público suprimidos do texto original da Lei 8112/90.** Situação nos grupos: aprovado integralmente em todos os grupos. Este item não foi colocado em votação por ter sido aprovado em bloco. Na seqüência, iniciou-se a discussão do título **EM DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN – item 11 - Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas**

de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas conseqüências nas relações do trabalho docente. Situação nos grupos: aprovado com modificação no G3 e, integralmente nos grupos 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 9, 10 e 11. Proposta de modificação do G3 – acrescentar após níveis “e modalidades”. O presidente submeteu à votação a proposta, que foi rejeitada por ampla maioria registrando-se algumas abstenções, sendo aprovado o texto original com a modificação proposta pelo G3, ficando com a seguinte redação: **11 - Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis e modalidades, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas conseqüências nas relações do trabalho docente.** item **12 - Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Cadernos ANDES, nº 2, 2003) e nas diretrizes e metas do “PNE: Proposta da Sociedade Brasileira”.** Situação nos grupos: aprovado em todos os grupos integralmente. O presidente lembrou que o item 12 foi aprovado em bloco, bem como o item **13 - Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais e empresariais.** O presidente passou à leitura do **item 14 - Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra o corte de verbas públicas; contra o favorecimento das fundações de direito privado e dos cursos pagos; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência de fundações de direito privado.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 1 e 10 e integralmente nos grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Proposta de modificação do G1: acrescentar ao final a expressão “no âmbito das instituições de ensino superior públicas”. Proposta de modificação do G10: suprimir a expressão “contra o favorecimento das fundações de direito privado e dos cursos pagos; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados” e acrescentar ao final a expressão “denominadas de apoio às instituições de ensino superior públicas”. O presidente da Mesa submeteu as três propostas à discussão da Plenária. Ao final, o texto original foi submetido à votação, sendo rejeitado por ampla maioria registrando-se algumas abstenções. Na seqüência, o professor Américo Kerr apresentou proposta de nova redação para o item 14, consolidando as propostas dos grupos 1 e 10, o que foi acatado pela Plenária para a apresentação posterior de redação final. O presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para informar à Plenária a substituição do delegado professor José Maria

Andrade Barbosa pelo suplente professor Francisco Jaime Mendonça, representante da ADUFEPE Seção Sindical. Retomando os trabalhos o presidente informou que o item 15 foi aprovado em bloco. **15 - Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial.** O presidente passou à leitura do **item 16 - Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente: emprego público nas IES públicas, aumento no número de contratações por tempo determinado, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 3, 8 e 10 e integralmente nos grupos 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9 e 11. Proposta de modificação do G3: suprimir as expressões “emprego público” e “no número de” e acrescentar após determinado a expressão “em detrimento de concursos, bolsas de excelência para aposentados, bolsa de aproveitamento de jovens doutores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência”. Proposta de modificação do G8: acrescentar após docente a expressão “tais como” e após determinado “contratações via bolsa para aposentados e jovens doutores para o exercício da docência” e suprimir a expressão “aumento no número de contratações”. Proposta de modificação do G10: suprimir a expressão “aumento no número de”. O presidente da Mesa submeteu à votação o texto original, que foi rejeitado por ampla maioria com registro de 3 abstenções. A proposta apresentada pelo G3, submetida à votação, foi aprovada por ampla maioria registrando-se 10 abstenções. A proposta do G8 foi aprovada por ampla maioria registrando-se 13 abstenções, no entanto, prevaleceu a do G3 por ter sido considerada pela Plenária a de redação mais completa. A proposta apresentada pelo G10 não foi à votação por ter sido contemplada em votação anterior. O item ficou com a seguinte redação: **16 - Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas, aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, bolsas de excelência para aposentados, bolsa de aproveitamento de jovens doutores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.** Antes de entrar no próximo tópico, o presidente da Mesa submeteu à Plenária a prorrogação dos trabalhos por mais 1 hora, o que foi aprovado por unanimidade. Retomando os trabalhos, o presidente apresentou o título LUTA CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS colocando em discussão a alteração proposta pelo G8 – **Luta contra as políticas neoliberais**, que foi aprovado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Passou-se, então, ao item **17 - Dar continuidade à realização de encontros e seminários sobre as reformas do governo Lula, com destaque para as reformas universitária, sindical e trabalhista, visando a esclarecer e a subsidiar o movimento docente na luta contra a retirada de direitos.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 1, 2, 5, 7 e 8, integralmente nos grupos 3, 4, 6, 9 e 11 e sem informação sobre a posição do grupo 10. Proposta de modificação do G1: suprimir a palavra “para”. Proposta de modificação do G2: suprimir as expressões “Dar continuidade à realização de encontros e seminários sobre” e “visando a esclarecer e a subsidiar o movimento docente na luta contra a retirada de direitos” e acrescentar no início do item a expressão “Lutar contra”. Proposta do G5: remeter o item para o Plano Geral de Lutas. Proposta do G7: suprimir a expressão “Dar

continuidade à realização de encontros e seminários sobre” e acrescentar no início do item a expressão “Lutar contra” e, após Lula, a expressão “que retira os direitos do trabalhador”. Proposta do G8: suprimir as expressões “Dar continuidade à realização de encontros e seminários sobre” e “visando a esclarecer e a subsidiar o movimento docente na luta contra a retirada de direitos” e acrescentar no início do item “Lutar contra” e, ao final, “e tributária”. O presidente colocou em votação o texto original do item 17, que foi rejeitado por ampla maioria registrando-se 3 abstenções. Foram discutidas na seqüência as propostas de alteração apresentadas pelos grupos 1, 5, 7 e 8. O professor Tomás Boaventura propôs a compatibilização das propostas dos grupos 1, 5, 7 e 8, o que foi aprovado por ampla maioria registrando-se algumas abstenções. Os professores Rubens Freire e Francisco Jacob ficaram de compatibilizar as propostas apresentadas pelos grupos e apresentar posteriormente nova redação para o item 17. O presidente procedeu à leitura do **item 18 – Lutar pela revogação da Desvinculação das Receitas da União – DRU, medida que permite ao executivo retirar 20% de verbas da saúde e da educação**. Situação nos grupos: aprovado com modificação no G10, e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Proposta de modificação do G10: suprimir “medida”. Submetido à votação em primeiro lugar, o texto original foi aprovado integralmente por ampla maioria registrando-se 9 abstenções. O presidente lembrou à Plenária que o item 19 já fora aprovado em bloco. **19 - Lutar contra qualquer proposta de reforma administrativa que objetive a privatização dos serviços públicos, a eliminação da estabilidade, a quebra da isonomia entre servidores e o encolhimento das funções sociais do Estado Nacional. Item 20 - Lutar pela integralidade e universalidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que fragmentam e mercantilizam essas ações, facilitando a sua privatização**. Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 5 e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Proposta de modificação do G5: acrescentar após universalidade “e equidade”. Colocadas em discussão as duas propostas, o professor Edmundo Fernandes Dias defendeu o texto original enquanto que o professor Fernando Molinos defendeu o texto apresentado pelo G5. Submetido à votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria registrando-se 3 abstenções. **Item 21 - Intensificar a luta contra a reforma previdenciária, em curso hoje no Congresso, materializada pelo PEC 67/03, cujo objetivo é a privatização da Previdência Social Pública e sua descaracterização como direito social universal**. Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 3, 5, 6, 7 e 8; e integralmente nos grupos 1, 2, 4, 9 e 11; e o grupo 10 propôs a supressão do texto. Proposta de modificação do G3: Lutar pela revogação da EC-41/03 mantendo a continuidade da luta contra qualquer tipo de regulamentação que aprofunde a questão da privatização da Previdência Social Pública, denunciando sempre a questão da privatização, dos Fundos de Pensão que só atendem ao mercado financeiro e que são uma forma por demais perversa de ataque aos trabalhadores. Proposta de modificação dos grupos 5 e 7: Lutar pela revogação da EC-41/03 mantendo a continuidade da luta contra qualquer tipo de regulamentação que aprofunde a questão da privatização da Previdência Social Pública, denunciando sempre a questão da privatização, dos Fundos de Pensão que só atendem ao mercado financeiro e que são uma forma por demais perversa para os trabalhadores. Proposta de modificação do G6: Lutar contra qualquer proposta ou modelo previdenciário que represente a privatização da Previdência Social Pública e

sua descaracterização como direito social universal, combatendo a revogação das EC-20/98; 41/03, contra as propostas de regulamentação desta última, bem como contra seus desdobramentos nos estados e nos municípios. Proposta de modificação do G8: suprimir “Intensificar”. O presidente da Mesa submeteu à votação o texto original, que foi rejeitado por ampla maioria com registro de 4 abstenções. A professora Sara Granemann e o professor Francisco Jacob propuseram a compatibilização das propostas apresentadas pelos grupos 3, 5, 6, 7 e 8, com posterior apresentação da redação final para o item 21, o que foi acatado. Na seqüência, o professor Rubens Freire apresentou o item 17 em nova redação, que, submetido à votação, foi aprovado por ampla maioria com registro de 5 abstenções. **17 - Lutar contra as reformas do governo Lula que retiram direitos dos trabalhadores, com destaque para as reformas universitária, sindical e trabalhista e continuando a realizar encontros e seminários sobre essas reformas.** O presidente submeteu, ainda, à apreciação da Plenária a proposta do grupo 6 de remeter o item 17 para o Plano Geral de Lutas, o que foi aprovada por ampla maioria. O professor Américo Kerr usou da palavra e apresentou o texto consolidado para o item 14, que, submetido à votação, foi aprovado por ampla maioria com registro de 3 abstenções. **14 - Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra o corte de verbas públicas; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; contra os cursos pagos em instituições oficiais e o favorecimento das fundações de direito privado, denominado “de apoio” às instituições de ensino superior públicas; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência de fundações de direito privado, denominadas “de apoio” às instituições de ensino superior públicas.** Retomando os itens não consensuais, o presidente leu o **item 22 - Lutar por uma reforma tributária que seja verdadeiramente progressiva, que diminua a carga tributária dos trabalhadores e da população de menor poder aquisitivo e que aumente os tributos sobre as altas rendas, o capital e as grandes fortunas.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G10 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G10: substituir “a carga tributária” por “a tributação”. O presidente submeteu à votação o texto original, que foi aprovado por ampla maioria com registro de 4 abstenções. Proposta de acréscimo de novos itens. Grupos 3, 5 e 7 **Item 23.1** - Combater a proposta de reforma sindical apresentada pelo FNT e aprovada pela bancada nacional da CUT. Proposta dos grupos 3, 5, 7 e 8: **Item 23.2** -Lutar pela revogação da MP-16/2004, que modifica a Lei 10.683, que transfere para o ministro chefe da Casa Civil o controle das carreiras e salários dos servidores públicos federais. Proposta do G5 de deslocamento do item 23.2 para o Plano de Lutas do Setor das IFES. Proposta de acréscimo do G7: **item 23.3** - Contra a participação de representantes da CUT no FNT. O ANDES-SN coloca-se pela convocação de uma Plenária Nacional da CUT, que deve revogar o apoio concedido pela sua comissão executiva à reforma sindical do FNT. Proposta de acréscimo do G3: **23.4** – Que o ANDES-SN estabeleça ações coordenadas de mobilização com as entidades representativas do setor da educação (a exemplo da FASUBRA, do SINASEFE e da UNE) na perspectiva do desenvolvimento de uma campanha de mobilização da sociedade contra a reforma universitária pretendida pelo governo. Proposta de acréscimo do G10: **23.4** – Que o ANDES-SN estabeleça ações coordenadas de mobilização com a FASUBRA e a UNE na perspectiva do desenvolvimento de uma campanha de mobilização da sociedade sobre a reforma universitária para que os interesses defendidos historicamente por essas instituições representativas da

educação superior pública sejam adequadamente defendidos. O presidente da Mesa informou à Plenária que os itens 23.1 e 23.3 estavam superados por terem sido remetidos para o Tema III e submeteu à votação o item 23.4, proposto pelo G3, que foi aprovado por ampla maioria, com alguns votos contrários com registro de 6 abstenções. **23.4 - Que o ANDES-SN estabeleça ações coordenadas de mobilização com as entidades representativas do setor da educação (a exemplo da FASUBRA, do SINASEFE e da UNE) na perspectiva do desenvolvimento de uma campanha de mobilização da sociedade contra a reforma universitária pretendida pelo governo.** O presidente informou que o texto proposto pelo G10, para o item 23.4, não seria submetido à votação por ter sido superado na votação do item 23.4, que tem a mesma redação. Na oportunidade, a professora Solange Bretas chamou a atenção do coordenador da Mesa para o item 23.2, que não havia sido votado. O presidente submeteu à votação o item 23.2, que foi aprovado com ampla maioria com registro de 2 abstenções. **23.2 - Lutar pela revogação da MP-16/2004, que modifica a Lei 10.683, que transfere para o ministro chefe da Casa Civil o controle das carreiras e salários dos servidores públicos federais.** A professora Sara Granemann fez uso da palavra e apresentou a redação final do item 21, que foi aprovado por ampla maioria com registro de 3 abstenções. **21 - Intensificar a luta contra qualquer modelo previdenciário de caráter privado nos âmbitos federal, estadual e municipal, lutando também pela revogação da EC-20/98, 41/03 e pela não-regulamentação da última em qualquer esfera do Estado.** **2. BANDEIRAS DE LUTA.** Às 13 horas, o presidente da Mesa informou à Plenária o encerramento dos trabalhos da manhã, em função do limite estabelecido no cronograma e lembrou ainda que o retorno aos trabalhos, no período da tarde, seria às 15 horas impreterivelmente. Às 15 horas, instalou-se a Mesa coordenadora, tendo os seus trabalhos reiniciados às 15 horas e trinta minutos, quando foi atingido o quorum regimental. Prosseguindo, o presidente fez a leitura do **item A – Contra as guerras imperialistas. Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo. Contra a entrega da Base de Alcântara e a internacionalização da Amazônia.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 10 e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Proposta de modificação do G10; acrescentar antes de “entrega da Base de Alcântara” “qualquer tentativa de”. Submetida à votação, a proposta original foi rejeitada por ampla maioria, com registro de algumas abstenções, em favor da proposta modificada, que foi aprovada por ampla maioria com registro de 6 abstenções. **A - Contra as guerras imperialistas. Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo. Contra qualquer tentativa de entrega da Base de Alcântara e a internacionalização da Amazônia. B - Pela retirada de Israel dos territórios ocupados na palestina!** Situação nos grupos: aprovado por unanimidade em todos os grupos e em bloco na Plenária. **Item C - Não à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA.** Aprovado com modificação nos grupos 5 e 6 e integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 11. Proposta de modificação do G5: suprimir a expressão “Não à OMC”. Proposta de modificação do G6: acrescentar no início do item “Não à ALCA e”, preservando o restante da redação. O presidente propôs a votação do texto original, sem prejuízo da votação da proposta do G5 contra a proposta do G6, caso este não seja aprovado. O professor Américo Kerr propôs a abertura de defesa das propostas, o que foi rejeitado por ampla maioria, com votos contra e registro de algumas abstenções. O texto original foi submetido à votação, em primeiro lugar, sendo rejeitado por ampla maioria com registro de 3 abstenções. Submetida à votação, a proposta do

G5 foi rejeitada por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Em votação, a proposta do G6 foi aprovada por ampla maioria com registro de 12 abstenções. **C - Não à ALCA e à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA. Item D – Em defesa da Previdência Social, pública, solidária, em regime de repartição.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G5 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G5: acrescentar ao final a expressão “em defesa da aposentadoria integral e contra a instituição de qualquer tipo de previdência complementar”. O presidente lembrou que o item D estava superado pela votação em bloco. A professora Sara Granemann solicitou recurso de votação, argumentando que o G5 apresentou proposta de modificação do texto original que não constava do Relatório Consolidado. Acatado o recurso, a professora Sara Granemann propôs para o item D, a redação do texto proposto pelo G10, constante do item E, e a supressão do item E. Submetida à votação, a proposta da professora Sara foi aprovada por ampla maioria com registro de 8 abstenções. A redação final do item D ficou da seguinte forma: **D - Em defesa da aposentadoria integral e contra a instituição de qualquer tipo de previdência complementar.** Em seguida, passou-se ao item **F: Em defesa dos serviços públicos, da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os seus níveis e modalidades.** Situação nos grupos: aprovado por unanimidade em todos os grupos. O presidente lembrou que este item foi aprovado em bloco e passou à leitura do **item G - Pela liberdade de organização e práticas sindicais.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 e integralmente nos grupos 1 e 2. Proposta de modificação do G3: acrescentar após liberdade “e autonomia”. Proposta de modificação dos grupos 4 e 8: acrescentar antes de liberdade “autonomia e”. O presidente submeteu à votação o texto original, que foi aprovado com as modificações propostas pelos grupos 4 e 8, por ampla maioria com registro de uma abstenção, ficando com a seguinte redação: **G - Pela autonomia e liberdade de organização e práticas sindicais. Os itens H - Pela recuperação de perdas salariais históricas e estabilidade no emprego e I - Reajuste salarial já!; J- Fora, FMI!; K - Não ao pagamento da dívida externa!** foram aprovados integralmente em todos os grupos e, portanto, aprovados em bloco em Plenária. O presidente passou à leitura do **item M - Reforma agrária sob controle dos trabalhadores!.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 6 e integralmente nos demais grupos. Proposta de substituição do G6 – Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores! Garantia de plenas condições de moradia, saúde, educação, crédito e comercialização. O presidente da Mesa perguntou se havia alguém que mantivesse o texto original e, não havendo, colocou em votação o texto substitutivo apresentado pelo G6, que foi aprovado por ampla maioria com registro de 7 abstenções. Redação final: **M - Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores! Garantia de plenas condições de moradia, saúde, educação, crédito e comercialização. Item N - Contra as reformas e pactos que retiram direitos sociais e atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G2 e integralmente nos demais grupos. A proposta de modificação do G2: substituir “reformas e pactos” por “políticas neoliberais”. O presidente indagou se havia alguém que mantivesse o texto original e, não havendo, submeteu à votação a proposta do G2, que foi aprovada por ampla maioria com registro de 7 abstenções, ficando com a seguinte redação final: **N - Contra as políticas neoliberais que retiram direitos sociais e atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores. Item O - Pela reestatização das empresas privatizadas!** Situação nos grupos: aprovado com

modificação no G5 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G5: acrescentar ao final do item a expressão “sem indenização”. Consultada a Plenária se havia alguém que mantivesse o texto original e, não havendo, o presidente submeteu à votação a proposta apresentada pelo G5, que foi aprovada por ampla maioria com registro de 12 abstenções, ficando com a seguinte redação final: **O - Pela reestatização das empresas privatizadas sem indenização!** Item P - *Contra a participação de representantes da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.* Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 3, 5 e 11 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação dos grupos 3 e 5: acrescentar ao final “e no FNT”. Proposta de modificação do G11: acrescentar ao final “e no FNT. Em defesa da independência da CUT”. O presidente da Mesa informou à Plenária que este item, bem como as contribuições dos grupos foram remetidos para o Tema III, e passou à leitura do **item Q - Não à autonomia do Banco Central!** A Mesa lembrou ao plenário que o item Q foi aprovado em bloco. **Item R - Pela retirada da educação do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS da Organização Mundial do Comércio.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G5 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G5: acrescentar no início do item a expressão “Não à OMC”. Submetido à votação o texto original, foi aprovada sua manutenção por ampla maioria com registro de 17 abstenções. Proposta de acréscimo de novos itens apresentada pelo G3: **S – Fora as tropas imperialistas do Iraque e do Afeganistão!** Submetido à votação, o item foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. **T – Pelo estabelecimento efetivo de controle à modalidade de capital financeiro especulativo internacional e a remessa de lucro ao exterior!** **U – Contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula!** Proposta de acréscimo de item do G11: **V - Contra o desemprego!** **V1- Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário!** O presidente da Mesa submeteu à votação as propostas apresentadas. A proposta de inclusão do item T foi rejeitada por ampla maioria com registro de 12 abstenções; O item U foi aprovado por ampla maioria, com 3 votos contrários com registro de 5 abstenções; A proposta de inclusão dos itens V e V.1 foi aprovada por ampla maioria com registro de 8 abstenções. Os itens aprovados ficaram, portanto, com a seguinte redação: **U – Contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula!** **V - Contra o desemprego;** **V.1 - Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário!** Antes de iniciar a apreciação do Plano Geral de Lutas, o presidente da Mesa fez uma pausa para a leitura do documento de agradecimento dos Sem-Teto de Salvador, com o seguinte teor: Salvador – BA, 7 de março de 2004. Nota de Agradecimento. O MSTs – Movimento dos Sem Teto de Salvador vem por meio deste, agradecer a colaboração de todos os participantes do 23º CONGRESSO do ANDES-SN, por permitir a nossa presença no dia Internacional da Mulher (8 de março), contra toda forma de opressão e a atual política do governo na área educacional, habitacional, saúde e outros. Também estamos solidários em todos os momentos às reivindicações desta categoria. Saudações Socialistas. A Coordenação – MSTs. Momento de muitos aplausos!. A seguir, a Mesa pôs em discussão o item **3 – PLANO GERAL DE LUTAS. O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Plano Geral de Lutas do Sindicato. A LUTA INTERNACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO.** O presidente fez a leitura do **item 3.1 - Organizar firme oposição à continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas às determinações do FMI, BID e Banco Mundial cujas conseqüências mais imediatas são o aprofundamento do arrocho salarial e o sucateamento do serviço público.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 2 e 10 e integralmente nos demais grupos.

Proposta dos grupos 2 e 10: acrescentar após macroeconômicas “do governo Lula”. Submetido à votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções, em favor do texto modificado. Em votação, foi aprovado o texto com acréscimo proposto pelos grupos 2 e 10, por ampla maioria com registro de 6 abstenções, ficando o item com a seguinte redação: **3.1 - Organizar firme oposição à continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas do governo Lula às determinações do FMI, BID e Banco Mundial cujas conseqüências mais imediatas são o aprofundamento do arrocho salarial e o sucateamento do serviço público.** Em seguida, foi apreciado o **Item 3.2 - Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G11, que, no entanto, não apresentou proposta de alteração. Foi comunicado à Plenária a aprovação em bloco do item. **Item 3.3 - Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA e forçar a retirada do governo das discussões em curso, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial e lutando pela realização de um plebiscito para oficialmente consultar a população sobre a adesão do Brasil a esse acordo.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G5, sem apresentação do texto modificado. Portanto, o item foi aprovado em bloco na redação original. **Item 3.4 - Intensificar, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros, de abrangências internacional, nacional, regional e local, sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical.** Situação nos grupos: aprovado integralmente em todos os grupos e em bloco pela Plenária. **Item 3.5 – Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, intensificando a participação do ANDES-SN neste comitê, bem como das seções sindicais nos comitês locais e regionais reforçando esta luta na base do sindicato.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G3 e integralmente nos demais grupos. Modificação apresentada pelo G3: acrescentar ao final “visando a conquistar a realização do Plebiscito Oficial de 03/10/2004”. O presidente submeteu à votação o texto original, que foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Submetida à votação, a proposta de texto modificado pelo G3 foi aprovada por ampla maioria com registro de 8 abstenções. A redação do item 3.5 ficou da seguinte forma: **3.5 - Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, intensificando a participação do ANDES-SN neste comitê, bem como das seções sindicais nos comitês locais e regionais reforçando esta luta na base do sindicato, visando a conquistar a realização do Plebiscito Oficial de 03/10/2004.** Prosseguindo, a Mesa colocou em votação o **item 3.6 - Aprofundar a discussão sobre as conseqüências da ALCA na educação pública, em geral, e na universidade pública, em especial, intensificando a luta do Sindicato pela retirada da educação do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS / GATS da Organização Mundial do Comércio - OMC.** A Mesa lembrou à Plenária que este item já fora aprovado em bloco no início da sessão. **Item 3.7 - Aprofundar a discussão e ampliar a campanha contra a**

mercantilização da educação, intensificando o recolhimento de assinaturas do abaixo-assinado internacional pela retirada da educação do AGCS da OMC. Este item também foi aprovado em bloco. **Item 3.8 - Intensificar a luta do Sindicato contra qualquer proposta de autonomia do Banco Central, contra o acordo que cede a Base de Alcântara aos Estados Unidos e todos os acordos que venham a ferir a autonomia nacional, a exemplo do acordo com a Ucrânia, e participar das lutas com as comunidades atingidas pelo Centro de Lançamento de Alcântara.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 2, 4 e 5 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação dos grupos 2 e 4: 1º - desmembrar o item em dois com a seguinte redação: 3.8.1: Intensificar a luta do Sindicato contra qualquer proposta de autonomia do Banco Central; 3.8.2 - Intensificar a luta contra o acordo que cede a Base de Alcântara aos Estados Unidos e todos os acordos que venham a ferir a autonomia nacional. Proposta de modificação do G5: Intensificar a luta contra o acordo que cede a Base de Alcântara aos Estados Unidos e todos os acordos que venham a ferir a autonomia nacional, a exemplo do acordo com a Ucrânia, e participar das lutas com as comunidades atingidas pelo Centro de Lançamento de Alcântara. O presidente da Mesa indagou à Plenária se alguém defendia o texto original sem os desdobramentos. Não havendo defensor, o presidente submeteu à votação o item 3.8.1, que foi aprovado por ampla maioria com registro de 6 abstenções, ficando com a seguinte redação: **3.8.1: Intensificar a luta do Sindicato contra qualquer proposta de autonomia do Banco Central;** Os professores Edmundo Fernandes Dias e Rubens Freire propuseram a compatibilização dos itens 3.8.2 e 3.8.3, o que foi acatado ficando para votação posterior. O item 3.9 foi aprovado em bloco. **3.9 Intensificar a participação do Sindicato na Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa intransigente da educação pública, laica, gratuita, democrática, de qualidade, socialmente referenciada e sua universalização em todos os níveis.** Na seqüência, o presidente lembrou que o item 3.10 também fora aprovado em bloco. **3.10 Indicar que as seções sindicais participem ativamente da Rede Internacional de Solidariedade Ativa, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento.** **Item 3.11 – Apoiar as lutas dos povos que buscam a autodeterminação.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G4 e integralmente nos demais grupos. Proposta de substituição do G4: **3.11 - Apoiar os povos oprimidos, que lutam pela sua autodeterminação, a exemplo do povo palestino, iraquiano e nações indígenas latino-americanas.** Submetido à votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de 8 abstenções. Na seqüência, foi votado o texto modificado pelo G4, sendo aprovado por ampla maioria com registro de 8 abstenções. Em seguida, passou ao item **3.12 – Recomendar às seções sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade aos povos afegão e iraquiano, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promoverem debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo.** O presidente da Mesa informou à Plenária que o item 3.12 foi aprovado em bloco. Passou-se então à discussão da proposta de acréscimo de subitens ao item 3.12. Proposta do G2: **3.12.1. lutar pela instituição do Tribunal Internacional para.** Submetida à votação, foi rejeitada por ampla maioria com registro de 13 abstenções. O professor Edmundo solicitou recurso de votação, o que foi acatado pela Mesa. Defendeu a permanência do subitem 3.12.1, com acréscimo de: para julgar os crimes do imperialismo. Não havendo intervenção contrária, a Mesa submeteu à votação a

proposta de manutenção do subitem, que foi aprovada por ampla maioria com registro de 3 abstenções. **3.12.1. lutar pela instituição do Tribunal Internacional para julgar os crimes do imperialismo.** A seguir, passou-se à discussão do acréscimo proposto pelo G8: **3.12.2 - defender uma política externa autônoma, visando a ampliar as relações multilaterais de comércio com vistas a romper com os laços de subordinação à hegemonia dos EUA na América Latina.** Em votação, o acréscimo foi aprovado por ampla maioria com registro de 9 abstenções. Na seqüência, passou-se à discussão do acréscimo proposto pelo G10: **3.12.3 – lutar pelo não-pagamento da dívida externa.** Em votação, foi aprovado por ampla maioria com registro de 2 abstenções. Na seqüência, passou-se à discussão do título **DIREITOS HUMANOS, SINDICAIS E TRABALHISTAS.** Antes que se desse prosseguimento à discussão, a professora Sara Granemann apresentou a redação final para o item **21 – Intensificar a luta contra qualquer modelo previdenciário de caráter privado nos âmbitos federal, estadual e municipal e pela revogação da EC-20/98, 41/03 e pela não-regulamentação da última em qualquer esfera do Estado.** A versão final do texto foi aprovada. Na seqüência, a Mesa reiterou que os itens 3.13 e 3.14 já foram aprovados em bloco. **3.13 - Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores.** **3.14 - Exigir do governo federal o cumprimento das disposições legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro, em especial do art. 26, das Disposições Constitucionais Transitórias, e os incisos V e VII, do art. 52, da Constituição Federal.** Item **3.15 - Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL nº 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o eufemismo `flexibilização`, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.** Situação nos grupos: aprovado com acréscimo pelo G3 e integralmente pelos demais grupos. Proposta de acréscimo de um subitem do G3: **3.15.1 – Lutar contra a PEC-29/03, de autoria dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, denunciando seu potencial de corromper a concepção de liberdade sindical, verticalizar a estrutura sindical e fortalecer a burocracia das centrais em detrimento das deliberações de base.** Submetido à votação, o texto acrescido do subitem 3.15.1 foi aprovado por ampla maioria, sem votos contrários, com registro de algumas abstenções. Submetido à votação, o acréscimo 3.15.1 foi aprovado por ampla maioria com registro de 7 abstenções. A resolução ficou com a seguinte redação: **3.15 - Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL nº 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o eufemismo `flexibilização`, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.** **3.15.1 - lutar contra a PEC-29/03, de autoria dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, denunciando seu potencial de corromper a concepção de liberdade sindical, verticalizar a estrutura sindical e fortalecer a burocracia das centrais em detrimento das deliberações de base.** Item **3.16 - Combater qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade acadêmica em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais, oferecendo solidariedade político-sindical, assistência jurídica e apoio**

material, por meio das estruturas do movimento docente. Realizar campanhas de denúncia como forma de prevenir e enfrentar tais atos das administrações universitárias. Situação nos grupos: aprovado com proposta de acréscimo feito pelo G4. Em votação, o texto original, sem prejuízo do acréscimo, foi aprovado por ampla maioria, sem voto contrário, com registro de algumas abstenções. A seguir, passou-se à discussão do acréscimo proposto pelo G4. Lutar contra a PEC-29/03, de autoria dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, denunciando seu potencial de corromper a concepção de liberdade sindical, verticalizar a estrutura sindical e fortalecer a burocracia das centrais em detrimento das deliberações de base. Após algumas intervenções, o item foi considerado superado, por já ter sido contemplado no subitem 3.15.1. **Item 3.17 – Lutar, em conjunto com as entidades do campo da educação, contra o PL nº 337/03, de autoria do dep. Paes Landim (PFL/PI), que propõe uma “minirreforma trabalhista” exclusivamente para o magistério, removendo ou restringindo direitos, agudizando a precariedade das relações e condições de trabalho dos profissionais da educação.** Situação nos grupos: aprovado integralmente em todos os grupos e, portanto, aprovado em bloco pela Plenária. **Item 3.18 - Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital, em âmbitos nacional e internacional.** Este item foi remetido para o Tema III. **Item 3.19 - Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação.** Remetido para discussão no tema III. **Item 3.20 – Mobilizar as seções sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador, à assistência social e à previdência social, quanto a direitos e formas de financiamento e gestão que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G4 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G4: acrescentar após específicas “**vinculadas à pauta de reivindicações dos docentes da IFES protocolada no MEC**”. O professor Francisco Jacob defendeu a proposta de acréscimo substituindo “vinculadas à pauta” por “tomando-se como referência a pauta” Submetido à votação, o texto original, com a modificação proposta pelo G4 e aperfeiçoadas pelo professor Francisco Jacob, foi aprovada por ampla maioria com registro de 7 abstenções, ficando com a seguinte redação: **3.20 - Mobilizar as seções sindicais para discussão e organização de pautas específicas, tomando-se como referência a pauta de reivindicações das IFES protocoladas no MEC, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador, à assistência social e à previdência social, quanto a direitos e formas de financiamento e à gestão que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.** A seguir colocou-se em discussão o **item 3.21 Combater a contratação, via CLT/Emprego Público, nas IES públicas, bem como todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES.** Aprovado em bloco. **Item 3.22 - Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN e a criação de novas seções sindicais, na forma do seu Estatuto, para elevar o grau de desenvolvimento da organização e da luta dos trabalhadores.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G8 e integralmente nos demais grupos. Submetido à votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas

abstenções. A seguir, foi posta em discussão a proposta de modificação apresentada pelo G8: acrescentar após sindicais “inclusive no campo das IPES com a participação das SRs”. Em votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria com registro de 8 abstenções, passando a compor novo texto, que ficou com a seguinte redação: **3.22 - Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN e a criação de novas seções sindicais, inclusive no campo das IPES com a participação das SRs, na forma do seu Estatuto, para elevar o grau de desenvolvimento da organização e da luta dos trabalhadores. Item 3.23 - Desenvolver ações contra quaisquer tentativas de regulamentação do direito de greve bem como contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no Congresso Nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.** Situação nos grupos: aprovado com modificação proposta pelos grupos 2 e 6 de desdobramento em 2 itens. Os demais grupos aprovaram-no integralmente. Proposta de desdobramento: **3.23.1 -Desenvolver ações contra as atuais tentativas de regulamentação de direito de greve. 3.23.2 -Desenvolver ações contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no congresso nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.** Submetido à votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria, com registro de 5 abstenções. Em votação, o desdobramento 3.23.1 foi aprovado por ampla maioria com registro de 5 abstenções. Em votação, o desdobramento 3.23.2 foi aprovado por ampla maioria, sem voto contrário com registro de algumas abstenções, ficando os itens com a seguinte redação: **3.23.1 -Desenvolver ações contra as atuais tentativas de regulamentação de direito de greve. 3.23.2 - Desenvolver ações contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no congresso nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.** A seguir, a Mesa pôs em discussão o item **3.24 – Articular, no interior das coordenações estaduais dos servidores públicos, a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve, e trabalhar junto aos parlamentares nos estados nesse sentido.** Situação nos grupos: aprovado integralmente. O presidente lembrou que o item 3.24 já fora aprovado em bloco. **Item 3.25 - Fortalecer na CUT o pólo de ação política que vise à retomada, pela Central, dos rumos para a independência política frente ao governo e para a organização efetiva da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.** A Mesa lembrou à Plenária que o item 3.25 fora remetido ao Tema III. **Item 3.26 – Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, raça, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade, região e portadores de necessidades especiais ou de doenças, intensificando a construção de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.** Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 2 e 10 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação dos grupos 2 e 10: substituir “nas” por “nessas”. Em votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Em votação, o texto, modificado pelos grupos 2 e 10, foi aprovado por ampla maioria com registro de muitas abstenções. **3.26 – Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, raça, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade, região, de portadores de necessidades especiais ou de doenças, intensificando a construção de estratégias para a inserção do ANDES-**

SN nessas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados. Proposta do G2, de acréscimo de um subitem ao item 3.26 – **3.26.1 – Lutar contra a PEC-29/03, de autoria dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, denunciando seu potencial de corromper a concepção de liberdade sindical, verticalizar a estrutura sindical e fortalecer a burocracia das centrais em detrimento das deliberações de base.** Em discussão, o item foi considerado superado por já estar contemplado no subitem 3.15.1. Proposta de acréscimo de subitem dos grupos 3 e 8: **3.26.2 - Lutar contra todas as propostas de redução da Maioridade Penal que tramitam no Congresso Nacional pela implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente em estados e municípios do país.** Não havendo manifestação contrária, o acréscimo foi votado e aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Proposta do G5 de acréscimo do item **3.26.3 - Dar continuidade à realização de encontros e seminários sobre as reformas do governo Lula, com destaque para as reformas sindical e trabalhista, visando a esclarecer e subsidiar o movimento docente.** Submetido à votação, o acréscimo foi aprovado por ampla maioria e remetido para o tópico Direitos Sindicais. Proposta do G6 de acréscimo do subitem **3.26.4. Estabelecer, no mês de abril, um dia nacional em defesa da universidade pública e gratuita e de um serviço público de qualidade com paralisação e atos nos estados: a) Neste dia, realizar entrega formal da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à presidência da Câmara, aos parlamentares das Comissões de Educação e às entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc), em âmbito nacional, e aos conselhos universitários, colegiados de unidades e departamentos, em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita a todos os parlamentares, impressa, etc. b) A proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do estado e serviços públicos e em defesa da universidade pública e gratuita.** Em votação, o subitem 3.26.4 foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções e remetido para o tópico Defesa da Educação Pública e do projeto de Universidade do ANDES-SN. **DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DO PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN. Item 3.27 - Lutar contra a implementação dos princípios da reforma universitária contidos no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial -GTI instituído pelo decreto publicado em 21/10/03, implementando: Situação nos grupos: aprovado com modificação nos grupos 2 e 7 e integralmente nos demais grupos. Em votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria e com o registro de 6 abstenções, com proposta de deslocamento para o item 3.66, bem como os subitens 3.27.1 e 3.27.2. 3.27 - Lutar contra a implementação dos princípios da reforma universitária contidos no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI instituído pelo decreto publicado em 21/10/03, implementando:** A seguir, passou-se à discussão do subitem **3.27.1 - a luta pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior -FUNDES e a contribuição social para a educação superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior.** Proposta de acréscimo do G7: acrescentar ao final “esta luta é extensiva a todas as proposições legislativas de mesmo ou semelhante teor”. Submetida à votação, a proposta de acréscimo foi aprovada por ampla maioria com registro de 7 abstenções, ficando o subitem com a

seguinte redação final: **3.27.1 - a luta pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior - FUNDES e a contribuição social para a educação superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior. Esta luta é extensiva a todas as proposições legislativas de mesmo ou semelhante teor.** Subitem **3.27.2 - a luta pela rejeição da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, pelo seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária estabelecida no art. 207, da Constituição Federal.** Proposta do G7: “A luta pela” a expressão “revogação do Projeto de Lei de Conversão (PLV 10/04 de 17/3/04) da”. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria com registro de algumas abstenções ficando o subitem com a seguinte redação: **3.27.2 - a luta pela revogação do Projeto de Lei de Conversão (PLV 10/04 de 17/3/04) da recém-aprovada lei de conversão da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, pelo seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária, que está estabelecida no art. 207 da Constituição Federal.** A seguir, colocou-se em discussão o item **3.27.3 - a luta pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 118/2003, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, por meio da qual será regulamentada a autonomia universitária, violando preceito constitucional.** Em votação, foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. **Item 3.28 - a intensificação da luta da categoria pela implementação da Carreira Única, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G2 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G2: substituir “a intensificação” por “intensificar”, acrescentar após única “e do Plano nacional de Capacitação Docente”. Em votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções, com a modificação apresentada pelo G2, ficando com a seguinte redação: **3.28 - Intensificar a luta da categoria pela implementação da Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação Docente, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.** **Item 3.29 - o combate a todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal, desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o arquivamento das proposições em tramitação.** Situação nos grupos: aprovado com modificação pelo G2 e integralmente pelos demais grupos. Proposta de modificação do G2: substituir “o combate” por “combater”. Em discussão, o texto original foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções e a modificação proposta pelo G2, ficando com a seguinte redação: **Item 3.29 - Combater todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal, desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas**

para o arquivamento das proposições em tramitação. Na seqüência, o presidente da Mesa leu o item 3.30 e os subitens 3.30.1, 3.30.2 e 3.30.3, lembrando que estes itens e seus subitens já foram aprovados em blocos. **3.30 - Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para:** 3.30.1 - o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades; 3.30.2 - a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação das IES, a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores nas IES; 3.30.3 - a luta pelo cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece vinculação de 18% da receita da União para educação, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União – DRU; Subitem **3.30.4 a luta pela derrubada dos vetos ao PNE e pelo aumento progressivo de gastos públicos com educação, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.** Proposta de modificação do G3: substituir “gastos” por “investimentos”. Em votação, foi aprovado, por ampla maioria com registro de 9 abstenções, o texto original com a modificação apresentada pelo G3: **3.30.4 - a luta pela derrubada dos vetos ao PNE e pelo aumento progressivo de investimentos públicos com educação, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.** Os itens 3.31, 3.32, 3.33 e 3.34 foram aprovados em bloco. **3.31 - Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior e restrinjam o livre desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da filosofia e das artes.** **3.32 - Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN.** **3.33 - Combater todos os projetos legislativos que propõem a extensão, aos centros universitários, da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal.** Em especial, exigir o arquivamento imediato e definitivo do PL 4560/2001, de autoria do dep. Alberto Goldman (PSDB/SP), sobre essa matéria, para o qual já existem pareceres de inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados. **3.34 - Lutar, em conjunto com as entidades do campo da educação, pela aprovação do PDC nº 383/03, de autoria dos deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Colombo (PT/PR), que susta os efeitos do Decreto nº 3680/2001, que estende, parcialmente, aos centros universitários, a autonomia universitária prevista no art. 207, da Constituição Federal.** Passou-se à discussão do subitem **3.34.1** assumindo posição contrária e combatendo a utilização de pós-graduandos como docentes nas universidades onde realizam a sua pós-graduação. Combatendo a precarização do trabalho docente pela utilização desses alunos, como forma de não-contratação de docentes. Defendendo o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização. Situação nos grupos: os grupos 3 e 5 aprovaram-no com modificação e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Proposta de modificação do G3: acrescentar após pós-graduação “quando utilizados em substituição ao trabalho como substituto ao

trabalho docente pela utilização desses alunos, como forma de não-contratação de docentes”. Proposta de substituição do G5: substituir o texto original por “Combater a precarização do trabalho docente pela utilização de pós-graduandos como forma de não-contratação de docentes. Defender o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização.” Colocados em votação, o texto original, a proposta de acréscimo do G3 e a proposta de substituição do G5, foi aprovada a proposta do G5 ficando o texto com a seguinte redação final:

3.34.1 - Combater a precarização do trabalho docente pela utilização de pós-graduandos como forma de não-contratação de docentes. Defender o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização. Os itens 3.35 e 3.36 foram aprovados em bloco. **3.35 - Combater os Parâmetros Curriculares e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, que comprometem a qualidade da educação básica e da educação superior e de suas respectivas modalidades, com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.** **3.36 - Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnicos-administrativos (admissões por concurso público e pelo regime estatutário) e à infra-estrutura das IES, resgatada e respeitada a sua autonomia.** A seguir, a Mesa passou à discussão do **Item 3.37 - Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos.** Situação nos grupos: aprovado o texto original por todos os grupos, com proposta de acréscimo de item pelos grupos 1, 3, 4, 8 e 11. Submetido à votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Proposta de inclusão de item do G1: Assumir posição contrária ao PL de autoria do dep. Cel. Alves do PL/AP, que institui a cobrança de mensalidades a alunos das IES públicas com renda superior a 5 salários-mínimos e cria o “fundo de democratização do ensino superior”, constituído com esses recursos, com a finalidade de ser aplicado na concessão de bolsas de estudos a alunos de IES privadas com renda familiar inferior a 5 salários-mínimos; assumir posição contrária a quaisquer outros projetos com teor idêntico. Em votação, a inclusão foi rejeitada por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Proposta dos grupos 3, 4, 8 e 11, de acréscimo de item: **Assumir posição contrária ao PL de autoria do dep. Cel. Alves do PL/AP, que institui a cobrança de mensalidades a alunos das IES públicas com renda superior a 5 salários-mínimos e cria o “fundo de democratização do ensino superior”, constituído com esses recursos, com a finalidade de ser aplicados na concessão de bolsas de estudos a alunos de IES privadas com renda familiar inferior a 5 salários-mínimos.** Em votação, a proposta de acréscimo dos grupos 3, 4, 8 e 11 foi aprovada por ampla maioria e com o registro de muitas abstenções. O item 3.38 foi aprovado em bloco. **3.38 - Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial,**

como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas. A seguir, a Mesa pôs em discussão o item 3.39 - **Assumir posição contrária ao PL n.º 2874/2000, da deputada Jandira Feghali, que, além de apresentar dados orçamentários desatualizados, institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior, que trará impactos negativos sobre o financiamento do ensino superior.** Situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11, com proposta de supressão apresentada pelo G7. Em votação, foi aprovada por ampla maioria com registro de 6 abstenções a manutenção do texto original. Continuando os trabalhos, a Mesa passou à discussão do item **3.40 – Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, denunciando a ação deletéria das fundações de direito privado que utilizam indevidamente espaço físico, pessoal e qualificação acadêmica das universidades. Realizar debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, encaminhando-os ao Ministério Público.** Situação nos grupos: aprovado com propostas de acréscimo de subitens apresentadas pelos grupos 1, 3, 4, 5, 8 e 11 e integralmente pelos demais. Como as propostas apresentadas são de acréscimo de subitens, a redação original foi mantida, passando-se à apreciação dos acréscimos. Proposta do G1: **3.40.1.** Lutar contra a proposta de decreto oriundo do MEC e do MCT, que regulamenta a Lei 8.958/1994, tratando da relação das IFES com as Fundações de Apoio no interior das IES públicas. Proposta dos grupos 4 e 5: **3.40.2.** Lutar contra a proposta de decreto oriundo do MEC e do MCT, que regulamenta a lei 8.958/1994, tratando da relação das IFES com as Fundações de Apoio no interior das IES públicas. Proposta dos grupos 4 e 5: **3.40.3.** Assumir posição contrária ao “Programa Universidade para Todos”, que institui a renúncia fiscal e previdenciária para as IES privadas em troca de vagas para “grupos socialmente desfavorecidos”, o que representa, na prática, mais um desvio de verba pública para as IES privadas. Proposta dos grupos 3 e 8: **3.40.4.** Lutar contra a proposta de decreto oriundo do MEC e do MCT, que regulamenta a Lei 8.958/1994, tratando da relação das IFES com as Fundações de Apoio no interior das IES públicas e assumir posição contrária ao “Programa Universidade para Todos”, que institui a renúncia fiscal e previdenciária para as IES privadas em troca de vagas para “grupos socialmente desfavorecidos”, o que representa, na prática mais um desvio de verba pública para as IES privadas. Proposta do G11: **3.40.5.** Lutar contra a proposta de decreto oriundo do MEC e do MCT, que regulamenta a Lei 8.958/1994, tratando da relação das IFES com as Fundações de Apoio no interior das IES públicas e assumir posição contrária ao “Programa Universidade para Todos”, que institui a renúncia fiscal e previdenciária para as IES privadas em troca de vagas para “grupos socialmente desfavorecidos”. Em seguida, foram colocados em discussão os acréscimos apresentados pelos grupos. A professora Solange Calcagno fez uso da palavra e propôs a compatibilização dos itens com redação iguais. Houve várias manifestações sobre como votar os subitens acima citados. A professora Vera Jacob e o professor Aloízio Ferreira alertaram para o fato de que as propostas de acréscimo 3.40.1 e 3.40.2 têm exatamente a mesma redação e que os subitens 3.40.4 e 3.40.5 são, na verdade, junção dos subitens 3.40.1 ou 3.40.2 (itens com a mesa redação) com o 3.40.3. Portanto, o encaminhamento, segundo os dois professores, deverá ser se a Plenária aprova os acréscimos e, se aprovar, se os textos serão votados em dois subitens ou em um único subitem. Submetido à votação, o encaminhamento foi aprovado. O presidente da Mesa apresentou proposta de votação dos acréscimos, o que foi aprovado e, em seguida, se deveriam ser votados os

dois subitens separados ou se em um único subitem. Submetida à votação, foi aprovada a proposta de se votar dois subitens separados. Realizada a votação, o texto ficou com a seguinte redação: **3.40 – Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas denunciando a ação deletéria das fundações de direito privado que utilizam indevidamente espaço físico, pessoal e qualificação acadêmica das universidades, encaminhando-os ao Ministério Público. 3.40.1 – Lutar contra a proposta de decreto oriundo do MEC e do MCT, que visa a regulamentar a Lei 8.958/1994, que trata da relação das IFES com as fundações de apoio no interior das IES públicas. 3.40.2 – Assumir posição contrária ao “Programa Universidade para Todos”, que institui a renúncia fiscal e previdenciária para as IES privadas em troca de vagas para “grupos socialmente desfavorecidos”, o que representa, na prática, verbas públicas para IES privadas.** Prosseguindo, a Mesa lembrou que os itens 3.41, 3.42 e 3.43 já foram aprovados em bloco com a seguinte redação: **3.41 Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e a precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais. 3.42 Exigir do MEC a revogação da Portaria nº 1403, de 9/6/03, que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada dos Professores, com a reedição do “Provão” para os estudantes de licenciatura e instituindo gratificação de produtividade para os professores da educação básica, de acordo com o resultado no Exame Nacional de Cursos. 3.43 Posicionar-se contrariamente, por desnecessária, à edição de novo instrumento regulamentador da LDB, no que tange ao ensino médio, à educação profissional de nível técnico e tecnológico, sendo necessária e suficiente, tão-somente, a revogação imediata do Decreto nº 2208/97.** A seguir a Mesa pôs em discussão o item **3.44 - Defender o retorno do número de vagas anteriores à homologação do Decreto 2.208/97 na perspectiva da ampliação do acesso ao ensino técnico de nível médio de acordo com as condições concretas que garantam a qualidade do ensino em cada instituição.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G11 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G11: substituir “retorno” por “aumento” e acrescentar após vagas “discentes, tendo como referência as vagas existentes”. Em votação, o texto original, com as modificações propostas pelo G11, foi aprovado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções, ficando com a seguinte redação: **3.44 - Defender o aumento do número de vagas discentes, tendo como referência as vagas existentes anteriormente à homologação do Decreto 2.208/97, na perspectiva da ampliação do acesso ao ensino técnico de nível médio de acordo com as condições concretas que garantam a qualidade do ensino em cada instituição.** A Mesa lembrou que os itens 3.45, 3.46 e 3.47 já foram aprovados em bloco com a seguinte redação: **3.45 Defender o financiamento público/estatal da educação técnica e tecnológica, em contraposição a verbas do PROEP, assim como a auditoria no PROEP, nas fundações de apoio e nas cooperativas. 3.46 - Intensificar ação nacional pela revogação imediata do Decreto nº 2.208/97 e de toda a legislação que consolidou a reforma do ensino técnico e tecnológico, processo já em curso com a revogação da Portaria nº 646/97, que regulamentava a reforma do ensino técnico nas IFES. 3.47 - Intensificar a luta por processos de**

avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os setores envolvidos e tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição. Na seqüência, passou-se à discussão do item **3.48 - Exigir um calendário que permita um debate consistente e democrático sobre as estratégias de avaliação da educação superior.** Situação nos grupos: os grupos 2, 4 e 5 deliberaram pela supressão do item e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em apreciação, a Plenária deliberou pela supressão do item. A Mesa lembrou que os itens 3.49 e 3.50 já foram aprovados em bloco com a seguinte redação: **3.49 - Exigir do MEC um calendário que possibilite um debate consistente e democrático sobre as estratégias de avaliação da educação superior, inclusive realizando audiências públicas com os sindicatos, entidades acadêmicas e representações das IES. 3.50 - Reivindicar que as discussões sejam encaminhadas de forma articulada com as Políticas de Financiamentos para o Ensino Público, inclusive de pós-graduação e de fomento à C&T.** A seguir, passou-se à apreciação do **Item 3.51 - Rejeitar a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), nos moldes propostos pelo documento SINAES devido ao seu caráter antidemocrático e heteronômico.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G5 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G5: substituir “SINAES” por “SINAPES”. Submetido à votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria com registro de 8 abstenções e a proposta de modificação apresentada pelo G5, rejeitada. Esgotado o tempo regimental para a Plenária do Tema I, a Mesa remeteu o restante dos trabalhos do Tema I para a Plenária do Tema II, com início às 19 horas. Às vinte horas, o professor Antônio Bosi, presidente da Mesa coordenadora do Tema I, retomou os trabalhos e fez a leitura dos itens 3.52 e 3.53 e lembrou que estes itens já foram aprovados em bloco com a seguinte redação: **3.52 Rejeitar a existência de um Sistema Nacional de Avaliação dissociado do Sistema Nacional de Educação, democrático e voltado para a educação gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada, em que o Estado seja o provedor de educação e. 3.53 Reivindicar um Projeto Nacional de Avaliação de caráter autônomo e democrático, baseado nos critérios científicos não-quantitativos nem produtivistas, mas no respeito às especificidades nacionais e regionais, alicerçado num projeto para a educação superior brasileira voltado para as necessidades sociais e nacionais com vistas à inclusão social de toda a população brasileira como define a “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”.** Na seqüência, foi colocado em discussão o item **3.54 - Intensificar a luta para garantir a representação dos três segmentos da comunidade - docente, discente e técnico-administrativo - nos órgãos e colegiados decisórios das instituições de educação superior, tendo como base a paridade prevista no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.** Situação nos grupos: todos os grupos o aprovaram integralmente à exceção do G4, que apresentou proposta substitutiva: **Intensificar a luta para garantir a paridade como princípio mínimo de representação que deve orientar a escolha de reitores e direção de unidades e para a composição de órgãos colegiados nas IES.** Em votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções e a proposta da G4 foi aprovada por ampla maioria com registro de várias abstenções. O presidente lembrou que os itens 3.55 e 3.56 foram aprovados em bloco com a seguinte redação: **3.55 - Promover ação nacional pela reformulação de estatutos e regimentos das IES via processos democráticos definidos no âmbito de cada instituição e que nela se esgotem. 3.56 - Posicionar-se contrariamente ao PL nº 1172 /2003, da deputada Raquel**

Teixeira (PSDB/GO), no que tange à certificação de professores da educação básica pública. **Item 3.57 - Intensificar a luta pela derrubada dos vetos ao PNE do governo e pela implementação de aumento progressivo nos gastos públicos com educação para alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G3 e integralmente nos demais grupos. O G3 apresentou proposta de supressão do item 3.57. Em votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria e com o registro de 5 abstenções. **Item 3.58 - Assumir posição contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio da educação a distância (EAD), lutando para que os programas de EAD sejam suplementares nos cursos de graduação, em geral, e nos de formação do magistério, em especial. Tais programas devem ser vinculados às universidades e seu desenvolvimento pressupõe, como política da instituição de educação superior, a predominância da educação presencial.** Situação nos grupos: o G4 apresentou proposta de supressão e o G1, proposta de modificação e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Proposta de modificação do G1: desdobrar o item 3.58 em item e subitem. **Item 3.58 - Assumir posição contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio da educação a distância (EAD). Subitem 3.58.1 - Lutar para que os programas de EAD sejam vinculados às universidades e apenas suplementares nos cursos de graduação, em geral, e nos de formação do magistério, em especial.** Em votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. A seguir, colocou-se o item 3.58 e o subitem 3.58.1 em discussão. O professor Francisco Jacob fez uso da palavra para defender a supressão do subitem 3.58.1. Manifestaram-se ainda sobre este ponto os professores Vandei Pinto (ADUNESP), Luiz Mauro (ADUR-RJ) e José Aguilar (ADUFES). Não havendo outras inscrições, o presidente encaminhou à votação o item 3.58, que foi aprovado por ampla maioria com registro de 6 abstenções. A seguir, colocou-se em votação o subitem 3.58.1 que foi rejeitado por ampla maioria com registro de 9 abstenções. O item 3.59 foi aprovado em bloco com a seguinte redação: **3.59 - Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas instituições de ensino públicas e gratuitas, em todos os níveis de ensino, em especial em cursos noturnos, por meio da contratação de docentes e técnicos-administrativos, via concurso público e pelo RJU, para melhoria das condições infra-estruturais das IES públicas.** A seguir, passou-se à discussão do item **3.60 - Assumir posição contrária ao PLS n.º 45/2003, do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), e lutar pela aprovação do PDL n.º 385/2000, que restabelece o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação, e lutar pela revogação dos Decretos n.º 3.276/99 e n.º 3.462/2000, assim como de todas as resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET.** Situação nos grupos: aprovado com modificação no G5 e integralmente nos demais grupos. Proposta de modificação do G5: Substituir “assumir posição contrária ao ” por “Lutar contra a aprovação do” suprimir a expressão “e lutar pela aprovação do PDL n.º 385/2000, que restabelece o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação, e lutar” e acrescentar ao final “assumindo a luta pela aprovação do PDL n.º 385/2000, que restabelece o papel da universidade nos termos concebidos no caderno 2 do Andes –SN, como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação”. Em votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Em

votação, a proposta do G5 foi aprovada por ampla maioria com registro de 5 abstenções, compondo novo texto com a seguinte redação: **3.60 - Lutar contra a aprovação do PLS n.º 45/2003, do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), pela revogação dos Decretos nº 3.276/99 e nº 3.462/2000, assim como de todas as resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET, assumindo a luta pela aprovação do PDL nº 385/2000, que restabelece o papel da universidade nos termos concebidos no caderno 2 do ANDES-SN, como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação.** O item 3.61 foi aprovado em bloco com a seguinte redação: **3.61 - Lutar pela ampliação do número de cursos regulares e presenciais de Licenciatura e de Pedagogia, em especial em cursos noturnos, nas universidades públicas, com verbas específicas da União e dos estados para a manutenção dos mesmos.** Em seqüência, passou-se à discussão do item **3.62 - Intensificar a luta contra o PL nº 4746/1998, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e o substitutivo apresentado pelo relator deputado Átila Lira, que pretendem regulamentar o exercício da profissão do pedagogo, o que trará graves conseqüências para os cursos de Pedagogia e para a qualidade da formação dos profissionais da educação.** Situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 1, 4, 7, 8, 9, 10 e 11 e com propostas de modificação e acréscimo no G6. Os grupos 2, 3 e 5 apresentaram propostas de acréscimo. Não havendo informação sobre a proposta de modificação do G6, o presidente da Mesa submeteu à votação o texto original, que foi aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções, sem prejuízo da apreciação dos acréscimos. Em seguida, a Mesa colocou em votação a proposta de acréscimo do G6: Intensificar a luta contra o PL nº 4746/1998, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e o substitutivo apresentado pelo relator deputado Átila Lira, que pretendem regulamentar o exercício da profissão do pedagogo, o que trará graves conseqüências para os cursos de Pedagogia e para a qualidade da formação dos profissionais da educação: - não ao subsídio às instituições de ensino superior privadas; - concursos já ! - pela não precarização do trabalho docente ! - autonomia das universidades e democratização da gestão universitária. Em votação, a proposta de acréscimo do G6 foi rejeitado por ampla maioria com o registro de algumas abstenções. A seguir, a Mesa passou a apreciar a proposta de acréscimo do G2: Estabelecer no mês de abril, um dia nacional em defesa da universidade pública e gratuita e em defesa do serviço público de qualidade com paralisação e atos nos estados: a) Neste dia, realizar entrega formal da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à presidência da Câmara, aos parlamentares das Comissões de Educação e a entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc), em âmbito nacional, e aos conselhos universitários, colegiados de unidades e departamentos, em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita a todos os parlamentares, impressa, etc. b) A proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do Estado e serviços públicos e em defesa da universidade pública e gratuita. Em discussão, foi considerada superada por já estar contemplada no subitem 3.26.4. Proposta de acréscimo do G3: Lutar pelo reajuste das bolsas da CAPES conforme índice de reajuste já concedido aos bolsistas de pós-graduação do CNPq em janeiro de 2004. Em votação foi aprovado por ampla maioria com registro de 4 abstenções. O professor Álvaro pediu recurso de votação argumentando que o reajuste deveria ser reivindicado até março de 2004. Em votação, o recurso foi negado por ampla maioria com registro de 13 abstenções. Proposta de acréscimo do G5: Dar continuidade à realização de

encontros e seminários sobre as reformas do governo Lula, com destaque para a reforma universitária, visando a esclarecer e subsidiar o movimento docente na luta contra a retirada de direitos. Em votação, foi rejeitada por ampla maioria com registro de algumas abstenções, por estar contemplada em itens anteriores, ficando o subitem 3.62 com a seguinte redação: **3.62 – Intensificar a luta contra o PL nº 4746/1998, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Átila Lira, que pretendem regulamentar o exercício da profissão de pedagogo, o que trará graves conseqüências para os cursos de Pedagogia e para a qualidade da formação dos profissionais da educação. Lutar pelo reajuste das bolsas da CAPES conforme índice de reajuste já concedidos aos bolsistas de pós-graduação do CNPq em janeiro de 2004.** A seguir, passou-se a apresentação de recomendações - **O 23º CONGRESSO recomenda às seções sindicais que: a) até o 24º CONGRESSO DO ANDES SINDICATO NACIONAL, abram discussão sobre a participação, ou não, de alunos de cursos a distância nos processos eletivos das IES. b) apóiem a realização do V CONED, que ocorrerá em Recife, em maio de 2004, e participem efetivamente dos encontros preparatórios para o evento que terão início em fevereiro de 2004. c) analisem a proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica como instrumento da luta pela efetiva e incondicional revogação do Decreto nº 2.208/97, devendo, em conjunto com as secretarias regionais, promover, articulada e coordenadamente, ampla discussão do documento. Situação nos grupos: aprovado integralmente em todos os grupos.** O presidente da Mesa considerou as recomendações aprovadas em bloco em função da aprovação nos grupos. O professor Rubens Freire solicitou recurso de votação que, submetido à Plenária, foi rejeitado por ampla maioria com registro de 4 abstenções. Dando seqüência aos trabalhos, a Mesa pôs em discussão os itens do título **DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES - PELA REESTATIZAÇÃO – CONTRA REFORMAS QUE RETIRAM DIREITOS – Item 3.63 – Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.** Situação nos grupos: o item foi aprovado com modificação no G5, remetido à Plenária pelo G2 e aprovado integralmente pelos demais grupos. Proposta de modificação do G5: acrescentar após “reestatização” “sem indenização”. Em votação, a proposta de acréscimo foi aprovada por ampla maioria com registro de algumas abstenções, ficando o texto com a seguinte redação: **3.63 - Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização, sem indenização, das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.** Em seqüência, a Mesa pôs em discussão o item **3.64 - Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas, e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em processo de negociação realizado pelo Sindicato, em especial, dos firmados no final da greve de 2001.** Situação nos grupos: remetido à Plenária pelo G2 e aprovado integralmente pelos demais grupos. Submetido à votação, foi aprovado com alguns votos contrários com registro de 4 abstenções. **Item 3.65 - Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: (a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; (b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; (c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade.** Situação nos grupos:

aprovado com modificação nos grupos 4, 6 e 8; o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Proposta de substituição dos grupos 4 e 6: Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, principalmente o FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da comunicação- a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade. Proposta de modificação do G8: acrescentar ao final "item d) a defesa das rádios comunitárias". A seguir, colocou-se em discussão o texto original e as duas propostas apresentadas pelos grupos. Foram feitas várias intervenções com proposta de compatibilização das propostas dos grupos 6 e 8. O professor Jonicael Cedraz argumentou que a proposta do G4, de sua autoria, não fora contemplada no relatório consolidado dos grupos. O coordenador solicitou à Mesa a proposta por escrito, no que foi atendido. Em votação o texto original, foi rejeitado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Em votação, a proposta do G6 foi rejeitada por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Em votação, a proposta apresentada pelo G8 foi rejeitada por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Proposta do G4, apresentada pelo professor Jonicael Cedraz: **3.65 – Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação e pela garantia do direito coletivo e difuso à comunicação, compreendendo: a) capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; b) a luta por uma política nacional de comunicação que priorize o sistema público de comunicação, democratize a gestão do estatal e reprima a demanda histórica institucionalizada do sistema privado, além de garantir mecanismos democráticos do controle social sobre os meios de comunicação privados existentes; c) ocupar, em conjunto com as entidades e movimento sociais, o espaço público das ondas de radiofusão, de sons e imagens, de baixa potência, nas localidades onde as universidades estão inseridas, para democratizar, em perspectiva, a comunicação e a sociedade**". Em votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Na seqüência, a Mesa pôs em discussão o item **3.66 Intensificar a luta pela retirada imediata do Projeto de Emenda Constitucional nº 573/2002, denunciando seu caráter de tributação sobre direitos constitucionais (art. 206 CF/88), mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física dos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público, sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior**. Situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 1, 4, 9 e 10; proposta de supressão nos grupos 3, 5, 6, 7, 8 e 11 e remetido à Plenária pelo G1. Submetido à votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Passou-se à discussão do item **3.67 - Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor de comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) uma regulamentação da TV digital que considere a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira**. Situação nos grupos: O G6 apresentou proposta de acréscimo, o

G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Proposta de acréscimo do G6: acrescentar após civil “principalmente o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC“. Em regime de votação, o texto original, acrescido da proposta apresentada pelo G6, foi aprovado por ampla maioria com registro de 6 abstenções, ficando com a seguinte redação: **3.67 - Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, principalmente o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC para apresentar um programa político para o setor de comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) uma regulamentação da TV digital que considere a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira.** Seguiu-se a discussão do item **3.68 - Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações (sistemas digitais, provedores estrangeiros de educação etc.), à Lei de Patentes e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Abertas as inscrições, manifestou-se sobre este ponto o professor Rubens Freire, que propôs modificação no texto original com o seguinte teor: Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo. Em regime de votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com registro de algumas abstenções em favor do texto modificado pela proposta do professor Rubens Freire que passou a ter a seguinte redação: **3.68 Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo.** A seguir, passou-se à discussão do item **3.69 - Implementar ações para extinguir os Fundos Setoriais, evitando, dessa forma, a ingerência do mercado no financiamento público de ciência e tecnologia.** Situação nos grupos: O G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Abertas as inscrições, manifestaram-se sobre o item os professores Rubens Freire, Aloízio Ferreira, Marcelo Tragtenberg, Amarílio Ferreira Júnior, Valério De Patta Pillar e Salatiel Menezes. Neste 1º bloco de intervenções, foram apresentadas duas proposta substitutivas: a do professor Rubens Freire com a seguinte redação: Promover debates e seminários sobre o financiamento da Ciência e Tecnologia no país, com destaque para os fundos setoriais, objetivando a apreciação e a deliberação sobre o assunto no próximo congresso e a do professor Valério De Patta Pillar nos seguintes termos: Implementar ações para garantir que os recursos dos fundos setoriais sejam efetivamente repassados às agências públicas de fomento à Ciência e Tecnologia e implementados em projetos de pesquisa paga de Ciência e Tecnologia em todas as áreas. A seguir, a Mesa consultou à Plenária sobre a necessidade de abertura de mais um bloco de intervenções. Como não houve consenso, a Mesa submeteu à votação a proposta de abertura de novo bloco de intervenções, o que foi rejeitado pela Plenária por ampla maioria. Dando seqüência aos trabalhos, a Mesa pôs em votação as três propostas apresentadas para o item 3.69: a proposta original, a do professor Rubens e a do professor Valério, com a concordância da Plenária de que a aprovação do texto original

implicaria a supressão das demais. Colocada em votação, a proposta original foi rejeitada, obtendo 55 votos contrários, 53 favoráveis e registro de 15 abstenções. Ao aferir o resultado da votação, a Mesa constatou que não havia quorum para deliberação. Assim, solicitou a presença dos delegados que permaneciam fora do plenário para recompor o quorum. Após o que, colocou em votação a prorrogação da Plenária por mais uma hora. A proposta obteve 119 votos favoráveis, 62 votos contrários e 4 abstenções, constando-se novamente a insuficiência de quorum. Diante da circunstância, o presidente da Mesa encerra a Plenária do Tema II transferindo os itens não-apreciados para a Plenária do Tema II, garantidas as inscrições já feitas. Às 11 horas do dia 9 de março de 2004, após a verificação do quorum regimental, os trabalhos foram reiniciados com a discussão do Tema I, retomando as inscrições anteriores. A Mesa concedeu a palavra ao professor Rubens, que se manifestou contra os fundos setoriais; os professores Marcelo Tragtenberg, Amarílio Ferreira Júnior, Valério de Patta Pillar e Dante Barone defenderam os fundos setoriais. Ainda sobre este ponto, manifestou-se contrariamente à aprovação dos fundos setoriais o professor Aloízio Ferreira. Não havendo mais inscrições o presidente da Mesa encaminhou o item à votação, sendo rejeitado o texto original por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Rejeitado o texto original, houve ampla discussão sobre como deveria ser encaminhada a votação das duas propostas substitutivas. Votados os encaminhamentos, foi aprovada a votação de uma proposta contra a outra. Submetidas à votação as propostas, a do professor Valério recebeu 95 votos favoráveis e 102 contrários e a do professor Rubens, 104 favoráveis e 93 contrários, sendo, portanto, aprovada com a seguinte redação: **promover debates e seminários sobre financiamentos da Ciência e Tecnologia no país, com destaque para os fundos setoriais, objetivando a apreciação e a deliberação sobre o assunto no próximo congresso.** A Mesa pôs em discussão o item **3.70 - Intensificar a luta pela manutenção da Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado. Situação nos grupos: remetido à Plenária pelo G2 e aprovado integralmente pelos demais grupos.** O professor Mário Luiz Alves manifestou-se sobre este ponto, propondo a supressão da palavra “manutenção” do texto original. Em votação, foi aprovado o texto com a modificação proposta, por ampla maioria com registro de 11 abstenções, ficando com a seguinte redação: **3.70 Intensificar a luta pela Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado.** A seguir, passou-se à apreciação do item **3.71 - Denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Não havendo proposta contrária, o presidente submeteu à votação o texto original, que foi aprovado por ampla maioria com 4 votos contrários e registro de algumas abstenções. A seguir, discutiu-se o item **3.72 - Lutar por uma política nacional que introduza o desenvolvimento de softwares livres e de código aberto, peça chave para a inclusão digital, rompendo o ciclo oneroso de governos, IES, sindicatos e pessoas físicas dependentes de uma única empresa que monopoliza o mercado de softwares no mundo.** Situação nos grupos: aprovado com modificação pelo G4, o G2 remete-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Proposta de modificação do G4: suprimir a expressão “peça chave para a inclusão digital” e

substituir a expressão “de uma única empresa que monopoliza o” por “do monopólio do”. Em regime de votação, o texto original foi aprovado com as modificações propostas pelo G4, ficando com a seguinte redação: **3.72 - Lutar por uma política nacional que introduza o desenvolvimento de softwares livres e de código aberto, rompendo o ciclo oneroso de governos, IES, sindicatos e pessoas físicas dependentes do monopólio do mercado de softwares no mundo.** Em seqüência, discutiu-se o item **3.73 - Combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, eqüidade e integralidade, conforme o art. 196 da Constituição Federal de 1988.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Não havendo proposta contrária, o texto original foi submetido à votação sendo aprovado por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Passou-se, então, à discussão do item **3.74 - Lutar em defesa da Seguridade Social e contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão inclusive intensificando a pressão junto aos poderes legislativos e executivos das três esferas, pela revogação da EC 20/98, EC 41/03, e pelo arquivamento das PEC 136/99 e 137/99.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em votação, o texto foi aprovado por ampla maioria com registro de 7 abstenções. A seguir, é posto em discussão o item **3.75 - Lutar pela intensificação da participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos Comitês e Fóruns Estaduais em Defesa da Previdência Pública e desenvolver ações unificadas.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em votação, o item foi aprovado por ampla maioria com registro de 3 abstenções. Passou-se à discussão do item **3.76 - Procurar apoio da OAB, CNBB, ABI e outras entidades para construir aliados na defesa dos serviços públicos de qualidade e socialmente referenciados.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em votação, o item foi aprovado por ampla maioria com registro de 2 abstenções. A seguir, passou-se à discussão do item **3.77 - Articular-se ao movimento de luta em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em votação, o item foi aprovado por unanimidade, seguindo-se o item **3.78 - Manifestar-se formalmente contra toda medida governamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medidas no campo jurídico, quando se tornarem necessárias.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em votação, foi aprovado por ampla maioria com registro de 5 abstenções. Na seqüência, discutiu-se o item **3.79 - Encaminhar a discussão nas bases sobre a necessidade de propor à CUT a convocação de uma greve geral como resposta ao aprofundamento da destruição das conquistas dos trabalhadores.** Situação nos grupos: o G2 remeteu-o à Plenária; o G3 propôs sua supressão e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em discussão, a Plenária deliberou pelo envio do item 3.79 para o Tema III. Propostas de acréscimo de novos itens. Grupos 1, 7 e 10 - **Estabelecer, no mês de abril, um dia nacional em defesa da universidade pública e gratuita e de um serviço público de qualidade com paralisação e atos nos estados: a) Neste dia, realizar entrega formal da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à**

presidência da Câmara, a parlamentares das Comissões de Educação e a entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc), em âmbito nacional, e aos conselhos universitários, colegiados de unidades e departamentos, em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita a todos os parlamentares, impressa, etc. b) A proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do Estado e serviços públicos. Em votação, foi aprovada por ampla maioria e registro de algumas abstenções, a inclusão do novo item proposto pelos grupos 1, 7 e 10. Proposta de acréscimo do G6: **Que o ANDES-SN articule, em 2004, com as entidades de servidores públicos de todo o país, uma ampla frente objetivando a recomposição salarial de todos os servidores.** Em votação, foi aprovada, por ampla maioria, a inclusão do item proposto pelo G6. Proposta de acréscimo do G8: **A luta em defesa da supressão do acordo que estabelece a necessidade de manutenção do superávit primário, que implica a diminuição dos gastos em serviços públicos no Brasil.** Em regime de votação, foi aprovada a inclusão do item proposto pelo G8. **Recomendação: A Direção Nacional deve: a) buscar constituir um calendário de atividades do Movimento Social para o próximo período e; b) envidar esforços para viabilizar a unidade na realização destas atividades do movimento.** Situação nos grupos: o G2 remeteu o texto à Plenária e os demais grupos aprovaram-no integralmente. Em votação, a recomendação foi aprovada por ampla maioria com registro de algumas abstenções. Proposta de acréscimo dos grupos 1, 3, 7 e 11: **Recomendar que as seções sindicais elaborem calendários de atividades locais em defesa do serviço público, em conjunto com os movimentos sociais compatíveis com o calendário nacional e com ampla divulgação na imprensa.** Em votação, foi aprovado, por ampla maioria com registro de algumas abstenções, o acréscimo proposto pelos grupos 1, 3, 7 e 11. Encerrado o TR5, o presidente da Mesa submeteu à votação o conjunto de itens que o compõe, que foi aprovado por unanimidade. Às nove horas do dia nove de março de dois mil e quatro, foi recomposta a Mesa do Tema I, sendo os trabalhos iniciados às onze horas, quando se verificou o quorum regimental. O presidente da Mesa colocou em votação o **TR – 6 – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES**, que foi aprovado por ampla maioria com 6 abstenções. Na seqüência, fez a leitura do item - **1 as seções sindicais e as secretarias regionais organizem a luta de resistência contra as versões da reforma previdenciária nos estados e/ou ajustes nas previdências estaduais para adequá-las à EC 41, bem como à reforma da seguridade como um todo, mediante a manutenção, reativação ou criação de fóruns de unidade com os demais servidores públicos estaduais e municipais.** Situação nos grupos: os grupos 1, 2, 6 e 9 remeteram-no à Plenária; os grupos 4, 5, 7, 8, 10 e 11 aprovaram-no com modificação; o grupo 3 aprovou-o integralmente. Não havendo polêmica, foi colocado em votação e aprovado por ampla maioria registrando-se 6 abstenções. A seguir, pôs em discussão o item **2 - as seções sindicais e as secretarias regionais realizem levantamento das políticas governamentais nos estados relacionadas às universidades.** Em votação, foi aprovado por ampla maioria com 4 abstenções. Na seqüência foi, discutido o item **3 - as seções sindicais e as secretarias regionais pautem em seus fóruns a discussão da reforma universitária visando a preparar a resistência contra qualquer reforma de caráter privatizante.** Não havendo polêmica, foi aprovado por ampla maioria com 2 abstenções. A seguir, foi colocado em discussão o item **4 - o setor continue o acompanhamento e o enfrentamento das questões referentes à Autonomia Universitária e Financiamento nas IEES.** Situação nos grupos; os grupos 1, 2, 6 e 9

remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 11 aprovaram-no integralmente. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 4 abstenções. Na seqüência, iniciou-se a discussão do item **5 - o ANDES-SN assumira posição contrária ao projeto de Lei nº 713/2003, de autoria do deputado Otávio Leite, da assembléia legislativa do Rio de Janeiro, que institui o Programa Compromisso Social de prestação obrigatória de serviços à comunidade por alunos e egressos dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro.** Situação nos grupos: os grupos 1, 2, 6 e 9 remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 11 aprovaram-no integralmente. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 2 abstenções. Item **6 - o GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados da assembléia legislativa do Rio de Janeiro.** Situação nos grupos: os grupos 1, 2, 6 e 9 remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 4, 5, 7, 10 e 11 aprovaram-no com modificação; o G8 aprovou-o na íntegra. Proposta de modificação do G4: o GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados da assembléia legislativa. Em votação, o texto original foi aprovado com a modificação apresentada pelo grupo 4, por ampla maioria com 3 votos contra e algumas abstenções. Proposta de acréscimo da Plenária: O GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados nos estados onde existam IEES. A proposta apresentada pela Plenária, não obstante a aprovação da proposta do G4, foi acatada por apresentar melhor redação. Colocada em votação, foi aprovada por ampla maioria com 3 abstenções. Propostas de acréscimo de novos itens. Proposta de acréscimo dos grupos 3, 4, 5, 8 e 10: o ANDES-SN posicione-se contrariamente à Reforma Universitária da Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo Requião, que visa a reduzir o orçamento das universidades estaduais do Paraná, fechar cursos, arrochar salários e cortar TIDE (Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva), transformando-o em gratificação por produtividade. Tal reforma universitária estabelece a continuidade do governo Lerner e orienta-se pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI. Proposta de acréscimo do G7: o ANDES-SN posicione-se contrariamente à Reforma Universitária da Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo Requião, que visa a reduzir o orçamento das universidades estaduais do Paraná, fechar cursos, arrochar salários e cortar TIDE (Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva) transformando-o em gratificação por produtividade, além de colocar funcionários técnico-administrativos na atividade docente. Tal reforma universitária estabelece a continuidade do governo Lerner e orienta-se pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI. Em regime de votação, foi aprovado o acréscimo proposto pelo G7. Primeira proposta de acréscimo do G11: o ANDES-SN posicione-se contrariamente à Reforma em curso no Estado do Paraná do governo Jaime Lerner. Em regime de votação, foi rejeitado por ampla maioria com 2 abstenções. Segunda proposta de acréscimo do G11: Realizar uma reunião do setor (ou encontro do setor) das IEES com tema Reforma da Universidade a fim de mapear a situação nos estados bem como construir uma agenda comum de lutas contra a reforma universitária do governo Lula e suas expressões no âmbito estadual. Se o que ocorrer for uma reunião de setor, constará da pauta da reunião a realização do Terceiro Encontro Nacional dos Docentes das IEES. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 8 abstenções. Proposta de acréscimo do grupo 5: as seções

sindicais e as secretarias regionais realizem um levantamento sobre a situação salarial dos docentes nas IEES visando a subsidiar as campanhas salariais em curso no Setor. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 2 abstenções, ficando o texto com a seguinte redação. **6. O GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados da assembléia legislativa.** Novo item - **O GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados nos estados onde existam IEES.** Novo item - **O ANDES-SN posiciona-se contrariamente à Reforma Universitária da Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo Requião que visa reduzir o orçamento das universidades estaduais do Paraná, fechar cursos, arrochar salários e cortar TIDE (regime de trabalho em Dedicção Exclusiva) transformando-o em gratificação por produtividade e colocar funcionários técnico-administrativos na atividade docente. Tal reforma universitária estabelece a continuidade do governo Lerner e orienta-se pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI.** Novo item - **Realizar uma reunião do setor (ou encontro do setor) das IEES com tema Reforma da Universidade a fim de mapear a situação nos estados bem como construir uma agenda comum de lutas contra a reforma universitária do governo Lula e suas expressões no âmbito estadual. Se o que ocorrer for uma reunião de setor, constará da pauta da reunião a realização do Terceiro Encontro Nacional dos Docentes das IEES.** Novo item - **As seções sindicais e as secretarias regionais realizem um levantamento sobre a situação salarial dos docentes nas IEES visando a subsidiar as campanhas salariais em curso no Setor.** A seguir, o presidente da Mesa leu a solicitação de substituição de delegado do SINDOCEFET-PR. Salvador 9/4/2004 – À Secretaria Geral do Congresso do ANDES-SN. Eu, Domingos Leite Lima Filho, delegado do SINDOCEFET-PR, por razão de viagem solicito a substituição de credenciamento, efetivando como delegada a suplente Neci Iolanda Schwanz Kiefer. Salvador. Continuando, leu a substituição de delegado da ADFUNREI: Por motivo de saúde, o professor Valdir Mano está substituindo a delegada Cristiane Moraes da ADFUNREI. Leu a substituição de delegado da ADUFF – S.Sind. Salvador, 9 de março de 2004. À Secretaria do 23º CONGRESSO do ANDES-SN. A direção da ADUFF S. Sind, vem solicitar a substituição do delegado Waldyr Luis de Castro pela suplente Lívia Lindóia. Tal solicitação se justifica pelo fato de que o delegado titular teve que se afastar deste Congresso por motivos particulares. Leu a substituição de delegado da APUFSC-S.Sind. Salvador, 9 de março de 2004. Solicito a substituição de Clarilton Ribas por Sandra Mendonça, como delegado, uma vez que o professor Ribas teve de ausentar-se para participar de um Congresso no México. Não havendo mais substituição de delegados (as), o presidente da Mesa colocou em votação em bloco os TRs 5 e 6, que foram aprovados por unanimidade. Remeteu à Plenária do Tema III, no período da tarde, o restante dos trabalhos. Às 14 horas, foram reiniciados os trabalhos com o **TR - 7 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9, 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, e 8 aprovaram-no com modificação e G11 aprovou-o integralmente. **Campanha Salarial 2004 - O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: 1 articule, com as entidades da CNESF, ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF, de 2004.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em

regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 1 abstenção. Passou-se, então, ao item **2 - lute por uma política de recomposição salarial que elimine as perdas sofridas durante os 8 anos do governo de FHC e por reposição salarial emergencial, conforme definição dos servidores em planária.** Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 4 abstenções. Foi colocado em discussão o item **3 - exija do governo que cumpra o dispositivo constitucional que prevê que a revisão anual do salário dos servidores públicos deve repor a inflação do ano anterior.** Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 1 abstenção. A seguir, encaminhou-se a discussão do item **4 - exija que o governo cumpra o compromisso firmado pelos seus ministros com os SPF, na MNNP, de que não haveria perdas salariais para servidores no governo Lula.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9, e 10 remeteram-no à Plenária; grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no integralmente. Em regime de votação, foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, houve a discussão do item **5 - denuncie o descumprimento, pelo governo Lula, do compromisso assumido na MNNP de que não haveria perdas salariais a partir de sua posse.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no integralmente. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 2 abstenções. A seguir, encaminhou-se a discussão do item **6 - denuncie junto à categoria e à sociedade que, a despeito da MNNP, não há processo de negociação efetiva por parte do governo, assim como não há verbas no Orçamento 2004 para a recuperação dos valores salariais perdidos.** Situação nos grupos; os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 4 abstenções, passando-se à discussão do item **7 - fortaleça a mobilização dos SPF no sentido de construção de uma greve unificada dos servidores públicos, com eixos salariais.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9, e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 4 abstenções. Passou-se à discussão do item **8 - reafirme no MEC as reivindicações constantes da pauta protocolada no ministério.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 2 abstenções. A seguir, discutiu-se o item **9 - exija do MEC a instalação imediata da Mesa Setorial de Negociação, bem como das Mesas Temáticas contidas no Termo de Acordo da Greve de 2001, priorizando.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no integralmente. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 1 voto contra e uma abstenção. Subitem **9.1 - a incorporação de todas as gratificações (GAE, GED, GID), nos seus valores máximos, para todos os docentes do magistério superior e básico, ativos e aposentados.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 3 votos contra e algumas abstenções. Subitem **9.2 – a implementação do projeto de Carreira Única do ANDES-SN, já protocolada no MEC, com piso e malha salariais propostos pelo ANDES-SN.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra; o grupo 2 aprovou-o com modificação. Proposta de modificação do G2: **a implementação do Projeto de Carreira Única e Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN, já protocolados no MEC, com piso e malha salariais propostos pelo ANDES-SN.** Em votação, a proposta original

foi rejeitada por ampla maioria com 3 votos contra e algumas abstenções. Em regime de votação, a proposta do grupo 2, foi aprovada por ampla maioria com 5 abstenções. **Subitem 9.3 - A realização de concursos pelo RJU para recomposição e ampliação de vagas nas IFES, tanto no magistério superior como no básico.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com uma abstenção, passando-se à discussão do item **10 - continue aprofundando a discussão na CNESF sobre os diferentes projetos de carreiras dos SPF, de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelas entidades e apresentadas ao governo.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 5 abstenções. Na sequência, houve a discussão do item **11 - continue a luta dos SPF pela manutenção do funcionamento dos fóruns estaduais (e implementação dos mesmos onde não existam), aglutinando as três esferas do funcionalismo público, no sentido de aprofundar o debate, entre as categorias de servidores, sobre as reformas trabalhistas, sindical e universitária e de construir ações conjuntas nos estados tanto em relação às reformas, quanto à campanha salarial de 2004 (no caso dos SPF).** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 2 abstenções. Em seguida, discutiu-se o item **12 - continue a luta com as entidades da CNESF contra a Adin nº 2628, art. 243 do RJU, nacionalmente e nos estados, desenvolvendo ações que sensibilizem os servidores e a sociedade sobre os prejuízos para o serviço público advindos dessa medida.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 5 abstenções. Passou-se ao item **13 - continue a luta com as entidades da CNESF contra o desconto previdenciário retroativo na GAE.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 6 abstenções. Na sequência, foi discutido o item **14 - continue a luta com as entidades da CNESF contra o desconto previdenciário retroativo na GAE.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 4 abstenções. Primeiro acréscimo proposto pelo grupo 3 - **Lutar pela institucionalização do dia 1º de maio como data-base de reajuste dos SPF.** Em regime de votação, a proposta de acréscimo foi aprovada por ampla maioria com 1 voto contrário e 65 abstenções. Segundo acréscimo proposto pelo grupo 3 – Equiparação da GED para aqueles que se encontram aposentados até o exercício de 2000 e que recebem apenas 60% do valor integral. Em discussão na Plenária, a proposta do grupo 3 sofreu modificações ficando com a seguinte redação: **Lutar pela equiparação da GED e da GID para aqueles que se encontram aposentados e recebem apenas 60% do valor integral.** Em regime de votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria com 2 abstenções. Proposta de acréscimo da Plenária: **O ANDES-SN posicione-se contrariamente à utilização de técnicos-administrativos como docentes, em qualquer nível ou modalidades de ensino, nas IFES, como determinado pelo MEC.** Em regime de votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria com algumas abstenções. Proposta do grupo 4 de deslocamento de itens: trazer os itens 2 e 3 do TR 9 para inclusão no TR -7. Posto em votação, foi aprovado o deslocamento dos itens 2 e 3 do TR-9 que, caso aprovados,

passarão a fazer parte do TR-7. **REFORMAS:** Na seqüência, passou-se à discussão do item **15 - Articule, com as entidades da CNESF, ações de mobilização contra as reformas universitária, sindical e trabalhista, denunciando à sociedade, para seu esclarecimento, os reais efeitos dessas reformas no serviço público federal.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 3 abstenções. A seguir, a Mesa pôs em discussão o item 16 - **Promova a intensificação de debates sobre a dívida pública e sua relação com o reajuste salarial e as reformas propostas pelo governo (tributária, universitária, sindical e trabalhista).** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao título **REFORMA TRABALHISTA E SINDICAL. O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:** Item 17 - **desenvolva ações unificadas com o conjunto dos SPF contra a reforma sindical e trabalhista, de acordo com os encaminhamentos do seminário da CNESF, realizado em 11 e 12 de fevereiro de 2004 e das plenárias dos servidores.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 6 abstenções. **REFORMA UNIVERSITÁRIA. O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:** Item 18 - **desenvolva estratégias de luta e ações de mobilização em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade social, conjuntamente com as entidades do setor da educação, que contribuam para a unidade e fortalecimento dos servidores na luta contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 2 votos contra e 3 abstenções. Após a votação deste item, o professor Valério solicitou recurso de votação, que foi submetido à Plenária e não acatado. Dando seqüência aos trabalhos, a Mesa encaminhou a discussão do título **CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO:** Item 19 - **Na construção da mobilização e da greve unificada dos SPF (indicada na Plenária Nacional dos SPF de 15/2):** 19.1. **Trabalhar/divulgar a campanha salarial conjuntamente com a luta contra as reformas em curso (previdenciária, tributária, universitária, trabalhista e sindical).** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram o item e o subitem à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-nos na íntegra. Em regime de votação, foram aprovados por ampla maioria com algumas abstenções. Na ocasião, a professora Solange Bretas solicitou recurso de votação que, submetido à Plenária, foi rejeitado. 19.2 – **Esclarecer à sociedade e, em especial, ao conjunto dos SPF, o significado da reforma universitária (o que está em jogo) com o desmonte do serviço público.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 3,7,8 e 11 aprovaram-no na íntegra; o grupo 2 aprovou-o com modificação. Em Plenário, o professor Rubens Freire propôs a supressão da expressão, em parênteses: “o que está em jogo”, o que foi acatado pela Plenária. Proposta de modificação do grupo 2: **esclarecer à sociedade e, em especial ao conjunto do movimento sindical e popular o significado da reforma universitária do governo lula e o desmonte do serviço público.** Em regime de votação, o texto original foi rejeitado por ampla maioria com algumas abstenções. Em regime de votação, a proposta apresentada pelo grupo 2, foi aprovada por ampla maioria com 5 abstenções. Subitem **19.3 - Na luta pela campanha salarial e na construção da mobilização, as seções sindicais devem destacar: o índice de reposição salarial, a pauta emergencial dos**

docentes das IFES e a defesa da universidade pública e gratuita. Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 2, 3, 7, 8, e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação foi aprovado por ampla maioria com uma abstenção. Subitem **19.4 - Organizar, em conjunto com os estudantes e técnicos-administrativos, a mobilização em defesa da universidade pública e gratuita e contra a reforma universitária do governo Lula.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 7 abstenções. Subitem **19.5 - contatar intelectuais de reconhecimento nacional para participar dos atos que forem realizados em defesa da universidade pública e gratuita e em defesa dos serviços públicos de qualidade.** Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra; o grupo 2 propôs sua supressão. Em discussão na Plenária, os professores Eduardo, Fernando (ADUFPA), Jacob, Solange Bretas e Rosângela (APUBH) se manifestaram contrários ao texto. O professor Fernando Molinos propôs ajuste ao texto por meio de acréscimo da expressão “identificados com as posições defendidas pelo sindicato” entre as palavras nacional e para, o que foi aprovado pela Plenária, ficando o texto com a seguinte redação: **19.5 Contatar intelectuais de reconhecimento nacional, identificados com as posições defendidas pelo Sindicato, para participar dos atos que forem realizados em defesa da universidade pública e em defesa dos serviços públicos de qualidade.** Em regime de votação, o texto original foi aprovado com o acréscimo proposto pelo professor Fernando Molinos, por ampla maioria com alguns votos contra e 8 abstenções. Na ocasião, a professora Solange Bretas solicitou recurso de votação, que foi negado em votação na Plenária. Na seqüência, a professora Rosângela (APUBH), que se absteve, declarou seu voto nos seguintes termos: “Exatamente por sermos professores, lideranças sindicais, intelectuais, é que sabemos ouvir posições diversas para pensar. Tenho dificuldade em encaminhar na minha AD eventos com pessoas com posições já identificadas e rotuladas, e tão estreitas”. A seguir, a Mesa pôs em discussão o título **CALENDÁRIO DE LUTAS PARA CONSTRUÇÃO DA GREVE:** Item **20** - Que as seções sindicais implementem o seguinte calendário de ações para construção da mobilização do ANDES-SN e greve unificada dos SPF, indicada na plenária de 15/02. Situação nos grupos: os grupos 1, 4, 5, 6, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; os grupos 3, 7, 8 e 11 aprovaram-no na íntegra; o grupo 2 aprovou-o com modificação. Proposta de modificação do grupo 2: Que as seções sindicais implementem o seguinte calendário de mobilização para construção da greve do ANDES-SN e unificada dos SPF indicada na Plenária de 15/02. A professora Cristina Morais fez uso da palavra e solicitou a supressão da letra “e” após a palavra do ANDES-SN e antes da palavra unificada, alegando que o texto, da forma apresentada, leva a interpretações de greve específica dos docentes. Submetida à votação, foi aprovada a proposta apresentada pelo grupo 2 com a observação feita pela professora Cristina Morais, ficando o texto com a seguinte redação: **Que as seções sindicais implementem o seguinte calendário de mobilização para construção da greve do ANDES-SN unificada dos SPF indicada na Plenária de 15/02.** A seguir, o presidente da Mesa colocou em discussão o calendário de ações proposto pela diretoria do ANDES-SN: **13 e 14/03** – Encontro Sindical Nacional – promovido por entidades [nomes] - Luziânia-GO; **15/03** – Reunião do Setor das IFES; **16/03** – Plenária dos SPF; **17/03** – a) Lançamento da Campanha Salarial 2004 em Brasília – *os jornais das seções sindicais devem produzir matérias de cobertura do evento, apontando para a necessidade da construção da greve;* **17/03** - b) **Atos** nos

estados, em conjunto com os SPF, para o lançamento da Campanha Salarial 2004; **17/03 - c) Ato de Protocolização** formal no MEC da Pauta de reivindicação dos docentes das IFES, atualizada no 23º CONGRESSO, e da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira com solicitação de audiência e acompanhada de um documento que relacione a reforma proposta pelo governo com o desmonte do Estado e dos serviços públicos (que deverá ser amplamente divulgado para as bases das categorias dos SPF); 17 e 18/03 - Participação efetiva no IV ENCONTRO UNIFICADO das entidades do setor da educação das IFES – espaço estratégico para organizar a luta conjunta em defesa da educação pública e gratuita. Proposta de modificação do grupo 2: 17 e 18/03 – Que as seções sindicais envidem todos os esforços no sentido de participar do IV ENCONTRO UNIFICADO. Em seguida, foi colocado em discussão o texto original com as modificações apresentadas pelo grupo 2. Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Na ocasião, foi solicitado recurso de votação pelo professor Valério, o que foi negado em votação pela Plenária. Calendário aprovado em Plenária com a modificação proposta pelo G2: **13 e 14/03 – Encontro Sindical Nacional – promovido por entidades ... Luziânia-GO;15/03 – Reunião do Setor das IFES;15/03 – Reunião do Setor das IFES;17/03 – a) Lançamento da Campanha Salarial 2004 em Brasília – os jornais das seções sindicais devem produzir matérias de cobertura do evento, apontando para a necessidade da construção da greve;17/03 - b) Atos nos estados, em conjunto com os SPF, para o Lançamento da Campanha Salarial 2004; 17/03 - c) Ato de Protocolização formal no MEC da Pauta de reivindicação dos docentes das IFES, atualizada no 23º CONGRESSO, e da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira com solicitação de audiência e acompanhada de um documento que relacione a reforma proposta pelo governo com o desmonte do Estado e dos serviços públicos (que deverá ser amplamente divulgado para as bases das categorias dos SPF); 17 e 18/03 – Que as seções sindicais envidem todos os esforços no sentido de participar do IV ENCONTRO UNIFICADO. REFORÇO DA CAMPANHA SALARIAL: XXXX – Dia Nacional em defesa da universidade pública e gratuita e de um serviço público de qualidade – com paralisação e atos nos estados: Entrega formal da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à presidência da Câmara, aos parlamentares das Comissões de Educação e a entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc.) em âmbito nacional e, também, aos conselhos universitários, colegiados de unidades e departamentos em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita ainda a todos os parlamentares, imprensa, jornalistas, etc. A Proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do Estado e serviços públicos e em defesa da universidade pública e gratuita; XXXX – Rodada de Assembléias Gerais para construção de um calendário de paralisações, a partir da segunda quinzena de março; a partir de abril, instalação de assembléias permanentes nas seções sindicais. Proposta de modificações do grupo 2: **No mês de abril, instalação de assembléias permanentes nas seções sindicais.** Em votação, a modificação proposta pelo grupo 2 foi aprovada por ampla maioria com algumas abstenções. XXXX - Realização, em conjunto com os SPF, de atividades de denúncia da falta de disposição do governo para negociação na MNNP (1 ano); XXXX - Realização de seminários, no âmbito dos estados, sobre as reformas em curso (previdência, tributária, universitária, sindical e trabalhista), em conjunto com os SPF, procurando garantir a presença da base de sindicatos dos trabalhadores da iniciativa privada; 2 a 5 de maio - Participação efetiva no 5º**

CONED, aproveitando o espaço do debate para relacionar a Reforma Universitária e as outras reformas em curso com o desmonte do Estado e dos serviços públicos e com a Campanha Salarial 2004 dos SPF. Em votação, foi aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Proposta de inclusão do G7: Pela retirada de todo o PL 7282/2002, referente à Lei de Inovação Tecnológica, que prevê a flexibilização das relações entre a pesquisa, as universidades e as empresas. O governo deve convocar uma ampla discussão sobre a relação entre a inovação tecnológica, a universidade e as empresas envolvendo o conjunto da sociedade. O professor Roberto Leher propôs a supressão deste item. Em regime de votação, foi aprovada a supressão do item. TR – 8 PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES. O 23º CONGRESSO referenda a pauta unificada aprovada no 47º CONAD: I - PAUTA UNIFICADA PARA OS DOCENTES DAS IPES – 2004 - 1 Diretrizes gerais - O ANDES Sindicato Nacional, dando conseqüência à luta pela implementação da Carreira Única e pela melhoria das condições de trabalho nas Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES, construiu uma proposta de pauta unificada, que vem sendo anualmente atualizada, de acordo com a demanda da sua base organizada, tendo como referência as seguintes diretrizes gerais: 1.1 Gestão democrática - as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), como a participação dos docentes em órgãos colegiados, eleições de dirigentes, dentre outras. 1.2 Liberdade de organização sindical com pleno reconhecimento da organização local dos docentes e do sindicato pelo qual optarem, como instância legal e legítima de representação e de negociação coletiva de trabalho da categoria. 2 Carreira e Capacitação Docentes. Devem-se tomar como referências o Projeto de Carreira Única para o Magistério das IES e o Plano de Capacitação Docente, constantes da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2. Vitória (ES), 2003), criando-se estímulos para a sua adequação e implementação, em cada IPES, por intermédio de uma política de valorização da qualificação stricto sensu, como defendemos: 2.1 a criação e a implementação dos Planos de Carreira, que contemplem: a) o pagamento de adicional diferenciado por titulação; b) a contratação por concurso público, devidamente regulamentado pelos órgãos colegiados da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade; c) a progressão funcional periódica, vertical e horizontal; 2.2 criação e implementação do plano de capacitação docente que contemple a garantia das condições necessárias à: a) capacitação, com afastamento remunerado integralmente; b) participação em eventos acadêmicos e culturais, como parte do processo de capacitação. 3 Regime de Trabalho. É fundamental que se avance no sentido da superação das contratações pelo regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, conforme a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2. Vitória (ES), 2003). A transição do regime de trabalho horista para o regime de trabalho contínuo será avaliada pelas Assembléias Gerais – locais e regionais, objetivando criar as condições de aproximação gradativa do padrão unitário de qualidade defendido pelo ANDES Sindicato Nacional. O regime de trabalho deve contemplar: 3.1 o plano de implementação do regime de tempo contínuo para todos os docentes; 3.2 a inclusão, na jornada de trabalho do docente: a) das atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) das atividades de administração acadêmica e de participação em órgãos colegiados; c) de horas para preparação de suas

atividades didáticas (aulas, provas, materiais didáticos etc.), equivalentes a, pelo menos, o número de aulas ministradas. 4 Questões Salariais. Neste item, as pautas de reivindicação devem contemplar: 4.1 o piso salarial de dois salários-mínimos, calculados pelo DIEESE (R\$ 1.359,03, Ago./2003), correspondentes a 20 (vinte) horas semanais para todos os docentes, independentemente do regime de trabalho (horista ou Regime de Tempo Contínuo); 4.2 a reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas assembléias da categoria, com base nos índices do ICV/DIEESE; 4.3 o fornecimento ao docente de documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: número de horas-aula, horas extras, adicional noturno, descontos efetuados, valor líquido pago no mês, valor do depósito do FGTS e demais registros pertinentes; 4.4 a garantia do pagamento, pelo mesmo valor da hora contratada, de horas complementares aos professores horistas, destinadas à preparação de aulas, instrumentos de avaliação, correção de trabalhos em geral e atendimento de alunos; 4.5 a convocação, fora do horário de trabalho dos docentes, que deverá ser considerada hora extra, com 100% de acréscimo, para efeito de remuneração; 4.6 a garantia, a todos os docentes, do adicional denominado anuênio, da ordem de 1% (um por cento) sobre seu salário-base, a cada 1 (um) ano de efetivo exercício na IPES, contados a partir da data de contratação; 4.7 a garantia da irredutibilidade da carga horária e da remuneração mensal, assegurada constitucionalmente; 4.8 a remuneração dos docentes contratados em regime de hora-aula, com base no regime de trabalho contratado, sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas. Já estão aí incluídas as quatro semanas e meia e incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto). 4.9 o cálculo do desconto das faltas, que será feito multiplicando-se o número de aulas não-dadas pelo valor correspondente à hora contratada; 4.10 a garantia do pagamento de adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), pelas atividades docentes realizadas a partir das 22 horas, independentemente do regime de trabalho; 4.11 a negociação entre as partes, caso haja alteração na política salarial vigente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da mudança verificada. 5 Estabilidade e Garantia do Emprego. As pautas de reivindicação devem contemplar: 5.1 a garantia de estabilidade de emprego aos professores, aprovada na Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa, precedida de inquérito administrativo, no qual se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, a prévia anuência de órgão colegiado, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato de demissão e que conte com a aprovação de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos da unidade acadêmica a que estiver vinculado o docente. 5.2 a garantia de estabilidade à gestante, até seis meses após o término da licença maternidade. Em caso de adoção de criança recém-nascida, será concedida ao adotante estabilidade, por período de seis meses, contados a partir da data de concessão legal de guarda do adotando. 5.3 o pagamento de multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa; 5.4 o direito ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, de percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, sendo esse direito extensivo ao previsto nos itens 6.1 e 6.2, das Questões Sociais; 5.5 a obrigatoriedade de indicação, pela IPES, na carta-aviso, do motivo que deu origem à dispensa,

quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482, da CLT. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa. 5.6 a desobrigação de firmar contrato de experiência por docente que seja readmitido até 12 (doze) meses após seu desligamento; 5.7 a garantia de empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IPES, na proporção de 1 (um) ano de estabilidade para cada 5 (cinco) trabalhadores. 6. Questões Sociais. As pautas de reivindicação devem contemplar: 6.1 a isenção integral de taxas e mensalidades, em todos os cursos, de todos os níveis, quando houver opção do(a) docente pela matrícula, em seu local de trabalho, para si próprio(a), seu (sua) companheiro(a), filhos(as) e outros dependentes, sem restrições; 6.2 a creche para filhos(as) de docentes; 6.3 o transporte do docente residente em outro município, quando se dirigir para atividades na instituição, bem como o pernoite, sempre que necessário, sem ônus para o docente; 6.4 o seguro de vida em grupo; 6.5 a integralização do salário do docente, de modo a completar o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, durante o período do seu afastamento. 7 Relações Sindicais. Tendo em vista a importância de garantir as condições para o livre exercício e o fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurada ao docente dispensa das atividades acadêmicas, sem prejuízo de funções e vencimentos, quando: 7.1 exercer mandato sindical no ANDES - SN, ou na Seção sindical; 7.2 participar de eventos e atividades do Sindicato. II - A realização de ampla campanha de filiação do Setor das IPES, como parte das políticas de expansão do Sindicato, já prevista no Plano de Lutas do Setor, aprovado no 22º CONGRESSO do ANDES-SN (Teresina, PI – 2003), com utilização diversificada e ampla dos recursos de mídia, por meio de um projeto que respeite as diversidades regionais, a ser apreciado e deliberado no 23º CONGRESSO. III – A ampla divulgação de informações referentes ao Setor e à Campanha Salarial 2004, por meio de uma edição Especial do InformANDES. IV – O estabelecimento de estratégias para divulgar amplamente as demissões, sejam elas imotivadas ou por retaliação política à organização sindical, e todas as formas de precarização do trabalho docente. V – A implementação de ações de âmbito nacional, junto à Câmara dos Deputados, com as finalidades seguintes: 5.1 lutar pela rejeição e pelo arquivamento imediato e definitivo do PL nº 337/2003; 5.2 lutar pela aprovação do PDL nº 383/2003, que susta os efeitos do Decreto nº 3.860/2001; 5.3 lutar pela rejeição e pelo arquivamento definitivo do PL nº 4.560/2001; 5.4 denunciar o “lobby”, em curso na Câmara Federal, para a aprovação do PL nº 4.560/2001, exigindo medidas para a apuração desse fato e a punição dos envolvidos em irregularidades que venham a ser constatadas. Em seguida, colocou-se em discussão TR 8. Os professores José Carlos e Vanda (ADUCSAL) propuseram votação em bloco dos TRs 8,9 e 10. Em votação na Plenária, a proposta foi rejeitada por ampla maioria com 2 votos contra e algumas abstenções. Em votação, o TR 8 foi aprovado por ampla maioria registrando-se 5 abstenções. **Recomendação proposta pela Plenária: O 23º CONGRESSO do ANDES-SN, por sugestão do setor das IPES, recomenda que no próximo congresso a aprovação do Plano de Lutas se dê item a item para possibilitar a participação de toda a plenária.** Em regime de votação, foi aprovado por ampla maioria com 6 abstenções. Não havendo mais tempo, o presidente da Mesa remeteu o restante dos trabalhos para a Plenária de encerramento e encerrou a sessão plenária às 17 horas, informando o retorno às 19 horas. Às 19 horas, a Mesa do tema I foi recomposta, sendo os trabalhos reiniciados às 20 horas e 10 minutos

após verificado o quorum regimental. O presidente da Mesa retomou os trabalhos lendo a solicitação de substituição de delegado da APUBH: À Secretaria Geral do 23º Congresso da ANDES-SN. Solicito-lhes a substituição da delegada Irmegard de Assis (APUBH) pela então observadora Vera Lúcia Fernandes por motivos pessoais. Na seqüência, leu o **TR 9 – RECOMPOSIÇÃO SALARIAL** - *Que o ANDES negocie prioritariamente, e de forma emergencial, como pauta específica para os docentes das IFES, itens que nos levem a uma recomposição salarial destacando: 1. a redução da precarização dos salários com a incorporação imediata da GAE ao vencimento básico, já que os docentes das IFES constituem uma das poucas categorias que ainda não obtiveram esta incorporação, e discussão de formas de incorporação da GED e da GID no curto/médio prazo; 2. o cálculo e o pagamento, inclusive dos valores retroativos, dos anuênios não calculados desde 1998, com garantia de regularização destes pagamentos de ora em diante; 3. a extensão, para todos os docentes, ativos e inativos, dos ganhos judiciais obtidos por parcelas da categoria nas últimas décadas, sobretudo os 26,05% da URP 89, por meio de sua incorporação ao vencimento básico, em uma reclassificação como a obtida pelos trabalhadores do INSS, que resulte nos vencimentos básicos serem os mesmos para todos os docentes de mesmo nível, portando idêntica titulação. 4. o reajuste emergencial para todos os docentes, ativos e inativos, em um percentual não inferior a 50,9%, justificado pela degradação do nível salarial dos professores das IFES e propôs a sua supressão.* Inscreveram-se para a defesa deste TR os professores Cida, Valério, Willian, Galleti, Eduardo, Rosângela, Fernando. Contrários ao TR falaram os professores Cristina Morais, Zé Miguel, Domingues e Fernando Molinos. Em regime de votação, o TR 9 foi rejeitado, no todo, por ampla maioria com 9 abstenções, incluindo os itens 2 e 3, que foram deslocados para o TR7 sob condição. **TR -10 - CONSTRUÍDO UMA AGENDA IMPOSSÍVEL. 1. Este Congresso decide solicitar ao governo a satisfação imediata das seguintes reivindicações: 1.1 Incorporação de gratificações; a) Incorporação da GAE aos salários básicos dos docentes; b) Incorporação da GED/GID aos salários básicos dos docentes, por seus valores máximos. 1.2 Reajustes salariais: a) Reposições salariais anuais, visando manter o valor real dos vencimentos dos docentes, já a partir de janeiro de 2004, extensivas ao conjunto de todos os SPFs; b) Correções parceladas, para recuperação de perdas passadas impostas aos vencimentos dos docentes, a serem implantadas durante o mandato deste governo, igualmente extensivas ao conjunto de todos os SPFs. 1.3 Extensão de ganhos judiciais já obtidos por uma parcela dos docentes das IFES a todos os demais, para que se retorne à situação de isonomia salarial. 1.4 Recriação do mecanismo de anuênios para os docentes das IFES, retroativamente a 1998, ano em que foram extintos pelo governo FHC. 1.5 Criação imediata da categoria de professor associado, na atual carreira docente das IFES, à qual poderão ascender os professores dessas instituições, de acordo com os mecanismos definidos na proposta de Nova Carreira Docente já protocolada no MEC pela ANDES. 2 Este Congresso decide remeter para debate, nas instâncias do movimento docente, na forma e cronograma abaixo, as seguintes questões: 2.1 Piso salarial emergencial: Que neste Congresso da ANDES se aprove o valor de um piso salarial emergencial (professor auxiliar 20 horas), como primeiro passo na direção da conquista do piso de 1 Salário-Mínimo do DIEESE, conforme deliberação anterior. 2.2 Recuperação da malha salarial da atual carreira. Que neste Congresso da ANDES se deliberare sobre esta matéria, com o objetivo de solicitar ao governo, em caráter emergencial e transitório, a recuperação da malha salarial da atual carreira, que vem sendo destruída progressivamente por meio de reajustes diferenciados – governos**

FHC e Lula. 2.3 Rediscussão da Nova Carreira Docente. Que neste Congresso da ANDES – objetivando buscar maior unidade do movimento docente em torno da Nova Carreira Docente, com a superação dos pontos mais polêmicos – se encaminhará pela Diretoria a discussão no âmbito do Sindicato da Carreira Única da ANDES para sua readequação à nova realidade das Universidades. Situação nos grupos: os grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária do tema 1; os grupos 7 e 11 rejeitaram-no. Manifestou-se contrária a este TR a professora Celi Taffarel; favoráveis, os professores Fernando (UFPA), Eduardo (APROFURGS), Rosângela (APUBH). Em regime de votação, foi aprovada a supressão do TR por ampla maioria com nove abstenções. TR 34 - O setor das IPES - recomenda para o próximo congresso a previsão para a aprovação do plano de lutas item a item possibilitando a participação de toda a plenária. O presidente da Mesa encaminhou a supressão do TR-10 Em discussão, vários professores se manifestaram contrários e/ou favoráveis ao TR, e, ao final das discussões, foi colocada em votação e aprovada a sua supressão por ampla maioria, com votos contra e algumas abstenções. O professor Robson Mendes solicita contagem dos votos ante a rejeição do TR 10 com 138 votos favoráveis à rejeição, 48 votos contra e 17 abstenções. A professora Rosângela se absteve e fez a seguinte declaração de voto: A APUBH manifesta contra a não-abertura de discussão da carreira da ANDES-SN, que com certeza precisa ser revista e atualizada para ser aperfeiçoada, e reiteradamente a abertura dessa discussão não é feita. Na seqüência, o presidente da Mesa colocou em votação o TR 7 em bloco, que foi aprovado por unanimidade. Os trabalhos foram encerrados às vinte e duas horas tendo sido instalada a Plenária do TEMA II imediatamente. Eu, Zenilde Moreira Borges de Moraes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente da Mesa Coordenadora da Plenária do TEMA I, professor Antônio de Pádua Bosi.

Zenilde Moreira Borges de Moraes
2ª Secretária

Antônio de Pádua Bosi
Presidente.

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às vinte e uma horas e cinco minutos do dia oito de março de dois mil e quatro, no Centro de Convivência, no Campus de Ondina, da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a **Plenária do Tema II – Questões Organizativas e Financeiras**, sendo a Mesa coordenadora composta pelos diretores Claudia March Frota Souza, presidente; Osvaldo Coggiola, vice-presidente; Antônio José Vale da Costa, 1º secretário e Ângela M. S. Ferreira, 2ª secretária. Iniciados os trabalhos, a professora Claudia March passou a palavra ao professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente do ANDES-SN, que fez um relato sobre o Jornal da ADUFMAT, que circulou no 23º CONGRESSO do ANDES-SN, segundo o qual a Assembléia Geral da ADUFMAT deliberou por uma ação judicial de prestação de contas da Diretoria anterior da ADUFMAT, envolvendo especificamente o professor José Domingues de Godoi, 1º vice-presidente do ANDES-SN. Em seguida, falou sobre o abaixo-assinado de alguns delegados e observadores do 23º CONGRESSO, dirigido ao presidente do ANDES-SN, que solicitando da Diretoria do ANDES-SN esclarecimentos com relação à acusação feita ao professor José Domingues de Godoi, atual vice-presidente do ANDES-SN. Esclareceu sobre ofício 149/ADUFMAT/03, que solicitava dados informativos sobre eventos dos quais o professor José Domingues participou, sobre as diárias recebidas e despesas realizadas como diretor do ANDES-SN no período de 22/11/98 a 22/11/02 para relacioná-las com aquelas feitas quando presidente da ADUFMAT no mesmo período. Fez a leitura da Carta 007/2004 da Tesouraria do ANDES-SN, datada de 9/1/04, que encaminhou relatório de atividades do professor José Domingues. Em seguida, fez a leitura da carta 036/2004, assinada pelo presidente do ANDES-SN, datada de 9/3/04, dirigida ao professor Luiz Carlos Galetti, presidente da ADUFMAT, solicitando documentação referente ao assunto tratado no ofício 149/ADUFMAT/03, solicitando cópias dos documentos contábeis e fiscais e não apenas relatórios ou atas de reuniões. Finalmente explicou que todos os procedimentos necessários para apuração dos fatos arrolados serão adotados, garantindo ao sindicalizado envolvido o amplo direito de defesa. Em seguida, o professor Tomaz, da ADUFMAT, também prestou esclarecimentos sobre o assunto. Foi consultado ao plenário se deveria ser concedida a palavra ao professor José Domingues, 1º vice-presidente do ANDES-SN, para que o mesmo também prestasse esclarecimentos. Por ampla maioria o plenário concedeu a palavra ao professor José Domingues que prestou os esclarecimentos que julgou pertinentes. O professor Lucas, presidente do ANDES-SN, prestou os últimos esclarecimentos sobre o assunto. Em seguida, foi apresentada pela Mesa Coordenadora uma proposta de ordenamento dos trabalhos deste Tema; iniciá-riamos discutindo o **TR – 12, Alterações no Estatuto do ANDES-SN e Acréscimo de artigo nas Disposições Transitórias; TR –19, Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria - Biênio 2004/2006; TR – 13, Fundo de Solidariedade; TR – 15, Homologação de Transformação/Criação de seções sindicais; TR – 16, Prestação de Contas do 47º CONAD; TR – 17, Sede do 24º Congresso; Inscrições nos Grupos de Trabalho; Apresentação das Chapas inscritas para concorrerem às eleições do ANDES-SN biênio 2004/2006; Composição da Comissão Eleitoral**. A proposta apresentada foi apreciada e aprovada por ampla maioria. Iniciando os trabalhos, a professora Claudia March esclareceu ao plenário que o 22º CONGRESSO aprovou com 179 votos favoráveis, 2 votos contrários e 14 abstenções a alteração estatutária do art. 48, incisos

I, II, III, IV, mantendo o caput e substituindo o parágrafo único por estes incisos e, que estas alterações não foram incorporados ao Estatuto do ANDES-SN, portanto estas alterações estariam sendo incorporadas a partir de agora, ratificando-se todos os atos praticados com base nesse artigo durante esse período. A proposta de incorporação destes itens foi votada e aprovada com 239 votos favoráveis com a seguinte redação: **Art. 48.... – I – para a constituição de seções sindicais ou AD-seções sindicais, a jurisdição territorial compreenderá uma instituição de ensino superior. II – para as seções sindicais multiinstitucionais, a jurisdição será definida nos seus regimentos, que estabelecerão as IES que irão constituí-las, não podendo ultrapassar os limites do estado. III – não poderá haver duplicidade de jurisdição territorial de qualquer seção sindical em relação a qualquer IES, nem duplicidade de sindicalização no âmbito de qualquer IES. IV – os docentes de qualquer IES, onde já exista seção sindical, só poderão ser sindicalizados ao ANDES-SN por meio dessa seção sindical.** A seguir, foi iniciada a apreciação do TR – 12, **ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN E ACRÉSCIMO DE ARTIGO NAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.** Passou-se a discutir a alteração do art 70. Votada, a proposta foi aprovada com 235 votos favoráveis e 4 abstenções, ficando com a seguinte redação final: **Art 70 O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as associações de docentes (ADs) filiadas até o 24º CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em assembléia geral, decidiram o contrário. Parágrafo único - As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-S.SINDs, deverão, até o 24º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).** Em seguida, passou-se à apreciação da alteração do art 71, votada, a proposta foi aprovada com 235 votos favoráveis e 4 abstenções, ficando com a seguinte redação final: **Art. 71 Fica prorrogada até o 24º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.** Em seguida, passou-se à discussão do caput do art 72. Votada, a proposta foi aprovada com 212 votos favoráveis, 4 votos contrários e 12 abstenções, ficando o caput do art. 72 com a seguinte redação final: **Art. 72. O 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 24º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.** Em seguida, passou-se à apreciação do parágrafo único do art 72. Votada, a proposta foi aprovada com 199 votos favoráveis, 2 votos contrários e 13 abstenções, ficando o parágrafo único do art 72 com a seguinte redação final: **Parágrafo único do art 71 Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato.** Foi apresentada a proposta de supressão do **Art 73 Os termos do art. 60 entrarão em vigor a partir do 44º CONAD, inclusive. Parágrafo Único. O 44º CONAD deliberará sobre os relatórios financeiros e prestações de contas do ano de 2001, aprovará provisoriamente**

o orçamento do primeiro semestre de 2002 e aprovará provisoriamente o orçamento de 2003. Votada, a proposta de supressão teve 184 votos favoráveis, 1 voto contrário e 15 abstenções, não sendo, portanto, aprovada. Foi apresentada ainda proposta de inclusão de artigo nas disposições transitórias, que foi aprovada com 235 votos favoráveis e 4 abstenções com a seguinte redação: **Art. **. Fica estabelecida a duração do mandato da diretoria do ANDES-SN, gestão 2004-2006, em dois anos e treze dias.** Finalmente o TR – 12 - **ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN E ACRÉSCIMO DE ARTIGO NAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS** foi votado em bloco, sendo aprovado por unanimidade, ficando com a seguinte redação: O 23º CONGRESSO aprova as alterações introduzidas no Estatuto do ANDES-SN, nos termos a seguir. **Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as associações de docentes (ADs) filiadas até o 23º CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em assembléia geral, decidiram ao contrário. Parágrafo único As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-S.SINDs, deverão, até o 23º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).** Art. 71. Fica prorrogada até o 24º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21. Art. 72. O 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 24º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente. Parágrafo único Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato. Art. ** Fica estabelecida a duração do mandato da Diretoria do ANDES-SN, gestão 2004-2006, em dois anos e treze dias. Superado o TR – 12, passou-se ao próximo item, TR – 19 - **REGIMENTO ELEITORAL – ELEIÇÕES DA DIRETORIA BIÊNIO 2004/2006.** Apresentada a situação nos grupos mistos, os artigos 3º, 6º, 13, 37 e 48 foram discutidos e apreciados separadamente. O parágrafo 2º do artigo 3º foi aprovado por ampla maioria, ficando com a seguinte redação: **Parágrafo 2º do art. 3º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no caput deste artigo deverão ser comunicadas à Comissão Eleitoral Central e à Comissão Eleitoral Local até 7 (sete) dias antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.** Em seguida, por ampla maioria, foi aprovada a inclusão do parágrafo 3º no artigo 3º, ficando com a seguinte redação: **Parágrafo 3º do art. 3º As seções sindicais disponibilizarão, no dia 20 de abril, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.** Discutida a alteração no inciso II do art 6º, foi aprovada por ampla maioria, ficando com a seguinte redação: **Inciso II do art. 6º O registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia 9 de abril de 2004, às 20 horas.** A seguir, discutiu-se a alteração do art 13, que foi

aprovado por unanimidade e ficou com a seguinte redação: **Art 13. A Comissão Eleitoral Central só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes. Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Central por intermédio de seu representante na comissão.** Foi destacado pelo plenário que em vários artigos do Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria Biênio 2004/2006 aparece a expressão “*maioria absoluta (50% + 1)*”, e foi aprovado por ampla maioria que em todos os artigos que aparecer esta expressão deverá ser suprimido “(50% + 1)”. Às 22h a Plenária de Encerramento, por ampla maioria, foi prorrogada por mais duas (2) horas. A seguir, discutiu-se a modificação do art 37, que foi aprovada por ampla maioria e ficou com a seguinte redação: **Art. 37. A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á no dia 20 de maio de 2004 e será concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia. Parágrafo único. Nos campi fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da Mesa Receptora, a critério da Comissão Eleitoral Local, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos 35 e 36.** A seguir, discutiram-se as modificações do art 48, que foram aprovadas por ampla maioria, ficando o artigo com a seguinte redação: **Art. 48. Qualquer recurso deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Local, no máximo, até às 9h do dia 21 de maio de 2004. §1º A Comissão Eleitoral Local, encerrado o prazo estabelecido no caput deste artigo, deverá, num prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados. §2º Das deliberações da Comissão Eleitoral Local cabem recursos à Comissão Eleitoral Central, num prazo de 3 (três) horas após a sua publicação. §3º Os recursos à Comissão Eleitoral Central deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à Comissão Eleitoral Central.** Às 22h50, o plenário aprovou, por ampla maioria, a prorrogação do 23º Congresso do ANDES-SN por mais um (1) dia. Finalmente o **TR – 19, REGIMENTO ELEITORAL – ELEIÇÕES DIRETORIA BIÊNIO 2004/2006** foi aprovado em bloco por ampla maioria, ficando com a seguinte redação final: **O 23º CONGRESSO aprova o Regimento Eleitoral – eleições da Diretoria do ANDES-SN, biênio 2004/2006. REGIMENTO ELEITORAL - Eleições da Diretoria Biênio 2004/2006. CAPÍTULO I - DA ELEIÇÃO – Art. 1º A eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, para o Biênio 2004/2006, realizar-se-á nos dias 18 e 19 de maio de 2004. Parágrafo único. O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos. CAPÍTULO II - DOS ELEITORES - Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que: I - nele se sindicalizaram até 16 de fevereiro de 2004; II – estiverem em dia com suas contribuições até 15 de março de 2004. § 1º As seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos junto as IES ou órgãos governamentais deverão notificar à Comissão Eleitoral Central os motivos para tal até 19 de abril de 2004. § 2º A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar para a Comissão Eleitoral Central, até o dia 29 de março de 2004, a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 43º CONAD (Brasília, dezembro 2001), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo. §3º O não-repasse das contribuições**

decorrentes de procedimentos administrativos junto às IES ou aos órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral. Art 3º As seções sindicais e as secretarias regionais têm prazo até o dia 19 de abril de 2004 para enviarem para a Comissão Eleitoral Central a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto. §1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições de fevereiro de 2004. §2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no caput deste artigo deverão ser comunicadas à Comissão Eleitoral Central e à Comissão Eleitoral Local até 7 (sete) dias antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada. § 3º As seções sindicais disponibilizarão, no dia 20 de abril, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada. Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito. CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS - Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL até o dia 8 de dezembro de 2003 e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL até 8 de março de 2004. CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS - Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto ao Secretário Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue: I - durante o 23º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente e/ou secretário geral, encaminhado ao Secretário Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivo suplente, na Comissão Eleitoral Central; II - o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia 9 de abril de 2004, às 20 horas; III - os componentes das chapas deverão entregar à Secretaria da Comissão Eleitoral Central, até o dia 9 de abril de 2004, o original dos seguintes documentos: a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo endereço residencial completo; denominação da seção sindical ou, se for o caso, da secretaria regional à qual o candidato se encontra vinculado; denominação da IES à qual o candidato se encontra vinculado; b) Programa da chapa. Parágrafo único. A Chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica da solicitação de inscrição. Art. 7º Qualquer alteração na nominata dos candidatos e/ou de cargos na chapa, após o prazo previsto no inciso II do art. 6º, deverá ser encaminhada por documento com a exposição de motivos para a Comissão Eleitoral Central que, em reunião, num prazo de cinco (5) dias úteis, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite, ou não, dos motivos. §1º A faculdade prevista no caput deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro. §2º A não-aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da Comissão Eleitoral Central presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada. §3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada, por parte da chapa, o registro

estará cancelado. Art. 8º As alterações previstas no art. 7º só serão consideradas pela Comissão Eleitoral Central se lhe forem comunicadas até o dia 22 de abril de 2004, improrrogavelmente. Art. 9º No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e demais normas que venham a ser elaboradas pela Comissão Eleitoral Central. Art. 10. É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento. **CAPÍTULO V - DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL - SEÇÃO I - DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL - Art. 11.** A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2004/2006, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta por: I - um (1) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente; II - um (1) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente; III - dois ou três (2 ou 3), a depender do nº de chapas, sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL; IV – A composição da Comissão Eleitoral Central deverá ser em número ímpar. § 1º Os componentes da Comissão Eleitoral Central, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 23º CONGRESSO. § 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar suplentes para os integrantes da Comissão Eleitoral Central previsto nos incisos I, II e III do caput deste artigo. § 3º É vedada a participação de qualquer membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na Comissão Eleitoral Central. Art. 12. Compete à Comissão Eleitoral Central: I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento; II - oficializar e divulgar o registro de Chapa(s); III - divulgar a composição do eleitorado até o dia 30 de abril de 2004; IV - confeccionar as cédulas eleitorais; V - coordenar as Comissões Eleitorais Locais; VI - decidir sobre recursos interpostos; VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e VIII - elaborar o Relatório Final a ser divulgado no 48º CONAD. **Parágrafo único.** A Comissão Eleitoral Central pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares. Art. 13. A Comissão Eleitoral Central só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes. **Parágrafo único.** As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Central por intermédio de seu representante na comissão. Art. 14. As decisões da Comissão Eleitoral Central serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião. Art. 15. O integrante da Comissão Eleitoral Central que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo o seu suplente. Art. 16. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral Central. **Parágrafo único.** No documento definido no caput deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL e os representantes autorizados pela chapa. **SEÇÃO II - DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS - Art. 17.** Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local composta por: I - um membro da

Diretoria, na condição de Presidente; II - dois membros indicados por cada chapa concorrente; Parágrafo único. A Diretoria e as chapas deverão indicar suplentes para os integrantes previstos nos incisos I e II deste artigo. Art. 18. A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser enviada para a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL até o dia 5 de maio de 2004. Art. 19 - Compete às Comissões Eleitorais Locais: I - definir e organizar as seções eleitorais até o dia 6 de maio de 2004; II - apurar os votos e enviar para a Comissão Eleitoral Central o mapa dos resultados e a respectiva documentação; III - decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância. Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Local pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares. Art. 20. A Comissão Eleitoral Local só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes. Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Local por intermédio de seus representantes na comissão. Art. 21. As decisões da Comissão Eleitoral Local serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião. Parágrafo único. - Das decisões da Comissão Eleitoral Local cabe recurso à Comissão Eleitoral Central. Art. 22. O integrante da Comissão Eleitoral Local que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo tal condição o seu suplente. Art. 23. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo, dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral Local. Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a Comissão Eleitoral Local e os representantes autorizados pela chapa. CAPÍTULO VI - DA VOTAÇÃO - SEÇÃO I - DA CÉDULA ELEITORAL - Art. 24. A votação é realizada em cédula eleitoral única. §1º A cédula contém as chapas registradas, em ordem cronológica de inscrição, com os nomes de seus integrantes e respectivos cargos e nome da chapa. §2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará a sua escolha. Art. 25. Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva Seção Eleitoral. SEÇÃO II - DAS SEÇÕES ELEITORAIS - Art. 26. As Seções Eleitorais serão estabelecidas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento de todos os eleitores de cada IES. Art. 27. Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam na Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical. Art. 28. Em seções sindicais, previamente definidas pela Comissão Eleitoral Central, haverá uma Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral Local para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via secretaria regional, domiciliados na cidade sede da seção sindical. Art. 29. As secretarias regionais têm prazo, até o dia 16 de abril de 2004, para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as seções sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar. §1º No mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, as secretarias regionais deverão informar aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar. O voto desses sindicalizados em qualquer outra Seção Eleitoral deverá ser considerado em trânsito. §2º Nas cidades onde não existir seção sindical constituída, poderá a Secretaria Regional, mediante autorização da Comissão Eleitoral Central e fiscalização das

chapas concorrentes, constituir uma Seção Eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo. Art. 30. Em cada Seção Eleitoral haverá uma Mesa Receptora composta por um (1) presidente e dois (2) mesários, indicados pela Comissão Eleitoral Local. §1º Só pode permanecer na Seção Eleitoral, além do presidente e dos mesários, no máximo, um (1) fiscal de cada chapa concorrente e, o eleitor durante o tempo necessário ao ato de votar. § 2º A Mesa Receptora de cada Seção Eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à Comissão Eleitoral Local. Art. 31 Na Seção Eleitoral deve existir, providenciado pela Comissão Eleitoral Local: I - urna; II - cédulas oficiais; III - folha de ocorrência; IV - lista específica para eleitor em trânsito; V - cópia deste Regimento; VI - lista dos eleitores; VII - nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação. SEÇÃO III - DO ATO DE VOTAR - Art. 32. Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências: I - no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas; II - a ordem de votação é a da chegada dos eleitores; III - identificado, o eleitor assina a lista de presença e recebe cédula rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora; IV - o eleitor usará cabine indevassável para votar; V - ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa; VI - a guarda do material de votação e da respectiva urna é da responsabilidade da Comissão Eleitoral Local; VII - ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue para a Comissão Eleitoral Local. Art. 33. Os sindicalizados, via Secretarias Regionais, votarão na Seção Sindical indicada pela Secretaria Regional e na Seção Eleitoral indicada pela Comissão Eleitoral Local segundo listas fornecidas pelas respectivas Secretarias Regionais. Art. 34. O voto em trânsito obedece ao seguinte procedimento: I - o eleitor assinará lista específica na Seção Eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua Seção Sindical de origem ou, se sindicalizado, via Secretaria Regional, a sua Regional de sindicalização. II - o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na seqüência de ordem de chegada para votar. SEÇÃO IV - DA FISCALIZAÇÃO - Art. 35. É assegurado às chapas fiscalizarem os processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais. § 1º As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Local, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e de 24 horas do início da apuração dos votos. § 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, dois (2) fiscais por mesa de apuração, com os seus respectivos suplentes. § 3º A indicação do(s) fiscal(is) de apuração não pode recair em integrantes da Comissão Eleitoral Local ou de Mesa Receptora. Art. 36. É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela Comissão Eleitoral Central mediante a indicação de fiscais. §1º As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Central, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de computação dos resultados, até vinte e quatro (24) horas antes do início previsto para a computação dos votos. §2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo,

dois (2) fiscais, com os seus respectivos suplentes. §3º A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da Comissão Eleitoral Central.

CAPÍTULO VII - DA APURAÇÃO - Art. 37. A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á no dia 20 de maio de 2004 e será concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia. Parágrafo único. Nos campi fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da Mesa Receptora, a critério da Comissão Eleitoral Local, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos 35 e 36. Art. 38. As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas do dia 21 de maio de 2004, via meio eletrônico, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical. §1º As Comissões Eleitorais Locais têm, como prazo máximo, até o dia 26 de maio de 2004, para encaminhar, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical. §2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no §1º, ou, também, enviada, naquela data, por serviço ultra-rápido de entrega de correspondência. Art. 39. A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às quatorze (14) horas do dia 21 de maio de 2004 estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais. Art. 40. Os mapas eleitorais das seções sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela Comissão Eleitoral Central. Art. 41. No caso de voto em separado, a Comissão Eleitoral Local providenciará, junto à Seção Sindical ou, se for o caso, à Secretaria Regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar. Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna. Art. 42. As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência. Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato é o de incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas. Art. 43. Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final. Art. 44. Será anulada a urna que: I - apresentar, comprovadamente, sinais de violação; II - apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas; III - não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência. Art. 45. Será anulada a cédula que: I - não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva Mesa Receptora; II - não corresponder ao modelo oficial. Art. 46. Serão considerados nulos os votos que contiverem: I - mais de uma chapa assinalada; II - rasuras de qualquer espécie; III - qualquer caractere que permita identificação. Art. 47. As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da Comissão Eleitoral Local até a proclamação do resultado final pela Comissão Eleitoral Central.

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS - Art. 48. Qualquer recurso deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Local, no máximo, até às 9h do dia 21 de maio de 2004. §1º A Comissão Eleitoral Local, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, num prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados. §2º Das deliberações da Comissão Eleitoral Local cabem recursos à Comissão Eleitoral Central, num prazo de 3 (três horas) após a sua publicação. §3º Os recursos à Comissão Eleitoral Central deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da

chapa junto à Comissão Eleitoral Central. Art. 49. Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Central num prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados pela mesma. Art. 50. Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou por candidatos às Comissões Eleitorais Locais e Central. Parágrafo único. No caso de não haver, na Seção Sindical, fiscal indicado por chapa ou candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à Comissão Eleitoral Local. CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 51. Compete à Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das seções sindicais garantir todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das Comissões Eleitorais central e locais. Art. 52. O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará a anulação do registro da chapa pela Comissão Eleitoral Central. Art. 53. As Comissões eleitorais, Local e Central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento. Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, poderá a Comissão Eleitoral Central, com aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º. Art. 54. As chapas deverão encaminhar à Comissão Eleitoral Central os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de três (3) dias, prazo de postagem, com Aviso de Recebimento (AR). Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, acarretando, com isto, as consequências cabíveis. Art. 55. Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para Diretoria da ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela Tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do Presidente da Comissão Eleitoral Central. Parágrafo único. Num prazo de quinze (15) dias após a promulgação do resultado da eleição, o Presidente da Comissão Eleitoral Central apresentará para a Diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral. Art. 56. O Presidente da Comissão Eleitoral Central deverá, em tempo hábil, apresentar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da Comissão Eleitoral Central, a fim de permitir que a mesma providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da comissão. §1º O valor da diária dos integrantes da Comissão Eleitoral Central será o mesmo dos Diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e deslocamento local. §2º Num prazo de sete (7) dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da Comissão Eleitoral Central deverão apresentar para a Tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final. Art. 57. A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da Comissão Eleitoral Central durante todo processo eleitoral. Art. 58. É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do art. 53. Art. 59. A proclamação final dos resultados será feita pela Comissão Eleitoral Central, somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento. Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da Comissão Eleitoral Central, bem como o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do art. 55, deverão ser apresentados no 48º CONAD. Art. 60. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, em primeira instância, pela Comissão Eleitoral Local e, em instância final, pela Comissão Eleitoral Central. Art. 61. Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 23º CONGRESSO.

ELEIÇÕES 2004 – CRONOGRAMA - DEZEMBRO/2003: 8 – Prazo máximo de filiação de candidatos à diretoria do ANDES SN. FEVEREIRO/2004: 16 – Prazo máximo de filiação de sindicalizados aptos a votar no processo eleitoral 2004; 16 – Prazo máximo para publicação do edital de convocação do processo eleitoral 2004; MARÇO/2004: 8 – Prazo para que os candidatos estejam em dia com a contribuição financeira junto à Tesouraria do Sindicato Nacional. 8 – Prazo máximo para registro das chapas concorrentes com, no mínimo os candidatos a Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro com indicação de representantes na Comissão Eleitoral Central. 29 - A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 43º CONAD (Brasília, dezembro 2001), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até esta data. ABRIL/2004: 9 – Prazo para registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos. Entregar à Secretaria da Comissão Eleitoral Central o original dos seguintes documentos: - termo de concordância (anexo II) de cada candidato, assinado pelo mesmo, contendo as seguintes informações: - endereço residencial completo; - denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Vice-Presidência Regional à qual o candidato se encontra vinculado; - denominação da IES à qual o candidato se encontra vinculado; Programa da chapa. 16 – Prazo para que as Secretarias Regionais forneçam a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as Seções Sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar. 16 – Prazo para que as Secretarias Regionais informem aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar. 19 – Data máxima para as Seções Sindicais e as Secretarias Regionais enviarem para a Comissão Eleitoral Central a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto. 22 – Prazo máximo para solicitação de alteração na composição da chapa. 30 – Data máxima para divulgação, pela Comissão Eleitoral Central, do colégios eleitorais, local e nacional. MAIO/2004: 5 – Data máxima para divulgação e envio para a Comissão Eleitoral Central da composição das comissões eleitorais locais. 6 – Prazo máximo para divulgação das seções eleitorais por parte das Comissões Eleitorais Locais. 15 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para o processo de votação. 18 e 19 – Eleições. 19 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para o processo de apuração de votos, em cada Comissão Eleitoral Local. 20 – Apuração de votos de cada Comissão Eleitoral Local. 21 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para a computação de votos pela Comissão Eleitoral Central. 21 – Prazo para envio de resultados à Comissão Eleitoral Central. 21 – Computação de votos pela Comissão Eleitoral Central. 23 – Divulgação do Resultado OFICIAL. 26 – Prazo máximo para que as Comissões Eleitorais Locais encaminhem, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical. JUNHO/2004: 6 – Prazo para entrega do relatório financeiro do processo eleitoral. 18 - A posse será no dia 18 de junho (sexta-feira), abertura do 48º CONAD - ANEXO I – REQUERIMENTO – À Professora Celi Zulke Taffarel, MD Secretária Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL Prezada Professora, O(s) Professor(es) [nome} e [nome], candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente e secretário geral, vêm, por meio deste, requerer o REGISTRO da chapa denominada [nome da chapa] para concorrer à eleição da Diretoria do Sindicato

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES- INDICATO NACIONAL, biênio 2004 - 2006, e que apresenta como candidato ao cargo de Presidente, o (a) Professor(a) [nome], ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a) [nome], ao cargo de 1º Tesoureiro, o (a) Professor(a) [nome] e, como representante e seu suplente na Comissão Eleitoral Central, o (a) Professor(a) [nome] . Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa. N. T. Pede deferimento Salvador - BA, [dia] de março de 2004. Professor [nome] Professor [nome] RECIBO: Documentos recebidos às [] horas do dia []/3/2004. Número de identificação da chapa: [número] Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL - ANEXO II - TERMO DE CONCORDÂNCIA - Professor (a) [nome], abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 23º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concorda em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2004 – 2006 na condição de candidato (a) ao cargo de [cargo] na chapa denominada [nome da chapa] e que tem o número [número] como identificação oficial [data] de 2004. Professor [nome] Demais Informações: 1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP); 2 - Telefone: [número] ; 3 - Seção Sindical: [nome]; 4 - VPR (caso sindicalizado via VPR): 5 - IES de vínculo: [nome da IES]. Aprovado o Regimento Eleitoral, passou-se à discussão do **TR – 13 - FUNDO DE SOLIDARIEDADE**. Aberta a discussão, foram apresentadas às propostas de modificações do Grupo Misto 2: O Fundo será destinado ao atendimento de diretores sindicais da diretoria nacional e das seções sindicais, demitidos arbitrariamente ou sem justa causa e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais e Municipais), e que venham a ter prejuízos salariais – desconto de dias, retenção de salários, quando em atividades relacionadas com o exercício do mandato sindical, assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (Conselhos de Entidades Mantenedoras e/ou Conselhos Universitários de IPES). Em caráter excepcional, o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros sindicalizados das seções sindicais do ANDES-SN demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pelo CONAD ou CONGRESSO, e do grupo Misto 9: Até o 48º CONAD, o Fundo será destinado ao atendimento de diretores sindicais da diretoria nacional e das seções sindicais, demitidos arbitrariamente ou sem justa causa e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais e Municipais), e que venham a ter prejuízos salariais - desconto de dias, retenção de salários, quando em atividades relacionadas com o exercício do mandato sindical, assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (Conselhos de Entidades Mantenedoras e/ou Conselhos Universitários de IPES). Em caráter excepcional, o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pelo CONAD ou CONGRESSO. No 48º CONAD, a questão deverá ser rediscutida e este debate deverá ser acompanhado de uma proposta de regulamentação e normalização dos mecanismos de destinação do referido fundo. Após ampla discussão, foi aprovado por ampla maioria o texto substitutivo, ficando O **TR 13 – FUNDO DE SOLIDARIEDADE** com a seguinte redação: **Até o 48º CONAD, o Fundo será destinado ao atendimento de diretores sindicais da diretoria nacional e das seções sindicais, demitidos arbitrariamente ou sem justa causa e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos**

poderes públicos (RJU e/ou Estatutos dos Magistérios Estaduais e Municipais), e que venham a ter prejuízos salariais – desconto de dias, retenção de salários – quando em atividades relacionadas com o exercício do mandato sindical, assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (conselhos de entidades mantenedoras e/ou conselhos universitários de IPES). Em caráter excepcional, o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros sindicalizados do ANDES-SN demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pela Diretoria, que deverá submeter sua decisão ao referendo do CONAD ou Congresso. No 48º CONAD, a questão deverá ser rediscutida e este debate deverá ser acompanhado de uma proposta de regulamentação e normatização dos mecanismos de destinação do referido fundo. Às 21h45, por ampla maioria, a Plenária foi prorrogada por mais duas horas. Na seqüência, pautou-se a discussão do **TR – 14 – PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS COM MENOS DE 100 SINDICALIZADOS EM RATEIOS DE CONAD E CONGRESSOS**. O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que: **1** as despesas de transporte dos delegados das seções sindicais (um por seção) com menos de 100 sindicalizados para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitadas a 5% do total das despesas de transporte dos delegados do evento. **2** as seções sindicais com menos de 100 sindicalizados que venham a participar dos CONAD possam optar pela participação ou não do rateio do evento. Na discussão do item 1 do TR – 14, apresentou-se a proposta de substituição do grupo Misto 06: **1 – O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que: 1.1** até que se defina a política de finanças do ANDES-SN, que se viabilize a participação de todas as seções sindicais nos eventos do Sindicato, as despesas de transporte de um delegado das seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitados a 5% do total das despesas do transporte dos delegados ao evento; a proposta de modificação apresentada pelo Grupo Misto 07: As despesas de transporte dos delegados das seções sindicais (um por seção) com menos de 150 sindicalizados para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitadas a 5% do total das despesas de transporte dos delegados ao evento; e a proposta de acréscimo do Grupo Misto 3: **1.2** as seções sindicais contempladas nesta resolução não têm direito a observadores, à exceção daquelas que optarem por serem regidas pelas normas referentes a seções sindicais com mais de 100 (cem) sindicalizados. **1.3** a Diretoria, por delegação deste CONGRESSO elabore de critérios e normas para contemplar os casos em que as despesas ultrapassem o limite de 5% (cinco por cento). Após discussão, foi aprovada por ampla a maioria a proposta de substituição apresentada pelo Grupo 6, bem como a proposta de acréscimo apresentada pelo Grupo 3, ficando com a seguinte redação o item 1 do **TR – 14**: até que se defina a política de finanças do ANDES-SN, que viabilize a participação de todas as seções sindicais nos eventos do Sindicato, as despesas de transporte de um delegado das seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitadas a 5% do total das despesas de transporte dos delegados do evento; **2-** as seções sindicais contempladas nesta resolução não têm direito a observadores, a exceção daquelas que optarem por serem regidas pelas normas referentes a seções sindicais com mais de 100 (cem) sindicalizados. **3 –** a Diretoria do ANDES-SN, por delegação deste CONGRESSO elabore de critérios e normas para contemplar os casos em que as despesas

ultrapassem o limite de 5% (cinco por cento). Na discussão do item 2 (dois) do TR – 14, versão original, foi aprovada por ampla maioria a proposta de substituição apresentada pelo Grupo Misto 6 bem como a proposta de acréscimo de uma recomendação ao seu final, apresentada pelo Grupo Misto 1, ficando o item 2 (dois) com a seguinte redação: as seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base que venham a participar dos CONAD e dos Congressos possam optar pela participação ou não do rateio do evento. O 23º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda que a Diretoria Nacional realize estudos sobre a possibilidade de incluir seções sindicais com até 150 sindicalizados. **O TR – 14 - PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS COM MENOS DE 100 SINDICALIZADOS EM RATEIOS DE CONAD E CONGRESSOS** foi votado e aprovado em bloco por ampla maioria e passou a ter a seguinte redação: **O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que 1.1 até que se defina a política de finanças do ANDES-SN, que viabilize a participação de todas as seções sindicais nos eventos do Sindicato, as despesas de transporte de um delegado das seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitadas a 5% do total das despesas de transporte dos delegados do evento. 1.2. as seções sindicais contempladas nesta resolução não têm direito a observadores, à exceção daquelas que optarem por serem regidas pelas normas referentes a seções sindicais com mais de 100 (cem) sindicalizados; 1.3. a Diretoria do ANDES-SN, por delegação deste CONGRESSO, elabore critérios e normas para contemplar os casos em que as despesas ultrapassem o limite de 5% (cinco por cento). 1.4. as seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base que venham a participar dos CONAD e dos Congressos possam optar pela participação ou não do rateio do evento. 2. O 23º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda que a Diretoria Nacional realize estudos sobre a possibilidade de incluir seções sindicais com até 150 sindicalizados.** Na seqüência, foi registrado que o TR – 15 – **HOMOLOGAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO/CRIAÇÃO DE SEÇÕES SINDICAIS** foi aprovado pela Plenária Inicial por ampla maioria e com o registro de 2 abstenções e aqui registramos para todos os efeitos legais: 1) Homologação das alterações nos regimentos das seções sindicais. Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 23º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações nos regimentos das seguintes seções sindicais do ANDES-SN: 1.1) ADUFPB Seção Sindical – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUFPB Seção Sindical, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 27 de maio de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 1.2) ADUFCG Seção Sindical – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUFCG Seção Sindical, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 27 de maio de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 1.3) ADUFSCar Seção Sindical – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUFSCar Seção Sindical, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 27 de

junho de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 1.4) ADUEG Seção Sindical – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da ADUEG Seção Sindical, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 30 de setembro de 2003. Professora. Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2) Homologação de criação de seção sindical - Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 23º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à homologação da criação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN: 2.1) SINDCENTEC – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical do Instituto Centro de Educação Tecnológica com a denominação de SINDCENTEC, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 26 de junho de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2.2) ADUNICENTRO – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical da Universidade do Centro Oeste, com a denominação de ADUNICENTRO Seção Sindical, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 26 de junho de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2.3) SINDCEFET-PI – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional no Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí com a denominação de SINDCEFET-PI Seção Sindical, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 27 de junho de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2.4) SESDUFT S.Sind. - PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins com a denominação de SESDUFT-S.Sind., de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 30 de setembro de 2003. Professora. Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2.5) APESFUNEC S.Sind. – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Professores de Ensino Superior da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul com a denominação de APESFUNEC-S.Sind., de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 30 de outubro de 2003. Professora. Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2.6) SINDFAVIP – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Faculdade do Vale do Ipojuca, com a denominação de SINDFAVIP, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 22 de janeiro de 2004. Professora. Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral. 2.7) SINDCEFET-OURO PRETO - PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto

SINDCEFET-OURO PRETO, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 20 de outubro de 2003. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral.

2.8) ADESSC-Seção Sindical - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical Multiinstitucional dos Docentes do Ensino Superior de Santa Catarina, Seção Sindical Multiinstitucional do ANDES-SN ADESSC Seção Sindical, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 2 de março de 2004. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral.

2.9) SINDFAFEID – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes das Faculdades Federais Integradas de Diamantina - SINDFAFEID, de acordo com o art. 45, §2º do Estatuto do ANDES-SN. Salvador, 3 de março de 2004. Professora Celi Zulke Taffarel. Secretária Geral.

Em seguida, passou-se à discussão do TR – 16 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 47º CONAD, que, por ampla maioria, foi aprovada com a seguinte redação: **O 23º CONGRESSO aprova a prestação de contas do 47º CONAD**. Por aclamação, o TR –17 – SEDE DO 24º CONGRESSO DO ANDES-SN foi aprovado com a seguinte redação: **O 24º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado na cidade de Curitiba/PR, sob a organização da APUFPR Seção Sindical do ANDES-SN. TEXTO 18 – GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES –SN** – As seções sindicais que desejarem integrar ou modificar a sua participação nos GTs, deverão encaminhar suas propostas à Secretaria do ANDES-SN para homologação no 23º CONGRESSO.

Propostas de representantes das seções sindicais nos GTs do ANDES-SN:

1 – APUFSC: GTPE – Maria da Graça Bollmann, Sandra Mendonça, Danusa Menegueli, Magaly Mendonça, Fábio Silva, Carlos Alberto Marques e Doroti Martins; GTPFS – Clarilton Ribas, Carlos Soares, Paulo Pinheiro Machado, Luis Carlos Pinheiro Machado Filho e Tarcisio Grandi; GTEGC – Marcelo Tragtemberg, Lino Fernando Bragança Feres; GTC&T – Felix Gomes, Raul Guenther; GT-Verbas – Altamir Dias.

2- SINDCEFET-MG: GTPE – Maria Suzana Zatti Lima e Ana Lúcia Barbosa Faria; GTPFS – Sérgio Ricardo de Souza e Tatiana Leal Barros; GT-Verbas – João Francisco de Almeida, Sérgio Ricardo Souza; GT-Carreira – João Francisco de Almeida Vitor e Sérgio Ricardo de Souza, Maria Suzana Zatti Lima; GTCA – Cícera Vanessa Maia e Fausto de Camargo Júnior; GTEGC – Benedito Jesus Magalhães; GTSS/A – Sérgio Ricardo de Souza e Maria Suzana Zatti Lima.

3 – ADUNICENTRO: GTEGC – Sandra Lourenço; GTHMD – Hélio Alexandre Mariano e Fábio Ruela de Oliveira.

4 - APUB: GTPE – Marize Souza Carvalho, Menandro Celso de Castro Ramos, Uilma Rodrigues de Matos Amazonas, Luiz Umberto Ferraz Pinheiro e Maria Inês Corrêa Marques; GTSS/A – Eduardo José Farias Borges dos Reis, Wilma Guimarães Cova e Luiz Antônio Mattos Filgueiras; GTPA – Antônio da Silva Câmara, Celi Nelza Zulke Taffarel, Geraldo Sampaio Costa, José Alberto Bandeira Ramos; GTCA – Jonicael Cedraz de Oliveira, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Jorge Luiz Bezerra Nóvoa, Lana Bleicher, Virginia Maria Rocha Chaves e Lúcia Fernandes Lobatto; GTEGC – Célia Cristina de Oliveira e Maria Inês Corrêa Marques; GTC&T – Maria da Graça Druck de Faria; GT-Verbas – Paulo Antônio de Freitas Balanço; GTHMD – Maria Inês Corrêa Marques e Antonietta d’Aguiar Nunes; GTPFS – Francisco José Duarte Santana, Paulo Antônio de Freitas Balanço e Eduardo José Farias Borges dos Reis.

5 – ADUFPA: GTPFS – Sandra Moreira, Rosimé Meguins e Socorro Aguiar; GTPE – Olgaíses Cabral.

6 – ADUnB: GTEGC – Alejandra Leonor Pascual; **7 – ADUNEMAT:** GTEGC – Antônio Eustáquio de

Moura; **8 - ADUR-RJ:** GTPE – Ana Maria Dantas Soares, Célia Regina Otranto, Lia Maria Teixeira de Oliveira, Lucília Augusta Lino de Paula, Rosana Ferreira de Oliveira, Nídia Majerowicz, Elisa Guaraná de Castro, Aloísio Jorge de Jesus Monteiro; GT C&T – Ricardo Motta Miranda, Ricardo Luis Louro Berbara, Aurea Echevarria; GTPA – Elisa Guaraná de Castro, Canrobert Penn Lopes, Marcos Peixoto; GTPFS – Luiz Mauro Sampaio Magalhães, Rômulo de Andrade, Frederico José Falcão; GT Carreira – André Scarambone Zaú, Nídia Majerowicz e Valdomiro Neves Lima; GTHMD – Frederico José Falcão e Irlete Braga da Trindade; GTSS – Irlete Braga da Trindade, Laélcio Nunes de Lima e Generoso Manoel Chagas. **8 – ADUFPI:** GTSS/A – Ana Maria de Almeida e Sousa, Rui Martins Nogueira, Mário Lúcio da Costa Ferreira e Aldora Maria Lebre Ferreira; GT-Carreira – Adeodato Ari Cavalcante Salviano, Pedro Alves lemos Filho, Joaquim Gonçalves Neto e Benedito Carlos de Araújo Júnior; GTPE – Joaquim Gonçalves Neto, Edna Maria Magalhães do Nascimento, Benedito Carlos de Araújo Júnior e Reinaldo de Montalvão de Moraes e Maria do Socorro Lages de Carvalho; GTPFS - Joaquim Gonçalves Neto, Pedro Alves Lemos Filho, Reinaldo de Montalvão de Moraes e Cristiano Matias Neto; GTEGC – Maria do Socorro leite Galvão, Benedito Carlos de Araújo Júnior e Aldora Maria Lebre Ferreira. **9 - ADUFRGS:** GT-Carreira – Carlos Alberto Saraiva Gonçalves e Daniela Marzola Fialho; GTPE – Naira Lisboa Franzoi, Vera Peroni e Elisabete Zardo Búrigo; GTHMD – Benito Bisso Schmidt; GTSS/A – Marilene Schmarczek, Sonia Stangherlini Scornavacca e Eduardo Rolim de Oliveira; GTPFS – Nadya Pesce da Silveira e Paolo Roberto Livotto; GTC&T – Jorge Alberto Quillfeldt e Valério de Patta Pillar; GT-Verbas – Carlos Alberto Saraiva Gonçalves e Daniela Marzola Fialho. **12 – ADUPE:** GTPE – Maria Elizabete Noêmia da Silva; GTEGC – João de Oliveira e Itamar Lages; **13 – ADUFES:** GTSS/A – Odiléia Dessaune; GTC&T – Edson Cardoso e Mônica Branco; GT-Carreira – Geraldo Sisquini.- GTEGC – Antonio Carlos Amador Gil, Dulcinea Benedito Pedrada e Vânia Maria Louzada; GTPE – Sônia Lopes Victor, José Aguilar Dalvi, Elisabeht Orlete e Marlene Cararo; GTPA – Vânia Maria Louzada. **14 – ADUFU:** GTPE – Aparecida Monteiro de França; GTPFS – Edílson José Graciolli. **15 – ASDUERJ:** GTEGC – Mary Jane; **16 – ADUFERPE:** GTEGC – Irenilda de Souza Lima; GTPE - Irenilda de Souza Lima; **17 – ADUFPeI:** GTPA – Henrique A. F. Mendonça, Lílian Maria Resende, Sérgio B. Cassal; GTPE – Fabiane Tejada, Antonieta Dal’igna, Lílian Pereira e Margarete Muller Vieira; GTEGC – Francisco Vitória; GT-Carreira – Cristina Vernetti, Elaine Neves; GTC&T – Althen Teixeira Filho e Henrique Andrade Furtado Mendonça; GTHMD – Francisco Vitória. **18 – ADUFF:** GT-Carreira; GTC&T; GTCA; GTPFS; GTEGC; GTHMD; GTPE; GTPA; GTSS/A; GT-Verbas. **O 23º CONGRESSO homologa inscrição dos representantes das seções sindicais nos grupos de trabalho do ANDES-SN.** Após as inscrições e homologação no GTs do ANDES-SN, a Secretaria Geral do ANDES-SN informou ao plenário o registro de três (3) Chapas para concorrerem à eleição de Diretoria do ANDES-SN, biênio2004/2006, e fez a leitura das chapas: CHAPA 1 – Educação e Realidade – inscrição realizada no dia 8 de março às 13h30; CHAPA 2 – Uma Nova ANDES é Possível Plural e de Lutas – inscrição realizada no dia 9 de março, às 10h20; CHAPA 3 – Andes Autônoma e Democrática – inscrição realizada no dia 9 de março, às 16h33. Na seqüência, solicitou que o representante da CHAPA 1 apresentasse a chapa, após a apresentação da chapa 1, foi solicitado que o representante da chapa 2 apresentasse a mesma, após a apresentação da chapa 2, foi solicitado à chapa 3 que também fizesse a apresentação da chapa. Após a apresentação oficial das três chapas que concorrerão às eleições da Diretoria do ANDES-SN, deu-se prosseguimento aos trabalhos e passou-se a discutir a

Composição da Comissão Eleitoral. A Mesa Coordenadora apresentou a proposta de se escolher primeiro os nomes dos membros efetivos e após a escolha destes passar-se-ia à escolha dos nomes dos membros efetivos. Proposta acatada por unanimidade. Foi apresentada ao plenário uma proposta de escolha de nomes por proporcionalidade que foi rejeitada e acatada a proposta de escolha de nome a nome. Os nomes dos professores Lossian Barbosa (SINDCEFET – PI), Lana Bleicher (APUB), João Augusto Alves Meira neto (ASPUV) e Emerson Pires Leal (ADUFSCAR) foram apresentados e votados um a um com o seguinte resultado de votação: professor João – 184 votos; professora Lana – 176 votos; professor Emerson – 141 votos e professor Lossian – 63 votos. À 1h50 a plenária foi prorrogada por mais duas horas. Votados os efetivos da comissão eleitoral passou-se à escolha dos membros suplentes para a referida comissão. Foram apresentados os seguintes nomes à Mesa: professor Dileno Dustan (ASPUV), professora Nidia Majerowicz (ADUR – RJ), professor Lossian (SINDCEFET – Piauí). Votados um a um com a seguinte votação: professora Nidia – 171 votos; professor Dileno – 152 votos; professor Lossian – 95 votos. Finalmente foi esclarecido ao plenário que embora não tenha sido proposto na Plenária de Instalação a inclusão de novos Textos para a Plenária do Tema II, em dois grupos mistos, foram discutidas e votadas uma proposta de acréscimo de recomendação e uma proposta de inclusão de TR no Tema II. O plenário por ampla maioria rejeitou a inclusão da recomendação e do TR. Às 2h30, nada mais havendo a tratar, a Plenária foi encerrada e eu, Ângela M. S. Ferreira, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pela presidente.

Ângela M. S. Ferreira
2ª Secretária

Cláudia March Frota Souza
Presidente

ATA DA PLENARIA DO TEMA III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE, DO 23º CONGRESSO.

Às duas horas e quinze minutos do dia dez de março do ano de dois mil e quatro no auditório da Universidade Federal da Bahia, Campus de Ondina, na cidade de Salvador, foi instalada a plenária do Tema – III - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe. A Mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pela Professora Janete Luzia Leite (Presidente), Maria Rosimary Soares dos Santos (Vice-Presidente), Ibiraci Maria Rocha (Primeira Secretária) e Ana Maria Ramos Estevão (Segunda Secretária). A professora Janete submeteu à Plenária a proposta da Mesa de ordenação dos trabalhos, a saber: Política e Formação Sindical (composta pelos TRs de números 24, 25, 44, 45, 46, 47, 48 e 49); Política de Formação Educacional (composta pelos TRs de números 20, 20A, 21, 37 e 38) e Etnia, Gênero e Classe (composta pelos TRs de números 22, 23, 28, 40 e 42) . Após a discussão de três outras propostas, uma apresentada pelo professor Aloisio de dar preferência, em primeiro lugar, a políticas de cotas e depois às questões ligadas à CUT; a segunda, apresentada pelo professor Bosi, de centralizar a discussão na Reforma Universitária Sindical e Trabalhista sendo a terceira do Professor José Carlos, qual seja, iniciar a discussão pela política de cotas por ser o tema mais urgente do Sindicato. Como o professor Aloisio retirou a sua proposta, ficaram apenas duas. Votada, a proposta de iniciar a discussão com a política de cotas foi aprovada por ampla maioria com algumas abstenções iniciando-se imediatamente a discussão do **TR de número 22 - CLASSE, ETNIA E GÊNERO**, a saber: 1 - *O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a mudança do nome do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe para Grupo de Trabalho Classe, Etnia e Gênero.* Após discussão, foi submetido à votação o item 1 do TR-22, por meio de duas propostas: a) mudança do nome do GT e b) manutenção do nome do GT. Por ampla maioria ganhou a manutenção do nome do GT, com algumas abstenções. Foi aprovado que o nome do GT será mantido como: **Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe.** Às 4 horas, votou-se a prorrogação da Plenária por mais uma hora, o que foi aprovado por unanimidade. Continuando com a discussão do TR-22, passou-se a decidir sobre a metodologia do trabalho. Uma delas propunha fazer uma rodada de dez intervenções para discutir o assunto, a outra era de ir direto à votação sem discussão. Ficou decidido, por amplíssima maioria e alguns votos contrários, abrir inicialmente 10 intervenções para discussão. Após, iniciou-se a discussão do item 2 do TR-22 pelo item 2.1: *O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN 2.1 - posicione-se contrariamente à política de cotas e denuncie à sociedade o caráter populista da implantação dessa política na educação e no mercado de trabalho e o seu papel desarticulador da luta de classes.* Após a discussão desse item, foram votadas as propostas de sua manutenção e de sua supressão. Por ampla maioria, com alguns votos contrários e uma abstenção, foi aprovada sua manutenção, sem prejuízo de modificação. Neste momento, o Professor Althen Teixeira Filho apresentou a seguinte declaração de voto: “Como delegado do 23º CONGRESSO do

ANDES-SN, venho lamentar que, às 3h do dia 10/3, houve um esvaziamento deste evento. Lembro que antecedeu este fato a apresentação das chapas que concorrerão à diretoria do nosso sindicato, quando se estava presente um grupo que se identificava com blusas 'uma nova ANDES', mas que, vencido o fato, ausentou-se da plenária. Por conta disso o tema III, que aborda, entre outros, carreira docente, ciência e tecnologia, não contou com a colaboração e, quem sabe, interesse dos colegas." Após a declaração do professor Althen, a Mesa continuou a apreciação dos demais itens do TR-22.2, quando foi apresentada a proposta de transferir a apreciação deste TR para o momento da discussão do TR-42. A proposta foi recusada por unanimidade. Foi apresentado um texto de consolidação dos itens *"2.1 posicione-se contrariamente à política de cotas e denuncie à sociedade o caráter populista da implantação dessa política na educação e no mercado de trabalho e o seu papel desarticulador da luta de classes; 2.2 lute pela universalização do acesso ao ensino superior e pela permanência do aluno no processo, com garantia de qualidade, pondo em discussão o concurso vestibular como meio de acesso ao ensino superior; 2.3 lute por uma completa transformação no sistema educacional brasileiro (educação básica e superior) que vise à eliminação de todo tipo de discriminação e estereótipo; 2.4 comprometa-se com a luta das comunidades remanescentes de quilombos e dos povos indígenas pelo legítimo acesso à terra; 2.5 busque ampliar a participação das entidades dos servidores no I Encontro Nacional de Gênero, Raça e Classe das três esferas 'na construção de uma Sociedade Igualitária', de 10 a 13 de maio, na CNTI – Luziânia/GO"*. A proposta de substituição foi apresentada e votada, tendo sido aprovada por amplíssima maioria, com dois votos contrários e nenhuma abstenção. Desta forma, os itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 do TR-22 ficaram com a seguinte redação: **O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que: 2.1 - posicione-se firmemente contra o projeto 'UNIVERSIDADE PARA TODOS' que, apoiando-se demagogicamente na legítima reivindicação dos setores oprimidos pelo acesso à educação superior e com base em premissas falsas, cria um mercado cativo, subvencionado pelo Estado, para os empresários da educação, sob a forma de "cotas para as minorias". Trata-se de uma política destinada a dar sobrevida à massa falida das universidades privadas e, ao mesmo tempo, dividir a classe trabalhadora no movimento de luta pelo acesso à universidade pública, gratuita de qualidade. 2.2 - defenda as políticas de ação afirmativa que beneficiam os setores historicamente oprimidos e excluídos da sociedade brasileira (negros, índios e pobres), e no quadro da luta pela universalização, igualdade e equidade no acesso à universidade pública. Ou seja, no bojo da ampliação de vagas, condições de permanência, verbas públicas e quadro efetivo das instituições, em direção ao fim do vestibular e generalização do direito ao acesso. 2.3 - conclame todos os segmentos representativos dos setores historicamente oprimidos e excluídos à formação de uma frente comum de luta pela universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada que garanta a possibilidade de acesso universal da juventude à educação superior. O ANDES-SN entende que essa luta, que é parte de uma luta social mais ampla, deva incluir ações diretas quando estas forem eficientes e legitimadas pelo engajamento da população. 2.4 - reafirme as decisões favoráveis às políticas de Ações Afirmativas tomadas no 22º CONGRESSO do ANDES-SN sobre a questão de Etnia, Gênero e Classe. 2.5 - organize ao longo de 2004, por intermédio do GT Etnia Gênero e Classe, seminários regionais que culminem num seminário nacional sobre as questões de cotas e ações afirmativas, a partir das quais se construa uma posição a ser apreciada no 24º CONGRESSO. Nessa**

perspectiva, o cronograma deve prever seminários regionais em agosto ou setembro de 2004 e seminário nacional em novembro de 2004. Para tanto, o GT deve elaborar e encaminhar uma agenda de atividades compatível com o cronograma acima referido. **2.6 - viabilize a realização de quatro reuniões anuais, sendo duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre, do GT Etnia, Gênero e Classe.** O item 2.5 do TR original: **Que o ANDES-SN busque ampliar a participação das entidades dos servidores no I Encontro Nacional de Gênero, Raça e Classe das Três Esferas, “Na Construção de uma Sociedade Igualitária”, de 10 a 13 de maio, no CNTI – Luziânia/GO,** foi aprovado por amplíssima maioria como recomendação. **2.7 remeta os TRs 23, 40 e 42 ao GT Etnia, Gênero e Classe para o aprofundamento, visando a operacionalizar encaminhamentos a partir de deliberações da diretoria e/ou dos 48º ou 49º CONADs.** **TR - 23 - ANDES-SN E A PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA: APROXIMAÇÕES** - 1. Realizar levantamento, através da equipe do centro de documentação, para divulgação até o primeiro CONAD de 2004, através do que temos acumulado em termos de estatísticas, deliberações, publicações internas sobre a temática feminista; 2. Promover encontros, por Regionais, sobre Mulher e Sindicalismo, articulados com entidades organizadoras da Plataforma Política Feminista; 3. Discutir estratégias de articulação intermovimentos, na direção da formação de uma rede de movimentos sociais. Para tanto, construir um evento nacional para traçar estratégias de organização interna, sob os auspícios do GT, Etnia, Gênero e Classe. **TR - 40 - O FETICHE DA POLÍTICA DE COTAS** - O ANDES-SN, como sindicato classista, deve se relacionar com o movimento negro, buscando emancipação de raça conjugada com ações claramente relacionadas à emancipação de classe, tendo como princípio as resoluções do 4º CONED. - **TR – 42 - A ANDES-SN NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS E PELA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.** O 23º Congresso da ANDES-SN, de Salvador, se posiciona favoravelmente e lutará por: 1 aumento do acesso de estudantes negros, índios e de baixa renda ao Ensino Superior, no sentido de promover uma Universidade mais diversa e combater a desigualdade racial neste nível de ensino, através de instituição de cotas ou critérios étnicos e socioeconômicos de acesso às Universidades Brasileiras e da instituição de uma política de permanência destes grupos através de apoio financeiro, didático e psicológico; 2 oferecimento de disciplinas com conteúdo de História da África e Cultura Afro-brasileira, no sentido de implantar a Lei 10.639/2003, bem como pelo oferecimento de conteúdos anti-racistas nos currículos de formação de professores, contratando professores com esse fim; 3 discussão sobre a introdução de critérios étnicos (para negros e índios) de admissão de professores nas Universidades, no sentido de promover maior diversidade étnica no Ensino Superior; 4 programação das tvs universitárias com maior abordagem da questão étnica; 5 manifestação da Diretoria da ANDES-SN contrária às desigualdades raciais, nas datas de 21-03, 13-05 e 20-11 no sentido de combater as desigualdades raciais e o racismo no Brasil e organização de eventos pelo Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN e pelas Seções Sindicais alusivos às datas, na medida do possível; 6 levantamento étnico da composição dos órgãos do sindicato: diretorias nacionais, de ADs, de GTs, Congressos, CONADs, no sentido de conhecer a diversidade na nossa entidade sindical e promovê-la; 7 incentivar a discussão sobre a adoção de políticas de acesso e permanência de negros, índios e estudantes de baixa renda, articulada com a reivindicação de ampliação geral de vagas nas Universidades Públicas, com o conseqüente aumento de verbas; 8 reivindicar a realização de Censos Étnicos, bem como fazer o levantamento das ações em torno da questão racial, em todas as IES,

ampliando a resolução do 22º Congresso; 9 encaminhamento pelo GT Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN das deliberações do 22º Congresso, bem como encaminhamento conjunto com o GTPE/ANDES-SN da discussão da reforma universitária e questões de diversidade étnica e socioeconômica na Universidade; 10 realização de Seminários em todas as IES sobre diversidade étnica e socioeconômica; 11 um plano de formação de intelectuais negros, visando a ampliar o número de doutores em todas as áreas do conhecimento, com prioridade para saúde da população afrodescendente, história africana e dos afrodescendentes, educação, artes, urbanismo, economia e direito. O TR 23, com as alterações acatadas, foi aprovado integralmente por ampla maioria. Com relação ao **TR – 41 - Menoridade Penal, – Que o ANDES-SN posicione-se contrário à diminuição da menoridade penal e lute juntamente com entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, pelo cumprimento do ECA**, o que foi aprovado por todos os grupos mistos e por unanimidade pela Plenária, sem necessidade de discussão. Tão logo deliberou-se sobre o TR-22, passou-se a discutir a metodologia de trabalho para o **TR – 24 – Política e Formação Sindical – Acabar com a Unicidade Sindical Obrigatória para Impor o Sindicato Orgânico Obrigatório: A Reforma Sindical do Governo Lula**. 1. O 23º Congresso do ANDES-SN reafirma as seguintes deliberações aprovadas no 47º CONAD: 1.1 as seções sindicais e as secretarias regionais do ANDES-SN estimulem a criação de GTs de Política e Formação Sindical para intensificar o funcionamento do GT nacional e aprofundar nossa compreensão e esclarecimento sobre a reforma trabalhista e sindical; 1.2 as seções sindicais e as secretarias regionais do ANDES-SN promovam seminários, debates e discussões sobre a reforma trabalhista e sindical; 1.3 as seções sindicais e as secretarias regionais incentivem a rearticulação dos fóruns e coordenações estaduais – criados para combater a aprovação da PEC-40/03 -, ampliando para a participação dos sindicatos que representam os trabalhadores da iniciativa privada e pautando a discussão sobre a reforma trabalhista e sindical. 1.4 o ANDES-SN reafirme sua posição contrária à flexibilização e a retirada de direitos trabalhistas da CLT; 1.5 o ANDES-SN lute contra a ADIn 2968; 1.6 o ANDES-SN reafirme sua posição: 1.6.1 contrária à unicidade sindical e favorável à plena liberdade, autonomia e unidade sindicais; 1.6.2 contrária ao imposto sindical; 1.6.3 de ratificação da Convenção 87 da OIT. 1.6.4 de defesa da sua concepção de organização sindical pela base; 1.6.5 contrária à regulamentação do direito de greve; 1.7 a Diretoria Nacional do ANDES-SN organize uma agenda de ações conjuntas com as demais entidades sindicais, visando ao enfrentamento do processo de desregulamentação dos direitos do trabalhador; 1.8 o ANDES-SN lute pela revogação das MPs nºs 1960/94, 1415/96, 1709-1/98 e 2.164-41/01, que tratam de temas trabalhistas cujos conteúdos foram explicitados e criticados no texto de apoio 21 do Anexo ao Caderno de Textos do 47º CONAD. 1.9 o ANDES-SN intensifique, junto à CUT ou a outras centrais e entidades sindicais, a proposta do SDRT (Sistema Democrático de Relações de Trabalho), contrária ao poder normativo da Justiça do Trabalho; 1.10 o ANDES-SN organize, com outras entidades da educação, a luta pela rejeição e pelo arquivamento imediato e definitivo do PL nº 337/2003, do deputado Paes Landin, que propõe alteração nos arts. 317 a 324 da CLT que retiram direitos dos professores, legalizam as muitas irregularidades na substituição de professores, sob modalidades precárias de trabalho, por instrutores e monitores; 1.11 - o ANDES-SN não participe do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). 2. O 23 CONGRESSO, considerando que a tendência de destruição da CUT como instrumento de luta da classe trabalhadora aprofundou-se brutalmente e que a reforma sindical e trabalhista do governo Lula aponta para a

destruição dos direitos trabalhistas e da independência dos sindicatos, delibera que: 2.1 as seções sindicais, reafirmando decisão do 47º CONAD, discutam sobre a relação do ANDES-SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à Central no 24º CONGRESSO; 2.2 o ANDES-SN desautorize a CUT de representá-lo contra suas posições, a exemplo do que aconteceu durante a reforma da Previdência quando a central defendeu propostas contrárias às reivindicações do ANDES-SN e da CNESF; 2.3 as seções sindicais e as secretarias regionais promovam eventos (preferencialmente em conjunto com outros sindicatos) visando a esclarecer os docentes sobre a reforma sindical e trabalhista do governo Lula e organizem uma resistência nacional contra a destruição dos sindicatos e a retirada de direitos trabalhistas; 2.4 as seções sindicais se empenhem em viabilizar sua presença no Encontro Sindical Nacional nos dias 13 e 14 de março, em Brasília. O professor Coggiola apresentou a proposta de discutir o TR-24 em conjunto com os TRs 20, 25 e 44. A proposta foi colocada em votação que obteve o seguinte resultado: 1 voto contrário, uma abstenção e ampla maioria favorável. Foi aprovada por amplíssima maioria a seguinte forma de encaminhar a discussão do TR - 24: num primeiro momento, haverá dez inscrições para intervenções de três minutos e depois será encaminhada a votação. Passou-se à discussão do item 2 do TR-24 pelo subitem 2.1. Proposta que foi aprovada por ampla maioria com alguns votos contrários e algumas abstenções. **2. O 23 CONGRESSO, considerando que a tendência de destruição da CUT como instrumento de luta da classe trabalhadora aprofundou-se brutalmente e que a reforma sindical e trabalhista do governo Lula aponta para a destruição dos direitos trabalhistas e da independência dos sindicatos, delibera que: 2.1 as seções sindicais, reafirmando decisão do 47º CONAD, discutam sobre a relação do ANDES-SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à Central no 24º CONGRESSO.** Às 5 horas, antes de continuar a discussão, foi aprovada por amplíssima maioria, com registro de uma abstenção, a prorrogação do prazo de duração da Plenária por mais uma hora. Com relação ao subitem 2.1: “ as seções sindicais, reafirmando decisão do 47º CONAD, discutam a relação do ANDES – SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à central no 24º CONGRESSO.” Foi apresentada a proposta de modificar o texto incluindo-se a desfiliação da CUT. Foram votadas as propostas uma contra a outra, aprovando-se com pequena maioria o texto original. A seguir foi apresentada uma proposta de inclusão ao final do item da seguinte frase: “ou em Congresso Extraordinário”. Esta inclusão foi aceita por ampla maioria e algumas abstenções. Ficou deliberado que este subitem terá a seguinte redação: **2.1 as seções sindicais, reafirmando decisão do 47º CONAD, discutam a relação do ANDES-SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à Central no 24º CONGRESSO ou em Congresso extraordinário.** Outra proposta de modificação apresentada ao subitem 2.3 “ as seções sindicais e as secretarias regionais promovam eventos (preferencialmente em conjunto com outros sindicatos) visando a esclarecer os docentes sobre a reforma sindical e trabalhista do governo Lula e organizem uma resistência nacional contra a destruição dos sindicatos e a retirada de direitos trabalhistas” sugere a inclusão da palavra **denunciem** ao texto. Submetida à votação, foi aprovada por ampla maioria a inclusão ao texto, que ficou com a seguinte redação: **2. 3. as seções sindicais e as secretarias regionais promovam eventos (preferencialmente em conjunto com outros sindicatos) visando a esclarecer os docentes sobre a reforma sindical e trabalhista do governo Lula, denunciem e organizem uma resistência nacional contra a destruição dos sindicatos e a**

retirada de direitos trabalhistas. Passou-se à discussão do **subitem 2.4** - *as seções sindicais se empenhem em viabilizar sua presença no Encontro Sindical Nacional a realizar-se nos dias 13 e 14 de março em Brasília.*” Foi apresentada uma proposta de modificação que, após amplo debate, recebeu voto favorável de ampla maioria, com algumas abstenções, ficando deliberado a seguinte redação: **2.4 - o ANDES-SN empenhe-se, ao longo de 2004, em construir um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, envolvendo sindicatos filiados ou não à CUT, na defesa do movimento sindical autônomo, classista e combativo que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.** A Mesa submeteu à votação em bloco, os subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.6.1, 1.6.2, 1.6.4, 1.6.5, 1.7, 1.8 do TR 24, o que foi aprovado por unanimidade. **1.1 as seções sindicais e as secretarias regionais do ANDES-SN estimulem a criação de GTs de Política e Formação Sindical para intensificar o funcionamento do GT nacional e aprofundar nossa compreensão e esclarecimento sobre a reforma trabalhista e sindical; 1.2 as seções sindicais e as secretarias regionais do ANDES-SN promovam seminários, debates e discussões sobre a reforma trabalhista e sindical; 1.3 as seções sindicais e as secretarias regionais incentivem a rearticulação dos fóruns e coordenações estaduais – criados para combater a aprovação da PEC-40/03 -, ampliando para a participação dos sindicatos que representam os trabalhadores da iniciativa privada e pautando a discussão sobre a reforma trabalhista e sindical. 1.4 o ANDES-SN reafirme sua posição contrária à flexibilização e a retirada de direitos trabalhistas da CLT; 1.5 o ANDES-SN lute contra a ADIn 2968; 1.6 o ANDES-SN reafirme sua posição: 1.6.1 contrária à unicidade sindical e favorável à plena liberdade, autonomia e unidade sindicais; 1.6.2 contrária ao imposto sindical; 1.6.4 de defesa da sua concepção de organização sindical pela base; 1.6.5 contrária à regulamentação do direito de greve; 1.7 a Diretoria Nacional do ANDES-SN organize uma agenda de ações conjuntas com as demais entidades sindicais, visando ao enfrentamento do processo de desregulamentação dos direitos do trabalhador; 1.8 o ANDES-SN lute pela revogação das MPs nºs 1960/94, 1415/96, 1709-1/98 e 2.164-41/01, que tratam de temas trabalhistas cujos conteúdos foram explicitados e criticados no texto de apoio 21 do Anexo ao Caderno de Textos do 47º CONAD.** Foi aprovado também, por unanimidade, o envio para discussão no 48º CONAD, dos subitens 1.6.3, 1.9, 1.10 e 1.11 do TR 24: **1.6.3 de ratificação da Convenção 87 da OIT. 1.9 o ANDES-SN intensifique, junto à CUT ou a outras centrais e entidades sindicais, a proposta do SDRT (Sistema Democrático de Relações de Trabalho), contrária ao poder normativo da Justiça do Trabalho; 1.10 o ANDES-SN organize, com outras entidades da educação, a luta pela rejeição e pelo arquivamento imediato e definitivo do PL nº 337/2003, do deputado Paes Landin, que propõe alteração nos arts 317 a 324 da CLT que retiram direitos dos professores, legalizam as muitas irregularidades na substituição de professores, sob modalidades precárias de trabalho, por instrutores e monitores; 1.11 - o ANDES-SN não participe do Fórum Nacional do Trabalho (FNT).** A Plenária deliberou por encaminhar os TRs de numero 44, 45, 46 e 47 ao GTPFS, que, após examiná-los, deverá remeter ao 48º CONAD tudo que não for considerado extemporâneo. **TR – 44 - DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - 1. O ANDES-SN deve buscar construir a mais ampla unidade com todos os sindicatos para intensificar a luta pela independência da CUT frente aos Governos e aos patrões. 2. O ANDES-SN deve iniciar uma campanha imediata pela convocação de uma Plenária Nacional da CUT que revogue a posição**

adotada pela executiva da central de apoio a Reforma Sindical do FNT. **TR – 45 - IMPOSTO SINDICAL - RAZÕES QUE JUSTIFICAM O IMPOSTO SINDICAL** - O 23º Congresso do ANDES-SN delibera que: 1. Os argumentos em defesa do Imposto Sindical são consistentes e coerentes com a realidade brasileira. 2. Deve ser portanto mantido pois sua substituição pode criar problemas desnecessários para a classe trabalhadora. 3. A prática durante toda a história do imposto sindical nas mais duras adversidades aprovou-o. 4. O bom senso aconselha, portanto a sua manutenção, pois a objeção que havia contra ele que era o fato de ser compulsório foi desmoralizada pela própria proposta do governo. 5. O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN: 5.1. A pecha atribuída ao Imposto Sindical de que ele seria o responsável pela existência de sindicatos pelegos e com outros adjetivos pejorativos é falsa, ilógica e sem consistência empírica. É uma visão burocrática, cartorial e simplista de uma realidade rica e complexa. 5.2. A única coisa que se pode afirmar é que o Imposto Sindical dá um mínimo de recursos para garantir a sobrevivência do sindicato com um mínimo de autonomia. 5.3. As verdadeiras causas que determinam as qualidades ou defeitos dos sindicatos são desde causas objetivas, como a importância estratégica atividade econômica de sua categoria, a forma de organização dos trabalhadores nas empresas, se concentrados em grandes unidades ou pulverizados em pequenos estabelecimentos, as condições materiais dos trabalhadores, até condições subjetivas como educação, cultura, história, tradição, influência política externa, etc. 5.4. Como conseqüência, perde o sentido pedir o fim do Imposto Sindical baseando-se nessa pecha. **TR – 46 - CLT E CONTRATO DE TRABALHO - CCT X CLT, UM ADVÉRBIO X UM SUBSTANTIVO – UM CONTO DO VIGÁRIO** - O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN: 1 A CLT já um grande Contrato Coletivo, muito maior, mais abrangente, mais completo de qualquer outro que se conheça ou se possa imaginar. Além de ter se consolidado durante esses 60 anos de sua existência dando-lhe mais solidez, maior autoridade, com uma infinidade de jurisprudências, acórdãos, leis complementares, etc. Implodir todo esse edifício em nome de uma quimera, de uma receita que nem projeto tem (até 1988 não tinha), não é mais uma temeridade, é uma insanidade. 2 Tem-se que urgentemente enviar essa alucinação chamada CCT, para o lixo da História. 3 Opor CCT a CLT é não só um erro político, mas também um erro lógico. A consigna do CCT tem que ser banida do vocabulário das lutas trabalhistas. 4 A alegação de que na CLT o contrato se faz individualmente é um sofisma semântico para justificar o injustificável CCT, que já foi testado na prática e desmoralizado. 5. Deve-se portanto denunciar essas e outras manobras para impor desonestamente o CCT e apagar de uma vez por toda do vocabulário de lutas da classe trabalhadora, essa ignomínia chamada CCT, pois ela já causou grandes prejuízos à luta política dos trabalhadores e poderá causar mais ainda com essa reforma trabalhista do governo. 6. A consigna, ESTADO FORA, é uma consigna suicida, sem qualquer relação com a realidade, cuja única justificativa é uma utopia liberal burguesa já recolhida ao lixo da história e que o pensamento pequeno-burguês teima em ressuscitar. É uma consigna criada pelos fundadores da CUT e do PT desde 1977 pelo menos e que seu governo pretende agora concretizar, destruindo o sindicalismo brasileiro. Essa consigna já fez muito mal aos trabalhadores e deve ser jogada no lixo antes que cause mais mal ainda. **TR – 47 - SINDICAL - A VERDADE SOBRE A CARTA DEL LAVORO** - O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprova, como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de

classe vinculados ao ANDES-SN: 1. A pecha de que a Unicidade Sindical da CLT foi copiada da Carta Del Lavoro não tem procedência. 2. A Unicidade Sindical da CLT é semelhante à proposta da resistência operária antifascista italiana referendada no Pacto de Roma em 1944 e que deu nascimento a CGIL. 3. O fundamento da Carta Del Lavoro é o Pluralismo com Exclusão Ideológica ou Exclusividade Ideológica. Nesse aspecto tem semelhanças com os princípios e práticas da CUT. 4. Como essa acusação contra a CLT foi o carro-chefe de todas as outras críticas à CLT, tem-se que revisar todas essas críticas feitas à CLT. Após remeter esses TRs para o 48º CONAD. Por último, foir aprovado, por unanimidade, que os **TRs 20, 20A, 37, 38, 49, 26, 27, 28, 35, 36, 43, 50, 51 e 52**; os itens **7, 3.18, 3.19, 3.25 do Plano Geral de Lutas**; a letra **“P” das Bandeiras**, as propostas do professor Francisco Santana (com aprovação de inclusão na discussão pela Plenária de Instalação), que não foram apreciados, serão encaminhados automaticamente ao 48º CONAD conforme transcritos a seguir: **TR - 20 - POLÍTICA EDUCACIONAL: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso** - 1 Quanto à reforma universitária o 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN, em conjunto com suas seções sindicais e secretarias regionais: 1.1 denuncie no âmbito do Movimento Docente e à sociedade brasileira em geral, as características nocivas à educação superior pública, contidas no documento do Grupo de Trabalho Interministerial, a saber: aprofundamento dos processos de privatização e de procedimentos produtivistas; agravamento da precarização do trabalho docente; substituição de política salarial por política de gratificações; extinção da carreira única e da isonomia; fomento da diferenciação e da segmentação das instituições; diversificação das fontes de financiamento; expansão de vagas e cursos, tendo a educação a distância como mecanismo prioritário; e, especialmente grave, a instituição da autonomia financeira das IES públicas, entendida como captação de recursos, e a regulamentação das relações entre universidades e fundações de apoio; 1.2 reafirme, incisivamente, com ampla e urgente divulgação, todas as resoluções das instâncias deliberativas do ANDES-SN quanto à auto-aplicabilidade do art. 207, da Constituição Federal, que garante a autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e patrimonial das universidades brasileiras, e quanto à construção do padrão unitário de qualidade da educação superior, fundado no financiamento estatal das IES públicas, na qualidade social da produção e da transmissão do conhecimento, na valorização da formação e do trabalho dos profissionais em educação; 1.3 dê início imediato a ações de denúncia e combate à proposta de reforma universitária emanada do Grupo de Trabalho Interministerial, bem como à formação do Grupo Executivo para elaborar a reforma universitária em 45 dias, composto exclusivamente pelos novos integrantes da equipe do Ministério da Educação; 1.4 dê ampla divulgação à Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira e para a Educação Técnica e Tecnológica (Cadernos ANDES, nº2. Revisado e atualizado. Aprovado pelo 46º CONAD: Vitória, ES – junho/2003), como instrumento documental básico para as denúncias e mobilizações contra a reforma universitária proposta pelo governo; 1.5 desenvolva, em conjunto com as entidades do setor da educação e os movimentos sociais e populares organizados, ações urgentes e contundentes, de mobilização e luta, em defesa da educação superior pública, gratuita, laica, de qualidade social, e em clara oposição a qualquer modelo de universidade ou educação superior que fira esses princípios, como o delineado no documento do Grupo de Trabalho Interministerial sobre reforma universitária; 1.6 lute pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FUNDES) e a Contribuição Social para a

Educação Superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior; 1.7 lute pela rejeição da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, por seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal; 1.8 lute pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei Complementar nº 118/2003, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, por meio da qual será regulamentada a autonomia universitária, violando preceito constitucional. 2 O 23º CONGRESSO aprova que, com ações imediatas, o ANDES-SN: 2.1 organize um movimento em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade social, contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula, com uma agenda comum às entidades da educação, buscando o apoio das entidades da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais de luta, de reitores e acadêmicos e todos aqueles que têm compromisso com a defesa da universidade pública; 2.2 articule-se com a FASUBRA, o SINASEFE e a UNE, assim como com outras entidades defensoras da educação e da universidade públicas, para que se constituam como frente em defesa da universidade pública, contra a reforma universitária do governo Lula. 2.3 Organize seminários temáticos, em todas as regiões do país, para discutir a reforma universitária proposta pelo MEC, tendo como referência o Caderno 2 do ANDES-SN. 3 Quanto à política de Formação Continuada e Certificação de Professores, em fase de implementação pelo MEC, o 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN construa, em conjunto com as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma proposta de política global de formação de profissionais em educação, fundamentada nos princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. 4 Quanto à educação técnica e tecnológica, o 23º CONGRESSO.4.1 reafirma a posição do Movimento Docente pela revogação do Decreto 2.208/97 e pelo retorno imediato do Ensino técnico de Nível Médio (integrado) com a desativação definitiva do Ensino Técnico desarticulado do ensino propedêutico; 4.2 delibera que o ANDES-SN lute contra a proposta do CONCEFET/SEMTEC de estatuto único para os CEFET. 5 O 23º CONGRESSO recomenda, enfaticamente, que as seções sindicais do ANDES-SN: 5.1 analisem a Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica da SEMTEC/MEC (já encaminhada pela secretaria nacional pela circular nº 16) para aprofundar o debate das contradições contidas no documento e construir estratégias para impedir sua implementação; 5.2 organizem-se para participar do 5º Congresso Nacional de Educação (5º CONED), a realizar-se em Recife (PE), 2 a 5 de maio de 2004, e que busquem inserir-se na estrutura organizativa do 5º CONED e dos seminários preparatórios que devem ser realizados nos estados, indicando representante(s) permanente(s) nas suas várias comissões e subcomissões. **TR – 20A-** O 23º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Quanto ao Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior: 1.1 Ratificar suas deliberações congressuais relativas à luta em defesa e em prol da autonomia universitária, estabelecida na Constituição Federal, e implementar ações de mobilização e resistência à violação dessa autonomia, representada pela aprovação da MPV 147/2003, e sua decorrente conversão em lei, ao instituir o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior e definir as instâncias competentes para implementá-lo. 1.2. Ratificar, também, para essa resistência, seus instrumentos de referência política,

pedagógica e metodológica: a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, n° 2, 2003) e o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (II CONED: Belo Horizonte-MG, novembro de 1997, e atualizações subseqüentes, em 1999 e 2002). 2. Quanto ao Programa de Democratização do Acesso à Educação Superior, do MEC: 2.1 Assumir posição contrária à proposta “Universidade para Todos”, do MEC, a qual, a título de implementar seu “Programa de Democratização do Acesso à Educação Superior” para grupos “socialmente desfavorecidos”, agudizará o crescente e inadmissível processo de transferência de verbas públicas para as IES privadas, ao promover a “estatização” de vagas ociosas das instituições privadas por meio da extensão da renúncia fiscal que hoje beneficia a maioria das IES particulares (supostamente filantrópicas e sem fins lucrativos) a todas as demais IPES que vierem a aderir ao Programa. 3. Quanto a outras proposições relativas à “democratização da educação superior”, ao seu financiamento e à transferência de verbas públicas para as IES privadas: 3.1 Assumir posição contrária ao PL n° 2144, de 2 de outubro de 2003, de autoria do Deputado Coronel Alves (PL-AP), que “Disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para a Democratização do Ensino Superior – FDES”, e lutar por seu arquivamento, posto que institui a cobrança de mensalidades a alunos das IES públicas, com renda superior a 5 salários mínimos, de modo a constituir o Fundo de “Democratização” do Ensino Superior, a ser alimentado com os recursos assim arrecadados mas destinado à concessão de bolsas de estudos a alunos matriculados em IES privadas e tenham renda inferior a 5 salários mínimos. 3.2 Assumir posição contrária ao PL n° 2.736, de 10 de dezembro de 2003, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que “institui benefício fiscal para incentivo ao ingresso no ensino superior” por meio da destinação de 50% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, devida pelos estabelecimentos de ensino superior, para pagamento de anuidades escolares de estudantes universitários, e lutar pelo arquivamento definitivo desse projeto de lei. 3.3 Assumir posição contrária ao PL n° 2083, de 25 de setembro de 2003, de autoria do Deputado Paes Landim (PTB-PI), que “Altera a redação dos dispositivos que menciona da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta outros”, em função do caráter privatista dos acréscimos propostos e da retomada, nesse PL, de elementos de precarização da atividade docente, constantes de outra proposição do mesmo parlamentar. 4. Lutar contra a proposta de Decreto, elaborada, conjuntamente, pelos ministérios da Educação e da Ciência & Tecnologia, que regulamentará a Lei n° 8958, de 20 de dezembro de 1994, “que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”. 5. O ANDES-SN envidará todos os esforços, por meio da mobilização e atuação de todas as suas instâncias e estruturas, para que a proposta de atribuições e composição do Conselho Nacional de Educação, aprovada na Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, seja debatida no Congresso Nacional e aprovada como lei. **TR-37 - A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES - O 23º CONGRESSO** - delibera que o ANDES-SN deve: 1. Desenvolver ações imediatas junto ao Ministério da Educação com a finalidade de revogar a Portaria 1403 de 9 de junho de 2003, que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada. 2. Revigorar a luta pela aprovação do PDL 385/00 que revoga o Decreto 3276/99, restabelecendo o papel das Universidades na formação dos profissionais da educação. 3. Articular-se com as demais entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para que seja instituída uma política global de formação dos profissionais da

educação em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira. 4. Recomendar às Seções Sindicais que desenvolvam atividades visando esclarecer os profissionais da educação sobre os efeitos perversos da Portaria 1403/03. **TR-38 - CONTRA A RÉ-FORMA UNIVERSITÁRIA É PRECISO CONHECIMENTO E AÇÃO!** - 1. Que as Ads promovam debates amplos e ações de combate nas universidades, de forma unificada com os técnico-administrativos e os estudantes; 2. Que as Ads promovam atos municipais e regionais conjuntos contra a ré-forma universitária; Que as Ads mantenham os professores e a sociedade informados do conteúdo das propostas em debate no Congresso, através de boletins, circulares, cartilhas, etc; 3. Que as Ads preocupem-se em mobilizar os professores, em conjunto com outras entidades, para a participação em atos e ações a serem desenvolvidas em Brasília; 4. Nas universidades onde as reitorias tenham posicionamento em defesa da universidade pública e gratuita, que se organize atividades conjuntas; 5. Articulação permanente com a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública. **TR - 49 - SINDICAL - MARXISMO DE GALINHEIRO** - O 23º Congresso do ANDES-SN deve aprovar resolução condenando as posições da CUT contra a CLT como sendo neoliberais e de defesa do Capital, assim como a Reforma Trabalhista pleiteada pelo governo. **TR - 26 - SEGURIDADE SOCIAL - Para a manutenção e ampliação dos direitos sociais, somente a mobilização de todos** - 1 O 23 CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: 1.1 lute pela integralidade e universalidade da Seguridade Social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que fragmentam e mercantilizam essas ações, facilitando a sua privatização. 1.2 amplie, em caráter urgente, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais; 1.3 trabalhe em conjunto com os técnicos-administrativos e estudantes pela implantação do controle social nos HUs; 1.4 exerça pressão sobre os senadores nos estados para votarem contra a aprovação do PL 449/99, que destina 25% dos leitos dos HUs para os Planos de Saúde ou particulares, alertando-os sobre a falta de leitos hospitalares públicos com o conseqüente prejuízo para a população brasileira; 1.5 Intensifique a luta pela manutenção da Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado; 1.6 realize um diagnóstico sobre a implantação da reforma da Previdência nos estados; 1.7 lute pela continuidade da participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos Comitês e Fóruns Estaduais em Defesa da Previdência Pública, desenvolvendo ações unificadas para: 1.7.1 continuar a política de denúncia, em conjunto com as demais entidades do funcionalismo público, dos parlamentares que votaram contra o que defendemos tanto em relação à reforma da Previdência quanto a quaisquer outras reformas que retirem direitos dos trabalhadores; 1.7.2 formular estratégias para a defesa do Regime Geral da Previdência Social; 1.7.3 fazer um levantamento do que ainda falta regulamentar na PEC 67/03 e na PEC Paralela para a organização das intervenções; 1.7.4 lutar pela rejeição da regulamentação da Previdência Complementar; 1.7.5 acompanhar a movimentação dos sindicatos na constituição de fundos de pensão. 2 O 23º CONGRESSO delibera que as seções sindicais: 2.1 articulem-se com as entidades estaduais e municipais dos servidores públicos para

encaminhar a luta contra a regulamentação e implementação de reformas previdenciárias nos moldes da EC 41/03; 2.2 estimulem ações para barrar as reformas previdenciárias nos moldes da EC 41/03 – no âmbito dos estados e municípios – onde existirem Fóruns em Defesa da Previdência Social Pública; 2.3 articulem-se com os servidores municipais e estaduais na perspectiva da criação de frentes para os embates nos estados e municípios; 2.4 articulem-se, paralelamente à participação dos Fóruns ou Frentes em Defesa da Previdência Social Pública, com entidades de servidores públicos, de trabalhadores da iniciativa privada e de movimentos sociais para a constituição de movimentos em defesa da Seguridade Social, revogação da EC 41/03 e construção de um sistema previdenciário com os princípios basilares defendidos pelo ANDES-SN; 2.5 busquem espaços nos meios de comunicação para divulgar a concepção do ANDES-SN sobre reforma da Previdência e sua avaliação da greve contra a PEC 40/03 por meio da atuação de sua assessoria de imprensa. 3 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN e suas seções sindicais: 3.1 denunciem o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais; 3.2 realizem seminários nacionais e regionais sobre a política de Assistência Social do governo Lula; 3.3 iniciem a luta para que nenhum benefício de assistência social seja inferior a um (01) salário mínimo; 3.4 iniciem discussão sobre como vem sendo implementado o SUS no Brasil; 3.5 articulem-se aos movimentos de luta em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social, garantindo sua destinação exclusivamente às unidades públicas; 3.6 manifestem-se formalmente contra toda medida governamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medidas no campo jurídico, quando se tornarem necessárias; 3.7 exijam o cumprimento da EC-29, conforme anunciado pelo Vice-Presidente da República na 12ª Conferência Nacional de Saúde; 3.8 reafirmem que os convênios de serviços de saúde particulares não devem ser adotados pelas seções sindicais; 3.9 façam levantamento da atenção à saúde do trabalhador nas IES; 3.10 criem comissões de saúde do trabalhador nas IES, com a participação dos técnicos-administrativos. **Recomendações** - Que o ANDES-SN: 1 proponha à CNEFSF a realização do IV Encontro sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos; 2 realize o X Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN no ano de 2004. **TR - 27 - ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO ANDES-SN** - O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN realize uma mostra de imagens e textos sobre as greves nacionais por ele protagonizadas que ficará disponível às seções sindicais e aos eventos nacionais do sindicato. **TR - 28 - POLÍTICA AGRÁRIA** – 1. O 23º CONGRESSO delibera que as seções sindicais organizem e/ou reestruturem GT locais de Política Agrária. 2 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN 2.1 promova debates, articulados com outros setores organizados, sobre a questão agrária; 2.2 dinamize e estimule a produção teórica acerca da questão agrária; 2.3 contribua com a construção e estruturação da rede de pesquisadores sobre política agrária; 2.4 intensifique a cooperação e solidariedade com os movimentos sociais, particularmente com os movimentos do campo, dos indígenas, dos quilombolas, dos atingidos por barragens, entre outros que lutam por condições dignas de vida e preservação do meio ambiente; 2.5 desenvolva ações e campanhas contra a violência no campo e contra a criminalização dos trabalhadores e das organizações que lutam pela terra; 2.6

posicione-se contrariamente à aprovação do PL 2401/03, do Executivo, que estabelece a Política Nacional de Biossegurança, entre outras razões, por não exigir estudos sobre os impactos de materiais transgênicos sobre o meio ambiente e sobre a saúde e possibilitar o uso mercantilista de produção científica e tecnológica; 2.7 retome as articulações com entidades/movimentos internacionais que lutam pela questão da terra, especialmente com a Via Campesina, que no Brasil congrega o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre outros movimentos sociais. **TR – 35 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO – A LUTA POR UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS** - O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN - 1. participe efetivamente da luta empreendida pelas entidades que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, solicitando que as seções sindicais estimulem a criação dos espaços locais da ação política – os comitês regionais/estaduais -, intensificando a divulgação e as articulações para o envolvimento de entidades locais. 2. exerça seu papel de agente estimulador, por meio das seções sindicais, para coordenar, juntamente com a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - ENECOS (ou representante dos estudantes de comunicação) e representantes do Conselho Federal de Psicologia, o processo de criação dos comitês regionais. 3. promova, por intermédio do GTCA, secretarias regionais, seções sindicais ou comitês regionais que venham a ser criados pelo FNDC, debates públicos sobre o significado da tecnologia digital na comunicação social eletrônica, a reestruturação do mercado de mídia no Brasil, a política de concessão de outorgas da radiodifusão e a revisão da legislação específica, o sentido concreto da existência de um serviço de televisão pública no país, o conteúdo ético da programação televisiva brasileira e a revisão crítica da atual política de radiodifusão comunitária. 4. participe da campanha nacional contra a criminalização dos movimentos sociais, representada principalmente pela revista Veja (Grupo Abril). O slogan da campanha é “Veja! Que Mentira”, e está sendo desenvolvida pelo FNDC, Intervezes, MST, ENECOS, UNE e CUT. **TR – 36 - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES** - O 23º CONGRESSO aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, que exercerá as atribuições conferidas pelo 21º CONGRESSO, tenha a seguinte composição para o período 2004/2005: a) Diretor representante da Diretoria: Antonio José Vale da Costa; b) Sindicalizado de base indicado pelo GTCA: Roberto Boaventura da Silva Sá; c) Especialista em comunicação sindical, indicado pela Diretoria: Luiz Martins da Silva (diretor de ética do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal); d) Em caso de impedimento de qualquer membro, as instâncias deliberativas do Sindicato nomearão seu substituto. **TR – 43 - Carreira docente - QUALIDADE E REMUNERAÇÃO CAMINHAM JUNTOS** - 1. O 23º Congresso do ANDES-SN delibera pela imediata reformulação da proposta de malha salarial a ser aplicada ao seu projeto de carreira docente, contido na edição atualizada do Caderno 2, e para tanto, encaminha ao GT - Carreira nacional a incumbência de realizar os estudos necessários. 1.1. A nova malha deverá ser construída com base em: 1.1.1 Salário do Professor Pleno, em dedicação exclusiva, igual a um percentual fixo do teto salarial federal. (Ver as tabelas-exemplo apresentadas no Texto de Apoio) 1.1.2 Degrau de 10% entre os níveis A e B de uma mesma classe. 1.1.3 Acréscimo de 100% entre os níveis A, de uma classe e da imediatamente superior. 1.1.4 Fator de multiplicação 3,10 na passagem de 20 horas para dedicação exclusiva, em um mesmo nível (O valor do fator é resultante da duplicação na passagem de 20 para 40 horas, acrescida de 55% referente à dedicação exclusiva). 1.2. A proposta resultante deverá ter a estrutura mostrada nas tabelas apresentadas a seguir, a título de exemplo. Tabela

1 (100% do teto). 2. O 23º Congresso do ANDES-SN delibera pela adoção de uma malha salarial construída na forma proposta no item 1, para a Campanha Salarial 2004, usando a seguinte estratégia de negociação: 2.1 Reajuste emergencial imediato, retroativo a janeiro de 2004, no percentual correspondente às perdas de 2003, como uma primeira etapa de implantação da nova malha. 2.2 Complemento da implantação da nova malha em cinco parcelas semestrais, iniciando no 2º semestre de 2004 e terminando no 2º semestre de 2006, portanto dentro do mandato do atual governo, respeitando-se a atualização do teto salarial tomado como base. **TR – 50 - Ciência e Tecnologia - ON-LINE TUPINIQUIM.** O 23º Congresso do ANDES deverá aprovar resolução para ser enviada ao executivo, legislativo e judiciário e imprensa, pedindo a revisão e rediscussão do sistema de voto eletrônico. **TR – 51 - Ciência e Tecnologia - ALERTA CONTRA A INSEGURANÇA DO SISTEMA ELEITORAL INFORMATIZADO** - Em vista da gravidade das questões levantadas no manifesto acima e da respeitabilidade das assinaturas apostas ao documento, o 23º Congresso do ANDES-SN, delibera o seguinte: 1. Divulgar para todos os professores, associados ou não ao ANDES-SN, esse manifesto com os “links” para o “site” responsável por sua elaboração e divulgação, afim de que os professores possam se informar ainda melhor sobre a questão da fraude eletrônica. Caso a divulgação para os professores não sócios seja de difícil execução, procurar outros canais, como por exemplo, a ANDIFES para conseguir esse objetivo na medida do possível. 2. Instalar um fórum permanente, com participação de suas seções sindicais, em todo território nacional, afim de discutir o sistema de votação eletrônico brasileiro. **TR – 52 - Relações Internacionais A ALCA** - O 23º Congresso do ANDES-SN delibera assumir e divulgar as seguintes proposições: 1. A ALCA não é um bloco que surge da convergência dos interesses naturais de seus países membros como é o caso da EU. Pelo contrário é uma imposição forçada através de diversas formas de prepotência e chantagens pelo setor mais reacionário e fascista do capital imperialista mesmo prejudicando certos capitais internos americanos. 2. Qualquer bloco na América Latina que surja do interesse verdadeiro de seus membros tem fatalmente que excluir os EUA. Como, por exemplo, o Mercosul. 3. A proposta de Livre Comércio na ALCA é uma farsa, pois exclui a Livre Circulação da mercadoria mais importante que é a força-de-trabalho, o trabalhador que migra em procura de melhores salários assim como o capital migra em procura de maiores lucros. Essa deveria ter sido a condição preliminar para o Brasil iniciar qualquer diálogo sobre esse assunto com os EUA. A aceitação do Governo Brasileiro dessa farsa é um crime de lesa-pátria e de omissão de suas responsabilidades para com o cidadão brasileiro. 4. A exigência de supressão das barreiras protecionistas americanas por parte do Brasil é ao mesmo tempo uma farsa e uma traição ao povo brasileiro. Uma farsa, porque a grande proteção e subsídio se dão é ao grande capital financeiro e ao monopolista de tecnologia de ponta através de formas medievais e sórdidas, das quais fazem parte os “acordos” do FMI, lei de patentes e outras excrescências impostas por chantagem, inclusive militar. Uma traição justamente porque o Brasil está justamente condenando as únicas formas que os países periféricos podem usar para se proteger e deveria já estar usando essas formas para desenvolver e fortalecer seu mercado interno. 5. Sem o Brasil a ALCA não existe. O Brasil está, portanto sendo usado como agente dos EUA para forçar os países menores a aceitarem a ALCA e traindo seus parceiros do MERCOSUL. É uma posição desmoralizante para o Brasil. A bandeira brasileira está sendo usada para legitimar uma traição a todos os princípios de soberania de um povo. Como dizia Castro Alves: “Antes te houvessem roto na batalha, do que servires a um povo de mortalha”. 6. Como

conseqüência do que foi dito acima, o Brasil deve se retirar unilateralmente da ALCA.

Itens do Plano de Lutas não-apreciados: 7 - *Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais dos trabalhadores e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático. P - Contra a participação de representantes da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.*

3.18 - *Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital, em âmbitos nacional e internacional.*

3.19 - *Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação.*

3.25 - *Fortalecer na CUT o pólo de ação política que vise à retomada, pela Central, dos rumos para a independência política frente ao governo e para a organização efetiva da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.*

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana, Sindicalizado da APUB S. Sind, que tiveram aprovação de inclusão pela Plenária de Instalação. TR - *O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar a seguinte sentença e divulgá-la aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN: 1. Os argumentos falaciosos usado contra o imposto sindical têm como um dos seus fundamentos, uma concepção errada de sindicalismo, um sindicalismo pseudo revolucionário que na prática leva à uma exclusão elitista da maioria dos trabalhadores brasileiros.*

TR - *O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar a seguinte sentença e divulgá-la aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN: 1. A posição dos cutistas contra o imposto sindical está fundamentada numa ideologia pequeno burguesa inconsciente, não explicitada e não assumida e como tal fatalmente seria, como foi, usada para cumprir os desígnios neoliberais, como por exemplo, destruir a CLT.*

TR - *O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN: 1. A proteção do Estado é necessária ao trabalhador e a Unicidade é uma das formas de proteção. 2. A liberdade e a Autonomia devem ser entendidas como um aperfeiçoamento gradativo das relações com o Estado sempre no interesse do trabalhador e respeitando as condições concretas. 3. Há a necessidade de com a assessoria de juristas buscar a melhor forma de se desfazer a ambigüidade jurídica criada com a justaposição na Constituição de princípios conflitantes com o espírito da CLT, de modo que isso na seja usado contra o trabalhador e beneficie máfias sindicais.*

TR - *O 3º Congresso do ANDES-SN deve aprovar resolução afirmando que a CLT é perfeitamente coerente com o pensamento de Marx. Tanto do ponto de vista do materialismo histórico onde o homem não escreve sua história como quer, como de sua teoria econômica onde os direitos inatos do homem, liberdade e igualdade, são na realidade a condição para a acumulação do capital, daí sendo necessária a proteção do Estado para proteger o trabalho.*

A Plenária, por unanimidade, remeteu ao 48º CONAD, os TRs não-tratados, sem prejuízo de alteração. O Tema III, em seu conjunto, foi aprovado por unanimidade pela Plenária. A seguir, presidente da Mesa encerrou os trabalhos, saudando todos os presentes e comunicando que a Plenária de Encerramento iniciar-se-ia logo em seguida. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria Ramos Estevão, lavrei a presente ata, que, após lida, será assinada por mim e pela presidente da Mesa.

Ana Maria Ramos Estevão
2ª Secretária

Janete Luzia Leite
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às seis horas e trinta minutos do dia dez de março de 2004, instalou-se a Plenária de Encerramento do 23º CONGRESSO. A Mesa coordenadora foi composta pelos diretores do ANDES-SN, professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas; presidente, professor José Vitório Zago, 1º tesoureiro; professora Celi Zulke Taffarel, secretária geral, professor Antônio Ponciano Bezerra, 2º Vice-Presidente Regional Nordeste III. Representando a APUB, os professores Antônio Câmara e Betty Malin. O professor Lucas abriu os trabalhos e passou a palavra a mim, Celi Taffarel, para que apresentasse a pauta constituída dos seguintes pontos: agradecimentos, moções e Carta de Salvador. As moções apresentadas foram as seguintes: de apoio: 1, 4, 5, 11 e 15; de adesão: 2 e 3; de repúdio: 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 16. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. Na seqüência, li a Carta de Salvador, que foi aclamada pelos congressistas. Não tendo mais nada a tratar, o presidente do ANDES-SN deu por encerrado o 23º CONGRESSO e eu, Celi Taffarel, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.

Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente

ANEXO A ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

CARTA DE SALVADOR

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN reuniu-se em Salvador, de 4 a 10 de março de 2004, em circunstâncias dramáticas da vida nacional.

Os três pilares em que se apoiou o movimento docente, nas últimas décadas, por um Brasil justo, solidário e independente – a construção do movimento sindical classista, a luta dos sem-terra pela Reforma Agrária, e a luta da universidade e do ensino públicos – encontram-se hoje sob um ataque cerrado, ameaçados de extinção. O principal responsável por esse ataque é um governo que, eleito por uma ampla maioria popular, transformou-se, com rapidez extraordinária, de portador da esperança em agente do medo e da desesperança, pela subserviência crescente aos ditames do capital financeiro e seus organismos internacionais - o FMI, o Banco Mundial, e outros.

O governo Lula da Silva, ao priorizar o cumprimento dos “compromissos financeiros internacionais”, por meio da obtenção de crescentes superávits primários, baseados no arrocho do setor público, como eixo da política econômica, abriu a porta para uma política de destruição sistemática de todas as conquistas sociais da população trabalhadora e das classes oprimidas. Assim, no mesmo ano em que o setor financeiro obteve lucros recordes, o governo empreendeu uma ofensiva destrutiva contra a previdência social pública e solidária, abrindo o terreno para uma nova fonte de acumulação parasitária de capital. Ao mesmo tempo em que foram concedidas anistias fiscais e benefícios tributários, sem precedentes, ao grande capital, o desemprego atingiu patamares históricos nas grandes capitais, submetendo cada vez mais famílias brasileiras à miséria. Enquanto o grande latifúndio era premiado com maiúsculas garantias e a política internacional voltava-se para a defesa dos interesses do agronegócio, famílias eram despejadas e trabalhadores do campo eram assassinados em dobro, em relação ao último ano do infausto governo FHC.

A reforma sindical e trabalhista com a regulamentação/anulação do direito de greve no setor público, a imposição legal-estatal do desmoralizado projeto do sindicato orgânico e a projetada legalização da precariedade e flexibilização do trabalho como figura dominante da relação laboral constituem hoje a continuidade da lógica da política ensejada em 2003. O objetivo de tais medidas nada mais é do que pavimentar os caminhos que levam a adesão à ALCA, proposta pelo imperialismo norte-americano. Esse acordo, em versão *light* ou *hard*, nada mais é que uma política de colonização da América Latina pelos EUA para fortalecer seu alicerce histórico na luta interimperialista, tornada mais aguda pela crise mundial do capital, e para deixar suas costas protegidas no momento de impor a “ferro e fogo” a lei dos monopólios no Oriente Médio, no Iraque, na Ásia Central, na África, e em todas as regiões e nações oprimidas.

Não é de surpreender que esse governo, no seu intuito de tornar-se sócio menor, mas privilegiado, do capital financeiro internacional, venha representando o papel de bombeiro da rebelião popular na América Latina, em especial nas suas “missões” à Venezuela e à Bolívia, ou que agora aprofunde esse papel, enviando soldados brasileiros ao Haiti, onde serão forçados a atuar como agentes da “pax

americana” no Caribe, do mesmo modo que o fazem os cúmplices voluntários dos EUA na ocupação militar do Iraque, onde enfrentam uma brava resistência popular.

O governo Lula, em toda a sua política interna e externa, social, econômica e educacional, pauta-se, lamentavelmente, pelo atendimento dos interesses do grande capital mundial e de seus aliados locais. Com relação à educação superior, repete o mesmo cenário demagógico das políticas sociais “focalizadas”, que eliminam até a noção do direito universal, base da democracia política. Com efeito, procura usar a histórica opressão de negros, índios, e outros setores, fruto de cinco séculos de espoliação colonial e imperialista, para criar uma nova fonte de subsídios ao semifalido sistema universitário privado (um dos maiores do mundo), por meio de reserva de vagas pagas pelo Estado, ao mesmo tempo em que arrocha a universidade pública e submete à miséria salarial os seus professores e funcionários, assim como o restante do funcionalismo público, tudo sob a cobertura de uma suposta “reforma universitária” e de uma mais suposta ainda “universidade para todos”.

Com base nas reivindicações dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores da educação, dizemos chega! Chega de pagamento da dívida externa! Chega de anistia tributária para o grande capital! Chega de perdão aos grandes sonegadores! Chega de renúncia fiscal para capitalistas e pilantropos!

A esperança pode vencer o medo sim, mas se for baseada na luta. Na luta dos sem-terra por reforma agrária e pelo fim do latifúndio; na luta dos trabalhadores pelo emprego, pelo salário e pelas condições dignas de trabalho; na luta por um sindicalismo classista, democrático, autônomo e independente; na luta por um regime previdenciário e de seguridade social, público e solidário que atenda dignamente a todos os que passaram suas vidas construindo com seu trabalho um Brasil melhor; na luta de todo o povo contra a ALCA, contra o FMI e demais organismos do grande capital internacional; e ainda na luta de professores, funcionários, negros, índios, jovens, por uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, para todos os que desejem nela ingressar, com vistas a se qualificar para construir um Brasil livre, justo, solidário e dos trabalhadores: um Brasil socialista, numa América Latina igualmente unida e socialista.

Temos todos, professores, estudantes, negros, mulheres, índios, jovens, sem-terra, sem-teto, trabalhadores do setor público e privado, do campo e da cidade, mais motivos do que nunca para lutar. O ANDES-SN conclama todo o povo brasileiro para essa luta e garante que ocupará, com mais valentia do que nunca, seu lugar na trincheira popular.

A LUTA É PARA VENCER!

MOÇÕES

1 – Moção de apoio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, apóiam o movimento do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) que há nove anos não têm reajustes salariais. Aos docentes e funcionários desse centro não têm sido repassados os reajustes concedidos às categorias docentes do ensino superior do Estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, repudiam veementemente a atitude eleitoreira do governador do Estado de São Paulo, que usa as escolas técnicas do Estado para promover o seu governo e a sua possível reeleição enquanto desqualifica e sucateia as Escolas Técnicas via arrocho salarial e deterioração das condições de trabalho de seus funcionários e docentes responsáveis pela qualidade do ensino público nelas oferecido.

Salvador, 10 de março de 2004

PROPONENTE: ADUNICAMP

ENVIAR PARA:

- SINTEPS
- ADFATEC
- CRUESP
- Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo
- Governador Geraldo Alkim

2 – Moção de adesão à campanha pela libertação de Trérèse Mengue

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam sua adesão à campanha internacional pela libertação de Trérèse Mengue e exigem do poder público da República de Camarões sua imediata liberação e o respeito de fato ao direito à liberdade de organização e atuação da classe trabalhadora, tomando como base as denúncias a seguir.

Trérèse Mengue, funcionária da Campanhia de Ferrovias da República de Camarões (CAMARAIL), militante da CGT – Liberté, foi detida e se encontra presa desde 10/7/03 na prisão de Kondengui, em função de suas atividades sindicais em Camarões, República da África Central, situada ente a Nigéria e o Gabão, na Costa Atlântica do continente.

Trérèse Mengue é mãe de 6 filhos com idades entre 2 e 18 anos e, há meses, sofre pressões que colocam em risco seu equilíbrio mental e sua saúde. Além disso, desde que foi presa, está gravemente doente.

Para quebrar seu combate, Mengue foi vítima, ao lado de 7 companheiros, de uma maquinação que levou, em 19/3/02, a sua prisão por furto. Mengue só foi libertada em 23/4/03, no dia em que seu esposo, Benoît Essige, presidente da CGT – Liberté, que ficou detido em seu lugar, se apresentou ao Comissário de Polícia.

Sete meses depois, voltou a ser presa, estado em que se encontra até agora. Isto apesar de o Tribunal de Instância não ter encontrado, manifestamente, nenhum indício contra Mengue, o que torna sua prisão completamente arbitrária.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: Professor Eudes Baima

Enviar para:

Sr. Paul Biya

Presidente da República de Camarões

Palácio Presidencial Yaoundé (Camarões)

Fax: (237) 2220870

Sr. Ministro de Estado

Encarregado da Justiça

Ministro da Suprema Corte

Fax: (237) 2230005

Sr. Nkili Robert

Ministro do Emprego, do Trabalho e da Previdência Social

Fax: (237) 2230940

- República de Camarões

- (11) 32088420

3 – Moção de adesão à campanha pela libertação de Miron Cozma e seus companheiros

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam sua adesão à campanha internacional contra a prisão dos sindicalistas da Romênia Miron Cozma, Romeo Beja, Doria Lois, Vasgle Casapu, Ionel Ciontu e Constantin Cretan, imposta pela justiça daquele país e exigem do poder público da Romênia a libertação de Miron Cozma e seus companheiros e o respeito ao direito de livre organização e atuação sindical da classe trabalhadora, tomando por base as conclusões da Comissão de Inquérito independente, que visitou o país em 2003.

A Comissão constatou que a atividade de Miron Cozma e seus companheiros se pautou estritamente pelo seu mandato sindical, como representantes dos trabalhadores das minas do Vale do Jiu e de outras regiões da Romênia. A prisão de Cozma e seus companheiros viola as convenções 87 e 98 da OIT, como também constatou a Comissão de Inquérito.

O “crime” dos sindicalistas consistiu em organizar a luta contra o fechamento das minas e a supressão dos postos de trabalho.

Já cumprindo pena de 18 anos de prisão, Miron Cozma foi condenado novamente a novas e pesadas penas pelo Tribunal de Apelação de Bucareste, o que amplia sua punição para 78 anos de prisão.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: professor Eudes
Enviar Para:
Presidente da Romênia
Palatul Controceni, Geniului
Bd. N° 1
Bucarest - Rumania

Fax: 40213121179

Srª Radica Stanoiu
Ministra da Justiça da Romênia
Str. Apolodor 17, Sector 1
Bucarest, Rumania

Fax: 40213155389
(11) 320-88420

4 – Moção em defesa dos 143 empregos da Flakpet e em defesa da ocupação da fábrica pelos seus trabalhadores

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam solidariedade aos operários da fábrica de materiais plásticos Flakepet (Itapevi – Grande São Paulo) e exigem do poder público do Estado de São Paulo a estatização da fábrica sob o controle dos trabalhadores, como forma de preservar seus empregos tendo em vista os seguintes fatos.

No dia 19 de outubro passado, a fábrica foi fechada pelo seu proprietário que mandou os 143 trabalhadores para casa.

Passado mais de um mês, os trabalhadores não haviam recebido seus salários, nem as contribuições referentes ao INSS e FGTS, atrasadas há mais de ano. Isso, apesar de o proprietário ter recebido um empréstimo de dinheiro público do BNDES correspondente a milhões de reais para montar a fábrica.

Tendo em vista essa situação, no dia 9 de dezembro de 2003, os trabalhadores, reunidos em assembléia, demonstrando a disposição de lutar na defesa dos empregos, decidiram ocupar a fábrica para buscar salvar os 143 postos de trabalho. Foi eleito um conselho de fábrica pelos trabalhadores, cuja responsabilidade tem sido garantir o funcionamento da fábrica.

Na semana anterior ao carnaval, o antigo proprietário da Flakepet conseguiu uma liminar de reintegração de posse do terreno. No dia 1º, a polícia foi chamada para desocupar a fábrica. Os 143 funcionários, que ocuparam a fábrica para garantir seus empregos, estão resistindo para que seja suspensa a liminar, reivindicando essa que o 23º CONGRESSO apóia.

Salvador, 10 de março de 2004

Enviar para:
Juíza Titular da 2ª Vara Cível do Fórum de Itapevi – SP

CARLA THEMIS LAGROTTA GERMANO
Estrada do Itaqui, 81
Refúgio dos Pinheiros
Itapevi – SP

Maurício Ferreira Leite
Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Cível
Pátio do Colégio, 73 – Centro
São Paulo – SP

Fone/Fax: 3292.4900 Ramal: 2223
C/c contato@professoramaze.pro.br

5 – Moção de apoio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam apoio aos professores da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso pela luta constante em defesa da escola pública e de qualidade e por melhores condições de trabalho e de vida e ainda solidarizam-se com o movimento grevista desencadeado pelos professores, tendo em vista que o governo do estado vem se negando a praticar uma discussão justa com a categoria, além de promover medidas extremamente prejudiciais aos professores e estudantes das escolas públicas mato-grossenses

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: ADUFMAT S.Sind.

Enviar Para: SINTEP (a ADUFMAT enviará)

6 – Moção de repúdio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, DENUNCIAM E REPUDIAM a atitude do Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Jáder Nunes de Oliveira, ex-dirigente da ADUFPB, que propôs, na justiça, ação ordinária de indenização por danos morais no valor de R\$1.200.000,00 contra os diretores daquela Seção Sindical.

Os dirigentes da ADUFPB entendem que tal reação se trata de resposta às denúncias feitas por essa entidade sindical, ao afirmar publicamente que o Reitor utilizou recursos jurídicos para procrastinar o cumprimento de decisão judicial que determinava o pagamento de precatório de 16,19% de uma URP do ano de 1988.

A ADUFPB denunciou ainda à comunidade acadêmica e à sociedade paraibana a omissão da Administração Central da UFPB por não apurar a responsabilidade pela

inclusão na relação nominal de beneficiários da sentença judicial de servidores não pertencentes ao quadro de docentes da UFPB (incluído o Procurador Jurídico).

Os delegados ao 23º CONGRESSO REPUDIAM também a atitude do Reitor Jáder Nunes de Oliveira que, assim, pretende INTIMIDAR e REPRIMIR a luta dos dirigentes dessa Seção Sindical em prol dos legítimos direitos da categoria docente da UFPB.

Por esta razão, os professores reunidos neste encontro nacional emprestam seu voto de solidariedade à DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB, ao mesmo tempo em que conclamam o Reitor Jáder Nunes de Oliveira a redefinir a sua posição e somar voz ao lado das forças progressistas que lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Salvador, 10 de março de 2004

PROPONENTE: ADUFPB Seção Sindical
DESTINATÁRIO: Reitor Jader Nunes de Oliveira (UFPB)

7 – Moção de repúdio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam o seu repúdio às perseguições políticas e às atitudes tomadas pelo Reitor da URCA contra o SINDURCA e a transferência arbitrária do Professor Emanuel Lima. Repudiam também todos os atos discricionários que desrespeitem os princípios de livre organização sindical e exigem que o Professor Emanuel Lima continue exercendo as suas funções docentes e de dirigente sindical na URCA, pelas seguintes razões:

A Universidade Regional do Cariri – URCA, fundada em 1987 e com sede no município de Crato, sul do Ceará, realizou, em maio de 2003, a primeira consulta à comunidade universitária para a escolha de seu reitor.

A consulta ocorreu com a participação paritária dos três segmentos da comunidade universitária. Contudo, o governador do Estado do Ceará preferiu nomear como reitor o segundo nome da lista que lhe foi enviada, Luis André Herzog, o que levou professores e estudantes a ocuparem, por vinte dias, a reitoria da URCA.

A posse do reitor foi, então, marcada pela presença da tropa de choque da Polícia Militar que, de forma truculenta, desocupou a reitoria. Desde então, o reitor vem adotando atitudes autoritárias que culminaram no fechamento da sede do SINDURCA – Seção Sindical do ANDES-SN e na tentativa de transferir um de seus dirigentes para a Universidade do Vale do Acaraú – UVA com o objetivo de sufocar o movimento docente naquela universidade.

Mesmo diante da disposição demonstrada pelo Reitor da UVA e pelo Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará de manter o Professor Emanuel Lima na URCA, o Reitor da URCA, ignorando ainda a Constituição do estado do Ceará - que garante o caráter inamovível do dirigente sindical - e a decisão do Departamento de Ciências Sociais, onde o docente se encontra lotado, e que votou por unanimidade pela sua permanência na instituição, continua insistindo na transferência do mesmo.

Salvador, 10 de março de 2004

PROPONENTE: 23º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

DESTINATÁRIO(S):

- REITORIA DA URCA – gabinete@urca.br FAX: (88) 521-0044
- Secretaria de Governo do Ceará – www.ceara.gov.br
- Secretaria Estadual de Ciência e tecnologia do Ceará – www.sct.ce.gov.br
FAX: (85) 261-0086
- REITORIA DA UVA: Fax – (88) 677-4226
- BANCADA DO CEARÁ NO CONGRESSO NACIONAL.
- Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

8 - Moção de Repúdio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, tornam público o seu repúdio às políticas do Governo Requião/ SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/PR tendo em vista as graves denúncias aqui relatadas.

O governo Requião vem tomando medidas autoritárias que intensificam o processo de sucateamento da universidade pública, gratuita e de qualidade, aprofundando o processo de precarização do trabalho docente pela adoção de medidas tais como:

- política de redução orçamentária das IEES /PR em 11%, em termos reais, se comparado ao Orçamento Geral do Estado/2003;
- política de continuidade semelhante à adotada pelo Governo Lerner para as universidades paranaenses;
- não-realização de concursos públicos;
- utilização de servidores técnicos em substituição aos docentes em sala de aula;
- elevação da carga horária dos docentes em sala de aula em detrimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- redução numérica do TIDE até 1/3 dos docentes em RT-40;
- não-reposição dos valores correspondentes às perdas salariais, mantendo a política de arrocho;
- suspensão de cursos de graduação já autorizados e/ou em funcionamento;
- anúncio da SETI-PR de expansão 0 (zero) para as IEES durante todo o governo Requião.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponentes: ADUNICENTRO; ADUNIOESTE; ADUEL

Encaminhar para:

- Governador do Estado do Paraná, Sr Roberto Requião;
- Secretário Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sr. Aldair Rizzi - Presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Hermas Brandão

9 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, repudiam a proposta anunciada pelo Ministro da Educação de desviar recursos públicos para faculdades particulares,

escamoteando seus objetivos reais sob o discurso de estatizar, ou "publicizar", vagas ociosas na rede universitária privada. Entendem que, com essa media, o governo Federal, a um só tempo, promove a destruição da rede pública (ausência de recursos, arrocho salarial, entre outros) e a defesa dos empresários da educação. Consideram que sobram "incentivos" para uma rede de escolas particulares que, em geral, se limita a um ensino de baixa qualidade. Este Congresso não concorda com a aplicação de verbas públicas em instituições privadas, nem com o PROER e se posiciona firmemente em defesa do patrimônio nacional que é a universidade pública e alerta a população contra medidas demagógicas que não protegem efetivamente os interesses da sociedade. Alertam, também, para a proposta de "Constituinte Universitária" que tornará o lobby privatista ainda mais poderoso e colocará em risco o modelo de universidade Pública, mantida por verba pública/estatal com o compromisso de atender às expectativas da sociedade brasileira: concepção defendida por gerações de docentes, discentes e de técnicos-administrativos.

Salvador, 10 de março de 2004

ADUNICAMP – ADUSP – ADUNESP – ADUNIFESP – ADUNIMEP – APESFUNEC
Governo Federal – Senado Federal – Câmara dos Deputados - Imprensa

10 – Moção de repúdio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam veemente repúdio à ação da Central Única dos Trabalhadores que, no Fórum Nacional do Trabalho, compactuou com a proposta do Governo Federal para a reforma sindical, que, se aprovada, representará um duro golpe no sindicalismo livre do país, atrelará todas as decisões a interesses da burocracia das centrais sindicais, restringirá o direito de deliberação das bases sindicais e permitirá a intervenção das centrais para substituir o sindicato caso considere que este opte por uma estratégia não negociável (o que obviamente é passível das mais variadas interpretações). A CUT sequer pôs em discussão, no âmbito do movimento sindical, essa proposta, que elimina a tradição de um sindicalismo autônomo, classista e combativo, transferindo a uma comissão das centrais a prerrogativa atribuída, legal e politicamente, aos sindicatos de legítimos representantes da classe trabalhadora organizada como resultado da luta histórica do movimento sindical classista. Por tudo isso, e em defesa da democracia, este congresso exige que a CUT respeite suas bases sindicais e não negocie os princípios de sua criação.

Salvador, 10 de março de 2004

ADUNICAMP – ADUSP – ADUNESP – ADUNIFESP – ADUNIMEP – APESFUNEC
- CUT Nacional
- CUTs Estaduais
- Senado Federal
- Câmara Federal
- Ministério do Trabalho
- Sindicatos Filiados à CUT

11 – Moção de apoio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam apoio aos parlamentares que estão se empenhando para abertura de uma CPI para investigar as atividades do Sr. Waldomiro Diniz, dada a gravidade das denúncias levantadas pela Revista Época em reportagem divulgada no dia 13/2/04.

Os delegados, como cidadãos brasileiros, sentem-se no dever de apoiar tal iniciativa. Como funcionários públicos, são interessados em esclarecer denúncias de corrupção na máquina pública.

Repudiam qualquer manobra e alegações de razão de Estado que visem a impedir a apuração de fatos tão graves. A sociedade brasileira não pode continuar a conviver com práticas políticas não-éticas e com a impunidade. Pela imediata apuração da denúncia e punição dos responsáveis.

Salvador, 10 de março de 2004

ADUNICAMP – ADUSP – ADUNESP – ADUNIFESP – ADUNIMEP – APESFUNEC

- Governo Federal
- Senado Federal
- Câmara dos Deputados
- Sindicatos
- Imprensa

12 – Moção de repúdio

**Não à intervenção imperialista no Haiti!
Não ao envio de tropas brasileiras ou latino-americanas ao Caribe!**

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, repudiam esta nova intervenção imperialista na América Latina - nossa pátria grande - e exigem do governo o não-envio de tropas brasileiras ao Haiti.

Cabe lembrar que:

- nas semanas recentes, uma grave crise política e uma enorme mobilização popular sacudiram o Haiti, a primeira república a conquistar sua independência do colonialismo, na América Latina, em inícios do século XIX. O povo haitiano, vivendo em condições subumanas, mobilizou-se em defesa das suas condições básicas de existência. A crise foi aproveitada pelo imperialismo americano para anunciar o envio de tropas à ilha caribenha, “para preservar a ordem”, na verdade para uma nova investida da “empresa colonial” sobre os países mais pobres de nosso continente.

- a ocupação do Haiti pelas tropas norte-americanas, entre 1915 e 1934, fundou a base da opressão política e do atraso econômico no século XX. A nova intervenção

imperialista visa a submeter o Haiti a uma nova situação colonial, de plataforma exportadora de produtos de baixo valor agregado, baseada numa brutal superexploração.

- a intervenção externa visa também a vizinha República Dominicana, sacudida por uma grande mobilização social. O anunciado envio de tropas brasileiras e, eventualmente, argentinas aparece como uma estratégia ianque, em momentos em que as tropas dos EUA estão sendo alvo da hostilidade crescente da resistência iraquiana.

- o envio de tropas ao Haiti, portanto, é uma nova capitulação aos interesses do grande capital internacional e cumpre uma função substitutiva da intervenção norte-americana direta.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Enviar para:

- Embaixada EUA
- Embaixada do Haiti
- Ministério das Relações Exteriores

13 - Moção de Repúdio ao Muro da Vergonha

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, repudiam a construção de um muro, pelo Estado de Israel, nos territórios palestinos ocupados na Cisjordânia.

Acreditam que a construção desse muro represente uma grave ameaça ao processo de paz no Oriente Médio, pondo em perigo qualquer perspectiva de negociação e destruindo as aspirações do povo palestino no estabelecimento de um estado independente nos territórios ocupados por Israel em 1967.

Esse muro de concreto de 8 metros de altura, que se expande por centenas de quilômetros, está destruindo a contigüidade territorial do futuro estado palestino, destruindo cidades, vilarejos e afastando municípios uns dos outros e do resto do mundo. Isola camponeses de suas terras, estudantes de suas escolas e universidades e uma população inteira de seus recursos hídricos. Ao término da construção do muro, Israel terá anexado 55% dos territórios palestinos ocupados, incluindo importantes fontes de água, afetando de forma nociva as vidas de cerca de 800.000 palestinos.

O Muro de Separação de Israel é mais uma grave violação dos Direitos Humanos, do Direito Internacional, do Direito Humanitário Internacional e mais especificamente da Quarta Convenção de Genebra. Representa uma afronta à Comunidade Internacional, já que a Assembléia Geral das Nações Unidas A/ES-10/14 (de dezembro de 2003) solicitou a Israel cessar a construção do muro.

Acreditam firmemente que a construção de uma paz duradoura deve ser baseada na justiça e não em contínuas violações dos Direitos Humanos e Direito Internacional. Esse muro não leva à paz nem à segurança e sim ao desespero, amargura, medo e injustiça. Apela aos governos de todo o mundo que atuem na Corte Internacional de Justiça, com início em 23 de fevereiro, para impedir essa tragédia humana nos territórios palestinos ocupados.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: Soraya S. Smaili

Enviar para:

- Exmo Sr. Presidente da Republica, Luiz Inácio Lula da Silva
- Exmo Sr. Secretario Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan
- Exmo Sr. Presidente da Corte Internacional de Justiça da Haya, Shi Jiuyong
- Exmo Sr Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorin

- c/c Representação da Autoridade Palestina no Brasil, Brasília

14 - Moção de Repúdio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, repudiam de forma veemente as ações da direção da UNIVERSO, prestam solidariedade e apoio incondicional aos docentes demitidos e a todos aqueles que se encontram na luta contra as péssimas condições de trabalho existentes naquela instituição.

Considerando que a direção da Universidade Salgada de Oliveira (UNIVERSO), um dos maiores grupos privados de educação do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, paga atualmente aos seus docentes o vergonhoso valor de hora-aula de R\$11,31;

Considerando que essa mesma direção reprime os docentes que ousam levantar-se contra essa situação com ameaças e o uso de seguranças;

Considerando que, sem nenhum tipo de diálogo, a direção da UNIVERSO demitiu, no dia 11/2/04, quatro docentes envolvidos na luta por melhores salários e melhores condições de trabalho, ignorando inclusive manifestações de estudantes contrários a essas demissões.

Denunciam ainda que tal situação se insere numa conjuntura em que o interesse do capital privado na Educação (e fora dela) é privilegiado por medidas governamentais como as da "reforma" universitária e a vergonhosa proposta de compra das vagas "ociosas" das instituições privadas, enquanto aos trabalhadores se busca impingir a retirada de direitos históricos e se amplia o desemprego.

**TODO APOIO À LUTA DOS COMPANHEIROS DA UNIVERSO!
PELA REINTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS PROFESSORES DEMITIDOS!
AUMENTO SALARIAL JÁ!**

Salvador, 10 de março de 2004

Proponentes:

ADUFF-SSind - Secretaria Regional – Rio de Janeiro do ANDES - SN - Seções Sindicais do Setor das Particulares do ANDES – SN

Encaminhar:

- Direção da UNIVERSO –
Rua Lambari, 10 – Trindade
São Gonçalo – RJ
Cep.: 24456-570
- CUT/RJ
- Seções Sindicais da Secretaria Regional – RJ

- Seções Sindicais do Setor das Particulares do ANDES - SN

15 - Moção de apoio

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, reafirmam a posição do Sindicato em defesa da retomada das terras remanescentes de Quilombos como uma das dívidas históricas das quais a população negra brasileira tem direito a ressarcimento e “repudiam” a continuidade da expulsão dos remanescentes do Quilombo Mata Cavalo localizado no município de Nossa Senhora do Livramento – MT. Exigem justiça e agilidade do governo federal no cumprimento das disposições constitucionais.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: ADUFMAT

Enviar para:

- FUNAI
- Governo Federal
- Pastoral da Terra
- Governo do Estado do Mato Grosso

16 - MOÇÃO

Os delegados ao 23º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Salvador - BA, de 4 a 10 de março de 2004, manifestam posição contrária à proposta de Reforma Universitária apresentada pelo atual governo.

Essa reforma, com base nas determinações do Banco Mundial e do FMI, ataca o caráter público das universidades, na medida em que incentiva a captação de recursos junto à iniciativa privada, privilegiando as fundações de apoio e as parcerias com empresas. O uso do dinheiro público para socorrer as universidades particulares, que hoje com uma ociosidade média de 37,5% - na compra imediata de 100 mil vagas mostra a intenção mercantilista do Governo Federal nas políticas educacionais.

A autonomia universitária que reivindicam exige dos poderes públicos a garantia de recursos públicos para a sustentação das IFES, pois somente dessa maneira será possível construir uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Salvador, 10 de março de 2004

Proponente: Delegação da APESJF

Enviar para:

- MEC
- Presidência da República

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS

I - EIXOS DO PLANO GERAL DE LUTAS

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma e atualiza seus eixos e plano geral de lutas

A LUTA INTERNACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO

1 - Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores.

2 - Denunciar a campanha internacional do imperialismo estadunidense e seus aliados contra os direitos e a autonomia e a independência dos povos.

3 - Combater a intervenção imperialista no Oriente Médio, na Ásia Central, nas Américas e na África, assim como o ataque aos direitos civis, sociais e humanos e a criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.

4 - Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo, encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC e inspirada pelo Consenso de Washington, o Fórum de Davos e outras convenções e fóruns de interesse do capital. Intensificar as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.

5 - Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul.

6 - Combater a política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia e da Seguridade Social.

DIREITOS HUMANOS, SINDICAIS E TRABALHISTAS

7 - Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado e no setor público; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais.

8 - Lutar, em todos os âmbitos políticos e administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

9 - Defender intransigentemente o Regime Jurídico Único – RJU e lutar pelo restabelecimento dos direitos do servidor público suprimidos do texto original da Lei 8112/90.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN

10 - Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis e modalidades, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas conseqüências nas relações do trabalho docente.

11 - Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Cadernos ANDES, nº 2, 2003) e nas diretrizes e metas do “PNE: Proposta da Sociedade Brasileira”.

12 - Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais e empresariais.

13 - Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra o corte de verbas públicas; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; contra os cursos pagos em instituições oficiais e o favorecimento das fundações de direito privado, denominado “de apoio” às instituições de ensino superior públicas; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência de fundações de direito privado, denominadas “de apoio” às instituições de ensino superior públicas.

14 - Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial.

15 - Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas, aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, bolsas de excelência para aposentados, bolsa de aproveitamento de jovens doutores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.

LUTA CONTRA AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

16 - Lutar contra as reformas do governo Lula que retiram direitos dos trabalhadores, com destaque para as reformas universitária, sindical e trabalhista e continuando a realizar encontros e seminários sobre essas reformas.

17 - Lutar pela revogação da Desvinculação das Receitas da União – DRU, medida que permite ao executivo retirar 20% de verbas da saúde e da educação.

18 - Lutar contra qualquer proposta de reforma administrativa que objetive a privatização dos serviços públicos, a eliminação da estabilidade, a quebra da isonomia entre servidores e o encolhimento das funções sociais do Estado Nacional.

19 - Lutar pela integralidade e universalidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que fragmentam e mercantilizam essas ações, facilitando a sua privatização.

20 - Intensificar a luta contra qualquer modelo previdenciário de caráter privado nos âmbitos federal, estadual e municipal, lutando também pela revogação da EC-20/98, 41/03 e pela não-regulamentação da última em qualquer esfera do Estado.

21 - Lutar por uma reforma tributária que seja verdadeiramente progressiva, que diminua a carga tributária dos trabalhadores e da população de menor poder aquisitivo e que aumente os tributos sobre as altas rendas, o capital e as grandes fortunas.

22 - Lutar pela revogação da MP-16/2004, que modifica a Lei 10.683, que transfere para o ministro chefe da Casa Civil o controle das carreiras e salários dos servidores públicos federais.

23 - Estabelecer ações coordenadas de mobilização com as entidades representativas do setor da educação (a exemplo da FASUBRA, do SINASEFE e da UNE) na perspectiva do desenvolvimento de uma campanha de mobilização da sociedade contra a reforma universitária pretendida pelo governo.

2. BANDEIRAS DE LUTA

A - Contra as guerras imperialistas. Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo. Contra qualquer tentativa de entrega da Base de Alcântara e a internacionalização da Amazônia.

B - Pela retirada de Israel dos territórios ocupados na palestina!

C - Não à ALCA e à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA.

D - Em defesa da aposentadoria integral e contra a instituição de qualquer tipo de previdência complementar. Item F: Em defesa dos serviços públicos, da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os seus níveis e modalidades.

E - Pela autonomia e liberdade de organização e práticas sindicais.

F - Pela recuperação de perdas salariais históricas e estabilidade no emprego e

G - Reajuste salarial já!

H - Fora, FMI!;

- I** - Não ao pagamento da dívida externa!
- J** - Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores! Garantia de plenas condições de moradia, saúde, educação, crédito e comercialização.
- K** - Contra as políticas neoliberais que retiram direitos sociais e atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores.
- L** - Pela reestatização das empresas privatizadas sem indenização!
- M** - Não à autonomia do Banco Central!
- N** - Pela retirada da educação do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS da Organização Mundial do Comércio.
- O** - Fora as tropas imperialistas do Iraque e do Afeganistão!
- P** - Contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula!
- Q** - Contra o desemprego;
- R** - Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário!

II – PLANO GERAL DE LUTAS.

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Plano Geral de Lutas do Sindicato.

A LUTA INTERNACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO

- 1** - Organizar firme oposição à continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas do governo Lula às determinações do FMI, BID e Banco Mundial cujas conseqüências mais imediatas são o aprofundamento do arrocho salarial e o sucateamento do serviço público.
- 2** - Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA.
- 3** - Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA e forçar a retirada do governo das discussões em curso, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial e lutando pela realização de um plebiscito para oficialmente consultar a população sobre a adesão do Brasil a esse acordo.
- 4** - Intensificar, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros, de abrangências internacional, nacional, regional e local, sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical.
- 5** - Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, intensificando a participação do ANDES-SN neste comitê, bem como das seções sindicais nos comitês locais e regionais reforçando esta luta na base do sindicato, visando a conquistar a realização do Plebiscito Oficial de 03/10/2004.
- 6** - Aprofundar a discussão sobre as conseqüências da ALCA na educação pública, em geral, e na universidade pública, em especial, intensificando a luta do Sindicato pela

retirada da educação do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS / GATS da Organização Mundial do Comércio - OMC.

7 - Aprofundar a discussão e ampliar a campanha contra a mercantilização da educação, intensificando o recolhimento de assinaturas do abaixo-assinado internacional pela retirada da educação do AGCS da OMC.

8 - Intensificar a luta do Sindicato contra qualquer proposta de autonomia do Banco Central.

9 - Intensificar a participação do Sindicato na Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa intransigente da educação pública, laica, gratuita, democrática, de qualidade, socialmente referenciada e sua universalização em todos os níveis.

10 - Indicar que as seções sindicais participem ativamente da Rede Internacional de Solidariedade Ativa, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento.

11 - Apoiar os povos oprimidos que lutam pela sua autodeterminação, a exemplo do povo palestino, iraquiano e nações indígenas latino-americanas.

12 - Recomendar às seções sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade aos povos afegão e iraquiano, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promoverem debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo.

13 - Lutar pela instituição do Tribunal Internacional para julgar os crimes do imperialismo.

14 - Defender uma política externa autônoma, visando a ampliar as relações multilaterais de comércio com vistas a romper com os laços de subordinação à hegemonia dos EUA na América Latina.

15 - Lutar pelo não-pagamento da dívida externa.

DIREITOS HUMANOS, SINDICAIS E TRABALHISTAS

16 - Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores.

17 - Exigir do governo federal o cumprimento das disposições legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro, em especial do art. 26, das Disposições Constitucionais Transitórias, e os incisos V e VII, do art. 52, da Constituição Federal.

18 - Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL nº 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o eufemismo 'flexibilização', reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.

19 - Lutar contra a PEC-29/03, de autoria dos deputados Vicentinho e Maurício Rands, denunciando seu potencial de corromper a concepção de liberdade sindical, verticalizar a estrutura sindical e fortalecer a burocracia das centrais em detrimento das deliberações de base.

20 - Lutar, em conjunto com as entidades do campo da educação, contra o PL nº 337/03, de autoria do dep. Paes Landim (PFL/PI), que propõe uma “minirreforma trabalhista” exclusivamente para o magistério, removendo ou restringindo direitos, agudizando a precariedade das relações e condições de trabalho dos profissionais da educação.

21 - Mobilizar as seções sindicais para discussão e organização de pautas específicas, tomando-se como referência a pauta de reivindicações das IFES protocoladas no MEC, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador, à assistência social e à previdência social, quanto a direitos e formas de financiamento e gestão que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.

22 - Combater a contratação, via CLT/Emprego Público, nas IES públicas, bem como todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES.

23 - Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN e a criação de novas seções sindicais, inclusive no campo das IPES com a participação das SRs, na forma do seu Estatuto, para elevar o grau de desenvolvimento da organização e da luta dos trabalhadores.

24 - Desenvolver ações contra as atuais tentativas de regulamentação de direito de greve.

25 - Desenvolver ações contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no congresso nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.

26 - Articular, no interior das coordenações estaduais dos servidores públicos, a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve, e trabalhar junto aos parlamentares nos estados nesse sentido.

27 - Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, raça, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade, região, de portadores de necessidades especiais ou de doenças, intensificando a construção de estratégias para a inserção do ANDES-SN nessas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.

28 - Lutar contra todas as propostas de redução da Maioriade Penal que tramitam no Congresso Nacional pela implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente em estados e municípios do país.

29 - Dar continuidade à realização de encontros e seminários sobre as reformas do governo Lula, com destaque para as reformas sindical e trabalhista, visando a esclarecer e subsidiar o movimento docente.

DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DO PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN

30 - Estabelecer, no mês de abril, um dia nacional em defesa da universidade pública e gratuita e de um serviço público de qualidade com paralisação e atos nos estados:

30.1 - neste dia, realizar entrega formal da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à presidência da Câmara, aos parlamentares das Comissões de Educação e a entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc), em âmbito nacional, e aos conselhos universitários,

colegiados de unidades e departamentos, em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita a todos os parlamentares, impressa, etc.

30.2 - a proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do estado e serviços públicos e em defesa da universidade pública e gratuita.

31 - Lutar contra a implementação dos princípios da reforma universitária contidos no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI instituído pelo decreto publicado em 21/10/03, implementando:

31.1 - a luta pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior - FUNDES e a contribuição social para a educação superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior. Esta luta é extensiva a todas as proposições legislativas de mesmo ou semelhante teor;

31.2 - a luta pela revogação do Projeto de Lei de Conversão (PLV 10/04 de 17/3/04) da recém-aprovada lei de conversão da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, pelo seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária, que está estabelecida no art. 207 da Constituição Federal;

31.3 - a luta pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 118/2003, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, por meio da qual será regulamentada a autonomia universitária, violando preceito constitucional.

32 - Intensificar a luta da categoria pela implementação da Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação Docente, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

33 - Combater todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal, desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o arquivamento das proposições em tramitação.

34 - Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para:

34.1 - o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;

34.2 - a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação das IES, a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores nas IES;

34.3 - a luta pelo cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece vinculação de 18% da receita da União para educação, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União – DRU;

34.4 - a luta pela derrubada dos vetos ao PNE e pelo aumento progressivo de investimentos públicos com educação, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.

35 - Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior e restrinjam o livre desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da filosofia e das artes.

36 - Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN.

37 - Combater todos os projetos legislativos que propõem a extensão, aos centros universitários, da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal. Em especial, exigir o arquivamento imediato e definitivo do PL 4560/2001, de autoria do dep. Alberto Goldman (PSDB/SP), sobre essa matéria, para o qual já existem pareceres de inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados.

38 - Lutar, em conjunto com as entidades do campo da educação, pela aprovação do PDC nº 383/03, de autoria dos deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Colombo (PT/PR), que susta os efeitos do Decreto nº 3680/2001, que estende, parcialmente, aos centros universitários, a autonomia universitária prevista no art. 207, da Constituição Federal. Combater a precarização do trabalho docente pela utilização de pós-graduandos como forma de não-contratação de docentes. Defender o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização.

39 - Combater os Parâmetros Curriculares e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, que comprometem a qualidade da educação básica e da educação superior e de suas respectivas modalidades, com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.

40 - Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnicos-administrativos (admissões por concurso público e pelo regime estatutário) e à infra-estrutura das IES, resgatada e respeitada a sua autonomia.

41 - Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos.

42 - Assumir posição contrária ao PL de autoria do dep. Cel. Alves do PL/AP, que institui a cobrança de mensalidades a alunos das IES públicas com renda superior a 5 salários-mínimos e cria o “fundo de democratização do ensino superior”, constituído com esses recursos, com a finalidade de ser aplicados na concessão de bolsas de estudos a alunos de IES privadas com renda familiar inferior a 5 salários-mínimos.

43 - Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido,

revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.

44 - Assumir posição contrária ao PL n.º 2874/2000, da deputada Jandira Feghali, que, além de apresentar dados orçamentários desatualizados, institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior, que trará impactos negativos sobre o financiamento do ensino superior.

45 - Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, denunciando a ação deletéria das fundações de direito privado que utilizam indevidamente espaço físico, pessoal e qualificação acadêmica das universidades. Realizar debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, encaminhando-os ao Ministério Público.

46 - Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas denunciando a ação deletéria das fundações de direito privado que utilizam indevidamente espaço físico, pessoal e qualificação acadêmica das universidades, encaminhando-os ao Ministério Público.

47 - Lutar contra a proposta de decreto oriundo do MEC e do MCT, que visa a regulamentar a Lei 8.958/1994, que trata da relação das IFES com as fundações de apoio no interior das IES públicas.

48 - Assumir posição contrária ao “Programa Universidade para Todos”, que institui a renúncia fiscal e previdenciária para as IES privadas em troca de vagas para “grupos socialmente desfavorecidos”, o que representa, na prática, verbas públicas para IES privadas.

49 - Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e a precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais.

50 - Exigir do MEC a revogação da Portaria nº 1403, de 9/6/03, que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada dos Professores, com a reedição do “Provão” para os estudantes de licenciatura e instituindo gratificação de produtividade para os professores da educação básica, de acordo com o resultado no Exame Nacional de Cursos.

51 - Posicionar-se contrariamente, por desnecessária, à edição de novo instrumento regulamentador da LDB, no que tange ao ensino médio, à educação profissional de nível técnico e tecnológico, sendo necessária e suficiente, tão-somente, a revogação imediata do Decreto nº 2208/97.

52 - Defender o aumento do número de vagas discentes, tendo como referência as vagas existentes anteriormente à homologação do Decreto 2.208/97, na perspectiva da ampliação do acesso ao ensino técnico de nível médio de acordo com as condições concretas que garantam a qualidade do ensino em cada instituição.

53 - Defender o financiamento público/estatal da educação técnica e tecnológica, em contraposição a verbas do PROEP, assim como a auditoria no PROEP, nas fundações de apoio e nas cooperativas.

- 54** - Intensificar ação nacional pela revogação imediata do Decreto nº 2.208/97 e de toda a legislação que consolidou a reforma do ensino técnico e tecnológico, processo já em curso com a revogação da Portaria nº 646/97, que regulamentava a reforma do ensino técnico nas IFES.
- 55** - Intensificar a luta por processos de avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os setores envolvidos e tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição.
- 56** - Exigir do MEC um calendário que possibilite um debate consistente e democrático sobre as estratégias de avaliação da educação superior, inclusive realizando audiências públicas com os Sindicatos, entidades acadêmicas e representações das IES.
- 57** - Reivindicar que as discussões sejam encaminhadas de forma articulada com as Políticas de Financiamentos para o Ensino Público, inclusive de pós-graduação e de fomento à C&T.
- 58** - Rejeitar a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), nos moldes propostos pelo documento SINAES devido ao seu caráter antidemocrático e heteronômico.
- 59** - Rejeitar a existência de um Sistema Nacional de Avaliação dissociado do Sistema Nacional de Educação, democrático e voltado para a educação gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada, em que o Estado seja o provedor de educação.
- 60** - Reivindicar um Projeto Nacional de Avaliação de caráter autônomo e democrático, baseado nos critérios científicos não-quantitativos nem produtivistas, mas respeito às especificidades nacionais e regionais, alicerçado num projeto para a educação superior brasileira voltado para as necessidades sociais e nacionais com vistas à inclusão social de toda a população brasileira como define a “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”.
- 61** - Intensificar a luta para garantir a paridade como princípio mínimo de representação que deve orientar a escolha de reitores e direção de unidades e para a composição de órgãos colegiados nas IES.
- 62** - Promover ação nacional pela reformulação de estatutos e regimentos das IES via processos democráticos definidos no âmbito de cada instituição e que nela se esgotem.
- 63** - Posicionar-se contrariamente ao PL nº 1172 /2003, da deputada Raquel Teixeira (PSDB/GO), no que tange à certificação de professores da educação básica pública.
- 64** - Intensificar a luta pela derrubada dos vetos ao PNE do governo e pela implementação de aumento progressivo nos gastos públicos com educação para alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira.
- 65** - Assumir posição contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio da educação a distância (EAD).
- 66** - Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas instituições de ensino públicas e gratuitas, em todos os níveis de ensino, em especial em cursos noturnos, por meio da contratação de docentes e técnicos-administrativos, via concurso público e pelo RJU, para melhoria das condições infra-estruturais das IES públicas.
- 67** - Lutar contra a aprovação do PLS n.º 45/2003, do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), pela revogação dos Decretos nº 3.276/99 e nº 3.462/2000, assim como de

todas as resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET, assumindo a luta pela aprovação do PDL nº 385/2000, que restabelece o papel da universidade nos termos concebidos no caderno 2 do ANDES–SN, como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação.

68 - Lutar pela ampliação do número de cursos regulares e presenciais de Licenciatura e de Pedagogia, em especial em cursos noturnos, nas universidades públicas, com verbas específicas da União e dos estados para a manutenção dos mesmos.

69 - Intensificar a luta contra o PL nº 4746/1998, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Átila Lira, que pretendem regulamentar o exercício da profissão de pedagogo, o que trará graves conseqüências para os cursos de Pedagogia e para a qualidade da formação dos profissionais da educação. Lutar pelo reajuste das bolsas da CAPES conforme índice de reajuste já concedidos aos bolsistas de pós-graduação do CNPq em janeiro de 2004.

Recomendações

O 23º CONGRESSO recomenda às seções sindicais que:

a) até o 24º CONGRESSO DO ANDES SINDICATO NACIONAL, abram discussão sobre a participação, ou não, de alunos de cursos a distância nos processos eletivos das IES.

b) apoiem a realização do V CONED, que ocorrerá em Recife, em maio de 2004, e participem efetivamente dos encontros preparatórios para o evento que terão início em fevereiro de 2004.

c) analisem a proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica como instrumento da luta pela efetiva e incondicional revogação do Decreto nº 2.208/97, devendo, em conjunto com as secretarias regionais, promover, articulada e coordenadamente, ampla discussão do documento.

DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES - PELA REESTATIZAÇÃO – CONTRA REFORMAS QUE RETIRAM DIREITOS

70 - Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização, sem indenização, das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.

71 - Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas, e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em processo de negociação realizado pelo Sindicato, em especial, dos firmados no final da greve de 2001.

72 - Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação e pela garantia do direito coletivo e difuso à comunicação, compreendendo:

72.1 - capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação;

72.2 - a luta por uma política nacional de comunicação que priorize o sistema público de comunicação, democratize a gestão do estatal e reprima a demanda histórica

institucionalizada do sistema privado, além de garantir mecanismos democráticos do controle social sobre os meios de comunicação privados existentes;

72.3 - ocupar, em conjunto com as entidades e movimento sociais, o espaço público das ondas de radiofusão, de sons e imagens, de baixa potência, nas localidades onde as universidades estão inseridas, para democratizar, em perspectiva, a comunicação e a sociedade.

73 - Intensificar a luta pela retirada imediata do Projeto de Emenda Constitucional nº 573/2002, denunciando seu caráter de tributação sobre direitos constitucionais (art. 206 CF/88), mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física dos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público, sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior.

74 - Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, principalmente o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC para apresentar um programa político para o setor de comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo:

74.1 - a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias;

74.2 - a disputa da regulamentação da radiodifusão;

74.3 - uma regulamentação da TV digital que considere a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira.

75 - Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo.

76 - promover debates e seminários sobre financiamentos da Ciência e Tecnologia no país, com destaque para os fundos setoriais, objetivando a apreciação e a deliberação sobre o assunto no próximo congresso.

77 - Intensificar a luta pela Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado.

78 - Denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.

79 - Lutar por uma política nacional que introduza o desenvolvimento de softwares livres e de código aberto, rompendo o ciclo oneroso de governos, IES, sindicatos e pessoas físicas dependentes do monopólio do mercado de softwares no mundo.

70 - Combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, equidade e integralidade, conforme o art. 196 da Constituição Federal de 1988.

81 - Lutar em defesa da Seguridade Social e contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão inclusive intensificando a pressão junto aos poderes legislativos e executivos das três esferas, pela revogação da EC 20/98, EC 41/03, e pelo arquivamento das PEC 136/99 e 137/99.

82 - Lutar pela intensificação da participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos Comitês e Fóruns Estaduais em Defesa da Previdência Pública e desenvolver ações unificadas.

83 - Procurar apoio da OAB, CNBB, ABI e outras entidades para construir aliados na defesa dos serviços públicos de qualidade e socialmente referenciados.

84 - Articular-se ao movimento de luta em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social.

85 - Manifestar-se formalmente contra toda medida governamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medidas no campo jurídico, quando se tornarem necessárias.

86 - Estabelecer, no mês de abril, um dia nacional em defesa da universidade pública e gratuita e de um serviço público de qualidade com paralisação e atos nos estados:

86.1 - neste dia, realizar entrega formal da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à presidência da Câmara, aos parlamentares das Comissões de Educação e às entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc), em âmbito nacional, e aos conselhos universitários, colegiados de unidades e departamentos, em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita a todos os parlamentares, impressa, etc;

86.2 - a proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do Estado e serviços públicos.

87 - Articular, em 2004, com as entidades de servidores públicos de todo o país, uma ampla frente objetivando a recomposição salarial de todos os servidores.

88 - Lutar em defesa da supressão do acordo que estabelece a necessidade de manutenção do superávit primário, que implica a diminuição dos gastos em serviços públicos no Brasil.

Recomendações:

1 - A Direção Nacional deve:

1.1 - buscar constituir um calendário de atividades do Movimento Social para o próximo período e;

1.2 - envidar esforços para viabilizar a unidade na realização destas atividades do movimento.

2 - Que as seções sindicais elaborem calendários de atividades locais em defesa do serviço público, em conjunto com os movimentos sociais compatíveis com o calendário nacional e com ampla divulgação na imprensa.

II – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

1 - as seções sindicais e secretarias regionais organizem a luta de resistência contra as versões da reforma previdenciária nos estados e/ou ajustes nas previdências estaduais para adequá-las à EC 41, bem como à reforma da seguridade como um todo, mediante a manutenção, reativação ou criação de fóruns de unidade com os demais servidores públicos estaduais e municipais;

2 - as seções sindicais e secretarias regionais realizem levantamento das políticas governamentais nos estados relacionadas às universidades;

3 - as seções sindicais e secretarias regionais pautem em seus fóruns a discussão da reforma universitária visando a preparar a resistência contra qualquer reforma de caráter privatizante;

4 - as seções sindicais e secretarias regionais realizem um levantamento sobre a situação salarial dos docentes nas IEES visando a subsidiar as campanhas salariais em curso no Setor;

5 - o setor continue o acompanhamento e o enfrentamento das questões referentes à Autonomia Universitária e Financiamento nas IEES;

6 - o ANDES-SN assuma posição contrária ao projeto de Lei nº 713/2003, de autoria do deputado Otávio Leite, da assembléia legislativa do Rio de Janeiro, que institui o Programa Compromisso Social de prestação obrigatória de serviços à comunidade por alunos e egressos dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro;

7 - o GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados nos estados onde existam IEES;

8 - o ANDES-SN posicione-se contrariamente à Reforma Universitária da Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo Requião, que visa reduzir o orçamento das universidades estaduais do Paraná, fechar cursos, arrochar salários e cortar TIDE (regime de trabalho em Dedicção Exclusiva) transformando-o em gratificação por produtividade e colocar funcionários técnico-administrativos na atividade docente. Tal reforma universitária estabelece a continuidade do governo Lerner e orienta-se pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI;

9 – o setor das IEES realize uma reunião do setor (ou encontro do setor) com o tema Reforma da Universidade a fim de mapear a situação nos estados bem como construir uma agenda comum de lutas contra a reforma universitária do governo Lula e suas expressões no âmbito estadual. Se o que ocorrer for uma reunião de setor, constará da pauta da reunião a realização do Terceiro Encontro Nacional dos Docentes das IEES.

III - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

CAMPANHA SALARIAL 2004

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

- 1** - articule, com as entidades da CNESF, ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF, de 2004;
- 2** - lute por uma política de recomposição salarial que elimine as perdas sofridas durante os 8 anos do governo de FHC e por reposição salarial emergencial, conforme definição dos servidores em planária;
- 3** - exija do governo que cumpra o dispositivo constitucional que prevê que a revisão anual do salário dos servidores públicos deve repor as perdas com a inflação do ano anterior;
- 4** - exija que o governo cumpra o compromisso firmado pelos seus ministros com os SPF, na MNNP, de que não haveria perdas salariais para servidores no governo Lula;
- 5** - denuncie o descumprimento, pelo governo Lula, do compromisso assumido na MNNP de que não haveria perdas salariais a partir de sua posse;
- 6** - denuncie junto à categoria e à sociedade que, a despeito da MNNP, não há processo de negociação efetiva por parte do governo, assim como não há verbas no Orçamento 2004 para a recuperação dos valores salariais perdidos;
- 7** - fortaleça a mobilização dos SPF no sentido da construção de uma greve unificada dos servidores públicos, com eixos salariais;
- 8** - reafirme no MEC as reivindicações constantes da pauta protocolada no ministério;
- 9** - exija do MEC a instalação imediata da Mesa Setorial de Negociação, bem como das Mesas Temáticas contidas no Termo de Acordo da Greve de 2001, priorizando:
 - 9.1.** a incorporação de todas as gratificações (GAE, GED, GID), nos seus valores máximos, para todos os docentes do magistério superior e básico, ativos e aposentados;
 - 9.2.** a implementação do Projeto de Carreira Única e Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN, já protocolados no MEC, com piso e malha salariais propostos pelo ANDES-SN;
 - 9.3.** a realização de concursos pelo RJU para recomposição e ampliação de vagas nas IFES, tanto no magistério superior como no básico.
- 10** - continue aprofundando a discussão na CNESF sobre os diferentes projetos de carreiras dos SPF, de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelas entidades e apresentadas ao governo;
- 11** - continue a luta dos SPF pela manutenção do funcionamento dos fóruns estaduais (e implementação dos mesmos onde não existam), aglutinando as três esferas do funcionalismo público, no sentido de aprofundar o debate, entre as categorias de servidores, sobre as reformas trabalhistas, sindical e universitária e de construir ações conjuntas nos estados tanto em relação às reformas, quanto à campanha salarial de 2004 (no caso dos SPF);
- 12** - continue a luta com as entidades da CNESF contra a Adin nº 2628, art. 243 do RJU, nacionalmente e nos estados, desenvolvendo ações que sensibilizem os servidores e a sociedade sobre os prejuízos para o serviço público advindos dessa medida;

13 - continue a luta com as entidades da CNESF contra o desconto previdenciário retroativo na GAE;

14 - lute pela institucionalização do dia 1º de maio como data-base de reajuste dos SPF;

15 - pela equiparação da GED e da GID para aqueles que se encontram aposentados e recebem apenas 60% do valor integral;

16 - posicione-se contrariamente à utilização de técnicos-administrativos como docentes, em qualquer nível ou modalidades de ensino, nas IFES, como determinado pelo MEC;

REFORMAS

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

17 - articule, com as entidades da CNESF, ações de mobilização contra as reformas universitária, sindical e trabalhista, denunciando à sociedade, para seu esclarecimento, os reais efeitos dessas reformas no serviço público federal;

18 - promova a intensificação de debates sobre a dívida pública e sua relação com o reajuste salarial e as reformas propostas pelo governo (tributária, universitária, sindical e trabalhista).

REFORMA TRABALHISTA E SINDICAL

19 - O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN desenvolva ações unificadas com o conjunto dos SPF contra a reforma sindical e trabalhista, de acordo com os encaminhamentos do seminário da CNESF, realizado em 11 e 12 de fevereiro de 2004 e das plenárias dos servidores.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

20 - O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN desenvolva estratégias de luta e ações de mobilização em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade social, conjuntamente com as entidades do setor da educação, que contribuam para a unidade e fortalecimento dos servidores na luta contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula.

CONSTRUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO:

21 - Na construção da mobilização e da greve unificada dos SPF (indicada na Plenária Nacional dos SPF de 15/2):

21.1 trabalhar/divulgar a campanha salarial conjuntamente com a luta contra as reformas em curso (previdenciária, tributária, universitária, trabalhista e sindical);

21.2. esclarecer à sociedade e, em especial, ao conjunto do movimento sindical e popular o significado da reforma universitária do governo Lula e o desmonte do serviço público;

21.3 na luta pela campanha salarial e na construção da mobilização, as seções sindicais devem destacar: o índice de reposição salarial, a pauta emergencial dos docentes das IFES e a defesa da universidade pública e gratuita;

21.4 organizar, em conjunto com os estudantes e técnicos-administrativos, a mobilização em defesa da universidade pública e gratuita e contra a reforma universitária do governo Lula;

21.5 contatar intelectuais de reconhecimento nacional, identificados com as posições defendidas pelo Sindicato, para participar dos atos que forem realizados em defesa da universidade pública e em defesa dos serviços públicos de qualidade.

CALENDÁRIO DE LUTAS PARA A CONSTRUÇÃO DA GREVE:

O 23º CONGRESSO delibera que:

22 - as seções sindicais implementem o seguinte calendário de mobilização para construção da greve do ANDES-SN unificada dos SPF indicada na Plenária de 15/02;

13 e 14/03 – Encontro Sindical Nacional – promovido por entidades ... Luziânia-GO;

15/03 – Reunião do Setor das IFES;

17/03 – Lançamento da Campanha Salarial 2004 em Brasília – os jornais das seções sindicais devem produzir matérias de cobertura do evento, apontando para a necessidade da construção da greve;

17/03 - Atos nos estados, em conjunto com os SPF, para o lançamento da Campanha Salarial 2004;

17/03 - Ato de protocolização formal no MEC da Pauta de reivindicação dos docentes das IFES, atualizada no 23º CONGRESSO, e da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira com solicitação de audiência e acompanhada de um documento que relacione a reforma proposta pelo governo com o desmonte do Estado e dos serviços públicos (que deverá ser amplamente divulgado para as bases das categorias dos SPF);

17 e 18/03 – Que as seções sindicais envidem todos os esforços no sentido de participar do IV ENCONTRO UNIFICADO. REFORÇO DA CAMPANHA SALARIAL:

XXXX – Dia Nacional em defesa da universidade pública e gratuita e de um serviço público de qualidade – com paralisação e atos nos estados: a) entrega formal da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira à presidência do Senado, à presidência da Câmara, aos parlamentares das Comissões de Educação e a entidades da sociedade civil organizada (ABI, OAB, SBPC, etc.) em âmbito nacional e, também, aos conselhos universitários, colegiados de unidades e departamentos em âmbito local. A entrega da proposta deve ser feita ainda a todos os parlamentares, imprensa, jornalistas, etc. b) a Proposta deve ser acompanhada de documento de denúncia do desmonte do Estado e serviços públicos e em defesa da universidade pública e gratuita;

XXXX – Rodada de Assembléias Gerais para construção de um calendário de paralisações, a partir da segunda quinzena de março; a partir de abril, instalação de assembléias permanentes nas seções sindicais.

XXXX - Realização, em conjunto com os SPF, de atividades de denúncia da falta de disposição do governo para negociação na MNNP (1 ano);

XXXX - Realização de seminários, no âmbito dos estados, sobre as reformas em curso (previdência, tributária, universitária, sindical e trabalhista), em conjunto com os SPF, procurando garantir a presença da base de sindicatos dos trabalhadores da iniciativa privada;

2 a 5 de maio - Participação efetiva no 5º CONED, aproveitando o espaço do debate para relacionar a Reforma Universitária e as outras reformas em curso com o desmonte do Estado e dos serviços públicos e com a Campanha Salarial 2004 dos SPF.

IV - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES.

O 23º CONGRESSO referenda a pauta unificada aprovada no 47º CONAD:

I - PAUTA UNIFICADA PARA OS DOCENTES DAS IPES – 2004 –

1 Diretrizes gerais

O ANDES Sindicato Nacional, dando conseqüência à luta pela implementação da Carreira Única e pela melhoria das condições de trabalho nas Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES, construiu uma proposta de pauta unificada que vem sendo anualmente atualizada, de acordo com a demanda da sua base organizada, tendo como referência as seguintes diretrizes gerais:

1.1 Gestão democrática - as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), como a participação dos docentes em órgãos colegiados, eleições de dirigentes, dentre outras;

1.2 Liberdade de organização sindical com pleno reconhecimento da organização local dos docentes e do sindicato pelo qual optarem, como instância legal e legítima de representação e de negociação coletiva de trabalho da categoria.

2 Carreira e Capacitação Docentes

Devem-se tomar como referências o Projeto de Carreira Única para o Magistério das IES e o Plano de Capacitação Docente, constantes da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2. Vitória (ES), 2003), criando-se estímulos para a sua adequação e implementação, em cada IPES, por intermédio de uma política de valorização da qualificação stricto sensu, como defendemos:

2.1 a criação e a implementação dos Planos de Carreira, que contemplem:

- a)** o pagamento de adicional diferenciado por titulação;
- b)** a contratação por concurso público, devidamente regulamentado pelos órgãos colegiados da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade;
- c)** a progressão funcional periódica, vertical e horizontal;

2.2 criação e implementação do plano de capacitação docente que contemple a garantia das condições necessárias à:

- a)** capacitação, com afastamento remunerado integralmente;
- b)** participação em eventos acadêmicos e culturais, como parte do processo de capacitação.

3 Regime de Trabalho

É fundamental que se avance no sentido da superação das contratações pelo regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, conforme a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2. Vitória (ES), 2003). A transição do regime de trabalho horista para o regime de trabalho contínuo será avaliada pelas Assembléias Gerais, locais e regionais, objetivando criar as condições de aproximação gradativa do padrão unitário de qualidade defendido pelo ANDES Sindicato Nacional. O regime de trabalho deve contemplar:

3.1 o plano de implementação do regime de tempo contínuo para todos os docentes;

3.2 a inclusão, na jornada de trabalho do docente:

- a) das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) das atividades de administração acadêmica e de participação em órgãos colegiados;
- c) de horas para preparação de suas atividades didáticas (aulas, provas, materiais didáticos etc.), equivalentes a, pelo menos, o número de aulas ministradas.

4 Questões Salariais.

Neste item, as pautas de reivindicação devem contemplar:

- 4.1** o piso salarial de dois salários-mínimos, calculados pelo DIEESE (R\$ 1.359,03, Ago./2003), correspondentes a 20 (vinte) horas semanais para todos os docentes, independentemente do regime de trabalho (horista ou Regime de Tempo Contínuo);
- 4.2** a reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas assembleias da categoria, com base nos índices do ICV/DIEESE;
- 4.3** o fornecimento ao docente de documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: número de horas-aula, horas extras, adicional noturno, descontos efetuados, valor líquido pago no mês, valor do depósito do FGTS e demais registros pertinentes;
- 4.4** a garantia do pagamento, pelo mesmo valor da hora contratada, de horas complementares aos professores horistas, destinadas à preparação de aulas, instrumentos de avaliação, correção de trabalhos em geral e atendimento de alunos;
- 4.5** a convocação, fora do horário de trabalho dos docentes, que deverá ser considerada hora extra, com 100% de acréscimo, para efeito de remuneração;
- 4.6** a garantia, a todos os docentes, do adicional denominado anuênio, da ordem de 1% (um por cento) sobre seu salário-base, a cada 1 (um) ano de efetivo exercício na IPES, contados a partir da data de contratação;
- 4.7** a garantia da irredutibilidade da carga horária e da remuneração mensal, assegurada constitucionalmente;
- 4.8** a remuneração dos docentes contratados em regime de hora-aula, com base no regime de trabalho contratado, sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas. Já estão aí incluídas as quatro semanas e meia e incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto);
- 4.9** o cálculo do desconto das faltas, que será feito multiplicando-se o número de aulas não-dadas pelo valor correspondente à hora contratada;
- 4.10** a garantia do pagamento de adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), pelas atividades docentes realizadas a partir das 22 horas, independentemente do regime de trabalho;
- 4.11** a negociação entre as partes, caso haja alteração na política salarial vigente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da mudança verificada.

5 Estabilidade e Garantia do Emprego

As pautas de reivindicação devem contemplar:

- 5.1** a garantia de estabilidade de emprego aos professores, aprovada na Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa, precedida de inquérito administrativo, no qual se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, a prévia anuência de órgão colegiado, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato de demissão e que conte com a aprovação de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento)

mais um dos membros efetivos da unidade acadêmica a que estiver vinculado o docente;

5.2 a garantia de estabilidade à gestante, até seis meses após o término da licença maternidade. Em caso de adoção de criança recém-nascida, será concedida ao adotante estabilidade, por período de seis meses, contados a partir da data de concessão legal de guarda do adotando.;

5.3 o pagamento de multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

5.4 o direito ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, de percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, sendo esse direito extensivo ao previsto nos itens 6.1 e 6.2, das Questões Sociais;

5.5 a obrigatoriedade de indicação, pela IPES, na carta-aviso, do motivo que deu origem à dispensa, quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482, da CLT. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa;

5.6 a desobrigação de firmar contrato de experiência por docente que seja readmitido até 12 (doze) meses após seu desligamento;

5.7 a garantia de empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IPES, na proporção de 1 (um) ano de estabilidade para cada 5 (cinco) trabalhados.

6. Questões Sociais

As pautas de reivindicação devem contemplar:

6.1 a isenção integral de taxas e mensalidades, em todos os cursos, de todos os níveis, quando houver opção do(a) docente pela matrícula, em seu local de trabalho, para si próprio(a), seu (sua) companheiro(a), filhos(as) e outros dependentes, sem restrições;

6.2 a creche para filhos(as) de docentes;

6.3 o transporte do docente residente em outro município, quando se dirigir para atividades na instituição, bem como o pernoite, sempre que necessário, sem ônus para o docente;

6.4 o seguro de vida em grupo;

6.5 a integralização do salário do docente, de modo a completar o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, durante o período do seu afastamento.

7 Relações Sindicais

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o livre exercício e o fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurada ao docente dispensa das atividades acadêmicas, sem prejuízo de funções e vencimentos, quando:

7.1 exercer mandato sindical no ANDES - SN, ou na seção sindical;

7.2 participar de eventos e atividades do Sindicato.

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera por:

1 - realização de ampla campanha de filiação do Setor das IPES, como parte das políticas de expansão do Sindicato, já prevista no Plano de Lutas do Setor, aprovado no 22º CONGRESSO do ANDES-SN (Teresina, PI – 2003), com utilização diversificada

e ampla dos recursos de mídia, por meio de um projeto que respeite as diversidades regionais, a ser apreciado e deliberado no 23º CONGRESSO.

2 – ampla divulgação de informações referentes ao Setor e à Campanha Salarial 2004, por meio de uma edição Especial do InformANDES.

3 – estabelecimento de estratégias para divulgar amplamente as demissões, sejam elas imotivadas ou por retaliação política à organização sindical, e todas as formas de precarização do trabalho docente.

4 – implementação de ações de âmbito nacional, junto à Câmara dos Deputados, com as finalidades de:

4.1 lutar pela rejeição e pelo arquivamento imediato e definitivo do PL nº 337/2003;

4.2 lutar pela aprovação do PDL nº 383/2003, que susta os efeitos do Decreto nº 3.860/2001;

4.3 lutar pela rejeição e pelo arquivamento definitivo do PL nº 4.560/2001;

4.4 denunciar o “lobby”, em curso na Câmara Federal, para a aprovação do PL nº 4.560/2001, exigindo medidas para a apuração desse fato e a punição dos envolvidos em irregularidades que venham a ser constatadas.

Recomendação

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN, por sugestão do setor das IPES, recomenda que no próximo congresso a aprovação do Plano de Lutas se dê item a item para possibilitar a participação de toda a plenária.

RELATÓRIO DO TEMA II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS DO 23º CONGRESSO

I - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN E ACRÉSCIMO DE ARTIGO NAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

O 23º CONGRESSO aprova as alterações introduzidas no Estatuto do ANDES-SN, nos termos a seguir.

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as associações de docentes (ADs) filiadas até o 24º CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em assembléia geral, decidiram o contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-S.SINDs, deverão, até o 24º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o 24º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

Art. 72. O 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 24º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.

Parágrafo único. Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato.

Acréscimo de artigo

Art. 76. Fica estabelecida a duração do mandato da Diretoria do ANDES-SN, gestão 2004-2006, em dois anos e treze dias.

II. FUNDO DE SOLIDARIEDADE

Até o 48º CONAD, o Fundo será destinado ao atendimento de diretores sindicais da Diretoria Nacional e das seções sindicais, demitidos arbitrariamente ou sem justa causa e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos dos Magistérios Estaduais e Municipais), e que venham a ter prejuízos salariais – desconto de dias, retenção de salários – quando em atividades relacionadas com o exercício do mandato sindical, assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (conselhos de entidades mantenedoras e/ou conselhos universitários de IPES). Em caráter excepcional, o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros sindicalizados do ANDES-SN demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pela Diretoria, que deverá submeter sua decisão ao referendo do CONAD ou Congresso. No 48º CONAD, a questão deverá ser rediscutida e este debate deverá ser acompanhado de uma proposta de regulamentação e normatização dos mecanismos de destinação do referido fundo.

III. PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS COM MENOS DE 100 SINDICALIZADOS EM RATEIOS DE CONAD E CONGRESSOS

1 - O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

1.1 - até que se defina a política de finanças do ANDES-SN, que se viabilize a participação de todas as seções sindicais nos eventos do Sindicato, as despesas de transporte de um delegado das seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitadas a 5% do total das despesas de transporte dos delegados ao evento;

1.2 - as seções sindicais contempladas nesta resolução não têm direito a observadores, à exceção daquelas que optarem por serem regidas pelas normas referentes a seções sindicais com mais de 100 (cem) sindicalizados;

1.3 - a Diretoria do ANDES-SN, por delegação deste CONGRESSO elabore de critérios e normas para contemplar os casos em que as despesas ultrapassem o limite de 5% (cinco por cento).

2 - As seções sindicais com menos de 100 docentes organizados na base que venham a participar dos CONAD e dos Congressos possam optar pela participação ou não do rateio do evento.

3. Recomendação:

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda que a Diretoria Nacional realize estudos sobre a possibilidade de incluir seções sindicais com até 150 sindicalizados.

IV. HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÕES SINDICAIS

1. Homologação das alterações nos regimentos das seções sindicais

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 23º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações nos regimentos das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

1.1 ADUFPB Seção Sindical

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUFPB Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de maio de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

1.2 ADUFCG Seção Sindical

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUFCG Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de maio de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

1.3 ADUFSCar Seção Sindical

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUFSCar Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

1.4 ADUEG Seção Sindical

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUEG Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 30 de setembro de 2003.

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2 Homologação de criação de seção sindical

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 23º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à homologação da criação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

2.1 SINDCENTEC

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical do Instituto Centro de Educação Tecnológica com a denominação de SINDCENTEC, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 26 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.2 ADUNICENTRO

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical da Universidade do Centro Oeste, com a denominação de **ADUNICENTRO Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 26 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.3 SINDCEFET-PI

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional no Centro Federal de Educação Tecnológica do

Piauí com a denominação de **SINDCEFET-PI Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.4 SESDUFT S.Sind.

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins com a denominação de **SESDUFT-S.Sind.**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 30 de setembro de 2003.

Professora. Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral;

2.5 APESFUNEC S.Sind.

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Professores de Ensino Superior da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul com a denominação de **APESFUNEC-S.Sind.**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 30 de outubro de 2003.

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.6 - SINDFAVIP

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Faculdade do Vale do Ipojuca, com a denominação de **SINDFAVIP**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 22 de janeiro de 2004.

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.7 - SINDCEFET-OURO PRETO

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção

Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto **SINDCEFET-OURO PRETO**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 20 de outubro de 2003.

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.8 – ADESSC-Seção Sindical

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical Multiinstitucional dos Docentes do Ensino Superior de Santa Catarina, Seção Sindical Multiinstitucional do ANDES-SN **ADESSC Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 2 de março de 2004.

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.9 – SINDFAFEID PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favoravelmente à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes das Faculdades Federais Integradas de Diamantina - **SINDFAFEID**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Salvador, 3 de março de 2004.

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

V – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 47º CONAD

O 23º CONGRESSO aprova a prestação de contas do 47º CONAD.

DESPESAS REALIZADAS				
Nº	ITEM	Previsão	ADURN	ANDES
1	Pessoal			
1.1	Horas Extras (5 funcionários)	7.500,00	0,00	7.971,66
	Diárias (5 funcionários)	2.250,00	0,00	2.250,00
	Hotel (2 apartamentos duplos)	0,00	0,00	0,00
	Passagens Aéreas	9.190,00	0,00	8.119,54
	Táxi	1000,00	0,00	794,30
	SUBTOTAL	19.940,00	0,00	19.135,50
1.2	ADURN SINDICAL			
	Horas Extras	1.500,00	1.063,10	0,00
	Pessoal de apoio - Pró-labore	1.800,00	1.985,00	0,00
	SUBTOTAL	3.300,00	3.048,10	0,00
2	Imprensa e Divulgação			
	Impressão do Cartaz Conad + Arte	1.380,00	1.380,00	0,00
	Impressão Convites/ Crachás	1.136,00	1.136,00	0,00
	Banner	300,00	300,00	0,00
	Filmagem	300,00	710,00	0,00
	Faixas	162,00	288,00	0,00
	SUBTOTAL	3.278,00	3.814,00	0,00
3	Infraestrutura			
	Aluguel de Equipamento	5.000,00	6.241,00	0,00
	Xerox ANDES-SN	1.873,00	0,00	1.878,30
	Xerox ADURN	3.000,00	1.677,20	0,00
	Mantimentos/ Material Consumo	1.300,00	1.142,78	0,00
	Lanche/ Alimentação	740,00	793,24	0,00
	Combustível	300,00	176,73	0,00
	Água Mineral	240,00	77,80	77,00
	Som (Auditório)	270,00	0,00	0,00
	Farmácia	110,82	110,82	0,00
	Coquetel de Abertura	1.200,00	2.086,40	0,00
	Táxi/ transporte de material/ Ônibus	262,00	1.327,00	0,00
	Coffe Break	1.400,00	0,00	1.180,00
	Decoração	463,50	407,00	0,00
	Telefone	1.350,00	0,00	2.000,11
	Correio	0,00	5,14	0,00
	SUBTOTAL	17.509,32	14.045,11	5.135,41
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores			
	Pastas	3.250,00	3.250,00	0,00
	Camisetas +Arte	1.381,00	1.381,00	0,00
	Blocos- Rascunhos/ Mapas UFRN	1.275,00	1.275,00	0,00
	SUBTOTAL	5.906,00	5.906,00	0,00
	TOTAL	49.933,32	26.813,21	24.270,91

VI – REGIMENTO ELEITORAL

O 23º CONGRESSO aprova o Regimento Eleitoral – eleições da Diretoria do ANDES-SN, biênio 2004/2006.

REGIMENTO ELEITORAL - Eleições Diretoria Biênio 2004/2006

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º A eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, para o Biênio 2004/2006, realizar-se-á nos dias 18 e 19 de maio de 2004.

Parágrafo único. O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES

Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

I - nele se sindicalizaram até 16 de fevereiro de 2004;

II – estiverem em dia com suas contribuições até 15 de março de 2004.

§ 1º As Seções Sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos junto as IES ou órgãos governamentais deverão notificar à Comissão Eleitoral Central os motivos para tal até 19 de abril de 2004.

§ 2º A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar para a Comissão Eleitoral Central, até o dia 29 de março de 2004, a relação das Seções Sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 43º CONAD (Brasília, dezembro 2001), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não-repasse das contribuições decorrente de procedimentos administrativos junto as IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

Art 3º As Seções Sindicais e as Secretarias Regionais têm prazo até o dia 19 de abril de 2004 para enviarem para a Comissão Eleitoral Central a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições de fevereiro de 2004.

§ 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no caput deste artigo deverão ser comunicadas à Comissão Eleitoral Central e à Comissão Eleitoral Local até 7 (sete) dias antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

§ 3º As seções sindicais disponibilizarão, no dia 20 de abril, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.

Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL até o dia 8 de dezembro de 2003 e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL até 8 de março de 2004.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS

Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto ao Secretário Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I - durante o 23º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente e/ou secretário geral, encaminhado ao Secretário Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivo suplente, na Comissão Eleitoral Central;

II - o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia 9 de abril de 2004, às 20 horas;

III – os componentes das chapas deverão entregar à Secretaria da Comissão Eleitoral Central, até o dia 9 de abril de 2004, o original dos seguintes documentos:

a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Secretaria Regional à qual o candidato se encontra vinculado; denominação da IES a qual o candidato se encontra vinculado;

b) Programa da chapa.

Parágrafo único. A Chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica da solicitação de inscrição.

Art. 7º Qualquer alteração na nominata dos candidatos e/ou de cargos na chapa, após o prazo previsto no inciso II do art. 6º, deverá ser encaminhada por documento com a exposição de motivos para a Comissão Eleitoral Central que, em reunião num prazo de cinco (5) dias úteis, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite, ou não, dos motivos.

§ 1º A faculdade prevista no caput deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.

§ 2º A não-aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da Comissão Eleitoral Central presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada, por parte da chapa, o registro estará cancelado.

Art. 8º As alterações previstas no art. 7º só serão consideradas pela Comissão Eleitoral Central se lhe forem comunicadas até o dia 22 de abril de 2004, improrrogavelmente.

Art. 9º No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e demais normas que venham a ser elaboradas pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 10. É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL
SEÇÃO I
DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 11. A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2004/2006, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta por:

I - um (1) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente;

II - um (1) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III - dois ou três (2 ou 3), a depender do nº de chapas, sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV – a composição da Comissão Eleitoral Central deverá ser em número ímpar.

§ 1º Os componentes da Comissão Eleitoral Central, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 23º CONGRESSO.

§ 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar suplentes para os integrantes da Comissão Eleitoral Central previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo.

§ 3º É vedada a participação de qualquer membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na Comissão Eleitoral Central.

Art. 12. Compete à Comissão Eleitoral Central:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;

II - oficializar e divulgar o registro de Chapa(s);

III - divulgar a composição do eleitorado até o dia 30 de abril de 2004;

IV - confeccionar as cédulas eleitorais;

V - coordenar as Comissões Eleitorais Locais;

VI - decidir sobre recursos interpostos;

VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e

VIII - elaborar o Relatório Final a ser divulgado no 48º CONAD.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Central pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares.

Art. 13. A Comissão Eleitoral Central só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Central por intermédio de seu representante na comissão.

Art. 14. As decisões da Comissão Eleitoral Central serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Art. 15. O integrante da Comissão Eleitoral Central que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo o seu suplente.

Art. 16. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL e os representantes autorizados pela chapa.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 17. Em cada Seção Sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local composta por:

I - um membro da Diretoria, na condição de Presidente;

II - dois membros indicados por cada chapa concorrente;

Parágrafo único. A Diretoria e as chapas deverão indicar suplentes para os integrantes previstos nos incisos I e II deste artigo.

Art. 18. A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser enviada para a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL até o dia 5 de maio de 2004.

Art. 19. Compete às Comissões Eleitorais Locais:

I - definir e organizar as Seções Eleitorais até o dia 6 de maio de 2004;

II - apurar os votos e enviar para a Comissão Eleitoral Central o mapa dos resultados e a respectiva documentação;

III - decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Local pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares.

Art. 20. A Comissão Eleitoral Local só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Local por intermédio de seus representantes na comissão.

Art. 21. As decisões da Comissão Eleitoral Local serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Eleitoral Local cabe recurso à Comissão Eleitoral Central.

Art. 22. O integrante da Comissão Eleitoral Local que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo tal condição o seu suplente.

Art. 23. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo, dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral Local.

Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a Comissão Eleitoral Local e os representantes autorizados pela chapa.

**CAPÍTULO VI
DA VOTAÇÃO
SEÇÃO I
DA CÉDULA ELEITORAL**

Art. 24. A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém as chapas registradas, em ordem cronológica de inscrição, com os nomes de seus integrantes e respectivos cargos e nome da chapa.

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará a sua escolha.

Art. 25. Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva Seção Eleitoral.

**SEÇÃO II
DAS SEÇÕES ELEITORAIS**

Art. 26. As Seções Eleitorais serão estabelecidas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento de todos os eleitores de cada IES.

Art. 27. Os eleitores sindicalizados nas Seções Sindicais votam na Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral de sua respectiva Seção Sindical.

Art. 28. Em Seções Sindicais, previamente definidas pela Comissão Eleitoral Central, haverá uma Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral Local para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via Secretaria Regional, domiciliados na cidade sede da Seção Sindical.

Art. 29. As Secretarias Regionais têm prazo, até o dia 16 de abril de 2004, para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as Seções Sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, as Secretarias Regionais deverão informar aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar. O voto desses sindicalizados em qualquer outra Seção Eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 2º Nas cidades onde não existir Seção Sindical constituída, poderá a Secretaria Regional, mediante autorização da Comissão Eleitoral Central e fiscalização das chapas concorrentes, constituir uma Seção Eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

Art. 30. Em cada Seção Eleitoral haverá uma Mesa Receptora composta por um (1) Presidente e dois (2) Mesários, indicados pela Comissão Eleitoral Local.

§ 1º Só pode permanecer na Seção Eleitoral, além do Presidente e dos Mesários, no máximo, um (1) fiscal de cada chapa concorrente e, o eleitor durante o tempo necessário ao ato de votar.

§ 2º A Mesa Receptora de cada Seção Eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à Comissão Eleitoral Local.

Art. 31. Na Seção Eleitoral deve existir, providenciado pela Comissão Eleitoral Local:

I - urna;

II - cédulas oficiais;

III - folha de ocorrência;

- IV - lista específica para eleitor em trânsito;
- V - cópia deste Regimento;
- VI - lista dos eleitores;
- VII - nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação.

SEÇÃO III DO ATO DE VOTAR

Art. 32. Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

- I - no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas;
- II - a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;
- III – identificado, o eleitor assina a lista de presença e recebe cédula rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora;
- IV - o eleitor usará cabine indevassável para votar;
- V - ao final de cada *período* de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa;
- VI - a guarda do material de votação e da respectiva urna é da responsabilidade da Comissão Eleitoral Local;
- VII - ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue para a Comissão Eleitoral Local.

Art. 33. Os sindicalizados, via Secretarias Regionais, votarão na Seção Sindical indicada pela Secretaria Regional e na Seção Eleitoral indicada pela Comissão Eleitoral Local segundo listas fornecidas pelas respectivas Secretarias Regionais.

Art. 34. O voto em trânsito obedece ao seguinte procedimento:

- I - o eleitor assinará lista específica na Seção Eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua Seção Sindical de origem ou, se sindicalizado, via Secretaria Regional, a sua Regional de sindicalização.
- II - o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na seqüência de ordem de chegada para votar.

SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 35. É assegurado às chapas fiscalizarem os processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Local, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e de 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, dois (2) fiscais por mesa de apuração, com os seus respectivos suplentes.

§ 3º - A indicação do(s) fiscal(is) de apuração não pode recair em integrantes da Comissão Eleitoral Local ou de Mesa Receptora.

Art. 36. É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela Comissão Eleitoral Central mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Central, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de computação dos resultados, até vinte e quatro (24) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º - Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, dois (2) fiscais, com os seus respectivos suplentes.

§ 3º - A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da Comissão Eleitoral Central.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 37. A apuração dos votos nas Seções Sindicais iniciar-se-á no dia 20 de maio de 2004 e será concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia.

Parágrafo único. Nos campi fora da sede da Seção Sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da Mesa Receptora, a critério da Comissão Eleitoral Local, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos 35 e 36.

Art. 38. As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas do dia 21 de maio de 2004, via meio eletrônico, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical.

§ 1º As Comissões Eleitorais Locais têm, como prazo máximo, até o dia 26 de maio de 2004, para encaminhar, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, naquela data, por serviço ultra-rápido de entrega de correspondência.

Art. 39. A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às quatorze (14) horas do dia 21 de maio de 2004 estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Art. 40. Os mapas eleitorais das Seções Sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 41. No caso de voto em separado, a Comissão Eleitoral Local providenciará, junto à Seção Sindical ou, se for o caso, à Secretaria Regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

Art. 42. As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato é o de incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Art. 43. Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

Art. 44. Será anulada a urna que:

- I - apresentar, comprovadamente, sinais de violação;
- II - apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;
- III - não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 45. Será anulada a cédula que:

- I - não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva Mesa Receptora;
- II - não corresponder ao modelo oficial.

Art. 46. Serão considerados nulos os votos que contiverem:

- I - mais de uma chapa assinalada;
- II - rasuras de qualquer espécie;
- III - qualquer caractere que permita identificação.

Art. 47. As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da Comissão Eleitoral Local até a proclamação do resultado final pela Comissão Eleitoral Central.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS

Art. 48. Qualquer recurso deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Local, no máximo, até as 9h do dia 21 de maio de 2004.

§ 1º A Comissão Eleitoral Local, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, num prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º Das deliberações da Comissão Eleitoral Local cabem recursos à Comissão Eleitoral Central, num prazo de 3 (três horas) após a sua publicação.

§ 3º Os recursos à Comissão Eleitoral Central deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à Comissão Eleitoral Central.

Art. 49. Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Central num prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados pela mesma.

Art. 50. Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou por candidatos às Comissões Eleitorais Locais e Central.

Parágrafo único. No caso de não haver, na Seção Sindical, fiscal indicado por chapa ou candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à Comissão Eleitoral Local.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Compete à Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das Seções Sindicais garantir todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das Comissões Eleitorais central e locais.

Art. 52. O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará a anulação do registro da chapa pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 53. As Comissões eleitorais, Local e Central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, poderá a Comissão Eleitoral Central, com aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º.

Art. 54. As chapas deverão encaminhar à Comissão Eleitoral Central os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de três (3) dias, prazo de postagem, com Aviso de Recebimento (AR).

Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, acarretando, com isto, as conseqüências cabíveis.

Art. 55. Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para Diretoria da ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela Tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do Presidente da Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo único. Num prazo de quinze (15) dias após a promulgação do resultado da eleição, o Presidente da Comissão Eleitoral Central apresentará para a Diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

Art. 56. O Presidente da Comissão Eleitoral Central deverá, em tempo hábil, apresentar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da Comissão Eleitoral Central, a fim de permitir que a mesma providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da Comissão Eleitoral Central será o mesmo dos Diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e deslocamento local.

§ 2º Num prazo de sete (7) dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da Comissão Eleitoral Central deverão apresentar para a Tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

Art. 57. A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da Comissão Eleitoral Central durante todo processo eleitoral.

Art. 58. É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do art. 53.

Art. 59. A proclamação final dos resultados será feita pela Comissão Eleitoral Central, somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da Comissão Eleitoral Central, bem como o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do art. 55, deverão ser apresentados no 48º CONAD.

Art. 60. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, em primeira instância, pela Comissão Eleitoral Local e, em instância final, pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 61. Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 23º CONGRESSO.

ELEIÇÕES 2004

CRONOGRAMA:

DEZEMBRO/2003:

8 – Prazo máximo de filiação de candidatos à diretoria do ANDES SN.

FEVEREIRO/2004:

16 – Prazo máximo de filiação de sindicalizados aptos a votar no processo eleitoral 2004;

16 – Prazo máximo para publicação do edital de convocação do processo eleitoral 2004;

MARÇO/2004:

8 – Prazo para que os candidatos estejam em dia com a contribuição financeira junto à Tesouraria do Sindicato Nacional.

8 – Prazo máximo para registro das chapas concorrentes com, no mínimo os candidatos a Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro com indicação de representantes na Comissão Eleitoral Central.

29 - A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central a relação das Seções Sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 43º CONAD (Brasília, dezembro 2001), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até esta data.

ABRIL/2004:

9 – Prazo para registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos. Entregar à Secretaria da Comissão Eleitoral Central o original dos seguintes documentos:

- termo de concordância (anexo II) de cada candidato, assinado pelo mesmo, contendo as seguintes informações:

- endereço residencial completo;

- denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Vice-Presidência Regional à qual o candidato se encontra vinculado;

- denominação da IES à qual o candidato se encontra vinculado;

Programa da chapa.

16 – Prazo para que as Secretarias Regionais forneçam a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as Seções Sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar.

16 – Prazo para que as Secretarias Regionais informem aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar.

19 – Data máxima para as Seções Sindicais e as Secretarias Regionais enviarem para a Comissão Eleitoral Central a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto.

22 – Prazo máximo para solicitação de alteração na composição da chapa.

30 – Data máxima para divulgação, pela Comissão Eleitoral Central, do colégios eleitorais, local e nacional.

MAIO/2004:

5 – Data máxima para divulgação e envio para a Comissão Eleitoral Central da composição das comissões eleitorais locais.

6 – Prazo máximo para divulgação das seções eleitorais por parte das Comissões Eleitorais Locais.

15 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para o processo de votação.

18 e 19 – Eleições.

19 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para o processo de apuração de votos, em cada Comissão Eleitoral Local.

20 – Apuração de votos de cada Comissão Eleitoral Local.

21 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para a computação de votos pela Comissão Eleitoral Central.

21 – Prazo para envio de resultados à Comissão Eleitoral Central.

21 – Computação de votos pela Comissão Eleitoral Central.

23 – Divulgação do Resultado OFICIAL.

26 – Prazo máximo para que as Comissões Eleitorais Locais encaminhem, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.

JUNHO/2004:

6 – Prazo para entrega do relatório financeiro do processo eleitoral.

18 - A posse será no dia 18 de junho (sexta-feira), abertura do 48º CONAD

**ANEXO I –
REQUERIMENTO**

À
Professora Celi Zulke Taffarel
MD Secretária Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezada Professora,

O(s) _____ Professor(es)
_____, candidato(s) ao(s) cargo(s) de _____ e
_____,
vêm, por meio deste, requerer o REGISTRO da chapa denominada _____,
para concorrer à eleição da
Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -
ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2004 - 2006, e que apresenta como candidato
ao cargo de Presidente, o (a) Professor(a)
_____, ao cargo de Secretário Geral, o (a)
Professor(a) _____, ao cargo de 1º
Tesoureiro, o (a) Professor(a) _____ e, como
representante e seu suplente na Comissão Eleitoral Central, o (a) Professor(a)
_____.

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.

Pede deferimento

Salvador - BA, de março de 2004.

Professor _____

Professor _____

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/ 3/2004.

Número de identificação da chapa:

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

ANEXO II TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. _____, inciso ____, do Regimento Eleitoral aprovado no 23º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concorda em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2004 – 2006 na condição de candidato (a) ao cargo de _____ na chapa denominada _____ e que tem o número _____ como identificação oficial .

, de _____ de 2004.

Professor _____

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ()

3 - Seção Sindical:

4 - VPR (caso sindicalizado via VPR):

5 - IES de vínculo:

VII – Sede do 24º CONGRESSO

O 24º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado na cidade de Curitiba/PR sob a organização da APUFPR Seção Sindical do ANDES-SN.

VIII - INSCRIÇÕES NOS GRUPOS DE TRABALHO

1 – APUFSC

- GTPE – Maria da Graça Bollmann, Sandra Mendonça, Danusa Menegueli, Magaly Mendonça, Fábio Silva, Carlos Alberto Marques e Doroti Martins
- GTPFS – Clarilton Ribas, Carlos Soares, Paulo Pinheiro Machado, Luis Carlos Pinheiro Machado Filho e Tarcisio Grandi.
- GTEGC – Marcelo Tragtemberg, Lino Fernando Bragança Feres
- GTC&T – Felix Gomes, Raul Guenther
- GT-Verbas – Altamir Dias

2 – SINDCEFET-MG

- GTPE – Maria Suzana Zatti Lima e Ana Lúcia Barbosa Faria.
- GTPFS – Sérgio Ricardo de Souza e Tatiana Leal Barros
- GT-Verbas – João Francisco de Almeida, Sérgio Ricardo Souza
- GT-Carreira – João Francisco de Almeida Vitor e Sérgio Ricardo de Souza, Maria Suzana Zatti Lima.
- GTCA – Cícera Vanessa Maia e Fausto de Camargo Júnior.
- GTEGC – Benedito Jesus Magalhães.
- GTSS/A – Sérgio Ricardo de Souza e Maria Suzana Zatti Lima.

3 - ADUNICENTRO

- GTEGC – Sandra Lourenço
- GTHMD – Hélio Alexandre Mariano e Fábio Ruela de Oliveira

4 - APUB

- GTPE – Marize Souza Carvalho, Menandro Celso de Castro Ramos , Uilma Rodrigues de Matos Amazonas, Luiz Umberto Ferraz Pinheiro e Maria Inês Corrêa Marques.
- GTSS/A – Eduardo José Farias Borges dos Reis, Wilma Guimarães Cova e Luiz Antônio Mattos Filgueiras.
- GTPA – Antônio da Silva Câmara, Celi Nelza Zulke Taffarel, Geraldo Sampaio Costa, José Alberto Bandeira Ramos.
- GTCA – Jonicael Cedraz de Oliveira, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Jorge Luiz Bezerra Nóvoa, Lana Bleicher, Virginia Maria Rocha Chaves e Lúcia Fernandes Lobatto.
- GTEGC – Célia Cristina de Oliveira e Maria Inês Corrêa Marques
- GTC&T – Maria da Graça Druck de Faria.
- GT-Verbas – Paulo Antônio de Freitas Balanço.
- GTHMD – Maria Inês Corrêa Marques e Antonietta d’Aguiar Nunes.
- GTPFS – Francisco José Duarte Santana, Paulo Antônio de Freitas Balanço e Eduardo José Farias Borges dos Reis.

5 – ADUFPA

- GTPFS – Sandra Moreira, Rosimé Meguins e Socorro Aguiar
- GTPE – Olga Cabral

6 – ADUnB

- GTEGC – Alejandra Leonor Pascual

7 – ADUNEMAT

- GTEGC – Antônio Eustáquio de Moura

8 - ADUR-RJ

- GTPE – Ana Maria Dantas Soares, Célia Regina Otranto, Lia Maria Teixeira de Oliveira, Lucília Augusta Lino de Paula, Rosana Ferreira de Oliveira, Nídia Majerowicz, Elisa Guaraná de Castro, Aloísio Jorge de Jesus Monteiro.
- GT C&T – Ricardo Motta Miranda, Ricardo Luis Louro Berbara, Aurea Echevarria
- GTPA – Elisa Guaraná de Castro, Canrobert Penn Lopes, Marcos Peixoto.
- GTPFS – Luiz Mauro Sampaio Magalhães, Rômulo de Andrade, Frederico José Falcão.
- GT Carreira – André Scarambone Zaú, Nídia Majerowicz e Valdomiro Neves Lima
- GTHMD – Frederico José Falcão e Irlate Braga da Trindade
- GTSS – Irlate Braga da Trindade, Laélcio Nunes de Lima e Generoso Manoel Chagas

9 – ADUFPI

- GTSS/A – Ana Maria de Almeida e Sousa, Rui Martins Nogueira, Mário Lúcio da Costa Ferreira e Aldora Maria Lebre Ferreira.
- GT-Carreira – Adeodato Ari Cavalcante Salviano, Pedro Alves Lemos Filho, Joaquim Gonçalves Neto e Benedito Carlos de Araújo Júnior.
- GTPE – Joaquim Gonçalves Neto, Edna Maria Magalhães do Nascimento, Benedito Carlos de Araújo Júnior e Reinaldo de Montalvão de Moraes e Maria do Socorro Lages de Carvalho.
- GTPFS - Joaquim Gonçalves Neto, Pedro Alves Lemos Filho, Reinaldo de Montalvão de Moraes e Cristiano Matias Neto.
- GTEGC – Maria do Socorro Leite Galvão, Benedito Carlos de Araújo Júnior e Aldora Maria Lebre Ferreira.

10 - ADUFRGS

- GT-Carreira – Carlos Alberto Saraiva Gonçalves e Daniela Marzola Fialho.
- GTPE – Naira Lisboa Franzoi, Vera Peroni e Elisabete Zardo Búrgio.
- GTHMD – Benito Bisso Schmidt
- GTSS/A – Marilene Schmarczek, Sonia Stangherlini Scornavacca e Eduardo Rolim de Oliveira.
- GTPFS – Nadya Pesce da Silveira e Paolo Roberto Livotto.
- GTC&T – Jorge Alberto Quillfeldt e Valério de Patta Pillar.
- GT-Verbas – Carlos Alberto Saraiva Gonçalves e Daniela Marzola Fialho.

11 – ADUPE

- GTPE – Maria Elizabete Noêmia da Silva
- GTEGC – João de Oliveira e Itamar Lages.

12 – ADUFES

- GTSS/A – Odiléia Dessaune
- GTC&T – Edson Cardoso e Mônica Beanco.
- GT-Carreira – Geraldo Sisquini.
- GTEGC – Antonio Carlos Amador Gil, Dulcinea Benedito Pedrada e Vânia Maria Louzada
- GTPE – Sônia Lopes Victor, José Aguilar Dalvi, Elisabeht Orlete e Marlene Cararo.
- GTPA – Vânia Maria Louzada.

13 – ADUFU

- GTPE – Aparecida Monteiro de França
- GTPFS – Edilson José Graciolli.

14 – ASDUERJ

- GTEGC – Mary Jane

15 – ADUFERPE

- GTEGC – Irenilda de Souza Lima
- GTPE - Irenilda de Souza Lima

16 – ADUFPeI

- GTPA – Henrique A. F. Mendonça, Lílian Maria Resende, Sérgio B. Cassal.
- GTPE – Fabiane Tejada, Antonieta Dal'igna, Lílian Pereira e Margarete Muller Vieira.
- GTEGC – Francisco Vitória
- GT-Carreira – Cristina Verneti, Elaine Neves.
- GTC&T – Althen Teixeira Filho e Henrique Andrade Furtado Mendonça.
- GTHMD – Francisco Vitória.

17 – ADUFF

- GT-Carreira
- GTC&T
- GTCA
- GTPFS
- GTEGC
- GTHMD
- GTPE
- GTPA
- GTSS/A
- GT-Verbas

RELATÓRIO DO TEMA III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE

I - ETNIA, GÊNERO E CLASSE

1 - O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera por não modificar o nome do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe.

2 - O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que o ANDES-SN:

2.1 - posicione-se firmemente contra o projeto “UNIVERSIDADE PARA TODOS” que, apoiando-se demagogicamente na legítima reivindicação dos setores oprimidos pelo acesso à educação superior e com base em premissas falsas, cria um mercado cativo, subvencionado pelo Estado, para os empresários da educação, sob a forma de “cotas para as minorias”. Trata-se de uma política destinada a dar sobrevida à massa falida das universidades privadas e, ao mesmo tempo, dividir a classe trabalhadora no movimento de luta pelo acesso à universidade pública, gratuita de qualidade;

2.2 - defenda as políticas de ação afirmativa que beneficiam os setores historicamente oprimidos e excluídos da sociedade brasileira (negros, índios e pobres), e no quadro da luta pela universalização, igualdade e equidade no acesso à universidade Pública. Ou seja, no bojo da ampliação de vagas, condições de permanência, verbas públicas e quadro efetivo das instituições, em direção ao fim do vestibular e generalização do direito ao acesso;

2.3 - conclame todos os segmentos representativos dos setores historicamente oprimidos e excluídos à formação de uma frente comum de luta pela universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada que garanta a possibilidade de acesso universal da juventude à educação superior. O ANDES-SN entende que essa luta, que é parte de uma luta social mais ampla, deva incluir ações diretas quando estas forem eficientes e legitimadas pelo engajamento da população;

2.4 - reafirme as decisões do 22º CONGRESSO do ANDES-SN sobre a questão de Etnia, Gênero e Classe;

2.5 - organize ao longo de 2004, por intermédio do GT Etnia Gênero e Classe, seminários regionais que culminem num seminário nacional sobre as questões de cotas e ações afirmativas, a partir das quais se construa uma posição a ser apreciada no 24º CONGRESSO. Nessa perspectiva, o cronograma deve prever seminários regionais em agosto ou setembro de 2004 e seminário nacional em novembro de 2004. Para tanto, o GT deve elaborar e encaminhar uma agenda de atividades compatível com o cronograma acima referido;

2.6 - viabilize a realização de quatro reuniões anuais, sendo duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre, do GT Etnia, Gênero e Classe.

Recomendação

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda que o ANDES-SN busque ampliar a participação das entidades dos servidores no I Encontro de Gênero, Raça e Classe das três esferas, “Na construção de uma Sociedade Igualitária”, de 10 a 13 de maio, no CNTI, Luziânia – GO.

II - POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL - ACABAR COM A UNICIDADE SINDICAL OBRIGATÓRIA PARA IMPOR O SINDICATO ORGÂNICO OBRIGATÓRIO: A REFORMA SINDICAL DO GOVERNO LULA.

2.1- O 23º CONGRESSO delibera que:

2.1 as seções sindicais, reafirmando decisão do 47º CONAD, discutam a relação do ANDES-SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à Central no 24º CONGRESSO ou em Congresso Extraordinário;

2.2 as seções sindicais e as secretarias regionais promovam eventos (preferencialmente em conjunto com outros sindicatos) visando a esclarecer os docentes sobre a reforma sindical e trabalhista do governo Lula, denunciem e organizem uma resistência nacional contra a destruição dos sindicatos e a retirada de direitos trabalhistas;

2.3. as seções sindicais se empenhem em viabilizar sua presença no Encontro Sindical Nacional a realizar-se nos dias 13 e 14 de março, em Brasília.

2.4. o ANDES-SN empenhe-se, ao longo de 2004, em construir um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, envolvendo sindicatos filiados ou não à CUT, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados;

2.5. todos os demais TRs que não foram considerado extemporâneos serão encaminhados ao 48º CONAD.

III – MENORIDADE PENAL

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que o Sindicato posicione-se contrariamente à diminuição da menoridade penal e lute, juntamente com entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, pelo cumprimento do ECA.

IV – TEXTOS DE RESOLUÇÃO REMETIDOS PARA GT ETNIA GÊNERO E CLASSE

Remeter os TR 23 ,40 e 42 ao GT Etnia, Gênero e Classe para o aprofundamento, visando a operacionalizar encaminhamentos a partir de deliberações da Diretoria e/ou dos 48º ou 49º CONADs;

TR - 23 - ANDES-SN E A PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA: APROXIMAÇÕES

Contribuição da professora Maria Inês Marques – sindicalizada da APUB S.Sind.

1. Realizar levantamento, através da equipe do centro de documentação, para divulgação até o primeiro CONAD de 2004, através do que temos acumulado em termos de estatísticas, deliberações, publicações internas sobre a temática feminista;
2. Promover encontros, por Regionais, sobre Mulher e Sindicalismo, articulados com entidades organizadoras da Plataforma Política Feminista;
3. Discutir estratégias de articulação intermovimentos, na direção da formação de uma rede de movimentos sociais. Para tanto, construir um evento nacional para traçar estratégias de organização interna, sob os auspícios do GT, Etnia, Gênero e Classe.

TR - 40 - O FETICHE DA POLÍTICA DE COTAS

Contribuição dos professores Dilenio Dustan Lucas de Souza, José Humberto de Queiroz, Maria das Graças Floresta e Ranah Manezenco, sindicalizados da ASPUV-S.Sind./ANDES-SN

O ANDES-SN, como sindicato classista, deve se relacionar com o movimento negro, buscando emancipação de raça conjugada com ações claramente relacionadas à emancipação de classe, tendo como princípio as resoluções do 4º CONED.

TR – 42 - A ANDES-SN NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS E PELA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.

Contribuição da Assembléia Geral da APUFSC-SSIND

O 23º Congresso da ANDES-SN, de Salvador, se posiciona favoravelmente e lutará por:

- 1 aumento do acesso de estudantes negros, índios e de baixa renda ao Ensino Superior, no sentido de promover uma Universidade mais diversa e combater a desigualdade racial neste nível de ensino, através de instituição de cotas ou critérios étnicos e socioeconômicos de acesso às Universidades Brasileiras e da instituição de uma política de permanência destes grupos através de apoio financeiro, didático e psicológico;
- 2 oferecimento de disciplinas com conteúdo de História da África e Cultura Afro-brasileira, no sentido de implantar a Lei 10.639/2003, bem como pelo oferecimento de conteúdos anti-racistas nos currículos de formação de professores, contratando professores com esse fim;
- 3 discussão sobre a introdução de critérios étnicos (para negros e índios) de admissão de professores nas Universidades, no sentido de promover maior diversidade étnica no Ensino Superior;
- 4 programação das tvs universitárias com maior abordagem da questão étnica;
- 5 manifestação da Diretoria da ANDES-SN contrária às desigualdades raciais, nas datas de 21-03, 13-05 e 20-11 no sentido de combater as desigualdades raciais e o racismo no Brasil e

organização de eventos pelo Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN e pelas Seções Sindicais alusivos às datas, na medida do possível;

6 levantamento étnico da composição dos órgãos do sindicato: diretorias nacionais, de ADs, de GTs, Congressos, CONADs, no sentido de conhecer a diversidade na nossa entidade sindical e promovê-la;

7 incentivar a discussão sobre a adoção de políticas de acesso e permanência de negros, índios e estudantes de baixa renda, articulada com a reivindicação de ampliação geral de vagas nas Universidades Públicas, com o conseqüente aumento de verbas;

8 reivindicar a realização de Censos Étnicos, bem como fazer o levantamento das ações em torno da questão racial, em todas as IES, ampliando a resolução do 22º Congresso;

9 encaminhamento pelo GT Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN das deliberações do 22º Congresso, bem como encaminhamento conjunto com o GTPE/ANDES-SN da discussão da reforma universitária e questões de diversidade étnica e socioeconômica na Universidade;

10 realização de Seminários em todas as IES sobre diversidade étnica e socioeconômica;

11 um plano de formação de intelectuais negros, visando a ampliar o número de doutores em todas as áreas do conhecimento, com prioridade para saúde da população afrodescendente, história africana e dos afrodescendentes, educação, artes, urbanismo, economia e direito.

V - TEXTOS DE RESOLUÇÃO REMETIDOS PARA O GTPFS

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera encaminhar os TRs 44, 45, 46 e 47 ao GTPFS para serem examinadas e, após o exame, remeter ao 48º CONAD aquelas que não forem considerados extemporâneos. Remeter, também, ao 48º CONAD, todos os subitens do item 1 do TR-24.

SUBITENS DO ITEM 1 DO TR-24

Diretoria do ANDES-SN

1.6.3 de ratificação da Convenção 87 da OIT.

1.9 o ANDES-SN intensifique, junto à CUT ou a outras centrais e entidades sindicais, a proposta do SDRT (Sistema Democrático de Relações de Trabalho), contrária ao poder normativo da Justiça do Trabalho;

1.10 o ANDES-SN organize, com outras entidades da educação, a luta pela rejeição e pelo arquivamento imediato e definitivo do PL nº 337/2003, do deputado Paes Landin, que propõe alteração nos arts 317 a 324 da CLT que retiram direitos dos professores, legalizam as muitas irregularidades na substituição de professores, sob modalidades precárias de trabalho, por instrutores e monitores;

1.11 - o ANDES-SN não participe do Fórum Nacional do Trabalho (FNT)

TR – 44 - DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Contribuição dos professores Joacir Teixeira de Melo, Juanito Alexandre Vieira, Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Girlene Alves Silva, Álvaro de Azeredo Quelhas, Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Dalmer Pacheco de Almeida - sindicalizados da APES-JF SSind.

1. O ANDES-SN deve buscar construir a mais ampla unidade com todos os sindicatos para intensificar a luta pela independência da CUT frente aos Governos e aos patrões.

2. O ANDES-SN deve iniciar uma campanha imediata pela convocação de uma Plenária Nacional da CUT que revogue a posição adotada pela executiva da central de apoio a Reforma Sindical do FNT.

TR – 45 - IMPOSTO SINDICAL - RAZÕES QUE JUSTIFICAM O IMPOSTO SINDICAL
Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera que

1. Os argumentos em defesa do Imposto Sindical são consistentes e coerentes com a realidade brasileira.
2. Deve ser portanto mantido pois sua substituição pode criar problemas desnecessários para a classe trabalhadora.
3. A prática durante toda a história do imposto sindical nas mais duras adversidades aprovou-o.
4. O bom senso aconselha, portanto a sua manutenção, pois a objeção que havia contra ele que era o fato de ser compulsório foi desmoralizada pela própria proposta do governo.
5. O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:
 - 5.1. A pecha atribuída ao Imposto Sindical de que ele seria o responsável pela existência de sindicatos pelegos e com outros adjetivos pejorativos é falsa, ilógica e sem consistência empírica. É uma visão burocrática, cartorial e simplista de uma realidade rica e complexa.
 - 5.2. A única coisa que se pode afirmar é que o Imposto Sindical dá um mínimo de recursos para garantir a sobrevivência do sindicato com um mínimo de autonomia.
 - 5.3. As verdadeiras causas que determinam as qualidades ou defeitos dos sindicatos são desde causas objetivas, como a importância estratégica atividade econômica de sua categoria, a forma de organização dos trabalhadores nas empresas, se concentrados em grandes unidades ou pulverizados em pequenos estabelecimentos, as condições materiais dos trabalhadores, até condições subjetivas como educação, cultura, história, tradição, influência política externa, etc.
 - 5.4. Como conseqüência perde o sentido pedir o fim do Imposto Sindical baseando-se nessa pecha.

TR – 46 - CLT E CONTRATO DE TRABALHO - CCT X CLT, UM ADVÉRBIO X UM SUBSTANTIVO – UM CONTO DO VIGÁRIO.

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1 A CLT já um grande Contrato Coletivo, muito maior, mais abrangente, mais completo de qualquer outro que se conheça ou se possa imaginar. Além de ter se consolidado durante esses 60 anos de sua existência dando-lhe mais solidez, maior autoridade, com uma infinidade de jurisprudências, acórdãos, leis complementares, etc. Implodir todo esse edifício em nome de uma quimera, de uma receita que nem projeto tem (até 1988 não tinha), não é mais uma temeridade, é uma insanidade.

2 Tem-se que urgentemente enviar essa alucinação chamada CCT, para o lixo da História.

3 Opor CCT a CLT é não só um erro político, mas também um erro lógico. A consigna do CCT tem que ser banida do vocabulário das lutas trabalhistas.

4 A alegação de que na CLT o contrato se faz individualmente é um sofisma semântico para justificar o injustificável CCT, que já foi testado na prática e desmoralizado.

5. Deve-se portanto denunciar essas e outras manobras para impor desonestamente o CCT e apagar de uma vez por toda do vocabulário de lutas da classe trabalhadora, essa ignomínia chamada CCT, pois ela já causou grandes prejuízos à luta política dos trabalhadores e poderá causar mais ainda com essa reforma trabalhista do governo.

6.A consigna, ESTADO FORA, é uma consigna suicida, sem qualquer relação com a realidade, cuja única justificativa é uma utopia liberal burguesa já recolhida ao lixo da história e que o pensamento pequeno-burguês teima em ressuscitar. É uma consigna criada pelos fundadores da CUT e do PT desde 1977 pelo menos e que seu governo pretende agora concretizar, destruindo o sindicalismo brasileiro.Essa consigna já fez muito mal aos trabalhadores e deve ser jogada no lixo antes que cause mais mal ainda.

TR – 47 - SINDICAL - A VERDADE SOBRE A CARTA DEL LAVORO

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. A pecha de que a Unicidade Sindical da CLT foi copiada da Carta Del Lavoro não tem procedência.

2. A Unicidade Sindical da CLT é semelhante à proposta da resistência operária antifascista italiana referendada no Pacto de Roma em 1944 e que deu nascimento a CGIL.

3. O fundamento da Carta Del Lavoro é o Pluralismo com Exclusão Ideológica ou Exclusividade Ideológica. Nesse aspecto tem semelhanças com os princípios e práticas da CUT.

4. Como essa acusação contra a CLT foi o carro-chefe de todas as outras críticas à CLT, tem-se que revisar todas essas críticas feitas à CLT.

VI – TEXTOS DE RESOLUÇÃO REMETIDOS AO 48º CONAD.

A) POLÍTICA EDUCACIONAL

TR - 20 - POLÍTICA EDUCACIONAL: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso

Diretoria do ANDES-SN

1 Quanto à reforma universitária o 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN, em conjunto com suas seções sindicais e secretarias regionais:

1.1 denuncie no âmbito do Movimento Docente e à sociedade brasileira em geral, as características nocivas à educação superior pública, contidas no documento do Grupo de Trabalho Interministerial, a saber: aprofundamento dos processos de privatização e de procedimentos produtivistas; agravamento da precarização do trabalho docente; substituição de política salarial por política de gratificações; extinção da carreira única e da isonomia; fomento da diferenciação e da segmentação das instituições; diversificação das fontes de financiamento;

expansão de vagas e cursos, tendo a educação a distância como mecanismo prioritário; e, especialmente grave, a instituição da autonomia financeira das IES públicas, entendida como captação de recursos, e a regulamentação das relações entre universidades e fundações de apoio;

1.2 reafirme, incisivamente, com ampla e urgente divulgação, todas as resoluções das instâncias deliberativas do ANDES-SN quanto à auto-aplicabilidade do art. 207, da Constituição Federal, que garante a autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e patrimonial das universidades brasileiras, e quanto à construção do padrão unitário de qualidade da educação superior, fundado no financiamento estatal das IES públicas, na qualidade social da produção e da transmissão do conhecimento, na valorização da formação e do trabalho dos profissionais em educação;

1.3 dê início imediato a ações de denúncia e combate à proposta de reforma universitária emanada do Grupo de Trabalho Interministerial, bem como à formação do Grupo Executivo para elaborar a reforma universitária em 45 dias, composto exclusivamente pelos novos integrantes da equipe do Ministério da Educação;

1.4 dê ampla divulgação à Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira e para a Educação Técnica e Tecnológica (Cadernos ANDES, nº2. Revisado e atualizado. Aprovado pelo 46º CONAD: Vitória, ES – junho/2003), como instrumento documental básico para as denúncias e mobilizações contra a reforma universitária proposta pelo governo;

1.5 desenvolva, em conjunto com as entidades do setor da educação e os movimentos sociais e populares organizados, ações urgentes e contundentes, de mobilização e luta, em defesa da educação superior pública, gratuita, laica, de qualidade social, e em clara oposição a qualquer modelo de universidade ou educação superior que fira esses princípios, como o delineado no documento do Grupo de Trabalho Interministerial sobre reforma universitária;

1.6 lute pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FUNDES) e a Contribuição Social para a Educação Superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior;

1.7 lute pela rejeição da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, por seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal;

1.8 lute pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei Complementar nº 118/2003, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, por meio da qual será regulamentada a autonomia universitária, violando preceito constitucional.

2 O 23º CONGRESSO aprova que, com ações imediatas, o ANDES-SN:

2.1 organize um movimento em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade social, contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula, com uma agenda comum às entidades da educação, buscando o apoio das entidades da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais de luta, de reitores e acadêmicos e todos aqueles que têm compromisso com a defesa da universidade pública;

2.2 articule-se com a FASUBRA, o SINASEFE e a UNE, assim como com outras entidades defensoras da educação e da universidade públicas, para que se constituam como frente em defesa da universidade pública, contra a reforma universitária do governo Lula.

2.3 Organize seminários temáticos, em todas as regiões do país, para discutir a reforma universitária proposta pelo MEC, tendo como referência o Caderno 2 do ANDES-SN.

3 Quanto à política de Formação Continuada e Certificação de Professores, em fase de implementação pelo MEC, o 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN construa, em conjunto com as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma proposta de política global de formação de profissionais em educação, fundamentada nos princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira.

4 Quanto à educação técnica e tecnológica, o 23º CONGRESSO

4.1 reafirma a posição do Movimento Docente pela revogação do Decreto 2.208/97 e pelo retorno imediato do Ensino técnico de Nível Médio (integrado) com a desativação definitiva do Ensino Técnico desarticulado do ensino propedêutico;

4.2 delibera que o ANDES-SN lute contra a proposta do CONCEFET/SEMTEC de estatuto único para os CEFET.

5 O 23º CONGRESSO recomenda, enfaticamente, que as seções sindicais do ANDES-SN:

5.1 analisem a Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica da SEMTEC/MEC (já encaminhada pela secretaria nacional pela circular nº 16) para aprofundar o debate das contradições contidas no documento e construir estratégias para impedir sua implementação;

5.2 organizem-se para participar do 5º Congresso Nacional de Educação (5º CONED), a realizar-se em Recife (PE), 2 a 5 de maio de 2004, e que busquem inserir-se na estrutura organizativa do 5º CONED e dos seminários preparatórios que devem ser realizados nos estados, indicando representante(s) permanente(s) nas suas várias comissões e subcomissões.

TR – 20-A

Diretoria do ANDES-SN

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Quanto ao Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior:

1.1 Ratificar suas deliberações congressuais relativas à luta em defesa e em prol da autonomia universitária, estabelecida na Constituição Federal, e implementar ações de mobilização e resistência à violação dessa autonomia, representada pela aprovação da MPV 147/2003, e sua decorrente conversão em lei, ao instituir o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior e definir as instâncias competentes para implementá-lo.

1.2. Ratificar, também, para essa resistência, seus instrumentos de referência política, pedagógica e metodológica: a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 2003) e o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (II CONED: Belo Horizonte-MG, novembro de 1997, e atualizações subsequentes, em 1999 e 2002).

2. Quanto ao Programa de Democratização do Acesso à Educação Superior, do MEC:

2.1 Assumir posição contrária à proposta “Universidade para Todos”, do MEC, a qual, a título de implementar seu “Programa de Democratização do Acesso à Educação Superior” para grupos “socialmente desfavorecidos”, agudizará o crescente e inadmissível processo de transferência de verbas públicas para as IES privadas, ao promover a “estatização” de vagas ociosas das instituições privadas por meio da extensão da renúncia fiscal que hoje beneficia a maioria das IES particulares (supostamente filantrópicas e sem fins lucrativos) a todas as demais IPES que vierem a aderir ao Programa.

3. Quanto a outras proposições relativas à “democratização da educação superior”, ao seu financiamento e à transferência de verbas públicas para as IES privadas:

3.1 Assumir posição contrária ao PL nº 2144, de 2 de outubro de 2003, de autoria do Deputado Coronel Alves (PL-AP), que “Disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para a Democratização do Ensino Superior – FDES”, e lutar por seu arquivamento, posto que institui a cobrança de mensalidades a alunos das IES públicas, com renda superior a 5 salários mínimos, de modo a constituir o Fundo de “Democratização” do Ensino Superior, a ser alimentado com os recursos assim arrecadados mas destinado à concessão de bolsas de estudos a alunos matriculados em IES privadas e tenham renda inferior a 5 salários mínimos.

3.2 Assumir posição contrária ao PL nº 2.736, de 10 de dezembro de 2003, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que “institui benefício fiscal para incentivo ao ingresso no ensino superior” por meio da destinação de 50% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, devida pelos estabelecimentos de ensino superior, para pagamento de anuidades escolares de estudantes universitários, e lutar pelo arquivamento definitivo desse projeto de lei.

3.3 Assumir posição contrária ao PL nº 2083, de 25 de setembro de 2003, de autoria do Deputado Paes Landim (PTB-PI), que “Altera a redação dos dispositivos que menciona da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta outros”, em função do caráter privatista dos acréscimos propostos e da retomada, nesse PL, de elementos de precarização da atividade docente, constantes de outra proposição do mesmo parlamentar.

4. Lutar contra a proposta de Decreto, elaborada, conjuntamente, pelos ministérios da Educação e da Ciência & Tecnologia, que regulamentará a Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, “que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”.

5. O ANDES-SN envidará todos os esforços, por meio da mobilização e atuação de todas as suas instâncias e estruturas, para que a proposta de atribuições e composição do Conselho Nacional de Educação, aprovada na

Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, seja debatida no Congresso Nacional e aprovada como lei.

TR-37 - A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES

Contribuição da professora Olgaíses Maués – Sindicalizada da ADUFPA S.Sind

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN deve:

- 1. Desenvolver ações imediatas junto ao Ministério da Educação com a finalidade de revogar a Portaria 1403 de 9 de junho de 2003, que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada.*
- 2. Revigorar a luta pela aprovação do PDL 385/00 que revoga o Decreto 3276/99, restabelecendo o papel das Universidades na formação dos profissionais da educação.*
- 3. Articular-se com as demais entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para que seja instituída uma política global de formação dos profissionais da educação em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira.*
- 4. Recomendar às Seções Sindicais que desenvolvam atividades visando esclarecer os profissionais da educação sobre os efeitos perversos da Portaria 1403/03.*

TR-38 - CONTRA A RÉ-FORMA UNIVERSITÁRIA É PRECISO CONHECIMENTO E AÇÃO!

Contribuição das professoras Cleier Marconsin, Mary Jane O. Teixeira, Suzana Padrão – sindicalizadas da ASDUERJ

- 1. Que as Ads promovam debates amplos e ações de combate nas universidades, de forma unificada com os técnico-administrativos e os estudantes;*
- 2. Que as Ads promovam atos municipais e regionais conjuntos contra a ré-forma universitária;*
Que as Ads mantenham os professores e a sociedade informados do conteúdo das propostas em debate no Congresso, através de boletins, circulares, cartilhas, etc;
- 3. Que as Ads preocupem-se em mobilizar os professores, em conjunto com outras entidades, para a participação em atos e ações a serem desenvolvidas em Brasília;*
- 4. Nas universidades onde as reitorias tenham posicionamento em defesa da universidade pública e gratuita, que se organize atividades conjuntas;*
- 5. Articulação permanente com a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública*

B) POLÍTICA SINDICAL

TR – 49 - MARXISMO DE GALINHEIRO

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

O 23º Congresso do ANDES-SN deve aprovar resolução condenando as posições da CUT contra a CLT como sendo neoliberais e de defesa do Capital, assim como a Reforma Trabalhista pleiteada pelo governo.

ITENS DO PLANO DE LUTAS

7 - Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais dos trabalhadores e pelos direitos

constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.

P - Contra a participação de representantes da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

3.18 - Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital, em âmbitos nacional e internacional.

3.19 - Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação.

3.25 - Fortalecer na CUT o pólo de ação política que vise à retomada, pela Central, dos rumos para a independência política frente ao governo e para a organização efetiva da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

TR -

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar a seguinte sentença e divulgá-la aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. Os argumentos falaciosos usado contra o imposto sindical têm como um dos seus fundamentos, uma concepção errada de sindicalismo, um sindicalismo pseudo revolucionário que na prática leva à uma exclusão elitista da maioria dos trabalhadores brasileiros.

TR -

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar a seguinte sentença e divulgá-la aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. A posição dos cutistas contra o imposto sindical está fundamentada numa ideologia pequeno burguesa inconsciente, não explicitada e não assumida e como tal fatalmente seria, como foi, usada para cumprir os desígnios neoliberais, como por exemplo, destruir a CLT.

TR –

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. A proteção do Estado é necessária ao trabalhador e a Unicidade é uma das formas de proteção.

2. A liberdade e a Autonomia devem ser entendidas como um aperfeiçoamento gradativo das relações com o Estado sempre no interesse do trabalhador e respeitando as condições concretas.

3. Há a necessidade de com a assessoria de juristas buscar a melhor forma de se desfazer a ambigüidade jurídica criada com a justaposição na Constituição de princípios conflitantes com

o espírito da CLT, de modo que isso não seja usado contra o trabalhador e beneficie máfias sindicais.

TR – O 3º Congresso do ANDES-SN deve aprovar resolução afirmando que a CLT é perfeitamente coerente com o pensamento de Marx. Tanto do ponto de vista do materialismo histórico onde o homem não escreve sua história como quer, como de sua teoria econômica onde os direitos inatos do homem, liberdade e igualdade, são na realidade a condição para a acumulação do capital, daí sendo necessária a proteção do Estado para proteger o trabalho.

C) POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL

TR - 26 - Para a manutenção e ampliação dos direitos sociais, somente a mobilização de todos

Diretoria do ANDES-SN

1 O 23 CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1.1 lute pela integralidade e universalidade da Seguridade Social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que fragmentam e mercantilizam essas ações, facilitando a sua privatização.

1.2 amplie, em caráter urgente, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais;

1.3 trabalhe em conjunto com os técnicos-administrativos e estudantes pela implantação do controle social nos HUs;

1.4 exerça pressão sobre os senadores nos estados para votarem contra a aprovação do PL 449/99, que destina 25% dos leitos dos HUs para os Planos de Saúde ou particulares, alertando-os sobre a falta de leitos hospitalares públicos com o conseqüente prejuízo para a população brasileira;

1.5 Intensifique a luta pela manutenção da Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado;

1.6 realize um diagnóstico sobre a implantação da reforma da Previdência nos estados;

1.7 lute pela continuidade da participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos Comitês e Fóruns Estaduais em Defesa da Previdência Pública, desenvolvendo ações unificadas para:

1.7.1 continuar a política de denúncia, em conjunto com as demais entidades do funcionalismo público, dos parlamentares que votaram contra o que defendemos tanto em relação à reforma da Previdência quanto a quaisquer outras reformas que retirem direitos dos trabalhadores;

1.7.2 formular estratégias para a defesa do Regime Geral da Previdência Social;

1.7.3 fazer um levantamento do que ainda falta regulamentar na PEC 67/03 e na PEC Paralela para a organização das intervenções;

1.7.4 lutar pela rejeição da regulamentação da Previdência Complementar;

1.7.5 acompanhar a movimentação dos sindicatos na constituição de fundos de pensão.

2 O 23º CONGRESSO delibera que as seções sindicais:

2.1 articulem-se com as entidades estaduais e municipais dos servidores públicos para encaminhar a luta contra a regulamentação e implementação de reformas previdenciárias nos moldes da EC 41/03;

2.2 estimulem ações para barrar as reformas previdenciárias nos moldes da EC 41/03 – no âmbito dos estados e municípios – onde existirem Fóruns em Defesa da Previdência Social Pública;

2.3 articulem-se com os servidores municipais e estaduais na perspectiva da criação de frentes para os embates nos estados e municípios;

2.4 articulem-se, paralelamente à participação dos Fóruns ou Frentes em Defesa da Previdência Social Pública, com entidades de servidores públicos, de trabalhadores da iniciativa privada e de movimentos sociais para a constituição de movimentos em defesa da Seguridade Social, revogação da EC 41/03 e construção de um sistema previdenciário com os princípios basilares defendidos pelo ANDES-SN;

2.5 busquem espaços nos meios de comunicação para divulgar a concepção do ANDES-SN sobre reforma da Previdência e sua avaliação da greve contra a PEC 40/03 por meio da atuação de sua assessoria de imprensa.

3 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN e suas seções sindicais:

3.1 denunciem o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais;

3.2 realizem seminários nacionais e regionais sobre a política de Assistência Social do governo Lula;

3.3 iniciem a luta para que nenhum benefício de assistência social seja inferior a um (01) salário mínimo;

3.4 iniciem discussão sobre como vem sendo implementado o SUS no Brasil;

3.5 articulem-se aos movimentos de luta em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social, garantindo sua destinação exclusivamente às unidades públicas;

3.6 manifestem-se formalmente contra toda medida governamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medidas no campo jurídico, quando se tornarem necessárias;

3.7 exijam o cumprimento da EC-29, conforme anunciado pelo Vice-Presidente da República na 12ª Conferência Nacional de Saúde;

3.8 reafirmem que os convênios de serviços de saúde particulares não devem ser adotados pelas seções sindicais;

3.9 façam levantamento da atenção à saúde do trabalhador nas IES;

3.10 criem comissões de saúde do trabalhador nas IES, com a participação dos técnicos-administrativos.

Recomendações - Que o ANDES-SN:

1 proponha à CNESF a realização do IV Encontro sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos;

2 realize o X Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN no ano de 2004.

D) HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

TR - 27 - ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO ANDES-SN

Diretoria do ANDES-SN

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN realize uma mostra de imagens e textos sobre as greves nacionais por ele protagonizadas que ficará disponível às seções sindicais e aos eventos nacionais do sindicato.

E) POLÍTICA AGRÁRIA

TR - 28 - POLÍTICA AGRÁRIA

Diretoria do ANDES-SN

1 O 23º CONGRESSO delibera que as seções sindicais organizem e/ou reestruturem GT locais de Política Agrária.

2 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

2.1 promova debates, articulados com outros setores organizados, sobre a questão agrária;

2.2 dinamize e estimule a produção teórica acerca da questão agrária;

2.3 contribua com a construção e estruturação da rede de pesquisadores sobre política agrária;

2.4 intensifique a cooperação e solidariedade com os movimentos sociais, particularmente com os movimentos do campo, dos indígenas, dos quilombolas, dos atingidos por barragens, entre outros que lutam por condições dignas de vida e preservação do meio ambiente;

2.5 desenvolva ações e campanhas contra a violência no campo e contra a criminalização dos trabalhadores e das organizações que lutam pela terra;

2.6 posicione-se contrariamente à aprovação do PL 2401/03, do Executivo, que estabelece a Política Nacional de Biossegurança, entre outras razões, por não exigir estudos sobre os impactos de materiais transgênicos sobre o meio ambiente e sobre a saúde e possibilitar o uso mercantilista de produção científica e tecnológica;

2.7 retome as articulações com entidades/movimentos internacionais que lutam pela questão da terra, especialmente com a Via Campesina, que no Brasil congrega o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre outros movimentos sociais.

F) POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

TR – 35 - A LUTA POR UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS

Diretoria do ANDES-SN

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

1. participe efetivamente da luta empreendida pelas entidades que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, solicitando que as seções sindicais estimulem a criação dos espaços locais da ação política – os comitês regionais/estaduais -, intensificando a divulgação e as articulações para o envolvimento de entidades locais.

2. exerça seu papel de agente estimulador, por meio das seções sindicais, para coordenar, juntamente com a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - ENECOS (ou representante dos estudantes de comunicação) e representantes do Conselho Federal de Psicologia, o processo de criação dos comitês regionais.

3. promova, por intermédio do GTCA, secretarias regionais, seções sindicais ou comitês regionais que venham a ser criados pelo FNDC, debates públicos sobre o significado da tecnologia digital na comunicação social eletrônica, a reestruturação do mercado de mídia no Brasil, a política de concessão de outorgas da radiodifusão e a revisão da legislação específica, o sentido concreto da existência de um serviço de televisão pública no país, o conteúdo ético da programação televisiva brasileira e a revisão crítica da atual política de radiodifusão comunitária.

4. participe da campanha nacional contra a criminalização dos movimentos sociais, representada principalmente pela revista Veja (Grupo Abril). O slogan da campanha é “Veja! Que Mentira”, e está sendo desenvolvida pelo FNDC, Intervezes, MST, ENECOS, UNE e CUT.

TR – 36 - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES

Diretoria do ANDES-SN

O 23º CONGRESSO aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, que exercerá as atribuições conferidas pelo 21º CONGRESSO, tenha a seguinte composição para o período 2004/2005:

a – Diretor representante da Diretoria: Antonio José Vale da Costa

b – Sindicalizado de base indicado pelo GTCA: Roberto Boaventura da Silva Sá

c – Especialista em comunicação sindical, indicado pela Diretoria: Luiz Martins da Silva (diretor de ética do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal).

d – Em caso de impedimento de qualquer membro, as instâncias deliberativas do Sindicato nomearão seu substituto.

G) CARREIRA DOCENTE

TR – 43 - QUALIDADE E REMUNERAÇÃO CAMINHAM JUNTOS

Contribuição Professor Marsílio de Alencar Sá Leitão - sindicalizado da ADUFEPE-SSind

1. O 23º Congresso do ANDES-SN delibera pela imediata reformulação da proposta de malha salarial a ser aplicada ao seu projeto de carreira docente, contido na edição atualizada do Caderno 2, e para tanto, encaminha ao GT-Carreira nacional a incumbência de realizar os estudos necessários.

1.1. A nova malha deverá ser construída com base em:

1.1.1 Salário do Professor Pleno, em dedicação exclusiva, igual a um percentual fixo do teto salarial federal. (Ver as tabelas-exemplo apresentadas no Texto de Apoio)

1.1.2 Degrau de 10% entre os níveis A e B de uma mesma classe.

1.1.3 Acréscimo de 100% entre os níveis A, de uma classe e da imediatamente superior.

1.1.4 Fator de multiplicação 3,10 na passagem de 20 horas para dedicação exclusiva, em um mesmo nível (O valor do fator é resultante da duplicação na passagem de 20 para 40 horas, acrescida de 55% referente à dedicação exclusiva).

1.2. A proposta resultante deverá ter a estrutura mostrada nas tabelas apresentadas a seguir, a título de exemplo.

Tabela 1 (100% do teto)

Carreira do ANDES	Professores em regime de 20 horas		Professores em regime de Dedicação Exclusiva	
	Fator de multiplicação	Salário em R\$	Fator de multiplicação	Salário em R\$
Auxiliar A	1,00	1107,87	3,10	3434,40
Auxiliar B	1,10	1218,66	3,41	3777,84
Assistente A	2,00	2215,74	6,20	6868,80
Assistente B	2,20	2437,32	6,82	7555,68
Adjunto A	3,00	3323,62	9,30	10303,20
Adjunto B	3,30	3655,97	10,23	11333,52
Associado A	4,00	4431,48	12,40	13737,60
Associado B	4,40	4874,63	13,64	15111,36
Professor Pleno	5,00	5539,35	15,50	17172,00

Tabela 2 (74% do teto)

Carreira do ANDES	Professores em regime de 20 horas		Professores em regime de Dedicação Exclusiva	
	Fator de multiplicação	Salário em R\$	Fator de multiplicação	Salário em R\$
Auxiliar A	1,00	820,65	3,10	2544,00
Auxiliar B	1,10	902,71	3,41	2798,40
Assistente A	2,00	1641,29	6,20	5088,00
Assistente B	2,20	1805,42	6,82	5596,80
Adjunto A	3,00	2461,94	9,30	7632,00
Adjunto B	3,30	2708,13	10,23	8395,20
Associado A	4,00	3282,58	12,40	10176,00
Associado B	4,40	3610,84	13,64	11193,60
Professor Pleno	5,00	4103,23	15,50	12720,00

2. O 23º Congresso do ANDES-SN delibera pela adoção de uma malha salarial construída na forma proposta no item 1, para a Campanha Salarial 2004, usando a seguinte estratégia de negociação:

2.1 Reajuste emergencial imediato, retroativo a janeiro de 2004, no percentual correspondente às perdas de 2003, como uma primeira etapa de implantação da nova malha.

2.2 Complemento da implantação da nova malha em cinco parcelas semestrais, iniciando no 2º semestre de 2004 e terminando no 2º semestre de 2006, portanto dentro do mandato do atual governo, respeitando-se a atualização do teto salarial tomado como base.

H) CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TR – 50 - ON-LINE TUPINIQUIM.

*Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.
O 23º Congresso do ANDES deverá aprovar resolução para ser enviada ao executivo, legislativo e judiciário e imprensa, pedindo a revisão e rediscussão do sistema de voto eletrônico.*

TR – 51 - ALERTA CONTRA A INSEGURANÇA DO SISTEMA ELEITORAL INFORMATIZADO

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

Em vista da gravidade das questões levantadas no manifesto acima e da respeitabilidade das assinaturas apostas ao documento, o 23º Congresso do ANDES-SN, delibera o seguinte:

- 1. Divulgar para todos os professores, associados ou não ao ANDES-SN, esse manifesto com os “links” para o “site” responsável por sua elaboração e divulgação, afim de que os professores possam se informar ainda melhor sobre a questão da fraude eletrônica. Caso a divulgação para os professores não sócios seja de difícil execução, procurar outros canais, como por exemplo, a ANDIFES para conseguir esse objetivo na medida do possível.*
- 2. Instalar um fórum permanente, com participação de suas secções sindicais, em todo território nacional, afim de discutir o sistema de votação eletrônico brasileiro.*

I) RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TR – 52 - Relações Internacionais A ALCA

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera assumir e divulgar as seguintes proposições:

- 1. A ALCA não é um bloco que surge da convergência dos interesses naturais de seus países membros como é o caso da EU. Pelo contrário é uma imposição forçada através de diversas formas de prepotência e chantagens pelo setor mais reacionário e fascista do capital imperialista mesmo prejudicando certos capitais internos americanos.*
- 2. Qualquer bloco na América Latina que surja do interesse verdadeiro de seus membros tem fatalmente que excluir os EUA. Como, por exemplo, o Mercosul.*
- 3. A proposta de Livre Comércio na ALCA é uma farsa, pois exclui a Livre Circulação da mercadoria mais importante que é a força-de-trabalho, o trabalhador que migra em procura de melhores salários assim como o capital migra em procura de maiores lucros. Essa deveria ter sido a condição preliminar para o Brasil iniciar qualquer diálogo sobre esse assunto com os EUA. A aceitação do Governo Brasileiro dessa farsa é um crime de lesa-pátria e de omissão de suas responsabilidades para com o cidadão brasileiro.*
- 4. A exigência de supressão das barreiras protecionistas americanas por parte do Brasil é ao mesmo tempo uma farsa e uma traição ao povo brasileiro. Uma farsa, porque a grande proteção e subsídio se dão é ao grande capital financeiro e ao monopolista de tecnologia de ponta através de formas medievais e sórdidas, das quais fazem parte os “acordos” do FMI, lei de patentes e outras excrescências impostas*

por chantagem, inclusive militar. Uma traição justamente porque o Brasil está justamente condenando as únicas formas que os países periféricos podem usar para se proteger e deveria já estar usando essas formas para desenvolver e fortalecer seu mercado interno.

5. Sem o Brasil a ALCA não existe. O Brasil está, portanto sendo usado como agente dos EUA para forçar os países menores a aceitarem a ALCA e traindo seus parceiros do MERCOSUL. É uma posição desmoralizante para o Brasil. A bandeira brasileira está sendo usada para legitimar uma traição a todos os princípios de soberania de um povo. Como dizia Castro Alves: “Antes te houvessem roto na batalha, do que servires a um povo de mortalha**”.**

6. Como consequência do que foi dito acima, o Brasil deve se retirar unilateralmente da ALCA.

RATEIO DO 23º CONGRESSO

Nº	Seção Sindical	Nº Filiados	Nº Delegados Permitido	Nº Delgados Presentes	Fator	COTA	Taxa Observador	Passagem Aérea/Terres	Pagar Receber (-)
NORTE 1									
1	ADUNIR	237	4	1	1,0	2.456,26	0,00	3.332,00	-875,74
2	ADUFAC	286	5	2	2,0	4.912,52	0,00	7.208,00	-2.295,48
3	SESDUF-RR	151	3	3	3,0	7.368,78	0,00	12.966,00	-5.597,22
4	ADUA	830	8	4	4,0	9.825,04	0,00	15.200,00	-5.374,96
NORTE 2									
5	ADFCAP	120	3	1	1,0	2.456,26	0,00	2.972,00	-515,74
6	SINDUFAP	88	2	2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
7	ADUFPA	1.451	9	9	9,0	22.106,34	0,00	26.748,00	-4.641,66
NORDESTE I									
8	SINDURCA	57	2	2	0,0	0,00	20,00	0,00	20,00
9	APRUMA	924	8	3	3,0	7.368,78	0,00	7.848,00	-479,22
10	SINDUECE	55	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
11	ADUFPI	1.237	9	6	6,0	14.737,56	0,00	14.820,00	-82,44
12	ADUFC	1.934	10	10	10,0	24.562,60	0,00	20.520,00	4.042,60
13	ADCESP	350	5	1	1,0	2.456,26	0,00	2.470,00	-13,74
14	ADUNIFOR	259	4	2	2,0	4.912,52	0,00	4.104,00	808,52
15	SINDCEFET-PI	33	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
NORDESTE II									
16	ADUFERPE	580	7	7	7,0	17.193,82	100,00	9.646,00	7.647,82
17	ADUFEPE	1.860	10	10	10,0	24.562,60	40,00	13.780,00	10.822,60
18	ADUFPB	2.032	11	11	11,0	27.018,86	0,00	16.104,00	10.914,86
19	ADFURRN/ADUERN	572	7	2	2,0	4.912,52	0,00	3.944,00	968,52
20	ADURN	2.027	11	11	11,0	27.018,86	0,00	21.692,00	5.326,86
21	ADUFCG	830	8	5	5,0	12.281,30	0,00	7.320,00	4.961,30
22	ADUEPB	519	7	3	3,0	7.368,78	0,00	4.392,00	2.976,78
23	ADUPE	779	8	3	3,0	7.368,78	0,00	4.134,00	3.234,78
NORDESTE III									
24	APUB	2.531	12	12	12,0	29.475,12	160,00	0,00	29.635,12
25	ADUSC	346	5	4	4,0	9.825,04	0,00	480,00	9.345,04
26	ADUFAL	1.101	9	1	1,0	2.456,26	0,00	130,00	2.326,26
27	ADUFS-SE	680	7	7	7,0	17.193,82	40,00	630,00	16.603,82
28	SINDFUNESA	80	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADUFS-BA	485	6	1	1,0	2.456,26	0,00	20,00	2.436,26
30	ADUNEB	460	6	6	6,0	14.737,56	180,00	0,00	14.917,56
31	ADUCSAL	351	5	5	5,0	12.281,30	80,00	0,00	12.361,30
32	ADUSB	496	6	3	3,0	7.368,78	0,00	480,00	6.888,78
PLANALTO									
33	APUG	160	3	1	1,0	2.456,26	0,00	1.938,00	518,26
34	ADUNB	1.385	9	9	9,0	22.106,34	20,00	16.722,00	5.404,34
35	ADUFG	1.683	10	9	9,0	22.106,34	0,00	17.442,00	4.664,34
36	ADCAC	84	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
37	ADCAJ	75	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00

	PANTANAL								
38	ADUFMAT	1.180	9	9	9,0	22.106,34	0,00	23.310,00	-1.203,66
39	ADOURADOS	96	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
40	ADUNEMAT	368	5	2	2,0	4.912,52	0,00	5.180,00	-267,48
	LESTE								
41	SINDCEFET-MG	449	6	6	6,0	14.737,56	20,00	10.116,00	4.641,56
42	ASPUV	887	8	5	5,0	12.281,30	0,00	8.430,00	3.851,30
43	ADUFU	1.245	9	9	9,0	22.106,34	0,00	19.926,00	2.180,34
44	APES-JF	982	8	8	8,0	19.650,08	20,00	20.720,00	-1.049,92
45	APUBH	2.726	12	12	12,0	29.475,12	40,00	20.232,00	9.283,12
46	ADUFLA	371	5	2	2,0	4.912,52	0,00	3.372,00	1.540,52
47	ADUFOP	321	5	1	1,0	2.456,26	0,00	1.686,00	770,26
48	ADFUNREI	205	4	4	4,0	9.825,04	20,00	6.744,00	3.101,04
49	ADUFES	1.161	9	7	7,0	17.193,82	0,00	11.074,00	6.119,82
	RIO DE JANEIRO								
50	ADUFF	2.562	12	12	12,0	29.475,12	20,00	23.448,00	6.047,12
51	ADUR-RJ	684	7	7	7,0	17.193,82	0,00	13.678,00	3.515,82
52	ASDUERJ	1.457	9	8	8,0	19.650,08	0,00	15.632,00	4.018,08
53	ADUNIRIO	621	7	6	6,0	14.737,56	0,00	11.724,00	3.013,56
54	ADUFRJ	3.391	13	13	13,0	31.931,38	0,00	25.402,00	6.529,38
55	ADCEFET-RJ	520	7	1	1,0	2.456,26	0,00	1.954,00	502,26
	SÃO PAULO								
56	ADUNESP	1.570	10	6	6,0	14.737,56	0,00	13.812,00	925,56
57	ADUSP	2.949	12	7	7,0	17.193,82	0,00	16.114,00	1.079,82
58	ADUNICAMP	1.990	10	8	8,0	19.650,08	0,00	17.872,00	1.778,08
59	ADUNIMEP	435	6	4	4,0	9.825,04	0,00	9.370,00	455,04
60	ADUNIFESP	515	7	2	2,0	4.912,52	0,00	4.604,00	308,52
61	ADUFSCAR	695	7	7	7,0	17.193,82	0,00	15.870,40	1.323,42
62	APESFUNEC	60	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
63	ADFATEC	451	6	1	1,0	2.456,26	0,00	2.302,00	154,26
	SUL								
64	APUFSC	2.295	11	11	11,0	27.018,86	60,00	28.600,00	-1.521,14
65	ADUNIOESTE	34	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
66	ADUFPR	2.461	11	11	11,0	27.018,86	0,00	26.884,00	134,86
67	ADUNICENTRO	80	2	2	0,0	0,00	20,00	0,00	20,00
68	SINDOCEFET-PR	1.044	9	9	9,0	22.106,34	60,00	21.996,00	170,34
69	ADUEL	398	5	2	2,0	4.912,52	0,00	5.104,00	-191,48
	RIO GRANDE DO SUL								
70	ADUFPEL	1.122	9	9	9,0	22.106,34	20,00	25.974,00	-3.847,66
71	APROFURG	690	7	5	5,0	12.281,30	0,00	14.430,00	-2.148,70
72	ADUFRGS	2.691	12	12	12,0	29.475,12	0,00	34.032,00	-4.556,88
73	SEDUFMS	1.170	9	4	4,0	9.825,04	0,00	11.544,00	-1.718,96
						362,0	920,00	708.178,40	

PREVISÃO DE DESPESAS 23º CONGRESSO

Especificação	Previsão
1 - PESSOAL	
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)	
Passagens aéreas/Hospedagem (5 funcionários)	8.302,80
Diárias (5 funcionários)	2.800,00
Hora extras (5 funcionários)	16.000,00
Táxi	1.000,00
	28.102,80
APUB	
Horas extras (10 funcionários)	3.700,00
Alimentação	1.000,00
	4.700,00
Apoio	
Pessoal Limpeza	500,00
Transporte	100,00
	600,00
2 - COMUNICAÇÃO	
Instalação de linhas telefônicas	0,00
Internet (Provedor)	0,00
Conta telefônica	2.600,00
	2.600,00
3 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	11.417,36
Correios	927,40
Cartaz, Faixas, Bandeiras, Banners	5.894,12
Veiculação de out door	1.730,00
	19.968,88
4 - INFRAESTRUTURA	
Estrutura Física	
Aluguel de Bebedouros	200,00
Aluguel cadeiras e tabladós	7.300,00
Transporte	700,00
	8.200,00
Prestação de Serviços	
Fornecimento Café	1.842,00
Assistência Médica	7.524,00
Coffee Break	10.800,00
Banda Malê Debalê	3.000,00
Translado da Banda	214,28
Limpeza (Centro de Convivência)	350,00
Combustível	500,00
Translado de Representantes de Movimentos Sociais	410,00
Carro Som (Passeata)	135,00
Estilo Viagens e Turismo Ltda	74.615,00
Alimentação e Bebidas; Equipamentos; Sonorização; Pessoal	

de Apoio; Técnicos de Informática; Filmagem; Montagem de rede; Decoração; Camisetas; Bolsas; Canetas; Crachás; Banner; Faixas; Material de Informática; Blocos	
	99.390,28
Material de Consumo	
Água Mineral	700,00
Material de Limpeza e Copa	530,42
Material de Escritório	579,35
	1.809,77
Total	165.371,73

RESUMO DA PREVISÃO DE DESPESAS

ITENS	RECEITA	DESPESA
1 - Pessoal		33.402,80
2 - Comunicação		2.600,00
3 - Imprensa e Divulgação		19.968,88
4 - Infraestrutura		109.400,05
		165.371,73
Receita de Observadores	920,00	
Total de Gastos na Organização		165.371,73
Margem de Segurança (10%)		16.537,17
Transporte de Delegados		708.178,40
Valor a ser rateado		889.167,30
Taxa de rateio		2.456,26

José Vitório Zago
1º Tesoureiro ANDES-SN

Antônio da Silva Câmara
Presidente

CADERNO DE TEXTOS

23º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional

Salvador - BA, 4 a 9 de março de 2004.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 3º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 322-7561

Fax: (061) 224-9716

Gestão 2002/2004

Presidente: Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Secretária Geral: Celi Zulke Taffarel

1º Tesoureiro: José Vitório Zago

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Antônio José Vale da Costa

Revisora responsável pelos textos da Diretoria: Maria Margarida Pinto Coelho

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Apresentação

Se não conseguirmos defender velhas posições, jamais conquistaremos novas!

Os contornos dados ao ANDES-SN desde a sua fundação, em 20/01/1981 (à época, a Associação de Docentes), expressaram o propósito e a vocação de uma entidade que representasse todos “os professores das Instituições de Ensino Superior do Brasil” e que não tivesse uma atuação exclusivamente corporativa ou restringida pelos interesses meramente econômicos dos docentes.

As propostas aprovadas no I Encontro Nacional de Associações de Docentes - ENAD, em 1979, por exemplo, abordavam questões desde reajuste salarial até anistia política, filiação ao DIEESE e participação na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT. Além de uma atuação e formulação política articulada com a classe trabalhadora, o ANDES-SN apresentou-se como instrumento de luta dos docentes rejeitando o caráter assistencialista e atrelado ao Estado até então predominante nas entidades dos trabalhadores. A independência e a autonomia reivindicadas nunca foram mera simbologia, mas valores constituídos por uma prática histórica que aprendeu a desconfiar dos atalhos políticos. Os docentes fizeram essa escolha, pois optaram pelo enfrentamento com o regime militar, com o sindicalismo pelego, com o peso do imperialismo no país, com a espoliação econômica e social sobre os trabalhadores, com o abastardamento do trabalho intelectual. Elaborando princípios, posições e proposições em seus eventos, o ANDES-SN buscou implementar sua visão junto aos movimentos sociais e defendê-la frente aos governos, marcando a história do Brasil com um lastro de dezenas de milhares de pessoas que se mobilizaram em passeatas, manifestações, greves e ocupações. Nas experiências dessas duas décadas de existência forjamos nossa identidade, construímos nossas posições – hoje, velhas posições !

Na realização do 23º CONGRESSO, mais de 20 anos depois da fundação do ANDES, todo esse patrimônio de luta está ameaçado. De um modo geral, sempre esteve. De um modo particular, os ataques são mais ferozes e letais. O projeto político que inspira o Planalto vem concretizando a expropriação da classe trabalhadora numa escala que os mais pessimistas nunca cogitaram. Nesse sentido, a reforma da Previdência foi um ensaio geral que permitiu, como ação política, que compreendêssemos que as mudanças em curso não são conjunturais. Tal reforma não foi simples objeto de saneamento fiscal, como querem alguns. De modo mais perverso, trata-se de um fato que se integra a um movimento mais amplo de recomposição do capital, que exige o corpo, a alma e os instrumentos de luta dos trabalhadores. Ali não tentaram nos arrancar apenas o direito à aposentadoria, mas procuraram anular nossa capacidade de contrariar, de dizer não, de resistir, de ter alternativa aos planos do capital. Portanto, naquele combate nunca esteve colocada a possibilidade do diálogo, sequer da pressão para que o governo mudasse de idéia, porque, mais do que atender às exigências do FMI de transformar nossa seguridade social num veio de exploração para o capital, a tarefa governamental impunha a tentativa de destruir nossas velhas posições !

Neste ano de 2004, a investida governamental toma como alvo as universidades e a independência dos sindicatos. Para as universidades, o conteúdo revelado no documento do Grupo de Trabalho Interministerial indica, entre outros aspectos privatistas, a cobrança de mensalidades (travestidas de contribuições voluntárias e não-voluntárias), a contratação de docentes por meio de bolsas, a fragmentação da carreira docente das IFES e a desresponsabilização do Estado por meio da regulamentação da captação de recursos (fundações de apoio, fundos empresariais para o ensino superior, e financiamento por meio de

contrato de gestão). Se esta concepção se enraíza definitivamente nas universidades, o fundamento da autonomia pelo qual lutamos é solapado.

O projeto de reforma sindical resultante do FNT, em síntese, substitui a unicidade sindical imposta por lei pelo sindicato orgânico imposto por lei. Tenta submeter os sindicatos de base à arbitragem das centrais e cria, para estas, a independência financeira em relação aos sindicatos, regulamentando formas de captação de recursos tais como a utilização de verbas do FAT, o estabelecimento de convênios assistencialistas (como o que a CUT acertou com os Bancos e com o governo), e a implantação da Contribuição Negocial (contribuição sindical de até 12% sobre as negociações coletivas). Regulamenta o direito de greve, eliminando-o pela necessidade imperiosa de uma negociação permanente cujo princípio é o de extirpar o conflito, negando-o. Realizada a reforma sindical, a reforma trabalhista virá em 2005 e a sua base estará resumida na sobreposição dos contratos coletivos à legislação trabalhista, flexibilizando as leis de proteção ao trabalho que restaram após o governo FHC. Se concretizada esta nova situação, nossa voz será a voz da burocracia sindical das centrais. Se a reforma sindical e trabalhista for concretizada nos moldes acima, tentarão “suspender” a capacidade de luta provida por nosso sindicato, tal qual tentaram “suspender” nosso registro sindical.

Finalmente, sendo o 23º CONGRESSO um momento de definição dos rumos do Movimento Docente a ser celebrada nos debates, no exame das posições políticas e nas urnas, nossa história (passado, presente e futuro) estará em evidência. A escolha feita há mais de 20 anos sofre, no contexto dessas reformas, a pressão de um governo que não tolera o mínimo de divergência, de questionamento e de diálogo. E contra os que acreditam que este governo será um governo dos trabalhadores desde que nós o pressionemos, sem tréguas e incessantemente, opomos intransigentemente a independência e autonomia de nosso sindicato. Se não conseguirmos defender nossas velhas posições, jamais conquistaremos novas!

Recebam nossos desejos mais sinceros de aprofundar o debate dos desafios que ganham relevo na conjuntura para melhor compreendê-la e, assim, construir estratégias de enfrentamento.

Bom congresso!

A LUTA CONTINUA

A Diretoria

SUMÁRIO

Cronograma e Pauta	
Regimento do 23º Congresso	
MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 1 – Movimento Docente e Conjuntura – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 2 – Imperialismo, Globalização e Pós-Modernidade – parâmetros para a análise da terceira fase do capitalismo - <i>Contribuição dos profs. José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior (sindicalizados à ADUFOP SSind).</i>	
Texto 3 - Lula e retorno ao grande nada - <i>Contribuição do professor Raimundo Nonato Nunes – sindicalizado da ADURN S.Sind.</i>	
Texto 4 – Traição ou lógica – <i>Contribuição do professor Edmundo Dias - sindicalizado da ADUNICAMP</i>	
TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
Texto 5 – Eixos do Plano Geral de Lutas – <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 6 – Plano de Lutas do Setor das IEES – <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 7 – Plano de Lutas do Setor das IFES – <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 8 – Plano de Lutas do Setor das IPES – <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 9 – Recomposição Salarial - <i>Contribuição da Assembléia Geral da ADUFRGS de 20/1/04</i>	
Texto 10 – Construindo uma agenda possível - <i>Contribuições dos professores Abraão Garcia Gomes (ADUFG), Amarílio Ferreira Júnior (ADUFSCar), Aurélio Lacerda (APUB), Benito Moreira de Azevedo (ADUFC), Cassia Damiani (ADUFC), Daniela Marzola Fialho (ADUFRGS), Denis Luis de Paula Santos (ADUFSCar), Edilza Joana Fontes (ADUFPA), Eduardo Rolim de Oliveira (ADUFRGS), Eliane Leão (ADUFG), Fernando Artur Neves (ADUFPA), Fernando Pereira dos Santos (ADUFG), Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar), Helena Serra Azul Monteiro (ADUFC), Jaime Rios (ADUFOP), Maria Auxiliadora Campos (ADUPE), Milton Muniz (APUFSC), Mirtes Mirian Amorim (ADUFC), Osmar Marchesi (ADUNICAMP), Paulo de Tarso (ADUFPA), Pere Petit (ADUFPA), Socorro Coelho (ADUFPA), Tânia Lúcia Hirochi (APUBH).</i>	
Texto 11 – A nova CUT e o movimento sindical docente - <i>Contribuição do professor Carlos Alberto da Fonseca Pires – Primeiro-Secretário da SEDUFMS</i>	
Tema II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 12 – Alterações no Estatuto do ANDES-SN e acréscimo de artigo nas disposições transitórias - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 13 – Fundo de Solidariedade - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 14 – Participação das seções sindicais com menos de 100 sindicalizados em rateios de CONAD e CONGRESSOS - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 15 – Homologação de Transformação/Criação de Seções Sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 16 – Prestação de Contas do 47º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 17 – Sede do 24º Congresso - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	

Texto 18 – Inscrições nos Grupos de Trabalho - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 19 – Regimento eleitoral - Eleições Diretoria Biênio 2004/2006 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
Texto 20 – Política Educacional: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 21 - A Reforma universitárias e as universidades públicas estaduais do Paraná - <i>Contribuição da Diretoria da ADUNIOESTE-Seção Sindical.</i>	
Texto 22 – Classe, Etnia e Gênero - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 23 - ANDES-SN e a plataforma feminista: aproximações - <i>Contribuição da professora Maria Inês Marques – sindicalizada da APUB S.Sind.</i>	
Texto 24 - Política e Formação Sindical - Acabar com a unicidade sindical obrigatória para impor o sindicato orgânico obrigatório: a reforma sindical do governo Lula - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 25 – Para onde foi a CUT? Para onde vai o ANDES? - <i>Contribuição dos professores Amadja Henrique Borjes, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson Lima da Silva, Gilson de Vasconcelos Torres, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Lincoln Moraes de Souza, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria - sindicalizados da ADURN S. Sind.</i>	
Texto 26 – Seguridade Social - Para a manutenção e ampliação dos direitos sociais, somente a mobilização de todos - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 27 - Organização da memória do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 28 - Política Agrária - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO DOS TRs

TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
TR - 5 – Eixos do Plano Geral de Lutas.	
TR - 6 – Plano de Lutas do Setor das IEES.	
TR - 7 – Plano de Lutas do Setor das IFES.	
TR - 8 – Plano de Lutas do Setor das IPES.	
TR - 9 – Recomposição Salarial.	
TR - 10 – Construindo uma agenda possível.	
TEMA II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR - 12 – Alterações no Estatuto do ANDES-SN e acréscimo de artigo nas disposições transitórias.	
TR - 13 – Fundo de Solidariedade.	
TR - 14 – Participação das seções sindicais com menos de 100 sindicalizados em rateios de CONAD e CONGRESSOS.	
TR - 15 – Homologação de Transformação/Criação de Seções Sindicais.	
TR - 16 – Prestação de Contas do 47º CONAD.	
TR - 17 – Sede do 24º Congresso.	
TR - 19 – Regimento eleitoral - Eleições Diretoria Biênio 2004/2006	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
TR - 20 – Política Educacional: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso -	
TR - 21 - A Reforma universitária e as universidades públicas estaduais do Paraná .	
TR - 22 – Classe, Etnia e Gênero	
TR - 23 - ANDES-SN e a plataforma feminista: aproximações	
TR - 24 - Política e Formação Sindical - Acabar com a unicidade sindical obrigatória para impor o sindicato orgânico obrigatório: a reforma sindical do governo Lula	
TR - 25 – Para onde foi a CUT? Para onde vai o ANDES?	
TR - 26 – Seguridade Social - Para a manutenção e ampliação dos direitos sociais, somente a mobilização de todos.	
TR - 27 - Organização da memória do ANDES-SN	
TR - 28 - Política Agrária	

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 23º CONGRESSO

4/3 5ª feira	5/3 6ª feira	6/3 Sábado	7/3 Domingo	8/3 2ª feira	9/3 3ª feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária Inicial Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 12h	Grupos Mistos Tema III 9h às 12h	Plenária do Tema I 9h às 12h	Plenária do Tema III 9h às 12h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema II 14h às 17h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Plenária do Tema I 14h às 17h	Plenária do Tema III 14h às 17h
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 21h às 23h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Livre	Plenária do Tema II 19h às 22h	Plenária de Encerramento 19h às 22h

Temário:

- Movimento Docente e Conjuntura
- Tema I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores.
- Tema II - Questões Organizativas e Financeiras
- Tema III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

REGIMENTO DO 23º CONGRESSO

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º O 23º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, previsto no inciso I do art. 13 do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do art. 30 do Estatuto do ANDES-SN, reúne-se de 4 a 9 de março de 2004, na cidade de Salvador (BA), na cidade de Salvador (BA), organizado pela APUB - SEÇÃO SINDICAL.

Art. 2º O 23º CONGRESSO do ANDES-SN tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º São atribuições do 23º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do art. 15 do Estatuto do ANDES-SN:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S. Sinds, observado o disposto no art. 46 do Estatuto do ANDES-SN;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º São participantes do 23º CONGRESSO:

I – delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto:

a) um(a) por diretoria de Seção Sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (inciso I, art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN;

b) delegados de base de cada S.SIND. ou AD-S. Sind. (inciso II, art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17. do Estatuto;

c) representantes dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (inciso III, art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 23º CONGRESSO, com direito à voz;

III – os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou ADs-S. Sinds e Secretarias Regionais, com direito à voz. Estes(as) deverão ter seus nomes indicados na ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 23º CONGRESSO;

IV – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 23º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só podem ser substituídos(as), durante a realização do 23º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 23º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembléias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembléias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 23º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou Secretaria Regional comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º O Presidente do ANDES-SN preside o 23º CONGRESSO, com direito à voz e voto em suas sessões, e os demais membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN dele participam com direito à voz e sem direito a voto.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 6º O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou Ads-S.SIND. do ANDES-SN e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao 23º CONGRESSO encerrar-se-á às 20h do dia 4 de março de 2004.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembléia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as) será exigida ata (ou extrato), e no caso de não ter havido assembléia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. indicando os(as) mesmos(as).

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até a instalação da Plenária de Instalação que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V

Do Funcionamento

Seção I

Dos órgãos

Art. 7º São órgãos do 23º CONGRESSO:

I – As Comissões:

a) Organizadora

b) Diretora.

II – Os Grupos Mistos.

III – As Plenárias.

§ 1º As Comissões, Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 23º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 23º CONGRESSO.

§ 3º O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 23º CONGRESSO é de metade mais um dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação após verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 8º A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da APUB - SEÇÃO SINDICAL e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN, indicados(as) pela Secretaria Geral e pela Tesouraria do ANDES-SN.

Art. 9º É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infra-estrutura necessária à realização do 23º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 23º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 23º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV – participar da Comissão Diretora;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 23º CONGRESSO.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 23º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SN e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 23º CONGRESSO;

II – decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição do delegado ao CONGRESSO;

III – elaborar a prestação de contas do 23º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 23º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 23º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, e pelo Presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito à voz e a voto;

II – Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as), via Secretaria Regional, com direito à voz;

III – Diretores(as) do ANDES-SN, com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma S. Sindical ou AD-S. Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) Coordenador(a), 1 (um/uma) Relator(a) e 1 (um/uma) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) Secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser, excepcionalmente, um(a) observador(a) credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 23º CONGRESSO, observado o *quorum* de metade mais um dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o *quorum* mínimo será de 30% dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de metade mais um dos(as) delegados(as).

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião para entregar à Comissão Diretora, o Relatório Consolidado de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Parágrafo único. Excetua-se do prazo estabelecido no caput deste artigo os Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 20. A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

§ 1º Será obrigatoriamente lavrada ata da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos.

§ 2º A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 23º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos;

III – as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e Relatores(as).

§ 1º Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas Plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do 23º CONGRESSO.

§ 3º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22. O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do 23º CONGRESSO.

Art. 23. A duração dos Grupos Mistos dos Temas I, II e III será de 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, no seu total e a seu critério quanto ao período, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 23º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito à voz e a voto;

II – Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora com direito à voz; e

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 23º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) Presidente, 1 (um/uma) Vice-Presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) Secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 23º CONGRESSO ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

§ 3º As deliberações observam a maioria simples dos(as) delegados(as) presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no art. 21 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 26. Compete ao(a) Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária, e

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) Secretário(a):

I - preparar junto com o(a) Presidente a Ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

III – o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) Secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da sessão Plenária.

III – a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

a) Plenária de Abertura - 2 (duas) horas,

b) Plenária de Instalação - 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

c) Plenária Inicial e Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura – 4 (quatro horas), com possibilidade de prorrogação por mais uma hora;

d) Plenária do Tema I - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;

e) Plenária do Tema II - 6 (seis) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;

f) Plenária do Tema III - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total; e

g) Plenária de Encerramento - 3 (três) horas.

§ 1º A Plenária de Encerramento poderá ter seu início antecipado, por deliberação da Plenária anterior;

§ 2º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

§ 3º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 4º Compete à Plenária de Instalação:

a) aprovar o Regimento e Cronograma do 23º CONGRESSO;

b) deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 23º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

c) deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 23º CONGRESSO;

Art. 31. A verificação do quorum, no início das Plenárias do 23º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou SR, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 minutos do horário previsto para o início das Plenárias, será recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista;

§ 2º A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) Delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos(as) delegados(as) presentes, em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do art. 21.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do Sindicato Nacional terão de ser aprovadas por mais de cinquenta por cento (50%) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 23º CONGRESSO, conforme dispõe o art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 23º CONGRESSO, até as 19 (dezenove) horas do dia 8 (oito) de março de 2004, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 23º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até as 12 (doze) horas do dia 9 (nove) de março de 2004.

§ 2º A critério da Plenária, podem ser acrescidas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º Das declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 23º CONGRESSO, para divulgar o seu Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 23º CONGRESSO do ANDES-SN.

Salvador, 4 de março de 2004.

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

1. O imperialismo norte-americano e sua coalizão de cúmplices voluntários estão imersos no pântano do Iraque ocupado e na resistência. O mesmo destino enfrenta a estratégia norte-americana de uma “guerra infinita contra o terrorismo”, cujos objetivos eram, por meio da invasão e ocupação do Iraque, redesenhar o mapa político do Oriente Médio e reorganizar as relações internacionais entre Estados e classes no mundo pós-Guerra Fria, de acordo com os interesses capitalistas norte-americanos e as necessidades da crise do sistema capitalista. A contínua e crescente resistência do povo iraquiano contra as forças de ocupação transforma o Iraque de base para a reorganização imperialista do Oriente Médio em fator maiúsculo de desorganização e desestabilização na região e internacionalmente. A euforia de Bush e de seus cónsules pela captura de Saddam Hussein ressalta o grau de confusão norte-americana no Iraque. Serviu para amortecer por pouco tempo a desmoralização à qual chegara a ocupação militar, mas não resolve nenhuma das contradições que enfrenta. Não se encontrou nenhuma evidência de que Saddam estivesse dirigindo a resistência popular. Os últimos golpes da resistência iraquiana desataram um clima de nervosismo em Washington. As respostas militares norte-americanas são inúteis porque os EUA carecem de um perfil da crescente insurreição, não sabem contra quem combatem. A captura de Saddam nem sequer atenuou o antagonismo entre os impérios: os EUA excluíram os governos adversários das licitações para a reabilitação da infra-estrutura do Iraque, mas insistem para que “perdoem” a dívida externa iraquiana. A ocupação norte-americana do Iraque é um ponto de concentração das poderosas contradições do capital mundial. Para financiar uma saída para a crise norte-americana, o governo Bush recorreu à desvalorização do dólar e, assim, de sua dívida externa em dólares. A “guerra infinita” requer também o confisco infinito. A ameaça de um “novo Vietnã” para o imperialismo estadunidense aprofunda a crise política dentro da metrópole norte-americana e de seu acólito, o governo de Blair na Grã-Bretanha; divide as classes governantes, aguça o conflito entre a Europa e os EUA, dá ímpeto ao movimento contra a guerra, que continua de pé, e acelera internacionalmente a tendência às rebeliões revolucionárias.

A crise econômica e a política mundial

2. Na Palestina ocupada, o “mapa da estrada” de Bush para terminar com a Intifada e impor a autoridade imperialista-sionista sobre as massas palestinas fracassou, junto com o governo palestino colaboracionista de Abu Mazen. O infame Muro da Vergonha, que o regime de *apartheid* sionista de Sharon está construindo e a enorme crise econômica, com seus efeitos devastadores nas condições de vida dos próprios judeus, são manifestações da situação regional. O “plano de paz de Genebra” é uma tentativa de reviver os acordos de Oslo em termos mais desfavoráveis para as aspirações nacionais palestinas, e de ajudar os imperialistas norte-americanos e seus aliados sionistas no impasse que enfrentam no Iraque e no Oriente Médio. Estabelece a fronteira entre Israel e Palestina na “linha verde” da ONU de 1949; divide Jerusalém; cria um “Estado palestino desmilitarizado” (junto a Israel, que conta com armas atômicas) no qual se instalará uma “força multinacional”; reconhece a soberania israelense sobre os maiores assentamentos existentes na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental (seriam retirados 115.000 dos 400.000 colonos atualmente existentes); permite a instalação de bases militares israelenses na Cisjordânia; aceita a manutenção de presos palestinos durante um período de até 30 anos e, finalmente, abandona a reivindicação do retorno dos refugiados para suas cidades e povoados de origem. Mas o Estado sionista se vê frente à maior crise econômica de sua história. A produção cai, o déficit fiscal aumenta, produzindo uma onda maciça de falências.¹ A escalada de assassinatos de militantes palestinos, a destruição de propriedades e o empobrecimento crescente das massas nos territórios, junto à construção do Muro, produziram o fortalecimento da resistência dos grupos palestinos e um movimento de massa em defesa de Arafat, a quem Israel quer liquidar tanto política como fisicamente.

¹ 2500 empresas israelenses fecharam, o desemprego atinge 12% da população, um terço da população israelense se encontra abaixo dos níveis de pobreza.

3. A desestabilização produzida pela guerra alimentou a crise irresoluta na Rússia pós-soviética e em todo o antigo espaço da URSS. Putin desatou uma guerra sangrenta na Chechênia; impôs o monopólio estatal da informação e “apertou” a imprensa; limitou os poderes quase ilimitados dos governadores; acentuou a aliança com os EUA, a quem apoiou irrestritamente na chamada “guerra contra o terrorismo” e na invasão do Afeganistão. Passados três anos, qual é o balanço? Durante a primeira metade de 2003, pela primeira vez desde o início da restauração, a Rússia teve um ingresso líquido de capitais (isto é, o montante do investimento externo superou a fuga de divisas dos oligarcas russos) da ordem de 35 bilhões de dólares. Nesse mesmo período, o índice da Bolsa de Moscou cresceu 41%, um dos mais altos em todo o mundo. A bonança durou pouco. No terceiro trimestre, registrou-se uma saída líquida de capitais de 7 bilhões, no seguinte trimestre, de 13 bilhões, a Bolsa moscovita desinflou. Na Chechênia, a guerra não resolveu nada. A chamada “fronteira sul” (Geórgia, Azerbaijão, Casaquistão e as repúblicas soviéticas da Ásia Central) escapa ao controle do Kremlin sob a pressão dos interesses petrolíferos promovidos pelos EUA. A economia russa sofre um retrocesso marcante. A tendência das regiões exteriores de separar-se da Rússia, o peso crescente dos norte-americanos na Ásia Central, a crise econômica, mostram o fracasso de Putin em impor os objetivos do golpe de 1999. A crise russa volta a converter-se em fator de primeira ordem da crise mundial. Na Geórgia, sob a pressão de uma mobilização popular, que ocupou a praça central de Tiflis, um golpe de Estado forçou a renúncia do presidente Shevardnadze. A Geórgia constitui uma peça-chave na “política do petróleo” dos EUA para a Ásia Central, os EUA destacaram forças armadas especiais, com o objetivo de “instruir” o exército georgiano, mas o objetivo real é gerenciar futuros oleodutos.

4. Dois grandes fenômenos estão em curso: a tendência para a deflação na Europa e EUA, algo que não aconteceu desde 1930, e a tendência à guerra, marcada, por exemplo, pela ocupação do Iraque e o afã do imperialismo de redesenhar todo o mapa político da região. A deflação significa a queda irrefreável do valor do capital. O capital não produz para o consumo, mas para a valorização. Os valores estão caindo marcadamente na Europa e nos EUA, pela bancarrota dos grandes monopólios financeiros nos últimos anos (a Enron, a World.com, as linhas aéreas, a Fiat). Os ativos das empresas são vendidos e liquidados para pagar as dívidas, iniciando um círculo de desvalorização dos capitais em seu conjunto. As crises que vemos não têm saída econômica. A mais importante tentativa política é a união dos 27 países da Europa numa federação, substituindo 27 mercados por um só. Mas a União Européia está no fundo da crise, encabeçada pela Alemanha. Fracassou a reunião européia que devia aprovar a constituição da União, a partir da oposição dos governos pró-americanos da Polônia e Espanha, e da cumplicidade de Blair e Berlusconi.

5. A economia dos EUA afunda cada vez mais na mesma situação deflacionária da economia japonesa, mas se trata da economia reguladora do mercado mundial. Alguns relatórios estão indicando uma rápida recuperação da produção industrial nos EUA. Mas as condições atuais da indústria dos EUA são totalmente opostas àquelas de outros relatórios privados que pululam pelo mercado². Uma fraca taxa geral de lucro, mesmo que acompanhada por uma taxa de exploração (produtividade da força de trabalho) relativamente elevada, mantém a economia apenas ligada em ponto morto, produzindo muita mercadoria, mas pouco capital, sem uma vigorosa taxa de acumulação de capital e uma conseqüente ampliação da capacidade instalada. Esse tipo de “recuperação” com deflação dos preços (e das taxas de lucro) exige dois novos ingredientes, que já estão sendo aplicados, uma escalada dos gastos do governo e a conseqüente deterioração do déficit público, e um aumento do protecionismo mediante a desvalorização do dólar ou de medidas de retaliação comercial. Avizinham-se grandes abalos no mercado mundial e na estrutura da globalização, além de terremotos na ordem geopolítica internacional, já em estado avançado de decomposição.

6. Na Europa, a falência da Parmalat evidenciou a estrutura econômica da crise mundial. Em poucos dias, suas ações perderam a metade do valor. Queda idêntica sofreram seus bônus de dívida, que foram degradados à condição de “lixo”.³ Os investimentos da Parmalat eram altamente dependentes da

² No mês de outubro de 2003, o produto industrial dos EUA como um todo ficou praticamente estagnado, com um crescimento residual de 0,2% sobre o mês anterior, o ramo de bens de consumo duráveis, núcleo regulador da economia, sofreu uma queda de 1,3%, a produção de máquinas e equipamentos industriais também caiu 1,0%. A utilização da capacidade instalada da indústria continua estagnada na baixíssima taxa de 73,5%. Bem abaixo da taxa média de 80,2% do período 1972/2002. Nos ramos de bens duráveis a situação é mais crítica. No mês passado a taxa de utilização deslizou um pouco mais, para 70,5% da capacidade. No ano de 2000, último ano de expansão do último ciclo, a capacidade instalada dos ramos produtores de bens duráveis e não-duráveis crescia a uma taxa de 4,8% ao ano. Os EUA estão se encaminhando para o clássico “estado estacionário”.

³ Os balanços que a Parmalat apresentava regularmente exageravam sua liquidez para ocultar a inexistência de dinheiro para fazer frente a uma dívida de 8 bilhões de euros (que os balanços haviam reduzido para 5,3 bilhões). A Parmalat contabilizava como “liquidez” seus investimentos em fundos de alto risco nos paraísos fiscais, com altos rendimentos fictícios, mas sem poder transformá-los em dinheiro. A Parmalat, mais que uma indústria de laticínios, era uma pirâmide financeira. Isso liquida o mito da oposição entre burguesia “produtiva” e o capital aplicado em especulações financeiras. A proliferação dos “investimentos de risco” manifesta a magnitude da queda do lucro industrial e, em conseqüência, do superinvestimento e a superprodução. A *Grant*

oscilação das taxas de juros e das variações dos tipos de câmbio: a queda do dólar e a subida do euro colocaram em dificuldade estes investimentos de alto risco. E a Parmalat não está sozinha na Itália: também faliu o conglomerado da alimentação Cirio, a Fiat está virtualmente em liquidação, com a agravante da General Motors já ter anunciado que não sairá em seu resgate, como estava previsto. Na França, o Alstom, o principal grupo tecnológico, ligado à área de produção de energia, está em bancarrota, o Estado francês, seu proprietário, não tem condições para resgatá-lo. Muito séria é a situação dos três principais bancos alemães e sua principal companhia de seguros, respectivamente, Deutsche, Dresdner, Commerzbank e Allianz: o Citibank já manifestou sua intenção de adquirir alguns deles. Deste lado do Atlântico, temos, entre outras, a explosiva crise da Boeing, cujas ações caíram 50% nas últimas semanas como consequência de seu retrocesso na aviação civil e sua substituição no mercado militar pela Lockheed. Na Alemanha, numa manifestação em Berlim, em 1º de novembro passado, 100.000 trabalhadores ganharam as ruas contra a política oficial de corte dos subsídios ao desemprego e à saúde pública, e a reforma do sistema previdenciário (aumento do tempo para a aposentadoria, redução das pensões etc). No próprio partido social-democrata governante -PD, as águas estão agitadas.

7. A ausência de falências bancárias, apesar da severidade das crises financeiras desde o *default* mexicano de 1994, foi explicada como resultado da política de “diversificação dos riscos” que os bancos seguiram, e que consiste em revender entre as grandes empresas, companhias de seguro, fundos de pensão e de investimentos, grande parte dos empréstimos e investimentos. A outra face desta política está na falência crescente dos grupos que “compraram” a “diversificação” dos bancos. Metade da dívida não-paga da Argentina, de 90 bilhões de dólares, encontra-se não entre os bancos, mas em mãos de fundos e poupadores particulares. Há uma “falência virtual” generalizada. O déficit orçamentário e a emissão monetária norte-americana (queda da taxa de juros) apontam essencialmente para resgatar o capital da bancarrota. A crise econômica mundial se aprofunda. Somente mediante pesadas derrotas dos trabalhadores, golpes à soberania nacional, destruição de conquistas sociais, o capitalismo poderia, eventualmente, voltar a recompor condições estáveis de exploração. Além disso, uma crise financeira se aproxima nos EUA, pela venda maciça de ações e títulos de grandes fundos de investimento que devem fazer frente à retirada de investimentos de seus próprios clientes e enfrentar processos judiciais. Os fundos norte-americanos manejam uma montanha de dinheiro da ordem de 7 trilhões de dólares (uns 65% do PIB norte-americano), depositados por 95 milhões de investidores. A bola de neve da retirada de fundos pode ser muito grave para a economia norte-americana: em 1992, apenas 25,8% das famílias do país tinham investimentos nestes fundos, hoje, são 54,2% o fazem. A extensão dos delitos econômicos é uma consequência da vertiginosa queda da taxa de lucro do capital, o que obriga os capitalistas a “recuperá-la” por outros meios.

8. A previdência e a seguridade social privadas estão em crise. A incerteza e os debates que cercam o futuro dos fundos previdenciários, públicos e privados, não se limitam ao Brasil. Apesar da recuperação das bolsas de valores norte-americanas, os fundos de pensão dos EUA viram aumentar o seu desequilíbrio contábil. Se as 500 maiores empresas norte-americanas tivessem que honrar agora os compromissos assumidos com trabalhadores ativos e inativos, o déficit no sistema seria de US\$ 259 bilhões. O setor concentra recursos da ordem de US\$ 1,6 trilhão e obrigações com 44 milhões de cidadãos. No ano passado, o desequilíbrio era de US\$ 212 bilhões. A redução das taxas de juros torna mais onerosas as obrigações futuras dos fundos de pensão. Recursos que poderiam ser investidos na produção ou em inovações tecnológicas são desviados para fazer frente ao ônus previdenciário. Surge um círculo vicioso: o desequilíbrio dos fundos deprime o horizonte de retorno das empresas, que crescem menos e enfrentam mais dificuldades para gerar receitas e formar reservas para seus fundos. Privatizar o sistema previdenciário não é panacéia. Nos EUA, se não existe uma crise aberta, o desequilíbrio no setor é crescente e pode perturbar a retomada do crescimento econômico. Os sistemas previdenciários privados implantados na América Latina não escapam a esse fenômeno pela razão de que esses fundos investem seus recursos em bônus da dívida pública. 56,3% dos 86,3 bilhões de dólares, administrados na América Latina em 2003 por administradoras privadas, estavam colocados em bônus da dívida pública, com extremos como 90,1% na Costa Rica, 84,7% em El Salvador, 83,1% no México, 76,7% na Argentina e 69,1% na Bolívia. Os fundos de pensão latino-americanos têm mais de 60% de seus investimentos colocados em dívida pública de Estados em *default* (Argentina e Uruguai) ou que podem rapidamente aplicar calote (Bolívia). Na Argentina, bastou que o Estado caísse em *default* para que se desvalorizassem os fundos acumulados, que se reduziram à metade.

Thornton International autenticou a contabilidade de todo o grupo Parmalat de 1990 a 1999. Os juízes italianos se surpreenderam com a simplicidade, ou mesmo amorosismo, dos métodos empregados pelos fraudadores. Esse caso esclarece o papel do trio *bancos de negócios-escritórios de advocacia-firmas de auditoria* em todas as grandes operações da bolsa.

América Latina em luta contra o imperialismo

9. Continuam as rebeliões na América Latina contra o FMI, a superexploração das finanças globais e a globalização da miséria: no Equador, em 2000, no Peru, na Venezuela contra o golpe orquestrado pelo imperialismo e a oligarquia local, na Bolívia em 2000 e depois na Argentina em 2001; os eventos revolucionários que sacudiram a Bolívia em outubro de 2003 representam um salto qualitativo. O governo de Lula, apoiado pelo governo de Kirchner na Argentina, interpôs uma “saída constitucional” que colocou Mesa como presidente e impediu que trabalhadores e camponeses tomassem o poder. Na vizinhança da casa matriz do império, no México, pode explodir uma nova crise econômica e financeira. As novas privatizações (eletricidade), os novos impostos ao consumo, o desemprego e a deterioração salarial repuseram na agenda a crise política: o governo perdeu as eleições legislativas, em julho de 2003, o Congresso travou o “plano de reformas” do governo de Fox. E abriu-se um novo capítulo da luta das massas, com a manifestação de mais de 150 mil pessoas na praça do Zócalo, em finais de novembro de 2003. Na Argentina, o movimento *piqueteiro* está no centro do cenário e do debate nacional. As jornadas históricas de 19 e 20 de dezembro foram filhas do movimento piqueteiro, forjado em uma década de *puebladas*, marchas, bloqueios de rodovias, de greves gerais. O Estado e as instituições cuja autoridade Kirchner veio a restabelecer esvaem-se numa luta de clãs que está minando a capacidade de ação do aparelho repressivo. No Uruguai, o resultado do referendo não deixa lugar a dúvidas: mais de 62% repudiou não apenas a lei de Ancap como também o governo de Batlle e o Parlamento que votou a privatização.

10. O governo argentino de Kirchner é qualquer coisa menos antiimperialista. Em 2001, as transferências líquidas atingiram 15,6 bilhões de dólares; em 2002, 21,3 bilhões e, em 2003, projetam-se 11,3 bilhões. O principal componente destas transferências foi a saída líquida de capitais do setor privado: nos últimos três anos, a fuga de capitais para o exterior foi de 50 bilhões de dólares. O equivalente a três orçamentos nacionais, ou ao valor produzido pelos trabalhadores de toda a indústria argentina durante três anos. Isso significa que o *default* da dívida externa “antiga” (que não inclui a dívida que se está pagando ao Fundo, ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento) não é mais que a contrapartida do pagamento da fuga de lucros, juros e capitais. Como não compreender então o estímulo dos “organismos internacionais de crédito” à suspensão de pagamentos da dívida e às propostas de “quitação” para os bonistas? Parte da fuga de capitais em 2001 foi financiada com a dívida contraída com o FMI. Durante 2002 e 2003, o governo fez pagamentos “líquidos” ao FMI, BM e BID de 6,7 bilhões de dólares.⁴

11. Uma greve geral convocada pela “Coordenação de unidade e luta” da República Dominicana (que reúne sindicatos e partidos de oposição) converteu-se numa grande *pueblada* quando o governo reprimiu os piquetes de greve e os manifestantes que tentavam se concentrar em praças públicas. Os enfrentamentos entre os manifestantes e as tropas do exército arrastaram-se até a madrugada nas principais cidades do país. Ao fim da jornada, a repressão havia assassinado 7 trabalhadores e ferido várias centenas. A greve geral foi a resposta popular à aguda decomposição da República Dominicana sob o governo social-democrata e fundo-monetarista de Hipólito Mejía. Uma desvalorização superior a 100% e uma inflação de 40% reduziram a menos da metade a renda da população. O governo recorreu ao FMI, que exigiu um novo pacote de impostos e reduções salariais. É inevitável que a fúria popular volte a se fazer ouvir. No mesmo momento, a população do Haiti ganha as ruas contra o governo de Aristide. Na Bolívia, o governo de Mesa persistirá em sua intenção de exportar gás natural aos EUA, “esqueceu” do referendo sobre a venda de gás, e continuará com a política de erradicação das plantações de coca. Mesa encabeça um gabinete com representantes diretos do grande capital e conta com o apoio da Igreja, câmaras patronais, partidos do antigo regime, forças armadas, imperialismo e os regimes da América Latina. Mas as organizações camponesas começaram uma onda de ocupações de terras e fazendas, mais de 250.000 famílias camponesas carecem de terras; outras centenas de milhares são obrigadas a lavrar um pedaço de terra que sequer assegura a subsistência: 87% das terras de cultivo estão nas mãos dos grandes latifundiários e grupos capitalistas. Na Colômbia, um referendo punha em votação o congelamento dos salários dos servidores públicos e das aposentadorias, a anistia para os paramilitares e o reforço do bipartidarismo: 80% dos eleitores repudiaram o referendo, convocado por um presidente que dizia contar com o respaldo de 70% da população. A derrota de Uribe no referendo foi seguida pela derrota dos principais candidatos situacionistas nas eleições municipais,

⁴ Com a miséria social em curso, o governo conseguiu que a parte não-consumida do que se produz no país seja uma das mais altas do último período, tendo crescido 50% em dois anos (de 14,7% para 21,7% do PIB). O investimento nas empresas não cobre a amortização dos edifícios e máquinas.

realizadas apenas um dia depois. Essa derrota transcende as fronteiras colombianas, porque um fortalecimento do regime teria convertido a Colômbia numa ponta de lança política e militar contra os movimentos populares na região andina e, particularmente, contra Chávez.

Contra a Alca e a colaboração de classes internacional

12. A recente reunião de ministros do continente em Miami para aprovar a Alca teria concluído com uma derrota dos EUA. Mas a reunião encaminhou uma saída que se encontra sob a direção do imperialismo norte-americano. A chamada Alca flexível não tem nada de *light*, a partir do momento em que impõe a linha dos chamados acordos bilaterais de liberdade empresarial entre as frágeis nações latino-americanas e o agressivo governo dos EUA, justamente o que vinha propondo Bush.⁵ A isto se acrescenta que uma Alca flexível divide os interesses do Mercosul, já que o Uruguai é propenso a um tratado bilateral com os EUA, e a Argentina, que tem acordos de investimento firmados durante o governo Menem, já está com três quartos do corpo dentro da Alca. Com a assinatura do Consenso de Buenos Aires, durante a visita de Lula à Argentina, também o Brasil passou a impulsionar a Alca. Depois do Consenso de Buenos Aires, Brasil e a Argentina ofereceram aos EUA abrir diferentes ramos dos setores de serviços, num gesto destinado a destravar as negociações da Alca, que é uma poderosa ferramenta para submeter o continente ao domínio do imperialismo, mas fundamentalmente para dobrar a classe operária. Nos EUA, os produtos fabricados a baixo custo na América Latina permitiram reduzir os salários dos operários norte-americanos. É o que obteve, em parte, o acordo com o México e Canadá (Nafta). Nos últimos três anos, foram perdidos 2.700.000 empregos, fundamentalmente no setor manufatureiro e pela relocação de empresas no México, China e outros lugares onde o custo do trabalho é mais baixo e os direitos trabalhistas mais frágeis. Esse deslocamento de fábricas não melhorou os salários dos operários mexicanos, que são mais baixos do que quando foi adotado o acordo, apesar da maior produtividade: entre 1994 e 2002, a relocação de fábricas criou 500.000 postos de trabalho no México, mas no mesmo período foram perdidos 1.300.000 empregos na agricultura. A integração econômica, sob o capitalismo, é um instrumento para aumentar a exploração e desintegrar as economias rivais e para golpear a classe operária. **Não à Alca!** Chamamos os trabalhadores e a juventude a desenvolver uma verdadeira luta contra a Alca e o imperialismo que passa, em primeiro lugar, por desmascarar e enfrentar os governos que nos levam para uma nova colonização.

13. A "Internacional Socialista" realizou seu Congresso em São Paulo, do qual participaram 150 partidos, 52 deles no poder, e líderes como Tony Blair, que massacrou o Iraque; ou Jaime Paz Zamora, há pouco integrante do governo de Sánchez de Lozada na Bolívia, e o próprio Lula, que os saudou "porque lutam pelo progresso social de seus povos". Segundo se informa, em 2005 o PT formalizaria sua incorporação à Internacional Socialista. Para o desgastado e desprestigiado "socialismo" europeu, a incorporação de Lula e PT, cabeças e organizadores do Fórum Social Mundial, apresenta-se como uma ponte para ganhar a adesão do movimento "antiglobalização". Ademais, Lula e Antônio Gutierrez, - o português que preside a IS - discutiram iniciativas comuns para a criação de uma agenda de discussão ampla entre vários países e setores políticos dos EUA, vinculados ao partido democrata. O Congresso da IS, que condenou Cuba pelas "violações dos direitos humanos", não encontrou oportunidade para condenar a invasão e ocupação anglo-americana do Iraque, todavia, a respaldou implicitamente ao ratificar um de seus impulsores, o britânico Tony Blair, como um de seus vice-presidentes.

O governo Lula e o FMI

14. No Brasil, a necessidade de o governo realizar superávits fiscais crescentes para saldar os juros da dívida pública vem contribuindo para limitar gravemente a capacidade de financiamento de obras estratégicas para o desenvolvimento do país. Estima-se que seriam necessários investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões anuais nos próximos anos para eliminar gradualmente os gargalos em energia, transportes e saneamento. A PPP, com contratos de até 30 anos, supostamente permitiria às empresas privadas captar os recursos totais ou parciais necessários para a realização de uma obra, além de executar e administrar o empreendimento. O setor público procuraria garantir uma rentabilidade mínima ao negócio, mediante a complementação da receita gerada, até hoje vedada pela lei de concessões. Além disso, para facilitar a montagem da engenharia financeira, o governo forneceria garantias de fluxo de caixa – como a prioridade de pagamento em relação às demais obrigações contratuais do Estado, constituição de um fundo com bens públicos móveis e imóveis e receitas orçamentárias vinculadas.

⁵ "Com a Alca, os EUA vão negociar acordos comerciais com a maior parte dos latino-americanos, e quem não participar ficará isolado... O governo de George W. Bush notificou ao Congresso a intenção de iniciar no segundo trimestre de 2004 as negociações com a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Panamá, para a adoção de regimes de livre comércio. Também serão iniciadas em breve conversações com a República Dominicana" (*O Estado de São Paulo*, 21.11.2003).

Também se reclama o “aperfeiçoamento” dos marcos regulatórios, das regras para o investimento em serviços públicos que – como na área de energia – ainda “suscitam dúvidas entre os potenciais investidores.” Ou seja, completa liberdade para atuar, com benefícios garantidos pelo Estado, isto é, pelo contribuinte, numa volta às formas parasitárias de “renda garantida”, exigidas pelo capital financeiro internacional nos seus primeiros investimentos no exterior, o “parasitismo financeiro”. Como resultado geral da política econômica, as despesas do setor público com o pagamento de juros atingiram, nos primeiros oito meses de 2003, R\$ 102,42 bilhões, ou 10,2% do PIB. O governo federal, estados, municípios, Previdência, Banco Central e empresas estatais gastaram com juros 68,75% mais do que no mesmo período de 2002 (R\$ 60,69 bilhões, ou 7,17% do PIB), ou pouco mais de 60 vezes o orçamento do programa Fome Zero (R\$ 1,7 bilhão), principal bandeira “social” do governo. O crescimento das despesas com juros foi provocado, basicamente, pela política de juros altos adotada pelo Banco Central: os juros pagos pelo governo para os investidores aceitarem ficar com seus títulos chegaram a atingir um teto de 26,5% ao ano. Nem o aperto nos gastos promovido pelo governo federal seria suficiente para evitar o crescimento da dívida pública.⁶

15. O esforço fiscal recorde do primeiro semestre não foi suficiente para compensar o forte crescimento dos juros da dívida pública no período. Entre janeiro e junho, União, estados, municípios e estatais economizaram R\$ 40 bilhões para pagar juros, o maior ajuste fiscal já feito no primeiro semestre. Apesar disso, essa economia foi suficiente para honrar apenas pouco mais da metade dos R\$ 74,3 bilhões em encargos da dívida pública que se acumularam no período, valor 60% maior do que o registrado no primeiro semestre de 2002. Sob os primeiros seis meses de Lula, as despesas com juros representaram 10% do PIB. No primeiro semestre de 2002, essa relação ficara em 7,5%. Assim, mesmo conseguindo obter um elevado superávit primário, o setor público teve um grande déficit nas suas contas quando se consideram os gastos com juros. O chamado déficit nominal acumulado no primeiro semestre ficou em R\$ 34,3 bilhões, equivalente a 4,63% do PIB.⁷ Já o superávit primário deve chegar a R\$ 68 bilhões. Em junho, a dívida líquida do setor público chegou a R\$ 856 bilhões, ou 55,4% do PIB. O endividamento do governo só não foi maior por causa da queda na cotação do dólar ocorrida no primeiro semestre, o que reduziu a dívida em reais. Cerca de 40% do endividamento do governo é corrigido pelo câmbio. Nos primeiros seis meses de 2003, a queda do dólar foi responsável por uma redução de R\$ 66 bilhões na dívida pública. Os juros de R\$ 74,3 bilhões, por outro lado, colaboraram para aumentar o endividamento do governo. A queda da inflação também tem colaborado para o aumento da relação entre dívida e PIB. A queda do dólar foi, então, compensada pela alta dos juros, o que demonstrou o impasse de qualquer política não-baseada no enfrentamento radical, no não-pagamento, da dívida externa. O superávit primário do setor público (União, estados, municípios, empresas estatais e INSS) atingiu R\$ 6,3 bilhões em novembro de 2003. Com isso, o saldo do ano saltou para R\$ 70,3 bilhões, ou 4,94% do PIB do período. A meta estabelecida com o FMI equivalia a algo em torno de R\$ 65 ou R\$ 66 bilhões.

A luta no campo

16. Enquanto isso, continuam os assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo. Em 2003, foram assassinados 77,5% de trabalhadores a mais do que o registrado no mesmo período de 2002 e é o número mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em 1990, 79 camponeses foram assassinados. Nesse ano houve ainda um crescimento nas tentativas de assassinato, foram 76,3% a mais que em 2002, e no número de famílias despejadas por mandados judiciais, 227% maior. Também foram expulsas da terra 87,8% de famílias a mais em 2002. Assistiu-se, por outro lado, a um considerável aumento das ações de ocupação de terras e de acampamentos, reivindicando a reforma agrária. O número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209%. Por um lado, os

⁶ O governo cortou gastos em todos os setores e conseguiu acumular, até agosto, um superávit primário (do setor público consolidado, União, Previdência, Banco Central, estados, municípios e estatais) de R\$ 49,24 bilhões (no mesmo período de 2002, o setor público registrou um superávit primário de R\$ 37,36 bilhões, ou 4,41% do PIB); o governo central (União, Previdência e Banco Central) registrou no período um superávit primário de R\$ 35,28 bilhões (3,51% do PIB). No entanto, com o pagamento de juros o superávit, além de reduzir investimentos sociais em infra-estrutura, evaporou e não impediu que o país registrasse um déficit nominal de R\$ 53,13 bilhões (5,29% do PIB) no acumulado do ano. Por outro lado, só no primeiro trimestre de 2003 o Banco Itaú obteve um lucro líquido de R\$ 714 milhões, um crescimento de 41,6%, em relação a igual período de 2002. No mês de maio, enquanto a taxa básica praticada pelo governo era de 26,5%, o *spread* bancário chegava, em média, a 177,6% ao ano. Os encargos da dívida somaram R\$ 74,3 bilhões de janeiro a junho de 2003, 60% acima do mesmo período de 2002.

⁷ Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamiro Lopes, o crescimento do déficit deveu-se à alta dos juros, pois metade da dívida do governo é corrigida pela taxa Selic. Responsável por fixar a Selic, o BC justificou a alta dos juros com a necessidade de conter a inflação. Por esse motivo, o Brasil tem registrado elevado déficit nominal desde o início do Plano Real, em 1994. Até 1998, as constantes elevações da taxa eram feitas para evitar a alta do dólar e manter o regime de câmbio controlado. Em 1998, durante a crise russa, os juros chegaram a ultrapassar 40% ao ano. Naquele período, o déficit nas contas públicas ficou em R\$ 68 bilhões – o que equivalia a 7,46% do PIB da época. Em 2002, o pagamento dos juros da dívida totalizou R\$ 114 bilhões; em 2003, sob Lula, o valor é de R\$ 150 bilhões.

movimentos dos trabalhadores do campo sentiram que o momento histórico que viviam era o que possibilitaria a realização da reforma agrária. Para mostrar a confiança e para pressionar o governo a realmente concretizar a distribuição da terra, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, entre as quais se destaca a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Pelo lado dos fazendeiros, a resposta ao aumento dessas ações foi o recrudescimento da violência que voltou a níveis nunca vistos nos últimos anos.⁸ Esta efervescência dos trabalhadores rurais que, se não teve o apoio do governo federal, não foi tão reprimida, ao lado do fato de Lula ter recebido no Palácio do Planalto representantes do MST, provocou uma forte reação dos latifundiários, com um crescimento impressionante do uso da violência.⁹ Apesar de estarem surgindo membros do judiciário que incorporaram uma visão social da sua função, no seu conjunto, o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A prisão de um grande número de trabalhadores, acusados de formação de quadrilha, quando já há jurisprudência consagrada que nega que a luta pelos direitos possa ser considerada como tal, dá o tom da “isenção” de boa parte do Judiciário. O número de famílias despejadas foi de 30.852 em 138 ordens judiciais. No mesmo período de 2002, os despejos atingiram 9.243 famílias em 63 ordens judiciais. O trabalho escravo, apesar de toda a ação do governo, também apresenta considerável crescimento. Foram recebidas denúncias de 223 situações em que estaria havendo ocorrência de trabalho escravo, envolvendo um número de 7.560 pessoas, 51,7% maior que o total do ano 2002, com 147 situações.

17. Em janeiro, os movimentos sociais exigiram do governo Lula o assentamento de 400 mil famílias sem-terra em 2003. O governo falou inicialmente que assentaria 140 mil no primeiro ano, depois baixou a promessa para 60 mil. Terminado o ano, balanço recente do Incra aponta para pouco mais de 20 mil famílias assentadas. Do Orçamento destinado à reforma agrária, 65% foi cortado e desviado para pagar juros aos banqueiros e cumprir as metas com o FMI. Agora, foi lançado em Brasília o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em uma solenidade liderada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, com a presença do presidente Lula. O evento ocorreu no acampamento organizado pelos principais movimentos sociais do campo (MST, Contag, MPA) além da CUT. Uma semana antes, fora entregue ao ministro Miguel Rosseto o projeto do Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, que propunha o assentamento de um milhão de famílias até o final do mandato de Lula: 200 mil por ano e 400 mil no último. A passeata que saiu de Goiânia pretendia pressionar o governo para aprovar este plano. Mas em Brasília tudo mudou. O plano do governo prevê o beneficiamento, de fato, de pouco mais de 350 mil famílias em quatro anos, já que 500 mil serão “agraciadas” apenas com títulos de posse da terra. Um trabalho apenas de cartório, que não resulta em nenhum benefício concreto. Outras 130 mil terão que comprar terras pelo Programa de Crédito Produtivo - versão do programa “Banco da Terra”, de FHC, no qual agricultores tomam empréstados do governo recursos para adquirir seu lote. Esse modelo de reforma agrária foi bastante difundido pelo FMI e Banco Mundial nos países da América Latina, por ser extremamente compensador para os fazendeiros e latifundiários rurais que escolhem as piores terras para venderem aos sem-terra a preços geralmente elevados. O governo não quis examinar sequer a proposta elaborada por Plínio de Arruda Sampaio, que, apesar de não resolver a questão da reforma agrária, previa um milhão de assentados durante o mandato de Lula. Com a política atual, a partir do novo acordo com FMI e da pavimentação da Alca, não apenas não haverá nenhuma reforma agrária, como sequer serão cumpridas as metas rebaixadas. O MST e a CPT, entretanto, vêm anunciando uma trégua ao governo, por conta do lançamento do PNRA. O governo Lula já demonstrou no primeiro ano não ser confiável em relação às promessas de assentamentos. Sem dizer que, para quem prometeu a reforma agrária com uma canetada, está oferecendo aos sem-terra um verdadeiro estelionato eleitoral. Reforma agrária implica assentar 4,5 milhões de famílias sem-terra, o que exige transformar a estrutura fundiária do país e derrotar o latifúndio. Ao encampar uma pseudo-reforma e privilegiar as relações com a agroindústria, o governo torna-se conivente, com o massacre praticado contra os sem-terra em todo o Brasil.

A evolução do PT no governo

18. A expulsão dos parlamentares que votaram contra as reformas neoliberais, e a reforma ministerial de janeiro de 2004 definiram o perfil da evolução do PT como partido de governo. A senadora Heloísa

⁸ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou, de janeiro a novembro desse ano, 1.197 conflitos no campo, número 36% maior que o registrado em igual período de 2002 (879 conflitos). As ocupações e os acampamentos tiveram aumento considerável, 328 ocupações, em 2003, contra 176, em 2002. Já o número de acampamentos foi 209% maior em 2003, 198, contra 64 em 2002. O número de famílias que participaram de ocupações no ano de 2003 foi de 54.368, contra 26.958 durante todo o ano de 2002, 101,6% a mais. Já o número de famílias que acamparam chegou a 44.087, contra 10.750, o ano de 2002.

⁹ De janeiro a novembro, a CPT contabilizou 71 assassinatos em conflitos no campo, o maior número nos últimos 13 anos. O número de feridos em 2003 foi de 50, contra 25, em 2002. Crescimento de exatos 100%. 265 trabalhadores foram presos, contra 229 no mesmo período de 2002.

Helena foi expulsa juntamente com os três deputados que votaram contra a reforma da Previdência – Babá, Luciana Genro e João Fontes. Dos 11 deputados do PCdoB, quatro votaram contra, sendo submetidos a uma comissão disciplinar. Entre junho e outubro de 2003, o PT cresceu, em número de filiados, mais de 30%, com 125 mil novos membros, crescimento obviamente vinculado à sua condição de “partido de governo” (em alguns estados, como Mato Grosso do Sul, o crescimento superou 80%). Essa filiação em massa deveria levar, segundo a grande imprensa, a “enfraquecer as correntes de esquerda”, pelo seu caráter despolitizado. A expulsão dos quatro legisladores “radicais” abriu uma profunda crise no PT. A resolução foi adotada em reunião do Diretório Nacional (DN) de meados de dezembro de 2003, adiada várias vezes, e trasladada de São Paulo para Brasília para evitar uma pressão maior da base militante. A votação foi de 55 votos favoráveis à expulsão, contra 26 (uma abstenção) de um total de 84 membros do DN (com dois ausentes). Menos de dois terços do DN, portanto, apoiaram uma expulsão na qual o presidente Lula e José Genoíno (presidente do PT) empenharam toda sua responsabilidade e capital políticos. Entre os votos contrários esteve o do senador Eduardo Suplicy, uma das figuras mais emblemáticas do partido. Intelectuais considerados como reserva intelectual e moral do PT declararam publicamente sua ruptura com o partido. A decisão do DN se baseou na imputação de “infidelidade partidária”, desobediência às diretivas do partido e do governo, e até de aliança com os partidos opositores, em especial o PSDB, por parte dos quatro legisladores. Mas os dissidentes se limitaram a votar de acordo com o programa aprovado organicamente pelo PT no seu Encontro Nacional de dezembro de 2001, contra as reformas da previdência e tributária. O conteúdo das expulsões ficou claro na própria reunião do DN, na qual deram informes também o Ministro de Relações Externas, Celso Amorim, e o da Fazenda, Antonio Palocci, que anunciou que o superávit primário de 4,25% do PIB, conseguido mediante cortes orçamentários em saúde, educação e gastos sociais, congelamento salarial, desemprego, não seria só uma política inicial “de ajuste”, mas um objetivo “para toda a década”, destinado claramente a manter o pagamento das dívidas do Estado com o grande capital financeiro. A “grande imprensa”, em seus editoriais, apoiou as expulsões: “Os atos de indisciplina cometidos pelos punidos justificaram a medida extrema” (*Folha de S. Paulo*); “Convém aos insatisfeitos render-se às evidências, enxugar as lágrimas, e mudar de endereço” (*Jornal do Brasil*); “Era imperdoável a desobediência da senadora alagoana e seus companheiros expulsos... seus votos contra as prioridades administrativas definidas pelo candidato do partido em campanha, e em pronunciamentos oficiais, foram abusos do seu direito à liberdade de opinião e de expressão, reiterados desafios à hierarquia” (*O Estado de S. Paulo*). A “hierarquia” invocada, porém, resultou da destruição da organicidade do próprio PT, ou como disse outro ex-deputado federal do PT, Milton Temer, também desfilado, “ela é recente, da fase moderada, em que o Instituto da Cidadania, entidade privada controlada por Lula, já se sobrepunha às instâncias dirigentes do PT, na elaboração de projetos políticos futuros. A guinada não é produto de decisões de congressos partidários. Foi por determinação governamental, conduzida pela cúpula do Planalto, com todo o peso do tradicional clientelismo da administração pública, e a ajuda acrítica da direção partidária burocratizada”.

19. A “reforma” ministerial de janeiro 2004 veiculou, na verdade, um minigolpe de Estado, estendendo o leque de alianças para muito além da coalizão que fora votada em outubro de 2002, e incorporando organicamente o PMDB ao governo. Lula deixou claro o conteúdo político da mudança ao declarar que “tinha gente que entendia que o PT, chegando ao governo, deveria ter o mesmo discurso que tinha antes. Era humanamente impossível”. Ou seja, que o “possível” e “humano” é a legalização do estelionato eleitoral. Os “aliados” burgueses aumentaram sua participação no gabinete de seis para nove pastas, diminuindo em consequência a parte do PT. Paralelamente, a divisão de tarefas entre os ministérios foi redesenhada, beneficiando o chefe da Casa Civil, José Dirceu, concentrado agora na coordenação do ministério e dos macroprojetos do governo e, principalmente, da administração de todo o setor público, extraíndo parte dessas funções do Ministério do Planejamento. E Dirceu já disse a que veio, principalmente com relação à universidade pública, ao anunciar que “o pau vai comer” (sic). Concordamos com Lula, quando afirma que “o reencontro do PT com o PMDB é mais do que uma aliança política”, pois é, na verdade, a consumação de uma fraude político-eleitoral, é a outra cara da moeda das expulsões e do disciplinamento burocrático do PT. No mesmo ato, foram criados, de uma canetada, 2797 cargos em comissão e funções gratificadas, que serão usados do modo clientelístico habitual, para aumentar a base de cooptação da coalizão neoburguesa no governo, ao preço de R\$ 58,3 milhões anuais, pagos pelo contribuinte, para continuar financiando as políticas de expropriação do esforço nacional em favor de um punhado de credores financeiros internacionais e seus aliados locais.

Por uma CUT independente e classista

20. Pelo panorama apontado, a luta por um sindicalismo autônomo e independente é mais importante do que nunca. No movimento sindical, sindicatos do funcionalismo rejeitaram o acordo da CUT com o

Banco do Brasil para pôr a "corda no pescoço" da categoria. O "empréstimo" é uma arapuca para garantir pagamento de juros ao FMI com o endividamento do servidor. As entidades nacionais integrantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais - CNESF, todas, sem exceção, são contrárias e não assinaram nenhum acordo para empréstimos com banqueiros. Não concordamos com a política da CUT ao estabelecer convênio com o Banco do Brasil para a concessão de empréstimos ao funcionalismo público a título de complementação salarial, repudiamos o envolvimento do governo federal neste processo e negamos, com veemência, qualquer declaração no sentido de que assinaremos tais acordos. Esta posição, fechada e consensual entre nós, decorre das seguintes razões: a) A CUT é uma entidade classista, de luta em defesa dos trabalhadores, construída na vaga das grandes greves do ABC paulista e da recomposição do movimento sindical. A central, a primeira com essa característica no Brasil, foi construída para potencializar, unificar, qualificar e dirigir as lutas sindicais. Isso exige uma progressiva autonomia e independência sindical e, ao mesmo tempo, a defesa e ampliação das conquistas trabalhistas. Somente uma luta que fortaleça a organização pela base dos sindicatos combinada com lutas de massa poderá fortalecer o caráter classista da CUT. Os acordos com os banqueiros, por sua vez, são, justamente, a contramão dos desafios históricos colocados acima. Portanto, somos radicalmente contra esse tipo de iniciativa. b) Não concordamos com a MP 130, que legaliza institucionalmente os acordos da CUT e ajuda a "pendurar pelo pescoço" ainda mais a grande massa dos trabalhadores que têm o salário nominal congelado e o salário real diminuído. Nossa luta não é para aprofundar essa situação intensificada pela aplicação da política neoliberal. Ao contrário, nossa luta é para derrotar o neoliberalismo e conquistar a necessária recomposição salarial de que necessitam os servidores públicos e o conjunto da classe trabalhadora. c) Em vez de fazer declarações dando a entender que concordamos com a política absurda dos empréstimos, achamos que o ministro Mantega deveria estar apresentando respostas concretas às reivindicações que apresentamos à Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instalada desde abril. Não queremos mais esmolas e endividamento, e sim a reposição da inflação, a incorporação das gratificações de produtividade e da GAE, a correção das distorções existentes entre os setores e as Diretrizes de Planos de Carreiras. Essas são as nossas reivindicações. d) Finalmente, queremos deixar claro que não participaremos ou apoiaremos os acordos de empréstimos com desconto em folha (ou em qualquer outra versão). Lamentamos que essa iniciativa faça parte da carta de intenções que o governo brasileiro enviou ao FMI, em 21/11/2003, na qual assumiu o compromisso de, até o fim de março de 2004, "implementar Medida Provisória que permita aos trabalhadores usarem parte de seus salários futuros como garantia de empréstimos, e expandir a política para os aposentados do serviço público de previdência via regra do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)". Se não bastasse o endividamento do país, o atual governo procura agora endividar ainda mais os servidores e, dessa forma, dispor da massa salarial do funcionalismo para o pagamento dos juros da dívida. Esse tipo de iniciativa serve apenas para garantir a manutenção do congelamento dos salários e o lucro dos banqueiros. Os juros são menores, mas os empréstimos funcionam como uma espécie de seguro para o banco, uma vez que o trabalhador não terá mais o direito de não pagar quando não tiver condições. Ou seja, será descontado direto do salário com o aval do seu sindicato da categoria, do patrão e do governo. Somos contrários a falsas soluções para satisfazer o apetite de lucro dos tubarões da especulação financeira. Exigimos a abertura de negociações para a recomposição de nossas perdas salariais e rejeitamos a colocação de iniciativas como esses empréstimos na MNNP, que demonstram uma tentativa do Palácio do Planalto de intervir nas entidades sindicais que compõem a CNESF. Não negociamos nossa independência e autonomia. Continuaremos lutando ao lado da categoria pela melhoria das condições de vida, de trabalho e pela defesa e ampliação dos direitos sociais. Devemos preparar a luta frente a um governo que encaminha de forma acelerada reformas que retiram direitos dos trabalhadores.

As reformas contra o trabalho

21. A Reforma Sindical e Trabalhista está em andamento. As discussões apontam para mais uma reforma neoliberal. Houve declarações do presidente Lula que deram conta da sua disposição de alterar em profundidade a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e reconfigurar o modelo sindical existente, criticando o chamado "sindicalismo de contestação". Para conseguir aprovar as mudanças pretendidas, a tramitação no Congresso será em dois momentos: a reforma sindical deverá estar sendo encaminhada já em fevereiro próximo e a reforma trabalhista será realizada em 2005. O governo criou, nos moldes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CODES, outro instrumento corporativo, situado fora das instituições representativas, com a tarefa de discutir e consensuar propostas de reforma sindical e das relações capital-trabalho. Este fórum tripartite - o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) - é constituído por representantes dos trabalhadores (indicados em comum acordo pelas centrais sindicais), governo, patronato e de micros e médias empresas, designados pelo Ministério do Trabalho. O FNT, que teve

suas atividades iniciadas no mês de agosto de 2003, recebeu amplo apoio da CUT, anunciado, desde abril de 2003, por meio de seu Grupo de Trabalho de Reforma Trabalhista.¹⁰ A metodologia adotada pelo governo para dirigir o FNT, coincidente com a visão de pacto social que se constituiu no CODES, tem por objetivo a produção de consensos entre os presentes no fórum. Nesse caso, como em todos os fóruns tripartites criados pelo governo, o consenso opera como política do possível e não como método que promove acúmulo de forças no pólo da classe trabalhadora. Contrariamente ao suposto caráter democrático do fórum, nos deparamos com o fato de que, além dos prováveis consensos, as posições que forem majoritárias irão figurar como “recomendações” e “as posições minoritárias consideradas dignas de registro” serão tomadas por “sugestões”. Que fique claro: neste contexto, a participação de sindicatos dos trabalhadores no FNT apenas corrobora o princípio apresentado pelo governo Lula de solucionar conflitos trabalhistas tentando pacificar a luta de classes.¹¹ Antes dessas iniciativas governamentais, três propostas de emendas constitucionais, tratando da reforma sindical, foram apresentadas ao Congresso Nacional: a PEC 29/03, de autoria do deputado Vicentinho (PT/SP), já com parecer do deputado Custódio Matos (PSDB/MG) pela sua não-admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça; a PEC 40/03, de autoria do senador Sibá Machado (PT/AC), e a PEC 121/03, de autoria do deputado Almir Moura (PL/RJ). A análise preliminar dessas três Propostas indica uma visão convergente sobre a questão de submeter, também por meio da estrutura sindical, a CLT aos acordos coletivos. Essa concepção foi explicitada no documento do governo que orientou as discussões nas Conferências Estaduais do Trabalho, preparatórias à Conferência Nacional. O posicionamento inicialmente defendido pelo governo afirma que “o estabelecimento das novas bases da representação sindical deverá, portanto, condicionar o novo padrão de negociação coletiva, de solução de conflitos, de direitos trabalhistas e de regulação pública do trabalho”. Isso coincide com uma das recomendações do CODES para que negociações coletivas (muitas vezes no âmbito de uma empresa) se sobreponham à CLT. Como está citado nas recomendações do CODES, “por meio de negociação coletiva, podem ser estabelecidas formas de aplicação dos direitos que levem em conta a vontade das partes e as peculiaridades de cada setor de atividade econômica ou profissional”. Essa visão explica porque o governo pensa em encaminhar primeiramente a reforma sindical. Se o governo consegue reformar a estrutura de representação sindical combinando a possibilidade de sindicatos por empresa com o arbítrio em última instância da central sindical ou de uma comissão das centrais sindicais, a desregulamentação trabalhista ficaria mais justificada ainda, já que passariam a valer os acordos coletivos firmados entre o patronato e a entidade representativa dos trabalhadores. Neste caso, permaneceriam na legislação constitucional e infraconstitucional apenas direitos mínimos, pois a fixação das regras de proteção do trabalho seria temporária já que vinculada a acordos coletivos. A contrapartida dessa tática do governo seria a definição das centrais sindicais como instâncias últimas de julgamento sobre quem representa os trabalhadores, ato que reforça as burocracias sindicais que se transformariam numa espécie de Tribunal Superior do Trabalho. Este é o consenso também no CODES: “deve ser efetivo o reconhecimento da personalidade sindical às centrais, de maneira que venha a ser consignada, na sua integralidade, a capacidade jurídica dessas entidades para firmar convenções e acordos coletivos”. Lutamos para abolir a unicidade sindical imposta por lei, e na verdade deparamo-nos com o projeto do governo substituindo-a pelo sindicato orgânico imposto por lei.

O ataque aos Servidores Públicos

22. Os servidores públicos são o objeto principal dos ataques conjuntos do governo e da mídia. Ao creditar aos servidores públicos e estatais a responsabilidade pela expansão do déficit público, o governo mente. São os altíssimos juros pagos sobre o estoque da dívida pública, interna e externa, os principais responsáveis. O déficit com pessoal e custeio é inexpressivo. O país tem apresentado déficits operacionais em razão do crescimento descontrolado dos serviços financeiros, ou seja, os juros pagos pelo setor público, correspondentes ao seu elevado e crescente endividamento. Os principais fatores determinantes da expansão da dívida pública interna são, pela ordem: a) os juros exorbitantes oferecidos pelo Banco Central aos especuladores (internos e externos) na venda de títulos públicos, com o objetivo de retirar de circulação o volume de dinheiro (reais) trocado pelos dólares que ingressam no país; b) as negociatas realizadas com os maiores caloteiros do país – usineiros, banqueiros, e latifundiários. O grande beneficiário de todo o processo, em última instância, é o capital financeiro internacional, em

¹⁰ Contribuição do GT de Reforma Trabalhista da CUT Nacional ao 8º CONCURT, 23 de abril de 2003, In www.cut.org.br.

¹¹ No FNT, a bancada dos empregadores e a bancada dos trabalhadores (representados pelas centrais sindicais) chegaram a um “consenso” em torno da questão do direito de greve nos chamados “serviços essenciais”: “Na esfera da negociação coletiva, os meios de solução de conflitos de interesses nos serviços e atividades essenciais devem ser objeto de regulamentação específica, que considere a natureza destes serviços e atividades e o exercício do direito de greve”. Ou seja, a “bancada dos trabalhadores” coincidiu, de princípio, com a limitação do direito de greve dos servidores públicos. Em síntese, o Fórum que se apresenta como “do trabalho” teria melhor denominação como “do capital”.

especial o imperialismo estadunidense. Como já foi apontado (e provado por estudos oficiais), os ganhos em produtividade não foram devidos, essencialmente, a investimentos tecnológicos do setor privado (que ficaram, proporcionalmente, bem aquém daqueles da década de 70), e muitíssimo menos ao investimento do setor público, em que pesem as privatizações e o sucateamento do setor. Ao arrocho salarial e às demissões, deve-se acrescentar a “flexibilização”. Apesar do aumento populacional, o Brasil perdeu 2,060 milhões de empregos formais nos anos 90, conforme dados do Ministério do Trabalho. Todo o processo de concentração capitalista e fusões empresariais (a “racionalização” do capital) característico da “década perdida” de 1980-1990, levado ao paroxismo por FHC e continuado por Lula, está baseado numa fantástica expropriação da renda da população trabalhadora. Agora é proposta a “flexibilização” das leis trabalhistas. O único efeito da medida seria reduzir, de maneira desnecessária, parcela importante da arrecadação tributária do governo. Por outro lado, outro estudo realizado pela OIT conclui que não há provas que confirmem que a desregulamentação do mercado de trabalho é a única saída para a crise do desemprego. Os especialistas da OIT dizem inclusive que é infundada a idéia de que toda regulamentação tornaria o mercado de trabalho necessariamente mais rígido.¹² O Brasil tem um dos índices de rotatividade mais elevados do mundo, o que evidencia que o custo de demissão não é alto: é mais barato demitir e readmitir um trabalhador do que preservar seu emprego ao longo de um ciclo econômico. É de estranhar que, nesse quadro, a CUT propusesse, contra o desemprego, não a escala móvel de horas de trabalho (redução da jornada sem redução do salário), mas a criação de frentes de trabalho (trabalho quase sem custo para os capitalistas ou o Estado). O presidente da CUT, Luiz Marinho, foi ao Palácio do Planalto pedir a criação emergencial de 1 milhão de empregos, queria que o governo abrisse frentes de trabalho para reduzir o desemprego recorde. Marinho quer que os recursos saiam do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

23. Em anos recentes, todas as leis e medidas provisórias produzidas pelo governo FHC orientaram-se, desde o início, pela intenção de sobrepor negociações setoriais e por empresa à CLT. A desregulamentação completa da legislação trabalhista assumiu a forma do Projeto de Lei nº 5.483/01, estabelecendo claramente a proposta de dar prioridade às condições de trabalho negociadas coletivamente em relação à CLT. Tal projeto foi arquivado pelo governo Lula em 2003, sob a alegação de que tal discussão envolvia a reforma trabalhista que seria tratada no Congresso. Mas, na greve dos trabalhadores da GM (em São José dos Campos), em abril de 2003, uma das reivindicações apresentadas pelo sindicato dos metalúrgicos foi a introdução de um gatilho salarial, reconhecendo a progressiva e ininterrupta perda de poder de compra dos salários da categoria. O ex-ministro Jacques Wagner afirmou então que iria intervir nas negociações salariais, caso empresas e metalúrgicos optassem por esse mecanismo de reposição da inflação. O recurso do gatilho foi rejeitado pela CUT, que afirmou que, somente com uma inflação mensal acima de 20%, abrir-se-ia a possibilidade do gatilho salarial. Palocci defendeu a idéia de que reajustes salariais conferidos de acordo com a inflação do período estimulariam a escalada inflacionária, e que o correto e salutar para a economia brasileira seria calcular reajustes salariais segundo a inflação projetada pelo governo para o futuro. Só 1% foi concedido ao funcionalismo federal, um claro arrocho salarial. No caso dos servidores públicos, a desregulamentação do trabalho se verifica nas alterações já realizadas no RJU, iniciadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs 19 e 20, que retiraram da Constituição Federal direitos relativos à isonomia salarial, à unicidade do próprio RJU e à Previdência Social. Tais emendas repercutiram também na vida dos servidores públicos estaduais e municipais, já que, por exemplo, no que se refere à Previdência Social, muitos governos fizeram a adaptação à EC 20. A regulamentação de tais emendas foi feita parcialmente pela Lei n.º 9.962/00, que criou o regime do emprego público, viabilizando a contratação de trabalhadores para o serviço público segundo o regime da CLT. Passaram a conviver no interior do serviço público servidores regidos pelo RJU e pela CLT, dando lugar ao emprego público sob regime contratual privado, exposto ao movimento de desregulamentação da CLT. Mais grave foi o encaminhamento, por parte do procurador-geral da República, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) de n.º 2.968, que argumenta ser inconstitucional o art. 243 da Lei n.º 8.112/90, que submeteu compulsoriamente os servidores públicos dos três poderes da União (ligados a autarquias e a fundações públicas), contratados pelo regime da CLT, ao RJU. Se acatada a ADIn, os servidores públicos que foram integrados ao RJU por meio da Lei n.º 8.112/90 voltarão a ser submetidos à CLT, o que implica a perda da estabilidade no emprego e a inclusão no Regime Único da Previdência. A ADIn, a intervenção na greve da GM e a orientação de estabelecer reajustes inferiores à inflação do período definiram os contornos da política trabalhista e salarial do governo Lula.

¹² Um estudo indicou que: 1) o mercado de trabalho no Brasil é duas vezes mais flexível que nos EUA; 2) as demissões são mais frequentes quando o crescimento econômico é maior; 3) no Brasil, 38% dos empregados ficam menos de que um ano no emprego.

24. Direitos sociais, desde a educação e saúde até os de previdência social, foram convertidos em serviços. A reestruturação produtiva, os novos processos de produção e as mudanças técnico-organizacionais aprofundaram o desemprego e a “informalidade”, numa “naturalização” da ordem social, um darwinismo social que joga trabalhadores contra trabalhadores, instituindo no seio da classe uma luta de todos contra todos. A luta pela autonomia e liberdade sindical deve, portanto, combater as alterações introduzidas pelo governo FHC na legislação trabalhista que iniciaram a desregulamentação de direitos sociais e criaram condições para a intensificação da exploração do trabalho; também a desregulamentação e a precarização do trabalho, que não se restringem à iniciativa privada, mas atingem, com sérios prejuízos, os servidores públicos federais e estaduais; e a política do governo Lula, que por meio de ADIn, da intervenção nas greves e da orientação de estabelecer reajustes inferiores à inflação do período, ensaia uma política de desregulamentação de direitos sociais e de arrocho salarial.

Universidade, Ciência & Tecnologia

25. O governo Lula começou, no capítulo de ciência e tecnologia (C&T), dando seqüência aos projetos do governo FHC, como o PL nº 7.282/2002, que trata da Lei de Inovação Tecnológica: o secretário Francelino Grando, sem explicações, insistiu em emendar o projeto deixado por FHC. Os únicos que se mostraram favoráveis foram aqueles ligados às fundações e ONGs; contrários foram os representantes da Academia Brasileira de Ciência (ABC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Desde setembro de 2001, após a realização da Conferência Nacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica, promovida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), iniciou-se uma luta contra o conteúdo do projeto de lei apresentado pelo senador Roberto Freire, que pretendia tratar da regulamentação das atividades relacionadas à inovação tecnológica. Posteriormente, o MCT, tendo incorporado a proposta do senador Roberto Freire, formulou, no final do governo FHC, o Projeto de Lei nº 7.282/2002 e o encaminhou, em regime de urgência, para o Congresso Nacional, desconsiderando o posicionamento contrário da ampla maioria das entidades civis envolvidas ou interessadas no tema. Em matéria de C&T, reiterou-se o apoio aos Fundos de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como “mecanismo inovador de estímulo ao fortalecimento do sistema de C&T nacional”. Quando de sua criação, os fundos foram definidos como responsáveis por “promover maior sinergia entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo” e por “criar novos incentivos ao investimento privado em C&T”. Os movimentos em defesa da educação e universidade públicas aprovaram a retirada de tramitação do PL nº 7.282/2002, posição seguida por outras entidades dos servidores públicos federais e pela Plenária da CNESF, que transformou tal deliberação num dos pontos da sua pauta de reivindicações de 2003. Mas a Secretaria de Política de Informática e Tecnologia insistiu na não-retirada do PL nº 7.282/2002 que, como já discutido em vários fóruns, inclusive no Encontro Nacional de C&T, em setembro de 2002, além de não atender aos pressupostos e às demandas das atividades de inovação tecnológica, interfere indevidamente nos assuntos relacionados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nos institutos públicos de pesquisas. As modificações propostas pelo MCT ao projeto original não o melhoraram rigorosamente em nada. Contudo, o secretário Francelino Grando continuou não aceitando a proposta de retirar o PL nº 7.282/2002. A Associação Brasileira de Ciência manifestou-se: *“A questão da autonomia administrativa e financeira das instituições de ciência e tecnologia, que se inclui no projeto de lei em questão, é tema que demanda uma discussão aprofundada. O que deve ser considerado no debate deste assunto é o fato de hoje existir mecanismo, instituído por lei, que permite a certas categorias de instituições públicas a concessão de autonomia administrativa e financeira. É o caso das organizações sociais, OSs, figura jurídica criada pela reforma de Estado proposta e implementada pelo ex-ministro Bresser Pereira. Em que medida as OSs representam uma solução adequada ao problema da necessidade de autonomia para as instituições de C&T é questão que deve passar, inicialmente, pela avaliação dos exemplos hoje existentes de institutos de pesquisa que se converteram em organizações sociais. Somente com esta avaliação será possível se avançar, se for o caso, na conformação de novas propostas”*. Entre os 13 problemas detectados pela ABC, encontram-se os da Lei nº 8.745, sobre contratação temporária, e da Lei nº 8.958, sobre fundações universitárias. Já a Confederação Nacional da Indústria manifestou-se noutros termos: *“As empresas privadas são as principais forças inovadoras de um país. Contudo, a capacidade de um país gerar inovações resulta do desenvolvimento de um sistema nacional de inovação, que inclui produtores de conhecimento como as universidades e os centros de pesquisa e os agentes econômicos públicos e privados [...] O projeto tem impacto mais restrito e localizado do que sugere a sua denominação. Seus principais resultados serão tornar mais flexível o uso dos recursos “humanos e de infra-estrutura” existentes nas universidades e instituições de pesquisa públicas. Essa iniciativa é positiva na medida em que busca reforçar a interação do sistema nacional de inovação”*. A central patronal defende, portanto, o uso dos recursos públicos para fins privados, com “flexibilidade” (trabalhista e acadêmica).

26. As universidades públicas sofrem processo de deterioração enquanto que as instituições privadas são beneficiadas: tanto os montantes globais quanto os percentuais dos gastos com as IFES, em relação aos gastos com educação pública pelo governo federal, diminuíram de R\$ 6.627 milhões (21,9%) em 1995 para R\$ 5.478 milhões (17,6%) em 1999. Nesse mesmo período, o total de matrículas teve um aumento de aproximadamente 12%. Em 2000, a “renúncia fiscal” outorgada às filantrópicas (na sua maioria educacionais) foi de R\$ 2,1 bilhões, 44% concentrados no estado de São Paulo, sem falar na sonegação pura e simples. No entanto, o governo Lula aumentou as verbas destinadas ao Programa de Financiamento do Ensino Superior (FIES), garantindo o pagamento das mensalidades aos capitalistas da educação, e jogando a conta assim criada em cima dos estudantes. Sem falar, também, nas propostas de financiamento das universidades públicas por meio de um acréscimo no IR dos formados nessas universidades: financia-se o setor privado, desfinancia-se o público. A resposta do governo FHC ao clamor dos empresários fora a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), em 1994. A criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, e depois a Reforma da Educação Profissional em 1997 trouxeram de volta uma dualidade estrutural que tende a manter e cristalizar a velha divisão social e técnica do trabalho, separando ciência e tecnologia, prática e teoria.¹³ Essa reforma transformou os CEFETs e escolas técnicas e agrotécnicas em instituições de formação aligeirada e barata, para oferecer cursos modulares superficiais e desvinculados da formação geral, aguçando a dicotomia entre o saber e o fazer, recolocando a divisão da escola entre profissionalizante para os pobres e a escola propedêutica para os ricos, aliada ao descompromisso gradativo do poder público com o financiamento das instituições de educação profissional, impondo-lhes a tarefa de captar recursos.

27. Segundo a “*política social ativa do trabalho*”, a educação deve exercer seu papel em relação à obrigação da “empregabilidade”. Com a investida “global”, o Brasil passa agora do estágio da “mercantilização” da educação pública para o da transformação da educação, inclusive universitária, num apêndice direto da empresa capitalista. A Ford e a Siemens lançaram projetos de educação a distância. Também a Unnext.com, empresa estadunidense que se dedica à propagação do ensino a distância com cursos de pós-graduação especializados em assuntos da administração de negócios, lançou-se no Brasil, associada às Faculdades Ibmecc. A introdução do sistema de “cotas” – para negros ou para estudantes egressos da rede pública – não é só um toque cínico-populista de uma orientação elitizante/privatizante, mas uma forma de não tocar no real problema: o sistema dos vestibulares (e os lucrativos negócios associados a eles) e a ausência de um sistema universitário estatal único, no qual os fundos públicos para a educação superior sejam destinados exclusivamente aos estabelecimentos públicos. As políticas de “discriminação positiva” só são efetivas num quadro de desenvolvimento amplo, democrático e público da educação (desenvolvimento que as tornaria gradativamente desnecessárias). Tais políticas paliativas eludem a discussão dos problemas de fundo, e dão pretexto para a eliminação da gratuidade nas universidades públicas.

28. Nesse contexto, inverte-se o sentido que deveria ter, em todos os níveis do sistema educacional, um instrumento decisivo da sua melhora, a avaliação. No Brasil, consagrou-se uma cisão inaceitável entre avaliação individual e avaliação institucional, cisão no entanto necessária para fazer da avaliação um instrumento de concorrência e punição, no quadro geral de integração da universidade ao processo privatizante e elitizante. Alentam-se poucas universidades de pesquisa, ao lado de escolas de terceiro grau destinadas ao mero treinamento. Controles burocráticos dariam o tom na consecução desses objetivos, e os tipos de avaliação em curso adequam-se a essa orientação: a avaliação é trazida à cena para legitimar a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a universidade. No Brasil, em parte por inércia institucional, mas, sobretudo pela política de autoridades federais e estaduais, educacionais e universitárias, a avaliação tem tomado um caráter que estabelece o princípio que vincula avaliação individual com salário, fazendo da avaliação um instrumento de punição, e não de planejamento que, por outro lado, geralmente não existe. Esse “antimodelo” é vigente no sistema federal (por meio da GID – Gratificação de Incentivo à Docência) e nas universidades estaduais paulistas, responsáveis por mais da metade da pesquisa nacional. As famosas “organizações sociais”, “públicas não-estatais”, que resultam dessa fundamentação, têm uma grande ponta-de-lança nas universidades públicas representadas pelas famigeradas “fundações”, que estão passando da fase de condicionar o financiamento das universidades para a fase de condicionar a própria avaliação. As medidas anunciadas

¹³ A separação conceitual e operacional da formação acadêmica da formação profissional criou duas redes de educação distintas e não-equivalentes, com objetivos também claramente distintos: a) a rede de educação regular (educação básica e superior) destinada a formar para o *trabalho complexo* ou para a sistematização e aprofundamento do saber científico e tecnológico – bases para o trabalho industrial moderno, definido a partir do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção capitalistas; e b) a rede de educação profissional de níveis básico, técnico e tecnológico, destinada a formar para as várias formas do trabalho simples, delineada em função da incorporação sempre crescente de ciência e tecnologia aos processos de trabalho.

e adotadas no âmbito da educação indicam a continuidade e o aprofundamento da política educacional precedente, de perfil compensatório e de alto controle ideológico. A sistemática de avaliação das políticas educacionais (“provões”), os critérios de certificação, as propostas de educação a distância, testemunham o continuísmo. No MEC, a Portaria nº 1.403, de 9 de junho de 2003, instituiu o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada dos Professores, reeditando o “provão” para os estudantes dos cursos de licenciatura e instituindo gratificação de produtividade para professores de educação básica de acordo com os resultados no Exame Nacional de Cursos.

29. A OMC voltou à carga com sua exigência da definição da educação superior como serviço (mercadoria), pleiteando a “abertura” do mercado educacional brasileiro para o grande capital internacional. O ex-ministro da Educação, Paulo Renato, já se declarou publicamente “corretor” (testa-de-ferro) dos “investimentos externos” em educação superior, o que merece repúdio moral, vindo de alguém que exerceu responsabilidades na universidade pública. O ex-ministro da Educação, Cristóvam Buarque, declarou à imprensa que considerava “salutar” o interesse de grupos estrangeiros em investir no mercado brasileiro de ensino particular. A política do governo Lula, em geral, encampou a tendência para a maior privatização do ensino superior. O orçamento do Ministério da Educação para o segundo ano de mandato do presidente Lula aumentou em 23% o dinheiro destinado a financiar estudantes de universidades privadas. As verbas do Financiamento Estudantil passam de R\$ 673,8 milhões para R\$ 829,2 milhões, de acordo com a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso. A ampliação do financiamento para estudantes em instituições privadas antecipa um dos “temas” da reforma do ensino superior. José Dirceu declarou que o assunto faz parte da nova agenda de reformas do governo.¹⁴ O Banco Mundial defende a tese de que a universidade brasileira desvia parte expressiva dos gastos sociais. Em documento apresentado em julho de 2003 ao CODES, o Banco afirma que os gastos com ensino superior no país “beneficiam apenas poucos privilegiados”. O ex-ministro Cristóvam Buarque admitiu discutir “novas formas de financiamento das universidades públicas” (leia-se cobrança de mensalidades ou anuidades). A portaria e as ações desencadeadas visando à implantação do Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores e à instituição de um instrumento para aferir o desempenho e o mérito profissional de professores da educação básica em todo o país, seguindo proposta do Banco Mundial, vem recebendo críticas de diversos setores.¹⁵ A continuidade de semelhantes políticas educacionais não é aceitável nem cabível, pelos seus resultados desastrosos que colocaram o Brasil em uma das últimas posições no que se refere à qualidade do ensino no mundo.

30. Até o Fome Zero tem sido cinicamente utilizado para tirar verba de unidades universitárias. Para hospitais universitários, supostamente, haveria mais recursos, mas eles serão usados para outras atividades inseridas entre os programas da área da saúde, como o Fome Zero e ações de saneamento básico. Os hospitais universitários têm trabalhado com as contas no vermelho. Mas o seu reajuste é menor do que a inflação de 9,5% projetada para 2003. No Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, 75% dos custos são cobertos por verbas da universidade. A remuneração que chega do SUS só cobre 25%. Virou moda criar artifícios para tirar recursos da Saúde. As preocupações com custeio da assistência prestada aos pacientes que não param de chegar são as mesmas no Hospital São Paulo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Na área da educação superior, investidores estadunidenses, canadenses e europeus, que aplicam seus dólares em fundos de investimentos estrangeiros – e nunca tiveram contato com o setor educacional –, querem se transformar nos novos donos de universidades e faculdades brasileiras. Empresas que administram esses fundos e buscam oportunidades mundo afora querem agora apostar suas fichas na aquisição total ou parcial de instituições privadas de ensino do país, em especial as de ensino superior, que movimentam R\$ 15 bilhões e cresceram 157% nos últimos nove anos. O objetivo, na maioria dos casos, é adquirir as instituições, injetar recursos, participar da gestão e, finalmente, revender as faculdades e universidades por um preço multiplicado.¹⁶ As universidades públicas atendem hoje a menos de um terço da demanda de 3 milhões de matrículas. De 1995 para cá, o número de instituições privadas de ensino superior subiu

¹⁴ O principal programa de financiamento a estudantes universitários de escolas privadas já consumiu mais de R\$ 2 bilhões desde o segundo semestre de 1999, quando foi criado. Entre as escolas particulares, o Fies alcança cerca de 8% dos alunos, segundo o MEC. A procura por financiamento, no entanto, é bem maior do que o dinheiro disponível. No segundo semestre de 2003, por exemplo, 277 mil alunos disputaram 70 mil empréstimos.

¹⁵ O MEC usou dados da pesquisa nacional realizada em maio de 2003 com 2 mil docentes da educação básica, em 488 escolas, 198 municípios e 24 estados, o que corresponde a apenas 0,1% de uma categoria profissional de cerca de 2 milhões de educadores, em 3% dos municípios. Essa pesquisa, com forte caráter indutor, buscou mostrar a potencial concordância do professorado com a necessidade de avaliação.

¹⁶ Operações desse tipo, chamadas no mercado financeiro de *private equity*, já vêm sendo feitas no Brasil com empresas dos setores de serviços e industriais, como redes de farmácias, laboratórios, empresas de alimentos e no ramo do *agrobusiness*: “Os fundos procuram investir em países emergentes, como o Brasil, países do Leste Europeu e da Ásia que ainda têm potencial de crescimento maior que o dos mercados maduros. E o setor de educação no Brasil cresce muito mais que o de outros países. É isso que nos atrai”, disse Patrice Etlin, um dos sócios do *Advent International*, multinacional que administra um fundo de US\$ 265 milhões e busca oportunidades em diversos setores no Brasil. A empresa tem feito contatos e propostas a instituições de ensino.

de 684 para 1.762. Nelas estudam 2,1 milhões de alunos. Projeções apontam que esse total será de 6,3 milhões em 2008, o que representa uma taxa de crescimento anual das matrículas de 11%.¹⁷ Grupos brasileiros também querem entrar no jogo. O Banco de Negócios - Pátria, por exemplo, está captando recursos no país e no exterior para formar um fundo para investir exclusivamente em educação e saúde. Não há barreira legal para investimentos desse tipo. “Em 1997, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) abriu essa possibilidade e nós regulamentamos. Até então, o ensino superior não podia ter fins lucrativos”, disse o ex-ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Um dos serviços oferecidos pela Paulo Renato Souza Consultores é justamente buscar oportunidades de investimentos em educação para os fundos.¹⁸ A participação de capital estrangeiro em escolas brasileiras é vista com muitas reservas por acadêmicos e especialistas que denunciam o risco de mercantilização do ensino: “Os interesses das empresas são os lucros, e quem visa o lucro quer o mais rápido possível”, disse a reitora da UFRGS e presidente da Andifes, Wrana Panizzi: “A educação mais duradoura, que forma cidadãos independentes, exige investimentos de mais longo prazo. As empresas têm outros objetivos”.

31. A investida das multinacionais na educação superior se apóia na triste realidade: menos de 20% das vagas de graduação do país são de universidades públicas. O número de vagas oferecidas em todo o país já corresponde a 86% do número de concluintes de ensino médio (1,8 milhão em 2001), mas só 17% são gratuitas. O número de vagas oferecidas nos vestibulares no Brasil cresceu mais de 200% nos últimos anos, passando de 517 mil, em 1991, para 1,6 milhão, em 2002. Mais de 72% delas concentram-se em duas regiões do país: Sul e Sudeste. O Nordeste é a região com maior participação da rede pública no número de vagas oferecidas: 35,7%. Por outro lado, as instituições públicas na Região Sudeste têm uma participação de pouco mais de 10%, um reflexo da concentração dos estabelecimentos privados nas regiões mais desenvolvidas economicamente.

Vagas oferecidas nos vestibulares

	Total	Pública	Privada
Brasil	1.590.699	263.572	1.327.127
Norte	69.334	20.264	49.070
Nordeste	222.676	79.388	143.288
Sudeste	862.543	93.065	769.478
Sul	286.952	45.972	240.980
Centro-Oeste	149.194	24.883	124.311

Fonte: Inep/MEC - 2002

32. Os países imperialistas querem ampliar a discussão sobre participação externa no setor de educação. Liderados pelos EUA, pretendem incluir o tema na pauta da OMC e também nas negociações para a Alca. Uma das propostas é que sejam suspensas todas as limitações para que instituições de ensino estrangeiras abram filiais em outros países. A educação entraria para o rol de serviços que se pretende liberalizar, algo que permitiria também que professores estrangeiros atuassem fora de seus países. “Ao se liberar, deixam de valer os parâmetros curriculares locais. Eles seriam uma barreira. As instituições teriam o direito de conceber a forma de ensino, os currículos e trabalhar com a sua visão do mundo”, disse o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e um dos sete membros do Órgão de Apelação da OMC, Luiz Olavo Baptista. A presença de universidades estrangeiras já é realidade em muitos países, especialmente nos ex-satélites da ex-União Soviética. O ex-ministro da Educação fez um pronunciamento na 32ª Plenária Geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em Paris, França, propondo um fundo para financiar e apoiar a “educação para todos”, cujos recursos viriam de parte do valor destinado pelos países pobres para pagamento da dívida externa. Seria a “conversão” de 20% do serviço da dívida. O fundo seria para aplicar o financiamento de

¹⁷ De olho nesses números, a JP Morgan Partners –maior empresa de *private equity* do mundo– também busca investimentos em educação aqui. A empresa, que já tem recursos aplicados no exterior, possui um fundo de US\$ 570 milhões para investir pelos próximos três anos em negócios na América Latina.

¹⁸ Paulo Renato Souza, ministro da Educação por oito anos, abriu a Paulo Renato Souza Consultoria, que “tem por objetivo buscar boas oportunidades para os fundos de investimento”. Traduzindo: um negócio que aponta aos investidores do mercado financeiro oportunidades de geração de lucros em instituições semifalidas de ensino superior. A lógica é simples. instituições universitárias privadas são compradas por estrangeiros, que dão uma “garibada” em sua imagem publicitária e revendem por um preço multiplicado. Paulo Renato, como ministro, promoveu a abertura indiscriminada de cursos em instituições privadas, sem qualquer critério para o controle de qualidade. Patrocinou a expansão de faculdades e universidades igualmente particulares com dinheiro do BNDES. Distribuiu bolsas de estudo para estudantes dessas instituições, garantindo o lucro dos mercadores da educação. Em São Paulo, por exemplo já existem mais vagas nesses cursos do que gente para preenchê-las. Ao mesmo tempo, as universidades federais afundam-se em problemas gerados diretamente pela falta de verbas. (Diogo Moysés. A alegria de ter sido governo. Do site: <http://www.ivanvalente.com.br/index.htm>)

três ações: alfabetização; programa Bolsa-Escola; formação de professores, e, ainda, para a realização de estudos em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD sobre os indicadores da educação, alfabetização, desempenho dos alunos, formação e dedicação dos professores. Os sindicatos da área educacional questionam a criação de fundos para fomentar e desenvolver a educação e a Ciência & Tecnologia, principalmente advindos da conversão do pagamento da dívida, por defenderem a aplicação de determinados percentuais do PIB para esses itens, e porque questionam o pagamento de uma dívida que consome 56% do PIB brasileiro.

A contra-reforma universitária¹⁹

33. Depois de instituir, via decreto publicado em 21/10/2003, um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para, no prazo de 60 dias, analisar a situação atual e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES; de contratar uma organização não-governamental estrangeira para definir a metodologia de um seminário que pretendia discutir "A Universidade do Século XXI", em detrimento do conhecimento existente no país e adiar a Conferência Nacional de Educação, o Chefe da Casa Civil afirmou que: "O governo está disposto mesmo a enfrentar uma guerra" para fazer o que chamou de "revolução no ensino universitário público...o Brasil precisa enfrentar o problema da universidade pública. Como esse é um tema muito polêmico, *o pau vai comer*, como aconteceu na reforma da Previdência. E vamos tomar partido, porque gostamos, somos bons de disputa política e social". O ministro indica que a "revolução" virá capitaneada pela Lei de Inovação Tecnológica, que está sendo montada a partir do PL 7282/2002, encaminhado pelo governo FHC. Está colocado um enorme retrocesso na universidade e na própria educação brasileira como um todo. Como ficou claro nas declarações e provocações feitas pelo Chefe da Casa Civil, a universidade é a bola da vez e, diante da afirmação de que "o pau vai comer", devemos estar unidos, mobilizados e preparados para defender as propostas que construímos para a universidade e para a educação brasileira. Os objetivos da reforma universitária, a partir do texto do GTI, configuram um projeto de "autonomia" para desregulamentar a universidade, submetendo-a ao "mercado". O GTI foi coordenado pelo núcleo do governo, a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência. Trata-se de um documento abrangente: aborda uma série de questões como ampliação da oferta de ensino, metas de contratação docente, bolsas para jovens doutores e aposentados, autonomia, fundações e financiamento. Considerando as grandes orientações do Banco Mundial, que recentemente co-patrocinou o Seminário Internacional - Universidade XXI, bem como as medidas concretamente encaminhadas pelos governos neoliberais da América Latina, é possível formular a hipótese de que o eixo estruturador da proposta é a autonomia universitária associada ao financiamento, a exemplo da PEC-370/96 e dos projetos encaminhados por FHC e Paulo Renato. O documento assume que estaria "outorgando autonomia" às IFES, como se a autonomia não fosse um preceito auto-aplicável da Constituição Federal, e situa sua importância na consideração de que **"a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento"**. No que se refere a recursos, propõe institucionalizar as fundações privadas que cumpriram, aqui, a função pretendida por Bresser Pereira de "Organizações Sociais": **"Com esses dois instrumentos, – autonomia e fundações de apoio – as universidades federais certamente disporiam de condições não só para aumentar a captação de recurso, mas também para gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguir captar"**.

34. Na interpretação do GTI, **"a relação (da universidade) com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC"**. Na autonomia didático-científica, o GTI propõe que, pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso, o MEC dará **"reconhecimento às universidades comprometidas em realizar pesquisas voltadas para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional"**. O documento indica, ainda, que o sistema de avaliação irá promover a "classificação das instituições e cursos". Quanto à autonomia administrativa, o documento a situa como capaz de assegurar a administração de seus serviços, **"disciplinar suas relações com os corpos docente, discente e administrativo"** e **"decidir o seu plano de carreira"**, indicando que as considerações de que a carreira única é um obstáculo à autonomia é uma tese incorporada pelo núcleo dirigente do Governo. Afirma-se que as universidades públicas deverão alcançar 40% do total das matrículas do ensino superior em 2007, conforme meta do Plano Nacional de Educação. Verifica-se, no entanto, que essa diretriz não está em contradição com o conteúdo privatista operacionalizado pela autonomia. A expansão dar-se-ia pela tríplice combinação de aumento da carga didática dos docentes, aumento do número de estudantes por classe e,

¹⁹ Reproduzimos aqui, parcial e resumidamente, a análise feita pelo companheiro Roberto Leher, ex presidente do ANDES-SN.

principalmente, pela educação a distância (EAD), para superar os “limites da educação presencial”. A meta para 2007 é de 500 mil estudantes a distância, indicando que também aqui as orientações do Banco Mundial ecoam de forma avassaladora. É uma ampliação da oferta por meio de ensino massificado. Para “convencer democraticamente” as IFES a aderir ao seu método de promover a expansão. O GTI propõe a criação de um “Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo”, que é um mecanismo “indutivo” de diretrizes para a massificação da oferta. Aos que aderirem, o MEC se propõe a ampliar os fluxos de recursos, pagando um determinado *per capita* (semelhante ao Fundef). As metas específicas serão objeto de edital público detalhado (número de vagas a serem criadas, áreas e carreiras prioritárias para a abertura das vagas etc.). Cumpre observar que o mencionado Edital será aberto a “saudável” concorrência entre as instituições públicas e privadas que estão no Sistema Nacional de Avaliação. Após concluir que a reforma previdenciária servirá para proteger a universidade do esvaziamento em virtude de “aposentadorias precoces”, o documento propõe a criação de bolsas de excelência docente para reintegrar os aposentados “excelentes”. O documento, logo a seguir, qualifica as atuais aposentadorias “precoces” como “irracionais” e propõe medidas para evitar uma outra irracionalidade: os doutores desempregados, por meio de uma “bolsa de aproveitamento e regionalização de doutores”. Ambas iniciativas seriam encaminhadas pela CAPES por meio de editais públicos que normatizariam a seleção por “Comitês assessores da CAPES”. O docente selecionado deverá ministrar pelo menos uma disciplina semestral de graduação durante a vigência da bolsa. No caso da bolsa de excelência, seria possível quatro renovações, cada uma delas por um ano, avaliada pelo referido Comitê assessor. O custo anual previsto é de R\$ 25,2 milhões para financiar 700 jovens doutores e de R\$ 36 milhões para incorporar 1000 professores aposentados ao ano. Qualificados como irresponsáveis, os aposentados são um problema que “precisa de solução”. O custo da folha de pagamento dos aposentados é considerado excessivo. O documento deixa em suspenso questões importantíssimas como: as etapas de construção do projeto de autonomia que será apresentado em meados de 2004 e as “alternativas de financiamento”, como uso de recursos dos fundos de pensão para financiar as federais (como se a universidade pudesse valorizar os referidos fundos) etc. Diante desta análise inicial, torna-se indispensável a afirmação de um projeto de universidade pública, gratuita, universal e autônoma, capaz de contribuir para o rompimento da heteronomia cultural imposta pelo capitalismo, por meio da produção de conhecimento novo. Empunhando essa consigna, será possível organizar a comunidade acadêmica, bem como os movimentos sociais, sindicatos democráticos e entidades científicas na luta em favor do ensino público e gratuito de qualidade e com compromisso social.

35. As medidas adotadas e encaminhadas ao parlamento que afetam o campo educacional, como a MP 147 de 15/12/2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, a proposta de emenda constitucional (PEC 217), que altera o caput e acrescenta três parágrafos ao art. 212 da Constituição Federal, para ampliar e diversificar as fontes de financiamento da educação superior por meio do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior – FUNDES, e da Contribuição Social para a Educação Superior - CES, e o Projeto Complementar nº 118/03, que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, a PEC que prevê recursos públicos para bolsa de alunos em instituições privadas, o decreto 2.208/97 são exemplos concretos da avalanche de medidas que introduzem uma reforma que está muito longe de ser consenso e de ter acordo com os movimentos docente, estudantil, e técnico-administrativo muito menos da sociedade em geral. A reforma ministerial de janeiro deixou claro que devemos enfrentar uma verdadeira ofensiva contra a universidade pública. Lula justificou a exoneração do ministro da Educação afirmando “achar melhor não ter um ministro ligado à universidade para conduzir a reforma universitária”. Cristovam Buarque, por sua vez, achou oportuno declarar que “a universidade se reforma com os professores e alunos. Senão, é destruída”,²⁰ insinuando (ou melhor, deixando claro) que o cenário que se prepara é o da destruição. Não tenhamos, sem ilusões. Vamos, portanto, à luta, com absoluta consciência do que está em jogo e quem devemos enfrentar.

Em defesa da educação pública e do Brasil dos trabalhadores

36. A situação da educação fundamental está ilustrada pelo simples fato de que um professor do ensino médio ganha 50% do salário de um policial civil, que também ganha mal. O detalhe é que para ser policial não é necessária formação superior, o que se exige do docente. Os professores têm salários piores do que profissionais de outras carreiras que exigem formação equivalente, segundo a publicação *Estatística do professor brasileiro*, do Ministério da Educação, que mostrou que um professor do ensino médio ganha metade do salário de um policial civil ou um quarto da remuneração de um delegado. Quanto mais pobre a região, pior é o salário do professor, menor é a sua formação e mais precária é a

²⁰ Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 2004.

infra-estrutura da escola em que trabalha. Um dos itens da pesquisa trata das condições de trabalho que as escolas oferecem aos professores, incluindo biblioteca, laboratório de ciência e informática e acesso à internet. A pesquisa expõe o sucateamento das escolas de educação básica na rede pública: metade dos professores leciona em escolas sem bibliotecas; quatro em cada cinco, em escolas sem laboratório de ciências; três em cada quatro, em colégios sem laboratório de informática²¹. O número de leigos na educação infantil e fundamental tem diminuído e o de professores com curso superior aumentado: 57% dos professores já têm o diploma²². Docentes que lecionam em turmas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental recebem R\$ 462. No nível médio, o salário vai até R\$ 866. Os professores formam um exército de 2,6 milhões de pessoas. O salário médio de um professor de educação infantil é de R\$ 423, enquanto o de um juiz é de R\$ 8.321: um professor recebe, portanto, quase 20 vezes menos. Os profissionais com diploma universitário necessitam de subemprego para sobreviver. Mais de 400 mil pessoas sobrevivem de atividades que não demandam sua especialização universitária, como flanelinhas, abatedores de matadouros, operadores de xerox, lixadores de tacos, babás e caseiros de sítios. Durante o período de 1992 a 2001, a expansão dos desempregados universitários foi de 120,7%, enquanto o número de ocupados com curso superior cresceu 62%. Ou seja, os trabalhadores vêm se qualificando, mas não há crescimento de ocupações para todos os qualificados. A crise de superprodução afeta também a educação, mas assume no Brasil uma forma miserável: excesso de qualificação (para o mercado), e déficit educacional crônico, em todos os níveis do ensino. A 21 de outubro de 2003, o então ministro da Educação, Cristóvam Buarque, e o presidente da CUT, assinaram um protocolo de intenções para a alfabetização de jovens e adultos, que pretende alfabetizar 300 mil pessoas de todas as regiões, num período de três anos. O objetivo desta ação conjunta é levar a alfabetização aos desempregados e aos trabalhadores rurais e urbanos ligados a sindicatos, federações e confederações filiados à CUT e aos beneficiários do programa Fome Zero, em todos os estados. O programa Brasil Alfabetizado atingiria 3 milhões de pessoas até o final do ano de 2003, e o ministério afirma ter “aproximadamente, 2 milhões de pessoas sendo alfabetizadas com recursos repassados pelo MEC [...]”. São 56 mil alfabetizadores cadastrados pelo MEC e cerca de 40 mil sem cadastro. A nossa perspectiva é cumprir a meta de colocar 3 milhões de pessoas em sala de aula até o final do ano, 6 milhões em 2004, 6 milhões em 2005 e 5 milhões em 2006, num total de 20 milhões de jovens e adultos”.²³ A alfabetização deixa de ser, portanto, uma função obrigatória do Estado, baseada na universalização da educação básica, pública, para passar a ser um “programa”, circunstancial, aleatório, sob responsabilidade de “organizações sociais”, e executado por pessoas mal ou não-pagas, sobre cuja formação o próprio Estado abre mão de qualquer responsabilidade.

37. O ano de 2003 foi encerrado com a promulgação, em 31 de dezembro de 2003, da reforma da Previdência (PEC 41), que taxou aposentados, introduziu a previdência privada e retirou o direito à previdência social pública. Este ato somou-se à intensificação do arrocho salarial (1% de reajuste + R\$ 60,00 em 2003) a que estão expostos os servidores públicos há nove anos, a retirada de 56 direitos que paulatinamente foram sendo usurpados dos trabalhadores e a determinação dos governos do Brasil e EUA em concluírem com sucesso as negociações da Alca até janeiro de 2005. O que está em marcha acelerada é o desmonte do serviço público que começou com o governo de Collor, aprofundou-se no governo FHC e tem continuidade no governo Lula, que vem desenvolvendo uma política em contradição com as expectativas de milhões que o elegeram. Constatamos a destruição de órgãos públicos: SUDENE, SUDAN, LBA, CEME, CBIA, todos extintos, com demissões, não-renovação do quadro, não-realização de concursos públicos e diminuições de quadro de pessoal, mediante fusão de órgãos como, por exemplo, na FUNASA (que declinou de 90 mil para 38 mil funcionários); terceirização, descentralizações, contratações precárias sem concurso público, como os professores substitutos nas universidades públicas (em algumas universidades federais há aproximadamente 40% de professores substitutos). O reajuste previsto para os servidores no Orçamento Geral da União será de, no máximo, 1,9%: a campanha salarial prepara um grande embate com o governo federal. Com uma perda salarial, estimada pelo Índice do Custo de Vida - ICV do DIEESE em 124,93%, desde janeiro de 1995 até setembro de 2003, a categoria deverá receber um reajuste pouco acima do 1% concedido no ano passado. A inflação de 2003 foi de aproximadamente 10%: exigimos uma resposta global do governo perante as perdas e a necessidade de uma política salarial com base nas nossas reivindicações e não nas orientações do FMI, na fixação de superávit primário para pagamento da dívida externa. O desmonte

²¹ Cerca de 45% dos profissionais trabalham sem contar com acesso a bibliotecas, 74% estão em estabelecimentos que não possuem salas de informática e 80% não têm laboratórios de ciência à disposição (Folha de S. Paulo, 15 de outubro de 2003)

²² Professores da zona rural encontram mais dificuldades do que os da urbana para concluir a graduação. Menos de 10% dos que atuam na área rural, dando aulas às séries iniciais do ensino fundamental, têm diploma superior. Já na zona urbana, o percentual é de 38%. (O Estado de S. Paulo, 15 de outubro de 2003).

²³ CUT e MEC assinam convênio para o Brasil Alfabetizado. Boletim eletrônico do Programa Brasil Alfabetizado, SEEA, nº 4, 27 de outubro de 2003.

não vem somente em forma de arrocho salarial e de não-financiamento adequado do setor público, mas também pela via das reformas, a previdenciária e agora a sindical e trabalhista, que objetiva o enfraquecimento das organizações sindicais e flexibilização da legislação trabalhista. O incidente da suspensão do registro sindical do ANDES-SN, encaminhado ao Ministério do Trabalho por alguns SINPRO, superado por liminar concedida graças à imediata resposta do ANDES-SN, pretendeu atingir o movimento docente das particulares, prejudicado pela precarização do trabalho. Devemos garantir um direito histórico do ANDES-SN, o de representar os docentes das IPES, quando assim for deliberado nas bases e de não cobrar o imposto sindical.

38. Com base nas reivindicações gerais dos trabalhadores e específicas do movimento docente – contra o pagamento da dívida externa, contra o FMI e a Alca; pela recuperação dos serviços públicos, pelo financiamento dos serviços públicos adequado às necessidades e demandas do povo brasileiro; por condições dignas e adequadas de trabalho, concursos públicos, implementação de planos de cargos e por uma política salarial que implique aumento emergencial e recuperação de perdas e incorporação de gratificações – iniciamos 2004 cientes de que será um ano de muita luta e que precisamos estar esclarecidos, unificados, mobilizados e organizados, inclusive para aprofundarmos o enfrentamento. Barrar a perda de direitos, o desmonte da nação e recuperar os serviços públicos no Brasil é uma tarefa urgente e estratégica que está colocada para os sindicatos e movimentos populares, combativos, de luta e resistentes. Tal tarefa enfrenta os interesses dos acordos com o FMI, com a Alca e com a política ditada por Washington ao governo Lula. Para os que defendem uma outra perspectiva de país, nação, sociedade, para além dos ditames do capital, o momento é de luta e resistência. O ANDES-SN, com sua tradição de independência e autonomia em relação a governos e partidos, com sua tradição combativa, classista e de luta, está ciente de que tem responsabilidades com a elevação da consciência da classe trabalhadora, em especial dos que constituem o movimento docente. Com a mobilização e a organização da resistência, com a construção da unidade no conjunto do funcionalismo público e no âmbito cutista, depositamos nossa confiança na força da classe trabalhadora em geral, lutaremos para romper com a atual política destrutiva, e construir, com as camadas mais oprimidas e a classe trabalhadora, o atendimento de nossas reivindicações imediatas, mediatas e históricas.

Obs.: Os textos em negrito dos parágrafos 33 e 34 foram transcritos do Relatório do GTI, de 15/12/03, versão não-oficial.

TEXTO 2

Contribuição dos profs. José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior -sindicalizados à ADUFOP SSind).

IMPERIALISMO, GLOBALIZAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE parâmetros para a análise da terceira fase do capitalismo

INTRODUÇÃO

*A lição sabemos de cor,
só nos resta aprender²⁴*

A análise de conjuntura é fundamental para se estabelecer parâmetros para a ação política. Mais do que nunca, no início do século XXI, uma análise de conjuntura deve levar em consideração as transformações recentes do capitalismo internacional e o seu novo caráter. Jamais o mundo esteve tão interligado como atualmente e, ao mesmo tempo, tão fragmentado. A análise da correlação de forças nacionais não pode ser feita independentemente da correlação das forças internacionais. Não se pode entender o caráter econômico e social da dinâmica nacional desligado da dinâmica mundial do capitalismo, que deixou de ser mundial e moderno, para se tornar global e pós-moderno. As pessoas que anseiam por uma atuação política conseqüente não podem continuar utilizando velhos conceitos criados em fases anteriores do capitalismo. A *praxis* revolucionária requer uma revolução nos paradigmas teóricos. Existe um esforço internacional neste sentido. Busca-se uma abordagem de âmbito global, mas com legitimidade local. A ANDES-SN, em seus Congressos, tem colocado a luta contra o imperialismo

²⁴ Versos da canção **Sol de Primavera**, música de Beto Guedes e Ronaldo Bastos

como primeiro ponto do “Eixo de Lutas” anual. Porém, entendemos que a formulação tal como tem sido reiteradamente apresentada não é capaz de dar conta da complexidade do mundo atual. A nosso ver, esta questão precisa ser objeto de um plebiscito que deveria acontecer juntamente com a próxima eleição da diretoria nacional da entidade, em 2004. A contribuição apresentada neste texto tem o objetivo de atualizar e provocar o debate político no âmbito do Sindicato ANDES, servindo de parâmetro geral para a reflexão concreta do dia-a-dia.

IMPERIALISMO: SEGUNDA FASE DO CAPITALISMO

O imperialismo era, na realidade, uma extensão da soberania dos Estados-nação europeus além de suas fronteiras (...) Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam²⁵.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais²⁶ é possível distinguir 5 usos do vocábulo imperialismo: a) no sentido básico, designa o governo de um imperador, em especial quando despótico e arbitrário; b) durante as décadas de 1870 e 1880, a palavra teve aceitação geral na Grã-Bretanha e imperialista era a pessoa que aprovava o Império Britânico; c) mais ou menos na mesma época, a palavra imperialismo passou a designar a ampliação do domínio territorial europeu na África e na Ásia e representava “soberba, combatividade e prestígio”; d) na visão leninista o imperialismo é “a fase monopolista do capitalismo”; e) outro uso comum relaciona o imperialismo com o controle de um Estado por outro, quer seja o controle americano no Iraque ou o controle do Tibet pela China.

Mas enquanto conceito teórico, o imperialismo não foi desenvolvido por Karl Marx, mas sim por autores, marxistas ou não, que estudaram as transformações do capitalismo da fase concorrencial para a fase monopolista. No espaço de um lustro, surgiram 5 livros que foram fundamentais para a colocação do problema. O autor que teve papel seminal na elaboração e difusão deste conceito foi o economista inglês John Atkinson Hobson (1858-1940) que publicou, em 1902, o livro *Imperialismo* que veio a inspirar toda a literatura posterior. Rudolf Hilferding (1877-1941) publicou o *Capital financeiro*, em 1910 e Rosa Luxemburgo (1871-1919) publicou o *A acumulação de capital*, em 1913. Já no desenrolar da Primeira Guerra Mundial, surgiram os livros *O imperialismo e a economia mundial*, de Nicolai Bukharin (1888-1938), publicado em 1916 e o livro *Imperialismo, etapa superior (última) do capitalismo* de Lênin (1870-1924), publicado em 1917.

Evidentemente, as abordagens destes 5 livros clássicos não são convergentes. Ao contrário, existem claras diferenças entre eles. Aliás, é preciso deixar claro que o conceito de imperialismo é um dos mais ecléticos da teoria marxista e, ao longo do tempo, tem sido utilizado de maneira muito pouco científica. O conceito tem três elementos básicos: a) o processo de acumulação capitalista; b) a periodização do capitalismo em fases ou estágios; e c) a divisão internacional econômica e política entre os países.

Hobson foi o primeiro a mostrar que o imperialismo corresponde à passagem do capitalismo concorrencial (*laissez faire*) para o capitalismo monopolista, sendo que ele representaria uma nova fase (a segunda) do capitalismo. Fase esta que corresponde à concentração extrema do capital, ao monopólio das patentes, ao poder de monopólio sobre os mercados locais de trabalho e de matérias-primas e ao surgimento de uma “classe financeira” que exerce controle sobre a grande indústria capitalista. Mas o autor não considerava que o imperialismo seria a última fase do capitalismo, como imaginou Lênin. Hobson, também não via o desenvolvimento do imperialismo, especialmente o americano, como fruto de uma “dominação externa”, mas sim de uma “dominação interna”, ou seja, o potencial expansivo do grande capital, incapaz de ser contido nos estreitos limites nacionais, dada a sua tendência à sobrevalorização, transbordaria para o campo internacional. A análise central de Hobson parte da acumulação nacional para a expansão internacional, sendo que os fatores “locais” tinham preponderância sobre os fatores externos.

Hilferding, ao contrário de Hobson, considerava o imperialismo, especialmente o europeu, como uma etapa superior do capitalismo, que tinha na “dominação externa” a sua fonte primeira de expansão. Contudo, o autor não via o imperialismo como última etapa do capitalismo, mas, ao invés, via de forma simpática a capacidade da nova etapa do capitalismo monopolista em unificar os capitais comercial, industrial e financeiro, reduzindo a “anarquia” do capitalismo concorrencial. Ele chegou a sonhar com o “capitalismo organizado”. Em decorrência destas visões ele assumiu uma posição social-democrata após a Primeira Guerra e virou Ministro das Finanças na República de Weimar. Com a ascensão de Hitler ele

²⁵ HARDT, M. NEGRI, A. *Império*. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2002, pp. 13-14

²⁶ Dicionário de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, FGV, 1987.

teve de abandonar seu país, mas acabou sendo preso na França e deportado para a Alemanha, onde foi assassinado, em 1941, pelo regime nazista.

Já Rosa Luxemburgo não via o imperialismo como uma etapa específica e diferenciada em relação ao capitalismo concorrencial, mas sim, como a consequência lógica do processo de acumulação de capital. Analisando o livro 2 de *O Capital*, de Marx, Rosa vê uma impossibilidade de o capital se reproduzir em escala ampliada, sem “terceiros mercados”, isto é, sem mercados não capitalistas. A autora vê, de maneira inerente ao capitalismo, uma tendência ao subconsumo. Assim, para que a sobreacumulação do capital possa se concretizar o capitalismo precisava conquistar novos mercados. Daí surge o processo de internacionalização que é uma condição vital da expansão do capital. As conquistas coloniais seriam a sobrevida do capitalismo. Desta forma, Rosa Luxemburgo acreditava que o limite do capitalismo seria atingido quando ele ocupasse todos os interstícios do planeta. Sem “terceiros mercados” o capitalismo não teria como garantir a continuidade da acumulação e entraria em crise irreversível. Ela analisou a Primeira Guerra Mundial como fruto da disputa interimperialista que levaria ao fim do capitalismo ou à regressão civilizatória da humanidade. Por isto ela lançou, em 1915, a palavra de ordem: “*socialismo ou barbárie*”. Em defesa de suas teses ela criou a Liga Spartaquista e foi para as ruas defender a revolução alemã, mas foi assinada pelas forças reacionárias, em 1919.

Tanto Bukharin, quanto Lênin, discordavam do conceito de imperialismo de Rosa Luxemburgo, especialmente no que tange às teses subconsumistas. Bukharin via a divisão internacional do trabalho como um caso particular da divisão social do trabalho, ou seja, a “economia mundial” era o resultado do choque dos “organismos econômicos nacionais”. Para ele, o “capitalismo monopolista de estado” tendia a eliminar a concorrência interna nos países, mas acentuava a concorrência externa entre os interesses dos diversos Estados-nação. A economia mundial era muito mais que a soma das economias nacionais e a tendência à internacionalização do capital se dava em paralelo às barreiras nacionais de proteção às burguesias nacionais (e também ao proletariado). Em consequência a guerra interimperialista seria o resultado das diferentes dinâmicas entre capitais nacionais disputando espaços internacionais. Contudo, nos anos 20, Bukharin passou a defensor da construção do socialismo em um só país. Mesmo assim, em 1937, Bukharin foi preso pelas forças stalinistas, acusado de estar aliado aos militantes trotskistas e, no ano seguinte, foi assassinado por acusação de traição à URSS.

Lênin, a partir de uma síntese das contribuições anteriores, via o imperialismo como resultado de 5 características: a) a exportação de capital adquire importância primordial, ao lado da exportação de mercadorias; b) a produção e a distribuição passam a ser centralizadas por grandes trustes ou cartéis; c) os capitais bancário e industrial se fundem; d) as potências capitalistas dividem o mundo em esferas de influência; e) essa divisão é concluída, abrindo a possibilidade de uma luta intercapitalista incessante para redividir o mundo. Com base nestes pressupostos, Lênin considerava que o imperialismo era “*parasitário, rentista e putrefático*”, isto é, parasitário porque retardava o progresso técnico, rentista porque vivia de rendas da exportação de capitais e putrefático porque sempre promovia guerras de conquista. Assim como Bukharin, Lênin achava que os países imperialistas utilizavam parte dos seus lucros internos para “subornar” as elites operárias de seus países, criando uma “aristocracia operária” que se tornava reformista e não revolucionária. Por isto, eles achavam que a revolução socialista iria acontecer nos países da periferia do sistema capitalista que eram os elos fracos do sistema. Para eles a revolução nos países “imperialistas” viria num segundo momento. A única possibilidade de evitar a revolução socialista seria o surgimento de um “Super-imperialismo”, que se materializaria na construção de um “Truste mundial” unindo o conjunto dos capitais internacionais. Mas eles achavam que antes disto: “*o imperialismo soçobrará fatalmente e o capitalismo se transformará em sua antítese*”²⁷. Entretanto, o fracasso da experiência soviética e a nova realidade mundial enfraqueceram as formulações leninistas.

Nota-se, pois, que existem, desde o início, profundas diferenças na formulação do conceito de imperialismo. Durante um tempo, imperialismo e colonialismo eram as duas fases da mesma moeda. A idéia de que o mundo imperialista caminhava para o colapso ficou em voga com a ascensão do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que pareciam confirmar a tese do “socialismo ou barbárie”. As duas grandes guerras foram as expressões máximas da luta inter-imperialista no século XX e todas as análises marxistas (ou não) sempre enfatizaram que o imperialismo é um sistema de disputa entre potências capitalistas centrais. A teoria do imperialismo em um só país (como sugerem certas análises atuais sobre a hegemonia dos EUA) é uma idéia que nem Stalin ousou formular.

As abordagens que interpretavam o imperialismo como a última etapa do capitalismo, ou como iminência da bancarrota do sistema, estiveram em voga até 1945. Todavia, tudo mudou com a nova conjuntura pós-guerra. O mundo assistiu a um grande crescimento da economia mundial na segunda metade do século XX, especialmente nos chamados “30 anos gloriosos” (1945-1973), quando houve o maior

²⁷ Lênin, Prefácio, In: BUKHARIN, N. O imperialismo e a economia mundial. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

crescimento econômico de toda a história da humanidade, apesar das previsões em contrário de Rosa Luxemburgo, Bukharin e Lênin. As mudanças ocorreram em dois níveis: político e econômico.

No plano político internacional, a primeira grande mudança foi o fim do colonialismo e o processo de libertação nacional dos países do Terceiro Mundo. Em segundo lugar, ao invés de disputas crescentes o capitalismo internacional promoveu a criação da ONU (organização das Nações Unidas), do BIRD (Banco Mundial), do FMI (Fundo Monetário Internacional), do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) - que antecedeu a OMC (Organização Mundial de Comércio), da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), da OECD, (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento) e outros órgãos de caráter multilateral. Os antigos países imperialistas não criaram um “super-imperialismo” como chegou a imaginar Lênin, mas criaram um mundo de regulação da concorrência dos diversos países “capitalistas monopolistas de Estado” e de “cooperação” internacional.

No plano econômico, houve uma difusão da sociedade de consumo de massas. O fordismo e o taylorismo se tornaram hegemônicos (inclusive na URSS) e houve uma generalização das políticas de cunho keynesiano, visando a garantir o pleno emprego. Aquilo que Lênin dizia que era a exportação do capital-dinheiro se transformou em exportação de bens de capital. A partir de 1945 houve um processo de internacionalização da produção capitalista. Instalou-se o período das multinacionais, empresas que controlavam plantas de produção em diversos países do mundo. A velha divisão internacional do trabalho - entre países exportadores de produtos industriais e países exportadores de produtos primários e matérias-primas – se transformou e ficou mais complexa. Mesmo sem reconhecer a existência de uma nova fase do capitalismo, Mandel, em 1972, chamou de capitalismo tardio a nova realidade que se configurava e que ia além das previsões leninistas: “*um desenvolvimento ulterior da época imperialista*”²⁸.

Neste novo contexto, os herdeiros do conceito de imperialismo mudaram o foco da questão após 1945 e o começo da Guerra Fria. As novas definições do imperialismo passaram a dar ênfase na questão das “trocas desiguais” e na “teoria da dependência”. O imperialismo deixou de ser visto como uma disputa entre potências monopolistas para se tornar um conflito entre países ricos (centrais) e países pobres (periféricos), enquanto virou moda falar de países desenvolvidos (modernos) e países subdesenvolvidos (tradicionais). Diante do sucesso dos países capitalistas centrais no sentido de reduzir a pobreza e garantindo a inclusão social em seus próprios territórios, a atenção se voltou para a pobreza e a exclusão social no Terceiro Mundo.

O modelo de “Troca desigual” de Arghiri Emmanuel (1911-2001) baseava-se na diferença da taxa de exploração entre as nações imperialistas e as nações exploradas. A taxa de lucros é igual em todo o mundo porque o fator de capital desloca-se livremente para onde os ganhos são maiores. Quanto aos salários reais, são determinados por razões sociológicas e históricas, especialmente a grande oferta de mão-de-obra e a fraqueza dos sindicatos, tendendo a ficar ao nível de subsistência. É exatamente do abismo verificado entre os salários que surge a troca desigual, em favor dos países imperialistas e em detrimento dos países explorados, onde a exploração dos trabalhadores seria maior.

O problema da abordagem de Arghiri é que ela supõe que, enquanto existe disponibilidade de mão-de-obra, os países explorados deveriam apresentar taxas de crescimento maior que a dos países imperialistas. Mas na prática isto não acontecia. Assim alguns autores introduziram a noção de que o imperialismo só investia em setores modernos e mantinham atrasados os setores tradicionais. Contra esta visão dualista, Gunder Frank articulou a visão do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, mostrando que o capitalismo periférico constituía “formações econômicas bloqueadas”. Samir Amin considera que a troca desigual nasce do encontro das técnicas capitalistas avançadas com os operários com salários de subsistência dos países dependentes. Mas Charles Bettelheim, vê relação inversa, pois considera que os salários relativos são menores nos países imperialistas, onde existe maiores taxas de mais-valia.

Na linha das abordagens da “troca desigual”, surgiu a teoria da dependência cujos principais autores são: Teotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, de maneira geral, pode ser resumida em 6 características: a) a dependência é a estrutura condicionante da pobreza; b) a pobreza é o resultado do subdesenvolvimento; c) desenvolvimento e subdesenvolvimento são partes de uma estrutura interdependente de um sistema global; d) o sistema global é tal que o desenvolvimento de parte do sistema ocorre às expensas da outra parte; e) subdesenvolvimento não é simplesmente não-desenvolvimento, mas um tipo de estrutura socioeconômica trazido pela integração na esfera dos países capitalistas avançados; f) dependência é a situação na qual as economias de um grupo de países são

²⁸ MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio, São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 5

condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outros países. Rui Mauro Marini chegou a formular a idéia de subimperialismo, que seria efetuado por países como Brasil, Índia, Irã, etc.²⁹

Desta forma, percebe-se que o conceito de imperialismo foi se adaptando para novas formulações. Contudo, se o sociólogo FHC defendeu a teoria da dependência, quando estava na presidência pediu para que seus leitores esquecessem o que ele escreveu. Infelizmente, muitas pessoas de esquerda continuaram a defender aquelas velhas formulações. Muitas forças de esquerda repetem, às vezes sem saber, as velhas fundamentações da teoria da dependência e as velhas práticas protecionistas, adotando posturas reformistas, mas com um linguajar (pseudo) revolucionário.

Atualmente, algumas pessoas fazem uma associação mecânica entre globalização e imperialismo. Mas é um erro imaginar que a globalização é apenas um novo nome para o conceito de imperialismo ou que é apenas uma nova ideologia que não tem sustentação na concretude da estrutura produtiva mundial. Não adianta ficar falando de imperialismo sem definir qual imperialismo se está referindo. Também é preciso definir o conceito de globalização. Na verdade a globalização é um processo muito antigo que antecede, inclusive, o surgimento do capitalismo.³⁰ Quando se fala da globalização na virada do milênio, se está falando de uma nova etapa do capitalismo, que vem tomando forma depois do fim da Guerra Fria e do aprofundamento da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Científica Tecnológica. A questão conceitual colocada é estabelecer os parâmetros para a interpretação desta nova etapa do capitalismo, uma etapa pós-imperialista e pós-moderna.

GLOBALISMOS E GLOBOFOBIA

*O que eu denomino localismo globalizado e globalismo localizado são globalizações de-cima-para-baixo; cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade são globalizações de-baixo-para-cima*³¹.

O vocábulo globalização é uma espécie de palavra-ônibus, que têm inúmeros significados. Em 1964, Marshall McLuhan cunhou a expressão “Aldeia Global” que foi amplamente citada e divulgada. Mas a palavra globalização entrou em moda nos anos 80, inicialmente nas escolas de administração norte-americanas – business schools - e foi assimilada pela mídia de todo o mundo. Entretanto, não existe consenso nem na terminologia e nem nas categorias analíticas utilizadas, como mostram os seguintes exemplos: “economia-mundo”, “sistema-mundo”, “shopping center global”, “cidade global”, “capitalismo global”, “mundo sem fronteiras”, “tecnocosmo”, desterritorialização”, “miniturização”, “hegemonia global”, “fim da geografia”, “fábrica global”, “nova Babel”, etc.

Segundo Tavares e Fiori³²: “Não há dúvida de que a palavra globalização foi cunhada no campo próprio das ideologias transformando-se, nesta última década, num lugar-comum de enorme conotação positiva, apesar de sua visível imprecisão conceitual. É provável, inclusive, que esta palavra passe à história dos modismos sem jamais adquirir um verdadeiro estatuto teórico, mantendo-se como um conceito inacabado. Mas também não há dúvida de que, apesar de tudo isto, poucas palavras possuem tamanha força política neste final de século XX, o que já seria razão suficiente para submetê-la a um exame rigoroso e crítico” (p. 7).

Antes mesmo do uso generalizado da palavra globalização Ferdinando Braudel (1902-1985) já utilizava a expressão “economia-mundo” e Immanuel Wallerstein (1930 -) utilizava expressão semelhante “sistema-mundo”³³. Braudel distinguia a economia mundial (globalização) da economia-mundo, pois a segunda estava relacionada com uma porção do planeta, mas que se constituía em um todo econômico a partir de 3 características: a) ocupa um determinado espaço geográfico; b) submete-se a um pólo, ou a um centro; c) se dividem em zonas sucessivas. Wallerstein chama atenção para as confluências e tensões, acomodações e contradições do capitalismo histórico. Ele considera que, desde o século XVI, sucederam-se economias-mundo de maior ou menor envergadura e duração, centradas em torno de Portugal, Espanha, Holanda, França, Alemanha, Rússia, Inglaterra, Japão e Estados Unidos, sendo que, ao longo da história, existe o processo de ascensão e queda das grandes potências. Ambos os autores consideram que a exportação de capital e o monopólio fazem parte constitutiva da modernidade e não apenas da etapa imperialista do capitalismo.

²⁹ MARINI, R.M. **Subdesarrollo y revolución**, México, 1969.

³⁰ Ver ALVES, J.E.D. FAVERSANI, F. **Análises de Conjuntura: globalização e o segundo governo FHC**. Ouro Preto, REM, 2002.

³¹ SANTOS, Boaventura Souza. **As tensões da modernidade**, em <http://www.forumsocialmundial.org.br>

³² TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (Des)ajuste global e modernização conservadora. RJ, Paz e Terra, 1993.

³³ IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

No processo de expansão do capitalismo existem continuidades e descontinuidades. Alguns autores vêem a globalização como uma continuidade da evolução linear do capitalismo, e outros a vêem como uma descontinuidade, ou como uma realidade qualitativamente diferente e não apenas quantitativamente diferente. Ianni, por exemplo, vê a globalização como uma nova fase do capitalismo: “*A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória*”³⁴ (p. 11).

François Chesnais³⁵ prefere utilizar o termo mundialização ao invés de globalização. Para ele, a mundialização do capital é algo diferente da simples internacionalização: “*Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (...) a ‘mundialização do capital’, em que ingressamos no decorrer da década de 1980, decerto muito diferente do período ‘fordista’, mas também do período inicial da época imperialista, um século atrás*” (pp. 13-14). Chesnais dá ênfase para a “financeirização” da economia e para as desconexões dentro do sistema mundial e para o “dualismo no interior dos Estados nacionais, submetidos à liberalização e à desregulamentação”.

Outro termo utilizado é “Modernidade-mundo”. A globalização recoloca a problemática da modernidade e altera os parâmetros históricos e geográficos – as categorias de tempo e espaço – que foram elaboradas com base na noção do Estado-nação. Abre-se o debate sobre a continuidade ou ruptura da modernidade. Segundo Chesneaux, a globalização do capitalismo, compreendido como modo de produção e processo civilizatório, reabre a temática da modernidade-mundo: “*No final de contas, pois, é a sua globalidade simultaneamente estrutural e planetária que define a modernidade no fim do século XX como um momento singular (...) Esta, portanto, é a mutação fundamental realizada pela modernidade: com a mundialização da economia, o tecnocismo, a internacionalização da vida social, cria-se um sistema global sem equivalente na história da humanidade (...) Momento histórico singular: a modernidade-mundo impôs também a sua singularidade à reflexão histórica e ao saber histórico*”³⁶ (p. 207).

Segundo Renato Ortiz, estamos vivendo um processo de transformação política, econômica e cultural em escala planetária, que pode ser resumida no conceito de “desterritorialização”, que significa a deslocalização das relações sociais de um entorno físico determinado. O movimento de desterritorialização altera o “lugar da política” redefinindo os limites do Estado-nação: “*A globalização coloca pois um desafio; imaginar a política dentro de parâmetros universais e mundializados. Isso significa que o debate sobre a cidadania, realizado em termos tradicionais, se esgotou. É necessário ampliá-lo e percebermos o mundo como uma “sociedade civil mundial”. Um espaço ‘transglóssico’ (diriam os lingüistas) no qual se cruzam diferentes intenções políticas e ideológicas. Espaço que não fosse determinado apenas pelas forças do mercado global e pelo interesse hegemônico das transnacionais. Espaço que se abre, neste século que se inaugura, para uma discussão sobre o cidadão mundial, seus direitos, utopias e aspirações*”³⁷ (p. 275).

Um lema mundialmente conhecido é: “*Pense globalmente e aja localmente*”. Algumas pessoas criticam este lema dizendo que é preciso “*pensar globalmente e agir globalmente*”. Ou seja, existem dúvidas quanto ao âmbito da nossa ação, mas todos concordam que é preciso pensar globalmente. Isto significa que é preciso pensar no caráter internacional do capitalismo no século XXI. Sem este parâmetro mais amplo de pensamento é impossível se ter uma ação prática revolucionária. Sem parâmetros internacionais corretos não teremos parâmetros nacionais e locais coerentes e vamos sempre repetir os mesmos erros e equívocos da *praxis* espontaneísta.

Pensar globalmente inclui, entre outros fatores, entender as relações existentes entre os países capitalistas avançados, suas relações com o chamado Terceiro Mundo e os problemas afetos à população, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, às discriminações de raça, gênero, geração, orientação sexual, etc. Pensar globalmente no século XXI requer pensar a passagem da modernidade para a pós-modernidade.

Existem grupos liberais e neoliberais que pregam a integração passiva e negativa do Brasil no processo de globalização. Estes grupos consideram que só as “forças de mercado” são capazes de garantir o progresso e permitir a máxima utilização dos fatores de produção. Eles defendem a abertura comercial

³⁴ IANNI, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

³⁵ CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996.

³⁶ Jean Chesneaux. In: IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

³⁷ ORTIZ, Renato. Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, L. et al. Desafios da globalização. Petrópolis, Vozes, 1998.

irrestrita, o livre fluxo de capitais, a desregulação e a flexibilização do mercado de trabalho, a liberação do mercado de bens e serviços, etc. Eles são partidários da globalização neoliberal.

Existem outros grupos que são contra qualquer forma de globalização e são globofóbicos. Eles acham que globalização é um outro nome para imperialismo. Como são contra o imperialismo são, também, contra a globalização. Alguns chegam a afirmar que globalização é barbárie, isto é, a globalização seria um retrocesso no processo civilizatório da humanidade. Outros grupos defendem, em tese, o lema do Manifesto Comunista: *“Proletários de todos os países, uní-vos”*. São contra a globalização do capital, mas são a favor da globalização do trabalho. Querem o fim do imperialismo, usam uma linguagem de luta de classes, mas acabam reproduzindo os conceitos do conflito de países pobres contra países ricos, como se tratasse da velha luta pela independência nacional da época do colonialismo.

Existem autores, entretanto, que consideram que uma outra globalização é possível. Milton Santos, em seu livro *Por uma outra globalização*³⁸ mostra que a concepção neoliberal retrata o mundo como uma fábula, com ênfase para a noção de tempo e espaço contraídos, ao “alcance das mãos”. Mas na realidade existe uma “globalização como perversidade” devido ao desemprego e à pobreza crescentes, “alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, cinismos, a corrupção”, etc. Contudo o autor considera que pode haver uma outra globalização, que surja de baixo para cima: *“Podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos”* (p. 20).

Para Boaventura Santos, a divisão internacional da produção, na época da globalização, assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão-só a escolha de globalismos localizados. O sistema-mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados. Todavia, o projeto contra-hegemônico articula dois outros projetos alternativos: o “cosmopolitismo” e “patrimônio comum da humanidade”. Para o autor: *“A preocupação com o cosmopolitismo e com o patrimônio comum da humanidade conheceu grande desenvolvimento nas últimas décadas, mas também fez surgir poderosas resistências. O patrimônio comum da humanidade, em especial, tem estado sob constante ataque por parte de países hegemônicos, sobretudo dos Estados Unidos. Os conflitos, as resistências, as lutas e as ligações em torno do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade demonstram que aquilo a que chamamos globalização é, na verdade, um conjunto de arenas de lutas transfronteiriças”*³⁹.

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

*A nova etapa do capitalismo empurrou-nos irreversivelmente para a Pós-Modernidade*⁴⁰

Podemos demarcar o início da modernidade a partir das mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do declínio do feudalismo, há cerca de 5 séculos, do ressurgimento das cidades, mudanças nas relações de trabalho e de produção e gradual deslocamento de saberes religiosos e baseados na tradição - que até então ocupavam lugar central - substituídos pelo conhecimento científico. Outro ponto fundamental da modernidade é o fortalecimento do Estado-nação e da Soberania Nacional.

Para Max Weber (1864-1920), a modernidade surge com a racionalização científica, para a qual teve papel destacado o Renascimento, e com o “desencantamento do mundo”, para o qual contribuiu em muito a Reforma Protestante. O desenvolvimento da cultura moderna teria sofrido, na visão de Weber, uma influência causal significativa do *ethos* racional da conduta da vida existente nas concepções protestantes, que trouxe os rigores da ascese, presente no mundo católico, para os costumes do mundo. Para os protestantes, a vocação humana estaria em cumprir as tarefas seculares, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. A conduta ética sistematizada, metodicamente racionalizada, teria influenciado o planejamento racional da vida moderna.

Segundo Marshal Berman⁴¹ a história da modernidade seria composta por períodos com grandes variações e nuances, uma história de ambiguidade e descontinuidades. Ele propõe que esses 500 anos do período moderno sejam subdivididos em três fases principais: a) com o início do século XVI até o fim do século XVIII e, ainda que represente o começo de uma experiência de vida já moderna, é uma

³⁸ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro e São Paulo, Record, 2001.

³⁹ SANTOS, Boaventura Souza. *As tensões da modernidade*: <http://www.forumsocialmundial.org.br>

⁴⁰ JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996

⁴¹ BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Companhia das Letras, São Paulo: 1996.

modernidade em estágio embrionário, uma modernidade que ainda não se sabe modernidade; b) com o início no período próximo a Revolução Francesa, quando se pode dizer, segundo o autor, que pela primeira vez um grande e moderno público partilha o sentimento de viver uma mesma experiência – viver em uma era revolucionária. Esse homem moderno ainda não o é inteiramente porque tem o coração dividido. Ainda sabe bem o que era viver num mundo não-moderno. É um homem que vive em dois mundos a um só tempo; c) surgiria com o século XX, com a expansão do processo de modernização que chega a abarcar virtualmente todo o mundo. Esse “compartilhar” uma experiência, vivência e sentimentos comuns chega aqui a seu ápice em termos de extensão do movimento.

David Harvey⁴² vê a pós-modernidade surgindo da transformação do moderno sistema de produção em massa, em especial a transformação para a “acumulação flexível” como uma nova forma de operação do capitalismo e do mercado financeiro. Para ele a mudança cultural mais importante da transformação do fordismo para a acumulação flexível é a “compressão espaço-tempo”. Nos últimos 500 anos o espaço global tem mudado, assim como a noção de tempo, como mostra estas 4 épocas do transporte: a) de 1500-1840: a velocidade média das carruagens e dos navios à vela era de 16 km/h; b) de 1850-1930 a velocidade média dos navios à vapor e das locomotivas era de 57 a 100 km/h, respectivamente; c) nos anos 1950, os aviões à hélice tinham velocidade de 480-640 km/h; d) nos anos 1960 os aviões a jato tinham velocidade de 800-1100 km/h. Isto significa que o mundo moderno ficou “menor”. Na pós-modernidade a compressão espaço-tempo se torna maior e, até mesmo instantânea, para as telecomunicações e o mercado financeiro, que movimentam bilhões de dólares virtualmente. Assim, a notícia do assassinato do presidente Lincoln, em 1865, levou 13 dias para chegar à Europa, mas as imagens dos primeiros ataques americanos ao Iraque, em 2003, levaram menos de 13 segundos para cruzar o mundo.

Para Anthony Giddens⁴³ a modernidade refere-se às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto. Ele considera a modernidade, essencialmente, uma ordem pós-tradicional com as seguintes características: a) *“Separação de tempo e espaço: a condição para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo, incluindo sistemas globais; b) Mecanismos de desencaixe: consistem em fichas simbólicas e sistemas especializados(em conjunto = sistemas abstratos). Mecanismos de desencaixe separam a interação das particularidades do lugar; c) Reflexividade institucional: o uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação”* (p. 26). Ele chama a atenção para “a dialética do local e do global” e para as características unificadoras e desagregadoras da “alta modernidade”.

Segundo Alain Touraine⁴⁴, as duas categorias fundantes dos tempos modernos seriam a Racionalidade e a Subjetividade, categorias aparentemente contraditórias, mas que se completam mutuamente. O ser humano se propõe a avançar com a cientificidade e a racionalidade objetiva, mas também faz questão de afirmar-se enquanto sujeito, que tem a sua subjetividade. Com a Revolução Francesa o ideário – Liberdade, Igualdade e Fraternidade - se afirma e a idéia de direitos individuais vai, a partir da declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, se tornar inquestionável. Para Touraine “a razão e o Sujeito, que podem realmente unir-se, e que o agente desta união é o movimento social, isto é, a transformação da defesa pessoal e cultural do Sujeito em ação coletiva dirigida contra o poder que submete a razão aos seus interesses (...) A modernidade é refratária a todas as formas de totalidade, e é o diálogo entre a razão e o Sujeito, que não pode ser rompido nem terminado, que mantém aberto o caminho da liberdade” (p. 394).

Dos inícios da modernidade para a alta modernidade, uma nova realidade se descortina. Para Terry Eagleton,⁴⁵ novos conceitos como desterritorialização, pós-fordismo, acumulação flexível, a incerteza como marca fundamental de nosso tempo-espaço, a globalização e o enfraquecimento do Estado-Nação surgem como características da pós-modernidade e de uma nova forma de capitalismo - para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da Indústria Cultural, na qual as indústrias de serviço, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes, cede terreno a uma série difusa de “políticas de identidade”.

Não é objetivo deste texto abordar o pós-modernismo enquanto crítica pós-estruturalista que vê o niilismo irracional e a decadência brotarem nas sociedades pós-industriais dominadas pela tecnociência, pela programação, que são a própria racionalidade na produção, no trabalho, na burocracia e até no cotidiano. O choque entre a racionalidade produtiva e os valores morais e sociais já se esboçava no

⁴² HARVEY, David. The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change. Cambridge, MA: Blackwell, 1990.

⁴³ GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

⁴⁴ TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.

⁴⁵ EAGLETON, Terry. As ilusões do Pós-Modernismo, Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

mundo moderno e industrial. Na atualidade pós-moderna, ele fica mais agudo. Os filósofos pós-modernos, tais como, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, François Lyotard, Jean Baudrillard desejam revelar sua falsidade e sua responsabilidade nos problemas atuais. Para isso, eles lutam em duas frentes: a) Desconstrução dos princípios e concepções do pensamento ocidental - Razão, Sujeito, Ordem, Estado, Sociedade etc; b) Desenvolvimento e valorização de temas antes considerados menores ou marginais em filosofia: desejo, loucura, sexualidade, linguagem, poesia, sociedades primitivas, jogo, cotidiano.

A pós-modernidade é um termo polissêmico. Porém, nossa linha de argumentação vai mais no sentido definido por Siqueira: *“Trabalho a pós-modernidade com base nas análises de Fredrick Jameson e, portanto, entendo-a como a terceira fase do capitalismo, apresentada no esquema de Ernest Mandel como capitalismo tardio. Não se limita às áreas de literatura, arquitetura e artes plásticas, mas é ‘uma realidade genuinamente histórica (e socioeconômica)’. Desnecessário seria então dizer que a pós-modernidade é uma formação histórica capitalista, e como tal, numa visão crítica e dialética, é permeada de contradições produtivas e não-produtivas. Se existe algum absurdo ou contradição, estes fazem parte deste contexto histórico, que se nega a canalizar os avanços da tecnociência para diminuir a polarização da condição humana”*⁴⁶.

É neste contexto da pós-modernidade que Hardt e Negri⁴⁷ defendem suas três teses essenciais: a) a primeira: que o tempo do imperialismo passou, e que deu origem a uma nova forma de poder em rede mundial, a que se denomina Império; b) a segunda: que o capitalismo se desenvolveu, expandindo-se na mercantilização de múltiplas formas de relação social, através do que se denomina biopolítica - toda a vida é mercado; c) a terceira: está a surgir um novo protagonista, um sujeito social decisivo para a transformação mundial, que é a multidão.

A nova configuração mundial é vista assim por Castells: *“Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente”*⁴⁸ (p.412).

Para Rouanet⁴⁹, a modernidade está em crise, pois estamos vivendo o fim de um modelo civilizatório. Para o autor, o projeto civilizatório da modernidade tem como base três conceitos: a) universalidade; b) individualidade; c) autonomia. Porém, o universalismo está sendo sabotado por uma proliferação de particularismos; a individualidade submerge no anonimato do conformismo e do consumismo; e a autonomia está sendo ameaçada pelo reencantamento do mundo (religiões, esoterismo, fundamentalismo, etc.) e pela heteronomia. Para ele, a crise da modernidade é tanto do capitalismo, quanto do socialismo: *“Como a civilização que tínhamos perdeu sua vigência e como nenhum outro projeto de civilização aponta no horizonte, estamos vivendo, literalmente, num vácuo civilizatório. Há um nome para isso: barbárie. Pois o bárbaro, sem nenhum juízo de valor, no sentido mais neutro e mais rigoroso, é aquele que vive fora da civilização. Diante disso, há três reações possíveis. Podemos deixar em paz os bárbaros, sem infernizar-lhes a existência com valores civilizados. Podemos partir para um modelo civilizatório antimoderno, que represente em tudo a antítese do projeto de modernidade. E podemos repensar a modernidade, em busca de uma alternativa neomoderna”* (pp. 11-12).

Rouanet clama por uma civilização neomoderna iluminista. Para o iluminista, o bárbaro não é o estrangeiro, mas sim o sem razão, ignorante. Assim a barbárie está em todos os lugares e entre as diversas forças sociais, tanto na direita, quanto na esquerda. Portanto, para o autor, a solução seria: *“Iluminismo ou barbárie – é preciso escolher antes que outros escolhem por nós”* (p. 45).

Sem dúvida o mundo do início do século XXI apresenta uma complexidade muito maior do que a existente em tempos anteriores. Seria até irresponsabilidade ignorar a nova realidade que vem se reconfigurando, especialmente nas duas últimas décadas. É preciso se discutir coletivamente uma alternativa social nestes tempos de incerteza e perplexidade.

Boaventura Santos propõe uma ação de abrangência global com legitimidade local. Ele considera que os direitos humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais, para poderem operar como forma

⁴⁶ SIQUEIRA, Holgonsi S. G., *Jornal A Razão*, 30 de maio de 2002.

⁴⁷ HARDT, M. NEGRI, A. *Império*. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2002.

⁴⁸ CASTELLS, M. *Fim de milênio*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

⁴⁹ ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

de cosmopolitismo, como globalização de-baixo-para-cima ou contra-hegemônica: “O multiculturalismo, tal como eu o entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo”.

Segundo Castells, o século XXI não será uma era de trevas, mas para a maioria das pessoas não trará as recompensas prometidas pela revolução tecnológica mais extraordinária da história. Porém, não existe mais “Palácio de Inverno” para ser tomado e sim palácios imateriais feitos de redes de comunicação e fluxos de informação. A mensagem dele é a seguinte: “Não existe nada que não possa ser mudado por ação social consciente e intencional, munida de informação e apoiada em legitimidade. Se as pessoas forem esclarecidas, atuantes e se comunicarem em todo o mundo; se as empresas assumirem sua responsabilidade social; se os meios de comunicação se tornarem os mensageiros, e não a mensagem; se os atores políticos reagirem contra a descrença e restaurarem a fé na democracia; se a cultura for reconstruída a partir da experiência; se a humanidade sentir a solidariedade da espécie em todo o globo; se consolidarmos a solidariedade intergeracional, vivendo em harmonia com a natureza; se partirmos para a exploração de nosso ser interior, tendo feito as pazes com nós mesmos. Se tudo isso for possibilitado por nossa decisão bem informada, consciente e compartilhada enquanto ainda há tempo, então, talvez, finalmente possamos ser capazes de viver, amar e ser amados”⁵⁰.

Já Hardt e Negri convocam a multidão para construir um contra-império, a partir do esforço interno, pois é preciso “empurrar através do Império para sair pelo outro lado”. Propõem assim a unificação entre o novo sujeito, a multidão, e o seu objeto, a libertação cosmopolita na pós-modernidade. Dentre os métodos estão: a deserção da soberania por via do nomadismo, a emigração da “multidão móvel para alcançar a cidadania global”.

TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO (A FOICE E O MARTELO)

“Tal como as coisas se passaram até hoje, tal como decorreu a história do século XX, não estamos ainda em condições de saber que o capitalismo será seguramente sucedido pelo socialismo. Incerteza que faz da luta pelo socialismo uma escolha pela qual são responsáveis, moral e politicamente, os agentes da escolha”⁵¹.

A aliança operário-camponesa, o primeiro representado pelo martelo e o segundo pela foice, foi a base da constituição do sujeito político que liderou as revoluções socialistas do século XX. Na crise mundial dos anos 30, Trotsky clamou por esta aliança e contra as Frentes Populares e os acordos com as classes dominantes: “Exigimos que todos os partidos e organizações que se apoiam e falam em nome dos operários e camponeses, o rompimento político com a burguesia e a sua entrada no caminho da luta pelo governo operário e camponês”⁵². A aliança operário-camponesa também esteve na vanguarda da luta de classes no Brasil, principalmente até o golpe militar de 1964. Contudo, muita coisa mudou nas últimas décadas tanto no mundo, quanto no Brasil.

A população rural brasileira que na metade do século XX representava dois terços da população foi perdendo participação relativa e chegou a menos de um quinto no ano 2000. A população urbana passou de 18 milhões em 1950 para 138 milhões no ano 2000. A pobreza que se concentrava no campo, passou a se concentrar no meio urbano. Também a riqueza que se concentrava no campo e na economia primário-exportadora se transportou para as cidades e para a exportação de bens intermediários e industriais. O Brasil deixou de ser um país agrário e rural para se tornar urbano-industrial. A população dos 10 maiores municípios brasileiros (SP, RJ, Salvador, BH, Fortaleza, DF, Curitiba, Recife, Manaus e Porto Alegre) já era equivalente à população rural brasileira em 2000.

A tabela 1 mostra que houve uma mudança substancial na distribuição da População Economicamente Ativa (PEA). Os “camponeses” atuantes no setor primário eram 12,2 milhões em 1960 e representavam mais da metade (54%) dos trabalhadores brasileiros. Os “operários” envolvidos com o setor secundário eram um contingente de menos de 3 milhões de homens (o número de mulheres operárias era muito pequeno) em 1960, representando cerca de 13% dos trabalhadores brasileiros. Assim, quando se falava em aliança operário-camponesa, em 1960, estava-se falando de dois terços dos trabalhadores do Brasil. Estes números alimentaram a possibilidade de se fazer uma revolução tipo Chinesa no Brasil, liderada pelos “camponeses”, o que fez parte do sonho da fundação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), sob forte influência do pensamento de Mao Tsé Tung.

⁵⁰ CASTELLS, M. Fim de milênio. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 437.

⁵¹ GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo, Ática, 1999

⁵² TROTSKY, Leon. Programa de Transição. In Lenin, V. Trotsky, L. A questão do programa. São Paulo, Kairós, 1979.

A questão da reforma agrária estava colocada na ordem do dia tanto pelas forças capitalistas, quanto pelas forças socialistas. Para os primeiros, a reforma agrária é uma reforma fundamental para o capitalismo, pois democratiza a propriedade, aumenta a oferta de produtos agrícolas e eleva o poder de compra da população rural, criando mercado para os bens e serviços do meio urbano. Todos os países capitalistas avançados fizeram, de uma maneira ou outra, a sua reforma agrária. O Japão, por exemplo, fez sua reforma agrária após a Segunda Guerra Mundial, sob ocupação americana. Já para os socialistas, a reforma agrária era uma forma de romper com a dualidade minifúndio-latifúndio e seria uma etapa na marcha histórica para a construção de uma sociedade socialista que seria liderada pelos operários industriais das cidades. Mas ao contrário de tantos outros países do mundo, o Brasil não fez a reforma agrária, porém promoveu uma “modernização conservadora” no campo, ou seja, expulsou mão-de-obra e elevou a produtividade agrícola sem democratizar o acesso à terra.

Evidentemente, a Reforma Agrária no Brasil precisa ser feita, mesmo que tardia. Contudo, neste início de século XXI as repercussões desta reforma não teriam o mesmo impacto caso fosse feita na década de 1960. Nos últimos dez anos, enquanto a população total do Brasil cresceu cerca de 20%, a produção agrícola brasileira (de grãos) mais que dobrou de tamanho, passando de 58 milhões de toneladas em 1990/91, para mais de 120 milhões em 2002/03. Os sucessivos recordes da produção agrícola atende ao mercado interno e, através do agronegócio, é capaz de gerar um grande superávit na balança comercial. O Rebanho bovino do país chegou a 185 milhões de cabeças, ultrapassando um animal para cada brasileiro. Se existem pessoas passando fome no país, isto não se deve ao “atraso” agrícola, mas sim à falta de emprego e renda de grande parte do povo pobre e oprimido. A reforma agrária continua sendo indispensável para o Brasil e para o bem-estar dos brasileiros. Mas seria ilusão pensar que esta reforma seria um passo inevitável para o socialismo. Ela é necessária, mas não suficiente.

Os dados da tabela 1 mostram que a participação do setor primário na composição da PEA caiu, em termos relativos, de 54% em 1960 para apenas 18,5% em 2000 e, em termos absolutos, de 12,2 para 12,1 milhões de pessoas. A participação relativa do setor secundário subiu de 12,9% em 1960 para 24,4% em 1980 e depois caiu para 20,7% em 2000. Em termos absolutos, houve crescimento durante todo o período, mas ficando praticamente estagnado nos anos 90. O grande crescimento se deu na realidade no setor terciário que passou de 33,1% da PEA em 1960, para 61% em 2000. Isto quer dizer, que os “operários” e “camponeses”, no ano 2000, representavam menos de 40% da PEA e os trabalhadores do setor serviço eram mais de 60% do total. Estes dados servem para mostrar que qualquer solução revolucionária no Brasil do século XXI só pode ocorrer no meio urbano, onde se concentram mais de 80% da população e dos trabalhadores brasileiros.

Tabela 1
População Economicamente Ativa (PEA) por setor de atividade
Brasil: 1960-2000

Setor	Anos									
	1960		1970		1980		1991		2000	
Primário	12.276,9	54,0	13.087,5	44,3	13.109,4	29,9	12.889,8	22,1	12.119,4	18,5
Secundário	2.940,2	12,9	5.295,4	17,9	10.675,0	24,4	13.536,0	23,2	13.560,3	20,7
Terciário	7.532,9	33,1	11.174,3	37,8	20.012,4	45,7	32.030,3	54,8	39.950,2	60,9
Total	22.750,0	100,0	29.557,2	100,0	43.796,8	100,0	58.456,1	100,0	65.629,9	100,0

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

Todavia, o peso relativo dos “operários” ao invés de crescer, tem diminuído na última década, devido, entre outros fatores, ao processo de reestruturação produtiva. Segundo Jannuzzi e Mattos⁵³ o emprego industrial caiu no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras entre 1989 e 2001. A tabela 2 mostra que a participação do emprego industrial no conjunto das ocupações das regiões metropolitanas caiu, em termos relativos, de 25,3% em 1989 para 16,3% em 2001 e, em termos absolutos, de 4,2 milhões para 2,8 milhões de trabalhadores. Isto quer dizer, que o peso social e político do proletariado urbano não só é pequeno, mas declinante, nas grandes cidades brasileiras.

⁵³ JANNUZZI, Paulo e MATTOS, Fernando. Duas décadas de conjuntura econômica. Transinformação, PUC Campinas, v.13, n.2, julho/dez de 2001, pp 111-129.

Para Rivero⁵⁴, o mundo está passando por um processo de *desproletarização*, isto é, diminuição da classe operária tal como conhecida na segunda fase do capitalismo: “A *revolução tecnológica está acabando com as enormes fábricas cheias de chaminés e rodeadas de população proletária e fazendo surgir centros de produção menores e com considerável automatização, nos quais predominam a informática e o trabalho temporário. Esta modernização está ocorrendo em quase todos os setores da produção industrial. O resultado é um processo irrefreável de desproletarização mundial*”.

Tabela 2
Evolução da população ocupada na indústria de transformação
Total das regiões metropolitanas brasileiras 1989-2001

Ano	Total das ocupações	Industria	%
1989	16.625,6	4.204,9	25,3
1990	17.203,9	4.118,1	23,9
1991	15.208,5	3.454,3	22,7
1992	15.085,2	3.126,5	20,7
1993	15.316,9	3.142,1	20,5
1994	15.691,8	3.081,6	19,6
1995	16.051,4	3.082,6	19,2
1996	16.464,8	3.088,6	18,8
1997	16.391,3	2.834,6	17,3
1998	16.454,6	2.717,2	16,5
1999	16.346,1	2.657,6	16,3
2000	17.274,1	2.815,9	16,3
2001	17.258,3	2.803,2	16,3

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE

Segundo Dupas⁵⁵ houve, no Brasil, uma explosão do trabalho informal ou flexível nas regiões metropolitanas brasileiras nos anos 90. Caiu o emprego com carteira assinada e houve um grande avanço da categoria “conta própria”. O percentual de trabalhadores informais (sem carteira + conta própria) passou de 40% em 1990 para 50% em 2000. Houve um “inchaço” do setor terciário e uma redução dos trabalhadores que geram mais-valia diretamente sob o comando do capital, quer seja na cidade, ou no campo. A queda do emprego industrial, de certa forma, coloca em xeque a capacidade de liderança da classe operária para liderar um processo de transformação social.

Este processo não tem ocorrido apenas no Brasil, mas é uma característica do capitalismo pós-industrial e pós-imperialista. O que está em xeque é a própria capacidade de liderança da classe operária que se torna incapaz de hegemonizar um bloco histórico para romper com o capitalismo. Como afirmou Gorender: “Desde cerca de trinta anos, a história se moveu em sentido contrário à previsão feita por Marx, no Manifesto Comunista e fundamentada em *O capital*. Em vez de crescer com o capital, o proletariado industrial – núcleo da classe operária, como escreveu Engels – vem decrescendo, de acordo com uma tendência que atua não só nas fases de descenso do ciclo econômico, mas até mesmo nas fases de ascenso. E, por isso mesmo, deu origem a um desemprego estrutural cada vez maior. Em consequência, a força social do proletariado também evidencia tendência de queda, com repercussão igualmente de contração da sua atuação nos planos político e sindical”.⁵⁶ Além disto, segundo Gorender, os militantes operários, devido à sua posição na produção, são ontologicamente reformistas, sendo, pois, preciso encontrar uma nova “classe” revolucionária, que ele acredita poder estar entre os “assalariados intelectuais”.

Preocupações neste sentido são expressas por Francisco de Oliveira quando fala do surgimento de uma “Nova Classe” nesta nova fase do capitalismo: “As raízes estão na posição a que certos trabalhadores foram levados, por exemplo, na administração de fundos de previdência nas estatais, na administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na convivência com organizações do tipo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Isso vai criando uma ideologia comum. Isso

⁵⁴ RIVERO, Oswaldo. O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI, Vozes, Petrópolis, 2001, p. 108.

⁵⁵ DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. Paz e Terra, 2001

⁵⁶ GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo, Ática, 1999, pp. 169-161.

consegue criar um descolamento, porque o trabalhador que exerce a administração de um fundo fica dividido. E nessa divisão, quem ganha é o lado administrador de fundos. Isso deveu-se a poderosas modificações na sociedade brasileira pelo processo de globalização e sobretudo pelo processo de financeirização da economia. Isso atingiu camadas de trabalhadores e os transformou em gestores de fundos capitalistas”. Para o Chico Oliveira o Brasil atual se assemelha a um Ornitorrinco: “Estamos frente a um bicho que é uma mistura esdrúxula da coisa mais avançada do capitalismo financeiro com a coisa mais atrasada do subdesenvolvimento. O país será como um mamífero que bota ovo”⁵⁷.

Segundo Habermas⁵⁸, as condições históricas do capitalismo atual são diferentes das analisadas por Marx, não existindo mais um grupo social ou classe que possa ser tomado como representante de um interesse geral. As relações de classes que se dão nos setores organizados do mercado, e que se tornou parte da estrutura do capitalismo regulado, ocasiona o rompimento da identidade social das classes e a fragmentação da consciência de classes, ao minimizar as oposições entre capital versus trabalho, criando disparidades salariais no seio dos trabalhadores em detrimento dos trabalhadores desorganizados e de outros grupos excluídos. Para o filósofo, a teoria do materialismo histórico, na qual Marx interpreta a história como uma seqüência de modos de produção é insuficiente para explicar a dinâmica e a complexidade das sociedades contemporâneas. A dialética entre forças produtivas e relações de produção é questionada pelo autor, que aponta a tendência para a administração política das crises como uma forma de sobrevivência do próprio sistema. Ele aponta, como alternativa, o potencial emancipatório da esfera cultural, onde se dão os processos de interação e de ação comunicativa no espaço público.

Assim, a constituição de um sujeito político através da aliança operário-camponesa, que foi uma característica da modernidade capitalista, entrou em crise na pós-modernidade e ainda não está claro como vai se constituir e como atuará o novo sujeito revolucionário da próxima fase do capitalismo.

PERSPECTIVAS E INCERTEZAS

*Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo*⁵⁹

A análise de conjuntura da diretoria da ANDES-SN apresentada no 47º Conad, em outubro de 2003, tem como título: “A bancarrota capitalista e a falência dos regimes políticos”⁶⁰. O que este título quer dizer? O que é “falência dos regimes políticos”? Realmente nós não sabemos o que isto significa. O que é “bancarrota do capitalismo”? É o fim do capitalismo em 2004? Ou em 2014? Ou em 2054? Ou em 2104?

Que o capitalismo vai acabar, estamos de acordo. Tudo na vida nasce, cresce e morre. O capitalismo não será exceção à “lei” geral da natureza. A questão é: como e quando o capitalismo vai acabar? Qual modo de produção vai substituir o capitalismo? A queda do capitalismo significará o avanço ou o retrocesso do processo civilizatório?

Como vimos na revisão bibliográfica, Lênin achava que o imperialismo seria a última fase do capitalismo e Rosa Luxemburgo disse que o fim do capitalismo levaria ou ao avanço do socialismo ou a regressão à barbárie. Contudo, o capitalismo conseguiu sair da crise estrutural dos anos de 1930. Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo conseguiu promover um ciclo de crescimento de longo prazo (fase keynesiana), consubstanciado nos chamados “30 anos gloriosos” (1945-1973). O Estado-providência (welfare state) garantiu grandes avanços sociais. Em 1973 o capitalismo é abalado por uma outra crise estrutural que põem fim à hegemonia do regime de acumulação fordista/taylorista. Surpreendentemente, o capitalismo buscou promover uma revolução científica, tecnológica e gerencial, enquanto os regimes socialistas (principalmente a URSS) desabaram e desaguaram em um “retrocesso” ao capitalismo. O último quartel do século XX foi marcado por uma reestruturação do modo de produção capitalista e por novos parâmetros de produção.

Em decorrência, nos anos 90, houve uma recuperação do crescimento na Europa e nos Estados Unidos, especialmente após 1992, inclusive com elevação da taxa de lucro. O Leste Asiático se firmou como a região que mais cresce no mundo. O ano 2000 apresentou um crescimento expressivo da economia internacional. Contudo, uma crise conjuntural voltou em 2001 e 2002. O ano de 2003 apresentou uma ligeira recuperação no primeiro semestre e um forte crescimento no segundo semestre, com destaque

⁵⁷ Entrevista ao Jornal da Unicamp - Edição 225, agosto de 2003

⁵⁸ HABERMAS, Jürgen. A crise de legitimação do capitalismo tardio. RJ, Tempo Brasileiro, 1980.

⁵⁹ Versos da canção **Metamorfose ambulante**, de Raul Seixas.

⁶⁰ No trimestre em que a diretoria da Andes publicou sua análise sobre a bancarrota do capitalismo, o PIB americano apresentou crescimento recorde de 8,2% no trimestre. Evidentemente, nem este alto crescimento do PIB norteamericano, nem as análises da diretoria da Andes são sustentáveis.

para quatro grandes países: EUA, China, Índia e Rússia. Parece que o ano de 2004, inclusive no Brasil, vai ser de recuperação do crescimento, apesar dos desequilíbrios existentes internacionalmente. Existe um clima positivo por parte dos agentes produtivos em relação à economia mundial em 2004 e 2005.

Como será o comportamento econômico no restante da primeira década do século XXI? Existem projeções otimistas e pessimistas. Entretanto, o que desejamos discutir é se estamos presenciando o nascimento de uma nova fase de crescimento sustentável da economia internacional ou assistindo ao começo do fim do modo de produção capitalista? Naturalmente, não existe uma resposta simples. Em seminários recentes, vários pensadores marxistas se propuseram refletir sobre a pergunta: estamos em “uma nova fase do capitalismo?”. O resultado da discussão está publicado em livro editado pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da UNICAMP⁶¹. De modo geral, todos os autores concordam que estamos vivendo uma nova fase do capitalismo.

Chesnais, com base na Escola da Regulação, sustenta que o capitalismo passa por um “novo regime de acumulação”, que tem certa semelhança com o estágio imperialista, mas difere em profundidade, extensão e temporalidade. Ele denomina a fase atual do capitalismo mundializado de “*regime de acumulação com dominância financeira*”, que marca a entrada de fundos de pensão e de investimentos financeiros, selando as alianças das *corporate governance*. A mundialização da concorrência e as tecnologias de informação e comunicação, juntamente com a elevação da taxa de exploração, foram os fatores decisivos que permitiram às empresas responder às normas dos gestores financeiros. Nesta nova fase do capitalismo, existe uma inversão na teoria do comércio internacional, pois são os Investimentos Externos Diretos (IED) e as firmas multinacionais que determinam as modalidades de participação dos países nas trocas, e não o contrário. A nova interpenetração entre “finança” e “indústria” exige, além da liberação financeira, que os grupos possam usufruir uma liberdade total de localização de áreas de abastecimento, de produção e de comercialização. Chesnais fala em posição hegemônica dos Estados Unidos, especialmente, em decorrência do lugar ocupado pelo dólar no sistema financeiro mundial que permite o “parasitismo financeiro”, invertendo a equação leninista, pois os EUA são grandes importadores de capitais do mundo inteiro, que afluem para o país para financiar as dívidas internas, a “poupança negativa” e a dívida externa.

Wallerstein também considera que o capitalismo inicia uma nova fase, mas considera que os EUA são uma potência decadente e não hegemônica. Ele analisa dois eixos temporais: o primeiro vai de 1945 aos nossos dias e o segundo inicia-se por volta de 1450. O período que vai de 1945 até hoje corresponde ao de um ciclo de *kondratiev* típico da economia-mundo. A fase A (de expansão) corresponde aos “30 anos gloriosos” e a fase B (de contração) vai de 1973 até hoje. Isto significa que estaríamos na iminência de uma nova fase A, de novo ciclo de expansão. Contudo, o autor considera que uma possível expansão ocorreria em um quadro de “deflação secular”, pois existem três tendências estruturais de longuíssimo prazo que colocam assíntotas ao crescimento capitalista, quais sejam: “desruralização”, “esgotamento ecológico” e “democratização”. Estas 3 tendências produziram uma poderosa pressão sobre os níveis de lucros, levando o capitalismo a um ponto crítico. Wallerstein argumenta que a ofensiva neoliberal dos últimos 20 anos corresponde exatamente a uma tentativa de inverter o ciclo descendente. O capitalismo atual encontra-se num impasse, mas ainda não está definido o novo sistema-mundo que substituirá a economia-mundo capitalista. Wallerstein, ao contrário de Chesnais, vê na posição do dólar americano uma fraqueza dos EUA. Ele afirma: “*A história não está do lado de ninguém. Trata-se agora, entre nós, de debater (com clareza) e construir alianças. Chegou o momento de aprendermos a viver na incerteza e de utilizarmos as potencialidades que dela decorrem, a fim de sermos criativos, imaginativos e eficazes*” (p. 92).

A análise de Duménil e Lévy resgata os princípios fundamentais do materialismo histórico, mostrando que a dialética das forças produtivas e das relações de produção permitiu a metamorfose da propriedade capitalista à delegação de tarefas de gestão e de organização aos assalariados. Eles argumentam que o surgimento de um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras (nova economia) e de investidores institucionais (fundos de pensão, etc.) desenharam os contornos de uma nova fase do capitalismo. Eles mostram que existe uma certa coincidência entre as transformações ocorridas no capitalismo do final do século XIX e aquelas do século XX, que se traduzem em revoluções técnico-organizacional e do setor financeiro: “*Em uma grande medida, pode-se falar de uma revolução pela gestão no início do século, e de uma revolução na gestão ao longo das duas últimas décadas*” (p. 34). Eles mostram com dados empíricos que a taxa de lucro cresceu nos EUA e na Europa nos anos de 1990. Porém, o controle da finança sobre a propriedade é, ao mesmo tempo, geradora de especulação e instabilidade. O neoliberalismo busca a maximização da taxa de lucro, mas o aumento da produtividade do capital poderia permitir uma sobrevivência do capital mesmo sem o neoliberalismo. O futuro vai depender do desenvolvimento da luta de classes que ditarão os calendários e os conteúdos do futuro.

⁶¹ CHESNAIS, F. et. al. **Uma nova fase do capitalismo?**, São Paulo, Xamã, 2003.

O debate final registrado no livro “Uma nova fase do capitalismo?” termina com uma importante intervenção de Samary, que serve também para finalizar nossa análise: *“Infelizmente, a atualidade da ‘superação do capitalismo’ não implica a emergência garantida dos meios adequados a essa superação – não se pode aderir a um fatalismo da crise final. O passivo e as dificuldades objetivas e subjetivas herdadas da experiência dos países ditos socialistas têm um peso considerável, aprofundando as dificuldades inerentes à construção de uma alternativa socialista. Entretanto, é preciso buscar transpor esses obstáculos. Daí o interesse de pôr explicitamente esta questão na ordem do dia – ainda mais agora que a mundialização das lutas começa a se construir...”* (p. 114).

TEXTO 3

Contribuição do Raimundo Nonato Nunes - Sindicalizado à Adurn-S.Sind.

LULA E RETORNO AO GRANDE NADA

O Governo Lula fechou seu primeiro ano no poder comemorando a entrada do PMDB para o Bloco de Governo, refazendo o contrato com o FMI, mantendo e consolidando a política ortodoxa do Banco Central, aprovando a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária, entre outras coisas. De fato o governo, dirigido hegemonicamente pelo PT, já deixou sua marca na história. A marca da mudança, mas a “Mudança” de uma postura histórica de defesa do interesse dos trabalhadores para outra que abraça o mercado e, em nome da “Governabilidade”, assumiu uma postura política que quebrou todos os princípios e compromissos assumidos anteriormente.

Um governo eleito por forças progressistas, que se levantaram e uniram o povo pra dizer um Basta ao governo de traição nacional de FHC. Foram essas forças que elevaram o presidente e dele se esperava um novo rumo para o país. Mas desde o seu início o governo já dava sinais que algo estava terrivelmente errado. A composição do Ministério mostrou um partido que inchava o ministério para dar peso político aos seus dirigentes derrotados. A indicação de um banqueiro ligado aos “Tucanos” para dirigir o Banco Central deu arrepios. Depois vieram os discursos para “Apaziguar” o mercado. De repente a “Carta ao povo brasileiro” passou a ser o programa do PT e o pragmatismo passou a ser a linha política do governo. Acenos à Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para dividir a oposição; elogios àqueles que até pouco tempo eram considerados “Políticos sujos e corruptos”, como no caso de Sarney. Tudo isso cheirava mal.

Um governo ainda em período de iniciação, de acomodação. Mas a agenda do novo governo logo deu mostras do seu perfil. A Reforma da Previdência, e logo a seguir a Reforma Tributária, foram eleitas como o marco inicial para a mudança. O governo apresentou o projeto da reforma da previdência e, a partir daí, rompeu uma aliança histórica com o segmento dos servidores públicos. Além de retomar o velho discurso de que o problema no servidor público, o governo transformou a dita reforma num ataque dos diretos constitucionais dos trabalhadores e ergueu um esqueleto de um futuro estado que estaria condenado a perder sua capacidade de servir à população. Pior do que o conteúdo da reforma foi a forma de como o governo conduziu o processo. Adotou práticas que até então condenara. Introduziu no PT o “voto disciplinado”, que manietou os dissidentes; provocou fissuras no monolítico Pcdob e fez crescer o protesto entre os intelectuais progressistas.

Por outro lado a Reforma Tributária, que se apresentaria inicialmente como algo inovador, transformou-se numa pífia mini-reforma que nada mudou ou, como dizem alguns, mudou pra deixar tudo do mesmo jeito. Dessa forma o governo Lula, em menos de um ano, passou de esperança à enganação. A adoção de uma política econômica ortodoxa, manteve os juros altos o que fez a dívida pública ultrapassar a cã dos R\$ 900 bilhões, reduzir em 13% a renda dos trabalhadores e manter – e até aumentar os níveis de desemprego. Governo da desesperança. Governo dos discursos. Governo rancoroso, que fez punir os dissidentes do seu partido. Governo da enrolação, que estagnou a reforma agrária. Governo de ruptura, mas ruptura com os princípios progressistas. De uma “esquerda radical” à um “Governo democrata radical”. De um partido de luta à um partido de acomodação. O operário transformou-se num aristocrata “operário”.

Há que se destacar nesse ano de governo “mudancista”, a rápida aproximação com a mídia conservadora, que passou a qualificar o presidente de maneira mais generosa e amistosa. O governo rapidamente passou a interagir mais com a Globo do que com os movimentos sociais. E, de quebra, os seus representantes passaram a se portar como verdadeiros guardiões da “prudência”, “serenidade” e “equilíbrio”. Os banqueiros, antes na expectativa de verem seus ganhos espetaculares serem reduzidos, se tranqüilizaram como os repetidos discursos de “modernização” e uma “postura responsável”, ou seja,

o sistema financeiro teria seus ganhos garantidos por uma política monetária que inclusive aprofundou a do governo anterior.

Lula passou rapidamente a ser visto como um “líder moderado, responsável e consciente”. Foi recebido com aplausos no seio do capitalismo mundial, cujo fórum foi realizado Davos (Suíça), já como integrado no sistema, e o PT que antes vociferava contra a ALCA, agora afirma a necessidade de melhorá-la e, por conseguinte, aceita-la. Na ânsia de ser aceito pelos senhores imperialistas, Lula foi “aprovado” pelo neofascista Busch, Vicente Fox. O leão foi domado. O Brasil, em que pese o discurso nacionalista, rapidamente acomodou-se na ordem mundial vigente.

E os trabalhadores? E os miseráveis, que somam mais de 35 milhões de brasileiro? E o serviço público? O legado do primeiro ano de governo para a massa de trabalhadores, foi o pedido insistente de “paciência”. O rumo do desenvolvimento segundo o governo tem que ser sustentado. O econômico sobrepõe-se ao social e o Fome Zero tornou-se uma peça pífia. O contingenciamento do orçamento 2003 reduziu o já reduzido alcance das políticas de governo. Com o país estagnado, o desemprego aumentou e o nível de renda dos trabalhadores caiu. As centrais sindicais foram colocadas em segundo plano e durante a Reforma da Previdência em mesmo o seguidíssimo descarado da CUT a salvou do constrangimento de ser relevada a segundo plano. E os miseráveis, os excluídos? O que o novo governo fez além de manter as políticas compensatórias? A resposta é um ruidoso silêncio. O governo da “mudança” se move como uma tartaruga e descamba para a direita quando assume como linha mestra o “equilíbrio das contas públicas” como forma de diminuir (mas não acabar!) As mazelas da terrível distribuição de renda existente no país.

Por outro lado o serviço público, que sofreu penosamente nos 8 anos do governo de FHC e que se esperava um novo tratamento do governo “mudancista”, manteve-se numa posição extremamente ruim, com as universidades públicas vivendo à míngua e à beira da falência, os serviços de saneamento, transporte, educação, saúde mantiveram-se sendo desrespeitados, aviltados e tendo inclusive – seus recursos diminuídos. O servidor público, coração do aparelho estatal, continuou sendo tratado como o “ponto de desequilíbrio” no sistema e teve como prêmio do seu apoio ao governo um ridículo “reajuste” de míseros 1,0%, com um discurso desprezível de que esse notável reajuste(?) representava um ganho “real” par o indolente servidor.

A Reforma Agrária tão defendida, tão necessária ficou no papel e provocou a reação MST que a considerou “inexistente”. Mas como rebater a imperativa necessidade de fincar o homem ao campo diante do vozerio conservador encastelado no ministério da fazenda e no banco central? Como explicar à um monetarista que o mundo real não é um modelo matemático e que, portanto é dinâmico? A reforma agrária terá que esperar pelo “equilíbrio das contas públicas” e os deserdados da terra e os filhos da fome deverão esperar pacientemente dias melhores.

Para concluir pode-se afirmar que a trajetória do governo Lula à direita, não apenas representou um choque entre os esperançosos, mas também mostrou a verdadeira face do partido hegemônico, a terceira via tupiniquim. Tony Blair deve estar orgulhoso. Na verdade houve sim a “mudança”, mudança de atitude, de ação e de princípios. Quebra de compromissos históricos. Quebra de princípios filosóficos. Ruptura com o programa do partido a partir de uma carta. Quanto poder teve a “Carta ao Povo Brasileiro”! O filho do dragão vermelho virou um cordeiro branco e seus asseclas elogiam os lacaios do imperialismo. A farsa do discurso democrático foi posta a nu pela própria realidade dos fatos. Enfim, pode-se dizer que o governo Lula é uma espécie de RETORNO AO GRANDE NADA!

Contribuição do Edmundo Fernandes Dias⁶² - sindicalizado da ADUNICAMP

TRAÍÇÃO OU LÓGICA?

A ROSA LUXEMBURGO E A KARL LIEBKNECHT⁶³

Tudo se volta contra quem passou a vida trabalhando ou trabalha ainda como assalariado ou como funcionário civil. O governo do Partido dos Trabalhadores pune quem não se tornou patrão ou, por qualquer modo, não se fez capitalista. Dá para entender a defesa petista de quem, em Santo André, ascendeu de guarda-costas a próspero empresário.

Jânio de Freitas – Enfim, a doutrina⁶⁴

Vivemos, no momento da mais completa financeirização do capital, em escala planetária, ao mais doloroso capítulo da história da *Revolução Passiva* brasileira. Não há a menor dúvida de que profundas alterações foram introduzidas no plano da estrutura econômica. Para fazê-lo foi, e é, necessário manter e recauchutar as velhas relações de classe e formas de poder. A burguesia imperialista e seus aliados internos nunca conseguiram criar uma hegemonia real. Recorreram, em 64, à ditadura, para *cortar, com a espada, o nó górdio* dos limites que o incipiente processo de democratização à época tentava impor ao Capital. Libertar a acumulação capitalista era e é sua necessidade permanente. Por isso, aquelas classes recorreram à decapitação das lideranças políticas populares, ampliaram a privatização do estado, tentaram, com largas margens de êxito, *transformar a política em pura gestão*.

Na “redemocratização” - obra-prima dos liberais - esse processo de esvaziamento da política foi acelerado. O velho poder se revelou vital à *modernização capitalista*. Nenhum aparato repressivo foi desmontado. Os liberais falaram em *entulho autoritário* para justificar o *aggiornamento* da ordem. Na realidade, o que eles chamavam de entulho nada mais era do que *a argamassa* do novo momento. Manteve-se o conjunto de leis de exceção. O SNI transmutou-se em uma “democrática” ABIN. Neoliberalismo e “reconstrução” da democracia liberal caminharam juntos. As liberdades, por menores que fossem, exigiriam modificações de fundo que, de fato, não vieram. O resultado foi o aumento da miséria e da construção social do desespero. A reforma do estado e a retirada dos direitos sociais aprofundaram a crise. O processo precisava de uma aparência popular para atingir sua eficácia. A posse de Lula completou a transição *transada* da ditadura sob tutela militar para o governo civil, atualizou aquele *continuum*. A palavra de ordem passou de “organizai-vos!” para “tende esperança!”.

Na sabatina de *O Estado de São Paulo*, durante a campanha, Lula foi enfático: diante da provocação sobre o que fazer com o MST, ele disse: este país tem leis.⁶⁵ Era o que a direita queria ouvir. No mesmo local ele afirmou: "Acho que é por isso que o socialismo não deu muito certo no mundo. Porque essa idéia de igualitarismo, ou seja, um cidadão que produz um copo de água desse... o cara trabalha numa máquina, produz dez copos e ganha dez reais. O outro produz na mesma máquina cem copos. Se você não privilegiar o que produziu cem, o que vai acontecer? A tendência vai ser ele produzir dez e não cem, porque não vai ganhar nada se produzir mais. Então, acho que temos que premiar os investimentos em tecnologia, temos que premiar a quantidade."⁶⁶ Como é possível um ex-operário imaginar que um trabalhador isolado possa, por sua conta e risco, decidir produzir apenas dez copos ao invés de cem? Essa crítica tosca ao socialismo é uma clara capitulação à ideologia liberal da falta de iniciativa pela

⁶² Edmundo Fernandes Dias, ex-Secretário Geral do ANDES-SN (1994-6 e 2000-2002) e professor aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Este artigo, embora seja de inteira responsabilidade do autor, deve muito aos comentários de Moema Joffily Dias (de quem tive o privilégio da primeira leitura), Angela Santana do Amaral, Antonio Carlos Oliveira, Antonio Luiz de Andrade, José Fernandes Dias, José Roberto Zan e José Vitorio Zago.

⁶³ Dirigentes da *Liga Spartacus*, assassinados oitenta e cinco anos atrás pelas milícias da extrema direita no governo de Noske, ex-sindicalista e dirigente do Partido Social-Democrata Alemão. Essas mortes e a de Lênin, cinco anos após, pouco ou nada apareceram na imprensa.

⁶⁴ *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 2003, p. A5.

⁶⁵ Cf. *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 2002, p. A-7.

⁶⁶ Cf. *O Estado...*, 25 de setembro de 2002, p. A-7. Sobre os efeitos da tecnologia ver o informe de Morgan Stanley segundo o qual cerca de 2 milhões de empregos de programação e engenharia serão transferidos para o exterior (*O Estado...*, 23 de dezembro, p A2). Alan Tonelson, do U. S. *Business and Industrial Council* afirma que companhias que praticam *outsourcing* “estão pagando salários chineses e vendendo a preços americanos” (*idem*).

ausência dos estímulos materiais⁶⁷. Não foram frases infelizes: elas expressavam o que o estado maior da campanha propunha.

Diante das primeiras “surpresas” do governo Lula, militantes petistas colocaram a questão “o governo está em disputa”. Novas “surpresas”, novas dúvidas. Traição? Ou saudável evolução com a superação das “bravatas” do tempo da oposição? Os quadros superiores do Estado e da burocracia petista, obviamente, afirmaram a segunda, no que foram acompanhados por toda a direita. Foi um ano para lá de medíocre, quanto as suas realizações. O mote histórico “se não podemos fazer as grandes obras mostraremos o modo petista de governar”, sequer foi lembrado. Só quem tinha uma crença quase religiosa de que se pretendia aplicar o programa histórico do Partido⁶⁸ podia pensar que houve uma traição ou um estelionato eleitoral⁶⁹. Ao falar sobre a crise brasileira, uma resolução do I Congresso do PT (1991) afirmava: “[o governo Collor] prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados. (...) A crise atual não poderá ser resolvida por uma nova composição interna das elites, a não ser a um custo social inaceitável”⁷⁰. O transformismo é claro. Os que vêm no processo uma saudável evolução sorriem: está sendo feito o prometido.

Uma trajetória ambígua

A história de um partido não pode ser medida apenas pelos movimentos táticos para atingir seus objetivos ou resumir-se às flutuações de sua direção. Faz parte da história do país onde se insere, dos desafios colocados pela totalidade social, do movimento das classes e grupos sociais que o constituem e daqueles com os quais se confronta. Move-se, também, em um quadro histórico-mundial determinado⁷¹. Fazê-la reduzindo-se à “biografia” das suas tendências internas e das suas lideranças é pobre e ineficaz. É uma história que responde ao conjunto de contradições da sociedade.

Na história do PT a permanente dubiedade nas questões estratégicas facilitou o equilíbrio das diversas tendências: “Por uma sociedade justa e sem exploradores e explorados” permitia tanto uma leitura de um vago socialismo quanto de um cristianismo radicalizado. Na tese *O Socialismo Petista*⁷² lemos coisas do gênero: “superação da sociedade injusta em que vivemos”, “democracia qualitativamente superior, para assegurar que os movimentos sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos” e mesmo “sociedade livre e participativa”⁷³.

Fundamental no período de constituição do partido, isso deu o mote do transformismo hoje desvelado. O modo com que a direção reagiu à famosa “queda do muro de Berlim”, ou seja, da ditadura das burocracias que usurparam o nome “comunista”, indicou claramente a inflexão. O processo de centralização onde os núcleos de base, local do debate interno, foram suprimidos, e o processo de enquadramento das tendências internas veio ocorrendo já há uma década. Processos dirigidos pela tendência majoritária. A flexibilização das posições da burocracia foi a tônica. Na realidade, a expulsão dos “radicais” nada mais é do que uma confirmação da mutação acelerada com a queda do muro. Mudou a base social do partido e ninguém se deteve na análise do seu significado. O processo de transformação ocorreu *molecularmente*; mudaram-se as formas de recrutamento⁷⁴. A militância, a quem foi negada a formação política, presa à jaula de ferro da conjuntura, não foi capaz de examinar a história de longo alcance do PT. Nesse processo, o peso das direções foi decisivo. As medidas de administração interna do partido fizeram um deslizamento imperceptível para os menos atentos.

Examinemos a mutação. Tomemos o texto do plano de ação político-organizativo do 4º Encontro Nacional (1986): “*é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista*”⁷⁵. Na mesma página se insiste: “*As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo*”⁷⁶. O que mudou para levar a esse giro à

⁶⁷ Questão clássica no encaminhamento do socialismo ela motivou uma série de debates na União Soviética e em Cuba (debate Che Guevara X Fidel). O que está em questão é a construção ou não do trabalhador omnilateral.

⁶⁸ Quando falamos em programa histórico do PT estamos nos referindo ao conjunto de resoluções historicamente construídas ao longo de mais de duas décadas. Veja-se: *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998* publicados pela Editora Fundação Perseu Abramo.

⁶⁹ A imagem “estelionato eleitoral” é despoliticizante. Oculta o significado real do *transformismo político dominante*. Nesse sentido, o PT não faz mais do que a tradição política brasileira consagrou.

⁷⁰ *Resoluções...*, op. cit., p. 539. Grifo nosso.

⁷¹ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, pp. 1629-30.

⁷² 7º Encontro Nacional, 31-5 a 3-6 de 1990.

⁷³ *Resoluções...*, op. cit., p. 429.

⁷⁴ A expulsão dos réprobos e a defesa intransigente do governador de Roraima pelo presidente do Partido são apenas ilustrações desse processo. O partido de Maluff avisa que participa do governo apenas se tiver um ministério...

⁷⁵ *Resoluções...*, op. cit., p. 253. Grifo nosso.

⁷⁶ Grifo nosso.

direita? A burguesia mudou seu modo de proceder? Se não ocorreu isso, por que a mutação? O “muro” caiu, mas a História não acabou.

Curiosa democracia essa em que uma Carta eleitoral renega as teses oficiais ditadas pela instância maior do partido. Não se pode mudar uma resolução congressual – sem quebra grave da democracia partidária – por nenhuma instância menor a ele, como é o caso da Direção Nacional. Teses defendidas pelos que agora mudam-nas, sem consultar o próprio Partido. Os que defendem a tese da traição vêm aqui um claro indicador do golpe das direções.

A mutação programada

As eleições determinam um antes e um depois⁷⁷. Dizem agora: a Reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central são necessárias. Por que se fez oposição a elas? No governo devemos ser responsáveis, diz Lula. O Presidente da Câmara dos Deputados afirmou que as “bravatas” foram praticadas para chegar ao governo. Essa “explicação-expição” colocou toda a trajetória anterior sob a acusação de oportunismo. *A conversão dos gentios ao novo credo acelerou a transformação do PT em Partido da Ordem (Florestan Fernandes)*. A militância, sob o peso crescente da direção, praticou, segundo esse “raciocínio”, o corporativismo, o assembleísmo e o militantismo. Mas na hora da purgação, a palavra “radical” passou a designar aqueles que se comportaram como determinara o Encontro Nacional, cujas teses foram escritas por aqueles que agora, como juizes, vigiam e punem os dissidentes. Dissidência de quê, se eles cumpriam o fixado por tais teses? Radical no Brasil, sabemos, é sinônimo de discordante.

Como analistas e militantes encaramos essa mutação? Muitas das bandeiras clássicas foram abandonadas, trajetória facilitada pela flexibilização do Partido (da fundação à posse de Lula). Muitas vezes manteve-se a letra, negando-se o espírito. Nenhuma novidade. O exame das plataformas eleitorais das diversas candidaturas de Lula mostra esse processo de abandono da perspectiva socialista. Pronunciava-se a palavra para exorcizar a prática. Lenta, mas contínua, essa mutação consolidou-se na campanha de 2002.

Era necessário acalmar o “mercado”⁷⁸ para viabilizar a eleição sem maiores riscos. A política real, agora, nada mais tem a ver com as “bravatas”. A perspectiva é outra. Tudo cuidadosamente indicado nas falas do candidato. Não viu e não acreditou quem não quis. Falar, ele falou. Se seus apoiadores ficaram perplexos isso não causou nem surpresa nem constrangimento aos que criticavam tal mutação, que é bom que se diga, não se trata de um recurso tático, mas de uma ruptura no plano da estratégia.

Quando um partido muda tão radicalmente sua linha política declarada em resoluções, isso tem graves conseqüências. Os socialdemocratas alemães levaram quase oitenta anos para retirar a idéia de socialismo marxista do seu programa – mesmo que já o tivesse feito na prática há décadas - e, ainda assim, não recuperaram seu poderio eleitoral. O PC Italiano mudou o nome e os símbolos. Perdeu a história, a memória. De maior partido comunista do Ocidente passou a ser apenas mais um, entre os partidos italianos. No Brasil, o processo se deu mais rápido. Um partido que chegou a imaginar-se social-democrata (em tempos neoliberais) não gastou mais que um quarto de século para fazer a transposição das ideologias. Mudando o conteúdo, perde não apenas a história, mas se integra, como tantos, à Ordem do Capital. O PT chegou ao governo ao preço de perder o próprio valor ideológico da legenda.

A direita saudou a mutação como prova de maturidade. O PT chegou à idade da Razão, rendeu-se aos usos e costumes políticos da terra! Quebrara-se a credibilidade de quem enfatizava a ética na política. Acordos para votações impopulares, cargos a granel, aliciamento de parlamentares da “oposição” para os partidos da sua base e barganha com as chamadas verbas de interesse dos parlamentares. A incontinência na linguagem revela a mutação: “companheiro Bush”, “companheiro Inocêncio Oliveira”, “meus companheiros empresários”, etc. *Não houve traição, mas uma estratégia transformista.*

Na campanha eleitoral se prometeu o céu, mas pratica-se o inferno. Diante do quadro brutal de desemprego, concentração de renda, aumento da violência, degradação de gerações inteiras, o mínimo requerido era um balanço para saber o que fazer. Nada disso foi feito pelos recém-chegados ao Planalto. A transição foi “civilizada”: aceitou-se não apenas a estratégia FHC-FMI (na famosa reunião dos candidatos com o tucano), mas, também, as contas. Sem nada contestar. O custo social é imenso. Prova desse *modo de governar* foi a “fria e racional” decisão de Berzoini de exigir o recadastramento dos idosos acima de 90 anos que deveriam provar não serem fraudadores.

⁷⁷ Quando o ANDES-SN (gestão 1994-1996) teve a primeira audiência com o MEC, um dos principais assessores do ministro falou: “Vocês precisam entender que a situação mudou muito. Fernando Henrique foi eleito com aproximadamente 50 milhões de votos”. Retrucamos: “Que liberalismo tosco! Imaginar que uma eleição apaga a história, as contradições”. Estamos ouvindo isto, agora, pronunciado por um governo dito democrático-popular.

⁷⁸ Esta palavra sintetiza a totalidade das relações sociais capitalistas com a vantagem que mercado parece ser mais neutro e mais defensável que capitalismo.

A relação com os trabalhadores do estado é cada vez pior. Com Collor eram marajás, com FHC vagabundos e, agora, com Lula, responsáveis pela destruição da Previdência Pública. Tudo isso porque pretendiam fugir à destruição das suas condições futuras de vida. Lula, que garantira cumprir ciosamente todos os contratos, não se referia àqueles trabalhadores ou ao conjunto da população. A decadência da categoria é visível até nas metáforas-acusações. *Na verdade, quer-se o servidor submisso e não o trabalhador organizado*. O esquema de sonegação e elisão fiscal das grandes empresas permanece intocado, impune. O corpo de fiscais do governo continua sendo devastado na esteira da política de reforma do Estado, iniciada por Collor e seguida por FHC. Aprofunda-se a destruição plena de serviços e direitos sociais. Forte com os fracos, generoso com os poderosos. A regra “democrático-popular” seguiu essa que é uma das mais perversas tradições da política brasileira. Afinal, quando eles mentiram? Antes? Durante? Depois? Ou o tempo todo?

A tarefa essencial da construção do conhecimento é a *crítica* no sentido marxiano. Contra as postulações que enfatizam a perspectiva empirista da descrição⁷⁹ a *crítica* desloca o campo da reflexão para o deciframento do real (o *porquê crítico*)⁸⁰, não se limitando, pura e simplesmente, a uma descrição dos fatos. Descrever, apenas, é uma forma sofisticada de ocultação do problema real e de suas conseqüências.

O militante não pode limitar-se a fechar os olhos a um real que nega brutalmente tudo que falou e dizer “é o nosso governo”. Ele pode, cegamente, afirmá-lo, mas isso tem um preço: o risco de entrar em um beco sem saída, de um isolamento em relação ao conjunto da sociedade, ainda que, a médio prazo, uma “autoridade” política emane do eleito. Ele tem responsabilidades. *O grande risco da militância é confundir o dia-a-dia com toda a realidade*.

A crítica da população nem sempre se expressará abertamente. Ela quererá a resolução da “herança maldita” não apenas do governo anterior, mas de séculos de dominação. Essa imagem oculta e deforma o real. Trata-se da própria lógica do processo e não de uma herança. Como condenar a maldição e continuar a praticar a mesma política? Cabe a analistas e militantes, em graus e modos diferentes, é claro, trabalhar na resolução desses problemas. A objetividade na política é, essencialmente, impedir que nossas propostas nos ceguem diante da realidade. Iludir-se, assumir uma postura de autocomplacência, é uma chave da derrota.

Aparência e realidade - o dito e o feito

A análise da avaliação do primeiro ano do governo Lula pela *performance midiática* nos permite revelar com clareza certos traços de comportamento tortuosamente escondidos sob a dialética dos discursos oficiais preparados pelos *ghost writers*. O “improvisado”, quando o Presidente se sente à vontade, em casa, e solta suas costumeiras metáforas, suas *boutades*, é fortemente significativo. Típica foi a frase sobre o “bando” de generais e de soldados. O uso descuidado das palavras revela despreocupação com seus efeitos⁸¹, constituindo-se em uma condenada bravata.

A forma com que se processam os acontecimentos possui uma lógica que merece nossa atenção. O exercício do poder executivo, independentemente das *personae* vividas pelos seus “atores”, é marcado por toda uma semiótica. O deixar-se fotografar desta ou daquela maneira, a gestualidade, a forma pela qual se pronuncia o discurso político, os bonés que usa ou deixa usar, tocar violino ou bongô, nada disso escapa ao olhar atento do analista. A banalização da figura presidencial se, por um lado, torna o presidente mais familiar (ele é igualzinho a nós – este é o intertexto desejado), por outro lado, a vulgariza e fragiliza. Expõe suas debilidades.

O uso dos bonés⁸² ilustra bem o procedimento. Eles foram sempre uma constante desse “aparecer como popular”: dos ruralistas ao MST, passando pela festa do vinho, pelo Corinthians e Flamengo. O constrangimento dos arraiais do Planalto com a reação da direita ao uso do boné do MST foi evidente. A direita não esquece seus “adversários”, mesmo quando estes aparecem convertidos. Passado o mal estar, Lula continuou a usar os bonés. Seria interessante – e muito ilustrativo – verificar a coerência entre o uso do boné e o discurso falado quando ele o usa. Houve casos em que ele se recusou a vesti-los. Por quê?

⁷⁹ “que é a negação de toda epistemologia rigorosa (...) o empirismo, o mais ingênuo (‘na ciência, os fatos são os únicos juizes’), o positivismo, o mais resolutivo (‘porque? Jamais; como? Sempre’). François Châtelet - *La philosophie des professeurs*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1970, pp. 183.

⁸⁰ “O pensamento científico efetivo se desenvolve de outra maneira: na síntese sempre instável e desarmônica que reúne e separa o trabalho dos conceitos e a força das práticas”. *idem*, p. 29.

⁸¹ A relação com os militares é sintomática. Afirmou-se, anteriormente: “As Forças Armadas estarão rigorosamente subordinadas ao Poder Civil”, Cf. *Resoluções...*, p. 408. Fez-se a bravata de colocá-los na mesma “Reforma” da Previdência e, agora, a tensa questão da elevação de Apolônio de Carvalho a General de Brigada simplesmente desapareceu, desmanchou-se no ar.

⁸² Ver o artigo-poema concreto de Jânio de Freitas (*Folha de São Paulo* de 28 de dezembro),

No dia 23 de dezembro, ele deixou-se fotografar tentando andar de *skate*. Usava o boné do *Red Bull*, que “dá asas” a quem o bebe. Neste caso, “asas da imaginação” já que, em seguida, ele se afirmou feliz pela obra realizada. Que obra? A mais brutal destruição da sociedade brasileira: a entrega da Previdência Pública ao sistema financeiro, o corte das verbas da área da saúde para construir o monstruoso superávit primário para além do que os próprios organismos financeiros internacionais exigiam. O resultado é a destruição do seu próprio partido, construído a partir das lutas sociais ao longo de duas décadas. Essa excessiva exposição, facilitada pelo acesso à poderosa TV Globo, sua ex-inimiga mortal⁸³, transforma esse “aparecer” em um vulgar movimento popularesco, marcado pelo estilo Duda Mendonça. Os conservadores sorriem e dizem: lembre-se da *liturgia do cargo*. Com isso, indicam claramente a fragilidade travestida de força.

As afirmações vazias, traduzidas por metáforas banais e corriqueiras, são uma forma específica de uma ideologia acobertadora do real. A metáfora apenas anuncia o que não pode enunciar claramente: a mutação. Pretende-se por elas subtrair-se ao problema real, indesejável, que perturba o ator. Não dão, e nem o poderiam dar, conta das necessidades reais que se fazem presentes. Analisando a política brasileira, isto é uma recorrência. *Em Lula, existe apenas o abuso do método*.

A metáfora religiosa, onipresente nesse discurso, é fundamental: “Deus não me traria de tão longe se não fosse para realizar essas grandes tarefas”. Metáfora de fundo medieval: *Dieu le veut*. Foi além, afirmando que nada o impediria de realizar sua missão, nem as fúrias da natureza, nem as forças políticas. A própria noção de missão, auto-atribuída, de claro sabor calvinista, revela um pôr-se acima das leis com uma forma de misticismo sebastianista. *L'état c'est moi*, poderia ter dito, secundando o Rei Sol.

Este fundo “carismático”, nome que a imprensa e um certo tipo de ciência social costumam aplicar a figuras como ele, permite-lhe, ele o crê, tratorar a sociedade. Ele, o emissário de Deus. Na realidade, apesar dessa aparência messiânica, Lula nada tem de qualidades mágicas, extracotidianas (diria Weber), mas é uma criatura da velha estrutura sindical. O que não lhe impede de se apresentar como acima da sociedade, do bem e do mal. Isto tudo a partir de uma preocupante *tentativa de ocupação do espaço laico pelo discurso messiânico*.

Metáforas que têm a clara finalidade de colocá-lo como supremo magistrado e de separar os *bons* dos *maus*. Trata-se de uma forma da *morte da política* entendida esta como atividade de construção da liberdade. Ao “encarnar” a sociedade ele elimina as diferenças, define o normal e o patológico. Os que se opõem, não estão apenas errados, mas, fora do campo da razão⁸⁴. Como não se arrependem, não fazem o ato de contrição, precisam ser expurgados: daí a necessidade obsessiva de expulsar os réprobos. Aqui, o real impôs algumas distinções. Nem todos os “maus”, nessa visão maniqueísta da história, se expuseram plenamente. Uns calaram-se ou foram calados (*silêncio obsequioso*); outros choraram por ter que votar com o partido mesmo contra tudo o que dizem acreditar.

O mínimo que se esperaria de um governo e um partido autoproclamados democrático-populares é o amplo debate sobre as questões programáticas. Vê-se, pelo contrário, um conjunto de decisões ser votado sem maiores esclarecimentos. E a exigência da disciplina não é ao partido, mas à sua direção. Com que moral criticam quem aplica o centralismo democrático? Com a dos que usam o centralismo burocrático e a disciplina na base da subordinação ou expulsão.

O conjunto das alianças oportunistas para aprovar as “reformas” contra a população, prova concreta daquele falso messianismo, criou um monstruoso bloco de apoio parlamentar (o Centrão petista) que tem a capacidade de capturar parcelas crescentes dos seus “opositores” liberais e social-democratas, não por eficácia política, mas porque Lula realiza o programa daqueles que o PT combatera anteriormente. E, qualitativamente, pelo grau de destruição do futuro não apenas desta, mas de muitas gerações. Mas, se isso é a sua força é, também, a sua própria fragilidade. E é bom ter sempre em mente que essa “base” do governo do *New PT* tem, ela própria, seu programa de conservação social. Usará mais os governantes do que se deixará usar por eles.

As questões da incorporação do PMDB ao ministério mostram também o quanto este governo está disposto a pagar por uma efêmera sensação de segurança. A vulnerabilidade da base de apoio governamental é acentuada pelo reforço do poder dos governadores tornados, eles próprios, fonte de legitimidade da ação do executivo. Este “apoio crítico” dos governadores, inimaginável para alguns no início do governo, serve de apoio e obstáculo, revelando o elevado custo desta estratégia. O teste real

⁸³ Cf. o debate com Collor ao final da primeira campanha presidencial. Aí ficou claro que, depois de esgotados todos os prazos de propaganda, a TV Globo apresentou uma “síntese” que nada mais era do que a construção da cena de um Lula já derrotado diante de Collor, vitorioso e sobranceiro.

⁸⁴ Bem no estilo analisado por Michel Foucault em sua sempre estimulante *L'Ordre du discours*.

da força do governo dar-se-á, obviamente, quando se apresentar matéria sobre a qual a oposição tenha posição.

Lula “aparece” como o grande pai da sociedade. A sociedade “comprou Lula” e lhe entregaram “Palocci-Dirceu”. Os desmentidos, as idas e vindas, atribuídas à inexperiência da equipe, nada mais são do que o peso do poder decisório dos governantes que nós não elegemos e as bravatas do realmente eleito. Os “desejos” deste “aparentemente” não se quadram com o poder daqueles. Necessárias para tentar “ganhar corações e mentes” as falas de Lula caem no vazio de um real que lhe contradita o tempo todo, enquanto Palocci e Dirceu implementam o “saco de maldades”. Lula, do alto do Olimpo, ento a cantilena “tenham paciência”, incrédulo com o real que lhe “desobedece”. Mas, altaneiramente, vai em frente, chegando mesmo a dizer, em reunião com o MST, que queria ser julgado ao final do seu mandato. Vale dizer: quero cheque em branco. E vez por outra ele ou algum dos seus áulicos falam que quatro anos são poucos para tal missão. Realmente, já vimos esse filme.

A “Reforma” da Previdência é paradigmática em relação às demais políticas estatais⁸⁵. Foi, longa e cuidadosamente, preparada pelos governos Collor-FHC e agora por Lula. Mas, também, pelo processo de empobrecimento da sociedade, pela construção do antagonismo trabalhadores do estado X população e pelo processo de construção dos Fundos de Pensão, capitaneado por Gushiken, seu guru. Um enorme contingente de trabalhadores foi lançado à chamada informalidade. Isso é decisivo na destruição da previdência pública já que estes não contribuem para ela ou o fazem em pequeníssima medida. O processo de congelamento salarial dos trabalhadores do estado leva a que essa categoria tenda a desaparecer e ser substituída por trabalhadores sem direitos sociais, sem carreira e concurso: o verdadeiro paraíso dos governantes.

Helmut Schwarzer, secretário da Previdência Social, afirmou que o que mais prejudicou, no rombo de R\$ 27 bilhões, foi “principalmente a queda na renda dos trabalhadores” (Folha de São Paulo, 24-12-2003, p. A1). Tudo isso após um imenso esforço marqueteiro de convencer a sociedade de que o problema da Previdência eram os servidores públicos, vagabundos que se aposentavam precocemente e como marajás. O mais trágico é que já se fala na necessidade, dentro de mais ou menos cinco anos, de uma nova reforma da previdência. Esse prazo pode ser encurtado com a “Reforma” ministerial e a entrega da Previdência ao PMDB. Impavidamente, centrais e sindicatos constroem seus fundos de pensão; tornam-se núcleos do capital financeiro.

Não é por acaso a MP que permite aos trabalhadores do estado tomar empréstimos bancários com desconto automático na sua folha de pagamento. Garantia máxima da agiotagem legalizada: a bancária. Proteção ao sistema bancário e legitimação *aggiornata* de um endividamento permanente dos trabalhadores. Crédito? Talvez. Salário? Sabe-se lá quando. Se a força de trabalho é uma mercadoria ela pode ser submetida também a uma Bolsa Mercantil de Futuros! E o salário também. Como a Carteira de Trabalho, este tenderá a perder-se na memória dos trabalhadores.

A reconstrução da figura do trabalhador torna-se mais e mais dependente do Capital: uma espécie de *Frankenstein* adequado ao momento atual do imperialismo. Trata-se da mais ousada tentativa de rebaixar ao máximo o patamar de sobrevivência dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se busca ampliar o seqüestro da sua subjetividade de classe. A reinvenção do trabalho escravo ou servil caminha *pari passu* com a cidadania mercantil do consumo. O capitalismo e as políticas praticadas pelo governo tendem a unificar objetivamente os trabalhadores: do estado e da ordem privada. *Essa objetividade só pode ser transformada pela constituição de uma subjetividade capaz de dar sentido a ela: o permanente problema da direção, dos intelectuais de classe.*

As bases da mutação transformista

A desestruturação da sociedade caminha fortemente no sentido de sua plena captura pelo governo e seu partido. A CUT é hoje uma correia de transmissão. A partidarização da Central vem eliminando sua democracia interna. Nada que for crítico ao governo passa em suas instâncias. A CUT, construída durante a ditadura, praticamente desapareceu, não obstante o esforço de boa parcela da militância. Este processo não é de agora, tendo começado no Congresso de Belo Horizonte com a reforma estatutária que diminuiu a possibilidade de controle da ação da direção pelas suas bases e acentuou seu caráter concentrador, centralista⁸⁶.

Ela caminhou no sentido de reduzir seu horizonte político a duas tarefas: eleger Lula e fazer acordos corporativistas em benefícios de suas principais categorias. Neste segundo ponto essa estratégia foi fragorosamente derrotada, não importando a fala da direção, mas, o julgamento da história. Por mais que falem em câmaras setoriais e banco de horas como estratégias sindicais de enfrentamento ao

⁸⁵ É impossível, a quem tem o mínimo bom senso, chamar a isto de políticas públicas ou sociais.

⁸⁶ Esse mesmo processo veio ocorrendo desde a mesma época no interior do Partido dos Trabalhadores. Foi-se constituindo, no partido e na central, uma direção centralista, despótica.

neoliberalismo, estas medidas nada mais são do que respostas capitalistas à crise do capitalismo. Vitórias? Onde? Seja na carência de resultados na questão metalúrgica, que tem de permanentemente negociar para garantir o que já tinha sido negociado⁸⁷, seja no desmonte pronunciado dos bancários, as categorias profissionais vão sendo paulatinamente reconstruídas a menor, diminuídas física e politicamente. A política é ditada de fora, pela direção partidário-sindical estreitamente vinculada ao “projeto Lula”. Lembremos que a CUT – sob Vicentinho - não apenas aceitou a tese de que tempo de contribuição e tempo de serviço eram indiferentes, o que vem levando ao desespero os trabalhadores da ordem privada na hora de se aposentar, mas, também, das posições da Central quando das greves dos servidores públicos.

Os metalúrgicos levaram adiante as Câmaras Setoriais que, a pretexto de garantir-lhes o emprego, diminuíram os impostos das montadoras, reiterada seguidamente. O caso é clássico: aumento da produtividade e da lucratividade, nenhum controle previsto sobre as empresas e um mínimo de empregos mantidos. Mas, sempre e sempre sob a ameaça de novas demissões. Vitórias, insistimos. Onde? Contrariamente a tudo que foi falado na campanha eleitoral, do Primeiro Emprego, do destaque marqueteiro à questão do desemprego, falando aos catadores de lixo em São Paulo, Lula nos brindou com uma reflexão natalina. “Não basta a economia crescer. Com os avanços tecnológicos no mundo, muitas vezes uma empresa aumenta sua produtividade, sua rentabilidade e não gera um posto de trabalho” (*Folha de São Paulo* 24-12-2003, p. A4). Substitua-se o “muitas vezes” por “quase sempre” e teremos um quadro aproximado do desastre proporcionado por aquilo que muitos, altaneiramente, chamam de “Terceira Revolução Industrial”, ou seja, a tentativa deliberada de diminuir ao máximo o trabalho vivo. O Programa Primeiro Emprego não registrou uma adesão sequer razoável. O problema segue agravando-se.

A CUT assumiu a forma da Central que combatera (Força Sindical) e instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo. Progressivamente, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores para monitorar-lhes a ação no sentido da redução da radicalidade das lutas, da aceitação acrítica das chamadas transformações do mundo do capital (perversamente designado mundo do trabalho). Cada vez mais distinta e isolada dos trabalhadores, transformados em exército de apoio à direção, em massa de manobra devidamente disciplinada por ela (basta ver os congressos da Central deste ano, tanto no plano nacional, quanto estadual⁸⁸). Ilustrativo de como eles fazem a mediação com a diferença foi o ataque covarde sofrido por trabalhadores do estado diante do Sindicato de Metalúrgicos do ABC. A ação decorreu do fato de que os metalúrgicos não gostaram do protesto contra a “reforma” da previdência; agiram como *bate-paus*, como tropa de choque governamental. A regra agora é a das grandes festas, primeiros de maio com sorteios, shows musicais e zero de política, se não, pensam eles, a “massa” vai embora no mais puro “estilo Duda Mendonça”. O detalhe foi a contratação, pela Central, do mesmo marqueteiro que bolou esse esquema para a Força Sindical.

A CUT participa do Fórum Nacional do Trabalho. Sua direção aceita eliminar a voz dos trabalhadores substituindo-a pela do burocrata-gestor despótico da categoria; aprovará a *contra-revolução preventiva* da legislação sindical e trabalhista e assinará embaixo, por antecipação e sem qualquer constrangimento, a tese do negociado valer acima do legislado. Vale dizer, atuará na reconfiguração das classes subalternas a partir da Ordem do Capital. Trata-se da já mencionada *morte da política*. As reformas sindical e trabalhista em curso tenderão, caso sejam aprovadas, a aniquilar os trabalhadores como organização e projeto histórico. Para acompanhar passo a passo as políticas deste governo é altamente instrutivo ler os documentos do FMI (www.imf.org) e do BM (www.worldbank.org).

Aos que falam em “sindicalismo de estado” está reservada uma surpresa: os sindicatos não serão apenas criaturas do Estado, mas tenderão a ser instâncias governamentais preferenciais. Caso esses projetos de destruição passem, é óbvio. Aquilo que a Articulação não conseguiu impor (o sindicato orgânico), será realizado por lei⁸⁹. Os sindicatos brasileiros estarão, face a face, com uma forma agravada de fragilidade: os que representam as grandes categorias poderão sobreviver (e olhe lá); quanto aos demais, conhecerão um novo tipo de darwinismo social. E ainda escutaremos o discurso de que se está combatendo os sindicatos de carimbo.

⁸⁷ E apenas para os metalúrgicos mais ligados à direção da Central. Para os adversários, a lei dura da classe patronal.

⁸⁸ Em alguns estados essa realidade foi diferenciada, sabemos. Mas estamos falando como tendência dominante. É importante ressaltar que no congresso da CUT-SP a tendência majoritária saudou efusivamente a derrota judicial de um movimento dos Metalúrgicos de S. José dos Campos: “Eu, eu, eu, São José se f...”. Quando, por motivos políticos, a maioria de uma central comemora a derrota de um sindicato filiado a ela (ainda que de oposição à direção) significa que ela já perdeu qualquer caráter classista.

⁸⁹ Devo esta formulação ao companheiro José Vitório Zago, a quem agradeço.

Separaram-se as reformas e priorizou-se a sindical. Embora a reforma trabalhista fosse declarada inadiável e fundamental, no início do governo, ela foi jogada para 2005. Fundem-se os interesses de longo prazo do capital e os de curto prazo dos seus representantes políticos. Senadores e deputados que querem ser prefeitos não correm, assim, risco de ter que votar quebras de direitos sociais em ano eleitoral. Preserva-se o plano estratégico de inchaço do PT. Quem sabe, logo, logo, este será o mais novo “maior partido do Ocidente”⁹⁰.

A “reforma” sindical, se aprovada, quebrará as pernas do movimento sindical e o disciplinará nas mãos da burocracia das Centrais. Contrariamente às bandeiras históricas de liberdade e autonomia sindical, essas burocracias terão poderes concentrados de negociação, contratação e de reconhecimento da existência de sindicatos. As bases perderão qualquer possibilidade de controlar o que se negocia e sobre a assinatura ou não de um acordo coletivo. O direito que passarão a ter lhes permitirá, caso um sindicato de base não aceite negociar, escolher qual sindicato representará os trabalhadores de uma determinada base. O respeito à base sindical vai para o espaço. No caso da fundação de um sindicato, se seus promotores não tiverem a concordância da(s) Central(is), terão que ter pelo menos 30% da base no processo, limite maior do que a média superior atual de qualquer central. Mais uma vez, o peso decisivo do domínio vai para as burocracias nacionais dessas centrais. A interface Centrais-Estado-Patronato está garantida. Para maior segurança entrega-se a Berzoini o comando do Ministério do Trabalho.

Uma clara antecipação da possibilidade da Central substituir os sindicatos de base foi dado pela presença de Luis Marinho (outubro p.p.) na Embraer. Ele foi lá e recebeu os agradecimentos de Maurício Nóvis Botelho por ter intermediado um empréstimo de R\$ 1 bilhão do BNDES. Disse Marinho: “A CUT tem que olhar para o país e procurar fazer com que haja investimento em tecnologia porque o futuro do país depende desses investimentos”⁹¹ e disse que a Embraer “não pode ficar abandonada, enquanto seus concorrentes internacionais têm todo o apoio de seus governos”⁹². Até aí nada além da colaboração de classes clássica. O melhor, no entanto, foi que o dirigente da CUT reivindicou ao patronato a criação de uma comissão de fábrica pois “o sindicato tem a rejeição de 70% dentro da fábrica” (*O Vale Paraibano*)⁹³. O interesse súbito se explica: São José dos Campos é dirigido pelo Movimento por uma Tendência Socialista da CUT. E agora chegou o decisivo. Elias Jorge da Cruz (que teria, segundo, a imprensa, sido expulso após um confronto com a direção do sindicato) proclama do alto de sua sabedoria: “Trata-se de um mecanismo legal em caso do sindicato *dificultar* ou mesmo se recusar a conversar *sobre alguns assuntos* da empresa. A comissão poderia assumir essa função porque está ligada diretamente com os funcionários”⁹⁴. Duas observações: a) a linguagem é a da proposta da “reforma” sindical e b) perto disso a legislação varguista e a possibilidade de intervenção no sindicato é fichinha.

Nova classe? Não. Velho despotismo

A reflexão, colocada na ordem do dia pelo *Ornitórrinco* de Chico de Oliveira, salienta uma nova dimensão do quadro político. Os novos gestores dos fundos públicos são realmente uma nova classe? Ou são funcionários novos do sistema financeiro? Qual o grau de autonomia que essa pretensa “nova classe” tem sobre sua fonte de “poder”? Essa pseudoclassem não é nada mais do que um dos setores médios da população. Ela vive do mais-valor produzido pelos trabalhadores, mas sua função histórica é de dar organicidade e praticidade ao capitalismo. Martin Nicholaus, em *Proletariado y clase media em Marx: Coreografia Hegeliana y la Dialectica capitalista*⁹⁵, demonstra-o com bastante clareza. Qualquer tentativa de pensar esses grupos como uma “nova classe” – de Milovan Djilas a Francisco de Oliveira, passando por James Burnham, *A revolução dos gerentes*, etc. – não encontra base empírica de comprovação.

No discurso governamental, na proposta de resolução da “crise” da previdência, os fundos de pensão eram a solução. Não é possível analisar a ação desses fundos e dos seus gestores se não percebermos sua especificidade como agentes privilegiados do processo de financeirização em escala mundial. Eles, longe de resolver os problemas, se constituem como setores de vanguarda do sistema financeiro internacional, tal como demonstrado à sociedade, entre outras, pelas experiências americana, chilena e argentina. Não é possível ignorar o papel de personagens como Gushiken que, com sua empresa, já, há

⁹⁰ Os tucanos reclamam da política “imperialista” do PT. Afinal, o cofre dos apoiadores tenderá fechar-se para eles caso Lula permaneça em alta. Isto dependerá, é óbvio, da concordância entre as reformas propostas pelo governo e as do Capital.

⁹¹ Agência CUT, 24-10-2003.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ <<http://www.mail-archive.com/voto-eletronico@pipeline.iron.com.br/msg1422.html>>

⁹⁴ *Ibidem*. Grifo nosso

⁹⁵ Publicado originalmente com o título *Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and the capitalist dialectic*, in *Studies on the Left*, vol. 7, nº 1, 1967, traduzido por Fernando Sanches Fontela, Editorial Anagrama, Madrid, 1972.

muito tempo, vendia cursos de administração desses fundos a sindicatos. Não é, portanto, mero interesse cidadão para com os aposentados.

Toda a cantilena pseudo-argumentativa em que o governo se baseou foi respondida por Riccardo Bellofiore em *O capitalismo dos fundos de pensão*⁹⁶ onde ele fez a crítica dessa ideologia capitalista entre os regulacionistas e importantes militantes socialistas. Lá, como aqui, o modelito foi construído a partir de um relatório do Banco Mundial⁹⁷. Fica claro, portanto, o grau de integração dessa pretensa nova classe à dominância do capitalismo financeiro.

Estes gestores fazem parte do movimento de reconversão “mágico-religioso” que requer e impõe a necessidade de que seu séquito seja disciplinado e bem aquinhoado. *Noblesse oblige*. Eles são decisivos como demonstração da solução para os “pobres e oprimidos”. Deles, dizem, sairá a racionalidade que recuperará as finanças previdenciárias e eliminará o *joio dos marajás do serviço público*. São, pelo contrário, funcionários privilegiados deste capitalismo na *interface Capital Financeiro-Estado-Burocracia Sindical (emancipada do controle das bases)* e se comportam como tal. Gestores dessa interface e não apenas dos Fundos. Como responsáveis por uma das formas privilegiadas da acumulação capitalista, são e serão, sem dúvida alguma, interlocutores privilegiados da Ordem do Capital e da estabilidade estatal. O conjunto das reformas (Previdência, Sindical, Trabalhista, Universitária) dá o alcance real das medidas governamentais.

O aparentemente novo é o *locus* da extração das *personae* dessa nova burocracia: são ex-militantes sindicais. Não assumirão cargos na equipe econômica, mas terão condições de impactar decisivamente sobre os projetos em andamento⁹⁸. Agora, sindicalistas são gestores dos Fundos de Pensão com um *plus*, com a vantagem de ficarem incontroláveis por qualquer forma democrática. Em 1964 a direita acusava João Goulart de tentar criar uma república sindicalista. Lula parece querer, quatro décadas após, dar-lhe razão. Com a vantagem relativa de não ter que enfrentar (até agora pelo menos) a reação dos conservadores. Pelo contrário: vem sendo aplaudido de pé! Daí a necessidade cada vez mais atual de proceder ao cruzamento de ocupação dos cargos, a estrutura salarial e perda de liberdade da sociedade. Um *who is who* da interface acima mencionada será ilustrativo das estratégias governamentais e do porquê não é possível avançar sobre o processo de democratização das informações que o tornem translúcido. Com isso, teremos com clareza o mapa de como se move o “pessoal do apoio”, em especial, a tropa de choque. O assalto aos cargos é amplo, geral e irrestrito. Estes e as respectivas benesses são fartamente distribuídas aos amigos. O público e o privado se mesclam incestuosamente. A palavra de ordem petista *desprivatizar o Estado* é coisa do passado, coisa de xiita radical!

O Estado está absorvendo a sociedade civil, dirão os liberais. Os organismos privados de hegemonia tendem, mais e mais, a serem engolfados pelo aparelho estatal, a ponto de, a curto prazo, serem identificáveis, direta ou indiretamente, a agências governamentais. Mudaram os interlocutores. Privilegiam-se as ONGs sobre as classes. Longe vai o tempo (X Encontro Nacional, 1995) onde se criticava a “desresponsabilização do Estado, transferindo suas obrigações às ONGs e entidades sociais”⁹⁹. Sindicatos? Devem deixar de ser corporativos e pensar na sociedade como um todo! Devem pensar nas políticas que interessam à nação, diz Lula¹⁰⁰. Para quem isso é falado? Estamos no Brasil onde a população foi lançada à miséria, os movimentos sociais vigiados e várias de suas direções passaram a exercer cargos governamentais. Essas direções, ao mudar de lado – de rebeldes a campo governamental – atuam no sentido de permitir o seqüestro e a incorporação desses movimentos ao projeto do governo que os desarticula.

Essa aparente diluição do Estado é a forma real de concentração de poder acoplada à parceirização com o privado, identificado ao público. O antigo conceito de público – e suas práticas - são transformados em corporativismo, inimigo da sociedade. O segredo de Polichinelo se revela. A burguesia não tem porque temer o Estado: ele garante o financiamento aos seus projetos estratégicos, controla e disciplina as classes subalternas. Este é o sentido da contra-revolução proposta nas citadas reformas. Ao invés do postulado democrático da sociedade ter controle sobre o aparelho estatal, vemos o contrário: este vai avançando avassaladoramente sobre a totalidade social. A idéia do controle social, para muitos um dogma, não faz mais sentido, talvez nunca devesse ter sido pensada, ressalta a alta burocracia estatal e do partido. Os dominantes se sentem em casa: dos banqueiros à TV Globo, todos agradecem e pedem passagem.

⁹⁶ *Rivista de il manifesto*, n. 10, out. de 2000, traduzido e publicado em *Outubro*, nº 7, outubro de 2002.

⁹⁷ *Adverting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth*, Oxford University, 1994.

⁹⁸ Com FHC, a equipe econômica vinha diretamente de um setor universitário e fez carreira *sui generis* (de professores-economistas a banqueiros). Lembremos que Chico de Oliveira fala dos tucanos e dos petistas.

⁹⁹ *Resoluções...*, *op. cit.*, p. 616.

¹⁰⁰ Lembremos a identificação entre capitalistas e nação para termos clareza do sentido da frase.

A um só tempo vemos constituir-se e acentuar-se uma adesão irrestrita e uma impotente frustração. Nenhum debate político real na sociedade ou no partido. Impõe-se a linha burocrático-governamental que descaracteriza a vida das instituições. O Congresso se molda, acentuando o seu *modus operandi* de casas homologadoras, salvo se do debate puder sair, como é de praxe, uma certa troca de favores. O Judiciário é atacado de forma dura. Não que este devesse ficar impune. Os escândalos se sucedem sem que, contudo, isso seja um privilégio dos Meritíssimos. Atacar o Ministério Público, aplicar a Lei da Mordaza, não indica nenhuma forma democrática de crítica. Essa clara tentativa de atemorização é uma demonstração de debilidade.

As palavras do poder e o poder das palavras

O discurso ideológico é o terreno no qual os projetos políticos são construídos e impostos à totalidade social. Isto não o torna necessariamente verdadeiro. Mesmo que se declare “estamos mudando o país”, basta olhar o cotidiano e perceber o agravamento do desemprego, a miséria crescente, a destruição dos serviços públicos, por um lado, e, por outro, a alegria dos banqueiros¹⁰¹, o crescimento sem cessar da desigualdade social. As palavras, tal como fala Humpty Dumpty em *Alice no País das Maravilhas*, dizem o que se quer que se entenda.

Em tempos neoliberais não existe mais miséria, mas, exclusão. Qual a vantagem dessa formulação? O problema parece não ser do capitalismo nem do governo, mas dos excluídos¹⁰². As políticas de “inclusão” são aquelas que permitem, focalizadamente, diminuir os problemas sem alterar sua verdadeira causa. O Banco Mundial concorda e agradece. Mas, excluídos? Onde? Quem? Na realidade, o problema é: enfrentar a concentração de renda, o desemprego, etc., ou partir para a prática quase caritativa. A informalidade não é uma desgraça a que estamos fatalmente submetidos. É um mecanismo pelo qual se enfrentam as crises do capitalismo. Do mesmo modo, a questão do trabalho infantil, a reinvenção da escravidão, etc. Ninguém está excluído, mas incluído de forma subalterna, bárbara.

O problema é o da quadratura do círculo: como implementar, na chamada periferia, um capitalismo que não seja o mais brutal possível. Obviamente, não existe um capitalismo “não selvagem”, como Lula ama discursar. O que pode ser construído, ainda na Ordem do Capital, são mecanismos de controle social eficazes. Para isso, contudo, é preciso destruir uma política macroeconômica que leva em São Paulo a 21% de desemprego no primeiro ano do governo democrático-popular, no governo da “esperança”. Taxa só atingida em 1985!

Coloquemos ainda um problema. A Universidade Pública volta a ser um inimigo que deve ser destruído. Ato falho ou cumprimento das indicações da Organização Mundial do Comércio, que ordena a mercantilização da educação? José Dirceu já julgou e condenou: “o pau vai comer”. Ameaça concreta que acentua uma política de décadas de sucateamento da Universidade pública. O que não se conta é que, a um só tempo, o governo retira dinheiro da universidade, das doações ao Fome Zero, para pagar a Dívida e tenta impor um novo tributo para “ajudar” a Universidade. Ajuda que também será incorporada ao famoso superávit. A incrível fome tributária parece não encontrar limites.

A convivência com uma Universidade crítica é um dos requisitos fundamentais de uma sociedade que se pretenda democrática. Reduzir-lhe as verbas cumprindo um projeto que vem da ditadura, satanizá-la seguidamente, privilegiar a parcela da burguesia que faz das instituições universitárias privadas o *locus* específico para amealhar seu rico capital, não deveria, nem poderia, ser tarefa de um governo que se pretenda democrático-popular¹⁰³. Argumentos? Os mesmos da ditadura: os ricos na universidade pública, os pobres nas pagas. Não importa que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão governamental, demonstre o contrário. Leis são rasgadas e a autonomia universitária, cara em todo o mundo civilizado, é lançada, pelo governo, ao cesto do lixo. Lembremos o conselho de um liberal americano: *Se a Universidade é cara, experimente a ignorância*. Ou, importe as políticas do Banco Mundial, a tecnologia da Coreia e os *gadgets* da China.

Fala-se, com eufemismos, no velho e surrado orçamento global; tenta-se impor regulamentação infra-constitucional para a autonomia da Universidade e acopla-se um aumento de vagas (em uma quantidade praticamente impossível) para “ganhar” a sociedade. E o novo ministro lança um balão de ensaio: uma Constituinte Universitária. Obviamente, a proposta, cujo teor não foi explicitado, terá que contemplar todo

¹⁰¹ Veja-se a entrevista de Olavo Setúbal na *Folha...*, de 23 de dezembro p.p.

¹⁰² No *reich* tucano se falava em inempregabilidade.

¹⁰³ Em uma importante passagem Gramsci afirma que quando há uma contradição entre o discurso falado e o discurso praticado é neste último que vemos o seu verdadeiro sentido. Dizer-se democrático-popular não implica que, de fato, essa seja a verdade da política praticada.

o sistema. Os privatistas serão chamados a definir qual será a nova universidade. O que, na atual correlação de forças isto não indica nada de positivo para uma Universidade pública.

Concluindo provisoriamente

As aparências são normalmente associadas às ilusões. Elas, contudo, são necessárias. É através delas que se percebe o real, atuando assim no sentido de conformar os *modos de ver, de pensar*, constituindo-o. Toda ação social se move em um campo estruturado pelas ideologias, pelos projetos das classes. As aparências são a cara visível das ideologias. Ainda que demonstradas empiricamente falsas, marcam o horizonte das possibilidades. A análise do *modus operandi* do governo do PT demonstra a afirmação acima. Ao mesmo tempo em que se destroem as condições básicas de vida das classes populares se proclama, como virtude governamental, justo o oposto.

Entre a intenção e o gesto há um largo espaço. Na França de 1848, Odillon Barrot chegou ao governo na ditadura bonapartista, embora tenha desejado fazê-lo como chefe da oposição liberal. Lula pensara governar representando as grandes massas, mas acaba por implementar o programa da contra-revolução, patrocinado pelo processo de financeirização. E o faz mais rapidamente possível todas as “reformas” enquanto ainda tem popularidade. Pode até ter pensado estar vivendo uma afirmação de Maquiavel, mas leva à cena, tão somente, o surrado *script* do neoliberalismo.

Desenvolvemos, ao longo deste artigo, a tese de que a tentativa de ocupação do espaço laico da política pelo discurso messiânico implica em um risco grave. Não se trata de uma ideologia banal, mas de um discurso de forte carga emocional que confere aos governantes um poder manipulatório brutal. Em nome da afirmação de um projeto, dito de salvação nacional, instaura-se uma corrupção, ainda maior, das instituições e dos sujeitos. Não é o projeto de um partido o que nos preocupa, mas, a destruição, a curto e médio prazo, da atividade política como possibilidade de práxis transformadora. É uma forma particular de morte da política. Este discurso “ético” busca eliminar os divergentes porque quer instaurar um pensamento e uma ética únicos, impedir que o amanhã seja um outro dia, como diria Chico Buarque. Trata-se de uma operação de *limpeza* ideológica.

Nossa tarefa é de trabalhar na reconstrução da liberdade que progressivamente vem sendo subtraída à sociedade. Há que se reconstruir, com eles e não sobre eles, os movimentos sociais, restaurar no conjunto da sociedade o trabalho da política que negue o imediato para afirmar o futuro. Recuperar a capacidade de pensar a Grande Política ao contrário de chafurdar no cotidiano opaco e reacionário da conservação da atual forma social. O papel das direções está claramente colocado. Aqueles que em nome de interesses menores pensarem em sua readequação no espaço da política atual podem até fazer discursos altisonantes mas tendem a imobilizar o movimento molecular da sociedade. E esta é uma tarefa para uma nova organização que unifique o conjunto daqueles que se recusam a entoar, perversa e desafinadamente, o verso *o sonho acabou*.

TEXTO 5

Diretoria do ANDES-SN

EIXOS DO PLANO GERAL DE LUTAS

TR - 5

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma e atualiza seus eixos e plano geral de lutas.

A LUTA INTERNACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO

1.1 Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores.

1.2 Denunciar a campanha internacional do imperialismo estadunidense e seus aliados contra os direitos e a autonomia e a independência dos povos.

1.3 Combater a intervenção imperialista no Oriente Médio e na Ásia Central e na América assim como o ataque aos direitos civis, sociais e humanos e a criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.

1.4 Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington, o Fórum de Davos e outras convenções e fóruns de interesse do capital. Intensificar as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.

1.5 Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul.

1.6 Combater a política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia e da Seguridade Social.

DIREITOS HUMANOS, SINDICAIS E TRABALHISTAS

1.7 Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais dos trabalhadores e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.

1.8 Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado e no setor público; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais.

1.9 Lutar, em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

1.10 Defender intransigentemente o Regime Jurídico Único – RJU e lutar pelo restabelecimento dos direitos do servidor público suprimidos do texto original da Lei 8112/90.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO – PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN

1.11 Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a

inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas conseqüências nas relações do trabalho docente.

1.12 Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Cadernos ANDES, nº 2, 2003) e nas diretrizes e metas do “PNE: Proposta da Sociedade Brasileira”.

1.13 Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais e empresariais.

1.14 Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra o corte de verbas públicas; contra o favorecimento das fundações de direito privado e dos cursos pagos; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência de fundações de direito privado.

1.15 Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial.

1.16 Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente: emprego público nas IES públicas, aumento no número de contratações por tempo determinado, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.

LUTA CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS

1.17 Dar continuidade à realização de encontros e seminários sobre as reformas do governo Lula, com destaque para as reformas universitária, sindical e trabalhista, visando esclarecer e subsidiar o movimento docente na luta contra a retirada de direitos.

1.18 Lutar pela revogação da Desvinculação das Receitas da União – DRU, medida que permite ao executivo retirar 20% de verbas da saúde e da educação.

1.19 Lutar contra qualquer proposta de reforma administrativa que objetive a privatização dos serviços públicos, a eliminação da estabilidade, a quebra da isonomia entre servidores e o encolhimento das funções sociais do Estado Nacional.

1.20 Lutar pela integralidade e universalidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que fragmentam e mercantilizam essas ações, facilitando a sua privatização.

1.21 Intensificar a luta contra a reforma previdenciária, em curso hoje no Congresso, materializada pelo PEC 67/03, cujo objetivo é a privatização da Previdência Social Pública e sua descaracterização como direito social universal.

1.22 Lutar por uma reforma tributária que seja verdadeiramente progressiva, que diminua a carga tributária dos trabalhadores e da população de menor poder aquisitivo e que aumente os tributos sobre as altas rendas, o capital e as grandes fortunas.

2 - BANDEIRAS DE LUTA

A - Contra as guerras imperialistas. Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo. Contra a entrega da Base de Alcântara e a internacionalização da Amazônia.

B - Pela retirada de Israel dos territórios ocupados na palestina!

C - Não à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA.

E - Em defesa da Previdência Social, pública, solidária, em regime de repartição.

F - Contra a instituição de qualquer tipo de previdência complementar, seja por fundos de pensão ou seguro privado.

G - Em defesa dos serviços públicos, da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os seus níveis e modalidades.

H - Pela liberdade de organização e práticas sindicais

I - Pela recuperação de perdas salariais históricas e estabilidade no emprego.

J - reajuste salarial já!

L- Fora, FMI!

M - Não ao pagamento da dívida externa!

N - Reforma agrária sob controle dos trabalhadores!

O - Contra as reformas e pactos que retiram direitos sociais e atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores.

P - Pela reestatização das empresas privatizadas!

Q - Contra a participação de representantes da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

R - Não à autonomia do Banco Central!

S - Pela retirada da educação do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS da Organização Mundial do Comércio.

3 – PLANO GERAL DE LUTAS

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Plano Geral de Lutas do Sindicato.

A LUTA INTERNACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO.

3.1 Organizar firme oposição à continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas às determinações do FMI, BID e Banco Mundial cujas conseqüências mais imediatas são o aprofundamento do arrocho salarial e o sucateamento do serviço público.

3.2 Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA.

3.3 Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA e forçar a retirada do governo das discussões em curso, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial e lutando pela realização de um plebiscito para oficialmente consultar a população sobre a adesão do Brasil a esse acordo.

3.4 Intensificar, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros, de abrangências internacional, nacional, regional e local, sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical.

3.5 Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, intensificando a participação do ANDES-SN neste comitê, bem como das seções sindicais nos comitês locais e regionais reforçando esta luta na base do sindicato.

3.6 Aprofundar a discussão sobre as conseqüências da ALCA na educação pública, em geral, e na universidade pública, em especial, intensificando a luta do Sindicato pela retirada da educação do Acordo Geral de Comércio e Serviços - AGCS / GATS da Organização Mundial do Comércio - OMC.

3.7 Aprofundar a discussão e ampliar a campanha contra a mercantilização da educação, intensificando o recolhimento de assinaturas do abaixo-assinado internacional pela retirada da educação do AGCS da OMC.

3.8 Intensificar a luta do Sindicato contra qualquer proposta de autonomia do Banco Central, contra o acordo que cede a Base de Alcântara aos Estados Unidos, e todos os acordos que venham a ferir a autonomia nacional, a exemplo do acordo com a Ucrânia e participar das lutas com as comunidades atingidas pelo Centro de Lançamento de Alcântara.

3.9 Intensificar a participação do Sindicato na Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa intransigente da educação pública, laica, gratuita, democrática, de qualidade, socialmente referenciada e sua universalização em todos os níveis.

3.10 Indicar que as seções sindicais participem ativamente da Rede Internacional de Solidariedade Ativa, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento.

3.11 Apoiar as lutas dos povos que buscam a autodeterminação.

3.12 Recomendar às seções sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade aos povos afegão e iraquiano, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promoverem debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo.

DIREITOS HUMANOS, SINDICAIS E TRABALHISTAS

3.13 Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores.

3.14 Exigir do governo federal o cumprimento das disposições legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro, em especial do art. 26, das Disposições Constitucionais Transitórias, e os incisos V e VII, do art. 52, da Constituição Federal.

3.15 Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL nº 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o eufemismo 'flexibilização', reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.

3.16 Combater qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade acadêmica em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais, oferecendo solidariedade político-sindical, assistência jurídica e apoio material, por meio das estruturas do movimento docente. Realizar campanhas de denúncia como forma de prevenir e enfrentar tais atos das administrações universitárias.

3.17 Lutar, em conjunto com as entidades do campo da educação, contra o PL nº 337/03, de autoria do dep. Paes Landim (PFL/PI), que propõe uma "mini-reforma trabalhista" exclusivamente para o magistério, removendo ou restringindo direitos, agudizando a precariedade das relações e condições de trabalho dos profissionais da educação.

3.18 Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital, em âmbitos nacional e internacional.

3.19 Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação.

3.20 Mobilizar as seções sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador, à assistência social e à previdência social, quanto a direitos e formas de financiamento e gestão que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.

3.21 Combater a contratação, via CLT/Emprego Público, nas IES públicas, bem como todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES.

3.22 Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN e a criação de novas seções sindicais, na forma do seu Estatuto, para elevar o grau de desenvolvimento da organização e da luta dos trabalhadores.

3.23 Desenvolver ações contra quaisquer tentativas de regulamentação do direito de greve bem como contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no Congresso Nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.

3.24 Articular, no interior das coordenações estaduais dos servidores públicos, a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve, e trabalhar junto aos parlamentares nos estados nesse sentido.

3.25 Fortalecer na CUT o pólo de ação política que vise à retomada, pela Central, dos rumos para a independência política frente ao governo e para a organização efetiva da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

3.26 Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, raça, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade, região de portadores de necessidades especial ou de doenças, intensificando a construção, de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.

DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DO PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN

3.27 Lutar contra a implementação dos princípios da reforma universitária contidos no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial -GTI instituído pelo decreto publicado em 21/10/03, implementando:

3.27.1 a luta pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da Deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior -FUNDES e a contribuição social para a educação superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior.

3.27.2 a luta pela rejeição da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, pelo seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária estabelecida no art. 207, da Constituição Federal.

3.27.3 a luta pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 118/2003, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT/RO) que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, por meio da qual será regulamentada a autonomia universitária, violando preceito constitucional.

3.28 a intensificação da luta da categoria pela implementação da Carreira Única, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

3.29 o combate todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal, desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o arquivamento das proposições em tramitação.

3.30 Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para:

3.30.1 o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;

3.30.2 a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação das IES, a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores nas IES;

3.30.3 a luta pelo cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece vinculação de 18% da receita da União para educação, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União – DRU;

3.30.4 a luta pela derrubada dos vetos ao PNE e pelo aumento progressivo de gastos públicos com educação, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.

3.31 Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior e restrinjam o livre desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da filosofia e das artes.

3.32 Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN.

3.33 Combater todos os projetos legislativos que propõem a extensão, aos centros universitários, da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal. Em especial, exigir o arquivamento imediato e definitivo do PL 4560/2001, de autoria do dep. Alberto Goldman (PSDB/SP), sobre essa matéria, para o qual já existem pareceres de inconstitucionalidade, na Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados.

3.34 Lutar, em conjunto com as entidades do campo da educação, pela aprovação do PDC nº 383/03, de autoria dos deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Colombo (PT/PR), que susta os efeitos do Decreto nº 3680/2001, que estende, parcialmente, aos centros universitários, a autonomia universitária prevista no art. 207, da Constituição Federal.

3.34.1 assumindo posição contrária e combatendo a utilização de pós-graduandos como docentes, nas universidades onde realizam a sua pós-graduação. Combatendo a precarização do trabalho docente pela utilização desses alunos, como forma de não contratação de docentes. Defendendo o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização.

3.35 Combater os Parâmetros Curriculares e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, que comprometem a qualidade da educação básica e da educação superior e de suas respectivas modalidades, com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.

3.36 Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnicos-administrativos (admissões por concurso público e pelo regime estatutário) e à infra-estrutura das IES, resgatada e respeitada a sua autonomia.

3.37 Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos.

3.38 Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.

3.39 Assumir posição contrária ao PL n.º 2874/2000, da deputada Jandira Feghali (que, além de apresentar dados orçamentários desatualizados, institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior que trará impactos negativos sobre o financiamento do ensino superior).

3.40 Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, denunciando a ação deletéria das fundações de direito privado que utilizam indevidamente espaço físico, pessoal e qualificação acadêmica das universidades. Realizar debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, encaminhando-os ao Ministério Público.

3.41 Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais.

3.42 Exigir do MEC a revogação da Portaria nº 1403, de 9/6/03, que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação continuada dos professores, com a reedição do "Provão" para os estudantes de licenciatura e instituindo gratificação de produtividade para os professores da educação básica, de acordo com o resultado no Exame Nacional de Cursos.

3.43 Posicionar-se contrariamente, por desnecessária, à edição de novo instrumento regulamentador da LDB, no que tange ao ensino médio, à educação profissional de nível técnico e tecnológico, sendo necessária e suficiente, tão-somente, a revogação imediata do Decreto nº 2208/97.

3.44 Defender o retorno do número de vagas anteriores à homologação do Decreto 2.208/97 na perspectiva da ampliação do acesso ao ensino técnico de nível médio de acordo com as condições concretas que garantam a qualidade do ensino em cada instituição;

3.45 Defender o financiamento público/estatal da educação técnica e tecnológica, em contraposição a verbas do PROEP e a reafirmação da auditoria no PROEP, nas fundações de apoio e nas cooperativas.

3.46 Intensificar ação nacional pela revogação imediata do Decreto nº 2.208/97 e de toda a legislação que consolidou a reforma do ensino técnico e tecnológico, processo já em curso com a revogação da Portaria nº 646/97, que regulamentava a reforma do ensino técnico nas IFES.

3.47 Intensificar a luta por processos de avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os setores envolvidos e tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição.

3.48 Exigir um calendário que permita um, debate consistente e democrático sobre as estratégias de avaliação da educação superior;

3.49 Exigir do MEC um calendário que possibilite um debate consistente e democrático sobre as estratégias de avaliação da educação superior, inclusive realizando audiências públicas com os Sindicatos, entidades acadêmicas e representações das IES.

3.50 Reivindicar que as discussões sejam encaminhadas de forma articulada com as Políticas de Financiamentos para o Ensino Público, inclusive de pós graduação e de fomento a C&T.

3.51 Rejeitar a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), nos moldes propostos pelo documento SINAES devido ao seu caráter antidemocrático e heterômico.

3.52 Rejeitar a existência de um Sistema Nacional de Avaliação dissociado do Sistema Nacional de Educação, democrático e voltado para a educação gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada, em que o Estado seja o provedor de educação e cidadania plenas.

3.53 Reivindicar um Projeto Nacional de Avaliação de caráter autônomo e democrático, baseado nos critérios científicos não-quantitativos nem produtivistas, e no respeito às especificidades nacionais e regionais, alicerçado num projeto para a educação superior brasileira voltado para as necessidades sociais e nacionais com vistas à inclusão social de toda a população brasileira como define a “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”.

3.54 Intensificar a luta para garantir a representação dos três segmentos da comunidade - docente, discente e técnico-administrativo - nos órgãos e colegiados decisórios das instituições de educação superior, tendo como base a paridade prevista no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.

3.55 Promover ação nacional pela reformulação de estatutos e regimentos das IES via processos democráticos definidos no âmbito de cada instituição e que nela se esgotem.

3.56 Posicionar-se contrariamente ao PL nº 1172 /2003, da deputada Raquel Teixeira (PSDB/GO), no que tange à certificação de professores da educação básica pública.

3.57 Intensificar a luta pela derrubada dos vetos do PNE do governo e pela implementação de aumento progressivo nos gastos públicos com educação para alcançar 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira;

3.58 Assumir posição contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio da educação a distância (EAD), lutando para que os programas de EAD sejam suplementares nos cursos de graduação, em geral, e nos de formação do magistério, em especial. Tais programas devem ser vinculados às universidades e seu desenvolvimento pressupõe, como política da instituição de educação superior, a predominância da educação presencial.

3.59 Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas instituições de ensino públicas e gratuitas, em todos os níveis de ensino, em especial em cursos noturnos, por meio da contratação de docentes e técnicos-administrativos, via concurso público e pelo RJU, para melhoria das condições infra-estruturais das IES públicas.

3.60 Assumir posição contrária ao PLS nº 45/2003, do senador Eurípedes Camargo (PT-DF), e lutar pela aprovação do PDL nº 385/2000, que restabelece o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação, e lutar pela revogação dos Decretos nº 3.276/99 e nº 3.462/2000, assim como de todas as resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET;

3.61 Lutar pela ampliação do número de cursos regulares e presenciais de Licenciatura e de Pedagogia, em especial em cursos noturnos, nas universidades públicas, com verbas específicas da União e dos estados para a manutenção dos mesmos.

3.62 Intensificar a luta contra o PL nº 4746/1998, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e o substitutivo apresentado pelo relator deputado Átila Lira, que pretendem regulamentar o exercício da profissão do pedagogo, o que trará graves conseqüências para os cursos de Pedagogia e para a qualidade da formação dos profissionais da educação.

Recomendações

O 47º CONAD recomenda às seções sindicais que:

a) até o 24º CONGRESSO DO ANDES SINDICATO NACIONAL, abram discussão sobre a participação, ou não, de alunos de cursos a distância nos processos eletivos das IES.

b) apoiem a realização do V CONED, que ocorrerá em Recife, em maio de 2004, e participe efetivamente dos encontros preparatórios para o evento que terão início em fevereiro de 2004.

c) analisem a proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica como instrumento da luta pela efetiva e incondicional revogação do Decreto nº 2.208/97, devendo, conjunto com as secretarias regionais, promover, articulada e coordenadamente, ampla discussão do documento.

DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES - PELA REESTATIZAÇÃO – CONTRA REFORMAS QUE RETIRAM DIREITOS

3.63 Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.

3.64 Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas, e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em processo de negociação realizado pelo Sindicato, em especial, dos firmados no final da greve de 2001.

3.65 Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: (a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; (b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; (c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade.

3.66 Intensificar a luta pela retirada imediata do Projeto de Emenda Constitucional nº 573/2002, denunciando seu caráter de tributação sobre direitos constitucionais (art. 206 CF/88), mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física, dos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público, sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior.

3.67 Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor de comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) uma regulamentação da TV digital que considere a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira.

3.68 Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações (sistemas digitais, provedores estrangeiros de educação etc.), à Lei de Patentes e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país.

3.69 Implementar ações para extinguir os Fundos Setoriais, evitando, dessa forma, a ingerência do mercado no financiamento público de ciência e tecnologia.

3.70 Intensificar a luta pela manutenção da Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado.

3.71 Denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.

3.72 Lutar por uma política nacional que introduza o desenvolvimento de softwares livres e de código aberto, peça chave para a inclusão digital, rompendo o ciclo oneroso de governos, IES, sindicatos e pessoas físicas dependentes de uma única empresa que monopoliza o mercado de softwares no mundo.

3.73 Combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, equidade e integralidade, conforme o art. 196 da Constituição Federal de 1988.

3.74 Lutar em defesa da Seguridade Social e contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão inclusive intensificando a pressão junto aos poderes legislativos e executivos das três esferas, pela revogação da EC 20/98, EC 41/03, e pelo arquivamento das PEC 136/99 e 137/99.

3.75 Lutar pela intensificação da participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos Comitês e Fóruns Estaduais em Defesa da Previdência Pública e desenvolver ações unificadas.

3.76 Procurar apoio da OAB, CNBB, ABI e outras entidades para construir aliados na defesa dos serviços públicos de qualidade e socialmente referenciados.

3.77 Articular-se ao movimento de luta em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social.

3.78 Manifestar-se formalmente contra toda medida governamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medida no campo jurídico, quando se tornarem necessárias.

3.79 Encaminhar a discussão nas bases sobre a necessidade de propor à CUT a convocação de uma greve geral como resposta ao aprofundamento da destruição das conquistas dos trabalhadores.

Recomendações

A Direção Nacional deve:

- a) buscar constituir um calendário de atividades do Movimento Social para o próximo período e
- b) envidar esforços para viabilizar a unidade na realização destas atividades do movimento.

TEXTO 6

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

A EVOLUÇÃO DO SETOR DAS IEES, NOSSO ATUAL ACÚMULO DE FORÇAS E A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA NOS ESTADOS CONTRA AS REFORMAS QUE RETIREM DIREITOS DOS TRABALHADORES.

TEXTO DE APOIO

1. O trabalho político do setor, nesses dois últimos anos, orientou-se, desde o início, pelo reconhecimento da diversidade de situações que caracterizam cada IEES em seus estados, questão que foi recorrentemente abordada e debatida ao longo da década de 90, em CONADs e Congressos do ANDES-SN. A avaliação do ANDES-SN de que a heterogeneidade entre as IEES era a regra indicava – nos textos e nas resoluções daqueles eventos - a necessidade de produzir condições para a consolidação do setor. O objetivo principal girava em torno da tentativa de unificação das mobilizações docentes e das greves nos estados que geralmente ocorreram para reivindicar reposição salarial.

2. Em paralelo a essa heterogeneidade, pontuava, nas avaliações e nos diagnósticos realizados nos eventos do ANDES-SN, a baixa audiência das seções sindicais nas reuniões do setor. Isso tornava esporádico o funcionamento do setor, quase que o restringindo aos CONADs e Congressos. Tal fator era explicado em função dos exíguos recursos financeiros característicos da maioria das seções sindicais das IEES. Essa questão também recebeu insistente atenção durante os eventos do ANDES-SN e chegou a ser tratada de modo mais específico durante o Seminário de Formação Política, realizado em 2001, na cidade de Niterói, que encaminhou proposta que visava a possibilitar a participação das seções sindicais com pequena arrecadação (não só as das IEES) em GTs, CONADs e Congressos. Portanto, foi este acúmulo resultante das análises feitas sobre as experiências vivenciadas na década de 90 que serviu de guia inicial para as atividades do setor em 2002 e 2003.

3. De posse desse quadro, a coordenação do setor decidiu realizar as primeiras reuniões nas secretarias regionais em que houvesse seções sindicais das IEES com pequena arrecadação financeira. Com esse sistema de rodízio, esperava-se superar, em alguma medida, o esvaziamento das reuniões. Da totalidade de 7 reuniões, realizadas desde meados de 2002, quatro delas obedeceram à lógica proposta de rodízio. A tabela 1 oferece informações sobre os lugares e a frequência dessas reuniões.

4. Percebe-se que o sistema de rodízio não resolveu definitivamente o problema, mas criou condições para que as seções com pequena arrecadação pudessem participar do setor quando a reunião foi realizada em sua secretaria regional. Por outro lado, essa dinâmica evidenciou também que as ausências registradas nas reuniões não eram determinadas apenas pelos recursos financeiros (ou pela falta deles), como pode ser percebido na tabela 2.

5. A análise dessas informações indica que o sistema de rodízio deve continuar, mas não é suficiente para garantir que o setor, apenas no espaço de suas reuniões, consiga cumprir a função de articulador do movimento docente nas IEES. A ausência de seções sindicais com razoáveis recursos financeiros nas reuniões do setor (conforme demonstra a tabela 2) sugere outros tipos de dificuldade. A mais eminente delas traduz-se no fato de que tais seções possuem formas específicas de articulação nos estados, dispensando a função do setor. É evidente que isso não decorre de uma escolha voluntária, mas expressa em parte um distanciamento entre o ANDES-SN e as seções sindicais/IEES. Não há como desconsiderar que o ANDES-SN surgiu mais assemelhado com a situação das IFES do que a partir da realidade das IEES e das IPES. Embora em sua fundação o propósito e a vocação originais indicassem que a representação se estendesse aos *“professores das Instituições de Ensino Superior do Brasil”*¹⁰⁴, a conjuntura de surgimento “da” ANDES foi pela radicalização dos docentes das IFES, nos anos de 1979 e

¹⁰⁴ Item “a”, do artigo 1º dos Estatutos Provisórios da ANDES, Rio de Janeiro, 13 e 14 de março de 1981.

1980 (luta por autonomia universitária, reposição salarial e isonomia de regras entre as IFES). Iniciou, portanto, como entidade que refletia predominantemente a organização e os anseios dos docentes das IFES, representados nas ADs. A presença do setor estadual seria restrita às poucas IEES existentes e com alguma organização docente.

6. Esse quadro tomou outro curso a partir de meados da década de 90, à medida que se registrou grande crescimento do setor das IEES. Entre 1990 e 1995, apenas uma seção sindical foi criada (ADUNEMAT, em 1991) e outras 9 foram transformadas de ADs em seções sindicais. Porém, a partir de 1996, como demonstra a tabela 3, percebe-se que o setor ganhou volume e se ampliou para outros estados, além de São Paulo e Rio de Janeiro (que tradicionalmente contavam com importantes universidades estaduais). De 1996 a 1998, foram criadas 4 seções sindicais e, no período de 2001 a 2003, foram criadas 11 seções sindicais, com pelos menos a criação de 2 seções sindicais por ano. Hoje, no conjunto das 52 instituições estaduais de ensino superior, há seções sindicais em 31, sendo que as 21 restantes tratam-se, na maioria, de faculdades isoladas e pequenas instituições.

7. Esse crescimento não foi seguido imediatamente pela capacidade do setor de organizar e responder a todas as demandas das seções sindicais. As experiências de luta dos docentes das IEES nos estados conduziram para a criação de muitos organismos de caráter sindical, tendo como função aglutinar seções sindicais e mesmo estudantes e técnicos-administrativos. O Fórum das 6 (São Paulo), o Comitê das IEES (Paraná), o Fórum das ADs (Bahia) são exemplos de que o movimento docente nos estados desenvolveu formas específicas de discutir e formular ações conjuntas na defesa de seus direitos e conquistas. Estes espaços refletem as dificuldades da luta das IEES nos estados e têm sido o instrumento privilegiado na construção das últimas greves realizadas e, neste sentido, assumem importância crucial para o ANDES-SN. O reconhecimento dessa realidade fez com que a coordenação do setor buscasse uma aproximação de tais fóruns, chegando a formalizar sua presença em alguns deles, como o Comitê das IEES e o Fórum das 6. A principal consequência dessa postura foi a aproximação (e nalguns casos a reaproximação) das seções sindicais com o setor e vice-versa. Portanto, as seções que têm uma dinâmica de organização própria e, talvez por este motivo, não tenham buscado no setor um espaço para se organizar e se nutrir politicamente, passaram a disponibilizar suas experiências no setor, contribuindo de maneira decisiva para o avanço qualitativo da luta do movimento docente em seções recém-criadas. Neste ponto, a conclusão sinaliza para a continuidade da relação do ANDES-SN com tais fóruns.

8. O surgimento de fóruns de articulação entre as seções sindicais de diferentes IEES (eventualmente com a participação de representantes de servidores técnico-administrativos e estudantes) teve uma expressão importante na recente greve das estaduais baianas, ora suspensa e com negociação em curso. Aqui também cabe avaliar a capacidade do setor e do Sindicato como um todo no acompanhamento e apoio à mobilização desencadeada nos estados. Deflagrada em torno de uma pauta que incluía a reposição de perdas e a incorporação de gratificações, a greve na Bahia paralisou 2 das estaduais da Bahia (UNEB e UESB) e foi motivo de mobilizações nas outras duas (UEFS e UESC), sendo que na UEFS se desencadeou uma greve estudantil no mesmo período. Articulando tanto as instituições paralisadas como aquelas em processo de mobilização, o Fórum das 4 foi fator fundamental de unificação das lutas, fortalecendo o movimento frente ao Governo do Estado. O Setor das Estaduais, considerados os limites acima assinalados, buscou acompanhar o processo de lutas da Bahia. Esse acompanhamento culminou com a discussão realizada no quadro do 2º Encontro Nacional dos Docentes das IEES do ANDES-SN, quando ficou definida uma campanha de solidariedade que logrou angariar apoio político e material e que teve dimensão nacional, sendo articulada e monitorada a partir de Brasília. Além disso, o ANDES-SN disponibilizou sua assessoria jurídica, o que permitiu que se conseguisse alguns êxitos nesse campo como, por exemplo, a ação que assegurou o pagamento dos dias parados. O ANDES-SN também disponibilizou, na forma de empréstimo, recursos destinados aos docentes com salários suspensos. Decidiu-se, ainda, a partir do 2º Encontro Nacional das IEES, a ida do presidente do sindicato à Bahia e a presença, por 3 dias, de um membro do Setor no acompanhamento "in loco" da mobilização. A greve, entretanto, revelou também as dificuldades de acompanhar cotidianamente as mobilizações nos estados. No caso da Bahia, como e em caso de outros estados onde existe uma presença relevante de seções sindicais, a existência de espaços específicos para articulação entre as seções sindicais e a Secretaria Regional, certamente favorecerá o acerto nos movimentos e mobilizações.

9. Em relação à heterogeneidade das situações de cada IEES, houve uma mudança qualitativa que, embora tenha raízes no início da década de 90, foi mais claramente percebida no início dos anos 2000: a semelhança das políticas governamentais aplicadas nos estados. As 7 reuniões realizadas pelo setor permitiram traçar um panorama sobre a precarização do trabalho docente nas IEES, a restrição crescente do financiamento público e o arrocho salarial combinado com a privatização interna por meio

principalmente de cursos pagos. Muitas IEES registraram o aumento exponencial das atividades de ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. Em favor desse fato, contaram os cursos pagos que serviram como complemento salarial. Além disso, pesou também a contração de docentes por regimes de trabalho precários em larga escala, como na FUNESA (Alagoas). Nem mesmo universidades com longa história e reconhecida consolidação como a USP escapou a essa realidade, tendo enfrentado recentemente greve por contratação de docentes na área de humanas. Foi lá também que se denunciou de modo mais contundente a proliferação das fundações ligadas a universidade, cuja finalidade principal, conforme publicação da ADUSP¹⁰⁵, é realizar negócios com a chancela da “logomarca” USP. A restrição orçamentária proveniente de recursos dos tesouros dos estados (que o ANDES-SN considera como financiamento público) também se mostrou como regra na realidade das IEES. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um artefato construído pelo governo FHC e fartamente utilizado como justificativa para o arrocho salarial (não só dos docentes, mas de todo o funcionalismo) nos estados. A Autonomia Universitária disposta como lei auto-aplicável também foi fortemente atacada nos estados, principalmente por meio dos conflitos na nomeação de reitores eleitos democraticamente pelas comunidades universitárias. Em síntese, nesse período intensificou-se a privatização das IEES combinada com a precarização do trabalho docente.

10. No plano político da organização do setor, essa tendência homogeneizante nas condições das IEES possibilitou (melhor dizendo impôs) a construção de uma pauta comum. O ANDES-SN pautou, de modo sistemático (e por solicitação de muitas seções sindicais), o conhecimento da proposta de Carreira do ANDES-SN, os princípios de defesa da Seguridade Social, a questão da Autonomia Universitária, a discussão do financiamento integral das IEES (com recursos dos tesouros dos estados) e a questão da organização sindical das seções. Ficou evidente que as políticas governamentais nos estados partiram de uma agenda partilhada (referenciada nas orientações do Banco Mundial que são reforçadas neste momento pela tentativa de reforma universitária do governo Lula¹⁰⁶). Isso ficou demonstrado nas discussões realizadas durante o 2º Encontro Nacional dos Docentes das IEES do ANDES-SN, realizado em novembro de 2003, em São Paulo, que contou com a presença de 74% das seções sindicais das IEES (23 das 31 seções sindicais)¹⁰⁷.

11. As experiências relatadas nesse encontro informaram haver uma queda generalizada nos orçamentos das IEES, nos estados. A explicação encontrada para a contração do financiamento público guarda relação direta com o endividamento e comprometimento dos governos estaduais com a produção de superávit primário e com o pagamento da dívida pública. O posicionamento indicado pelas seções sindicais representadas foi o de intransigência na defesa do financiamento integral das IEES pelos recursos dos tesouros dos estados. Esse foi o ponto fundamental que expressa a unidade das políticas governamentais e que indica onde centrar nossos esforços. A construção de uma pauta única do setor traduz essa compreensão formulada naquele 2º encontro e reproduzida aqui. *“O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e suas seções sindicais das universidades públicas estaduais que assinam este documento reafirmam a defesa intransigente das universidades públicas brasileiras. Defendemos a autonomia universitária nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, garantindo democraticamente as eleições diretas para os dirigentes das universidades e o financiamento integral destas por parte do tesouro dos estados. Rejeitamos qualquer tipo de intervenção dos governos estaduais e das oligarquias regionais nas universidades, seja por meio de nomeação de reitores e diretores biônicos ou da perseguição e do constrangimento aos direitos de organização sindical e de greve. Defendemos uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada que participe intensamente da transformação da realidade alicerçando bases intelectuais e práticas para o desenvolvimento de melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Para realizarmos esses objetivos exigimos a valorização do trabalho docente, indissociável nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O exercício desses fins da universidade requer a capacitação permanente do docente e uma política salarial que permita a dedicação plena ao serviço público. Condenamos os cursos de formação aligeirada, os cursos pagos e todas as taxas cobradas nas universidades porque entendemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. O direito de estudar e o desenvolvimento de pesquisas científicas não podem estar subordinados à lógica da economia de mercado. Por isto, também condenamos qualquer forma de privatização das universidades públicas (fundações, centros de estudo, núcleos de apoio, etc) que transformam o conhecimento em mercadoria. Estes são os princípios que orientam nossas ações. Estamos unidos e dispostos a defendê-los, porque dessa luta depende a independência do trabalho intelectual e o direito de todos à educação e a um futuro”.*

¹⁰⁵ Cf. **Revista ADUSP nº 27 – Edição Especial**, São Paulo, ADUSP, Outubro de 2002.

¹⁰⁶ Documento produzido pela Comissão Interministerial instituída em 20/10/03, recebido não-oficialmente pelo ANDES-SN e divulgado pela circular n.018/04, de 15/01/2004.

¹⁰⁷ Cf. Relatório do 2º Encontro Nacional das IEES/ANDES-SN.

12. O acúmulo de forças produzido pelo ANDES-SN em relação ao setor das IEES pode ser visualizado nos 10 pontos anteriores. As condições para enfrentar as reformas que estão na pauta oficial do país tais como as previdenciária, trabalhista, sindical e universitária constituem a situação mais urgente a ser enfrentada neste período. No caso da reforma previdenciária, muitos estados se adiantaram em função da EC-20/98 e flexibilizaram e privatizaram seus sistemas previdenciários. Em alguns estados esse processo não foi completo e noutros ele ainda não foi realizado. O trabalho feito até o momento, conforme já foi relatado em documento do setor apresentado na 5ª reunião do setor (realizada em Brasília, em julho de 2003)¹⁰⁸, serviu para pautar a questão da Previdência Social (como no Fórum das 4 na Bahia, no Fórum das 3 no Ceará, no Comitê das IEES no Paraná) e chamar a atenção para a situação da Previdência nos estados. De modo específico foram realizadas duas reuniões do setor para tratar da questão da Previdência. Na primeira, em 18/10/02, a avaliação do setor tomou como elemento de conjuntura o documento firmado entre Lula (candidato) e o FMI. Tal documento registrou o compromisso de aprovar o PLP-9/99 e subordinou a reforma da Previdência à *“criação e ampliação de superávit nas contas do Estado com vistas ao pagamento das dívidas interna e externa”*¹⁰⁹. O encaminhamento tomado naquela reunião recomendou ao ANDES-SN, por meio do GT e da Encarregatura de Seguridade, que iniciasse *“a organização de uma campanha nacional (nos âmbitos federal, estadual e municipal) pela defesa da Previdência Social Pública”*¹¹⁰. No 22º Congresso em Teresina, aprovou-se recomendar às seções sindicais das IEES: *“organizar reuniões com representações das entidades dos servidores públicos estaduais e municipais, em seus respectivos Estados, ou integrando os Fóruns de servidores já existentes, com o objetivo de construir resistência e luta contra as Reformas da Previdência, Trabalhista, Sindical e Tributária que atinjam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado tais posicionamentos para os Congressos Estaduais da CUT”*¹¹¹. O 46º CONAD avaliou o êxito desse tipo de iniciativa, tanto em relação aos CECUTs e CONCURT quanto em relação aos fóruns estaduais de articulação dos servidores públicos das três esferas. Ainda no 46º CONAD, o setor apresentou um levantamento mais detalhado sobre a situação da Previdência e sua relação com a luta contra a reforma da Previdência no plano nacional e que pode ser conhecido pelo Caderno de Texto daquele evento. De modo resumido, o quadro construído constatou que as reformas, já realizadas na Bahia, Paraná e Ceará, foram inspiradas pela Emenda Constitucional nº 20 (15/12/1998). Foi possível verificar o resultado da atuação potencializada por estes fóruns estaduais pelo menos em três importantes momentos: a) na semana de luta dos dias 7 a 11 de Abril (com ênfase no dia 8/4) em que os servidores públicos, com a presença fundamental do ANDES-SN, manifestaram-se em diversos estados; b) no dia 11/06 com a Marcha Contra a Reforma da Previdência; c) a presença, mesmo que reduzida, de algumas seções sindicais na greve contra a PEC-40/03. Esse foi o acúmulo possível construído nas IEES e é a partir dele que serão enfrentadas as tentativas de avançar na privatização da Previdência nos estados.

Considerando:

- 1** que as alterações, introduzidas pelo governo Lula na Seguridade Social por meio da PEC-40/03, terão repercussão nos estados, inclusive com medidas de reforma na assistência médica dos servidores;
- 2** que as políticas governamentais dos estados intensificarão o arrocho salarial e a privatização interna das IEES por meio da reforma universitária em curso,

TR - 6

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera que

- 1** as seções sindicais e as secretarias regionais organizem a luta de resistência contra as versões da reforma previdenciária nos estados e/ou ajustes nas previdências estaduais (para adequá-las à EC 41), bem como à reforma da seguridade como um todo, mediante a manutenção, reativação ou criação de fóruns de unidade com os demais servidores públicos estaduais e municipais;
- 2** as seções sindicais e as secretarias regionais realizem levantamento das políticas governamentais nos estados relacionadas às universidades.
- 3** as seções sindicais e as secretarias regionais pautem em seus fóruns a discussão da reforma universitária visando a preparar a resistência contra qualquer reforma de caráter privatizante.

¹⁰⁸ Cf. informações do Setor das IEES no sítio do ANDES-SN.

¹⁰⁹ ANDES-SN. *Relatório da Reunião do Setor das IEES*, Salvador, 18 de Outubro de 2002.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ ANDES-SN. *Caderno de Texto do 22º Congresso, Setor das IEES*, Teresina, 09 a 13 de Março de 2003.

4 o setor continue o acompanhamento e o enfrentamento das questões referentes à Autonomia Universitária e Financiamento nas IEES.

5 o ANDES-SN assumira posição contrária ao projeto de Lei n.713/2003 do deputado Otávio Leite da assembléia legislativa do Rio de Janeiro, que institui o Programa Compromisso Social de prestação obrigatória de serviços à comunidade por alunos e egressos dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro.

6. o GTPE redija um documento explicando as razões pelas quais o ANDES-SN é contrário a quaisquer modalidades de pagamento pelos estudos em universidades públicas e o encaminhe aos deputados da assembléia legislativa do Rio de Janeiro.

ANEXO AO TEXTO

Tabela 1 – FREQUÊNCIA NAS REUNIÕES (2002-2003) DO SETOR DAS IEES

Local e Data	Seções presentes	Total	Seções da SR - Sede da Reunião
Curitiba Agosto/2002	ADUSP; ADUNESP; ASDUERJ; ADUNIOESTE; ADUEL; APRUDESC	6	ADUNIOESTE; ADUEL; APRUDESC.
Salvador Outubro/2002	ASDUERJ; SINDFUNESA; SINDURCA; ADUNEB; ADUSC	5	SINDFUNESA; ADUNEB, ADUSC.
Belo Horizonte Dezembro/2002	ASDUERJ; SINDUEMG; ADUPE; ADUSP.	4	SINDUEMG
Fortaleza Abril/2003	ADUSP; CENTEC; SINDIUVA; SINDUECE; ADCESPI; ADUSC-Ba.	6	CENTEC; SINDIUVA; SINDUECE; ADCESPI.
Brasília Julho/2003	ADUNESP; ADFAMEMA; ADUNIOESTE; SINDURCA; ADUEG; SESDUEG; ASDUERJ.	7	Obs. Esta reunião não seguiu o critério de rodízio. Foi realizada dentro da preparação da greve contra a PEC-40/03.
Natal Outubro/2003	ADCESPI; ADUNIOESTE; ASDUERJ; ADUNESP.	4	Obs. Esta reunião não seguiu o critério de rodízio. Foi realizada na ocasião do 47º CONAD.
São Paulo Novembro/2003	ADFAMEMA; ADUSC-Ba; ADUNEMAT; ADUNEB; ADUPE; ADUEMS; SINDUEPG; ADUNESP; ADCESP; ADUSB; ADUEPB; ADUNIOESTE.	12	Obs. Esta reunião não seguiu o critério de rodízio. Foi realizada na ocasião do 2º Encontro Nacional dos docentes das IEES do ANDES-SN.

Fonte: Setor das IEES/ANDES-SN

Tabela 2 - PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS REUNIÕES (2002-2003)

DO SETOR DAS IEES

SEÇÃO SINDICAL	Número de Reuniões	SEÇÃO SINDICAL	Número de Reuniões
ADCESPI	2	SESDUEG	1
SINDURCA	1	ADUEG	1
SINDIUVA	1	ADUNEMAT	1
SINDUECE	1	ADUEMS	1
ADUERN	-	ADUNICAMP	-
ADUEPB	1	ADUSP	3
ADUSB	1	ADUNESP	4
ADUPE	2	ADFAMEMA	2
ADESA-PE	-	ADFATEC	-
ADUNEB	1	ASDUERJ	5
SINDUEPA	-	SESDUENF	-
ADUFS-BA	-	ADUNIOESTE	4
SINDFUNESA	1	ADUEL	1
ADUSC	2	SINDUEPG	1
ADUNIMONTES	-	ADUNICENTRO	-
SINDUEMG	1	APRUDESC	1
SESDUEG	1		
ADUEG	1		

Fonte: ANDES-SN – Setor das IEES

Tabela 3 - Evolução do Setor das IEES (1996-2003)

Criação*	Seção Sindical	Estado
1996 (1)	ADESB (Seção Sindical dos docentes da Autarquia Educacional de Belo Jardim)	Pernambuco
1997 (1)	ADUEMS (Seção Sindical de Docentes da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)	Mato Grosso do Sul
1998 (1)	ADFATEC (Seção Sindical dos Docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”)	São Paulo
1999 (1)	SINDURCA (Seção Sindical dos Docentes da URCA)	Ceará
2001 (2)	APRUDESC (Seção Sindical dos Professores da UDESC)	Santa Catarina
	SINDUEPA (Seção Sindical dos Docentes da UEPA)	Pará
2002 (2)	SESDUENF (Seção Sindical dos Docentes da UENF)	Rio de Janeiro
	ADUNIOESTE (Seção Sindical da UNIOESTE)	Paraná
2003 (7)	SINDUVA (Seção Sindical dos Docentes da UVA)	Ceará
	SINDFUNESA (Seção Sindical dos Docentes da FUNESA)	Alagoas
	SINDUECE (Seção Sindical dos Docentes da UECE)	Ceará
	SINDUEPG (Seção Sindical dos Docentes da UEPG)	Paraná
	ADUNICENTRO (Seção Sindical dos Docentes da UNICENTRO)	Paraná
	SINDCENTEC (Seção Sindical dos Docentes do CENTEC-CE)	Piauí
	ADUEG (Seção Sindical dos Docentes da UEG)	Goiás

Fonte: Setor das IEES/ANDES-SN.

* O ano se refere à assembleia de criação e não à data de homologação.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

1995...1999...2003.... até onde irá o desmonte dos serviços públicos? 2004 – A importância da luta unificada!

A Década Perversa

O início dos anos 90 do século passado marcou, no Brasil, a implementação do projeto neoliberal. O cenário internacional, firmemente assentado nas novas formas de exploração do trabalho e na economia globalizada, e a ofensiva do pensamento conservador travestido em neoliberalismo repercutiram fortemente no país, aumentando sobremaneira a dependência e subserviência aos organismos estrangeiros.

Assim, a “transição conservadora” que ocorreu nos anos 80 prolongou-se em uma “modernização conservadora”, iniciada pela “modernização” do Estado, cujo eixo central foi a redefinição de suas relações com a economia por meio de reformas “pelo alto”.

2002 - Fim do governo FHC

O ano de 2002, marcado pelo fim do governo FHC, assinalou uma década de perdas para o serviço público federal que, apesar de brutais, encontraram a resistência dos servidores públicos às investidas do executivo federal de imposição de um Estado mínimo por meio de uma Reforma do Estado. Na gestão de FHC, foi desfechado um grande ataque ao setor público – privatizações, transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado no tocante aos investimentos, produção e distribuição dos serviços públicos (notadamente aqueles caracterizados como essenciais). Aliada à drástica diminuição do financiamento para manutenção/expansão das instituições e dos serviços públicos, empreendeu-se uma voraz desconfiguração das políticas públicas; demissões, terceirizações e flexibilizações trabalhistas; quebra de isonomia; arrocho salarial; implementação de política de remuneração por produtividade com redução da parte fixa dos vencimentos, que foram a pá de cal na perspectiva de uma melhor condição de vida para os trabalhadores do serviço público.

No plano da Previdência Social, o Executivo veio desde 90 encaminhando propostas de emenda constitucional, no intuito de alterar o capítulo da Seguridade Social na Constituição Federal/88, em observância ao receituário dos organismos multilaterais internacionais, que objetivavam desconstitucionalizar direitos e abrir espaço para a previdência complementar aprovada pela EC 20/98 e a partir do PL 09/99 para o funcionalismo público.

No campo da educação superior pública, ficou claro desde o início que a proposta apresentada pelos organismos financeiros internacionais e encampada pelo governo brasileiro era de redução do sentido da universidade como produtora de conhecimento e locus de universalização do saber a instituição formadora de mão-de-obra especializada e de priorização do setor privado na ampliação das matrículas no ensino superior. Assim, aprofundou-se uma lógica privatizante cujos sinais mais visíveis foram as fundações de direito privado, apresentadas como alternativa para o financiamento e a proliferação dos cursos pagos (desresponsabilização crescente do Estado com a educação pública e gratuita). No interior de cada IFES, esse processo de privatização interna colocou uma cunha entre a categoria docente, ampliando (embora nos limites que a concorrência e a busca de lucro impõem) o número daqueles que abandonaram qualquer vínculo com um projeto alternativo de universidade pública, inserindo-se, na sua corrida às complementações salariais, como sócios minoritários do projeto privatista.

2003 - O governo Lula

Os obstáculos levantados pela Equipe de Transição durante a passagem do governo FHC a Lula – na qual as lideranças do PT se mostraram pouco receptivas para a discussão da pauta de reivindicações

dos SPF, alegando uma “herança maldita” -, não impediram que grande parte das entidades dos servidores públicos continuasse depositando esperanças na mudança anunciada, posição que levou a Campanha Salarial de 2003 a sustentar o mote político “Chegou a hora de mudar essa história”. Assim, a Plenária dos SPF, de fevereiro de 2003, aprovou uma campanha salarial reivindicando “negociação já!”, política salarial referente as perdas salariais durante o governo FHC e uma reposição emergencial de 46,95% (índice calculado pelo ICV/Dieese, de 98 a 2002), assim como incorporação das gratificações produtivistas, planos de carreiras, defesa de uma previdência pública, solidária, por regime de repartição, luta pela retirada do PL9/99 com abertura de amplo debate sobre o tema e a reconstrução do serviço público que foi desmontado durante os governos Collor e FHC, (na perspectiva de um Estado mínimo).

Ressalta-se também a luta mais geral que incluiu questões que foram avaliadas como essenciais ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, destacando-se a luta contra a ALCA; em defesa dos direitos trabalhistas e sociais; reforma tributária já!; e auditoria das dívidas interna e externa, com imediata suspensão do pagamento da dívida externa.

Entretanto, ainda que grande parte das entidades, naquele momento, permanecesse esperançosa quanto à possibilidade de uma mudança de rumos na política econômica e de modelo de Estado durante o governo Lula, a avaliação do ANDES-SN, a partir de seus eventos deliberativos, já indicava a necessidade de que se mantivesse em pauta as reivindicações históricas dos servidores públicos e de que o movimento não abrisse mão de suas bandeiras de lutas, com base na avaliação de que o arco de alianças construído para a vitória de Lula, assim como o programa rebaixado, e os pré-acordos com o FMI (ref. Carta aos Brasileiros) renunciavam a manutenção da política neoliberal de FHC.

No decorrer da Campanha Salarial, a reforma da Previdência do governo Lula ganhou centralidade no debate. Frente à recusa do governo em realizar uma ampla discussão com a sociedade sobre o seu projeto para a Previdência, e a sua firme decisão em aprová-lo a qualquer preço, os servidores públicos realizaram a maior greve unificada da história brasileira, pois havia a compreensão de que a reforma em curso além de retirar direitos dos trabalhadores, incidia frontalmente na transferência do financiamento social da Previdência para o capital especulativo mediante a modalidade dos Fundos de Pensão.

Na era FHC, apesar de vários reveses (lembremos da implantação da GED, gratificação produtivista, que nos foi imposta apesar de toda a mobilização da greve de 1998), a nossa luta impôs limites ao projeto neoliberal para as universidades, como o engavetamento da regulamentação da autonomia universitária por alguns anos. Em especial, obtivemos uma significativa vitória na greve de 2001 quando conseguimos barrar o Projeto de Emprego Público para as IFES, e amenizar as diferenciações salariais entre os docentes de 1º, 2º e 3º graus.

Diferentemente do governo FHC, o primeiro ano do governo Lula atropela e impõe a reforma da Previdência, impingindo uma derrota na luta contra a retirada de direitos do funcionalismo e a abertura do setor para os fundos privados de previdência. Apesar da greve unificada dos SPF, o ano foi encerrado com a promulgação, em 31 de dezembro de 2003, publicada no DOU – Diário Oficial da União – da reforma da Previdência (EC 41/03), que taxou aposentados, introduziu a previdência privada e retirou o direito à previdência social pública. É certo que ainda devemos manter a resistência na discussão da legislação complementar, mas o “mal maior” já está feito.

Se por um lado, não obtivemos vitória quanto à questão da reforma, por outro, acumulamos forças e unidade frente ao ataque generalizado ao serviço e servidores públicos. Portanto, o governo continua tratando os trabalhadores do serviço público – ativos e aposentados – sob a mesma ótica dos “marájas” de Collor e dos aposentados “vagabundos” de FHC, o que exige de nossa parte a disposição de luta para nutrir a perspectiva de recuperação das perdas salariais e a dignidade dos trabalhadores a serviço da sociedade.

Os doze primeiros meses do governo Lula, portanto, confirmaram as avaliações do ANDES-SN de que a propalada “mudança anunciada” não viria.

Lula adotou a política econômica do pensamento único e aprofundou as diretrizes do governo passado, o que ficou provado pelo aumento do superávit primário para 4,25%, com metas definidas muito acima das exigências do FMI. Enquanto em 2002, os gastos com o pagamento dos juros da dívida totalizaram R\$ 114 bilhões, em 2003, já sob o comando do governo Lula, o valor passou para R\$ 150 bilhões.

Tal meta custou à sociedade e aos trabalhadores cortes orçamentários na saúde, educação, segurança e gastos sociais, assim como congelamento salarial. As conseqüências foram desastrosas: alto índice de desemprego (média de 12% em 2003, com taxas de 20% em São Paulo), empobrecimento da classe trabalhadora e o aumento da miséria e da violência.

A marca do primeiro ano do governo Lula foi a opção pela continuidade das políticas neoliberais, fundadas no acordo com FMI e Banco Mundial, com o aumento do superávit primário além do que o acordo previa – mais realista do que o rei – que nos faz desembocar numa crise maior que a anterior,

aprofundando e ampliando a crise do desemprego e da destruição dos serviços públicos. A continuidade do descompromisso e do descaso para com os servidores públicos materializa-se nos acordos de greve não- cumpridos, na continuidade do arrocho salarial e no desmonte do serviço público.

Mesa Nacional de Negociação

A expectativa levantada com a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP confirma a avaliação dos primeiros encontros com a Equipe de Transição. Nas poucas reuniões realizadas (pois eram freqüentemente desmarcadas) nada se objetivou em termos de recursos para atender às pautas protocoladas, sendo estas ignoradas. Durante 2003, foram produzidos apenas protocolos de funcionamento das Mesas e Comissões.

Em 26 de fevereiro de 2004, a instalação da MNNP completará um ano. A despeito do governo instalar uma MNNP e criar comissões temáticas para estudo e debate de questões relativas à carreira, seguridade social (esta não incluindo a reforma da previdência), salário, etc; alardeando a iniciativa como um fato inédito e prova da disponibilidade em abrir negociações, o que se verificou ao longo do ano de 2003 foi a ausência de propostas do governo e a indisponibilidade para uma efetiva negociação. O que temos, na verdade, assemelha-se muito mais a uma Mesa Nacional de Enganação Permanente.

O fato mais grave se deu ao final de 2003, quando a CUT negociou com o governo federal a instituição de empréstimos bancários aos servidores com desconto na folha de pagamento, atribuindo a "negociação" ao debate realizado durante uma das reuniões da MNNP, na qual, na verdade, o governo se limitou a "anunciar" o acordo.

Ressalta-se que tal iniciativa fez parte da Carta de Intenções que o Executivo enviou ao FMI, em 21/11/2003, na qual assumiu o compromisso de, até o fim de março de 2004, *"implementar Medida Provisória que permita os trabalhadores usarem parte de seus salários futuros como garantia de empréstimos, e expandir a política para os aposentados do serviço público de previdência via regra do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)"*.

Portanto, uma arapuca para garantir o pagamento de juros ao FMI com o endividamento dos servidores que, aviltados em sua condição de vida, "trocam" o seu reajuste salarial pela ilusão de um dinheiro imediato, aprofundando a situação intensificada pela aplicação da política neoliberal. E na contramão da necessária recomposição salarial que reivindicam os servidores públicos e o conjunto da classe trabalhadora, o governo espolia e escarnece daqueles que são a força motriz das riquezas do país.

A atitude da direção da Central Única, apresentando-se como representante dos servidores, sem qualquer discussão com suas entidades, nos faz projetar graves problemas caso venha a ser aprovada a reforma sindical, nos termos em que vem sendo discutida no Fórum Nacional do Trabalho, pois pela proposta, as centrais sindicais passam a ter um poder de representação legal que lhes permitirá, em tese, fechar acordos coletivos em nome das categorias de sua base.

Por isso, torna-se fundamental ampliar a discussão sobre o tema da reforma sindical e trabalhista, que o Sindicato Nacional iniciou no 47º CONAD (Natal, 2003), aprofundou no seminário conjunto com outras categorias, em janeiro de 2004 e deverá continuar com o seminário da CNESF em fevereiro e na grande reunião plenária de entidades dispostas a resistir às reformas, convocada para a segunda semana de março.

Como mais uma investida aos servidores, somou-se o encaminhamento, por parte do procurador-geral da República, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de n.º 2.968, que argumenta ser inconstitucional o art. 243 da Lei n.º 8.112/90, que submeteu compulsoriamente ao RJU os servidores públicos dos três poderes da União (ligados a autarquias e a fundações públicas) contratados pelo regime da CLT. Para os próximos meses, a situação pode tornar-se ainda mais complicada, pois a Medida Provisória 163, de janeiro de 2004, que apresentou a reforma ministerial, transferiu para a Casa Civil – leia-se José Dirceu – a atribuição de regular a política salarial e as discussões sobre planos de cargos e carreiras do funcionalismo federal. Na lógica do "pau vai comer", sabemos muito bem o que esta transferência pode significar: a intensificação de um tratamento discriminatório e repressivo sobre a categoria e suas entidades representativas.

A (contra)Reforma Universitária

Depois de instituir, em outubro de 2003, via decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial para planejar a seqüência de uma reforma universitária, o governo afirmou, por meio do Chefe da Casa Civil *que: "está disposto a enfrentar uma guerra"* para fazer o que chamou de *"revolução no ensino universitário público"* e ao apagar das luzes do dezembro de 2003, apresentou uma medida provisória implementando um sistema de avaliação para o ensino superior (SINAPES) que centraliza toda a avaliação do ensino

superior nas mãos do governo, não discutindo essa proposta em nenhum momento com a comunidade universitária.

Apesar de uma introdução em que se reconhece o processo de sucateamento das instituições, o relatório produzido pelo Grupo Interministerial (não apresentado formalmente) abre mão de qualquer concepção de público que possa resgatar o papel da IFES. Em síntese, o que está por trás da proposta em discussão é um projeto de regulamentação da “autonomia” para desregulamentar a universidade, submetendo-a ao “mercado”. Metas de ampliação de matrículas no ensino superior não escondem a perspectiva rebaixada de universidade que se pretende, pois se baseiam na expansão do ensino a distância, além de preverem a ampliação do número de estudantes em sala e o aumento da carga didática dos docentes. O eixo privatizante se reforça com propostas de pagamento pelo governo (a instituições públicas ou privadas) de uma taxa por aluno em cursos considerados prioritários, tendo como contrapartida a assinatura de um protocolo de metas, muito similar ao que, nos tempos de Bresser, era chamado de “contrato de gestão”. Por outro lado, o documento interministerial reconhece a complementaridade entre seus pressupostos e, em paralelo, são apresentados diversos projetos ao Congresso Nacional, a exemplo da PEC 217/03, que institui uma elevação da alíquota do imposto de renda para os egressos do ensino público e oPLP 118/03, que propõe a regulamentação da autonomia.

A troca de ministros da educação, acompanhada das justificativas de Lula para efetuar-la (sai quem “pensa” para entrar quem “faz”), bem como as primeiras declarações de Tarso Genro no cargo, reforçam a convicção de que o projeto de reforma universitária é um ponto prioritário da agenda governamental em 2004.

Assim, a universidade pública estará, nos próximos meses, no centro do debate político nacional, cabendo ao movimento docente reforçar a discussão do seu projeto de universidade (Caderno 2) e, fundamentalmente, resistir à implantação de mais essa reforma, cujo objetivo último é a continuidade do desmonte do serviço público e a entrega de um de seus maiores patrimônios (a Educação pública) para a “mão invisível do mercado”.

Ciência & Tecnologia

Os movimentos em defesa da educação e universidade públicas aprovaram a retirada de tramitação do PL n.º 7.282/2002, posição seguida por outras entidades dos servidores públicos federais a partir de Plenária dos SPF, que transformou o tema num dos pontos da sua pauta de reivindicações de 2003. Tal projeto, conhecido como Lei de Inovação Tecnológica, interfere indevidamente nos assuntos relacionados às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e nos institutos públicos de pesquisas, autorizando, na prática, a contratação precária de docentes e pesquisadores, abrindo as instalações e os esforços de pesquisa das universidades públicas às empresas e corrompendo ainda mais o financiamento. O ex-ministro Cristovam Buarque, em audiência realizada em setembro de 2003, afirmou que desconhecia a tramitação do PL n.º 7.282/2002 e alegou não compreender os motivos da insistência na sua tramitação, mas as já mencionadas declarações de José Dirceu, entretanto, afirmando que a reforma universitária passava pela inovação tecnológica, deixaram claro que o ataque continua a se dar em múltiplas frentes e que o projeto de reduzir a pesquisa universitária aos interesses imediatos do mercado e de comprar seus docentes/pesquisadores e estudantes com a ilusão do “empreendedorismo” continua em marcha. Cabe-nos manter a discussão em torno do tema e ampliar a luta pela retirada do projeto.

A importância da luta unificada

Fica claro que o que está em marcha acelerada, e não cessará em 2004, é o desmonte do serviço público que começou com o governo corrupto de Collor, agudizou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso e agora tem seu aprofundamento no governo Lula, que vem desenvolvendo uma política em contradição com as expectativas daqueles que o elegeram, ficando subordinado aos renovados acordos com o FMI, (superávit primário de 4,45%) que impedem o atendimento das mais urgentes reivindicações de toda a população brasileira.

A primeira Plenária dos SPF do ano de 2004, indicou que a pauta unificada para a Campanha Salarial de 2004 deve permanecer a mesma do ano anterior e deve ser ratificada. As atualizações a serem feitas seguirão a conjuntura, inclusive as referente aos índices de reposição salarial, que foram atualizados para 127% (95 a 2003) e 50,19% (98 a 2003).

É importante ressaltar que, apesar dos ministros presentes à primeira reunião da MNNP afirmarem que não haveria perdas salariais para os servidores durante o governo Lula, o índice de inflação durante 2003 foi de quase 10%. As análises da CNESF, com base nos dados do DIEESE e no que foi aprovado no PPA (Plano Plurianual 2004-2007), nos permitem afirmar que o reajuste previsto para os servidores

no Orçamento Geral da União será de, no máximo, 1,9%. Nesse sentido, consideramos que o movimento não pode se furtar a denunciar tais fatos e exigir que o governo cumpra o preceito constitucional que prevê que a revisão anual dos salários dos servidores deve repor a inflação do ano anterior.

A Plenária aprovou ainda que os eixos econômicos de reivindicações deveriam estar relacionados aos eixos políticos da luta, demonstrando que a avaliação dos servidores avançou no sentido do entendimento da significação do aprofundamento da política neoliberal de FHC durante o ano de 2003 – governo Lula. Da mesma forma, a Plenária indicou, ainda, que fosse cobrada dos principais ministros, da Casa Civil e da Presidência, uma efetiva negociação com os servidores.

Entretanto, sabemos, a conjuntura que se apresenta não indica nenhum avanço na forma de o governo tratar o serviço público. A centralidade continuará no pagamento dos juros da dívida externa, no aumento do superávit, perpetuando-se o arrocho salarial e, portanto, devemos nos preparar, com uma competente campanha salarial, para um grande embate com o governo federal.

Quanto à luta contra a reforma universitária e em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, a reunião do setor das IFES de 17/01, com base no acúmulo do GTPE do ANDES-SN, indicou que, para fazer frente a mais esse ataque à educação pública, não bastará que a sociedade conheça o projeto do ANDES-SN. Mais do que isto, precisaremos construir uma agenda política com as demais entidades da educação do setor e com todos aqueles que defendem a educação pública. Para tanto, é fundamental que as entidades da educação construam eixos de luta e implementem ações que possam unificar a luta dos docentes, técnicos e estudantes contra a reforma que está sendo construída e implementada pelo governo e que ajudem na denúncia à sociedade do desmonte planejado.

O ANDES-SN, com sua tradição de independência e autonomia em relação a governos e partidos, com sua tradição combativa, classista e de luta, está ciente de que tem responsabilidades com a elevação da consciência da classe trabalhadora, em especial os que constituem o Movimento Docente, com a mobilização e organização da resistência, com a construção da unidade - principalmente com o conjunto do funcionalismo público e no âmbito cutista -, depositando sua esperança e confiança na força da classe trabalhadora em geral e em especial dos servidores públicos, que mobilizada e organizada deverá lutar para romper com a atual política destrutiva, e construir, com as camadas mais oprimidas e a classe trabalhadora, o atendimento de suas reivindicações imediatas, mediatas e históricas.

Por tudo isso, exigimos urgentemente a abertura de negociações para a recomposição de nossos salários. Entretanto, conhecemos os impasses de qualquer política que continue se pautando pelo pagamento da dívida externa.

A mudança efetiva dos rumos da história só se dará por meio da força da luta do conjunto do funcionalismo em defesa de um serviço público de qualidade, de educação pública gratuita e de qualidade e de melhores salários para o conjunto da categoria.

Para isso, todos os instrumentos históricos devem ser considerados, e a construção de uma nova greve unificada dos SPF não deve ser descartada. Ao contrário, uma análise aprofundada da conjuntura indica que o enfrentamento que está no horizonte será de grande monta e, portanto, a greve deve ser construída desde já, desta vez com eixo central nas reivindicações salariais.

Ressalta-se que após a elaboração deste texto de apoio e de resoluções, ainda serão realizadas reunião do setor das IFES do ANDES-SN e Plenária dos SPF, para aprovação da Campanha Salarial de 2004, definição de ações para a luta unificada e elaboração de um calendário de lutas. Estaremos, pois, atualizando nossas propostas, de acordo com os encaminhamentos dessas reuniões, durante o 23º Congresso.

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN deve fazer uma análise cuidadosa da capacidade de enfrentamento do movimento e dos desafios postos pela conjuntura, e para isto são indicados para apreciação, os seguintes encaminhamentos:

TR – 7

Campanha Salarial 2004

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

1 articule, com as entidades da CNESF, ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF, de 2004;

2 lute por uma política de recomposição salarial que elimine as perdas sofridas durante os 8 anos do governo de FHC e por reposição salarial emergencial, conforme definição dos servidores em planária;

- 3** exija do governo que cumpra o dispositivo constitucional que prevê que a revisão anual do salário dos servidores públicos deve repor a inflação do ano anterior;
- 4** exija que o governo cumpra o compromisso firmado pelos seus ministros com os SPF, na MNNP, de que não haveria perdas salariais dos servidores no governo Lula;
- 5** denuncie o descumprimento, pelo governo Lula, do compromisso assumido na MNNP de que não haveria perdas salariais a partir de sua posse;
- 6** denuncie junto à categoria e à sociedade que, a despeito da MNNP, não há processo de negociação efetiva por parte do governo, assim como não há verbas no Orçamento 2004 para a recuperação dos valores salariais perdidos;
- 7** fortaleça a mobilização dos SPF no sentido de construção de uma greve unificada dos servidores públicos, com eixos salariais;
- 8** reafirme no MEC as reivindicações constantes da pauta protocolada no ministério;
- 9** exija do MEC a instalação imediata da Mesa Setorial de Negociação, bem como das Mesas Temáticas contidas no Termo de Acordo da Greve de 2001, priorizando:
- 9.1** a incorporação de todas as gratificações (GAE, GED, GID) nos seus valores máximos para todos os docentes do magistério superior e básico, ativos e aposentados;
- 9.2** a implementação do Projeto de Carreira Única do ANDES-SN, já protocolada no MEC, com piso e malha salarial salariais proposta pelo ANDES-SN;
- 9.3** a realização de concursos pelo RJU para recomposição e ampliação de vagas nas IFES, tanto no magistério superior como no básico.
- 10** continue aprofundando a discussão na CNESF sobre os diferentes projetos de carreiras dos SPF, de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelas entidades e apresentadas ao governo;
- 11** continue a luta dos SPF pela manutenção do funcionamento dos fóruns estaduais (e implementação dos mesmos onde não existam), aglutinando as três esferas do funcionalismo público, no sentido de aprofundar o debate, entre as categorias de servidores, sobre as reformas trabalhistas, sindical e universitária e de construir ações conjuntas nos estados tanto em relação às reformas, quanto à campanha salarial de 2004 (no caso dos SPF);
- 12** continue a luta com as entidades da CNESF contra a Adin nº 2628, art. 243 do RJU, nacionalmente e nos estados, desenvolvendo ações que sensibilizem os servidores e a sociedade sobre os prejuízos para o serviço público advindos dessa medida;
- 13** continue a luta com as entidades da CNESF contra o desconto previdenciário retroativo na GAE;
- 14** realize nos estados seminários em conjunto com os movimentos sociais na perspectiva da defesa e recuperação dos serviços públicos.

Reformas

- 15** articule, com as entidades da CNESF, ações de mobilização – contra a reformas universitária e sindical e trabalhista –, denunciando à sociedade, para seu esclarecimento, os reais efeitos dessas reformas no serviço público federal;
- 16** promova a intensificação de debates sobre a dívida pública e sua relação com o reajuste salarial e as reformas propostas pelo governo (tributária, universitária, sindical e trabalhista).

Reforma Trabalhista e Sindical

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

- 17** desenvolva ações unificadas com o conjunto dos SPF contra a reforma sindical e trabalhista, de acordo com os encaminhamentos do seminário da CNESF realizado em 11 e 12 de fevereiro e das plenárias dos servidores;

Reforma Universitária

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

- 18** desenvolva estratégias de luta e ações de mobilização em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade social, conjuntamente com as entidades do setor da educação, que contribuam para a unidade e fortalecimento dos servidores na luta contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TEXTO DE APOIO

AVANÇAR NA LUTA! ESTE É O NOSSO DESAFIO.

I. POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O 23º CONGRESSO dar-se-á após o restabelecimento do registro sindical do ANDES-SN que lhe devolve o direito de representar formalmente a categoria dos docentes das instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país.

O 47º CONAD, realizando em Natal-RN, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2003, atualizou o plano de luta do setor das IPES e aprovou a pauta unificada para 2004, que será reafirmada no 23º CONGRESSO DO ANDES-SN.

Estão, pois, firmadas e confirmadas, do ponto de vista formal e político, a legalidade e a legitimidade para que o ANDES Sindicato Nacional dê continuidade a sua ação sindical no setor privado. Do ponto de vista conceitual, defendido pelo Sindicato, a legitimidade somente se consolida com a opção clara e inequívoca das instâncias organizativas e decisórias da base social por filiar-se a ele, valendo-se das possibilidades previstas em seu Estatuto¹¹², a saber, a formação de seção sindical uniinstitucional ou de seção sindical multiinstitucional e a sindicalização direta ou via Secretarias Regionais (art. 8º, §3º).

Por se tratar do setor educacional privado, é bastante conhecido o grau de repressão, por parte do patronato, a docentes que buscam organizar-se e lutar em defesa de seus direitos e interesses. Há reconhecidamente no setor, flagrante violação de direito constitucionalmente estabelecido (art.8º, da Constituição Federal), de forma recorrente e impune. Análise do noticiário sindical dá conta de que nenhuma outra categoria profissional é alvo tão permanente da truculência e da ação retaliatória dos patrões como se verifica no magistério – em especial, no ensino superior privado.

Na nova conjuntura, a legitimidade do ANDES-SN somente poderá consolidar-se, junto aos docentes das instituições particulares de ensino superior - IPES, mediante a renovação de suas modalidades de inserção nesse segmento, o que requer: a intensificação do trabalho de organização de uma grande categoria, dispersa, desorganizada, e, mais sério, aterrorizada por uma longa história de perseguições, demissões e violação de direitos; o cuidadoso planejamento desse trabalho, conforme as especificidades da área abrangida por cada secretaria regional, com definição de prioridades e alocação de recursos; o apoio permanente das assessorias jurídicas, nacional e regionais; a formação sindical permanente para o enfrentamento da nova realidade que se impõe ao sindicato. Esse é, pois, o grande desafio político do Sindicato Nacional.

Políticas de governo e o favorecimento da expansão privada da educação superior

O marco do crescimento desenfreado de instituições de ensino superior - IES - privadas pode ser remetido a 23 de dezembro de 1996, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96). A lei, coadjuvada por medidas do Conselho Nacional de Educação - CNE, flexibilizou os processos de criação e de reconhecimento de IES, fazendo da educação superior um grande filão de exploração comercial.

Esses processos foram inicialmente regulamentados pelo Decreto nº 2.306/1997, incluindo-se aí a extensão parcial da autonomia universitária, prevista na Constituição Federal, aos centros universitários – estes últimos, uma das novidades jurídicas da reforma educacional, introduzida pela LDB.

Enquanto prosseguia a expansão de instituições, cursos e número de alunos, no setor privado, com limitado controle, no legislativo entrava em tramitação o Projeto de Lei nº 4.560/2001 (de autoria do dep. Alberto Goldman – PSDB/SP), que procurava garantir autonomia mais ampla aos centros universitários por meio de novo instrumento legal, dado o questionamento da constitucionalidade do decreto citado. Esse projeto de lei acabou sustado na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, por arguição de inconstitucionalidade, sendo arquivado em 31 de janeiro de 2003.

¹¹² Estatuto do ANDES – SN, atualizado pelo 22º Congresso: Teresina (PI), 2003.

O teor substantivo do projeto de lei não foi, todavia, suspenso, já que o decreto havia sido substituído pelo de nº 3.860/2001, que removeu de seu texto aspectos da fiscalização e do controle das IPES, previstos no decreto anterior, mas não a autonomia parcial dos centros universitários.

Permanecendo, nos meios acadêmicos e políticos, o questionamento sobre a constitucionalidade desse último decreto. Intenso “lobby” se instalou na Câmara dos Deputados, resultando no desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.560/2001, no dia 21 de março de 2003.

Existe, hoje, também em tramitação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 383/2003, do dep. Gilmar Machado (PT/MG), para sustar os efeitos do Decreto 3.860/2001, o que precisa ser amplamente apoiado. Paralelamente, urge realizar ações em âmbito nacional destinadas a garantir, no Congresso Nacional, parecer contrário ao PL nº 4.560/2001 e seu arquivamento definitivo, bem como a denunciar e a sustar o “lobby” dos centros universitários por sua aprovação.

Qual a relevância desse conjunto de referências legais para o nosso trabalho sindical no que tange à política de expansão do ANDES-SN para o setor das IPES?

Os centros universitários são, hoje, a modalidade de instituição de ensino superior que mais cresce no país¹¹³. Em apenas um ano (período 2000 – 2001), registrou-se um crescimento de 30,61% no número de instituições e 38,33% no número de matrículas. Em 2001, com apenas quatro anos de efetivo funcionamento, 33,7 mil alunos concluíram cursos em centros universitários, dos 235,6 mil matriculados no conjunto das IPES brasileiras. Nesse período, as atividades de ensino – única obrigação acadêmica desses centros, dispensados que são da pesquisa e da extensão – foram realizadas por 18,6 mil docentes, dos quais apenas 2,4 mil em tempo integral. Os demais trabalham em tempo parcial, em regime horista, em questionáveis condições de trabalho e relações contratuais e, assim, em permanente insegurança.

A esses docentes somam-se outros 110,3 mil atuando nas demais IES privadas (universidades, faculdades integradas e instituições isoladas), em condições de trabalho muito semelhantes. Esse número, na dinâmica social do magistério privado, resulta inferior (cerca de quarenta e cinco mil professores), uma vez que os docentes em tempo parcial trabalham em duas ou mais IPES, para compor seu rendimento mensal. Esse conjunto de docentes representa (tomando-se por base os dados disponíveis, em 2001) o potencial de sindicalização para o ANDES-SN, nos próximos anos, em decorrência da nova conjuntura que envolve o setor das IPES.

A situação funcional, já bastante precária, do magistério regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – está sob o risco iminente de agravamento. Encontra-se em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 337/2003, do dep. Paes Landim (PFL/PI), que propõe alteração dos arts. 317 a 324, da CLT, que dispõem sobre as regras especiais de proteção aos professores, em função de suas condições diferenciadas de trabalho. A par da supressão de vários dispositivos específicos (adicional de hora extra, redução de carga horária etc.), há, como principal ataque à categoria docente, a legalização de muitas das irregularidades praticadas corriqueiramente em muitas IPES, como forma de burlar a legislação trabalhista, destacando-se, neste caso, a contratação precária de professores como “instrutores”, “monitores” e outras denominações.

Ao legalizar as figuras do “instrutor” e do “monitor”, o legislador atribui-lhes atividades docentes e expressamente retira-lhes a proteção e os direitos legais específicos da categoria, sejam os previstos na CLT, sejam os estabelecidos em convenção coletiva de trabalho. Ao determinar que “*ao instrutor serão aplicadas as normas gerais da legislação trabalhista*”, esses dois instrumentos legais básicos são abandonados.

No caso do “monitor”, sendo ele “*estudante da própria escola ou congênere que, mediante ajuda-de-custo, auxilia na preparação ou ministração do ensino*”, a ele “*será aplicado o que for contratado pelas partes*”. A par da questão remuneratória, não se caracteriza aí um estágio de prática de ensino ou outra modalidade de aprendizagem diretamente relacionada à formação para o magistério. Caracteriza, sim, substituição de docentes devidamente habilitados pela exploração do trabalho discente.

No seu conjunto, a proposta do dep. Paes Landim violenta direitos estabelecidos não apenas na CLT, como na própria Constituição Federal, em vários de seus artigos.

Não se pode perder de vista que, mesmo com a propalada crise, o setor das IPES, a cada ano, movimenta R\$15 bilhões, em todo o país, e dificilmente diminuirá suas atividades e seu potencial de lucro. Até 2001, data do último levantamento do MEC, o crescimento total do setor, em âmbito nacional, foi de 50,8% em relação ao número de IES, 82,9% em relação à quantidade de cursos e 62,1% em relação ao número de alunos. A ANUP – Associação Nacional de Universidades Particulares – projeta,

¹¹³ Fontes dos dados: www.inep.gov.br - Censo da Educação Superior; www.anup.com.br/anup_dados.

para 2004, um aumento provável do número de ingressantes no segmento privado de ensino superior, (em hipótese conservadora) de 10% ao ano: cerca de 90 mil novos alunos. Ao lado disso, o novo segmento do patronato se organizou para melhor defender seus interesses, sobretudo rentabilidade de seus negócios. Está em pleno funcionamento e exercendo seu “lobby” com toda a intensidade a Associação Nacional dos Centros Universitários - ANACEU. Apresenta-se, dessa forma, para o ANDES-SN, uma outra dimensão dos desafios da conjuntura, a saber, a definição de estratégias de enfrentamento desse patronato organizado.

De qualquer ângulo que se considere o quadro descrito, não se vislumbra, nas informações e análises apresentadas, qualquer das características ou ações políticas que o ANDES-SN historicamente defende como requisitos para que se alcance o padrão unitário de qualidade da educação superior, como explicitado no *Cadernos ANDES*, nº 2 (Revisão aprovada pelo 46º CONAD: Vitória, ES – 2003).

II. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ANDES SN

A política de expansão do ANDES-SN deve ser avaliada a partir das estratégias e ações desenvolvidas pelas diversas instâncias de sua estrutura. As negociações salariais estabelecidas pelas seções sindicais e secretarias regionais constituem um referencial dos mais importantes para subsidiar novas deliberações da categoria, na perspectiva da ampliação das conquistas da classe trabalhadora.

Nas seções sindicais organizadas, as negociações salariais foram difíceis, dada a resistência patronal em acatar as reivindicações dos docentes. A ADUCSAL realizou inúmeras rodadas de negociação obtendo reposição salarial de 10,60%, retroativa a janeiro de 2003, totalizando uma recomposição de 12,8%. Porém, não houve avanços no que tange à ampliação do quadro de docentes, no regime de tempo contínuo, bem como na garantia da remuneração integral para os docentes, em programas de capacitação, que perdem de 20% a 40% do salário.

No caso da ADUNIMEP, foi conquistada, após a deflagração de uma greve, uma reposição salarial de 16,44%, tendo sido, porém, impingida à categoria a negociação desse ganho em três parcelas, sendo a última no valor de 1,44%, a ser incorporada ao salário apenas em fevereiro de 2004.

A APUNI e a SINDFAFICA, por razões diversas, apresentam resultados bastante negativos em sua trajetória de negociações no ano em curso. A primeira, em permanente situação de atraso de salários, ainda viu-se obrigada a conviver com a truculência patronal, o que culminou na demissão do presidente e mais quatro diretores da S.Sind. A situação posta impossibilitou o estabelecimento de qualquer tipo de negociação salarial.

A SINDFAFICA, por razões pouco explicitadas para a categoria, fechou um acordo com a mantenedora, do qual se retiram conquistas históricas dos docentes daquela instituição. A categoria encontra-se mobilizada na tentativa de reverter o quadro instalado.

Em relação à ADUNIFOR e à APUG, o Setor não dispõe de informações mais detalhadas quanto ao avanço das negociações, porém o registro das pautas nas Delegacias Regionais do Trabalho representou um avanço substantivo. Quanto à ADUNISA, desde o desmonte provocado pela demissão coletiva de toda a diretoria da Seção Sindical, os docentes são submetidos às condições impostas pelos acordos firmados entre a Mantenedora e o SINPRO-SP. Também a SINDUNIT passa por uma situação de enorme dificuldade, após a demissão de toda a diretoria, não tendo ainda conseguido reorganizar-se política e administrativamente.

Nessa perspectiva de luta, o ANDES-SN vem se empenhando no desenvolvimento de ações que resultem na expansão do Sindicato, por meio da organização dos docentes, trabalhadores no setor privado. Mesmo diante de todo o trabalho político realizado, os resultados obtidos estão ainda localizados nas Secretarias Regionais – Sul, São Paulo e Nordeste III .

A Secretaria Regional Sul teve atuação importante no Setor das IPES. Houve, no decorrer do primeiro semestre de 2003, a organização dos docentes das fundações municipais de Santa Catarina, o que resultou na realização de assembléia para criação da Seção Sindical Multiinstitucional (SINDESSC). A referida assembléia foi suspensa por decisão judicial, a pedido do SINPRO-SC.

Outra ação foi desenvolvida no sentido de organizar os docentes do Centro Universitário UNIANDRADE para o enfrentamento com o patronato, no que se refere aos recorrentes atrasos de salários, com pagamento realizado mediante cheques pré-datados. A Secretaria regional Sul protocolou denúncia junto à DRT sobre a série de irregularidades cometidas pela instituição, além de realizar manifestações que geraram publicidade na imprensa local. Em caráter geral, têm-se realizado debates e reuniões para discutir o Plano de Carreira e Capacitação com os docentes das IPES, como realizou-se o Seminário sobre Precarização do Trabalho Docente. Esse trabalho tem apresentado resultados positivos quanto à

sindicalização direta dos docentes e reuniões periódicas, para agendar cronograma de criação de Seção Sindical Multiinstitucional de Curitiba e Região Metropolitana.

Por seu turno, a Secretaria Regional Nordeste III desencadeou uma série de ações políticas junto aos docentes da base não-organizada, conseguindo ampliar a sindicalização direta, via Secretaria Regional, fato que possibilitou a realização da Assembléia de Docente para a aprovação da Pauta de Reivindicações/2003 e o estabelecimento de negociação coletiva com o Sindicato Patronal do Estado da Bahia – SINEPE. A presença de treze representantes patronais das IPES indica a possibilidade do estabelecimento de uma convenção coletiva, ainda em andamento.

A presença da Secretaria no interior do Estado vem-se fazendo necessária para responder à demanda gerada pela proliferação de instituições privadas em cidades de grande e médio portes. Em Vitória da Conquista e Itabuna, o processo de organização dos docentes das IPES está em curso, objetivando a criação de duas seções sindicais multiinstitucionais.

Também no campo jurídico, a Secretaria encaminhou denúncia de demissões por retaliação política e a conseqüente solicitação de reintegração dos docentes, dirigentes sindicais demitidos pelas Faculdades Montenegro (Ibicarai – BA), ao tempo em que incumbiu-se de elaborar dossiê, contendo provas de fraudes perpetradas por mantenedoras, que mudam de razão social para fugir das dívidas trabalhistas. Porém, os avanços mais expressivos são apresentados pela ADUCSAL-S.Sind. que, por sua organização política, tem acumulado conquistas trabalhistas na sua trajetória.

Na Secretaria Regional São Paulo, a organização e ampliação da base do ANDES-SN no Setor das IPES podem ser comprovadas com a criação da Seção Sindical dos Docentes da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – APESFUNEC. Também iniciativas vêm sendo tomadas, com expectativas promissoras, tanto na capital como no interior, junto a docentes de IPES que possuem organização sem vinculação a sindicatos, como a ADIMES – Associação dos Docentes da Universidade Metodista de São Paulo, localizada em São Bernardo, assim como junto a docentes sem nenhuma organização, como os da Faculdade Montessori de Educação e Cultura, na cidade de São Paulo, e os da Fundação Educacional Otávio Bastos, em São João da Boa Vista. Entendimentos já foram iniciados com docentes da Universidade de Mogi das Cruzes (na cidade de Mogi das Cruzes), que, em conjunto com docentes de outras IPES dessa cidade, manifestaram interesse em sindicalizar-se ao ANDES-SN.

A maior expressão de organização do Setor, no âmbito da Regional São Paulo, está na ADUNIMEP-SSind, que além de manter conquistas históricas da categoria, ainda consegue, anualmente, mesmo com enfrentamentos diretos com a Mantenedora, fazer avançar as reivindicações da sua base.

É necessário salientar que, apesar dos aspectos positivos registrados na organização dos docentes do setor das IPES, em algumas regiões do país, o crescimento do número de sindicalizados ainda é pequeno tanto o advindo da sindicalização direta nas Secretarias Regionais, quando o decorrente da criação de novas seções sindicais. A possibilidade estatutária aberta para a constituição de seções sindicais multiinstitucionais demonstra ser um instrumento facilitador da organização, em razão dos núcleos embrionários já existentes.

Os grandes entraves continuam sendo as ações do patronato, cada vez mais organizado e repressor, diante da iniciativa dos docentes em organizar-se, e as disputas de base desencadeadas por outros sindicatos, federações e confederações. É nesse contexto de avanços e recuos que, mais uma vez, afirmamos ser a organização sindical a única via para o enfrentamento com o patronato e para a luta contra as precárias condições de trabalho impostas à categoria docente. A realidade impõe que o ANDES-SN amplie cada vez mais suas ações, no sentido de buscar a organização dos docentes ainda não sindicalizados, dando concretude a sua política de expansão no setor das IPES.

No dia 26 de setembro de 2003, o Setor das IPES se reuniu em Curitiba e debateu a situação do ensino privado, bem como os desafios para a mobilização e organização docente, avaliando a campanha de negociações salariais e avaliando o plano de lutas do setor aprovado no 46º CONAD.

Com o objetivo de ampliar suas ações para organizar o movimento docente do setor das IPES, foi lançado em Dezembro de 2003 o INFORMANDES –Especial das Particulares contendo já no seu editorial o desafio é avançar ainda mais na luta. Destacou-se neste organizador da luta a pauta unificada do Setor das IPES e a legitimidade do ANDES-SN para representar todos os docentes das instituições particulares de ensino superior.

Para o 23º CONGRESSO continua o desafio do setor das IPES – avançar na luta para organizar uma grande categoria dispersa e desorganizada e mais sério, aterrorizada por uma longa tradição patronal truculenta de perseguições, demissões e violações de direitos. A Pauta de reivindicações é portanto um dos principais instrumentos de unificação da categoria em luta. Este é nosso sindicato, classista e combativo! Esta é a nossa luta.

TR - 8

O 23º CONGRESSO referenda a pauta unificada aprovada no 47º CONAD:

I - PAUTA UNIFICADA PARA OS DOCENTES DAS IPES – 2004

1 Diretrizes gerais

O ANDES Sindicato Nacional, dando conseqüência à luta pela implementação da Carreira Única e pela melhoria das condições de trabalho nas Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES, construiu uma proposta de pauta unificada, que vem sendo anualmente atualizada, de acordo com a demanda da sua base organizada, tendo como referência as seguintes diretrizes gerais:

1.1 Gestão democrática - as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), como a participação dos docentes em órgãos colegiados, eleições de dirigentes, dentre outras.

1.2 Liberdade de organização sindical com pleno reconhecimento da organização local dos docentes e do sindicato pelo qual optarem, como instância legal e legítima de representação e de negociação coletiva de trabalho da categoria.

2 Carreira e Capacitação Docentes

Devem-se tomar como referências o Projeto de Carreira Única para o Magistério das IES e o Plano de Capacitação Docente, constantes da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (*Cadernos ANDES*, nº 2. Vitória (ES), 2003), criando-se estímulos para a sua adequação e implementação, em cada IPES, por intermédio de uma política de valorização da qualificação *stricto sensu*, como defendemos:

2.1 a criação e a implementação dos Planos de Carreira, que contemplem:

- a) o pagamento de adicional diferenciado por titulação;
- b) a contratação por concurso público, devidamente regulamentado pelos órgãos colegiados da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade;
- c) a progressão funcional periódica, vertical e horizontal;

2.2 criação e implementação do plano de capacitação docente que contemple a garantia das condições necessárias à:

- a) capacitação, com afastamento remunerado integralmente;
- b) participação em eventos acadêmicos e culturais, como parte do processo de capacitação.

3 Regime de Trabalho

É fundamental que se avance no sentido da superação das contratações pelo regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, conforme a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (*Cadernos ANDES*, nº 2. Vitória (ES), 2003). A transição do regime de trabalho horista para o regime de trabalho contínuo será avaliada pelas Assembléias Gerais – locais e regionais, objetivando criar as condições de aproximação gradativa do padrão unitário de qualidade defendido pelo ANDES Sindicato Nacional. O regime de trabalho deve contemplar:

3.1 o plano de implementação do regime de tempo contínuo para todos os docentes;

3.2 a inclusão, na jornada de trabalho do docente:

- a) das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) das atividades de administração acadêmica e de participação em órgãos colegiados;
- c) de horas para preparação de suas atividades didáticas (aulas, provas, materiais didáticos etc.), equivalentes a, pelo menos, o número de aulas ministradas.

4 Questões Salariais

Neste item, as pautas de reivindicação devem contemplar:

4.1 o piso salarial de dois salários-mínimos, calculados pelo DIEESE (R\$ 1.359,03, Ago./2003), correspondentes a 20 (vinte) horas semanais para todos os docentes, independentemente do regime de trabalho (horista ou Regime de Tempo Contínuo);

4.2 a reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas assembléias da categoria, com base nos índices do ICV/DIEESE;

4.3 o fornecimento ao docente de documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: número de horas-aula, horas extras, adicional noturno, descontos efetuados, valor líquido pago no mês, valor do depósito do FGTS e demais registros pertinentes;

4.4 a garantia do pagamento, pelo mesmo valor da hora contratada, de horas complementares aos professores horistas, destinadas à preparação de aulas, instrumentos de avaliação, correção de trabalhos em geral e atendimento de alunos;

4.5 a convocação, fora do horário de trabalho dos docentes, que deverá ser considerada hora extra, com 100% de acréscimo, para efeito de remuneração;

4.6 a garantia, a todos os docentes, do adicional denominado anuênio, da ordem de 1% (um por cento) sobre seu salário-base, a cada 1 (um) ano de efetivo exercício na IPES, contados a partir da data de contratação;

4.7 a garantia da irredutibilidade da carga horária e da remuneração mensal, assegurada constitucionalmente;

4.8 a remuneração dos docentes contratados em regime de hora-aula, com base no regime de trabalho contratado, sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas. Já estão aí incluídas as quatro semanas e meia e incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto).

4.9 o cálculo do desconto das faltas, que será feito multiplicando-se o número de aulas não-dadas pelo valor correspondente à hora contratada;

4.10 a garantia do pagamento de adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), pelas atividades docentes realizadas a partir das 22 horas, independentemente do regime de trabalho;

4.11 a negociação entre as partes, caso haja alteração na política salarial vigente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da mudança verificada.

5 Estabilidade e Garantia do Emprego

As pautas de reivindicação devem contemplar:

5.1 a garantia de estabilidade de emprego aos professores, aprovada na Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa, precedida de inquérito administrativo, no qual se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, a prévia anuência de órgão colegiado, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato de demissão e que conte com a aprovação de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos da unidade acadêmica a que estiver vinculado o docente.

5.2 a garantia de estabilidade à gestante, até seis meses após o término da licença maternidade. Em caso de adoção de criança recém-nascida, será concedida ao adotante estabilidade, por período de seis meses, contados a partir da data de concessão legal de guarda do adotando.

5.3 o pagamento de multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

5.4 o direito ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, de percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, sendo esse direito extensivo ao previsto nos itens 6.1 e 6.2, das Questões Sociais;

5.5 a obrigatoriedade de indicação, pela IPES, na carta-aviso, do motivo que deu origem à dispensa, quando houver demissão por justa causa, nos termos do art. 482, da CLT. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

5.6 a desobrigação de firmar contrato de experiência por docente que seja readmitido até 12 (doze) meses após seu desligamento;

5.7 a garantia de empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria, que estejam contratados pela IPES, na proporção de 1 (um) ano de estabilidade para cada 5 (cinco) trabalhadores.

6. Questões Sociais

As pautas de reivindicação devem contemplar:

6.1 a isenção integral de taxas e mensalidades, em todos os cursos, de todos os níveis, quando houver opção do(a) docente pela matrícula, em seu local de trabalho, para si próprio(a), seu (sua) companheiro(a), filhos(as) e outros dependentes, sem restrições;

6.2 a creche para filhos(as) de docentes;

6.3 o transporte do docente residente em outro município, quando se dirigir para atividades na instituição, bem como o pernoite, sempre que necessário, sem ônus para o docente;

6.4 o seguro de vida em grupo;

6.5 a integralização do salário do docente, de modo a completar o benefício do auxílio-doença da Previdência Social, durante o período do seu afastamento.

7 Relações Sindicais

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o livre exercício e o fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurada ao docente dispensa das atividades acadêmicas, sem prejuízo de funções e vencimentos, quando:

7.1 exercer mandato sindical no ANDES - SN, ou na Seção sindical;

7.2 participar de eventos e atividades do Sindicato.

II - A realização de ampla campanha de filiação do Setor das IPES, como parte das políticas de expansão do Sindicato, já prevista no Plano de Lutas do Setor, aprovado no 22º CONGRESSO do ANDES-SN (Teresina, PI – 2003), com utilização diversificada e ampla dos recursos de mídia, por meio de um projeto que respeite as diversidades regionais, a ser apreciado e deliberado no 23º Congresso.

III – A ampla divulgação de informações referentes ao Setor e à Campanha Salarial 2004, por meio de uma edição Especial do InformANDES, ainda no mês de novembro de 2003.

IV – O estabelecimento de estratégias para divulgar amplamente as demissões, sejam elas imotivadas ou por retaliação política à organização sindical, e todas as formas de precarização do trabalho docente.

V – A implementação de ações de âmbito nacional, junto à Câmara dos Deputados, com as finalidades seguintes:

5.1 lutar pela rejeição e pelo arquivamento imediato e definitivo do PL nº 337/2003;

5.2 lutar pela aprovação do PDL nº 383/2003, que susta os efeitos do Decreto nº 3.860/2001;

5.3 lutar pela rejeição e pelo arquivamento definitivo do PL nº 4.560/2001;

5.4 denunciar o “lobby”, em curso na Câmara Federal, para a aprovação do PL nº 4.560/2001, exigindo medidas para a apuração desse fato e a punição dos envolvidos em irregularidades que venham a ser constatadas.



Contribuição da Assembléia Geral da ADUFRGS de 20/1/04

RECOMPOSIÇÃO SALARIAL.

TEXTO DE APOIO

Consideramos importante que se procure negociar, emergencialmente, junto ao Governo Federal, que criou uma Câmara de Negociação, conquistas que reequilibrem a estrutura salarial de nossa categoria.

A idéia é priorizar em um primeiro momento, dentro de nossa pauta, alguns itens para negociação com o Governo, sem necessariamente tratar-se de imediato de uma nova carreira, uma vez que a que existe atualmente, discutida no movimento, pode estar defasada da atual realidade da Universidade. Devemos levar esta negociação como própria, centrada em uma pauta específica dos docentes das IFES, em paralelo com a negociação do funcionalismo público como um todo, visando a reposição das perdas salariais e a regulamentação do dissídio anual dos servidores públicos. Em um segundo momento, realizar um debate em nível nacional de avaliação da carreira atualmente definida, com vistas à sua ratificação ou modificação, para então, efetivamente, abrir negociações com o Governo por uma nova carreira.

TR - 9

Que o ANDES negocie prioritariamente, e de forma emergencial, como pauta específica para os docentes das IFES, itens que nos levem a uma recomposição salarial destacando:

1. a redução da precarização dos salários com a incorporação imediata da GAE ao vencimento básico, já que os docentes das IFES constituem uma das poucas categorias que ainda não obtiveram esta incorporação, e discussão de formas de incorporação da GED e da GID no curto/médio prazo;

2. o cálculo e o pagamento, inclusive dos valores retroativos, dos anuênios não calculados desde 1998, com garantia de regularização destes pagamentos de ora em diante;

3. a extensão, para todos os docentes, ativos e inativos, dos ganhos judiciais obtidos por parcelas da categoria nas últimas décadas, sobretudo os 26,05% da URP 89, através de sua incorporação ao vencimento básico, em uma reclassificação como a obtida pelos trabalhadores do INSS, que resulte nos vencimentos básicos serem os mesmos para todos os docentes de mesmo nível, portando idêntica titulação.

4. o reajuste emergencial para todos os docentes, ativos e inativos, em um percentual não inferior a 50,9%, justificado pela degradação do nível salarial dos professores das IFES.

TEXTO 10

Contribuições dos professores Abraão Garcia Gomes (ADUFG), Amarílio Ferreira Júnior (ADUFSCar), Aurélio Lacerda (APUB), Benito Moreira de Azevedo (ADUFC), Cassia Damiani (ADUFC), Daniela Marzola Fialho (ADUFRGS), Denis Luis de Paula Santos (ADUFSCar), Edilza Joana Fontes (ADUFPA), Eduardo Rolim de Oliveira (ADUFRGS), Eliane Leão (ADUFG), Fernando Artur Neves (ADUFPA), Fernando Pereira dos Santos (ADUFG), Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar), Helena Serra Azul Monteiro (ADUFC), Jaime Rios (ADUFOP), Maria Auxiliadora Campos (ADUPE), Milton Muniz (APUFSC), Mirtes Mirian Amorim (ADUFC), Osmar Marchesi (ADUNICAMP), Paulo de Tarso (ADUFPA), Pere Petit (ADUFPA), Socorro Coelho (ADUFPA), Tânia Lúcia Hirochi (APUBH).

CONSTRUINDO UMA AGENDA POSSÍVEL

TEXTO DE APOIO

1 A Reforma da Previdência e a greve dos SPFs

1.1 A Reforma da Previdência

Em artigo enviado ao CONAD de junho deste ano de 2003 – “A Reforma da Previdência do governo Lula” – evidenciamos nossa postura crítica em relação ao texto da PEC, à época encaminhada pelo executivo ao Congresso Nacional, e que agora já está promulgada e em vigor.

Foi apontado que uma tal reforma é, em sua essência, um ajuste fiscal, que não gera a inclusão social e que ocasionará um pesado confisco de aposentadorias e pensões dos servidores públicos.

Está claro, ademais, que essa política objetiva reduzir ainda mais os gastos da União com sua folha de pagamentos, no que vem a se somar ao violento aperto salarial aplicado nos últimos 9 anos aos funcionários públicos federais, arrocho esse que o atual governo pretende aprofundar, a julgar pela proposta de Lei Orçamentária que recentemente apresentou às instâncias competentes.

Não faltam, pois, razões para protestar e para lutar pela alteração dos rumos ditados pela adoção desta medida e de um conjunto de outras com ela alinhadas, como a manutenção de juros em patamares excessivos e a elevação da previsão de superávit fiscal, políticas essas que tendem a estagnar o país e em nada contribuem para as efetivas transformações votadas nas urnas no ano passado.

1.2 As últimas greves

Essa avaliação, porém, não significa – como queria a direção da ANDES, maciçamente presente no Comando Nacional de Greve (CNG) – que o movimento dos servidores, neste ano de 2003, tivesse força para reverter radicalmente essa trajetória, obrigando o Presidente e os 27 governadores a retirar humildemente sua proposta e/ou os deputados/senadores a rejeitá-la.

Não é a primeira vez, aliás, que vemos atitudes voluntaristas como essa lançarem o movimento docente e o dos servidores em aventuras incoseqüentes. Senão, vejamos.

A greve de 2.000 não chegou a decolar e seus resultados foram nulos.

Já a greve do segundo semestre de 2.001 começou muito forte, com mobilização interna e apoio da opinião pública. Foi, lamentavelmente, dirigida de forma pouco democrática, impedindo-se amiúde que propostas minoritárias divergentes fossem sequer conhecidas pelos docentes nas IFES e, menos ainda, debatidas.

Assim, nos foi imposta pelos comandantes de plantão uma trajetória tortuosa, que exauriu pouco a pouco as energias do movimento.

A greve se extinguiu por morte natural – melancólica, no caso, frente aos discutíveis e minguados resultados de tanta luta.

Começou-se pedindo 75% de aumento linear, retroativo a janeiro de 2.001, para todos os SPFs, o que equivalia, à época, a uma conta de mais de 40 bilhões de reais. Isto exigiria, diga-se de passagem, a derrubada da Lei de Responsabilidade Fiscal. Um tal projeto contava – é de se imaginar – com a inesgotável força dos companheiros servidores para impor a derrocada da exploração imperialista no país, a expulsão do FMI e o não pagamento da dívida externa e seus serviços. Até porque apenas desse modo poder-se-ia disponibilizar aquela vultosa quantia e, ao mesmo tempo, sanar nossas incontáveis mazelas sociais.

Lembremos que as próprias assessorias dos partidos de oposição sugeriam, naquele momento, ser adequado reivindicar um percentual em torno de 30%, valor correspondente à soma dos reajustes necessários para corrigir as perdas inflacionárias desde julho de 1999, como reconhecido pelo STF.

Algumas das outras demandas eram: a extinção da GED e da GID; a incorporação da GAE; a contratação imediata de 8 mil docentes e mais verbas.

O balanço final foi o seguinte:

- cerca de 9,5% de reposição, em média;
- não só foi aceita a permanência da GED como foi pedido (e conseguido) o aprofundamento da GID – esta foi uma das “vitórias” da greve, à semelhança de 1998;
- a GAE não foi incorporada;
- as 8 mil vagas não saíram, e nem as verbas.

Pior que isso, a proposta de 320 milhões, negociada pelo CNG/ANDES, que durante a maior parte da greve recusou-se a analisar alternativas ao reajuste linear, foi construída às pressas (para não dizer na calada da noite), passando ao largo de efetivos debates em assembleias de base. Mestres e doutores da ativa – hoje cerca de 70% do total de docentes IFES – receberam reajustes menores que os demais e foram, portanto, prejudicados duas vezes. A primeira delas, nos salários; e a segunda, nas aulas, que, como os demais professores, tiveram que ministrar para completar o segundo semestre acadêmico de 2001, em processo que alterou todo o calendário do ano seguinte e impediu a maioria de tirar férias.

Enquanto isso a FASUBRA, com menos dias de greve, soube negociar suas questões específicas: conseguiu obter a incorporação da GAE, vitória estratégica da maior relevância; em dinheiro, levou quase o dobro do que alcançou a ANDES.

1.3 A greve de 2.003

A direção imposta à greve de 2.003 não constituiu, por conseguinte, uma novidade, desprovida de antecedentes históricos.

Em consonância com essa orientação de longo curso, a tônica atual é adotar posicionamento contrário a quaisquer debates sobre reformas ou leis que possam vir a contribuir para que sejam retirados ‘direitos adquiridos’ dos servidores; isto inclui, por exemplo (e para além da PEC 40), a recusa a discutir a regulamentação do direito de greve, independentemente de seu eventual conteúdo.

O eixo de ação imprimido à greve – exigir, do governo, a retirada de seu projeto, e, dos parlamentares, o voto NÃO – representou, assim, (mais) uma rota de colisão com a realidade, numa conjuntura em que a correlação de forças existente no cenário político apontava para a necessidade de que se utilizasse o poder da argumentação e o do convencimento – não o da negação pura e simples.

Acrescente-se que, levando-se em conta que somos professores universitários, esperar-se-ia de nós, independentemente de avaliações pontuais, atitude que, aberta ao diálogo e ao exercício do contraditório, rejeitasse o dogmatismo fundamentalista.

Eleger essa trajetória, entretanto, significou mais do que reeditar a prática de voluntarismos inócuos.

Nestas circunstâncias, perseguiu-se um curso de confronto inédito com aliados fundamentais. O 8º Congresso da CUT, por exemplo, aprovou – entre outros pontos – a luta por um teto de 20 salários mínimos (hoje, R\$ 4.800,00) para as aposentadorias, em absoluta oposição às teses imobilistas da ANDES.

Internamente ao movimento docente, tampouco houve unidade. Assim é que diversas seções sindicais da ANDES defenderam – como fizeram a CUT e várias entidades dos SPFs – que o caminho seria o de se tentar influir no conteúdo da Reforma da Previdência, procurando apresentar emendas. Isso sem

contar que diversos segmentos do funcionalismo, a nosso ver corretamente, pautaram também, para discussão simultânea, pontos específicos de seu interesse – e alguns, como os previdenciários, tiveram vitórias importantes.

1.4 Os ‘frutos’ da greve

O equívoco central da condução política dos nossos líderes nacionais consiste, todavia, na escolha daquilo que deve considerado, pelos grevistas, como conquista relevante – e daí deriva a definição da tática a ser adotada.

A análise de conjuntura do dia 21 de agosto produzida pela direção da ANDES/CNG é emblemática, a esse respeito.

Já com a greve em declínio, diagnosticam-se aí, como ‘frutos’ da greve, os seguintes ‘fatos’:

- foi *“desmascarada perante a opinião pública a imagem de que as reformas viriam para o bem do Brasil e de seu povo e, com isso, indicou-se, para os demais segmentos dos trabalhadores, o caminho da luta e resistência contra o continuísmo das políticas neoliberais em nosso país”*;
- *“setores importantes da sociedade organizada ganham consciência de que esse é um projeto de continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais executadas no Brasil ao longo dos anos 90, sob a batuta dos organismos financeiros internacionais”*;

E conclui-se que:

- *“a votação em primeiro turno, com todas as manobras realizadas e a intransigência do governo e de sua base, mostrou a justeza da posição adotada nesta luta e, hoje, é possível obter uma unidade ainda maior para se conquistar a rejeição da PEC-40, posição que devemos continuar exigindo que a CUT assumira efetivamente”*.

Daí a aprovação, na reunião dos setores federal e estadual da ANDES (20 de agosto), novamente sob a batuta dos dirigentes nacionais do nosso sindicato, da *“manutenção da greve”* e do *“voto NÃO à PEC”*, como palavras de ordem.

Aqui há duas possibilidades de análise.

A primeira é acreditar que aquele texto expresse honestamente aquilo em que acreditam seus autores. Se for esse o caso, é de pasmar a ingenuidade dos que consideram que é *“possível (...) se conquistar a rejeição da PEC-40”*, num momento em que a greve, mesmo para um observador distante, caminhava rapidamente para o seu encerramento, e em que a Reforma já havia sido aprovada com larga margem de votos no primeiro turno. Com essas lideranças, estamos certamente perdidos.

A segunda alternativa é a de que a exortação ao voto não à PEC, à manutenção da greve e à crença na eventual rejeição da Reforma sejam apenas retóricos, objetivando a manipulação das bases, tomadas como massa de manobras. Se assim for, questões éticas à parte, vê-se que, a este ponto, as ‘conquistas’ já teriam sido obtidas, devendo ser apregoadas: tratar-se-ia do desgaste do governo, da consciência que teria sido impregnada em corações e mentes, aos quais teria sido fartamente demonstrado que a Reforma emanava de um governo mais uma vez mancomunado com os organismos financeiros internacionais. Se esta for a hipótese correta, a conclusão é pior: os docentes das universidades brasileiras foram traídos, pois jamais entrariam em greve para *“derrubar o governo”*, configurando-se essa empreitada oportunista como um equívoco fundamental dos dirigentes da ANDES.

Seja qual for a versão verdadeira, contudo, a triste conclusão é a de que esta foi mais uma greve – e esse é o ponto – em que os pressupostos básicos eram a denúncia e o protesto, tomados como atividades importantes em si mesmas, não havendo interesse em que fosse travado um real debate em torno dos temas em pauta, com propostas que pudessem redundar em mudanças positivas para o conjunto dos trabalhadores e, particularmente, para os docentes das IFES.

Esse é um caminho que pode ser ótimo para os que têm a intenção (legítima) de construir um novo partido político; mas que é péssimo para os que se preocupam não só com as próprias condições de trabalho e sobrevivência como também com a manutenção, o aperfeiçoamento e a qualidade da oferta de serviços de educação superior pública no país, bem como demais áreas sociais.

Como conseqüência dessa linha política, não foram defendidas junto a deputados federais (exceto por algumas entidades isoladas) emendas que teriam sido cruciais para nós, como as que visassem definir:

- regras de transição menos drásticas, para os atuais servidores;
- menor ou nenhum desconto contributivo nas aposentadorias e pensões;
- teto de aposentadoria maior (como, por exemplo, o sugerido pela CUT – 20 salários mínimos);

- normas que reduzissem o prejuízo que será causado pela instituição dos fundos de pensão (como, por exemplo, as que estabelecessem regime de benefício definido, ou as que exigissem gestão transparente e democrática).

De certa maneira, algumas destas questões são abordadas na PEC Paralela que atualmente tramita na Câmara Federal. Contudo a PEC é muito restrita, e poderia ser bem mais abrangente se tivesse havido um efetivo processo de negociação.

Segundo os colegas dirigentes da ANDES, todavia, esses não seriam os frutos importantes da greve; até porque, se fossem, esta teria que ser avaliada como um fracasso retumbante.

As repercussões negativas de mais essa condução desastrosa de um movimento cujas reivindicações não podiam ser mais justas transcendem largamente o âmbito da previdência.

Isto porque há outras questões de fundamental relevo que, hoje, demandariam mobilização e muita energia, que talvez venham a estar em falta.

De fato, muitos professores terão, de novo, que ficar praticamente sem recesso letivo, por bastante tempo.

Considerando-se que ninguém dispõe de infinito vigor, é difícil imaginar que venhamos a empenhar com essas questões a dedicação que mereceriam.

Em outras palavras, a decepção e o cansaço são, também, é bom que se frise, “frutos” indesejados a colher no pós-greve.

E com eles virá, sabemos nós, um período de latência que pode nos custar muitíssimo caro.

Aqui não custa registrar, ‘en passant’, que ainda nos resta a esperança: afinal, o regime, por enquanto, é o democrático e todos os dirigentes serão, mais dia, menos dia, submetidos ao crivo do voto.

2. Incorporação de gratificações, campanha salarial e carreira docente

2.1 Incorporação de gratificações

Um dos possíveis efeitos da ‘Reforma da Previdência’ é a incerteza quanto à definição do conceito de integralidade – que pode ser remetida a leis ordinárias complementares – para fins de cálculo de aposentadorias dos atuais servidores (bem como futuros SPFs) que não se aposentarem dentro das regras hoje válidas, e respectivas pensões.

O receio que todos tinham em 2001 se transformou – como se ouve pelos corredores das universidades – em uma atroz insegurança. A questão aqui já não é, nem de longe, ideológica ou teórico formal.

Não importa mais saber se a GED ou a GID são (como acreditamos que são) mecanismos espúrios.

O que interessa agora é que se não tivermos essas e outras gratificações, como a GAE, incorporadas aos salários, correremos o risco de vê-las fora de nossos proventos de inatividade, por conta do texto de medida posteriormente editada, o que seria um completo desastre.

Reivindicamos, portanto:

- Incorporação da GAE aos salários básicos dos docentes;
- Incorporação da GED e da GID aos salários básicos dos docentes, por seus valores máximos.

Compreenda-se que propomos aqui que a incorporação dessas gratificações deve ser discutida já, diretamente com o governo, como questão específica dos professores universitários. Um debate, com o MEC, que diga respeito unicamente aos docentes das IFES não é, como crêem alguns, uma espécie de pecado capital a ser evitado; quem assim pensa não entende a relação dialética que existe entre avanços obtidos por esta ou aquela categoria e as conquistas do conjunto dos SPFs e dos trabalhadores.

2.2 Campanha salarial

Há diversos motivos pelos quais é inadiável um intenso engajamento dos docentes das IFES em torno da questão salarial.

Um deles é este: a situação financeira dos professores do ensino superior está insustentável.

Isto porque, nos últimos nove anos, a única recomposição de peso nos nossos vencimentos foi a obtida – ainda que através da introdução negativa de GED e GID – na greve de 1998 e desdobramentos posteriores, isto é, subseqüentes reajustes dessas gratificações.

O ‘reajuste’ obtido em 2001, junto com o índice deste ano (pouco mais de 2%, em média), cobriu apenas uma pequena parte da inflação real ocorrida de lá para cá.

Note-se que o arrocho tem sido diferenciado: várias categorias dos diversos poderes da União vêm obtendo, ao longo dos anos, índices distintos, alguns muito superiores aos nossos. Ou, alternativamente, têm alcançado reclassificações que melhoram significativamente as remunerações percebidas.

Uma outra razão para que se inicie – agora – uma forte mobilização de todos os servidores públicos e, particularmente, dos docentes das IFES, por uma pronta recomposição de seus vencimentos, é a constatação das evidentes intenções do governo de reduzir a destinação de recursos para o pagamento de seus funcionários.

Para nos convenceremos disso, basta ler a proposta orçamentária para 2004, elaborada pelo executivo federal, que, nesse sentido, vem se somar ao aperto fiscal pretendido pela Reforma da Previdência e tem o objetivo inequívoco de reforçar o caixa da União, visando manter e/ou ampliar o percentual de superávit fiscal vigente.

É necessário, pois, continuar a acompanhar a evolução da Lei Orçamentária neste início de ano, pressionando por todos os meios o Congresso Nacional e o governo para que remanejem recursos sabidamente excedentes que permitam preservar o poder aquisitivo dos servidores e suas condições de trabalho, bem como, particularmente, ampliar a oferta de ensino público – incluído aí o superior – de qualidade, condição necessária à luta por um país mais soberano e menos desigual.

É preciso, ao mesmo tempo, deixar claro – para nós mesmos, para os parlamentares e para a sociedade civil – que nenhuma solução real dos problemas brasileiros será viável se não for estancada a sangria provocada pelo pagamento da dívida pública e de seus juros abusivos, que vem absorvendo parcelas crescentes do orçamento e inviabilizando tanto o investimento em áreas sociais quanto o pagamento de salários dignos aos servidores, que acabam sendo correspondentemente reduzidos, em valores reais.

Não é possível que o respeito a contratos e a acordos com o sistema financeiro nacional e internacional tenha sempre precedência absoluta sobre todos os demais compromissos internos, ficando o desenvolvimento científico e tecnológico do país, o crescimento da atividade industrial e comercial, a geração de empregos e a construção da cidadania para todos os brasileiros em um patamar subalterno e inferior.

Este quadro requer a discussão das questões de fundo levantadas, não só entre nós como junto a parlamentares e à sociedade civil, entre outros interlocutores, sem detrimento do que devemos apresentar imediatamente ao governo as seguintes demandas:

- Reposições salariais anuais, visando manter o valor real dos vencimentos dos docentes, já a partir de janeiro de 2004, extensivas ao conjunto de todos os SPFs;
- Correções parceladas, para recuperação de perdas passadas impostas aos vencimentos dos docentes, a serem implantadas durante o mandato deste governo, igualmente extensivas ao conjunto de todos os SPFs – a justificativa para o parcelamento do índice de recuperação de perdas passadas é a de que esta proposta demonstra flexibilidade e disposição para negociar, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de que injustiças anteriores sejam reparadas, ainda que paulatinamente;
- Definição de piso salarial emergencial (salário de professor auxiliar 20 horas) para os docentes do ensino superior – este seria o primeiro passo para a conquista do piso de 1 Salário Mínimo do DIEESE, conforme deliberado anteriormente;
- Isonomia salarial entre os docentes das IFES: trabalhos iguais, na mesma categoria, nível, titulação e regime de trabalho, voltarão a ser pagos com valores iguais. Para isto, como primeira providência, deverão ser estendidos a todos os professores os 26,05% concedidos na justiça a alguns docentes e não a outros; note-se que os ganhos referentes a esse percentual são uma das principais causas – embora não a única – de quebra de isonomia entre os professores;
- Recriação do mecanismo de anuênios, retroativamente a 1998, ano em que foram extintos pelo governo FHC.

2.3 Carreira docente

Uma terceira temática está ligada diretamente à qualidade do trabalho dos professores. Trata-se da carreira docente.

A ANDES já apresentou ao governo sua proposta, que até o momento não foi implementada.

Entretanto, todos os que acompanharam a construção dessa proposta e tomaram conhecimento das ponderações que sobre ela têm sido feitas, em anos recentes, sabem que há severas críticas de diversas seções sindicais ao conteúdo e à forma do documento final encaminhado: há quem defenda o estabelecimento de exceções pontuais, em áreas específicas, à aplicação exclusiva do critério de titulação para progressão na carreira; há quem considere que os mecanismos de transição estabelecidos

prejudicam um conjunto significativo de docentes e há quem discorde veementemente da nova malha salarial proposta, só para citar alguns dos não poucos problemas existentes.

Com tantas questões pendentes, parece razoável que se rediscuta mais uma vez o tema, não para obter o consenso pleno, o que provavelmente seria impossível, mas para aparar as arestas mais agudas, que têm levado a um descontentamento expressivo de muitos, e que gerarão tensão e desconforto consideráveis, se implantada a proposta protocolada.

Nossas propostas, aqui, são no sentido da:

- Rediscussão da Carreira Docente, já protocolada pela ANDES, no mais curto período possível, para que possamos buscar a superação dos pontos mais polêmicos. As propostas de alteração serão votadas no máximo no próximo CONAD, devendo necessariamente ser encaminhadas ao correspondente Caderno de Textos, em tempo hábil, para análise de assembleias gerais das várias seções sindicais da ANDES;
- Recuperação emergencial da malha salarial da atual carreira (enquanto não é implantada a nova carreira), que vem sendo destruída progressivamente através de reajustes diferenciados – como o deste ano de 2003.
- Criação imediata da categoria de professor associado, na atual carreira, à qual poderão ascender os professores das IFES, de acordo com os mecanismos definidos pela Nova Carreira Docente, já protocolada pela ANDES no MEC.

Comente-se que a proposta 3), acima, traria alento aos docentes que há anos vêm trabalhando com dedicação e têm sido injustamente represados, bem como incentivaria os professores mais novos; esta iniciativa não conflita, de nenhuma maneira, com a rediscussão e implantação futura de nova Carreira Única, pois se refere a um item reconhecidamente consensual e que pode, portanto, ser implementado prontamente, enquanto se debatem com cuidado outras temáticas mais delicadas.

Por último, pontuemos que a defesa destas propostas não tem o intento que relegar todas as demais de nossos planos de lutas ao esquecimento ou ao descaso. Nosso objetivo, alternativamente, é o de selecionar alguns pontos estratégicos centrais e o de construir uma agenda possível, aqui entendido que nela só avançaremos depois de muita mobilização e de muita luta.

TR - 10

1. Este Congresso decide solicitar ao governo a satisfação imediata das seguintes reivindicações:

1.1 Incorporação de gratificações

a) Incorporação da GAE aos salários básicos dos docentes;

b) Incorporação da GED/GID aos salários básicos dos docentes, por seus valores máximos.

1.2 Reajustes salariais

a) Reposições salariais anuais, visando manter o valor real dos vencimentos dos docentes, já a partir de janeiro de 2004, extensivas ao conjunto de todos os SPFs;

b) Correções parceladas, para recuperação de perdas passadas impostas aos vencimentos dos docentes, a serem implantadas durante o mandato deste governo, igualmente extensivas ao conjunto de todos os SPFs.

1.3 Extensão de ganhos judiciais já obtidos por uma parcela dos docentes das IFES a todos os demais, para que se retorne à situação de isonomia salarial.

1.4 Recriação do mecanismo de anuênios para os docentes das IFES, retroativamente a 1998, ano em que foram extintos pelo governo FHC.

1.5 Criação imediata da categoria de professor associado, na atual carreira docente das IFES, à qual poderão ascender os professores dessas instituições, de acordo com os mecanismos definidos na proposta de Nova Carreira Docente já protocolada no MEC pela ANDES.

2 Este Congresso decide remeter para debate, nas instâncias do movimento docente, na forma e cronograma abaixo, as seguintes questões:

2.1 Piso salarial emergencial:

Que neste Congresso da ANDES se aprove o valor de um piso salarial emergencial (professor auxiliar 20 horas), como primeiro passo na direção da conquista do piso de 1 Salário Mínimo do DIEESE, conforme deliberação anterior.

2.2 Recuperação da malha salarial da atual carreira

Que neste Congresso da ANDES se deliberare sobre esta matéria, com o objetivo de solicitar ao governo, em caráter emergencial e transitório, a recuperação da malha salarial da atual carreira, que vem sendo destruída progressivamente através de reajustes diferenciados – governos FHC e Lula.

2.3 Rediscussão da Nova Carreira Docente

Que neste Congresso da ANDES – objetivando buscar maior unidade do movimento docente em torno da Nova Carreira Docente, com a superação dos pontos mais polêmicos – se encaminhará pela Diretoria a discussão no âmbito do Sindicato da Carreira Única da ANDES para sua readequação a nova realidade das Universidades.

TEXTO 11

Contribuição do professor Carlos Alberto da Fonseca Pires – Primeiro-Secretário da SEDUFMSM

A nova CUT e o movimento sindical docente

TEXTO DE APOIO

A economia brasileira do Século XIX foi, predominantemente, agro-exportadora. A classe operária surge a partir das transformações estruturais da 2ª metade do Século XIX, com a criação do trabalho assalariado, vinculado a abolição da escravatura. Já em 1917 explodiu uma das maiores greves de operários em São Paulo. Em 1979 o sindicalismo brasileiro teve uma das suas maiores “ondas” de greve. A luta sindical desencadeou mais de 430 greves, com mais de três milhões de trabalhadores em greve. A CUT surge a partir desse movimento do chamado *novo sindicalismo*, cuja experiência internacional era o *Sindicato Solidariedade*, na Polônia. O eixo central da CUT é ação de apoio à luta dos trabalhadores contra o arrocho salarial e superexploração do trabalho.

O movimento docente, nas universidades brasileiras tem origem nas Associações de Professores Universitários, com pouco envolvimento político. Com desgaste do regime autoritário, várias associações docentes são criadas na perspectiva de luta pela transformação política, pela democratização do país e da universidade, por melhores condições de trabalho e melhores salários, participando das lutas mais gerais dos trabalhadores. O agravamento da crise econômica e as ameaças à universidade pública forçam as lideranças do movimento docente a estreitar seus laços com setores do movimento popular e do movimento sindical mais combativo. Assim, aumenta a articulação do movimento docente com a CUT e, após a Constituição de 1988, que permitiu a sindicalização dos funcionários públicos, a ANDES foi transformada em ANDES SINDICATO NACIONAL, já perspectiva de filiar-se a CUT. A transformação da ANDES no ANDES-SN e sua filiação à CUT vieram aprofundar a crise no movimento docente, com especiais desdobramentos em Santa Maria. A APUSM não se filia ao ANDES-SN e o grupo identificado com o movimento nacional docente, busca o fortalecimento da proposta político sindical do ANDES-SN, criando em 1989 a Seção Sindical dos Docentes da UFSM (SEDUFMSM).

A eleição de Lula para Presidente do Brasil em 2002 concretiza um sonho de milhões de brasileiros. É um projeto político forjado no seio das lutas sindicais e populares. O presidente tem afirmado que *findou o tempo do sindicalismo de reivindicação*. Talvez por isso que na indicação do nome do presidente, na chapa da corrente majoritária para eleição da CUT, prevaleceu a indicação de pessoa da confiança de Lula. As correntes políticas majoritárias na CUT, por outro lado, têm dado inequívocos sinais de alinhamento com o governo. Afirmaram reiteradas vezes que “*é preciso fazer o governo Lula dar certo*”. Em outras palavras “*é preciso ajudar o governo implementar o programa neoliberal de FHC, derrotado nas urnas*”. A política de colaboração caracteriza o *sindicalismo pelego* que motivou o surgimento do *novo sindicalismo* no Brasil, com a criação da CUT. Essa central sindical surgiu da necessidade de criar um instrumento com o qual a classe trabalhadora pudesse se organizar independente e democraticamente, para lutar contra o desemprego e contra o arrocho salarial. É indispensável que o movimento sindical docente re-avalie sua relação com a CUT, discutindo o papel dessa central sindical e a importância de uma central sindical autônoma, combativa e democrática, que possa ser referencial de lutas para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, como foi a CUT na sua origem.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN E ACRÉSCIMO DE ARTIGO NAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**TEXTO DE APOIO**

A Diretoria do ANDES-SN apresenta as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN

TR - 12

O 23º CONGRESSO aprova as alterações introduzidas no Estatuto do ANDES-SN, nos termos a seguir.

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o 23º CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-S.SINDs, deverão, até o 23º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o 24º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensão, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.¹

Art. 72. O 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 24º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.¹

Parágrafo único. Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato.

Art. 73. SUPRIMIR

TEXTO DE APOIO

Com a finalidade de compatibilizar a data das eleições, posse de diretoria e a realização de evento (CONAD), com exigências estatutárias do ANDES-SN, faz-se necessário estabelecer o prazo da gestão 2004-2006 para dois anos e uma semana.

Acréscimo de Artigo

Art.Fica estabelecido o prazo da Gestão do ANDES-SN 2004-2006 por dois anos e uma semana.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO DE SOLIDARIEDADE

TEXTO DE APOIO

Em decorrência de situações constrangedoras relacionadas a questões salariais impostas pelo parlamento em função do exercício do mandato sindical, a Diretoria do ANDES-SN reconhece a necessidade de precisar a utilização do Fundo de Solidariedade e apresenta a seguinte alteração no seu Regimento.

TR - 13

O Fundo será destinado ao atendimento de diretores sindicais da diretoria nacional e das seções sindicais, demitidos arbitrariamente ou sem justa causa e/ou impedidos de exercer o mandato sindical por normatização dos poderes públicos (RJU e/ou Estatutos do Magistério Estaduais e Municipais), e que venham a ter prejuízos salariais – desconto de dias, retenção de salários – quando em atividades relacionadas com o exercício do mandato sindical, assim como regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada (Conselhos de Entidades Mantenedoras e/ou Conselhos Universitários de IPES). Em caráter excepcional , o uso do Fundo de Solidariedade em benefício de outros companheiros demitidos por motivos político-sindicais, que não sejam dirigentes sindicais, poderá ser aprovado pelo CONAD ou CONGRESSO.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS COM MENOS DE 100 SINDICALIZADOS EM RATEIOS DE CONAD E CONGRESSOS

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN possui atualmente 33 seções sindicais com menos de 100 sindicalizados - destas, apenas 15 estão adimplentes com o Sindicato Nacional e cerca da metade destas 15 tem participado dos últimos congressos e muito poucas dos CONAD.

Frente às dificuldades financeiras por que passa o Sindicato Nacional, fruto do arrocho dos últimos anos, e agravado no início do governo Lula, não podemos, a partir do caixa nacional, dar o apoio necessário para a participação dessas seções sindicais.

Para facilitar a participação dessas seções nos congressos, estamos propondo que as despesas de transporte de seus delegados, sejam consideradas como despesas do congresso, limitados a 5% do total das despesas de transporte dos delegados.

No CONAD, temos uma outra situação porque as despesas com transporte são cerca de 7 vezes menores. Para esse caso estamos propondo que as seções sindicais tenham a opção de participar ou não dos rateios, dependendo de onde ficar mais vantajoso no sentido de recuperar parte dos gastos da sua participação no CONAD.

TR - 14

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que

1 as despesas de transporte dos delegados das seções sindicais (um por seção) com menos de 100 sindicalizados para participarem dos congressos do ANDES-SN sejam consideradas despesas do congresso, limitadas a 5% do total das despesas de transporte dos delegados do evento.

2 as seções sindicais com menos de 100 sindicalizados que venham a participar dos CONAD possam optar pela participação ou não do rateio do evento.

HOLOMOLOGAÇÃO DE SEÇÕES SINDICAIS**TR - 15****1 Homologação das alterações nos regimentos das seções sindicais**

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 23º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação das alterações nos regimentos das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

1.1 ADUFPB Seção Sindical**PARECER**

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUFPB Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de maio de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

1.2 ADUFCG Seção Sindical**PARECER**

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUFCG Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de maio de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

1.3 ADUFSCar Seção Sindical**PARECER**

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUFSCar Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

1.4 ADUEG Seção Sindical**PARECER**

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação das alterações verificadas no Regimento da **ADUEG Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 30 de setembro de 2003.

Professora. Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral.

2 Homologação de criação de seção sindical

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 23º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

2.1 SINDCENTEC**PARECER**

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical do Instituto Centro de Educação

Tecnológica com a denominação de SINDCENTEC, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 26 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.2 ADUNICENTRO

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical da Universidade do Centro Oeste, com a denominação de **ADUNICENTRO Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 26 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.3 SINDCEFET-PI

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional no Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí com a denominação de **SINDCEFET-PI Seção Sindical**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 27 de junho de 2003

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.4 SESDUFT S.Sind.

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins com a denominação de **SESDUFT-S.Sind.**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 30 de setembro de 2003.

Professora. Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral;

2.5 APESFUNEC S.Sind.

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Professores de Ensino Superior da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul com a denominação de **APESFUNEC-S.Sind.**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 30 de outubro de 2003.

Professora. Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2.6 - SINDFAVIP

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior da Faculdade do Vale do Ipojuca, com a denominação de **SINDFAVIP**, de acordo com o art. 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 22 de janeiro de 2004.

Professora. Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

Prestação de Contas do 47º CONAD

Nº	ITEM	Previsão	DESPESAS REALIZADAS	
			ADURN	ANDES
1	Pessoal			
1.1	Horas Extras (5 funcionários)	7.500,00	0,00	7.971,66
	Diárias (5 funcionários)	2.250,00	0,00	2.250,00
	Hotel (2 apartamentos duplos)	0,00	0,00	0,00
	Passagens Aéreas	9.190,00	0,00	8.119,54
	Táxi	1000,00	0,00	794,30
	SUBTOTAL	19.940,00	0,00	19.135,50
1.2	ADURN SINDICAL			
	Horas Extras	1.500,00	1.063,10	0,00
	Pessoal de apoio - Pró-labore	1.800,00	1.985,00	0,00
	SUBTOTAL	3.300,00	3.048,10	0,00
2	Imprensa e Divulgação			
	Impressão do Cartaz Conad + Arte	1.380,00	1.380,00	0,00
	Impressão Convites/ Crachás	1.136,00	1.136,00	0,00
	Banner	300,00	300,00	0,00
	Filmagem	300,00	710,00	0,00
	Faixas	162,00	288,00	0,00
	SUBTOTAL	3.278,00	3.814,00	0,00
3	Infra-estrutura			
	Aluguel de Equipamento	5.000,00	6.241,00	0,00
	Xerox ANDES-SN	1.873,00	0,00	1.878,30
	Xerox ADURN	3.000,00	1.677,20	0,00
	Mantimentos/ Material Consumo	1.300,00	1.142,78	0,00
	Lanche/ Alimentação	740,00	793,24	0,00
	Combustível	300,00	176,73	0,00
	Água Mineral	240,00	77,80	77,00
	Som (Auditório)	270,00	0,00	0,00
	Farmácia	110,82	110,82	0,00
	Coquetel de Abertura	1.200,00	2.086,40	0,00
	Táxi/ transporte de material/ Ônibus	262,00	1.327,00	0,00
	Coffe Break	1.400,00	0,00	1.180,00
	Decoração	463,50	407,00	0,00
	Telefone	1.350,00	0,00	2.000,11
	Correio	0,00	5,14	0,00
	SUBTOTAL	17.509,32	14.045,11	5.135,41
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores			
	Pastas	3.250,00	3.250,00	0,00
	Camisetas +Arte	1.381,00	1.381,00	0,00
	Blocos- Rascunhos/ Mapas UFRN	1.275,00	1.275,00	0,00
	SUBTOTAL	5.906,00	5.906,00	0,00
	TOTAL	49.933,32	26.813,21	24.270,91

TR - 16

O 23º CONGRESSO aprova a prestação de contas do 47º CONAD.

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 24º CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 24º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até o dia 5/3/04, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 17

O 24º CONGRESSO do ANDES-SN, será realizado na cidade de, sob a organização, daSeção Sindical do ANDES-SN.

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN

As seções sindicais que desejarem integrar ou modificar a sua participação nos GTs, deverão encaminhar suas propostas à Secretaria do ANDES-SN para homologação no 23º CONGRESSO.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

TR - 19

O 23º CONGRESSO aprova o Regimento Eleitoral – eleições da Diretoria do ANDES-SN, biênio 2004/2006.

REGIMENTO ELEITORAL - Eleições Diretoria Biênio 2004/2006

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º A eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, para o Biênio 2004/2006, realizar-se-á nos dias 18 e 19 de maio de 2004.

Parágrafo único. O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES

Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

I - nele se sindicalizaram até 16 de fevereiro de 2004;

II – estiverem em dia com suas contribuições até 15 de março de 2004.

§ 1º As Seções Sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos junto as IES ou órgãos governamentais deverão notificar à Comissão Eleitoral Central os motivos para tal até 19 de abril de 2004.

§ 2º A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar para a Comissão Eleitoral Central, até o dia 29 de março de 2004, a relação das Seções Sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 43º CONAD (Brasília, dezembro 2001), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não-repasse das contribuições decorrentes de procedimentos administrativos junto as IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

Art 3º As Seções Sindicais e as Secretarias Regionais têm prazo até o dia 19 de abril de 2004 para enviarem para a Comissão Eleitoral Central a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições de fevereiro de 2004.

§ 2º Quaisquer alterações que venham a ocorrer após a data estipulada no caput deste artigo deverão ser comunicadas à Comissão Eleitoral Central à Comissão Eleitoral Local até 24 horas antes do horário previsto para o início da eleição.

Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL até o dia 8 de dezembro de 2003 e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL até 8 de março de 2004.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS

Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto ao Secretário Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I - durante o 23º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as Chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente e/ou secretário geral, encaminhado ao Secretário Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivo suplente, na Comissão Eleitoral Central;

II - o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia 9 de abril de 2004;

III – os componentes das chapas deverão entregar à Secretaria da Comissão Eleitoral Central, até o dia 9 de abril de 2004, o original dos seguintes documentos:

a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Secretaria Regional à qual o candidato se encontra vinculado; denominação da IES a qual o candidato se encontra vinculado;

b) Programa da Chapa.

Parágrafo único. A Chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica da solicitação de inscrição.

Art. 7º Qualquer alteração na nominata dos candidatos e/ou de cargos na chapa, após o prazo previsto no Inciso II do art. 6º, deverá ser encaminhada por documento com a exposição de motivos para a

Comissão Eleitoral Central que, em reunião num prazo de cinco (5) dias úteis, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite, ou não, dos motivos.

§ 1º A faculdade prevista no caput deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro.

§ 2º A não-aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta (50% + 1) dos componentes da Comissão Eleitoral Central presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada, por parte da chapa, o registro estará cancelado.

Art. 8º As alterações previstas no art. 7º só serão consideradas pela Comissão Eleitoral Central se lhe forem comunicadas até o dia 22 de abril de 2004, improrrogavelmente.

Art. 9º No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e demais normas que venham a ser elaboradas pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 10. É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL
SEÇÃO I
DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 11. A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2004/2006, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta por:

I - um (1) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente;

II - um (1) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III - dois ou três (2 ou 3), a depender do nº de chapas, sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV – a composição da Comissão Eleitoral Central deverá ser em número ímpar.

§ 1º Os componentes da Comissão Eleitoral Central, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 23º CONGRESSO.

§ 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 23º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar suplentes para os integrantes da Comissão Eleitoral Central previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo.

§ 3º É vedada a participação de qualquer membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na Comissão Eleitoral Central.

Art. 12. Compete à Comissão Eleitoral Central:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;

II - oficializar e divulgar o registro de Chapa(s);

III - divulgar a composição do eleitorado até o dia 30 de abril de 2004;

IV - confeccionar as cédulas eleitorais;

V - coordenar as Comissões Eleitorais Locais;

VI - decidir sobre recursos interpostos;

VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e

VIII - elaborar Relatório Final a ser divulgado no 48º CONAD.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Central pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares.

Art. 13. A Comissão Eleitoral Central só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta (50% + 1) de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Central por intermédio de seu representante na comissão.

Art. 14. As decisões da Comissão Eleitoral Central serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Art. 15. O integrante da Comissão Eleitoral Central que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo o seu suplente.

Art. 16. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo, deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL e os representantes autorizados pela chapa.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 17. Em cada Seção Sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local composta por:

I - um membro da Diretoria, na condição de Presidente;

II - dois membros indicados por cada chapa concorrente;

Parágrafo único. A Diretoria e as chapas deverão indicar suplentes para os integrantes previstos nos incisos I e II deste artigo.

Art. 18. A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser enviada para a COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL até o dia 5 de maio de 2004.

Art. 19. Compete às Comissões Eleitorais Locais:

I - definir e organizar as Seções Eleitorais até o dia 6 de maio de 2004;

II - apurar os votos e enviar para a Comissão Eleitoral Central o mapa dos resultados e a respectiva documentação;

III - decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Local pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares.

Art. 20. A Comissão Eleitoral Local só se reunirá com a presença de, no mínimo, maioria absoluta (50% + 1) de seus integrantes e de cada reunião deverá ser lavrada ata que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da Comissão Eleitoral Local por intermédio de seus representantes na comissão.

Art. 21. As decisões da Comissão Eleitoral Local serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Eleitoral Local cabe recurso à Comissão Eleitoral Central.

Art. 22. O integrante da Comissão Eleitoral Local que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo tal condição o seu suplente.

Art. 23. Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo, dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a Comissão Eleitoral Local.

Parágrafo único. No documento definido no caput deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a Comissão Eleitoral Local e os representantes autorizados pela chapa.

**CAPÍTULO VI
DA VOTAÇÃO
SEÇÃO I
DA CÉDULA ELEITORAL**

Art. 24. A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém as chapas registradas, em ordem cronológica de inscrição, com os nomes de seus integrantes e respectivos cargos e nome da chapa.

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará a sua escolha.

Art. 25. Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva Seção Eleitoral.

**SEÇÃO II
DAS SEÇÕES ELEITORAIS**

Art. 26. As Seções Eleitorais serão estabelecidas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento de todos os eleitores de cada IES.

Art. 27. Os eleitores sindicalizados nas Seções Sindicais votam na Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral de sua respectiva Seção Sindical.

Art. 28. Em Seções Sindicais, previamente definidas pela Comissão Eleitoral Central, haverá uma Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral Local para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via Secretaria Regional, domiciliados na cidade sede da Seção Sindical.

Art. 29. As Secretarias Regionais têm prazo, até o dia 16 de abril de 2004, para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as Seções Sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, as Secretarias Regionais deverão informar aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar. O voto desses sindicalizados em qualquer outra Seção Eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 2º Nas cidades onde não existir Seção Sindical constituída, poderá a Secretaria Regional, mediante autorização da Comissão Eleitoral Central e fiscalização das Chapas concorrentes, constituir uma Seção Eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

Art. 30. Em cada Seção Eleitoral haverá uma Mesa Receptora composta por um (1) Presidente e dois (2) Mesários, indicados pela Comissão Eleitoral Local.

§ 1º Só pode permanecer na Seção Eleitoral, além do Presidente e dos Mesários, no máximo, um (1) fiscal de cada chapa concorrente e, o eleitor durante o tempo necessário ao ato de votar.

§ 2º A Mesa Receptora de cada Seção Eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à Comissão Eleitoral Local.

Art. 31. Na Seção Eleitoral deve existir, providenciado pela Comissão Eleitoral Local:

I - urna;

II - cédulas oficiais;

III - folha de ocorrência;

IV - lista específica para eleitor em trânsito;

V - cópia deste Regimento;

VI - lista dos eleitores;

VII - nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação.

**SEÇÃO III
DO ATO DE VOTAR**

Art. 32. Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

I - no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas;

II - a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;

III - identificado, o eleitor assina a lista de presença e recebe cédula rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora;

IV - o eleitor usará cabine indevassável para votar;

V - ao final de cada *período* de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa;

VI - a guarda do material de votação e da respectiva urna é da responsabilidade da Comissão Eleitoral Local;

VII - ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue para a Comissão Eleitoral Local.

Art. 33. Os sindicalizados, via Secretarias Regionais, votarão na Seção Sindical indicada pela Secretaria Regional e na Seção Eleitoral indicada pela Comissão Eleitoral Local segundo listas fornecidas pelas respectivas Secretarias Regionais.

Art. 34. O voto em trânsito obedece ao seguinte procedimento:

I - o eleitor assinará lista específica na Seção Eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua Seção Sindical de origem ou, se sindicalizado, via Secretaria Regional, a sua Regional de sindicalização.

II - o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na seqüência de ordem de chegada para votar.

SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 35. É assegurado às chapas fiscalizarem os processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Local, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e de 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, dois (2) fiscais por mesa de apuração, com os seus respectivos suplentes.

§ 3º - A indicação do(s) fiscal(is) de apuração não pode recair em integrantes da Comissão Eleitoral Local ou de Mesa Receptora.

Art. 36. É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela Comissão Eleitoral Central mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Central, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de computação dos resultados, até vinte e quatro (24) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º - Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, dois (2) fiscais, com os seus respectivos suplentes.

§ 3º - A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da Comissão Eleitoral Central.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 37. A apuração dos votos nas Seções Sindicais iniciar-se-á no dia 20 de maio de 2004 e será concluída, impreterivelmente, até as vinte e quatro (24) horas do mesmo dia.

Parágrafo único. Nos campi fora da sede da Seção Sindical, a apuração será feita pelos integrantes da Mesa Receptora.

Art. 38. As Comissões Eleitorais Locais deverão encaminhar, impreterivelmente, até as 12 horas do dia 21 de maio de 2004, via meio eletrônico, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva Seção Sindical.

§ 1º As Comissões Eleitorais Locais têm, como prazo máximo, até o dia 26 de maio de 2004, para encaminhar, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, naquela data, por serviço ultra-rápido de entrega de correspondência.

Art. 39. A computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central iniciar-se-á às quatorze (14) horas do dia 21 de maio de 2004 estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Art. 40. Os mapas eleitorais das Seções Sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 41. No caso de voto em separado, a Comissão Eleitoral Local providenciará, junto à Seção Sindical ou, se for o caso, à Secretaria Regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

Art. 42. As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato é o de incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Art. 43. Iniciada a apuração, os trabalhos somente se interrompem após a proclamação do resultado final.

Art. 44. Será anulada a urna que:

I - apresentar, comprovadamente, sinais de violação;

II - apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;

III - não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 45. Será anulada a cédula que:

I - não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva Mesa Receptora;

II - não corresponder ao modelo oficial.

Art. 46. Serão considerados nulos os votos que contiverem:

I - mais de uma chapa assinalada;

II - rasuras de qualquer espécie;

III - qualquer caractere que permita identificação.

Art. 47. As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da Comissão Eleitoral Local até a proclamação do resultado final pela Comissão Eleitoral Central.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS

Art. 48. Qualquer recurso deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Local, no máximo, até às 9h do dia 21 de maio de 2004.

§ 1º A Comissão Eleitoral Local, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá deliberar sobre os recursos apresentados num prazo máximo de duas (2) horas.

§ 2º Das deliberações da Comissão Eleitoral Local cabem recursos à Comissão Eleitoral Central, num prazo de uma (1) hora após a sua publicação.

§ 3º Os recursos à Comissão Eleitoral Central deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à Comissão Eleitoral Central.

Art. 49. Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Central num prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados pela mesma.

Art. 50. Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou por candidatos às Comissões Eleitorais Locais e Central.

Parágrafo único. No caso de não haver, na Seção Sindical, fiscal indicado por chapa ou candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à Comissão Eleitoral Local.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Compete à Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das Seções Sindicais garantir todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das Comissões Eleitorais central e locais.

Art. 52. O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará a anulação do registro da chapa pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 53. As Comissões eleitorais, Local e Central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, poderá a Comissão Eleitoral Central, com aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º.

Art. 54. As chapas deverão encaminhar à Comissão Eleitoral Central os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de três (3) dias, prazo de postagem, com Aviso de Recebimento (AR).

Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, acarretando, com isto, as conseqüências cabíveis.

Art. 55. Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para Diretoria da ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela Tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do Presidente da Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo único. Num prazo de quinze (15) dias após a promulgação do resultado da eleição, o Presidente da Comissão Eleitoral Central apresentará para a Diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

Art. 56. O Presidente da Comissão Eleitoral Central deverá, em tempo hábil, apresentar à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da Comissão Eleitoral Central, a fim de permitir que a mesma providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da Comissão Eleitoral Central será o mesmo dos Diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e deslocamento local.

§ 2º Num prazo de sete (7) dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da Comissão Eleitoral Central deverão apresentar para a Tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

Art. 57. A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da Comissão Eleitoral Central durante todo processo eleitoral.

Art. 58. É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do art. 53.

Art. 59. A proclamação final dos resultados será feita pela Comissão Eleitoral Central, somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da Comissão Eleitoral Central, bem como o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do art. 55, deverão ser apresentados no 48º CONAD.

Art. 60. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, em primeira instância, pela Comissão Eleitoral Local e, em instância final, pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 61. Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 23º CONGRESSO.

ELEIÇÕES 2004 CRONOGRAMA:

DEZEMBRO/2003:

8 – Prazo máximo de filiação de candidatos à diretoria do ANDES SN.

FEVEREIRO/2004:

16 – Prazo máximo de filiação de sindicalizados aptos a votar no processo eleitoral 2004;

16 – Prazo máximo para publicação do edital de convocação do processo eleitoral 2004;

MARÇO/2004:

8 – Prazo em que os candidatos estejam em dia com a contribuição financeira junto à Tesouraria do Sindicato Nacional.

8 – Prazo máximo para Registro das chapas concorrentes com, no mínimo os candidatos a Presidente, Secretário Geral e 1º Tesoureiro com indicação de representantes na Comissão Eleitoral Central.

29 - A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central a relação das Seções Sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 43º CONAD (Brasília, dezembro 2001), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até esta data.

ABRIL/2004:

9 – Prazo para registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos. Entregar à Secretaria da Comissão Eleitoral Central, o original dos seguintes documentos:

- termo de concordância (anexo II) de cada candidato, assinado pelo mesmo, contendo as seguintes informações:

- endereço residencial completo;

- denominação da Seção Sindical ou, se for o caso, da Vice-Presidência Regional à qual o candidato se encontra vinculado;

- denominação da IES à qual o candidato se encontra vinculado;

Programa da chapa.

16 – Prazo para que as Secretarias Regionais forneçam a listagem completa dos sindicalizados, via Secretaria Regional, para as Seções Sindicais onde os mesmos estarão aptos a votar.

16 – Prazo para que as Secretarias Regionais informem aos sindicalizados, via Secretaria Regional, a Seção Eleitoral onde os mesmos estarão aptos a votar.

19 – Data máxima para as Seções Sindicais e a Secretarias Regionais enviarem para a Comissão Eleitoral Central a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito do voto.

22 – Prazo máximo para solicitação de alteração na composição da chapa.

30 – Data máxima para divulgação, pela Comissão Eleitoral Central, do colégio eleitoral, local e nacional.

MAIO/2004:

5 – Data máxima para divulgação e envio para a Comissão Eleitoral Central da composição das comissões eleitorais locais.

6 – Prazo máximo para divulgação das seções eleitorais por parte das Comissões Eleitorais Locais.

15 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para o processo de votação.

18 e 19 – Eleições.

19 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para o processo de apuração de votos, em cada Comissão Eleitoral Local.

20 – Apuração de votos de cada Comissão Eleitoral Local.

21 – Prazo para as chapas indicarem fiscais para a computação de votos pela Comissão Eleitoral Central.

21 – Prazo para envio de resultados à Comissão Eleitoral Central.

21 – Computação de votos pela Comissão Eleitoral Central.

23 – Divulgação do Resultado OFICIAL.

26 – Prazo máximo para que as Comissões Eleitorais Locais encaminhem, por SEDEX, para a Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da Seção Sindical.

JUNHO/2004:

6 – Prazo para entrega de relatório financeiro do processo eleitoral.

21 – Prazo máximo para a posse da Diretoria eleita (em função do término do mandato da atual Diretoria).

OBSERVAÇÃO: A posse será no dia 18 de junho (sexta-feira), abertura do 48º CONAD

**ANEXO I –
REQUERIMENTO**

À

Professora Celi Zulke Taffarel
MD Secretária Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezada Professora,

O(s) Professor(es) _____
e _____, candidato(s) ao(s) cargo(s) de
_____, vem,
por meio deste, requerer o REGISTRO da chapa denominada
_____ para concorrer à eleição da Diretoria do
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SINDICATO
NACIONAL, biênio 2004 - 2006, e que apresenta como candidato ao cargo de Presidente, o (a)
Professor(a) _____, ao cargo de Secretário Geral, o
(a) Professor(a) _____, ao cargo de 1º
Tesoureiro, o (a) Professor(a) _____ e, como
representante e seu suplente na Comissão Eleitoral Central, o (a) Professor(a)
_____.

Apresentamos, em anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.

Pede deferimento

Salvador - BA, de março de 2004.

Professor _____

Professor _____

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/ 3/2004.

Número de identificação da chapa:

Professora Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

ANEXO II

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. _____, inciso ____, do Regimento Eleitoral aprovado no 23º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concorda em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2004 – 2006 na condição de candidato (a) ao cargo de _____ na chapa denominada _____ e que tem o número ____ como identificação oficial .

, de _____ de 2004.

Professor _____

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: () _____

3 - Seção Sindical:

4 - VPR (caso sindicalizado via VPR):

5 - IES de vínculo:

TEMA III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE

TEXTO 20

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso

“Nosso governo será marcado pelo diálogo permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes estabelecer pontes, acordos, entendimentos com os quais todos possam ganhar.”

(Programa de Governo do PT)

1. INTRODUÇÃO: NOVO MINISTRO PRIORIZA REFORMA UNIVERSITÁRIA

O presente texto foi produzido no momento em que se realizava a denominada reforma ministerial, que trouxe como consequência a exoneração do ministro da educação, Cristovam Buarque, a pretexto de diminuir o número de acadêmicos no MEC. Tarso Genro assume a pasta e, segundo consta, agirá de forma a não provocar atritos com a poderosa equipe econômica.

A avaliação preliminar, que será aprofundada adiante, indica que, em meio às inevitáveis incertezas, a reforma universitária, com as características delineadas no documento do GT Interministerial, posto que teve sua iniciativa política na Casa Civil e não no Ministério da Educação, como aconteceu na reforma da Previdência, esta, sem dúvida, será realizada. Uma perspectiva de certeza adicional refere-se à continuidade do programa de Formação Continuada e Certificação de Professores para a Educação Básica, oriunda, porém, do MEC e visto estar em plena implementação, com contratos e convênios assinados com inúmeras instituições. Conduzido pela Secretaria de Educação Infantil e Ensino Fundamental (SEIF), em parceria com o INEP, tal programa traz consequências para os(as) sindicalizados(as) da Carreira do Magistério de 1º e 2º graus e, portanto, ANDES-SN deve-se pronunciar sobre ele.

Diante dessa conjuntura, parte do presente texto de apoio apresenta um balanço das avaliações e das ações do ANDES-SN na área de política educacional, entre junho de 2002 e janeiro de 2004, *vis-à-vis*, com as propostas e medidas governamentais – especialmente do executivo e do legislativo - e institucionais, com repercussões para as IES tanto do setor público como do privado. Outro segmento do texto é dedicado a uma análise do documento do GT Interministerial para a Reforma Universitária (que será identificado daqui para frente pelas iniciais *GTI-RU*) à luz do acúmulo histórico do ANDES-SN sobre o assunto, tema que, no momento, se apresenta como prioritário para o Movimento Docente, até porque repercute seriamente em todos os demais temas de política educacional de sua agenda de lutas.

Considerado o cronograma de ações preparatórias ao 23º CONGRESSO, como a produção do Caderno de Textos, é bem provável que o GTPE tenha de apresentar ao conjunto do Movimento Docente subsídios atualizados sobre essa matéria, no Anexo ao Caderno de Textos; e, eventualmente, algum texto avulso, oferecendo novos elementos de último minuto, poderá ser submetido à Plenária de Instalação para ser incluído na pauta do CONGRESSO.

2. DOS EMBATES COM FHC ÀS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO NOVO GOVERNO

(junho a dezembro de 2002)

O 2º semestre de 2002 foi, desde o seu início, e até mesmo antes, marcado pelas campanhas para as eleições gerais, que catalisaram os anseios de renovação na perspectiva de mudanças após oito anos de intensos embates contra a orientação neoliberal da política educacional dos dois mandatos de FHC.

A educação superior, a partir de 1995, em decorrência das políticas impostas pelos organismos internacionais para a educação, passou, na perspectiva do governo, a ser concebida como mercadoria a

serviço dos interesses imediatos do capital. Constatam-se, a partir de então, variadas formas de privatização do sistema público e de favorecimento do setor privado; de não-investimento programado nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, e nas Instituições Estaduais Superior - IEES estaduais; na desvalorização e ausência de incentivo aos profissionais dessas IES; na precarização do trabalho docente público e privado; no crescimento da exclusão, pelas dificuldades tanto de acesso às estagnadas vagas das IES públicas como de permanência dos estudantes até a conclusão dos estudos; no desrespeito a vários dispositivos da Constituição Federal, destacando-se os que se referem à autonomia das universidades, ao financiamento estatal das instituições públicas, à sua democracia interna; no crescimento desenfreado de cursos endogênicos de pós-graduação e, ao mesmo tempo, no desmonte ou na inviabilização de outros, com o advento do Programa de Qualificação Institucional – PQI, com particular prejuízo à capacitação docente; no desmantelamento da educação técnica e tecnológica, em favor de uma política de adestramento de mão-de-obra diplomada para atender a supostas expectativas do mercado; na privatização do espaço público, por meio das fundações de apoio; na redução dos processos de avaliação institucional a mero ranqueamento de instituições; no aligeiramento da graduação por meio de cursos seqüenciais, modulares e da educação a distância e da pós-graduação por meio da redução do tempo exigido para execução do programa e da expansão exarcebada, sem nenhum controle governamental, das IES privadas com finalidade exclusiva de obtenção de lucros.

Publicação da ANDIFES, à época, registrou, por exemplo, as significativas perdas das IFES, resumidas no quadro abaixo:

	1995	2000	Perda
Docentes	42.678	41.900	778
Servidores técnico-administrativos	93.354	79.888	13.976
Orçamento do pessoal ativo	≅ R\$ 5 bilhões	≅ R\$4.051 bilhões	≅ R\$1 bilhão
Verba de capital	≅ R\$74,3 milhões	≅ R\$ 20,8 milhões	≅ R\$54 milhões
Verba de manutenção	≅ R\$460 milhões	≅ R\$ 380 milhões	≅ R\$80 milhões

No mesmo período, as IFES acrescentaram aos seus cursos de pós-graduação 67.974 alunos e, aos de graduação, outros 103.633 estudantes. Desse modo, entende-se melhor por que o MEC alardeou eficiência e aumento de produtividade, enquanto professores se diziam assoberbados e mal remunerados, e buscavam guarida junto às fundações de apoio, tentando garantir complementação salarial, compra de equipamentos e livros e reformas em seus espaços de trabalho.

Por outro lado, a dobradinha entre universidades públicas e empresas ganhou considerável espaço na educação superior brasileira, sendo cada vez maior o número de IES públicas abrindo suas portas para a iniciativa privada, em busca de complementação dos recursos sempre insuficientes.

Um estudo coordenado pela pesquisadora Helena Nader (UNIFESP), mostrou que, pela primeira vez, depois de três décadas de crescimento contínuo, caiu a participação do Brasil na produção científica mundial, passando de 1,08%, em 2000, para 0,95%, em 2001, o que representa uma queda de cerca de 12%. Segundo o Jornal da Ciência (JC E-Mail), de 18 de setembro de 2002, para chegar a esses resultados, a pesquisadora se baseou em relatórios oficiais do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT e do Banco Internacional de Dados Web of Science, do Institute of Scientific

oficiais do Ministério de ciências e tecnologia-MCT e Banco Internacional de Dados Web of Science do Institute of Scientific Information, ao qual estão indexadas as principais publicações científicas do mundo.

Em seu Editorial, de 7 de setembro de 2002, o jornal Folha de São Paulo denunciava a “Penúria Científica” do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que, vítima do ajuste fiscal, teve 45% de seu orçamento para aquele ano cortado pelo governo federal. As bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, das quais milhares de estudantes e pesquisadores dependem, foram pagas, ainda que sem correção; mas, como consequência, o apoio a grupos de pesquisa foi sacrificado. Essa situação persistia por vários meses. Isso não havia impedido o governo federal de anunciar, em agosto de 2002, um pacote de incentivo à ciência e tecnologia (C&T) que tinha como tônica a constância no fluxo de recursos, o que se verificou impossível, dada a Lei Orçamentária para 2003, apresentada pela administração FHC e aprovada pelo Congresso.

Esse é, em linhas gerais e muito resumidas, o quadro de problemas com que a base social do ANDES-SN se defrontou, ao longo de dois mandatos de FHC, em intensos embates. Os eventos nacionais deliberativos do Sindicato pautaram e debateram aquelas questões, havendo, sobre elas, resoluções

expressando princípios e concepções do Movimento Docente como formas de enfrentamento das dificuldades impostas pelos governos de FHC. E nesses confrontos, sempre contou com o apoio de parlamentares, principalmente do Partido dos Trabalhadores - PT e outros partidos progressistas.

O ANDES-SN procedeu à análise não apenas das propostas do PT, mas dos programas de governo de todos os candidatos à Presidência da República. Um dos documentos produzidos - Uma Análise dos Programas para a Educação Superior dos Candidatos à Presidência da República - foi divulgado a partir de agosto de 2002, para a sociedade em geral por vários meios, inclusive pela página do ANDES-SN na Internet, por longo período. Nessas análises, apresentadas sob forma de um quadro comparativo de quatro eixos temáticos – *Autonomia e Financiamento; Avaliação Institucional; Gestão Democrática; Política de Acesso e Expansão da Educação Superior* – procurou-se apontar acordos, desacordos, convergências, divergências, lacunas, discrepâncias, tomando-se como referência a *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2; Guaratinguetá (SP), 1996)* e o *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (2º CONED. Belo Horizonte (MG), novembro/1997)*.

Enquanto procedia a essas análises e acompanhava, com interesse e atenção, a dinâmica eleitoral e os momentos iniciais da vitória de Lula, o GTPE/ANDES-SN preparava, conforme deliberação congressual, o **II Encontro Nacional sobre Educação Técnica/Tecnológica**, realizado no período de 4 a 7 de dezembro de 2002, na Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ. O evento teve como tema central **Nexos do Mundo do Trabalho com a Educação Técnica e Tecnológica** e tinha como grande meta a coleta de subsídios para a elaboração final da inserção dessas modalidades de ensino na *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*, inserção esta fundada na concepção filosófica da escola unitária, da politécnica e do trabalho como princípio educativo.

Como resultado do II Encontro, foram aprovados os seguintes encaminhamentos, que estão presentes em documentos posteriormente enviados à equipe de transição do governo Lula e, finalmente, ao ministro da Educação.

“1. Reafirmar e aprofundar no interior das Instituições Públicas de Ensino a concepção da Educação Técnico/Tecnológica tendo como fundamento o Trabalho como Princípio Educativo, a Escola Unitária e a Formação Politécnica;

2. Defender que a educação técnico/tecnológica deve ser integrada ao Sistema Nacional de Educação;

3. Reivindicar urgentemente ao novo governo a revogação de toda a legislação que, de forma autoritária, foi impondo concepções que diferem daquelas construídas pela sociedade brasileira quando da elaboração da LDB e do PNE;

4. Reivindicar a revogação do Decreto-Lei 2.208 e toda a normatização que se seguiu deve ser feita de IMEDIATO para que se possa trabalhar na perspectiva da construção de uma nova concepção de educação técnico/tecnológica. Como decorrência desta revogação foi indicado o retorno ao ensino integrado – habilitação profissional integrada a educação geral;

5. Lutar pela transformação imediata dos CEFETs (Minas, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão) em Universidades mantendo o ensino médio integrado, a graduação e a pós-graduação;

6. Defender o retorno do número de vagas anteriores a aplicação do DL 2.208 e trabalhar na perspectiva da ampliação das vagas para esse nível de escolaridade de acordo com as condições concretas de cada Unidade de Ensino;

7. Lutar pela implantação da Carreira Única do ANDES-SN;

8. Lutar pela reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede federal (Colégio de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs) com a realização de concurso público pelo RJU;

9. Lutar pela ampliação das verbas para o financiamento público da educação na ordem de 10% conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, incluindo verba para o financiamento da educação técnico/tecnológica;

10. Defender junto ao novo governo a necessidade da realização de uma auditoria na PROEP, nas fundações de apoio e nas cooperativas;

11. O GTPE deverá construir, para aprovação no próximo Congresso, a Proposta de Educação Técnico-Tecnológica, contemplando a discussão realizada no II Encontro, devendo ser amplamente discutida no interior de cada Instituição Pública de Ensino.”

No dia 12 de dezembro de 2002, foi enviada à Equipe de Transição do governo eleito, a Carta do ANDES-SN, nº 406/02, um conjunto de propostas emergenciais àquela equipe. Na perspectiva do ANDES-SN, “emergenciais” significava medidas a serem encaminhadas nos 100 primeiros dias de governo, transcritas a seguir:

“Proposta do ANDES-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo:

- 1- Revogar o Decreto 2.208/97 e a Portaria 646/97. IMEDIATO RETORNO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO nos CEFETs (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos;
- 2- Transformar os CEFETs (Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas e Maranhão) em UNIVERSIDADES mantendo o ensino médio integrado, a graduação e a pós-graduação;
- 3- Realizar auditoria urgente no PROEP, nas Fundações de Apoio (das Universidades, das Faculdades Isoladas e dos CEFETs) e nas Cooperativas das Escolas Técnicas Cefetizadas;
- 4- Realizar auditoria da utilização dos recursos do FAT e do FUST (financia a educação à distância);
- 5- Repor de imediato as vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com realização de concurso público pelo RJU (pelos cálculos de 2000 faltam repor 4.600 vagas);
- 6- Revogar o Decreto 1.916/96 e a Lei 9192/95 que regulamenta a escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino, respeitando o regulamento estabelecido pela comunidade acadêmica no interior de cada Instituição Federal de Ensino para normatização e definição do processo de escolha dos dirigentes;
- 7- Suspender o PQI e ampliar o número de bolsas do PICDT (para mestrado e doutorado), com reajuste nos valores das bolsas e abertura de discussão para a implementação do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN;
- 8- Rever os vetos do PNE do governo;
- 9- Reconhecer o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira como documento de referência política para a educação brasileira;
- 10- Suspender o reconhecimento de novos cursos e a criação de Instituições de Ensino Superior e investigar as autorizações de cursos desde 2000;
- 11- Arquivar o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica;
- 12- Revogar o Decreto 3.860/2001, as Portarias Ministeriais 1.465/2001; 1.466/2002 e 2.402/2001 e a Medida provisória 2143-35 de 27 de julho de 2001 (que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições e dá outras providências);
- 13- Criar o Fórum Nacional de Educação conforme proposto no PL 2442/2000, de autoria dos Deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro, que restabelece o PL 1258/88 (Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovado pelo Câmara dos Deputados);
- 14- Alterar o CNE, tanto a composição como as atribuições, conforme proposto no PL 2442/2000;
- 15- Extinguir o Provão e a Avaliação das Condições de Oferta, conforme proposto no PL 2442/2000;
- 16 – Extinguir o ENEM;
- 17 - Revogar o Decreto 3.276/99 e todas as resoluções do CNE que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFETs, aprovando o PDL 385/2000 que reafirma o papel da universidade como *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação;
- 18- Respeitar o art. 207, da CF/88, que garante a autonomia das Universidades revogando todo entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias, etc.) que restrinja o exercício pleno da autonomia universitária;
- 19 - Expandir as vagas no ensino superior público e gratuito, garantindo o padrão unitário de qualidade;
- 20 - Suspender a implantação de cursos seqüenciais;
- 21- Consolidar um Sistema Nacional de Educação conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, revogando imediatamente toda a legislação que impede ou fere a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira;
- 22- Instituir mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, através de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parte das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos;
- 23 – Incorpora ao salário dos docentes das Instituições Federais de Ensino as gratificações de caráter produtivista (GED e GID), nos seus valores mais altos, e da GAE;

24 – Retomar as mesas de negociação estabelecidas pelo Termo de Acordo firmado na greve de 2001.”

Há que se registrar, nessa retrospectiva, que o ANDES-SN, como integrante da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), oferecera sua contribuição à carta que essa Coordenação havia enviado em 5 de dezembro, ao Presidente Eleito da República Federativa do Brasil, por intermédio da Equipe de Transição do Governo Eleito. No que tange a políticas para educação, ciência e tecnologia, várias foram as reivindicações e propostas apresentadas, destacando-se:

“(....)

4. EDUCAÇÃO

4.1. Manutenção do Sistema Educacional Federativo

Primeiramente, entendemos de fundamental importância a manutenção do Sistema Educacional Federativo, Público, Gratuito de Qualidade e com Compromisso Social, bem como os recursos atualmente estabelecidos pela Constituição Federal.

4.2. A Luta em Defesa da Universidade Pública e pela Autonomia Universitária

A Constituição Federal assegurou, em seu art. 207, a Autonomia Didático-Científica e de Gestão Administrativa e Patrimonial para as Universidades.

Ao longo destes anos, as Instituições de Ensino Superior Públicas deste País vêm sofrendo um lento e inexorável processo de sucateamento e de privatização provocado por ações de governos que se sucedem, totalmente descompromissados com estas IES Públicas e submissos às orientações do FMI e do Banco Mundial.

Não bastasse a omissão do Governo, a Organização Mundial do Comércio(OMC), em suas resoluções, “determina” a mercantilização do Ensino Superior dos países “periféricos”, redirecionando e transformando o “produto” da Universidade em serviços a partir das necessidades do mercado.

É necessário que seja assegurada a Autonomia Universitária nos termos da Constituição Federal. Assim, por princípio:

- ❑ defendemos a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF e lutamos pela não-edição de qualquer projeto infraconstitucional que vise à sua regulamentação;
- ❑ defendemos a nomeação autônoma, pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de seus Procuradores Jurídicos, com garantia de sua atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa e jurídica à Advocacia Geral da União;

4.3. Revogação da Lei 9.192/96 – Escolha dos Reitores

Um dos pressupostos para o exercício da Autonomia Universitária é a Gestão Democrática que está estruturada nos pilares:

- ❑ democracia da produção do conhecimento – reconhecendo os saberes não hegemônicos produzidos na sociedade;
- ❑ respeito e tratamento equânime e, no mínimo, paritário entre os membros da comunidade universitária no processo de escolha dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior e
- ❑ consolidação dos Órgãos Colegiados e Conselhos Superiores com participação de representação da comunidade interna e externa.

A Lei 9.192/96, além de discriminar segmentos da comunidade universitária – estudantes e técnico-administrativos, estipulando pesos diferenciados para o voto, representa uma forte agressão à Autonomia Universitária. Nesse sentido, defendemos:

- ❑ a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior para definição dos processos de escolha de seus dirigentes, sem qualquer interferência do governo, esgotando-se a escolha no âmbito de cada IES, a partir da definição contida nos seus estatutos . Revogação da Lei 9.192/96;

4.4. Revogação da Lei 9.131/96 - Provão e Decreto 2.026/96

O processo de avaliação das IES, deve ocorrer em dois momentos, de forma contínua, contemplando o processo de construção do conhecimento: 1) Auto-avaliação e 2) Avaliação interna e externa.

O instrumento de “avaliação” disciplinado pela Lei 9.131/96 – PROVÃO, não contempla uma visão processual, pois através da “avaliação” pontual do conhecimento acumulado pelo aluno graduando define o nível de “qualidade e competência” das Universidades. A utilização deste instrumento, embora discutível do ponto de vista do método, dada a sua limitação e discriminação, reafirmou a superioridade qualitativa das Instituições de Ensino Superior Públicas, mas não avançou na apresentação de alternativas concretas para superar as deficiências diagnosticadas nestas Instituições.

O Decreto 2.026/96 constituiu uma Comissão de Especialistas, cujo papel se resume a levantar as condições de funcionamento dos laboratórios, bibliotecas, qualificação e produção docente, infraestrutura, entre outros. O diagnóstico produzido por esta Comissão, só possui a função de construir um "ranking" nacional das IES, apontando as instituições e cursos para credenciamento e/ou credenciamento de acordo com as exigências do Conselho Nacional de Educação. Desta feita:

- lutamos pela garantia de avaliação institucional interna e externa das IFES, resguardando-se o integral financiamento do Sistema Público do Ensino Superior pelo Estado;
- lutamos pela revogação da Lei 9.131/96 e do Decreto 2.026/96;
- lutamos pela extinção do Exame do Ensino Médio (ENEM), como mecanismo de acesso ao ensino superior e também pela extinção do Exame Nacional de Cursos.
- sugerimos que, em curto espaço de tempo, seja retomado o DEBATE NACIONAL acerca do MODELO DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS.

4.5. A Garantia do Ensino Superior Público e Gratuito

Reafirmamos o nosso princípio em Defesa da Utilização de Verbas Públicas para a Escola Pública, com a expectativa que o Governo eleito sustente este princípio como elemento norteador para a definição do financiamento da educação pública em nosso País.

O art. 212 da CF tem como prerrogativa a garantia do ensino superior público e gratuito, que só pode ser garantido ao povo brasileiro, por meio de uma Política de Financiamento com recursos públicos estáveis.

Com base nos termos do art. 206 da CF, defendemos:

- a gratuidade plena da educação pública e lutamos pela revogação de todas as taxas nas IFES.

4.6. Plano Nacional da Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional, foi marcado pelo método antidemocrático do seu encaminhamento, desrespeitando uma construção coletiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Este fato coloca como desafio para o novo Governo o investimento na retomada da discussão do PNE, tendo como ponto de partida o PNE da Sociedade, considerando o seu papel estratégico na construção de uma nova sociedade, onde a Educação possa ser entendida como um direito do cidadão e não apenas como uma "concessão" do Estado.

Temos a clareza de que o caminho para a superação das desigualdades sociais e da violência passa pela Educação, com uma perspectiva libertária e transformadora. Portanto, a redefinição de prioridades e metas do referido Plano precisa ser encarada como uma das tarefas centrais do novo Governo.

4.7. Hospitais Universitários

Primeiramente, ressaltamos a importância da reflexão sobre os Hospitais Universitários (HUs), como espaço estratégico para a consolidação de um Projeto de Universidade Pública voltada para seus compromissos sociais. Nesse sentido, seu papel não pode ser reduzido a ser apenas mais uma instituição competidora da rede de saúde existente.

Temos claro que o conceito de ensino em saúde não pode estar limitado ao espaço físico e assistencial dos HUs, sendo necessário desenvolver redes docente-assistenciais vinculadas principalmente aos níveis de atenção primário e secundário do Sistema Único de Saúde - SUS.

Os HUs devem direcionar suas estratégias para se integrar cada vez mais com as comunidades e à rede do SUS onde se inserem; tornar-se um centro de referência e de pesquisa; pensar e experimentar, de forma pioneira, novas formas de micro-gerenciamento de saúde, novos modelos de assistência e formas de tratamentos, as quais possam ser transferidas a outras instituições após serem testadas. Destarte, considerando a complexidade dos HUs e a necessidade de discussão entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço, propomos:

- a manutenção dos HUs, com garantia de financiamento público para que cumpram efetivamente suas funções didático-pedagógicas;
- o estabelecimento de uma agenda de encontros entre representantes da FASUBRA-Sindical, ANDES-Sindicato Nacional, UNE, ABRAHUE (Associação Brasileira dos Dirigentes de Hospitais Universitários e de Ensino), ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e MEC.

4.8. Ciência e Tecnologia

O investimento em Ciência e Tecnologia, nesta conjuntura, representa um dos elementos imprescindíveis para a garantia da independência e soberania de nosso País.

Esperamos que seja garantido um espaço, ao término do processo eleitoral, para estabelecermos um grande debate nacional acerca da Educação, Ciência e Tecnologia, buscando a construção de um Plano de Metas, onde sejam definidas as questões prioritárias para estes setores.

Nesse sentido, defendemos em relação ao financiamento para a Área de Ciência e Tecnologia:

- ❑ que seja aplicado o percentual de 1,5% do PIB em Ciência e Tecnologia. E que sejam destinados recursos públicos capazes de garantir uma política de ciência e tecnologia que fortaleça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, bem como a democratização das agências de fomento como CAPES, CNPq e FINEP;
- ❑ que sejam mantidos os recursos para o Programa Especial de Treinamento - PET, com repasse imediato dos atrasados.

4.9. Ensino Médio, Técnico e Educação Tecnológica:

Para que a educação profissional seja reintegrada plenamente ao sistema regular de ensino público e com a garantia de financiamento público integral, é preciso que seja revogado o Decreto Ministerial 2208/97 e a Portaria Ministerial 646/97.

Os colégios técnicos, escolas agrotécnicas, colégios de aplicação, escolas vinculadas, casas de cultura, restaurantes universitários e fazendas experimentais das universidades federais devem ser mantidos em suas respectivas instituições. Também, devem ser mantidos como Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito da Secretaria de Ensino Superior/MEC e os CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica). Nesse sentido, reivindicamos:

- ❑ a revogação imediata do Decreto Ministerial 2208/97 e da Portaria Ministerial 646/97;
- ❑ a instalação de uma Mesa de negociação para o Tema, uma vez que o mesmo não está equacionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

4.10. Aposentados e Pensionistas

Considerando a política nefasta dos últimos governos imposta para esse seguimento da classe trabalhadora, reivindicamos:

- ❑ a manutenção dos aposentados vinculados à folha geral de pagamento do pessoal das IFEs;
- ❑ a garantia de tratamento isonômico entre ativos e aposentados/pensionistas no que tange à remuneração e aos benefícios;
- ❑ a devolução do PSS indevidamente descontado dos aposentados e a suspensão de qualquer iniciativa que crie imposto previdenciário sobre o salário dos mesmos.”

Intencionalmente reproduziram-se, sem preocupação em repetir informações, documentos de mesmo teor e objetivos, de modo a evidenciar a disposição do ANDES-SN e outras entidades políticas que integram a CNESF e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de apresentar ao governo eleito suas contribuições à construção de uma plataforma emergencial de ações capazes de, em curto período de tempo, dar início à reversão das políticas dos anos 90. Ressaltando-se que muitas dessas contribuições foram construídas com participação de parlamentares e dirigentes do PT, em especial do Núcleo de Educação do PT no Congresso Nacional e da Coordenação de Assuntos Educacionais – CAED – do Partido dos Trabalhadores. Serve esta repetição para motivar a base social do ANDES-SN a cotejar o teor dessas contribuições e reivindicações com aquilo que, efetivamente, ganhou concretude e dinamismo, em termos de política educacional, uma vez empossado o presidente, seus ministros e sua base de sustentação no Parlamento.

3. 2003 – DA EXPECTATIVA À INDIGNAÇÃO

No dia 26/12/02, foi realizada reunião do ANDES-SN com o então senador eleito e futuro ministro da Educação, Cristovam Buarque, que se colocou como defensor da autonomia universitária e destacou três pontos que considerava essenciais para iniciar sua gestão: 1) o enfrentamento das questões que se colocam como emergenciais; 2) a necessidade de se construir uma nova universidade que vá ao encontro dos anseios gerais do Brasil e que, nesse sentido, seria interessante a criação de uma espécie de Conselho Consultivo não deliberativo com representantes das entidades da Educação; 3) O entendimento de que as questões da Educação Básica não podem se sobrepor à Educação Superior e vice-versa.

O presidente do ANDES-SN entregou ao futuro ministro documento contendo o conjunto de reivindicações do Sindicato, já entregue anteriormente ao então candidato Lula e à Equipe de Transição. Ressaltou a importância de uma reunião com o MEC logo depois da posse. Solicitou, também, a

Cristovam que recebesse representantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o que foi acolhido.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública em audiência com o ministro Cristovam Buarque no início de janeiro de 2003, apresentou suas propostas para a educação brasileira sistematizadas no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira e convidou-o a participar de um seminário a ser realizado no mês de fevereiro em Brasília.

Esse seminário, realizado de 18 a 21 de fevereiro de 2003, na Faculdade de Educação da UnB teve como tema central *Reafirmando propostas para a educação brasileira*, contando com a participação de 82 representantes de entidades, movimentos sociais e fóruns estaduais em defesa da escola pública que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e de deputados federais e senadores, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, e vários dirigentes do MEC. O objetivo geral do seminário foi “Apresentar ao governo federal a proposta para a educação brasileira construída historicamente pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, desdobrado nos seguintes objetivos específicos: “⇒ reafirmar as propostas para a educação brasileira elaboradas pelo Fórum encaminhando estratégias para sua implementação na conjuntura atual; ⇒ discutir com o governo mecanismos de implementação das propostas consensuadas pelo Fórum e expressas no Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira; ⇒ construir uma agenda política a ser apresentada ao governo, definindo as propostas prioritárias a serem efetivadas a curto, médio e longo prazo.” Realizado em dois momentos, contando com metodologia participativa e plenárias destinadas a definição, por consenso, dos encaminhamentos, os trabalhos foram organizados em torno dos quatro eixos temáticos que historicamente organizam as atividades dos Congressos Nacionais de Educação – CONED – a saber: 1 - Organização da Educação Nacional / Níveis e Modalidades de Ensino; 2 – Gestão Democrática da Educação; 3 – Financiamento da Educação; e 4 – Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação / Formação dos Profissionais da Educação.

Mais uma vez foram apresentadas ao ministro Cristovam Buarque as propostas e reivindicações do ANDES-SN, agora como integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, reforçadas pelas das demais entidades do Fórum, com a importante característica de haverem sido elaboradas numa dinâmica de discussões de que participaram, por solicitação do ministro, vários representantes do MEC. O seminário produziu um conjunto de “Propostas Emergenciais para a Educação Brasileira”, cujas “ações imediatas” são transcritas adiante:

“I. Organização da Educação Nacional / Níveis e Modalidades de Ensino”

AÇÕES IMEDIATAS

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Consolidar o Sistema Nacional de Educação, revogando os impedimentos legais para sua organização e funcionamento democrático. (em especial, as Leis 9192/95, 9131/95, 9394/96).

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Instituir o Fórum Nacional de Educação como instância máxima deliberativa da política educacional brasileira, com ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Redefinir, imediatamente, o Conselho Nacional de Educação como órgão normativo e de coordenação do SNE estabelecendo **nova composição e atribuições**, tendo como ponto de partida a retomada de discussão, com vistas a aprovação imediata, do PL 2.442/2000, de autoria dos deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro.

AValiação DA EDUCAÇÃO NACIONAL

1. Organizar um grupo de trabalho para examinar a atual política de Avaliação Institucional da educação brasileira, com vistas a propor diretrizes para implementação de uma outra política que assegure o padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais, respeitada sua autonomia;

2. Revogar, imediatamente, a Lei 9.131/95, que criou o Exame Nacional de Cursos (“Provão”), substituindo este exame por processos de avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os setores envolvidos e tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição;

3. Revogar o Decreto 3.860/01, as Portarias Ministeriais 1465/01, 1466/02 e 2402/01 e a Medida Provisória 2143-35/01, que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos em instituições, autorização para expansão de vagas e outras providências;

4. Suspende, de imediato, a criação de novas Instituições de Ensino Privadas e a autorização de novos cursos bem como iniciar o processo de revisão das autorizações de cursos e do credenciamento das referidas Instituições desde 2000;

ALFABETIZAÇÃO

1. Desenvolver uma política permanente de alfabetização de jovens e adultos, evitando ações pontuais, esporádicas, de caráter compensatório - utilizando, para tanto, todos os recursos disponíveis do poder público, das universidades, das entidades e das organizações da sociedade civil;

EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

1. Revogar, em caráter de urgência, o Decreto 2208/97 e toda a legislação que consolidou a Reforma do Ensino Técnico, com **imediato retorno** do ensino técnico de nível **médio integrado** (formação profissional integrada a educação geral) aos CEFETs (antigos e novos), aos colégios técnicos e agrotécnicos e às escolas técnicas, até que seja organizada uma nova reforma para a rede de educação técnica e tecnológica, com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnico- administrativos;

2. Definir, no prazo de um ano, nova proposta de educação profissional, vinculada ao ensino regular, não dualista, para discussão com a sociedade, estabelecendo-se, posteriormente, metas e prazos para a sua implantação.

II. Gestão Democrática da Educação

AÇÕES IMEDIATAS

1 – Revogar imediatamente a Lei 9192/95, que disciplina a escolha de dirigentes universitários, bem como a Lei 9394/96, no artigo que trata da matéria, garantindo eleições, no mínimo, paritárias e participativas nos processos de escolha de dirigentes, homologando o resultado no âmbito da instituição de educação superior;

2 – Garantir a realização de eleições diretas e, no mínimo, paritárias de dirigentes das unidades escolares, com a participação de todos, de acordo com seu projeto político-pedagógico e administrativo, amplamente divulgado aos interessados;

3 - Garantir a representação paritária, nos órgãos e colegiados decisórios das instituições de educação superior, dos diversos segmentos que compõem a comunidade universitária;

4. Revogar a permanência de dirigentes prevista nos recentes decretos de criação de CEFETs;

5 – Desencadear um processo de formulação de uma nova legislação educacional, em especial a LDB e o PNE.

III. Financiamento da Educação

AÇÕES IMEDIATAS

1. Implementar aumento progressivo de gastos públicos com educação para, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vistas ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira;

2. Cumprir o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, e investir 18% dos recursos advindos da receita da União, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) e, nos casos de estados e municípios, 25% das suas receitas;

3. Derrubar os vetos à Lei 10.172, de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação atualmente em vigor;

4. Ampliar os investimentos para desenvolvimento em ciência e tecnologia, fortalecendo os núcleos de pesquisa e garantindo o reajuste (aos níveis de 1995) das bolsas de iniciação científica, de pesquisa, de pós-graduação, do Programa Especial de Treinamento (PET) e do PICDT (com a imediata suspensão do PQI);

5. Promover ações objetivando o cumprimento das metas de atendimento, estabelecidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, em relação à educação infantil, fundamental, média e superior. Para tanto, introduzir previsão pertinente na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na revisão do Plano Plurianual (PPA), destacando os seguintes aspectos:

a) superar o atraso educacional pagando a dívida social, bem como implementar adequada manutenção e desenvolvimento da educação escolar em todos os níveis e modalidades;

b) universalizar o atendimento à demanda de pré-escola (4 a 6 anos) e expandir a oferta de vagas em creches (0 a 3 anos), acompanhando o crescimento populacional e suprimindo, gradativamente, o déficit acumulado, inclusive aos/às portadores de necessidades educacionais especiais;

- c) *Instituir creches nas escolas públicas, inclusive para filhos de trabalhadores/as em educação do próprio estabelecimento;*
- d) *Habilitar os trabalhadores/as em educação, condicionando o ingresso de novos/as profissionais à titulação mínima prevista em lei;*
- e) *Implantar uma política de expansão que assegure, na rede pública, a universalização do atendimento à demanda do ensino fundamental, inclusive aos jovens e adultos/as e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;*
- f) *Garantir as adequações necessárias ao atendimento de qualidade aos alunos/as de cursos noturnos e aos/às portadores/as de necessidades educativas especiais;*
- g) *Estabelecer programas de educação de jovens e adultos/as de modo a cumprir o princípio constitucional que garante o direito à educação, incluindo a formação profissional;*
- h) *Garantir a expansão do ensino médio e da educação profissional, também no turno noturno, de modo a atender à demanda reprimida, aos estudantes trabalhadores/as e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;*
- i) *Melhorar as condições de ensino e aprendizagem das escolas de nível médio, equipando-as com laboratórios adequados;*
- j) *Ampliar a oferta de ensino superior de modo a atender a 40% da faixa etária de 18 a 24 anos, inclusive aos/às portadores/as de necessidades educativas especiais, também, em horário noturno, para incluir a população trabalhadora;*
6. *Garantir a fiscalização social dos recursos da educação;*
7. *Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados/as (com paridade de remuneração) e pensionistas, não como verbas de manutenção e desenvolvimento do ensino;*
8. *Providenciar o imediato preenchimento das vagas de pessoal (docente e técnico-administrativo) e expansão do quadro das instituições federais de ensino;*
9. *Desprivatizar a educação pública mediante a implementação, entre outras, das seguintes medidas:*
- a) *Revisão dos contratos (nacionais e internacionais) para implementação de programas educacionais, iniciando com os referidos na “Agenda 100 do Ministério da Educação”;*
- b) *Revisão e controle dos empreendimentos regidos pela lógica de mercado nas instituições públicas de educação como, por exemplo, entre outros, as fundações privadas;*
- c) *Revisão das transferências de recursos públicos a instituições privadas, em prejuízo do desenvolvimento da educação pública;*
- d) *Revisão dos dispositivos legais que favorecem a privatização da educação brasileira, dentre os quais, as normas para autorização e reconhecimento de cursos e para credenciamento de instituições de educação superior, formuladas pelo Conselho Nacional de Educação;*
10. *Aprovar um Plano Nacional de Assistência Estudantil, com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, conforme a página 148 do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira: “Implementar políticas públicas adequadas que facilitem o acesso ao ensino superior dos segmentos da população vítimas da exclusão social. Garantir reais condições de desenvolvimento acadêmico ao estudante universitário, mediante recursos e mecanismos que assegurem condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo àqueles que deles necessitem”.*
11. *Implementar, imediatamente, o piso salarial profissional, nacionalmente unificado, para os/as trabalhadores/as em educação, de valor compatível com os dispositivos constitucionais específicos, a partir da formulação proposta no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, página 138: “Para esse nível de ensino foi previsto, como parâmetro, um custo/aluno/a-ano equivalente a U\$ 1.000,00 (por simplificação), que é o valor gasto pelos municípios que oferecem um ensino de melhor qualidade. Esse valor de custo/aluno/a propiciaria um pagamento de um salário médio de um professor de U\$ 1.000,00 para uma jornada em sala de aula de 20 horas por semana (40 semanas/ano). Considerando-se uma estrutura de carreira em que o salário final atinja, no máximo, duas vezes o salário inicial, este valor médio propiciaria um piso salarial profissional em torno de U\$ 700,00 para a mesma jornada.*

IV - FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO

AÇÕES IMEDIATAS

1. Aprovar o PDL 385/2000, que restabelece o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação, e revogar os Decretos 3.276/99 e 3.462/2000 assim como todas as Resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET;

2. Garantir que a formação inicial dos/as trabalhadores/as em educação seja realizada nas universidades, para que ocorra em patamar de qualidade social, política e pedagógica, sustentada pela indissociabilidade das funções de pesquisa, ensino e extensão e pela interação entre teoria e prática.;

3. Rediscutir as diretrizes curriculares dos cursos de formação de trabalhadores/as em educação tomando como referência as propostas definidas no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, com ênfase para:

⇒ a docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao trabalho pedagógico;

⇒ o trabalho pedagógico como foco formativo;

⇒ a sólida formação teórica em todas as atividades curriculares, nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos;

⇒ a ampla formação cultural;

⇒ a criação de experiências curriculares que permitam contato dos futuros profissionais com a realidade da escola, desde o início do curso;

⇒ a incorporação da pesquisa como princípio formativo;

⇒ a possibilidade de vivência, pelos futuros profissionais, de formas de gestão democrática;

⇒ o desenvolvimento do compromisso social e político da docência;

⇒ a reflexão sobre a formação para o magistério;

⇒ A realidade da prática educativa, particularmente aquela que ocorre nas escolas públicas de Educação Básica, deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades curriculares na formação profissional básica e continuada.;

4. Implementar programas de educação a distância como suplementares à formação do magistério, vinculados às Universidades, cujo desenvolvimento pressupõe, por parte da Instituição de Educação Superior, a predominância da educação presencial;

5. Garantir que a formação profissional continuada, exigida pela LDB para docentes, seja, no caso das instituições particulares de ensino, de inteira responsabilidade do empresariado da educação, sem quaisquer ônus ou perdas para os/as professores/as, independentemente da IES escolhida (pública ou privada) para a realização do programa de formação;

6. Garantir que a formação continuada de trabalhadores/as da educação, (docentes e técnicos-administrativos) seja, no caso das Instituições Públicas de Ensino, de inteira responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, em cuja atuação deve incluir a coordenação e o financiamento dos programas, a sua manutenção como ação permanente e a busca de parcerias com Universidades e Instituições de Ensino Superior (IES), preferencialmente públicas.;

7. Garantir, que os/as professores/as de Educação Infantil possuam formação específica em nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia;

8. Garantir que todos/as os/as professores/as das séries iniciais do Ensino Fundamental, em quaisquer modalidades (educação especial, ensino supletivo, educação de jovens e adultos etc.), possuam formação específica em nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia;

9. Garantir que todos/as os/as professores/as da Educação Básica (infantil, fundamental e média), em quaisquer modalidades (educação especial, ensino supletivo, ensino técnico, educação de jovens e adultos etc), possuam formação específica de nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena, nas áreas de conhecimento em que atuam.;

10. Garantir, já a partir de 2003, que os sistemas estaduais e municipais de educação mantenham programas regulares de formação continuada de professores/as alfabetizadores/as, contando, para tal, com apoio das Universidades sediadas nas respectivas áreas geográficas;

11. Ampliar o número de Cursos de Licenciatura, em especial de cursos noturnos, e o número de vagas para os respectivos cursos, nas universidades públicas;
12. Consolidar e desenvolver a pós-graduação e a pesquisa nas IES, mantendo fluxo contínuo de trabalhadores/as em educação (docentes, técnicos-administrativos) em capacitação;
13. Consolidar e desenvolver os programas de pós-graduação e pesquisa em educação, como centro irradiador da formação do/a trabalhador/a em educação, para todos os níveis e modalidades educacionais;
14. Implantar, no prazo de um ano, planos de carreira e de formação para profissionais do magistério, em todos os níveis e modalidades de educação, com garantia de recursos;
15. Implantar, no prazo de um ano, planos de carreira e de formação para o/a trabalhador/a em educação que atuam em áreas técnica e administrativa, em todos os níveis e modalidades de ensino, com garantia de recursos.”

Está, pois, registrada, perante a base social do ANDES-SN, em especial do conjunto de participantes do 23º CONGRESSO, com as transcrições, a variada gama de situações em que as propostas do Movimento Docente, representado pelo Sindicato, chegaram ao Ministério da Educação, tanto por meio de documentação como em interlocuções face a face. Note-se que, nessas diferentes situações, com diferentes agentes envolvidos, foram apresentadas propostas e reivindicações recorrentes, na área de política educacional e no âmbito de instituições e entidades da sociedade civil que as subscrevem.

Passado um ano, o Ministério da Educação não apenas desconsiderou as propostas defendidas e apresentadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como vem implementando uma série de medidas que têm aprofundado a política neoliberal implementada pelo ministro Paulo Renato, do governo anterior.

Em relação ao financiamento da educação, foram mantidas a política de corte de verbas tanto para a educação básica - com o não-cumprimento da lei do FUNDEF cujo valor custo-aluno-ano do ensino fundamental deveria ser na ordem de R\$ 900 e não se chegou nem a R\$500 como para as IFES - que tiveram um corte de 17% no orçamento em relação ao ano anterior recebendo em 2003 apenas R\$ 551 milhões ou 0,46% do PIB enquanto que as IES privadas além de receberem empréstimos subsidiados do BNDES para sua expansão, receberão somente do FIES - Orçamento 2004 – o montante de R\$ 829,2 milhões com um aumento de 23% em relação a 2003. Em 2003, o governo Lula cortou R\$ 4,9 bilhões de verbas para a educação e pagou cerca de R\$ 145 bilhões aos cofres do FMI. O governo não apenas manteve a Desvinculação das Receitas da União-DRU, que retirou em 2003 cerca de 3,6 bilhões da educação para pagamento de juros da dívida, como pretendia estendê-la aos estados e municípios na reforma tributária felizmente barrada no Congresso Nacional.

Iniciando o novo governo, os primeiros ataques ao Movimento Docente começaram a ser desferidos, ainda não oriundos do MEC, mas de outros recantos do novo governo, o mais contundente deles foi a proposta de reforma da Previdência, com sérios desdobramentos para a política educacional e para o conjunto de trabalhadores(as) em educação, tanto no setor público como no privado.

Durante o primeiro semestre de 2003, o MEC acenou com algumas tímidas iniciativas como, por exemplo, a proposta de livrar a educação brasileira dos “entulhos autoritários”, que acabou sendo engavetada na Casa Civil, e a de realizar uma conferência nacional de educação cuja grande meta seria a definição e a constituição do **Sistema Nacional de Educação**, que, por outros e graves motivos, resultou adiada para 2004. Ou a estranha proposta da SEMTEC (Secretaria de Educação Média e Tecnológica), em abril, de se debater a criação de um **conselho de educação profissional e tecnológica**, antes de se discutir as atribuições e composição do atual Conselho Nacional de Educação, ou o próprio Sistema Nacional de Educação.

Na órbita do MEC, apenas o **seminário do INEP sobre avaliação**, em abril de 2003, teve alguma repercussão significativa mas, ao mesmo tempo, causou estranheza ter sido a avaliação – e não a organização da educação brasileira - o tema do primeiro evento promovido pela nova equipe do MEC, envolvendo um debate com a sociedade. O ANDES-SN participou desse debate, representado pelo GTPE, que apresentou tanto as análises acumuladas pelo ANDES-SN sobre o tema como os elementos que foram construídos, ao longo dos anos, como subsídio às mudanças para a política de avaliação do MEC.

Um subproduto desse seminário foi a constituição da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, cuja produção final foi o documento intitulado SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES, que em ampla medida convergia para o quadro conceitual em que temos debatido o tema avaliação. Todavia, um exame das formas operacionais e materiais desse

modelo revelou continuidade das políticas heteronômicas, introduzidas na década de 90, as quais se valem da avaliação para conformar o sistema educacional a preceitos utilitaristas. Para a superação da dicotomia entre os ideais proclamados e as medidas objetivamente preconizadas no SINAES, seria necessária a sua inserção, ou pelo menos a inserção de seu debate, no escopo da política para o ensino superior em curso. Ao lado disso, pode-se concluir que a gestão desse sistema caracterizar-se-ia pela concentração de poder visto que a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES seria constituída por 12 membros, sendo quatro estritamente de esferas governamentais e oito nomeados pelo Presidente da República, pelo que o art. 207 da Constituição Federal estaria, na prática, revogado, e as universidades públicas perderiam sua posição de protagonista desse processo, a despeito do discurso democratizante do documento. O questionamento do ANDES-SN quanto ao modelo proposto foi amplamente divulgado num manifesto, sob o título **A POSIÇÃO DO ANDES-SN EM RELAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES**, em novembro de 2003.

Por razões pouco esclarecidas, o trabalho da Comissão Especial de Avaliação Superior e o SINAES caíram no ostracismo e foram, rapidamente, substituídos pelo Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior – IDES, datado de 2 de dezembro de 2003, com novo enfoque conceitual geral, mais limitado e limitante, com um guarda-roupa novo para o velho “provão” e uma preocupante inclusão explícita do favorecimento da relação público-privado no tópico avaliação da responsabilidade social da instituição. Isso tudo e mais o mesmo padrão centralizador e autoritário de gestão de sistema, que já havia sido criticado no SINAES, ainda que mantendo a participação da comunidade acadêmica da IES nas comissões locais, denominadas Comissões Próprias de Avaliação - CPA.

Com poucas alterações substantivas, o IDES transformou-se no Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES, instituído pela Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003. As IES terão noventa dias para constituir suas CPA e dar início às medidas organizativas destinadas à implementação de um modelo heteronômico de avaliação institucional, que desrespeita a autonomia universitária. A mesma autonomia universitária constitucionalmente estabelecida que, em documentos e ações parlamentares, o Partido dos Trabalhadores se comprometeu a defender e preservar.

O primeiro grande ataque desferido pelo MEC contra os profissionais da educação surgiu, de fato, com a Portaria nº 1403, de 9 de junho de 2003, que implanta o **Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores**, a criação do Exame Nacional de Certificação, para professores da Educação Básica e para estudantes dos cursos de licenciatura, fundamentado nas chamadas Matrizes de Referência do Exame, e introduzindo um procedimento de premiação e punição derivado do resultado no exame. A primeira resposta do ANDES-SN a essa política, que atinge os sindicalizados da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, se deu como Moção de Repúdio do 46º CONAD. O pleno nacional do GTPE debateu o tema, produziu um documento analítico – *Formar ou Certificar? – muitas questões para reflexão* - que, posteriormente, foi apresentado ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que o adotou, com pequenos ajustes para abrigar outras entidades representativas de docentes e estudantes, e o publicou para distribuição aos participantes do 1º Encontro Nacional do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores (10 a 12 de setembro, Brasília, DF). Por pressão das entidades do fórum, esse encontro se transformou em intenso embate entre essas entidades e a então Secretária de Educação Infantil e Fundamental – ex-presidente do ANDES-SN –, em cuja forma de condução dos trabalhos ignorou o fato de que mais da metade dos envolvidos nos seminários estaduais e municipais preparatórios do evento nacional recusou as Matrizes de Referência e o Exame Nacional de Certificação – o novo “provão” dos licenciandos brasileiros. A ex-secretária da SEIF admitiu, no máximo, adiar o Exame para meados de 2004; no mais, literalmente “tratorou” qualquer debate democrático ou encaminhamento diferente do seu, no que diz respeito à **FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. Basta dizer que o Edital nº 01/2003-SEIF/MEC foi exarado no dia 11 de novembro de 2003, segundo o qual estaria “(...) recebendo propostas de universidades brasileiras que possuam ou tenham interesse em constituir **centros de formação continuada, desenvolvimento de tecnologia e prestação de serviços para as redes públicas de ensino**, visando à integração da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, constituída no âmbito do Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica (...)”.

Assim é que, no campo da formação e profissionalização de professores, persiste intocada a política de Paulo Renato: aligeirada quanto à duração; reducionista e tecnicista nos conteúdos (focados nas Diretrizes e nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, agora, nas Matrizes de Referência); ministrada predominantemente por meio da metodologia do ensino a distância (o ex-ministro prometia a formação de 700 mil professores, a distância, quando da criação da UNIREDE); deslocada das faculdades e centros de educação para instituições criadas pela LDB, como os institutos superiores de educação e

seus similares de nomenclatura distinta, e outras IES, competentes na formação profissional de alto nível, mas sem qualquer tradição de formação de docentes; e, também, preferencialmente, para o setor privado. A qualidade do ensino, na Educação Básica, corroída por décadas de reformas de inspiração estrangeira, poucos investimentos e desvalorização dos trabalhadores em educação, tende a se deteriorar e a exigir renovação da resistência de todos os docentes.

Com relação à questão da **CAPACITAÇÃO DOCENTE**, no nível de **PÓS-GRADUAÇÃO**, cabe lembrar que, no início de 2003, já no governo Lula, o ANDES-SN reivindicou, em documento anteriormente citado neste texto¹¹⁴, como ação imediata do novo governo, “a *ampliação dos investimentos para o desenvolvimento em ciência e tecnologia, fortalecendo os núcleos de pesquisa e garantindo o reajuste (aos níveis de 1995) das bolsas de iniciação científica, de pesquisa, de pós-graduação, do Programa Especial de Treinamento - PET e do PICDT e a suspensão do PQI*”. Em audiência com o então presidente da CAPES e assessores, o ANDES-SN criticou o Programa de Qualificação Institucional - PQI, indagando qual seria a proposição daquela instituição quando à questão da qualificação docente. Naquele momento, o que se ouviu dos representantes da CAPES foi que ainda estavam inteirando-se da situação, ouvindo vários segmentos das instituições de ensino superior para avaliar de forma mais precisa os programas de capacitação, pois alguns segmentos, diferentemente do ANDES-SN, afirmavam que o PQI apresentava elementos positivos a mais que o PICDT. A tendência existente na CAPES era a de apresentar um programa intermediário que conciliasse as características positivas do PICDT e do PQI. Sobre a necessidade de reajustar as bolsas, havia um reconhecimento da defasagem de seus valores, mas a CAPES não havia ainda definido uma proposição de reajuste. Em outra audiência com o ministro e secretários da SESU, SEMTEC e CAPES, a única novidade na CAPES foi o anúncio de revogação da portaria que instituíra o limite da aposentadoria voluntária como critério para a concessão de bolsas de capacitação docente, com o critério passando a ser o da aposentadoria compulsória (70 anos), com isso o limite para a bolsa de pós-graduação passaria a ser a idade de 56 anos. Quanto ao PQI, afirmou-se que o programa estava em marcha e que não poderia ser interrompido de imediato, mas que estava sendo estudada uma nova proposta para a capacitação docente, a ser discutida com a comunidade acadêmica. Essa audiência ocorreu em maio de 2003. De lá para cá, houve poucas mudanças: a saída de Carlos Roberto Jamil Cury da presidência da CAPES e, em setembro, a nova regulamentação do **PQI**. O PICDT, cujo restabelecimento era reivindicado pelo ANDES-SN nos documentos já mencionados, não voltou ao debate e não houve, não há, oficialmente, perspectiva visível de seu restabelecimento no curto prazo. O PQI permanece, até o momento, como o principal programa de qualificação docente, no nível de pós-graduação.

Quanto à **REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**, as primeiras grandes preocupações do ANDES-SN se instalam com os anúncios iniciais do Seminário Nacional “Universidade: por que e para que reformar?” e, mais ou menos na mesma época, com o recebimento, pelo Sindicato, de e-mail de técnicos da organização não-governamental internacional ORUS (Observatório das Reformas Universitárias), cujo comitê científico é presidido pelo senhor Edgar Morin, bastante conhecido no meio acadêmico, convidando ao diálogo com vistas à reforma universitária que estavam assessorando. As diretrizes de discussão e a linha política que esse seminário adotaria já estavam contempladas no texto “A Universidade numa Encruzilhada”, apresentado pelo ministro Cristovam Buarque à Conferência Mundial de Educação Superior + 5, realizada em Paris (França), de 23 a 25 de junho de 2003. O seminário teve lugar de 6 a 7 de agosto, em Brasília, no auge das manifestações de protesto, em todo o país, contra a reforma da Previdência, coincidindo o 1º dia do seminário com a Grande Marcha, em Brasília. Cada entidade sindical e acadêmica convidada, entre elas o ANDES-SN, disporia de 5 minutos para expor a sua visão política sobre a educação superior e a reforma universitária, e para comentar as falas de 3 conferencistas – um “inequívoco incentivo” do MEC à participação. Apenas um militante, formalmente inscrito, compareceu ao evento (centenas de outros, presentes em Brasília, se mantiveram na marcha), com a tarefa de distribuir uma tiragem de 1000 cópias do texto produzido pelo pleno nacional do GTPE – *Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social*, imediatamente enviado às seções sindicais. Desse seminário surgiram os primeiros indicadores claros de que qualquer reforma universitária que viesse a ser proposta pelo MEC estaria em rota de colisão com os princípios e diretrizes que o 46º CONAD acabara de aprovar, na edição revista, ampliada e atualizada da *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira* (Cadernos ANDES, nº 2. Vitória (ES), 2003). Na verdade, entre agosto e dezembro de 2003, o governo federal indicou, em larga medida e com razoável clareza, os rumos que daria à educação superior.

No dia 20 de outubro de 2003, instalou-se profunda indignação em toda a base social do ANDES-SN, ao ver publicado o decreto presidencial criando o Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de

¹¹⁴ . Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: *Propostas Emergenciais para a Educação Brasileira*. Brasília (DF), fevereiro/2003.

analisar a situação atual das universidades e apresentar plano de ação, desenvolvimento e democratização das instituições federais de ensino superior, para estabelecer medidas que visem à adequação da legislação relativa às IFES, inclusive no que diz respeito a aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, à qualidade dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho. A par do autoritarismo do instrumento escolhido – um decreto - para dar início a procedimentos voltados para a reforma das universidades brasileiras, as atribuições ali definidas representam uma séria ameaça à autonomia universitária estabelecida na Constituição Federal. Os (as) delegados(as) ao 47º CONAD (Natal (RN), 31 de outubro a 2 de novembro de 2003) discutiram o tema, estimulados pelos textos de apoio e de resolução nº 31 (Reforma Universitária: autoritarismo nos primeiros passos), subscreveram moção de repúdio a essa iniciativa e colocaram-se, desde então, em total alerta, na expectativa das orientações que esse GT produziria, nos sessenta dias de que disporia para seu trabalho. Isso indicava total necessidade de grande e permanente mobilização, a ser intensificada em janeiro de 2004. É essencial registrar-se que o GT Interministerial, oficialmente coordenado pelo ministro da Educação, como consta do decreto, na verdade teve seus trabalhos conduzidos pelo chamado “núcleo duro” do governo, constituído pela Casa Civil e pela Secretaria Geral da Presidência da República, além do ministro da Fazenda. Tem-se observado que o MEC, como o MCT e os órgãos de fomento, desempenha papel secundário nas dinâmicas decisórias do governo Lula.

Com a criação do Grupo Interministerial, o Ministro Cristovam foi “forçado” a cancelar a CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO prevista para novembro de 2003, com as inscrições dos participantes já efetivadas.

Em coerente seqüência lógica, um mês depois, o Seminário Internacional Universidade XXI (Brasília (DF), 25 a 27 de novembro de 2003), promovido numa parceria entre o governo brasileiro e agências internacionais [BM, OEA, OEI -(Organização dos Estados Ibero-Americanos), UNESCO, Universidade das Nações Unidas - UNU, Conselho Britânico e Rede ORUS], reafirmou os princípios definidos no já citado texto do ministro Cristovam Buarque, apresentado à UNESCO, fundado naquelas orientações, e coloca em destaque a participação da ORUS, com seu documento-chave – *O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025 – uma abordagem exploratória*¹¹⁵. Esse grupo se propõe a construir um falso consenso, ao enfatizar um padrão de discurso destinado a legitimar as mudanças que estão por vir, a se cumprirem as indicações daquela ONG. Nesse documento da ORUS, como em vários outros apresentados ao seminário, o *discurso* é o da globalização solidária, enquanto sugerem ações voltadas para a adaptação das universidades à globalização econômica e à lógica mercantilista, à internacionalização das instituições e seus programas, à transitoriedade do conhecimento – o qual, visto como outra mercadoria qualquer, tem “prazo de validade” – o que serve de justificativa ao deslocamento e desmembramento dos conteúdos curriculares e de pesquisa bem como à redução do tempo de formação universitária. Idéia essa, aliás, claramente ilustrada pelo então ministro Cristovam, na abertura do seminário: “Para que gastar 4 anos para formar um professor de Geografia, se a geografia, em menos de 10 anos, muda?”.

Ao final do Seminário Universidade XXI, organizado em torno de quatro eixos temáticos – *A Sociedade e a Reinvenção da Universidade; O Estado e a Reinstucionalização da Universidade; Universidade e Mundo: Globalização solidária do conhecimento; e Produção, Partilha e Apropriação do Conhecimento*, foram assinadas a “Declaração de Brasília”¹¹⁶ e a “Carta aos Jovens de Todo o Mundo”¹¹⁷, ambas convenientemente genéricas e que, colocadas à disposição dos interessados para contribuições, na página do MEC na Internet, poderão admitir uma variedade de alterações. Cabe **alertar**, todavia, para os sete “pontos fundamentais para a universidade contemporânea”, que transcrevemos a seguir e que, em sua ambigüidade e contradições, em relação ao teor substantivo dos documentos do seminário, certamente encontrarão ressonância em orientações governamentais futuras, em particular nos trabalhos do GT Interministerial para a Reforma Universitária.

“1) Preservação dos princípios de autonomia universitária, gratuidade do ensino público e de educação como bem público;

2) Caracterização da universidade como o lugar privilegiado para o exercício da dúvida, da discussão, da rebeldia, da crítica e de liberdade para a definição da cultura de paz e de afirmação dos Direitos Humanos;

3) Responsabilidade com a formação não apenas técnica mas também ética e humana;

4) Definição clara de um projeto de autonomia para a universidade que fortaleça seu compromisso e sua responsabilidade social e o reconhecimento à diversidade étnica e cultural. Autonomia para

¹¹⁵ Disponível, com outros textos e documentos, na página www.mec.gov.br

¹¹⁶ Idem

¹¹⁷ Idem

o exercício das funções acadêmicas, que possibilite a adequação das funções da universidade às peculiaridades regionais, confirmando o seu papel de agente de desenvolvimento social.

5) Caracterização de um Sistema de Educação Superior, organicamente articulado com os demais níveis de ensino, tendo como fundamento a instituição universitária, e que assegure acesso a segmentos que tradicionalmente estiveram fora do ensino superior.

6) Introdução na educação superior de “saberes não convencionais”, das novas tecnologias de informação e de comunicação e de busca por novos formatos de sustentabilidade, entendendo-se que cabe ao Estado a maior responsabilidade pelo financiamento, pois a educação, e do mesmo modo a educação superior, não é uma mercadoria mas um bem público e um direito do cidadão.

7) Fortalecimento do caráter público das universidades, estatais ou particulares. A educação de qualidade deve ser oferecida igualmente, a todos, sem distinção de classe, gênero, etnia ou região.”

Nesse seminário, foram anunciadas a criação do Programa Universidade Milton Santos (para alunos africanos estudarem no Brasil com bolsas de estudos oferecidas pelo governo brasileiro) e a Universidade de Integração Regional com sede no Rio de Janeiro, que terá a finalidade de integrar os povos sul-americanos.

Em relação à educação profissional e tecnológica, em dezembro de 2003, o MEC elaborou a Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, que incorpora em seu texto fragmentos da concepção do Movimento Docente para a educação pública brasileira, porém não-ancorados pelos fundamentos éticos e políticos que sustentam a proposta do ANDES-SN. São muitas as contradições entre o que se propõe e o modo como se pretende fazer. Ao mesmo tempo em que se considera que a responsabilidade pela educação profissional é da União, estados e municípios, propõe-se “mobilizar esforços para a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (FUNDEP), constituído pelas atuais fontes de financiamento e criação de outras extraídas de fundo e programas já existentes (ex: Setoriais, Exportação, BNDES, etc.)”. Ora, responsabilidade, neste caso, pressupõe financiamento, que depende de um sistema de dotação orçamentária global como instrumento garantidor da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita. Sobram experiências desastrosas na educação, na ciência e tecnologia decorrentes da utilização de fundos como forma de financiamento.

A proposta expõe outra grave contradição ao fazer a crítica ao Decreto 2.208/97, apontando os impactos negativos que este trouxe para a educação técnica e tecnológica na medida em que tinha como objetivo adaptar a educação profissional à funcionalidade da produção capitalista com cursos aligeirados, segmentados e de cargas horárias mínimas ou insuficientes para garantir uma aprendizagem restrita a uma tarefa específica amparada no mito da empregabilidade, ao mesmo tempo em que não rompe com a concepção que fundamentou o decreto, pois, embora permita o retorno do ensino técnico integrado, também admite o ensino profissional desvinculado da educação propedêutica voltado para o atendimento das exigências imediatas do mercado. A leitura atenta da proposta evidencia o intuito de continuar concebendo a educação a partir da lógica dicotômica segundo a qual a educação propedêutica e a profissional destinam-se a classes sociais diferentes pelo que não precisam se integrar: uma forma, a outra profissionaliza. Daí a estreita parceria da educação profissional privada com as instituições públicas de educação técnica e tecnológico ao ponto de existirem conselhos empresariais na maioria das instituições da rede federal de ensino profissional, previstos nos estatutos dessas instituições, que são tidos pelo MEC como modelo a ser adotado em todos os centros federais de educação tecnológica.

Cabe lembrar que, em dezembro de 2003, a SEMTEC/MEC apresentou uma proposta de estatuto único para os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, ferindo a autonomia que lhes é conferida pela condição de Autarquia de Regime Especial e desrespeitando o princípio de gestão democrática defendido pelo ANDES-SN. Com isso, ignora-se o fato de cada instituição guarda especificidades determinadas por sua trajetória histórica, localização geográfica e opção política acadêmica e que a estrutura normativa de cada uma delas deve manter profunda identidade com essas especificidades. Essa medida transfere para o Conselho Nacional de Dirigentes dos CEFETs - CONCEFET o poder de formular regimentos e estatutos para os CEFETs, o que é atribuição legítima da comunidade acadêmica de cada instituição.

Em 4/12/03, o ANDES-SN encaminhou moção à SEMTEC/MEC repudiando a proposta de estatuto único para os CEFETs. A seguir teve audiência com o secretário da SEMTEC/MEC, professor Antônio Ibañez Ruiz, que se comprometeu a rever a medida, porém, até o momento, não foi comunicada nenhuma decisão oficial sobre o assunto.

No que se refere aos centros universitários, merece registro: depois de meses fazendo a apologia de um modelo de universidade e de educação superior claramente privatista, o ministro Cristovam conseguiu, no início de dezembro/2003, um acordo para tentar pôr fim à disputa que se instalou, ao longo dos últimos anos, entre as universidades e os centros universitários, ambos do setor privado, estes últimos marcando a vertiginosa expansão da educação superior particular (74 centros foram criados desde 1997, enquanto o número de universidades permaneceu o mesmo – 84 – no período. Em São Paulo, já existem mais centros universitários privados – 31 – do que universidades privadas – 30), com significativo grau de autonomia, sem que lhes sejam exigidas as contrapartidas demandadas às universidades. Essa disputa nitidamente comercial ganhou as manchetes dos principais jornais do país e minutos extras nos noticiários da TV, exatamente depois de o ministro José Dirceu haver “dado o tom” do processo previsto para a reforma universitária – “o pau vai comer” – e de o ministro Cristovam haver declarado que a “revolução no ensino superior em 2004 será feita com discussão ampla e democrática do governo com a sociedade”. Essa diferença de tom, entre os dois ministros, tinha como objeto central a questão da autonomia universitária, foco, também, do trabalho do GT Interministerial. No bojo das muitas entrevistas à imprensa, surgiu a seguinte informação: *“Quatro pontos sustentam praticamente a proposta do governo: uma radiografia da situação financeira das universidades públicas, apontando soluções para esse grave e crônico problema; proposta de mais autonomia para as universidades; novas regras de avaliação já divulgadas e, finalmente, o projeto de reforma em si, com um cronograma de mudanças que poderão ser colocadas em prática gradualmente a partir do segundo semestre de 2004.”* (Diário de São Paulo, 06/12/2003).

A grande marca, no final de 2003, do que, efetivamente, poderá ocorrer nos próximos anos, foi a **proposta orçamentária para 2004**, cuja discussão foi iniciada em setembro. Se era até possível entender a parcimônia de recursos para a educação, nos seus diversos níveis e modalidades, e nas três grandes rubricas – pessoal, investimentos e manutenção -, por estar o governo Lula executando uma peça orçamentária de autoria do governo FHC, tal compreensão se dissolve com a constatação de que a política de financiamento da educação permanecerá a mesma, dadas as linhas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as propostas do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007 e, mais especificamente, o Projeto de Lei Orçamentária para 2004 – mantém-se o velho mote: tudo pelo ajuste fiscal. Isso, sem falar das nefastas implicações das reformas tributária, trabalhista e sindical, que, junto com a reforma universitária, freqüentarão os pesadelos da classe trabalhadora brasileira, em geral, e da categoria docente, em particular, a partir de 2004.

Finalmente, vale citar a I Carteira de Projetos de Parceria Público-Privada (PPP), que na sua página introdutória anuncia: *“A parceria público-privada é instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. Após o estudo minucioso da legislação e experiência internacionais, o Governo Federal preparou e encaminhou ao Congresso projeto de lei que instituiu normas gerais sobre a matéria. A preocupação com a responsabilidade fiscal e com as garantias ao parceiro privado do cumprimento do contrato fará da lei brasileira, após apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional, uma das mais modernas do mundo. Definidos os marcos regulatórios setoriais e reforçado o papel das agências reguladoras, estará completado o ambiente institucional necessário à retomada sustentável do investimento. Esse esforço adicional se soma à estabilidade econômica reconquistada pela sociedade brasileira graças aos sacrifícios feitos para a superação da crise do final de 2002.”* Em que pese essa I Carteira do PPP estar inteiramente voltada para o setor de infra-estrutura, há que se manter intensa vigilância sobre o assunto que, certamente, afetará a educação superior e o sistema nacional de ciência e tecnologia, a julgar-se pela linha de argumentação em voga para o estabelecimento dessas parcerias, inclusive internacionais, entre instituições de ensino e de pesquisa. Há toda uma sinalização de que as áreas sociais não estarão isentas de assédios, o que, de resto, já vem ocorrendo com a educação superior.

O ano de 2003, encerrou-se, pois, com o aprofundamento da indignação e o recrudescimento da revolta, geradas por todas as medidas de “lesa cidadania”, em geral, e “lesa educação”, em particular, anunciadas e/ou efetivamente implementadas por um governo que se autodenomina “democrático e popular”, que em seus documentos de campanha anunciava:

“(…) elaborar uma proposta no campo da Educação, Ciência e Tecnologia, dada a importância das áreas e seus impactos no futuro socioeconômico do país e na qualidade de vida do nosso povo. O objetivo é viabilizar uma proposta que dê conta da superação do atual precário estado desse campo de ação das políticas públicas que, em conjunto com as demais ações públicas, constituam-se em contraponto ao ideário neoliberal vigente e contribuam para a construção de uma nação soberana, sustentavelmente desenvolvida e socialmente justa. (...)”. (Programa de Governo do PT para o Brasil 2002. Área: Educação, Ciência & Tecnologia. Seminários Regionais: Caderno de Questões, Apresentação).

4. 2004 – A LUTA CONTINUA!

Como anunciado desde a introdução deste texto, o ano de 2004 iniciou-se com a reforma ministerial, que, num telefonema internacional, retirou do MEC o professor Cristovam Buarque, sendo seu substituto Tarso Genro, e o aprofundamento das medidas já analisadas, que renunciaram, em 2003, a definição das diretrizes da reforma universitária, constantes do documento do GT Interministerial.

Três linhas de análise, com diferentes graus de profundidade, devem ser aqui colocadas:

1ª) que avaliações podemos fazer, ao final de um ano, da perspectiva de implementação das reivindicações apresentadas ao MEC pelo ANDES-SN, seja como entidade independente seja como integrante de coletivos políticos mais amplos, em cotejamento com o que efetivamente foi realizado como ação de governo, em 2003, na área de educação?

2ª) que interpretações podemos dar às declarações, atribuídas ao presidente Lula, de que haveria um excesso de acadêmicos na condução do MEC e uma necessidade de se ter uma equipe de ação?

3ª) ante o documento do Grupo de Trabalho Interministerial, com seu diagnóstico e sua proposta para a universidade e a educação superior brasileiras, que avaliações e projeções podemos fazer e que encaminhamentos políticos se mostram necessários?

Considerados os três conjuntos de reivindicações apresentadas ao governo Lula pelo ANDES-SN como entidade sindical autônoma; pela CNESF, tendo o ANDES-SN como um de seus integrantes em função de sua ampla base social no serviço público federal; e pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no qual o Sindicato, além de compor a Secretaria Executiva Nacional, é uma das três entidades sindicais que congrega trabalhadores de instituições de educação superior – a avaliação que fazemos é de desvio, ou puro e simples abandono, dos compromissos assumidos. As ações que dão concretude ao discurso são conservadoras, freqüentemente repressoras, com preocupante potencial de exclusão e de favorecimento do setor privado.

Três frentes que sinalizaram ações com algum potencial de avanço – a avaliação na/da educação superior, a remoção do chamado “entulho autoritário” da legislação educacional e a reconstrução da educação profissional técnica e tecnológica – foram frustradas.

Mas a proposta de gestão do sistema mostrou-se centralista e antidemocrática, ao constituir a CONAES a partir de indicações ministeriais e presidenciais, sem o envolvimento democrático da comunidade universitária. E a proposta do SINAES teve vida curta: foi substituída, no dia 2 de dezembro de 2003, pelo IDES – Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior e, logo depois, pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES, instituído pela Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, com caráter centralizador e apresentado em tom altamente ameaçador e punitivo, recuperando o “provão” que o governo Lula se dizia decidido a extinguir.

A remoção do “entulho autoritário” da legislação educacional brasileira, que induziu expectativas de gestão democrática e de derrubada dos vetos ao PNE, foi apenas removida do MEC para instalar-se na Casa Civil, onde permanece intocada. As declarações do ministro José Dirceu, nos dois últimos meses, não sinalizam qualquer possibilidade na direção esperada; ao contrário, há pouco a se esperar de alguém que declara à imprensa que “o pau vai comer” por ocasião das disputas sobre a reforma universitária.

Quanto à recuperação e reconstrução da **educação profissional técnica e tecnológica**, o Decreto nº 2208/97 e outros instrumentos legais que o regulamentavam foram incluídos pelo ex-ministro Cristovam no “entulho autoritário” a ser removido. Esse, pelo menos, saiu do gabinete do ministro para a SEMTEC; propostas foram elaboradas e discutidas com as partes interessadas. Todavia, no que concerne à educação técnica e tecnológica, defendida pelo ANDES-SN, há áreas de conflito, no cotejamento com a proposta ministerial, como já analisado neste texto.

Em resumo, três expectativas, três frustrações, três campos para continuidade de diálogo, de negociação e de luta. Nada significativo ocorreu em relação a todos os demais itens apresentados ao governo, sejam os temas específicos da área educacional sejam os assuntos que têm interface com assuntos tratados em outros ministérios, na Mesa Nacional de Negociação Permanente, por exemplo. Em janeiro de 2004, o Movimento Docente enfrenta ameaças muito mais concretas de destruição de seu projeto para educação pública brasileira que em janeiro de 2003.

Que interpretações podemos dar às declarações atribuídas ao presidente Lula, referindo-se à substituição do ministro da Educação, de que haveria um excesso de acadêmicos e teóricos na condução do MEC e uma necessidade de se ter uma equipe de ação?

Na verdade, houve muito mais do que excesso de acadêmicos na mudança do ministro da Educação. Houve excesso de traços de personalidade forte, houve excesso de declarações extemporâneas e conflitantes com a linha do núcleo de governo, houve ... houve ... Nada relevante. Houve e há, na

verdade, uma lógica clara no conjunto da reforma ministerial: uma “dança das cadeiras”, de modo a acomodar o PMDB no governo e, em especial, o senador Amir Lando na Previdência; aproveitando o ensejo ou por necessidade estratégica, alguns dos “homens fortes” do governo Lula foram realocados para posições de onde farão implementar mais uma etapa do projeto do governo, agora para as áreas que, no próximo período, serão as “bolas da vez” - reformas trabalhista, sindical e universitária, que precisarão ser conduzidas da forma exemplar verificada na reforma da Previdência (como dizem os militares, em tempos de guerra, sem fazer prisioneiros) e, em alguma medida, na reforma tributária. Fora isso, houve órgão de imprensa afirmando que o presidente Lula teria afirmado apenas que queria colocar alguém sem vínculos acadêmicos no MEC. Colocou – alguém sem vínculos acadêmicos, mas com fortíssimos vínculos partidários.

O foco da atenção do ANDES-SN, neste momento e no próximo período, está obviamente na questão da **reforma universitária**. Ante o documento do Grupo de Trabalho Interministerial, com seu diagnóstico e sua proposta para a universidade e a educação superior brasileiras, que avaliações e projeções podem ser feitas e que encaminhamentos políticos se mostram necessários nessa nova conjuntura?

O novo ministro já deu posse ao grupo executivo (6/2/04) que ficará encarregado de apresentar um projeto de lei em 45 dias para a reforma da universidade, ou seja, até 22 de março, o grupo executivo apresentará um projeto de lei para a reforma universitária a ser encaminhado ao Congresso Nacional. E o ministro ainda tem a “*coragem*” de afirmar que a reforma da universidade será “**amplamente debatida**” pela sociedade. Em 45 dias? Com a maioria das instituições em recesso escolar? Incluindo ainda o feriado do carnaval?

Na prática, a dinâmica será a mesma que Tarso implementou à frente do Conselho - a do *simulacro da democracia* - ou seja, personalidades sem o aval das entidades do setor da educação serão convidadas a decidirem a política para as universidades brasileiras. Aliás, será mais grave, pois o grupo executivo é composto exclusivamente pelos novos integrantes da equipe do Ministério da Educação : Fernando Haddad – secretário executivo do MEC; Maria Eunice de Andrade Araújo – assessora especial do ministro; Jairo Jorge da Silva – chefe de gabinete do MEC; Ricardo Henriques – secretário Extraordinário Nacional de Erradicação do Analfabetismo; Nelson Maculan – secretário de Educação Superior; Ronaldo Mota – secretário executivo do Conselho Nacional de Educação; Jorge Almeida Guimarães – presidente da CAPES; Benício Schmidt – coordenador-geral de Cooperação Internacional da Capes; Antônio Ibañez Ruiz – secretário da Educação Média e Tecnológica. A professora Wrona Panizzi, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior fará o controle externo dos trabalhos. Aqui cabe alguns questionamentos: qual o significado de controle externo? Como será realizado? Será por meio dos seminários temáticos, já programados pela ANDIFES para discutir a reforma em todas as regiões do país? É importante que o Movimento Docente esteja alerta e que acompanhe esses seminários, pois não se deve esquecer que a ANDIFES, desde 1999, vem defendendo a regulamentação do art. 207 da CF/88 por meio de um projeto de lei orgânica de autonomia para as IFES cuja finalidade maior é a de liberar as universidades das “amarras legais” para captação de recursos no mercado¹¹⁸.

Todos os fatos que marcaram o decorrer do ano de 2003 evidenciam que o ritmo de urgência urgentíssima imprimido pelo MEC em reformar a universidade brasileira faz parte dos compromissos assumidos pelo governo Lula junto ao FMI e à Organização Mundial do Comércio – OMC. Autonomia universitária, padrões de financiamento, currículo e avaliação compõem a agenda central do debate da reforma.

Em relação à autonomia universitária, a pretensão do governo Lula (diga-se Organismos Internacionais) expressa no documento do grupo interministerial é sua “regulamentação” conjugada com financiamento com a finalidade de liberar as universidades das “amarras legais” que ainda são empecilhos para a livre captação de recursos no mercado. As universidades terão autonomia para “administrar seus **serviços, contratar e exonerar seu pessoal e decidir o seu plano de carreira**”. Esse é filme conhecido – o conteúdo é o mesmo da PEC 370/96 e de vários projetos de lei encaminhados pelo governo anterior ao Congresso Nacional e das várias versões do projeto de lei orgânica de autonomia das IFES elaborados pela ANDIFES, duramente combatidos pelo ANDES-SN. A manutenção do superávit primário de 4,25% do PIB impossibilita a expansão do fornecimento e manutenção da educação pública.

Outro eixo estruturante da reforma será a implementação do Sistema Nacional de Avaliação, cujas decisões serão centralizadas por uma Comissão Nacional constituída por sete membros escolhidos pelo governo – já em formação pelo novo ministro. É importante ressaltar que a finalidade da avaliação permanece a mesma do governo anterior – classificar instituições e cursos – para definir o futuro das

¹¹⁸ Sobre a análise da Lei Orgânica da Autonomia das Universidades ver: Caderno de Texto do 22º CONGRESSO do ANDES-SN – Texto da Diretoria sobre Política Educacional.

universidades. Por meio da avaliação os currículos serão reestruturados para se adequarem à “flexibilização” exigida pela “sociedade do conhecimento” com a finalidade de “melhorar a qualidade” e aumentar a “competitividade” para viver num mundo “globalizado sem fronteiras”, baseado na “livre concorrência” e na “competência científica”, ou seja, na competência em “aplicar as tecnologias” desenvolvidas no centro do capitalismo mundial. Como a produção do conhecimento novo não é necessária para os países de capitalismo dependente, o mercado – diga-se as empresas capitalistas - manterá vinculação estreita com as universidades, definindo os cursos, os currículos e o tempo da formação.

Com a reforma universitária, o governo pretende ainda expandir a oferta da educação superior - cuja meta é a de atingir 40% do total das matrículas no ensino superior, sem aumentar os recursos financeiros. A expansão dar-se-á pela combinação de: aumento da carga didática dos docentes, aumento do número de estudantes por turma e, principalmente por meio da educação a distância - EAD (cuja meta é a de dobrar o nº de matrículas). Para tanto, o MEC já elaborou um projeto de lei criando a Universidade Aberta do Brasil, que terá seu dirigente máximo e seu estatuto definido pelo Presidente da República. A expansão virtual se constitui numa das condições exigidas pela OMC para a inclusão da educação na agenda de serviços cujo prazo se esgotará em janeiro de 2005. As empresas educacionais estrangeiras estão ávidas para entrarem no mercado educacional brasileiro vendendo seus “pacotes tecnológicos” para a formação ideológica dos “profissionais” necessários para a nova sociedade do conhecimento.

Como se pode observar, o ano de 2004 exigirá muita mobilização para se organizar a resistência em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social contra a transformação da educação em mercadoria. Para tanto, o ANDES-SN está organizando várias ações em conjunto com outras entidades do setor da educação: a) realização do IV Encontro Unificado das entidades do setor federal de educação (FASUBRA, SINASEFE, UNE e UBES); b) realização do 5º Congresso Nacional de Educação, promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, cujo tema “Educação pública, gratuita e de qualidade social é direito de todos e dever do Estado – educação não é mercadoria”, terá por finalidade avaliar as políticas educacionais implementadas no país tendo como referência o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, que será decisivo para a organização da luta. Além desses eventos, o ANDES-SN vem realizando debates e seminários sobre a reforma universitária com vistas a informar e mobilizar a categoria para o enfrentamento com o governo.

Em consonância com o acima apresentado, e dando à questão da reforma universitária o destaque que a conjuntura exige, apresentam-se, adiante, os textos de resolução, para apreciação do 23º CONGRESSO.

TR - .20

1 Quanto à **reforma universitária** o 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN, em conjunto com suas seções sindicais e secretarias regionais:

1.1 denuncie no âmbito do Movimento Docente e à sociedade brasileira em geral, as características nocivas à educação superior pública, contidas no documento do Grupo de Trabalho Interministerial, a saber: aprofundamento dos processos de privatização e de procedimentos produtivistas; agravamento da precarização do trabalho docente; substituição de política salarial por política de gratificações; extinção da carreira única e da isonomia; fomento da diferenciação e da segmentação das instituições; diversificação das fontes de financiamento; expansão de vagas e cursos, tendo a educação a distância como mecanismo prioritário; e, especialmente grave, a instituição da autonomia financeira das IES públicas, entendida como captação de recursos, e a regulamentação das relações entre universidades e fundações de apoio;

1.2 reafirme, incisivamente, com ampla e urgente divulgação, todas as resoluções das instâncias deliberativas do ANDES-SN quanto à auto-aplicabilidade do art. 207, da Constituição Federal, que garante a autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e patrimonial das universidades brasileiras, e quanto à construção do padrão unitário de qualidade da educação superior, fundado no financiamento estatal das IES públicas, na qualidade social da produção e da transmissão do conhecimento, na valorização da formação e do trabalho dos profissionais em educação;

1.3 dê início imediato a ações de denúncia e combate à proposta de reforma universitária emanada do Grupo de Trabalho Interministerial, bem como à formação do Grupo Executivo para elaborar a reforma universitária em 45 dias, composto exclusivamente pelos novos integrantes da equipe do Ministério da Educação;

1.4 dê ampla divulgação à *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira e para a Educação Técnica e Tecnológica* (Cadernos ANDES, nº2. Revisado e atualizado. Aprovado pelo 46º CONAD: Vitória, ES – junho/2003), como instrumento documental básico para as denúncias e mobilizações contra a reforma universitária proposta pelo governo;

1.5 desenvolva, em conjunto com as entidades do setor da educação e os movimentos sociais e populares organizados, ações urgentes e contundentes, de mobilização e luta, em defesa da educação superior pública, gratuita, laica, de qualidade social, e em clara oposição a qualquer modelo de universidade ou educação superior que fira esses princípios, como o delineado no documento do Grupo de Trabalho Interministerial sobre reforma universitária;

1.6 lute pela retirada imediata da PEC nº 217/2003, de autoria da deputada Selma Schons (PT/PR), que cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (FUNDES) e a Contribuição Social para a Educação Superior – CES, mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física pelos detentores de diploma de graduação e pós-graduação expedidos por IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior;

1.7 lute pela rejeição da Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, por seu caráter antidemocrático e pela violação da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal;

1.8 lute pelo arquivamento definitivo do Projeto de Lei Complementar nº 118/2003, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária, por meio da qual será regulamentada a autonomia universitária, violando preceito constitucional.

2 O 23º CONGRESSO aprova que, com ações imediatas, o ANDES-SN:

2.1 organize um movimento em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade social, contra a reforma universitária proposta pelo governo Lula, com uma agenda comum às entidades da educação, buscando o apoio das entidades da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais de luta, de reitores e acadêmicos e todos aqueles que têm compromisso com a defesa da universidade pública;

2.2 articule-se com a FASUBRA, o SINASEFE e a UNE, assim como com outras entidades defensoras da educação e da universidade públicas, para que se constituam como frente em defesa da universidade pública, contra a reforma universitária do governo Lula.

2.3 Organize seminários temáticos, em todas as regiões do país, para discutir a reforma universitária proposta pelo MEC, tendo como referência o Caderno 2 do ANDES-SN.

3 Quanto à política de Formação Continuada e Certificação de Professores, em fase de implementação pelo MEC, o 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN construa, em conjunto com as entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma proposta de política global de formação de profissionais em educação, fundamentada nos princípios, diretrizes e metas do *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*.

4 Quanto à educação técnica e tecnológica, o 23º CONGRESSO

4.1 reafirma a posição do Movimento Docente pela revogação do Decreto 2.208/97 e pelo retorno imediato do Ensino técnico de Nível Médio (integrado) com a desativação definitiva do Ensino Técnico desarticulado do ensino propedêutico;

4.2 delibera que o ANDES-SN lute contra a proposta do CONCEFET/SEMTEC de estatuto único para os CEFET.

5 O 23º CONGRESSO recomenda, enfaticamente, que as seções sindicais do ANDES-SN:

5.1 analisem a Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica da SEMTEC/MEC (já encaminhada pela secretaria nacional pela circular nº 16) para aprofundar o debate das contradições contidas no documento e construir estratégias para impedir sua implementação;

5.2 organizem-se para participar do 5º Congresso Nacional de Educação (5º CONED), a realizar-se em Recife (PE), de 2 a 5 de maio de 2004, e que busquem inserir-se na estrutura organizativa do 5º CONED e dos seminários preparatórios que devem ser realizados nos estados, indicando representante(s) permanente(s) nas suas várias comissões e subcomissões.



Contribuição da Diretoria da ADUNIOESTE-Seção Sindical

A REFORMA UNIVERSITÁRIA E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO PARANÁ

TEXTO DE APOIO

1. Os dados divulgados pelo governo Lula no final janeiro de 2004 sobre a dívida revelaram o aprofundamento da aplicação do modelo neoliberal no país. Somente em juros foi pago o valor de 145,2 bilhões de reais no ano de 2003, o equivalente a quase 10% de nosso PIB. O superávit fiscal planejado de 4,25% (R\$65 bi), que sangrou a classe trabalhadora brasileira, foi superado em 0,07% (R\$1,1 bi) e, mesmo assim, não foi suficiente para pagar os juros, tendo sido adicionada a bagatela de R\$79 bi. Não bastasse isso, o montante da dívida ainda aumentou em R\$32 bi, totalizando R\$913 bi, cerca de 58% do PIB¹¹⁹. A contrapartida social disso expressou-se em cortes volumosos no orçamento incidindo, principalmente, na educação. Os resultados foram sentidos imediatamente nas universidades federais, que terminaram o ano numa situação de inadimplência com contas de água e luz, além de defasadas de servidores, equipamentos e área física.

2. A adoção desse modelo não deixa dúvidas sobre o futuro das universidades públicas: com o pagamento da dívida não há dinheiro para a educação, o que faz com o que os governos adotem também as orientações do Banco Mundial para a gestão da educação pública superior. Isto significa acelerar o crescimento da participação privada no ensino superior à medida que os recursos para as universidades públicas são minguados ano a ano. O resultado desse movimento já pode ser percebido atualmente: **a)** o ensino é transformado em mercadoria e os cursos têm duração cada vez menor para não haver perda de investimento dos consumidores; **b)** a extensão é transformada em prestação de serviços e só sobrevivem as atividades que despertam o interesse do mercado; **c)** a pesquisa também passa a ser determinada por interesses empresariais, sobrevivendo diretamente pelos investimentos privados; **d)** os órgãos de Estado que fomentam atividades de pesquisa são cooptados pelos interesses de mercado devido ao fato de que as políticas de governo também o são por meio, por exemplo, de editais direcionados como os dos Fundos Setoriais (onde o principal exemplo é a Fundação Araucária/Tecpar/Paraná Tecnologia/SETI; **e)** a autonomia de produção intelectual, que é a base de toda a autonomia universitária, sucumbe aos interesses de mercado. O desdobramento mais claro desse quadro é o abandono, por parte do Estado e das políticas de governo, de um desenvolvimento socialmente referenciado e nacionalmente soberano.

3. O documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial do governo Lula (grupo criado por decreto em 20/10/03) traduz cabalmente para as universidades públicas tais orientações. Subtraída a retórica que promete “enfrentar a atual crise das universidades federais”, a reforma universitária pretendida pelo governo para este ano de 2004 obedecerá aos seguintes traços gerais:

3.1 Financiamento: **a)** “liberdade para captar e aplicar recursos extra-orçamentários” e “regulamentação das relações entre as universidades e as fundações de apoio”; **b)** “contribuição voluntária” por meio da captação de “recursos voluntários de seus ex-alunos”; **c)** “contribuição não-voluntária” por meio de “uma alíquota adicional no Imposto de Renda para ex-alunos de universidades federais”; **d)** criação de “fundos empresariais para o ensino superior” que funcionarão “nos moldes dos Fundos Setoriais que apóiam pesquisas com recursos dos Fundos de Pensão”; **e)** “fluxo regular de recursos para aquelas instituições universitárias” que aceitarem aumentar vagas em áreas indicadas pelo governo.

3.2 Expansão de Vagas: **a)** “metas da instituição (universidades) para a ampliação do número de vagas em horário noturno”; **b)** até 2007 ter “até 500 mil alunos cursando o ensino superior por meio da educação a distância” a partir de “equipes multimídias”.

3.3 Recursos Humanos: **a)** incorporar docentes aposentados por meio de “bolsa de excelência docente”; **b)** incorporar os jovens doutores por meio de “bolsa de aproveitamento e regionalização de doutores”; **c)** flexibilizar a carreira docente única permitindo a cada universidade “decidir seu plano de carreira”.

Estes três aspectos da reforma mostram-se integrados a uma concepção de autonomia universitária de tipo “darwiniana”, cuja regra universal é a concorrência pela captação de recursos. Sobreviverão aqueles que tiverem maior capacidade de adaptação aos interesses de mercado sendo que as universidades passarão a ter predominantemente suas razões de ser no vigor da ideologia irradiada hoje pelo governo Lula: austeridade nos gastos públicos (leia-se gastos sociais, já que os gastos com a dívida e o com o capital financeiro continuam), produtividade de mercado (o que significa a alienação da autonomia intelectual) e formação fordista de pessoas (como indicam as metas de aumento de vagas por meio de cursos aligeirados e de cursos à distância). Ao que parece, o documento ainda não se tornou oficial

¹¹⁹ Cf. Banco Central do Brasil.

porque foi considerado “ameno” pelo chefe da casa civil, José Dirceu, razão que contribuiu na motivação de substituir, no MEC, Cristovam Buarque por Tarso Genro, este último tido como mais eficiente na tradução dos comandos do governo Lula.

4. Mais realista do que o rei mostrou-se a Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo do Estado do Paraná (SETI). Os recentes ataques desferidos pelo secretário da SETI contra a UNIOESTE são parte de um esquema que visa impor uma reforma das universidades estaduais referenciada nos seguintes pontos: **a)** no compromisso do governo Lula com o pagamento da dívida e com a precarização do trabalho dos servidores públicos; **b)** na continuidade da política do governo Jaime Lerner; **c)** no compromisso com as orientações do Banco Mundial expressas no Documento do Grupo de Trabalho Interministerial discutido acima. Orientado pela política de redução orçamentária das IEES do Paraná, a SETI divulgou relatório cujo conteúdo afirma que os docentes da UNIOESTE “trabalham apenas 13 horas semanais, apesar de receber uma gratificação de, em média, 50% do valor de seus salários para se dedicar em tempo integral e com dedicação exclusiva (TIDE) à universidade”¹²⁰. Por detrás dessa declaração está a intenção de vender a imagem de que, além de ociosos, os professores podem arcar com novas aulas e, portanto, assumirem a expansão de vagas e cursos sem haver a necessidade de novas contratações.

5. Em contraste com as declarações extraídas do mencionado relatório do Secretário, o colegiado de História da UNIOESTE formulou documento dando conta de que, em média, cada docente dedica 29 horas ao ensino. O cálculo feito pela SETI sugere que a carga horária dedicada ao ensino na UNIOESTE seria, pela concepção do secretário Aldair Rizzi, considerada apenas como horas trabalhadas em sala de aula. Não entrariam nesta contabilidade neoliberal o tempo dedicado à preparação das aulas, o tempo dedicado à supervisão de estágios e o tempo dedicado à orientação de monografia. Entretanto, para maquiagem tais informações, a SETI foi movida por uma razão de governo, a saber distribuir toda a carga horária de ensino existente (e a UNIOESTE é uma universidade em consolidação, com cursos ainda em implantação e com a pós-graduação sendo iniciada) entre os docentes já efetivos, descartando a necessidade de realizar novos concursos. Assim, os gastos com as universidades permaneceriam mais ou menos estacionados. Evidentemente, pela posição defendida pela SETI, parece fugir a ela a concepção de universidade calcada na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, concepção esta fundamental para a construção de uma educação com qualidade.

6. As declarações extraídas do relatório do secretário da SETI de que os docentes da UNIOESTE só trabalham em média 13 horas por semana, além de mostraram-se como um julgamento absolutamente desinformado e leviano, revelaram também a clara intenção de submeter os docentes dessa universidade a uma carga horária de ensino que, conseqüentemente, sepultariam as atividades de pesquisa e extensão. Desdobrando a lógica do Banco Mundial de separar professores de pesquisadores (ensino de pesquisa), Aldair Rizzi, secretário da SETI, afirmou que teria **“um orçamento apertado e que deve ser bem empregado. Por isso, precisamos estabelecer um número determinado de professores que farão pesquisas e passaremos a acompanhar a produtividade, a importância e o resultado desses trabalhos”**¹²¹ (grifo nosso). O empenho do secretário consolida sua concordância com o corte de aproximadamente 33 milhões no orçamento da SETI anunciado em 09/04/03, sob o já conhecido argumento de que “herdamos um quadro caótico do ponto de vista administrativo e orçamentário. Havia a expansão desorganizada de cursos, sem a garantia de orçamento e, conseqüentemente, qualidade”¹²². De fato a expansão foi estancada. O secretário fechou o recém implantado curso de medicina na UEPG e embargou a possibilidade de abertura de novos cursos de graduação da UNIOESTE (já aprovados no Conselho Universitário).

7. O raquitismo intelectual a partir do qual opera a SETI, para além dos ataques novelescos revestidos de moralismo neoliberal contra a UNIOESTE, revela o compromisso com a política do Banco Mundial e do governo Lula. Suas ações materializaram até agora o arrocho do orçamento para as universidades estaduais, seguindo tendência inaugurada por Jaime Lerner. A tabela abaixo ilustra esta tendência, mostrando como o financiamento das universidades estaduais tem diminuído em contraste com a receita do Estado proveniente de ICMS.

¹²⁰ Cf. Governador recebe relatório sobre situação dos professores da UNIOESTE, In celepar8cta.pr.gov.br/, 07/01/2004.

¹²¹ Cf. Idem.

¹²² Cf. Governo vai reduzir despesas em 30%, In celepar8cta.pr.gov.br/, 09/04/03.

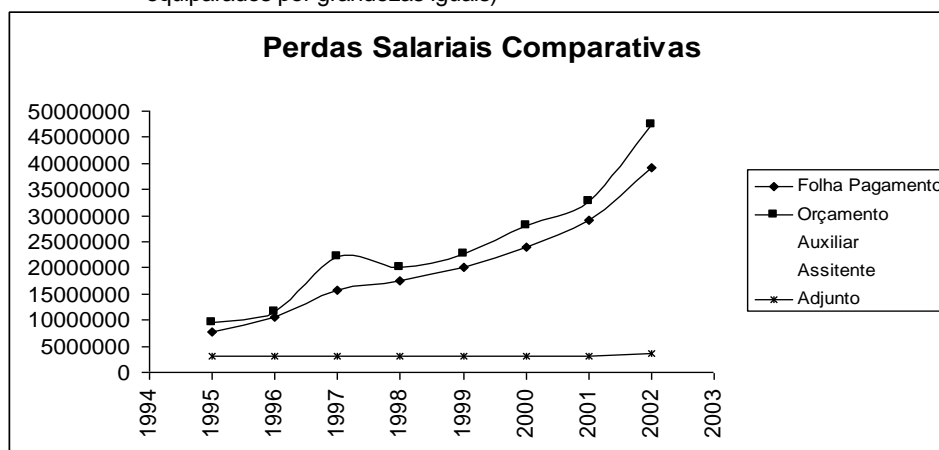
REDUÇÃO DO VALOR DO ICMS ORÇADO ÀS IEES EM RELAÇÃO A 1997¹²³

ANO	RECEITA ICMS COTA PARTE DO ESTADO	VALOR ORÇADO ÀS IEES	% DO ICMS	REDUÇÃO DO VALOR DO ICMS ORÇADO ÀS IEES EM RELAÇÃO A 1997
1994	1.040.910.000,00	71.908.000,00	6,91 %	
1995	1.829.453.000,0	162.000.000,00	8,85 %	
1996	2.082.778.000,00	178.425.000,00	8,57 %	
1997	2.069.973.000,00	266.663.000,00	12,88 %	100 %
1998	2.118.422.000,00	268.655.000,00	12,68 %	- 1,55 %
1999	2.508.333.000,00	267.695.000,00	10,67 %	- 17,16%
2000	3.150.978.000,00	286.500.000,00	9,09 %	- 29,43 %
2001	4.854.435.000,00	304.000.000,00	6,26 %	- 51,40 %
2002	3.926.964.607,00	380.973.680,00	9,70 %	- 24,69 %
2003	4.612.500.000,00	420.724.674,00	9,12 %	- 29,19%
2004	5.322.750.000,00	431.634.760,00	8,11 %	- 37,03 %

FONTES: SEFA e SETI

Apesar de ter alardeado o crescimento industrial do Paraná ocorrido no ano de 2003 (na ordem de 1,4%)¹²⁴, o governo Requião manteve a prática de nenhuma ampliação de recursos para as universidades estaduais. Os servidores das universidades encaminharam reivindicação de 62% de reajuste salarial no mês de março de 2003, sem qualquer resposta do governo até o mês de janeiro de 2004. Até mesmo neste sentido, o governo Requião e a SETI não se diferenciam da gestão Jaime Lerner, quando esta última fundou toda a expansão das universidades estaduais às custas do congelamento dos salários dos servidores. A partir do gráfico abaixo, tomando como base a UNIOESTE, é possível demonstrar como, de 1995 até 2002, o governo Lerner congelou o salário docente, financiando o aumento nominal do orçamento ano a ano. O que nos leva a problematizar a relação mais geral entre aumento de cursos e de vagas nas universidades estaduais e a estagnação salarial¹²⁵.

Gráfico – Comparativo entre as evoluções do Orçamento, Folha de Pagamento e valor nominal do salário docente da UNIOESTE (números equiparados por grandezas iguais)



Fonte: (UNIOESTE/GPC/ADUNIOESTE-S.Sind)

8. O cumprimento fiel das determinações do Banco Mundial e a continuidade da política do governo Lerner expressam-se também na subordinação da SETI frente a estrutura do Fundo Paraná (Lei 12020, de 09/01/1998), uma agência criada pelo governo Lerner para receber e gastar a verba constitucional para Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná (2% da Receita Tributária do Estado). Tal agência é dominada por interesses empresariais que se acomodaram desde a sua criação, em 1998. Da verba total destinada a esse Fundo, 50% vão para o CCT Paraná (Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia), Conselho composto por empresários. Na prática, os valores correspondentes aos 50%, são

¹²³ Cf. Boletim da ADUNIOESTE – Seção Sindical do ANDES-SN, Ano III, 22/01/2004, p.2.

¹²⁴ Cf. Gazeta do Povo. Sábado, 17 de janeiro de 2004.

¹²⁵ BOSI, Antônio P. REIS, Luiz F.. Autonomia universitária, luta docente e a questão dos repasses mínimos para as universidades, In *Universidade e Sociedade*. Ano XIII, nº 30, junho de 2003, p.88.

gastos pelo Paraná Tecnologia, órgão de direito privado cujo histórico tem sido o de carrear verbas públicas para projetos empresariais. A verba restante é dividida entre o TECPAR, que recebe 30%, e a Fundação Araucária, que recebe 20%. O TECPAR presta conta de seus gastos ao CCT Paraná, ficando mais diretamente submetido à gerência desse Conselho. E, finalmente, a Fundação Araucária, que é gerida parcialmente por representantes da comunidade científica, mas que dispõe de míseros 20% da verba de C&T. Esta Lei que criou Fundo Paraná guarda características de cunho privatistas, clientelísticas e centralizadores, à medida que todas as representações são, em última instância, indicadas pelo Governador. Os recursos do Fundo Paraná de 2% no mínimo, como indica os dispositivos constitucionais da União e do Estado, na realidade nunca foram transferidos para esta conta, em sua totalidade, pois 1% dos 2% previstos na Lei são ativos pertencentes ao Estado do Paraná, que nunca chegaram a se efetivar como recursos para a pesquisa. Portanto, os percentuais definidos na Lei de 30% para a Fundação Araucária, 20% para o TECPAR e 50% para o Paraná Tecnologia (gestor do Fundo Paraná), sempre foram relativos a apenas 1% da receita Tributária do Estado e não 2% como prevêem as Constituições. O Parágrafo Único do inciso II do art. 5º da referida Lei possibilita a revisão dos percentuais previstos a partir de dois anos de sua promulgação. Porém, o que parece mais grave é o caráter privado da Fundação Araucária e a sua inconstitucionalidade, à medida que, no art. 29, a Assembléia Legislativa autoriza o poder executivo a criar uma fundação privada, e não teria prerrogativa para isto, pois a Assembléia só poderia autorizar a criação de uma Fundação/Autarquia Pública. Apesar da sua inconstitucionalidade identificada logo após a promulgação da Lei, para que os repasses para a Fundação Araucária ocorressem se acordou que se faria um Convênio entre a Fundação Araucária e o Paraná Tecnologia para que todos os anos se fizesse um repasse correspondente ao que está na Lei. Dessa forma, existem todas as condições legais para pedir a revogação da Lei 12020/98¹²⁶. E, por fim, durante todo o período de existência do Paraná Tecnologia (incluindo este primeiro ano do governo Requião), as promessas da SETI de “moralizar” a distribuição dos recursos de Ciência e Tecnologia alocados nesta Fundação de Direito Privada, parecem ter sucumbido, já que nada mudou em relação aos repasses e gestão financeira do Fundo Paraná. Tal fato revela o caráter do governo Requião e da SETI.

9. Por fim, alertamos para o significado deste processo de deliberada desqualificação da UNIOESTE por parte do governo Requião/SETI. Procura-se, ao que parece, atacar moralmente a UNIOESTE para viabilizar, sem que ninguém perceba, uma reforma universitária que restrinja o trabalho docente à atividade de sala de aula, respondendo assim às orientações ideológicas do Banco Mundial que reserva às universidades da América Latina o papel de reprodutoras e adaptadoras do conhecimento tecnológico gerado por conglomerados como a Monsanto, a Hyndai e a Daewoo¹²⁷. O primeiro passo na construção desse processo foi dado sob o argumento de que o Estado do Paraná gastaria demais com as universidades públicas, conforme estampado no jornal Scientia, da SETI¹²⁸. Na seqüência veio a investida contra a UNIOESTE, numa tentativa de apresentá-la como ineficiente e cara. Caso não haja resistência, o terceiro passo da SETI, presumimos, será dado na direção das outras universidades estaduais (UEM, UEL, UNICENTRO, UEPG), buscando estender para elas a imagem projetada sobre a UNIOESTE. Aos docentes, técnico-administrativos e estudantes cabem defender a instituição naquilo que ela tem de mais universal e promissor: sua capacidade de gerar crítica e alternativas em relação ao velho e surrado continuísmo.

Considerando que:

1 O governo Requião, por meio da Secretária de Ciência e Tecnologia, dá continuidade à política neoliberal aplicada por Jaime Lerner, aprofundando a asfixia orçamentária das Universidades Estaduais do Paraná;

2 A SETI adota o modelo de educação superior ditado pelo Banco Mundial quando defende a separação de ensino e pesquisa nas IEES do Paraná, quando restringe e corta verbas, desenvolvendo deliberadamente uma campanha difamatória contra os docentes para forçá-los a abandonar as atividades de pesquisa e de extensão e assimilarem toda a carga horária de ensino de modo a tornar desnecessárias novas contratações;

3 O governo Requião, por meio da SETI, manteve intacta a estrutura do fomento à pesquisa com verbas públicas para Ciência e Tecnologia no Paraná, estrutura privatista, clientelística e centralizadora;

¹²⁶ Cf. NOGUEIRA, Francis M.G.. Relatório da Conferência Regional de Ciência e Tecnologia – realizada em Cascavel nos dias 08 e 09 de agosto de 2003.

¹²⁷ Cf. LEHER, Roberto. Reforma Universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e as lutas antineoliberais. Mimeo. Janeiro de 2004.

¹²⁸ Cf. Scientia – Informativo do Sistema SETI. Outubro de 2003, p.12.

4 O governo Requião, por meio da SETI, arrocha salários, negando-se a negociar um índice de reposição.

TR – 21

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 Que a Secretaria Regional Sul, em conjunto com as seções sindicais do ANDES-SN do Paraná, organize um Seminário Estadual para discutir o caráter da Reforma Universitária encaminhada pelo governo Lula e implantada pelo governo Requião/SETI.

2 Que a Secretaria Regional Sul, em conjunto com as seções sindicais do ANDES-SN do Paraná, organize um Fórum de discussão de Ciência e Tecnologia no Paraná.

3 Que o ANDES-SN lute pela revogação da lei 12020/2998, que instituiu o Fundo Paraná.

4 Que o ANDES-SN defenda a destinação dos dois por cento (2%) da receita tributária do Estado do Paraná, previstos no artigo 205 da Constituição Estadual, para a Fundação Araucária.

5 Que o ANDES-SN lute pela transformação da Fundação Araucária em uma fundação de direito público, vinculada ao Estado do Paraná.

6 Que o ANDES-SN adote como referência para a reestruturação da Fundação Araucária (Fundação de Amparo à Pesquisa) os seguintes pontos:

a) Transformação da Fundação Araucária, hoje uma instituição privada, em uma Autarquia pública;

b) Revogação da Lei 12020/1998;

c) Estabelecimento, por parte da Fundação Araucária, de uma política de distribuição de recursos, que dê prioridade aos grupos de pesquisa e instituições emergentes, abandonando o pressuposto da regionalização e considerando as necessidades e as diferenças existentes entre as universidades públicas do Paraná, bem como as condições de infra-estrutura existentes;

d) Reformulação da estrutura do Conselho Superior da Fundação Araucária com a participação paritária de discentes, docentes e representantes dos trabalhadores;

d) Oposição à proposta do Governo expressa na Reforma Tributária, de acabar com a vinculação constitucional de recursos para a Ciência e Tecnologia;

e) Exigir que a Fundação Araucária divulgue Editais direcionados às universidades estaduais, criando programas específicos para melhorar a infra-estrutura das universidades públicas emergentes;

f) Realização, por parte da Fundação Araucária, de Editais para bolsas de estudo para qualificação de docentes, bolsas de apoio à pesquisa docente, bolsas de Iniciação à Pesquisa e bolsas de extensão universitária para discentes;

g) Utilização de no máximo 2,5% das verbas da Fundação Araucária com a sua administração.



Diretoria do ANDES-SN

CLASSE, ETNIA E GÊNERO

TEXTO DE APOIO

A construção histórica da sociedade patriarcal brasileira embasou-se em formas sociais centradas, na sua maioria, em referenciais europeus, brancos, masculinos e machistas sendo capaz de criar uma imbricada rede, em que a dominação de classe, etnia e gênero constituíram as bases da dominação econômica, política e sociocultural.

O estabelecimento do capitalismo não demarcou a derrocada das relações patriarcais de dominação. As relações de trabalho e produção introduzidas caminharam no sentido de dar materialidade à expansão do raio de exploração do trabalho e das relações sociais. O poder de base patriarcal e escravista perpassou os séculos e vem sendo obrigado a conviver com a resistência dos grupos oprimidos e o afloramento das organizações de caráter reivindicatório.

É evidente que, no atual processo de mundialização do capital, a priorização do equilíbrio macroeconômico tem agravado a pobreza estrutural, a marginalização, a segregação social e a

violência; essa prioridade traz no seu rastro a deterioração da convivência cidadã, do meio ambiente e da qualidade de vida das populações.

É nessa conjuntura adversa que crescem em tamanho e importância as organizações dos explorados, das chamadas minorias, em que as discussões no campo de classe, da etnia e gênero apontam para uma nova abordagem, tanto das relações sociais, como entre o poder, no sentido político tradicional, e as questões privadas. Essas organizações vêm-se distanciando das imagens de caráter concessivo que sustentaram a postura das classes dominantes e exigindo enfaticamente a adoção de políticas públicas que contemplem os diversos segmentos.

A dominante mídia das elites banaliza, permanente e metodicamente, a violência, criando estereótipos do masculino e do feminino, de classe, dos diferentes grupos raciais ou étnicos que intensificam as formas de discriminação. Por representar um espaço de interesse de indivíduos e grupos, constitui-se instrumento de poder que expressa as opiniões pessoais, de classe e de ideologia. Ao reproduzir parcialmente a realidade, constrói o imaginário coletivo, utilizando-se de imagens e caricaturas que intensificam os preconceitos de classe, raça e sexo, tendo sido, durante muitas décadas, um instrumento eficaz para interiorizar a representação da superioridade masculina e branca. Além disso, a utilização desses estereótipos tem o sentido normatizador do comportamento, à medida que seu papel é o de disseminar um tipo particular de violência - a exclusão daqueles que já se encontram à margem da cultura hegemônica.

É necessário alertar para o fato de que a abordagem de gênero e de etnia vem sendo utilizada, principalmente no âmbito institucional, para acobertar um desinteresse pelos temas, transformando-os em expressões vazias, com a intenção velada de tornar inócua as iniciativas dos movimentos sociais organizados na defesa dos direitos que envolvem a promoção da equidade entre homens e mulheres e a consideração dos papéis sociais atribuídos a ambos. É, pois, nesse contexto, que a criação do sistema de cotas, pelos partidos políticos e sindicatos, representa um equívoco, na ótica dos movimentos sociais, já que essas ações, ao manter sua característica concessiva, não possibilitam avanços substantivos para a eliminação das desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Dado o estreito vínculo entre a estrutura de classes da sociedade capitalista e a utilização que o capitalismo faz das diferenças étnicas e de gênero para superexplorar e oprimir enormes setores da sociedade, o ANDES-SN defende que todas as formas de preconceitos e discriminação só poderão ser totalmente eliminadas com a revolução socialista.

Nesse mesmo sentido, é importante ressaltar que, em sua luta pela verdadeira e completa emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, o ANDES-SN não deve alimentar nenhuma ilusão quanto ao apoio das leis e instituições criadas pela burguesia. Não temos nenhuma ilusão de que a burguesia esteja disposta a mudar sua atitude. Muito menos que a mera aplicação da lei irá elevar o trabalhador ou trabalhadora à categoria de "cidadãos". Para nós, a única forma para se lutar concretamente pelo fim de toda discriminação de classe, gênero ou etnia é combatendo a burguesia no conjunto de suas políticas (inclusive aquelas que visam à cooptação dos trabalhadores).

Acreditamos ser necessário entender que, na sociedade capitalista, as questões sociais se expressam a partir da luta dos movimentos sociais que polarizam suas demandas contra o Estado Burguês. É o fruto desse enfrentamento que impõe a aparição de políticas sociais.

Assim é possível afirmar que a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo não é uma decorrência natural e, sim, faz parte da luta de classes. Por isso não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores aos quais o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas, procurando subordinar os movimentos sociais a suas políticas e a sua agenda.

Resta-nos, pois, afirmar que o ANDES-SN, referenciado na concepção sindical que o norteia, compreende que as discussões e as lutas referentes às questões de classe, etnia e gênero não podem ser dissociadas das demais lutas da classe trabalhadora. Portanto, somente a articulação mais ampla com os movimentos sociais será capaz de delinear o papel político do Sindicato Nacional e o compromisso do Movimento Docente na produção de respostas que atentem para a superação do atual estágio de opressão e exclusão social por que passa a sociedade brasileira.

A necessidade de reverter um quadro tão perverso torna-se prioritária e implica ultrapassar limites impostos dentro da sociedade brasileira, de base excludente, racista e classista. Essa reversão daria impulso a mudanças políticas, econômicas e culturais que nos aproximariam de novas formas de convivência e respeito entre cidadãos e cidadãs e entre cidadanias e estados, no sentido de buscar a superação da dívida histórica que as sociedades têm com os grupos dominados.

TR - 22

1 O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a mudança do nome do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe para Grupo de Trabalho Classe, Etnia e Gênero.

2 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

2.1 posicione-se contra a política de cotas e denuncie à sociedade o caráter populista da implantação dessa política na educação e no mercado de trabalho e o seu papel desarticulador da luta de classes;

2.2 lute pela universalização do acesso ao ensino superior e pela permanência do aluno no processo, com garantia de qualidade, pondo em discussão o concurso vestibular como meio de acesso ao ensino superior;

2.3 lute por uma completa transformação no sistema educacional brasileiro (educação básica e superior) que vise à eliminação de todo o tipo de discriminação e estereótipo;

2.4 comprometa-se com a luta das comunidades remanescentes de quilombos e dos povos indígenas pelo legítimo acesso à terra;

2.5 busque ampliar a participação das entidades dos servidores no I Encontro Nacional de Gênero, Raça e Classe das Três Esferas, “Na Construção de uma Sociedade Igualitária”, de 10 a 13 de maio; na CNTI – Luziânia/GO.

TEXTO 23

Contribuição da professora Maria Inês Marques – sindicalizada da APUB S.Sind.

ANDES-SN E A PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA: APROXIMAÇÕES

TEXTO DE APOIO

O presente texto, localizado no Tema III - Políticas Sociais, apresenta para apreciação, problematizações que emergiram do trabalho sindical. Em dois momentos, o primeiro, durante o Fórum Social em Porto Alegre em 2002, ao visitar o Planeta Fêmea, uma grande área de exposição dos movimentos de mulheres, participei de grupo que trabalhou estratégias de divulgação e publicação da Plataforma Política Feminista. Este documento e o que lá ouvi, serviria, um ano depois, para participar do segundo momento que considereei provocador: o I Seminário Internacional: O Feminismo Acadêmico em Debate, evento promovido pelo NEIM, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia.

No referido seminário, um dos grupos de trabalho discutiu a necessária articulação entre o campo feminista e o sindical o que me estimulou a fazer uma pesquisa, objetivando verificar o que havia sido produzido sobre a temática feminista no interior do ANDES-SN. Entre os aspectos que seleccionei para tratar pareceu-me que a criação do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe, constituiu-se em ganho significativo para o nosso sindicato. No grupo, depoimentos de militantes históricas lembraram um período em que as mulheres atuavam nos sindicatos, e desenvolviam tarefas de construção do movimento feminista. Nas duas últimas décadas, teria ocorrido um hiato que ainda perdura, mas deverá ser superado. Concluímos ser necessário revitalizar a discussão sobre a condição da mulher e/no sindicato. Firmei compromisso com os presentes de, minimamente, apresentar a problematização no XXIII Congresso, no sentido de reconhecer o interesse do coletivo para atualização de nossas posições.

O Movimento Docente do ANDES-SN e o Movimento Feminista, se consolidaram e havia trânsito aberto de pessoas e idéias entre eles. Hoje configurações podem se assemelhar, tanto na organização quanto nas pautas de reivindicatórias, e não se observa mais esta interação, segundo aquelas militantes históricas. Ambos ganharão com uma interação mais efetiva. No cenário de luta contra as reformas e por políticas públicas socialmente justas, o reconhecimento de interesses comuns e mútua cooperação, podem permitir um salto qualitativo para ação destes movimentos sociais.

Ao escolher esse tema para ser apresentado no 23. Congresso, conforme relatei, optei por resgatar a Plataforma Política Feminista, chamando atenção para alguns princípios e resoluções ali constantes, que evidenciam nossas similitudes e necessidade de incorporação de novas perspectivas. A Plataforma Política Feminista, produzida em 2002, permanece atual e aponta lutas, desafios e objetivos, que nos aproximam e por vezes nos diferenciam.

A Plataforma Política Feminista: um ponto de partida/chegada

Em 2002, Mulheres brasileiras organizadas em diferentes entidades, promoveram a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, quando se aprovou a Plataforma Política Feminista, cujo histórico de sua construção, objetivos e princípios e dados estatísticos, são apresentados abaixo.

A Plataforma política Feminista, fruto da articulação e formação de uma rede de movimentos de mulheres do Brasil, mobilizou aproximadamente seis mil pessoas, num processo com a realização de conferências e a realização de evento nacional, onde se aprovou as suas diretrizes. As entidades organizadoras apontam como um dos méritos do documento, a sua construção coletiva, democrática e autônoma. É importante destacar, que o conteúdo é diversificado e obedece a uma linha interpretativa feminista, tanto para questionar quanto para propor. Trata-se de uma pauta coletiva para o enfrentamento político.

Destaquei alguns dados sobre os participantes:

1. Faixa Etária: 25,92% entre 31 a 40 anos; 29,69% entre 41 a 50 anos; 20,67% com menos de 30 anos e 4,83% mais de sessenta anos.
2. Responsabilidade Familiar: 39,35% chefe de família; 29,62% co-responsável; dependente 14,91%.
3. Atuação Política: 32,19% em ONG; 20,21% em Partidos Políticos e 5,37 Universidades.
4. Movimento ou Organização da qual participa: 34,22% Movimento Feminista; 16,59% Movimento Popular; 11,89% Movimento Sindical.¹²⁹

Chama a atenção o reduzido percentual das Universidades constante no item atuação política; por outro lado, foi pequena também a participação sindical, no entanto os dados mostram a existência de articulação entre os movimentos feminista e sindical, ainda que tímida.

Para a realização da Conferência, as entidades organizadoras, assinaram Carta de Princípios, unificadores, muitos dos quais idênticos aos nossos e às nossas bandeiras. Outros estão longe de nossas pautas, e mereceriam inclusão. São princípios comuns ao ANDES-SN e ao Movimento Feminista por exemplo: crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético; luta pelo direito universal à educação, saúde, previdência e o compromisso com a luta pelo direito à terra e a moradia.

Dentre os pontos distanciados de nossas pautas destaquei: compromisso com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas; Comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. São aspectos passíveis de análise e incorporação

O movimento de mulheres, segundo o documento, vem se firmando no processo brasileiro de democratização política. As mulheres têm fortalecido sua participação no mercado de trabalho, se qualificando e denunciando as defasagens salariais e têm reagido à violência doméstica, tornando pública sua prática criminosa. O movimento aprofundou discussões sobre a democracia representativa brasileira “impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual”.¹³⁰

Encontramos pontos de interligação entre os movimentos feminista e sindical / ANDES-SN, entretanto no primeiro, há um discurso diferenciado inerente à histórica luta feminista. Destaca-se:

- “Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais posicionam-se por um modelo de agricultura sustentável, agroecológico, equilibrado e diversificado, em que a produção seja voltada para a auto-sustentação familiar, capaz de garantir a permanência das agricultoras e agricultores no campo. Este novo modelo de agricultura exige novas relações entre pessoas, a terra, as sementes, as plantas, a água e os meios de produção. Assim, mulheres e homens trabalhadoras/es podem desenvolver sensibilidades e capacidades de pensar, analisar e planejar o futuro do país. Isso exige que a mulher conquiste seu papel de sujeito, no espaço em que vive, com a participação ativa e em condições de igualdade nas decisões e no trabalho”.¹³¹
- “Em que pesem as históricas lutas de mulheres e homens sindicalistas por justiça nas relações de trabalho, o princípio da igualdade ainda se encontra distante de ser aplica do integralmente ao mercado de trabalho e às relações nele existentes. (...)”¹³²

Torna-se ainda mais premente continuar lutando por justiça nas relações de trabalho, quando se observa o problema pela lente de etnia, gênero e classe.

¹²⁹ Idem, p.62-63.

¹³⁰ Idem, p.09-10.

¹³¹ Idem, p.27.

¹³² Idem, p.37.

- “A desigual divisão sexual do trabalho, que é agravada pela discriminação racial, e a conseqüente dupla jornada de trabalho das mulheres – dada à responsabilidade a elas atribuídas no trabalho doméstico e no cuidado com a prole - constituem barreiras fundamentais para sua igualdade de acesso e de permanência no mercado de trabalho (...)”¹³³
- As formas de organização do mundo do trabalho condicionam as funções exercidas pelas mulheres no espaço público e no espaço privado. As responsabilidades pelo trabalho doméstico são atribuídos cultural e socialmente, às mulheres, que são desta forma penalizadas com a dupla jornada de trabalho. Entende-se por trabalho doméstico o rol das atividades realizadas no âmbito da moradia (...) ¹³⁴

Devido à ausência de equipamentos sociais, os arranjos que envolvem as atividades da vida pública e da esfera doméstica são feitos entre homens e mulheres de diferentes classes. As mulheres com maior poder aquisitivo têm mais chance de sucesso na vida profissional ou política porque, em parte, as tarefas relativas ao âmbito doméstico são realizadas por outras mulheres (...) que só contam com a rede de parentesco e vizinhança(...) dada a irresponsabilidade do Estado na implantação de políticas sociais de suporte às trabalhadoras”¹³⁵.

Em que pese as visíveis aproximações programáticas entre os dois movimentos, observa-se que militantes históricas da luta feminista, originárias das atividades sindicais, hoje encontram-se bastante distanciadas dos sindicatos e, em alguns casos, até opõem-se aos mesmos vistos como empecilhos à prática feminista. Cabe, portanto ao sindicato analisar a necessidade de incorporar e incentivar as diretrizes do movimento feminista, sobretudo naquilo em que estes se identifiquem com a própria luta sindical.

Talvez precisemos (re) descobrir, reconhecer, incorporar, diversas reflexões do Movimento Feminista que tem longa tradição de organização e luta contra a opressão da mulher, e acumula inúmeras vitórias. A análise mais detida do documento em tela, revela a cada página, os desafios para se alcançar uma sociedade justa, para tanto invoca a ocupação de todos os espaços possíveis. A ordem é investir na ampliação dos espaços de interlocução e discussão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira.

TR - 23

1. Realizar levantamento, através da equipe do centro de documentação, para divulgação até o primeiro CONAD de 2004, através do que temos acumulado em termos de estatísticas, deliberações, publicações internas sobre a temática feminista;
2. Promover encontros, por Regionais, sobre Mulher e Sindicalismo, articulados com entidades organizadoras da Plataforma Política Feminista;
3. Discutir estratégias de articulação intermovimentos, na direção da formação de uma rede de movimentos sociais. Para tanto, construir um evento nacional para traçar estratégias de organização interna, sob os auspícios do GT, Etnia, Gênero e Classe.

TEXTOS 24

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL

ACABAR COM A UNICIDADE SINDICAL OBRIGATÓRIA PARA IMPOR O SINDICATO ORGÂNICO OBRIGATÓRIO: A REFORMA SINDICAL DO GOVERNO LULA.

TEXTOS DE APOIO

1. O texto da Diretoria sobre a Reforma Trabalhista e Sindical apresentado ao 47º CONAD permanece como referência de nossa compreensão acerca da luta histórica dos trabalhadores por direitos trabalhistas e sindicais no Brasil e mantém-se atual em relação aos propósitos do governo Lula, da direção majoritária da CUT, das demais centrais sindicais e do patronato para a reforma sindical. Por isso, o presente texto procura esclarecer os últimos acontecimentos sobre a condução da reforma

¹³³ idem, p.83

¹³⁴ idem, p.41.

¹³⁵ idem, p.41-42.

trabalhista e sindical por parte dos protagonistas presentes no FNT (centrais, governo e patronato) e definir e encaminhar nosso posicionamento e ações políticas neste processo.

2. A última reunião do FNT, realizada em janeiro de 2004, celebrou um entendimento entre a bancada dos trabalhadores, a bancada dos patrões e o governo Lula para tratar da reforma sindical a partir de fevereiro de 2004 (desejando concluí-la antes das eleições municipais), deixando a reforma trabalhista para o ano de 2005. A base para este acordo é assustadora. Avaliamos que as centrais sindicais tendem a concordar com o modelo de regulamentação do trabalho defendido pelo patronato brasileiro no que se refere a privilegiar as negociações coletivas em detrimento da CLT. Essa tese já fora esboçada no CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) na forma de recomendação (o que significa que ela foi majoritária). Na prática, significa que o negociado prevalecerá sobre o legislado. 13º salário, férias e direitos constitucionais poderão ser negociados numa conjuntura notoriamente desfavorável, pois marcada pela pressão de numerosa força de trabalho desempregada ou em atividades precarizadas e informais. Não é raro encontrar exemplos da postura da CUT em flexibilizar direitos sob o pretexto (geralmente não-confirmado) de preservar os postos de trabalho ameaçados de destruição pelo capital. Foi o caso das Câmaras Setoriais, negociadas no início da década de 90 e, mais recentemente, a negociação do Banco de Horas e de vários PDVs (Planos de Demissão Voluntária).

3. Além desse fato, pesou nesse acordo o consenso entre os representantes das centrais e da bancada dos patrões sobre o reconhecimento da representação das centrais sindicais. Aqui reside o ponto principal da reforma sindical pretendida pelo governo Lula: trata-se de atribuir às centrais sindicais o poder de negociarem pelos trabalhadores e/ou indicarem o sindicato que “julgar representativo” da categoria na negociação. Essa posição está explicitada na PEC-29/03 de autoria de Vicentinho e Maurício Rands. Como havíamos registrado no 47º CONAD, essa “forma de definir a representatividade do sindicato numa negociação – seja por dissídio ou greve – deturpa a representatividade política dos sindicatos ao delegar às centrais sindicais a função legal de mediar e/ou arbitrar em nome dos trabalhadores. Por hipótese, conforme afirmado no inciso X do art. 2º do projeto, *“os litígios entre as entidades sindicais pela legitimidade para negociação serão submetidos à central sindical a que elas sejam filiadas ou à comissão mista composta pelas diversas centrais sindicais quando elas forem filiadas a centrais distintas; ou por mediação e arbitragem, quando não houver acordo na comissão mista ou quando as entidades não forem filiadas a qualquer central”*. Assim, corre-se o risco de retornar a situações de arbitragem legal (mas ilegítima) de burocracias sindicais que decidiam sobre o movimento de greve dos trabalhadores, contrariando decisões de assembléias e colocando, por fim, o movimento sob a intervenção do poder repressivo do Estado. Se introduzido este dispositivo, corrompe-se a concepção de liberdade sindical, verticaliza-se a estrutura sindical, terminando por fortalecer a burocracia das centrais sindicais e suas filiais”¹³⁶. Resumidamente, acaba-se com a unicidade sindical obrigatória para impor o sindicato orgânico obrigatório.

4. Essa é a tática do governo Lula para atender a uma prerrogativa da ALCA de flexibilizar a legislação trabalhista brasileira ou, a melhor hipótese para a ALCA subordinar os direitos sociais inscritos nacionalmente às negociações coletivas. O capital, por meio do Acordo de Livre Comércio das Américas, tenta criar um terreno fértil para explorar a força de trabalho com baixíssimos salários. Portanto, do ponto de vista do governo Lula, a destruição da combatividade dos sindicatos dos trabalhadores é uma condição para a implantação da ALCA.

5. A flexibilização da legislação trabalhista está posta nesta ordem tática. O governo tenta encaminhar separadamente as reformas sindical e trabalhista porque, se conseguir reformar a estrutura de representação sindical primeiro, combinando a possibilidade de sindicatos por empresa com o arbítrio em última instância da central sindical ou de uma comissão das centrais sindicais, a desregulamentação trabalhista ficará mais justificada ainda, já que passariam a valer os acordos coletivos firmados entre o patronato e a entidade representativa dos trabalhadores – uma situação bem recebida pelos patrões e pelas centrais sindicais. Essa lógica explica até mesmo a reforma ministerial que levou Ricardo Berzoini ao Ministério do Trabalho e Emprego, personagem implacável na retirada de direitos dos trabalhadores e compromissado com grandes negócios, como os fundos de pensão.

6. A consolidação desse quadro é também o aprofundamento da tendência de destruição da CUT como instrumento de luta dos trabalhadores que vem desde o CONCUR de 1988, quando a corrente majoritária da central redefiniu a representatividade da CUT, restringindo a participação da base. O resultado daquela inflexão foi a crescente burocratização dos fóruns da CUT cujo efeito pode ser percebido na composição dos CONCURs (no CONCUR de 2003, quase 80% dos delegados eram dirigentes sindicais). Por sua vez a cristalização de uma casta burocrática na CUT deu-se sob uma

¹³⁶ Cf. Liberdade Sindical e defesa dos direitos sindicais: a luta do ANDES-SN no contexto da reforma trabalhista e sindical do governo Lula, In **Anexo do Caderno de Textos do 47º CONAD**, Natal/RN, novembro de 2003.

orientação ideológica que fazia desaparecer a vocação sindical combativa cujo projeto era alinhado por uma referência social alternativa ao capitalismo que esteve presente na fundação e formação da CUT. Em seu lugar, a direção majoritária da CUT colocou a avaliação de supremacia do capital e estrutural desvantagem do trabalho, o que, por lógica formal, significava negociar o mínimo de perdas que fosse possível. Por essa via, a CUT, muitas vezes, tomou a iniciativa de abrir mão de direitos dos trabalhadores antes mesmo de o capital avançar contra eles. Isso ocorreu na desastrosa presença de Vicentinho (então presidente da central) na “negociação” da PEC-20/98 e, mais recentemente, de Marinho na, não menos desastrosa, tentativa de negociar a reforma da Previdência. Nesse período, a direção majoritária da CUT, alterou o significado político de negociação forjado na história da luta dos trabalhadores, estabelecendo para ele o sinônimo de perda. A destruição da autonomia e da independência dos sindicatos tentada pelo governo Lula toma como alvo a CUT. A tendência verificada ao longo desse primeiro ano de governo foi a de tentar a integração dos sindicatos (a CUT em especial) ao Estado e à política de governo. Mesmo considerando as declarações da direção majoritária da CUT que reafirmam a independência política frente ao governo Lula (algumas delas transformadas em resoluções da central conforme ocorreu recentemente no 8º CONCUR), tais argumentos são desmentidos, pelo menos, por dois fatos: a postura cordata da direção majoritária diante da privatização da Previdência Social e o envolvimento direto de quadros dessa direção com o governo Lula, muitos deles recebendo remunerações muito além dos parcos e arrojados horizontes salariais dos trabalhadores. É o caso de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro da CUT que, hoje, integra o Conselho Administrativo da ITAIPU; de Luiz Marinho, que integra o Conselho Nacional de Segurança Alimentar; de Jair Meneguelli, presidente do SESI; de Oswaldo Bargas, secretário de relações de trabalho do Ministério do Trabalho, órgão responsável pela suspensão do Registro Sindical do ANDES-SN. A lista é longa¹³⁷.

7. Diante desse quadro, o ANDES-SN incentivou em seus últimos eventos, a construção de um pólo de resistência na CUT. No 8º CONCUR defendemos a independência da CUT frente ao governo e o combate contra a PEC-40/03. Essa iniciativa mostrou-se importante, mas foi derrotada pela tese de que o governo Lula é aliado dos trabalhadores. Durante o encaminhamento da reforma da Previdência, a CUT (com sua posição de aceitar a reforma e apresentar emendas) assistiu à destruição da Seguridade Social dos trabalhadores do serviço público sem mudar sua avaliação sobre o governo Lula. A presença da CUT no FNT é, portanto, se olhada na perspectiva histórica desses acontecimentos, uma evidência da adesão ao governo Lula e ao seu programa de acelerar uma radical mudança nas relações de trabalho em prejuízo dos trabalhadores operada por meio, principalmente, da reforma sindical e trabalhista. É por isso que se faz necessário agora tentarmos construir, em conjunto com o pólo de resistência da CUT e outros sindicatos não-cutistas (UNAFISCO, FENAFISP, etc.), um movimento contrário às reformas do governo Lula que retirem direitos. No caso da reforma sindical e trabalhista, o Seminário sobre Reforma Trabalhista e Sindical, realizado em São Paulo, no mês de outubro de 2003, em conjunto com sindicatos de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, mostra efetivamente o caminho e a forma para resistirmos à reforma anunciada e discutida acima.

TR - 24

1 O 23 CONGRESSO, considerando que a tendência de destruição da CUT como instrumento de luta da classe trabalhadora aprofundou-se brutalmente e que a reforma sindical e trabalhista do governo Lula aponta para a destruição dos direitos trabalhistas e da independência dos sindicatos, delibera que:

1.1 as seções sindicais, reafirmando decisão do 47º CONAD, discutam sobre a relação do ANDES-SN com a CUT, podendo deliberar sobre a situação do ANDES-SN em relação à Central no 24º CONGRESSO;

1.2 o ANDES-SN desautorize a CUT de representá-lo contra suas posições, a exemplo do que aconteceu durante a reforma da Previdência quando a central defendeu propostas contrárias às reivindicações do ANDES-SN e da CNESF;

1.3 as seções sindicais e as secretarias regionais promovam eventos (preferencialmente em conjunto com outros sindicatos) visando a esclarecer os docentes sobre a reforma sindical e trabalhista do governo Lula e organizem uma resistência nacional contra a destruição dos sindicatos e a retirada de direitos trabalhistas;

1.4 as seções sindicais se empenhem em viabilizar sua presença no Encontro Sindical Nacional nos dias 13 e 14 de março, em Brasília.

¹³⁷ Cf. lista publicada por *Primeira Leitura*, São Paulo, mai. 2003, p.28, citado por MATTOS, Marcelo B.. A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem, In *Revista Outubro*. N.9, 2003.

Contribuição dos professores Amadja Henrique Borjes, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson Lima da Silva, Gilson de Vasconcelos Torres, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Lincoln Moraes de Souza, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria - sindicalizados da ADURN S. Sind

PARA ONDE FOI A CUT? PARA ONDE VAI O ANDES?

TEXTO DE APOIO

Após um ano de governo Lula, a esperança suscitada em amplos segmentos começa a ser questionada e as críticas de setores vêm sendo confirmadas. Além do mais, a expectativa ou mesmo curiosidade sobre o perfil e a natureza do governo cedeu lugar a frustrações, especialmente no que se refere ao atendimento de reivindicações históricas e direitos básicos da classe trabalhadora. O que deveria ser um novo modelo econômico não passou de discurso de campanha eleitoral e prosseguiu-se, no fundamental, com as mesmas orientações neoliberais da era de FHC. As políticas sociais, não obstante os discursos altissonantes e a intensa propaganda na *mídia*, esbarraram nos ditames do capital financeiro através dos acordos com o FMI e de outras modalidades de submissão. A tão esperada nova forma de fazer política, rapidamente foi substituída pela troca de favores, alianças espúrias, frases demagógicas sobre a governabilidade, repressão e velhas posturas na busca de legitimação como o pacto social, fóruns esvaziados e iniciativas visando cooptar os movimentos sociais.

É verdade que parte da classe trabalhadora ainda sustenta algumas ilusões quanto ao governo Lula. Entretanto, outros segmentos já adotaram uma firme posição contrária a essa espécie de terceiro mandato de FHC. De um lado, a própria CUT, embalada pelo canto da sereia navega nas ondas do neoliberalismo. De outro, setores da classe trabalhadora, especialmente o funcionalismo federal, adianta-se na oposição e transforma-se, direta ou indiretamente, na nova vanguarda sindical do país neste momento. Ao que tudo indica, com os novos e futuros ataques aos direitos trabalhistas, através das más intituladas reformas sindical e trabalhista, novos agrupamentos, provavelmente, também iniciarão seus questionamentos. Já o MST, apesar de muitas promessas e poucas reivindicações atendidas, não se sabe, ainda, até quando se conformará com algumas migalhas e suportará a continuidade do atual compasso de espera e confundirá discursos com uma ampla reforma agrária. A continuidade das ocupações, todavia, pode sinalizar para futuros atritos com o governo Lula.

No caso específico do funcionalismo, seu papel reveste-se de grande importância. Em primeiro lugar, por constituir um setor da classe trabalhadora e, portanto, pertencer às classes subalternas. Em segundo, devido ao seu tipo de inserção no Estado e fazer parte de sua estrutura e funcionamento, termina mantendo com ele uma relação contraditória e praticamente impossível de resolver enquanto perdurar o sistema capitalista. Em terceiro, o funcionalismo materializa o principal agente das políticas públicas, uma vez que estas, para serem formuladas e implementadas necessariamente terão que passar pelas suas mãos.

Estes aspectos ficam mais claros ainda, quando o funcionalismo defronta-se com governos neoliberais. No tocante ao pertencimento às classes subalternas, o funcionalismo também sente os efeitos diretos da redução ou perda dos direitos sociais, do arrocho salarial e de medidas repressivas em cima da classe trabalhadora como um todo. Ao fazer parte da estrutura formal do Estado capitalista o funcionalismo vai sentir na pele a maior privatização deste e a violência das campanhas ideológicas da nova direita que procuram transformá-lo, aos olhos da sociedade, no principal responsável pelos desmandos, corrupção e supostas ineficiência e ineficácia do Estado, isto é, como se fosse corporativo, privilegiado, preguiçoso e contra as mudanças e reformas. Em relação ao fato de ser o principal agente das políticas públicas, a redução dos gastos nas políticas sociais (educação, previdência, saúde etc.) e o desmantelamento dos respectivos órgãos e instituições das atividades governamentais, levam a grandes dificuldades ou impossibilidades do trabalho devido às condições precárias.

Não surpreende, desta feita, que o funcionalismo tenha batido de frente com o governo neoliberal de Lula e que, ao mesmo tempo, apresente um progressivo questionamento ao seu braço sindical, no caso a CUT. Ressalte-se, contudo, como veremos logo a seguir, que o relacionamento do funcionalismo e particularmente do ANDES-SN com a CUT esteve marcado, em muitos momentos, por algumas diferenças,, tensões e problemas que perduraram e aumentaram ao longo do tempo. No momento atual,

a privatização da previdência, a perspectiva de mais um ataque frontal à universidade pública e das chamadas reformas sindical e trabalhista elevaram a um patamar superior as dificuldades de uma convivência harmoniosa e frutífera. Daí, a necessidade e a urgência de uma discussão e reflexão baseadas na nossa trajetória de lutas, ancoradas nos nossos princípios e coerentes com a busca de uma nova sociedade.

Alguns elementos históricos

Visando subsidiar a análise das relações entre o funcionalismo, o ANDES-SN e a CUT, bem como introduzir elementos que norteiem a posição do nosso sindicato sobre a Central, é importante resgatar alguns pontos.

No início da década de oitenta, quando ainda era, por força de lei, uma associação (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), o ANDES-SN, juntamente com outros setores da classe trabalhadora e do funcionalismo, teve um importante papel na reorganização do movimento sindical no país. Na época, os trabalhadores do ABC paulista apareciam como o segmento mais avançado das lutas operárias e suas propostas rapidamente começavam a ganhar terreno em outros setores: um movimento sindical que fosse combativo, classista, autônomo (perante os partidos, Estado e aos patrões), organizado pela base ou local de trabalho etc.

Simultaneamente, ocorria uma intensa discussão sobre a criação de uma nova central sindical e a então associação ANDES, teve uma intensa participação nos encontros intersindicais, especialmente no CONCLAT de Praia Grande em 1981, na Comissão Pró-CUT (a partir de 1982) e no CONCLAT de São Bernardo do Campo em 1983. Nestes encontros, os sindicalistas estavam divididos, no geral, em dois grandes blocos antagônicos e inconciliáveis: um formado pelos grupos da chamada Unidade Sindical e que defendiam um processo de articulação intersindical a partir da estrutura oficial e entendiam que as reivindicações e lutas eram secundárias face à transição democrática. O outro, por militantes ligados às denominadas Direções Autênticas, aliadas às Oposições Sindicais e que propugnavam a construção da CUT pela base. Diante do impasse, o segundo bloco convocou o CONCLAT de São Bernardo em 1983 que culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O que ficou evidente, desde o início da reorganização do movimento sindical, foi a presença de um intenso debate, a impossibilidade de conciliar as profundas divergências em função de questões de princípio e o fato inegável de que foi o setor mais avançado que tomou a iniciativa de dar passos mais largos na continuidade da luta, embora fosse minoritário no período. E este debate referente aos dois grandes blocos citados, por sua vez, igualmente vai ocorrer no interior do Movimento Docente (MD). Ligado a isto, vai haver uma outra discussão igualmente relevante, ou seja, se a então associação dos docentes deveria pautar-se por uma postura mais propriamente sindical ou constituir-se como uma organização acadêmica ou algo do gênero. E isto, diga-se de passagem, explica, em grande parte, o lento processo de discussão que definiu a filiação do ANDES-SN à CUT.

Além do mais, o mesmo debate marcado por uma postura mais sindical *versus* postura mais acadêmica, vai fundamentar a questão referente à autonomia do sindicato perante o governo. Para se ter uma idéia, com o advento da auto-intitulada Nova República, aqueles que sustentavam uma linha acadêmica defendiam explicitamente que o ANDES-SN deveria ter responsabilidade com a governabilidade de Sarney. Já o segundo segmento, opunha-se radicalmente a tal atrelamento: ao considerar inconcebível abrir mão da independência e da autonomia da entidade perante aos governos, partidos políticos e administrações universitárias; ao assumir mais decididamente a defesa da categoria ao qual representava, bem como da universidade pública. Como um dos desdobramentos desta polêmica, vai ocorrer, pela primeira vez, a existência de duas chapas para concorrer à direção da entidade em 1986, saindo vitoriosa a que representava a linha mais sindical.

No final da década de oitenta, a nossa associação vai transformar-se em sindicato nacional e filiar-se à CUT. Cinco anos após a criação da Central, no Congresso de Juiz de Fora, em 1988, aprovou-se indicativamente a filiação à Central. Esta indicação, após apreciação pelas bases deveria ser deliberada no Congresso seguinte. Finalmente, o VIII Congresso do ANDES-SN, fevereiro de 1989, em São Paulo-SP, aprova a filiação. No que diz respeito à transformação do ANDES em sindicato, essa ocorreu em novembro de 1998 no Congresso Extraordinário (Rio de Janeiro-RJ). Contudo, essa filiação formal não significou que a totalidade das Seções Sindicais que compõem o ANDES-SN viria se filiar à Central, pois cada Seção teria que deliberar, em Assembléia Geral, sua filiação. E hoje, passados quinze anos, somente cerca de quarenta por cento das Seções filiaram-se à CUT.

Como se observou, o pequeno resgate aponta para uma série de questões que indicam, de uma maneira ou de outra, que a formação da CUT esteve marcada pela combatividade na área sindical e que a Central representou, no seu início, a vanguarda do movimento. Sobre o ANDES-SN, também sobressai a

mesma combatividade e a predominância dos princípios da autonomia sindical perante os partidos, governos e administrações universitárias. Os caminhos das duas entidades, entretanto, nem sempre foram os mesmos, como mostraremos a seguir.

Os servidores públicos, o ANDES-SN e a CUT: uma relação conflituosa

O cotidiano dos encaminhamentos das lutas pelas entidades sindicais nacionais dos servidores públicos federais é um campo fértil que propicia elementos básicos e necessários para uma reflexão mais profunda e uma avaliação consistente do papel que vem sendo desempenhado pela CUT em relação a esta categoria de trabalhadores e aos serviços públicos. Além do mais, indica, igualmente, como os servidores públicos nem sempre sentiram-se representados pela Central.

A discussão no início da década de noventa sobre a criação de uma entidade que organizasse o funcionalismo federal, por exemplo, foi algo bastante expressivo do referido cotidiano. Naquele momento, foi criada uma entidade – a Intersindical, que chegou a realizar dois congressos de amplitude nacional. O ANDES-SN, porém, deliberou por não participar da mesma, por entender que esta forma de organização dos servidores públicos federais enfraqueceria a CUT ou até mesmo possibilitaria a formação de uma central dos servidores que desempenhasse um papel que caberia à Central. A posição correta do ANDES-SN, naquelas circunstâncias e na conjuntura da época, era trabalhar para uma maior inserção no interior da CUT e, em consequência, conquistar maior espaço para a categoria a qual representava. Em outras palavras, o ANDES-SN, sentia-se representado pela CUT naquele momento e, portanto, não havia razões para sair da Central.

Mas a Intersindical não prosperou e a forma encontrada e construída foi a Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNEF), com a participação da CUT, mas também de entidades nacionais não filiadas à Central e com os mesmos direitos e condições. A criação da CNEF, por conseguinte, já mostrava que nem todas as entidades combativas, assim como a maioria das seções sindicais do ANDES-SN, eram filiadas à CUT.

Prosseguindo, poderia ser dito que a história da CNEF expressa bem a relação dos servidores federais com a CUT. Como se sabe, por ocasião dos enfrentamentos com as políticas governamentais para os serviços públicos e a postura dos governantes referente à categoria, a Central quase sempre se coloca de forma reticente, omissa e, no limite, contrária ao funcionalismo. E isto não ocorreu somente agora com o governo Lula, uma vez que já no período de FHC a ação da direção nacional da CUT relativa à Previdência foi motivo de moção de repúdio aprovada no XV Congresso do ANDES-SN. Vale a pena transcrever na íntegra:

“Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XV Congresso do ANDES Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, realizado no período de 1 a 6 de fevereiro de 1996, em Santa Maria – RS, repudiam veementemente a decisão desta direção que ratificou as negociações realizadas pelo presidente da CUT junto ao governo FHC.

As declarações de FHC comemorando a decisão da direção da CUT são emblemáticas do seu caráter de conciliação, quando se refere ao resultado desta reunião como ‘ muito bom, isso é ótimo’ (Zero Hora, 05/02/96). A luta contra o projeto neoliberal implementado por esse governo não pode dobrar-se diante da renovada forma de pacto social que convidam os trabalhadores a assinarem embaixo na medida que retiram conquistas históricas e sofridas do movimento popular e sindical.

A CUT, como central de caráter classista, deve ser um instrumento de organização de todos os trabalhadores no conjunto contra a reforma da previdência, reforma tributária e administrativa impostas pelo Governo liberal e que tem como objetivo concentrar ainda mais a riqueza e aprofunda a miséria e o desemprego entre os trabalhadores brasileiros.

Neste sentido, reivindica-se a convocação extraordinária e imediata de plenárias estaduais e nacional da Central, com representantes de todos os sindicatos filiados à CUT, para que se democratize a discussão da postura política da Central frente ao pacto social proposto pelo governo FHC.” Sem comentários...

Além do cotidiano das lutas e das formas organizativas, um outro campo para reflexão, não menos fértil, remete para o próprio tratamento dado à educação. Para se ter uma idéia, enquanto o ANDES-SN sempre procurou manter ativo o Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE), a CUT, sistematicamente, teve ações no sentido contrário, demonstrando a inflexão da Central em relação à concepção de organização horizontal, pela base, privilegiando a estrutura vertical (confederações, federações). A luta para manter o DNTE remonta a meados de 1990, quando o ANDES-SN junto com outras entidades sindicais do ramo da educação procuraram evitar o adiamento do Congresso do DNTE, marcado para 1995 e compreendido como espaço para avançar a unificação dos trabalhadores da educação em torno da Campanha Nacional da Educação da CUT e da elaboração do Plano Nacional de Educação pelos trabalhadores. Apesar do empenho destas entidades esse congresso não se realizou

até hoje. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi quem desempenhou esse papel. O ANDES-SN entendia também que o Congresso do DNTE seria um "espaço importante para a discussão da concepção e estrutura sindical em disputa na CUT" ao reafirmar "o DNTE como componente da concepção sindical defendida pelo ANDES-SN com base na proposta original da CUT, que garante a autonomia e a estrutura horizontal nas organizações sindicais." (XVI Congresso do ANDES-SN, João Pessoa/PB, 1997).

O XVI Congresso do ANDES-SN em 1997, João Pessoa-PB, contempla uma série de deliberações sobre a matéria, tais como: "Acatar a indicação da Executiva Nacional da CUT de adiar o Congresso do DNTE, sem perder de vista a necessidade política de sua realização, o mais rápido possível; lutar para que o referencial fundamental de participação no Congresso do DNTE seja os princípios defendidos por esse sindicato, principalmente no que se refere à PARTICIPAÇÃO DA BASE; reafirmar a posição geral, já aprovada nas instâncias do ANDES-SN, de manutenção do DNTE, entendendo-se, no entanto, que no processo em busca de uma alternativa para a organização dos trabalhadores em Educação, a atuação do ANDES-SN será fundamentada nos seguintes eixos: a) o ramo de atividade da educação deve fazer parte da estrutura organizativa da CUT; b) resguardar os princípios de concepção e estrutura sindical defendidos pelo ANDES-SN."

Essas deliberações foram reafirmadas em Congressos e CONADS realizados posteriormente ao XVI Congresso. O ANDES-SN continua tentando junto à Central a realização de um congresso do DNTE. Neste sentido, mais uma vez os caminhos seguidos são diferentes, pois a Central procura manter uma organização verticalizada ao privilegiar as confederações e federações e, o ANDES-SN prossegue, defendendo o DNTE.

Quanto ao trato em relação às chamadas esferas públicas e privadas, a prática da CUT contradiz de forma cristalina o discurso em defesa do ensino público e gratuito. A este respeito, nada mais esclarecedor do que a postura da Central no tocante às campanhas em defesa da escola pública. E, mais recentemente, a vergonhosa, constrangedora e acintosa participação do atual presidente da CUT, Luiz Marinho, bem como do ex-presidente e atual deputado federal do PT, Vicentinho, em campanha publicitária em defesa do ensino privado.

É evidente que, ao fazer convênios com instituições privadas e participar de campanhas publicitárias, a CUT ajuda a implementar a política privatista do governo Lula. Como mais um exemplo revelador, bastaria ler a peça publicitária que propagandeia a celebração do convênio entre a Fundação UNIBAN e a CUT publicada no jornal Folha de São Paulo (4 de dezembro de 2003, p. A 15). O título também é bastante expressivo: "FUNDAÇÃO UNIBAN E CUT, JUNTAS PELA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL." E o mesmo pode-se dizer sobre a chamada: "A iniciativa estimula a formação, a qualificação e a capacitação profissional dos brasileiros e contribui com o processo de inclusão social que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal."

CUT: outras evidências importantes da inflexão

Como já foi apontado, em alguns momentos a CUT e o ANDES-SN seguiram caminhos diferentes pois a Central, gradativamente, afastava-se da sua proposta original. Em outras palavras, a inflexão da CUT no tocante à concepção e proposta que fundamentaram a sua criação e expressas no Estatuto de fundação, assim como no encaminhamento das lutas, não é recente e nem se restringe apenas ao exemplo do DNTE ou ao trato da previdência. Mas o 3º CONCUT (Belo Horizonte-MG, 1989) foi o marco, uma vez que as mudanças estatutárias aprovadas demarcam muito bem a guinada da Central por uma concepção sindical que reduz a participação da base e privilegia a estrutura vertical. E é importante registrar que nos CONCUTs e Plenárias Nacionais que sucederam o referido CONCUT, este processo foi aprofundado, verticalizando ainda mais a estrutura e funcionamento da Central.

Também não é de hoje que o ANDES-SN registra as inflexões da CUT. A posição do ANDES-SN em relação às metamorfoses da Central e seu retrocesso, sempre foi de crítica e combate, aprovando em seus Congressos e CONADs Planos de Lutas que contemplavam esta posição. O XVI Congresso em 1997, João Pessoa-PB, por exemplo, aprovou: "Fortalecer a CUT, trabalhando no sentido de resgatar o sindicalismo combativo, classista, autônomo, democrático, construído pela base, com destaque no potencial de mobilização." Esta deliberação, por sua vez, com alterações apenas de forma, vem sendo reafirmada, sucessivamente, nos Congressos e CONADs.

Ainda fundamentado nas instâncias do ANDES-SN, encontramos várias deliberações que bem comprovam as mudanças de rumo da CUT, com destaque para:

"Rejeitar a proposta de implementação de sindicalismo orgânico, trabalhando na perspectiva de que o VI CONCUT reveja a posição da Central sobre Sindicato Orgânico, na direção da recuperação da estrutura sindical horizontal, democrática e autônoma que deu origem à CUT, fazendo com que essa se

transformasse na única central representativa dos trabalhadores no campo classista.”(XVI Congresso, João Pessoa-PB, março de 1997). Esta posição foi reafirmada no XVII Congresso (Porto Alegre-RS, fevereiro de 1998) e XVIII Congresso (Fortaleza-CE, março de 1999). Também os CONADs XXXIV (Palmas-TO, julho de 1997) e XXXV (Belém-PA, outubro de 1997) aprovaram propostas na mesma direção.

“Realizar, até o VI CONCURT, Seminário Nacional, com sindicatos filiados à CUT, para analisar a trajetória cutista, debater e propor formas de organização, estratégias de luta etc., prioritariamente organizado pela CUT ou, caso a Central não concorde, realizá-lo em conjunto com outros sindicatos”(XVI, João Pessoa-PB, março de 1997);

“Reforçar o princípio de que o sindicalismo autônomo e classista deve lutar contra toda política de pacto social, qualquer que seja o nome que ela venha adotar” (XVI Congresso, João Pessoa-PB, março de 1997);

“As Seções Sindicais devem articular-se para garantirem participação ativa nos CONCURTs e o Sindicato como um todo deve mobilizar-se para garantir o maior número possível de delegados ao CONCURT. Nesses eventos, as delegações do ANDES-SN buscarão as articulações necessárias para o resgate das concepções e práticas que deram origem à CUT, o que passa necessariamente pela recusa ao modelo de sindicato orgânico/nacional e pela implementação de uma estrutura sindical classista, horizontal, de base e democrática. Objetivo que, para ser alcançado, depende centralmente da superação política da atual linha majoritária na direção da Central”(XIX Congresso, Juiz de Fora-MG, fevereiro de 2000).

E, mais recentemente, o 47º CONAD em Natal, novembro de 2003, além de reiterar o caráter combativo e a concepção sindical do ANDES-SN, foi palco de intenso debate referente ao seu relacionamento com a CUT. Este debate foi motivado: por críticas à Central contidas nos textos de avaliação de conjuntura; pelo fato da direção nacional do ANDES-SN ter suspenso a partir de junho de 2003 o repasse da contribuição financeira à CUT; e devido a propostas de resoluções apresentadas no caderno de texto visando a suspensão imediata da contribuição financeira, para o conjunto do sindicato, à Central, bem como a desfiliação do ANDES-SN a esta mesma Central no referido evento ou a ser submetida à apreciação no 23º Congresso em março deste ano.

Após amplo e acirrado debate, o 47º CONAD aprovou o seguinte texto resolução:

“O 47º CONAD delibera que as seções sindicais discutam a relação do movimento sindical docente com a CUT.”

Mas as questões não se esgotam nas posições assumidas pelo ANDES-SN nos seus Congressos e CONADs, já que extrapolam em muito os pontos elencados. A relação financeira do ANDES-SN com a CUT, para se ter uma idéia, também é um elemento que demonstra a opção da Central pela estrutura vertical, privilegiando o sistema confederativo em detrimento da estrutura horizontal. O ANDES-SN, em instâncias deliberativas, rejeitou a proposta da CUT quanto ao repasse da contribuição do sindicalizado para a Central, o que, dentre outras coisas, legitimaria a proposta de sindicato orgânico. Este embate transcorreu entre 1996 e início de 1998, quando finalmente a Central acatou, estrategicamente, a proposta do ANDES-SN.

A proposta de política de finanças da CUT, aprovada na 7ª Plenária Nacional, 1996, além de aumentar o percentual de contribuição de 5% para 9% em 1996 e para 10% a partir de 1997, era centralizadora pois os sindicatos de base (no caso do ANDES-SN seriam as seções sindicais) repassariam 9% de sua receita diretamente à Tesouraria Nacional da CUT. Do montante arrecadado a CUT Nacional ficaria com 2% e repassaria 3,5% para as CUTs Estaduais e 3,5% para as Confederações/Federações (no Caso do ANDES-SN seria o Caixa Nacional).

O XV Congresso do ANDES-SN (Santa Maria-RS, 1996) rejeitou essa sistemática e deliberou, como posição temporária até que se chegasse a um acordo, que o pagamento à CUT, a ser efetuado tanto pelo Caixa Nacional (Tesouraria do ANDES-SN), como pelas seções sindicais, se restringisse aos 5,5% da respectiva receita, ignorando os 3,5% referentes ao sistema confederativo/federativo. Ao comunicar esta deliberação à Tesouraria Nacional da CUT - Ofício Nº 046/96 - o ANDES-SN justifica: *“não teria sentido o caixa nacional ou mesmo que o caixa das seções sindicais incluíssem no recolhimento à tesouraria da CUT, parcela destinada a sustentação financeira do sistema confederativo”*. Face a resistência da Central, expressa em reuniões e em ofício, à posição deliberada no XV Congresso, a diretoria do ANDES-SN manteve, como não poderia deixar de fazê-lo, a deliberação do seu Congresso (Ofício Nº 091, 8 de março de 1996) complementando *“como temos demonstrado, o cumprimento da nova sistemática somente será fiel às deliberações das instâncias da Central, a partir de um olhar acurado da concepção e da estrutura do Sindicato Nacional. Concepção e estrutura, aliás, que guardam os princípios do novo sindicalismo cutista. Alcançamos patamar que supera o que seria restringir-se ao dilema: passar à inadimplência com a tesouraria da CUT ou abdicar do conceito de organização sindical*

pelo qual a categoria optou para si própria. É nesse patamar que retomamos a posição aprovada no XV Congresso do ANDES-SN".

Um outro aspecto inaceitável da política de finanças da CUT era que a sustentação financeira do DNTE ficava comprometida. Dos 9% arrecadados, não havia previsão de suporte financeiro para este Departamento. A coordenação do DNTE, em documento sobre a matéria, destaca que *"há aspectos que podem atingir profundamente os procedimentos democráticos de discussão dentro da Central. Em primeiro lugar, para uma série de entidades (de base ou nacionais) estas alterações exigem modificações estatutárias. Dependem, portanto, da realização de assembleias ou congressos específicos e correspondente aprovação da proposta. Em segundo lugar, a forma como está sendo conduzido este processo de mudança na sistemática de contribuição à CUT, está incorporando a implantação de estruturas orgânicas à Central, sem que elas estejam devidamente discutidas e definidas nos foros adequados".*

Finalmente, valeria lembrar a política da CUT quanto às Câmaras Setoriais e outros fóruns com composição tripartite e o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Semelhante às outras propostas da Central, também rejeitadas pelo ANDES-SN.

As citações e as observações anteriores mostram, portanto, que o questionamento do ANDES-SN em relação à CUT, além de ser antigo, aponta em várias direções e atinge planos variados. Além do mais, e este aspecto é igualmente relevante, as críticas e as tentativas infrutíferas de mudar a CUT remontam ao período anterior ao governo Lula. Daí a necessidade urgente de se tecer algumas considerações sobre o momento atual, o que vai comprovar mais ainda as inflexões da Central.

A CUT, o governo Lula e a diferenciação de caminhos

O que poderia, à primeira vista, assemelhar-se a meros desvios de rota, incompreensões, erros na implementação das decisões ou simples dificuldades para levar adiante as orientações corretas em defesa da classe trabalhadora, com o governo Lula as coisas não deixaram mais margens à dúvidas. Neste sentido, o governo atual oportunizou à CUT a explicitação inequívoca da renúncia/recusa à concepção e prática sindical que lhe deu origem. Ao transformar-se em braço sindical do governo terminou, como este, adotando uma política de colaboração de classes.

Em apenas um ano de mandato do governo Lula, ficou evidente o aparelhamento da Central, sua escolha pela política neoliberal e por garantir as práticas governamentais, passando, inclusive, a considerar-se governo e disponibilizar seus quadros para assumir funções e cargos no chamado terceiro mandato de FHC.

Em pouco tempo a CUT explicitou que não tinha mais caminho próprio, pois as coordenadas dos seus passos, as indicações e os direcionamentos são dados, agora claramente, pelo governo e não por suas bases. A este respeito, a ingerência do governo Lula na CUT chegou ao ponto de ser publicizada, com meses de antecedência ao 8º CONCURT (São Paulo-SP, junho de 2003) que o preferido de Lula, no caso Luiz Marinho, assumiria o comando da Central. O evento apenas confirmou a vontade do governo.

Mas o 8º CONCURT, igualmente expressou muito bem a linha política sintonizada e dependente do governo Lula. Não surpreende que a Central assumisse claramente a defesa do governo e que tenha retirado do seu Plano de Lutas deliberações importantes, tais como: a luta contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o pagamento da dívida externa; o combate à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); a retirada do apoio à luta pela reforma agrária do MST. Quanto ao abandono da defesa dos serviços e dos servidores públicos, a deliberação tomada sobre o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência, que estava em tramitação no Congresso Nacional, consolida a reorientação da linha política.

No entanto, a posição da CUT não ficou restrita apenas ao âmbito das deliberações do 8º CONCURT. Na seqüência, as ações da Central confirmaram o atrelamento, corroboraram e propiciaram o recrudescimento da política neoliberal do governo Lula – iniciada com Collor e aprofundada com FHC.

Mais alguns fatos esclarecedores. A atuação da CUT na greve do funcionalismo contra a PEC 40 da má intitulada reforma da Previdência, com desdobramentos nefastos à luta em defesa da construção e ampliação de um serviço público gratuito e de qualidade, o que atesta um grave exemplo do papel da Central na pró-sustentação do governo Lula e do neoliberalismo. Desde o início, inclusive, a CUT tentou frear o avanço do movimento. E isto ficou evidente, pois enquanto o conjunto do movimento apontava para a rejeição da citada PEC a CUT simplesmente aceitava negociar em cima de alguns pontos. Além do mais, o presidente da Central, Luiz Marinho, anunciou uma oposição declarada à greve e apostando no isolamento do movimento. Com a manutenção da greve e seu caráter nacional, a CUT, numa manobra tática, passa a ter um discurso oficial de apoio, mas sem tomar nenhuma iniciativa de peso na

mobilização. Registre-se, por exemplo, que a marcha dos servidores à Brasília, que atingiu em torno de oitenta mil pessoas, não contou com o apoio decisivo da CUT nacional.

No caso dos Correios, foi realizada uma das maiores greves da categoria com um índice de adesão próximo a 80% em todo o território nacional e, em várias cidades, superior a 90%. No segundo dia da paralisação, a categoria recusou a primeira e rebaixada proposta da empresa e posicionou-se contra o denominado Comando de Negociação (composto pelas correntes sindicais Articulação, grupo majoritário da Central e Corrente Sindical Classista) que queria a suspensão do movimento.

Na greve dos bancários, também ocorreram atritos entre a base e a cúpula sindical. A Executiva Nacional dos Bancários, para se ter uma idéia, recomendou que todos os sindicatos aceitassem a proposta apresentada pelos banqueiros. Como disse Vagner Freitas, presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT e coordenador da Executiva: “ao mesmo tempo em que houve um crescimento na mobilização da categoria, em função do momento político que vivemos, não seria possível avançar mais a proposta por meio de negociações. Não é a plena vitória, mas é possível fazer um acordo neste patamar.” (AnSindical, 02/10/2003).

Um outro ponto não menos grave e que não pode deixar de ser denunciado e rejeitado, foi, mais do que complacência, uma concepção política que a CUT passou a adotar ao assumir a política assistencialista e paliativa do governo Lula e incentivar a entrada da classe trabalhadora no circuito financeiro e ao se dispor a implementar atos nessa direção. Um exemplo cabal disto foi o acordo feito com o governo para encaminhar a proposta de empréstimo dos bancos, sob consignação, aos trabalhadores filiados às centrais sindicais através dos sindicatos. Esta ação, além de contribuir para o imobilismo dos trabalhadores, numa prova da abdicação ao sindicalismo classista, combativo e autônomo, optando pela política de colaboração de classes, terminou fortalecendo o setor financeiro.

Finalmente, a pérola. O que parecia impossível há anos, concretizou-se. A adoção pela CUT dos mesmos instrumentos utilizados pela Força Sindical e CGT e pelos sindicatos patronais, tão combatidos pela Central. Primeiro, a campanha publicitária comemorativa dos vinte anos de criação da Central. Peças acintosas às condições de vida da maioria de seus filiados, mas tão a gosto dos sindicatos patronais e demais centrais. Segundo, o megashow já anunciado, a ser realizado no 1º de maio de 2004, semelhante ao das outras centrais e anteriormente criticado pela CUT.

Não é preciso mais exemplos esclarecedores, pois os já citados não deixam margem a dúvidas. O que é necessário e urgente é avançar na reflexão, debater e abrir a possibilidade de tomar uma posição a respeito da CUT.

Para onde vai o ANDES-SN?

Uma pergunta óbvia e preliminar se impõe: neste momento, devemos fazer de conta que nada está acontecendo e que a CUT ainda é uma Central que representa o ANDES-SN e a nossa categoria? Acreditamos que não, como mostramos ao longo do texto.

Além da reorientação progressiva da CUT para uma linha à direita e sua transformação em braço sindical do governo, a reação dos servidores aponta também de forma clara qual o caminho a tomar, isto é, um caminho diferente da CUT. Na realidade, seria muito mais uma explicitação do que já vem ocorrendo a algum tempo e agravada com o governo Lula do que uma mudança de concepção do ANDES-SN. Não foi o nosso sindicato que mudou de caminho, mas a CUT que escolheu o caminho da direita e do papel de braço sindical do governo Lula. Não deixaria de ser, no mínimo estranho, que nosso sindicato esteja em confronto direto com as políticas deste governo e estejamos filiados a uma Central que representa, exatamente, o mesmo governo.

Reconhecemos como justas e bem intencionadas algumas preocupações, tais como: não cairíamos no isolamento ao sairmos da CUT? Não seria melhor continuar lutando por dentro para mudar? Iríamos para onde, se sairmos da Central?

Em primeiro lugar, e como foi demonstrado no texto, como regra, fomos, estamos e ficaremos mais isolados ainda dentro da CUT, a não ser que renunciemos a nossa trajetória de lutas, nossos princípios norteadores de ação e passemos, dentre outras coisas, a funcionar também como braço sindical do neoliberalismo. Então, como sustentar a tese de que é necessário continuar na CUT visando o resgate de sua origem? Aliás, manter a ilusão quanto a possibilidade de, por dentro, reorientar a CUT, já se mostrou ineficaz e inviável. Principalmente neste momento, em que as posições da Central ficam cada vez mais cristalizadas e ela tem o apoio político e material do governo.

Em segundo lugar, se em relação a política de finanças da CUT, aprovada na 7ª Plenária Nacional, o ANDES-SN a rejeitou categoricamente, pois implicava na nossa aceitação/incorporação do sindicalismo de estrutura vertical. O que justifica a permanência do ANDES-SN em uma Central que rompe com o

sindicalismo de base, classista, autônomo e combativo optando por ser braço do governo em uma política de colaboração de classes? Finalmente, se em relação a sistemática de contribuição para a CUT o ANDES-SN assumiu inclusive a inadimplência para não abdicar do conceito de organização sindical que a categoria optou, por que vamos continuar contribuindo na sustentação financeira da CUT?

Em síntese, após essa longa jornada de luta no interior da Central e onde, à medida que o tempo passa, as forças que continuam defendendo a concepção sindical que originou a CUT tornam-se, a cada passo, cada vez menores, ainda é possível continuar lutando no interior da Central? Ou é apenas perda de tempo e um jogo de aparências acreditar na possibilidade de resgatar a CUT?

Finalmente, para onde iremos? Continuaremos nossa luta, como sempre fizemos, procuraremos ou mesmo criaremos outras alternativas no processo, pois, como diz o poeta, "*por ali não irei mais*".

TR - 25

1 O 23º Congresso do ANDES-SN, encaminha para discussão na base da categoria proposta de indicativo de desfiliação deste sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta proposta deve ser ponto de discussão nos 48º e 49º CONADs, para posterior deliberação no 24º Congresso do ANDES-SN.

2 Suspensão imediata do repasse da contribuição financeira do ANDES-SN à CUT.

3 Enquanto perdurar o processo de discussão do indicativo de desfiliação à CUT esta não está mais autorizada a representar o ANDES-SN em qualquer fórum e em qualquer mesa de interlocução e/ou negociação.

TEXTO 26

Diretoria do ANDES-SN

SEGURIDADE SOCIAL

Para a manutenção e ampliação dos direitos sociais, somente a mobilização de todos

TEXTO DE APOIO

O processo de descaracterização e desmonte da Seguridade Social, tal como foi posta na Constituição de 1988, não é recente. Ele foi iniciado nos primeiros governos que se seguiram à promulgação do texto constitucional, por meio de variadas estratégias e ações: de atrasos deliberados na sua regulamentação até tentativas de modificá-la por meio de projetos de lei ou propostas de emendas constitucionais. As ações tornaram-se mais explícitas e contundentes no governo FHC, a partir de sua vinculação aos organismos multilaterais internacionais, especialmente ao BM e ao FMI e, em decorrência, ao seu projeto de minimização do Estado brasileiro.

A perda e a desconstitucionalização de direitos sociais da classe trabalhadora foi constante, com especial ataque aos servidores públicos.

No âmbito da previdência social, seguiu-se fielmente o receituário neoliberal ditado pelo BM e FMI, isto é, a remodelação do sistema previdenciário orientado para a garantia de um benefício de aposentadoria mínimo, irrisório, centrado na lógica do seguro, e essencialmente contributivo. Para receber além dessa aposentadoria mínima, o cidadão deveria aderir a um plano de previdência privada. No caso do servidor público, após a aprovação da EC 41/03, instituiu-se a previdência complementar por contribuição definida.

Em 1998, o governo de FHC, por meio da Emenda Constitucional 20, conseguiu fazer a sua grande reforma da Previdência com os horizontes descritos. Para o Regime Geral da Previdência, ela foi concretizada integralmente. Para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, por força de disposições da emenda, alguns aspectos como, por exemplo, a instituição da previdência complementar, deveriam ser normatizados por lei complementar. A luta dos servidores públicos foi intensa e FHC terminou seu governo sem conseguir implementar a previdência complementar (para os servidores) e a cobrança previdenciária dos aposentados.

Na área da saúde, apesar de termos um superávit nas contas da Seguridade Social, o que vimos foi a desresponsabilização do Estado, a exemplo das mortes ocorridas em Caruaru decorrentes de hemodiálises, nas ocorridas no Ceará (unidade neonatal), na demora no atendimento - tanto de consultas, cirurgias e exames - em hospitais e centros de saúde que prestam serviços ao SUS. Essa “desresponsabilização programada” determinou a disseminação das empresas de saúde privadas, posto que praticamente obrigou os indivíduos a aderirem a algum plano para serem atendidos, na esperança da tão propalada “eficiência” da rede privada. O que se verifica, no entanto, notadamente após a regulamentação dos planos de saúde, é que temos níveis diferenciados de atendimento que são determinados pela quantia paga aos referidos planos. Ademais, o tempo de espera para atendimento em consultório e autorização para realização de exames, em pouco difere daquele encontrado na rede pública. A 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro de 2003, apenas deu continuidade ao “crescimento do espetáculo”, tangenciando questões prioritárias que foram substituídas por apresentações de artistas e escolas de samba.

A área da assistência social caracterizou-se pelos programas focalistas de caráter emergencial. Os benefícios sociais chegam à beira do ridículo, quase sempre, abaixo do salário mínimo.

Até o presente momento, é correto afirmar que as políticas sociais públicas sempre estiveram subordinadas aos princípios econômicos colocados em curso em nosso país, o que levou, em grande parte, à quebra do conceito de integralidade da Seguridade Social e à perda crescente de direitos sociais da classe trabalhadora.

A posse de um novo governo, portador das esperanças de mudanças, em 2003, que se intitulava “Governo Popular”, trazia para a maioria da classe trabalhadora a compreensão da possibilidade de ampliação de direitos sociais, bem como a recuperação daqueles cassados em governos anteriores. Essa compreensão não era compartilhada pelo ANDES-SN. O programa de governo do então candidato Lula, notadamente a proposta de reforma da Previdência, já revelava compromissos firmados durante a sua visita aos centros internacionais do poder político e econômico e aos organismos multilaterais. O texto “Balanço da Greve”, do Comando Nacional de Greve (2003), traz uma análise acurada desse processo. Os meios utilizados pelo governo durante a tramitação da, à época, PEC 40/03, como o pacto com os governadores, o falso debate com a sociedade, o gasto de 2 bilhões em emendas de parlamentares ao orçamento, chegaram ao ápice com o fechamento do Congresso Nacional e a investida truculenta do batalhão de choque sobre os que se manifestavam contra a votação do projeto de reforma da Previdência na Câmara. Não haveria, assim como não houve até agora, rupturas. A política neoliberal seguiria, com o Governo Lula, o seu curso aqui no Brasil. O ANDES-SN, nos debates realizados no 45º CONAD (Belém, 2002) e no 22º CONGRESSO (Teresina, 2003), já indicava os rumos que seriam adotados pelo novo governo: os ataques aos direitos sociais continuariam.

Havia, para o ANDES-SN e para outras entidades de servidores públicos, a certeza de embates ferozes em futuro próximo, dada a disposição reformista do governo. Essa clareza levou à articulação dos servidores e a um trabalho constante em Brasília e nos estados, atestado nas 3 grandes marchas realizadas. A reforma da Previdência foi aprovada e promulgada como Emenda Constitucional 41/2003, ao mesmo tempo em que tramita a PEC Paralela, resultado do acordo do Governo Lula com o Senado para possibilitar a aprovação de uma emenda constitucional contrária aos trabalhadores em um ano pré-eleitoral. Assim, com a PEC Paralela introduzir-se-iam alterações pontuais ao que já se aprovara na PEC – 40/03.

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN aprovou os princípios basilares defendidos pelo Sindicato para um sistema previdenciário público brasileiro em contradição às propostas do governo Lula, pois O ANDES-SN defende um sistema previdenciário único para todos os trabalhadores, com aposentadoria integral, paridade entre ativos e aposentados e teto no valor do vencimento do Ministro do Supremo Tribunal Federal, dentre outros, posto que estes são direitos incompatíveis com a previdência complementar. O governo, pelo contrário, estabelece, como ponto central de sua reforma, a instituição da previdência complementar com contribuição definida; isto, na prática, é a privatização da previdência pública para favorecer, sem sombra de dúvidas, o capital especulativo. Transforma-se, então, a Previdência Social, numa verdadeira “mina de ouro”. Essa é, portanto, uma reforma que assume um caráter fiscal para entregar somas de recursos do Estado e dos trabalhadores brasileiros aos conglomerados financeiros nativos e estrangeiros.

A luta em defesa da previdência pública é, assim, contrária à reforma previdenciária do Governo Lula, que ainda não está concluída. A etapa de regulamentação de partes da EC 41/03 está por ser realizada. Pode ocorrer, de modo semelhante ao que aconteceu com a EC 20/98, quando sua regulamentação imprimiu à legislação infra-constitucional ataques aos direitos dos trabalhadores que não haviam sido acolhidos pela própria EC 20. Ademais, as alterações na legislação, no âmbito dos estados e dos

municípios, começam a tomar curso e o acúmulo organizativo construído nos diversos Fóruns em Defesa da Previdência Pública em todo o país, não pode ser desmobilizado, fundamentalmente, porque:

a) a regulamentação pode aviltar ainda mais os direitos do trabalho do que consta no texto aprovado na EC 41/03 e na construção da PEC-Paralela;

b) o ataque aos direitos dos servidores públicos tem por arena, neste momento, as esferas estadual e municipal; preciso e precioso tempo para os servidores públicos federais hipotecarem solidariedade na continuidade da luta que, apenas, metamorfoseia-se para outros espaços e tempos, mas que guarda as mesmas características daquela que foram travadas.

Depreende-se, pois, que a continuidade e aprofundamento da retirada de direitos sociais, arduamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros, deve ser combatida. Para tanto, a informação precisa, a mobilização e o enfrentamento deverão ser, doravante, a prioridade de toda a classe trabalhadora.

TR - 26

1 O 23 CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1.1 lute pela integralidade e universalidade da Seguridade Social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que fragmentam e mercantilizam essas ações, facilitando a sua privatização.

1.2 amplie, em caráter urgente, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais;

1.3 trabalhe em conjunto com os técnicos-administrativos e estudantes pela implantação do controle social nos HUs;

1.4 exerça pressão sobre os senadores nos estados para votarem contra a aprovação do PL 449/99, que destina 25% dos leitos dos HUs para os Planos de Saúde ou particulares, alertando-os sobre a falta de leitos hospitalares públicos com o conseqüente prejuízo para a população brasileira;

1.5 Intensifique a luta pela manutenção da Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos trabalhadores do setor público quanto aos do privado;

1.6 realize um diagnóstico sobre a implantação da reforma da Previdência nos estados;

1.7 lute pela continuidade da participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos Comitês e Fóruns Estaduais em Defesa da Previdência Pública, desenvolvendo ações unificadas para:

1.7.1 continuar a política de denúncia, em conjunto com as demais entidades do funcionalismo público, dos parlamentares que votaram contra o que defendemos tanto em relação à reforma da Previdência quanto a quaisquer outras reformas que retirem direitos dos trabalhadores;

1.7.2 formular estratégias para a defesa do Regime Geral da Previdência Social;

1.7.3 fazer um levantamento do que ainda falta regulamentar na PEC 67/03 e na PEC Paralela para a organização das intervenções;

1.7.4 lutar pela rejeição da regulamentação da Previdência Complementar;

1.7.5 acompanhar a movimentação dos sindicatos na constituição de fundos de pensão.

2 O 23º CONGRESSO delibera que as seções sindicais:

2.1 articulem-se com as entidades estaduais e municipais dos servidores públicos para encaminhar a luta contra a regulamentação e implementação de reformas previdenciárias nos moldes da EC 41/03;

2.2 estimulem ações para barrar as reformas previdenciárias nos moldes da EC 41/03 – no âmbito dos estados e municípios – onde existirem Fóruns em Defesa da Previdência Social Pública;

2.3 articulem-se com os servidores municipais e estaduais na perspectiva da criação de frentes para os embates nos estados e municípios;

2.4 articulem-se, paralelamente à participação dos Fóruns ou Frentes em Defesa da Previdência Social Pública, com entidades de servidores públicos, de trabalhadores da iniciativa privada e de movimentos sociais para a constituição de movimentos em defesa da Seguridade Social, revogação da EC 41/03 e construção de um sistema previdenciário com os princípios basilares defendidos pelo ANDES-SN;

2.5 busquem espaços nos meios de comunicação para divulgar a concepção do ANDES-SN sobre reforma da Previdência e sua avaliação da greve contra a PEC 40/03 por meio da atuação de sua assessoria de imprensa.

3 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN e suas seções sindicais:

3.1 denunciem o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais;

3.2 realizem seminários nacionais e regionais sobre a política de Assistência Social do governo Lula;

3.3 iniciem a luta para que nenhum benefício de assistência social seja inferior a um (01) salário mínimo;

3.4 iniciem discussão sobre como vem sendo implementado o SUS no Brasil;

3.5 articulem-se aos movimentos de luta em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social, garantindo sua destinação exclusivamente às unidades públicas;

3.6 manifestem-se formalmente contra toda medida governamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medidas no campo jurídico, quando se tornarem necessárias;

3.7 exijam o cumprimento da EC-29, conforme anunciado pelo Vice-Presidente da República na 12ª Conferência Nacional de Saúde;

3.8 reafirmem que os convênios de serviços de saúde particulares não devem ser adotados pelas seções sindicais;

3.9 façam levantamento da atenção à saúde do trabalhador nas IES;

3.10 criem comissões de saúde do trabalhador nas IES, com a participação dos técnicos-administrativos.

Recomendações - Que o ANDES-SN:

1 proponha à CNESF a realização do IV Encontro sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos;

2 realize o X Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN no ano de 2004.



Diretoria do ANDES-SN

ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior-ANDES foi fundada em Janeiro de 1981, tendo seu processo de criação calcado em uma firme organização na base, com o surgimento a partir de 1976, em várias universidades brasileiras, das associações docentes (ADs). Em 1988, a ANDES foi transformada em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES-SN

O caminho trilhado pelo ANDES-SN, ao longo de sua trajetória histórica, faz com que, a partir de suas ações, a entidade alcance ressonância e desdobramentos na sociedade brasileira. Na sua atuação sindical, inscreve-se na conjuntura política, sempre com uma leitura crítica, mas, ao mesmo tempo, apresentando propostas em alternativa ao modelo vigente.

Desde a sua fundação, o ANDES-SN teve presença marcante na vida política nacional: Transição Democrática, Anistia, Campanha das Diretas Já. Não menos significativa foi sua contribuição para a definição dos rumos da educação superior no Brasil e para a defesa da universidade pública, autônoma e de qualidade.

Tem-se mostrado ainda um interlocutor com outros movimentos sociais, buscando sempre a unidade na luta e na defesa da construção da sociedade socialista sob o controle dos trabalhadores. Essa postura é

resultante da concepção de sindicato classista estruturado pela base e das lutas travadas pela categoria docente, de seus acúmulos e de suas reflexões.

São vinte e três anos de História. Nesse período, o ANDES-SN produziu e acumulou um vasto acervo documental onde está contida toda a memória do Movimento Docente, sua participação na política nacional e toda sua luta em defesa da universidade brasileira. Registrar essa caminhada sempre foi uma preocupação do Movimento Docente, especificamente do ANDES-SN. Nesse sentido, várias foram as propostas/discussões de organização/tratamento dessa documentação.

Um deles foi o registro na Revista Universidade e Sociedade das entrevistas realizadas com os presidentes e secretários gerais que dirigiram o ANDES-SN. Podemos encontrar em números sucessivos das revistas entrevistas com Oswaldo de Oliveira Maciel, Luiz Pinguelli Rosa, Mário José Feres, Nilton Lima Netto, Sadi Dal Russo, Carlos Eduardo Malhado, Marcio Antonio de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Renato de Oliveira, Roberto Leher, Edmundo Dias.

A partir das definições/resoluções tomadas pelo Sindicato, inclusive com a criação/aprovação do Centro de Documentação da entidade, vem sendo feito um trabalho de organização/processamento técnico e de resgate da história e documentação do Movimento Docente.

Esse acervo, valioso do ponto de vista histórico e historiográfico, encontrava-se mal acondicionado e guardado em lugares impróprios que não favoreciam a sua conservação, a consulta interna ou a pesquisa porque não estava devidamente organizado e, portanto, não disponível ao público.

Foi então que, a partir do ano 2000, teve início o tratamento do acervo da entidade. A antiga sede do ANDES-SN deu lugar ao Centro de Documentação e seu acervo vem sendo tratado/organizado por profissionais técnicos e historiadores (representante do GTHMD), considerando nessa organização, a origem dos documentos e a estrutura do Sindicato. A documentação que compõe o Centro de Documentação está assim constituída: documentos de natureza administrativa; documentos visuais (fotografias e vídeos); documentos iconográficos (cartazes, peças publicitárias e de campanha); jornais, panfletos, recortes, etc.

O arranjo da documentação adotado obedece a padrões da arquivística; para o acervo bibliográfico, a ordenação segue as normas da Classificação Decimal Universal – CDU (usualmente adotado em bibliotecas universitárias) em razão da amplitude temática; os acervos audiovisual e iconográfico receberão classificação e tratamento adequados pois estes requerem condições diferenciadas de conservação. Está em andamento, com o Centro de Processamento de dados - CPD do ANDES-SN, a produção de bases de dados com a finalidade de permitir a recuperação da documentação/informação de forma mais ágil.

A liberação do acervo para consulta está ainda em fase embrionária uma vez que ainda não há os parâmetros/critérios estabelecidos para atender às demandas externas e o trabalho que vem sendo realizado é de caráter minucioso, necessitando portanto de adequação e procedimentos para o acesso. Por outro lado, todas as demandas para consulta têm sido atendidas mediante agendamento.

O Centro também tem orientado, quando solicitado, a normalização bibliográfica das publicações do Sindicato (Cadernos ANDES e Revista Universidade e Sociedade).

Parte desse projeto prevê ainda a uniformidade - linguagem documentária comum - no tratamento dos acervos do sindicato (sede nacional e regionais) e o treinamento de usuários – internos e externos.

Viabilizado o Centro de Documentação, alguns problemas em relação ao acervo foram resolvidos: a) preservação da memória do ANDES-SN e do Movimento Docente em caráter permanente; b) a documentação está sendo tratada, acondicionada e armazenada em local adequado; c) a documentação está disponível e acessível ao público para a consulta e pesquisa .

Para o Sindicato, a criação desse espaço pode abrir algumas frentes, uma delas é potencializar a ação sindical mediante o uso das fontes disponíveis e ainda servir como referência de pesquisa de temas tão relevantes à conjuntura uma vez que o acervo, apesar de centrar-se basicamente em assuntos que permeiam a educação e o Movimento Docente, contém também documentos sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

TR - 27

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN realize uma mostra de imagens e textos sobre as greves nacionais por ele protagonizadas que ficará disponível às seções sindicais e aos eventos nacionais do sindicato.

POLÍTICA AGRÁRIA

TEXTO DE APOIO

Quando da realização do II Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, Recife-PE, de 31/5 a 2/6/02, foi aprovada a CARTA DE RECIFE que, dentre outros aspectos relevantes da questão agrária, expressa a visão política e a disposição de luta do sindicato, também, com relação às causas sociais ligadas ao campo. Assim, entende o ANDES-SN que “a luta campesina de resistência é estratégica porque combate a propriedade privada, assim como a luta dos trabalhadores da cidade é estratégica porque defende a distribuição de renda, ampliando os direitos e conquistas sociais. Porém, apenas a unificação dessas lutas pode estabelecer as bases que nos permitam avançar na construção de uma nova sociedade, superando o modelo atual, concentrador de riquezas, violento e discriminatório. Reconhecemos que a resistência dos trabalhadores não tem sido suficiente para impedir o brutal avanço do modelo imperialista, que estabelece as regras de subordinação dos países periféricos, sob o pretexto de assegurar a estabilidade social e econômica internacional, que tem, de fato, levado à morte centenas de trabalhadores, na Colômbia, na Palestina, no Afeganistão, na Venezuela e na África e condenado outros tantos milhões à miséria e à fome”¹³⁸.

Em 2003, 1º ano do governo Lula, no tocante à questão agrária, apesar do que foi propalado na eleição de 2002, optou-se por dar continuidade, em essência, à mesma política setorial executada pelo governo FHC. A proposta de reforma agrária, que se apresentava como um compromisso de exercício da justiça social durante a campanha eleitoral de 2002, cada vez mais constituí-se em área de confronto e conflito, tanto internos aos movimentos, quanto em relação ao governo e aos latifundiários, principais responsáveis pelo não- atendimento da reivindicação por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

As contradições, conflitos, incoerências e confrontos provocados pelo governo Lula, no encaminhamento da questão agrária têm se avolumado. Verifica-se que a eleição de Lula para a Presidência da República criou dois diferentes e conflitantes processos no campo. Os movimentos dos trabalhadores do campo sentiram que o momento histórico possibilitaria avançar na realização da reforma agrária. Para mostrar confiança e para pressionar o governo a realmente concretizar a distribuição da terra e a efetiva permanência dos trabalhadores rurais no campo, aumentaram consideravelmente os acampamentos, as ocupações e as mobilizações, entre as quais se destaca a Marcha para Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Os latifundiários, por sua vez, em resposta ao aumento destas ações, recrudesceram a violência a níveis nunca vistos nos últimos anos¹³⁹.

Segundo Laura Tavares¹⁴⁰, “o aumento das invasões de terras, bem como a política do governo Lula de ouvir, respeitar e negociar com movimentos sociais como o MST, desencadearam, sobretudo nos últimos meses, uma série de críticas ao andamento da Reforma Agrária. A quase totalidade das reportagens da imprensa analisada nos últimos meses demonstra a busca de estratégias para desqualificar não só o governo, mas a Reforma Agrária e os movimentos sociais, com destaque para o MST...”

Para os movimentos que lutam pela reforma agrária continua a necessidade histórica das ocupações sem o que não se avança na reforma agrária. João Pedro Stédile¹⁴¹, coordenador nacional do MST, critica a lentidão e a inoperância do governo. Afirma que “o governo Lula não fez nada na reforma agrária até agora”. Acrescente-se que “sempre com o enfoque de que as invasões de terra são em si uma “violência”, a imprensa em geral se esmerou em divulgar estatísticas sobre as invasões no período do Governo Lula, situando-as num patamar “recordista”. Este “abuso” é atribuído, entre outros fatores, ao fato de o governo Lula ainda não ter cumprido, na prática, a medida provisória editada por FHC em maio de 2000 que, segundo os analistas, fizeram com que as invasões desse ano (226) caíssem para 157 em

¹³⁸ Relatório do II Seminário de Política Agrária do ANDES-SN, Recife-PE, 31/05 a 02/06/2002.

¹³⁹ Relatório Anual da Comissão Pastoral da Terra - CPT, em Dezembro de 2003; CPT registra o maior número de assassinatos em 13 anos, em www.cpt.org.br.

¹⁴⁰ Com Erlinda Silva e Mariana Setúbal, em Análise da Conjuntura Social, www.outrobrasil.net, outubro de 2003.

¹⁴¹ Citado Tavares, em Análise da Conjuntura Social, www.outrobrasil.net, outubro de 2003.

2001 e para 103 em 2002. Essa MP proíbe por dois anos as invasões e vistorias em terras invadidas e exclui do Programa de Reforma Agrária os assentados que participarem das invasões¹⁴².

No plano nacional, verifica-se a continuidade da situação, idêntica, em quase tudo, ao quadro institucional vivenciado no governo FHC. A investida das elites que controlam o aparelho de estado, recrudescendo a violência, tanto armada quanto institucional, e a intensa investida para criminalizar os movimentos do campo, tem ampliado a dificuldade na organização dos trabalhadores. Não se pode deixar de registrar, neste aspecto, que o controle dos meios de comunicação pelas elites tem desempenhado um papel fundamental na legitimação da violência, na manipulação das informações e na banalização da crise por que passa hoje a sociedade brasileira. Nesse sentido, no ano de 2003, "houve ainda um crescimento nas tentativas de assassinato, foram 76,3% a mais que em 2002, e no número de famílias despejadas por mandados judiciais, 227% maior. Também foram expulsas da terra 87,8% de famílias a mais do que no ano passado"¹⁴³. Assistiu-se, por outro lado, a um considerável aumento das ações de ocupação de terras e de acampamentos, reivindicando a reforma agrária. O número de ocupações cresceu 86,3% e o de acampamentos, 209%¹⁴⁴.

As informações da CPT¹⁴⁵ são contundentes. As ocupações e os acampamentos tiveram aumento considerável. 328 ocupações, em 2003, contra 176, em 2002. Um crescimento de 86.36%. Já o número de acampamentos foi 209% maior em 2003 ano, 198, contra 64 em 2002. Pernambuco tem o maior número de ocupações, 83, seguido do Paraná, onde ocorreram 51 ocupações; Minas Gerais com 35, São Paulo com 23, Mato Grosso, 17, Goiás, 15, e Pará 14. Pernambuco também lidera o número de acampamentos, foram 40, seguido por Goiás e Pará com 24 cada, Tocantins com 21, São Paulo com 19 e Bahia com 15. O número de famílias que participaram de ocupações em 2003 foi de 54.368, contra 26.958 durante todo o ano de 2002, 101,6%.a mais. Já o número de famílias que acamparam chegou a 44.087 em 2003, contra 10.750, durante todo o ano passado 2002 é 310% a mais.

Diante de tais fatos o ANDES-SN conforme já afirmado em documentos anteriores¹⁴⁶, defende que a unidade da luta dos movimentos sociais é a única forma de reverter esse processo e garantir aos trabalhadores do campo e da cidade a possibilidade de superação desse modelo que decreta o fim da pequena agricultura e dos camponeses, que submete o trabalho à ordem do capital, que desconhece a diversidade cultural, que distenciona com políticas compensatórias, que leva ao desmantelamento total dos serviços públicos, com conseqüências visíveis no aumento da pobreza e da violência, na diminuição da qualidade de vida, na perda da identidade cultural e da soberania.

Para o ANDES-SN, também a luta indígena supera os limites da resistência cultural, e se coloca como um dos capítulos mais graves e violentos da luta pela terra no Brasil. A luta pela demarcação das terras indígenas é, também, a luta pelo direito à terra, a luta contra a propriedade privada e o capital, a luta pela soberania e na autodeterminação dos povos.

Reafirma-se, portanto, o reconhecimento de que a construção dessa unidade por parte dos sindicatos esbarra nos limites da própria ação sindical. Para superar isso, é preciso discutir e desvelar as contradições internas, superando a perspectiva corporativa e auto-referenciada que subsiste no interior da estrutura sindical e que contribui, por vezes, para distanciar os trabalhadores de uma perspectiva classista de luta¹⁴⁷. A luta pela terra situa-se no conjunto da luta pelas reivindicações dos trabalhadores, dentro do que se situa a defesa da educação pública, especificamente da universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada.

Muitos desafios continuam colocados para o Movimento Docente na luta solidária pela conquista da terra e pela transformação da sociedade. Especialmente no sentido do debate permanente para construção da unidade na luta e o papel estratégico do Movimento Docente nesta transformação, discutindo-se as referências de luta que se estabelecem com os demais movimentos ao longo da histórica luta da classe trabalhadora.

Para dar conseqüência prática à concepção política do ANDES-SN continuam indicadas as atividades importantes para o próximo período: a organização e consolidação dos GT de Política Agrária nas bases do Movimento Docentes; a realização e dinamização dos debates dentro de cada seção sindical; a elaboração teórica fruto da prática revolucionária na luta contra a propriedade privada dos meios de produção; a cooperação e solidariedade com os movimentos sociais nacionais e internacionais e; a

¹⁴² Por Laura Tavares (com Erlinda Silva e Mariana Setúbal), em Análise da Conjuntura Social, www.outrobrasil.net, outubro de 2003.

¹⁴³ Ver Relatório Anual da CPT, www.cpt.org.br, dezembro de 2003.

¹⁴⁴ Idem Relatório Anual da CPT e Análise de Conjuntura, Diretoria do ANDES-SN, Caderno de Textos do 23º Congresso do ANDES-SN.

¹⁴⁵ Também de Relatório Anual da CPT, em www.cpt.org.br.

¹⁴⁶ Em Caderno de Textos do 22º Congresso do ANDES-SN, Teresina-PI, março de 2003.

¹⁴⁷ Idem, nota anterior.

estruturação da rede de pesquisadores identificados com a luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

TR - 28

1 O 23º CONGRESSO delibera que as seções sindicais organizem e/ou reestruturem GT locais de Política Agrária.

2 O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

2.1 promova debates, articulados com outros setores organizados, sobre a questão agrária;

2.2 dinamize e estimule a produção teórica acerca da questão agrária;

2.3 contribua com a construção e estruturação da rede de pesquisadores sobre política agrária;

2.4 intensifique a cooperação e solidariedade com os movimentos sociais, particularmente com os movimentos do campo, dos indígenas, dos quilombolas, dos atingidos por barragens, entre outros que lutam por condições dignas de vida e preservação do meio ambiente;

2.5 desenvolva ações e campanhas contra a violência no campo e contra a criminalização dos trabalhadores e das organizações que lutam pela terra;

2.6 posicione-se contrariamente à aprovação do PL 2401/03, do Executivo, que estabelece a Política Nacional de Biossegurança, entre outras razões, por não exigir estudos sobre os impactos de materiais transgênicos sobre o meio ambiente e sobre a saúde e possibilitar o uso mercantilista de produção científica e tecnológica;

2.7 retome as articulações com entidades/movimentos internacionais que lutam pela questão da terra, especialmente com a Via Campesina, que no Brasil congrega o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre outros movimentos sociais.

ANEXO AO CADERNO *DE TEXTOS*

23º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional

Salvador - BA, 4 a 9 de março de 2004.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 3º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 322-7561

Fax: (061) 224-9716

Gestão 2002/2004

Presidente: Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Secretária Geral: Celi Zulke Taffarel

1º Tesoureiro: José Vitório Zago

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Antônio José Vale da Costa

Revisora responsável pelos textos da Diretoria: Maria Margarida Pinto Coelho

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 29 – EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO - <i>Contribuição do professor Antonio Eduardo Alves de Oliveira – sindicalizado da APUB Seção Sindical</i>	
Texto 30 – A ANDES-SN E A LUTA PELA IGUALDADE “RACIAL” NA CONJUNTURA ATUAL - <i>Contribuição do professor Marcelo Tragtenberg – sindicalizado da APUFSC Seção Sindical</i>	
Texto 31 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA - <i>Contribuição dos professores Adriana Facina Gurgel do Amaral, André Elias Fidelis Feitosa, Elaine Monteiro, José Raphael Bokehi, Juarez Torres Duayer, Julio Carlos Figueiredo, Livia Lindóia Paes Barreto, Marcelo Badaró Mattos, Marina Barbosa Pinto, Paulo Antonio Cresciulo de Almeida, Selma Rodrigues de Castilho, Sonia Lucio Rodrigues de Lima, Waldyr Lins de Castro – sindicalizados da ADUFF Seção Sindical.</i>	
Texto 32 - NOVAS TAREFAS PARA UM NOVO TEMPO: A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA - <i>Contribuição do professor Rodrigo Dantas – sindicalizado da ADUnB Seção Sindical</i>	
Texto 33 - DESAFIOS HISTÓRICOS DIANTE DA CRISE DO CAPITAL E DO CONTINUÍSMO NEOCONSERVADOR NO GOVERNO LULA - <i>Contribuição dos sindicalizados Alexandre Santos – PE; Clarilton Ribas – SC; Geraldo Barbosa – SC; Luiz Carlos Pinheiro Machado - SC</i>	
TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
Texto 34 – CARREIRA DOCENTE E MALHA SALARIAL: UM AVANÇO NECESSÁRIO - <i>Delegados e observadores da APUBH ao XXIII Congresso da ANDES.</i>	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
Texto 35 – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO – A LUTA POR UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 36 - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 37 – A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES - <i>Contribuição da professora Olgaíses Maués – Sindicalizada da ADUFPA S.Sind</i>	
Texto 38 - . CONTRA A RÉ-FORMA UNIVERSITÁRIA É PRECISO CONHECIMENTO E AÇÃO! - <i>Contribuição das professoras Cleier Marconsin, Mary Jane O. Teixeira, Suzana Padrão – sindicalizadas da ASDUERJ</i>	
Texto 39 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL: A FACE PÚBLICA DO ENSINO PAGO - <i>Contribuição dos professores Joel Moisés Silva Pinto e Francisco Eugênio Musiello Neto – Sindicalizados da APUG Seção Sindical</i>	
Texto 40 - O FETICHE DA POLÍTICA DE COTAS - <i>Contribuição dos professores Dileno Dustan Lucas de Souza, José Humberto de Queiroz, Maria das Graças Floresta e Ranah Manezenco, sindicalizados da ASPUV-S.Sind./ANDES-SN</i>	

Texto 41 – MENORIDADE PENAL - Contribuição do professor Dileno Dustan Lucas de Souza, sindicalizado da ASPUV-S.Sind./ANDES-SN	
Texto 42 - A ANDES-SN NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS E PELA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE. - <i>Contribuição da Assembléia Geral da APUFSC-SSIND</i>	
Texto 43 – Carreira docente - QUALIDADE E REMUNERAÇÃO CAMINHAM JUNTOS - <i>Contribuição Professor Marsílio de Alencar Sá Leitão - sindicalizado da ADUFEPE-SSind</i>	
Texto 44 - DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - <i>Contribuição dos professores Joacir Teixeira de Melo, Juanito Alexandre Vieira, Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Girlene Alves Silva, Álvaro de Azeredo Quelhas, Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Dalmer Pacheco de Almeida - sindicalizados da APES-JF SSind.</i>	
Texto 45 - Sindical - IMPOSTO SINDICAL - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.</i>	
Texto 46 – Sindical - CLT E CONTRATO DE TRABALHO - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.</i>	
Texto 47 - Sindical - A VERDADE SOBRE A CARTA DEL LAVORO - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.</i>	
Texto 48 – Sindical - PELA REVOGAÇÃO DA EC. Nº 24/1999 QUE EXTINGUIU AS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E O JUIZ CLASSISTA. - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.</i>	
Texto 49 - Sindical - MARXISMO DE GALINHEIRO - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.</i>	
Texto 50 - Ciência e Tecnologia. - ON-LINE TUPINIQUIM. - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.</i>	
Texto 51 - Ciência e Tecnologia - ALERTA CONTRA A INSEGURANÇA DO SISTEMA ELEITORAL INFORMATIZADO - <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.</i>	
Texto 52 - Relações Internacionais - A ALCA <i>Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.</i>	

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO DOS TRs

TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
TR 34 – CARREIRA DOCENTE E MALHA SALARIAL: UM AVANÇO NECESSÁRIO	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
TR 35 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO – A LUTA POR UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS	
TR 36 - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES	
TR 37 - A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES	
TR 38 -. CONTRA A RÉ-FORMA UNIVERSITÁRIA É PRECISO CONHECIMENTO E AÇÃO!	
TR 40 - O FETICHE DA POLÍTICA DE COTAS	
TR 41 – MENORIDADE PENAL	
TR 42 - A ANDES-SN NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS E PELA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.	
TR 43 - Carreira docente - QUALIDADE E REMUNERAÇÃO CAMINHAM JUNTOS -	
TR 44 - DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES -	
TR 45 - Sindical - IMPOSTO SINDICAL	
TR 46 – Sindical - CLT E CONTRATO DE TRABALHO	
TR 47 - Sindical - A VERDADE SOBRE A CARTA DEL LAVORO.	
TR 48 - Sindical - PELA REVOGAÇÃO DA EC. Nº 24/1999 QUE EXTINGUIU AS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E O JUIZ CLASSISTA.	
TR 49 - Sindical - MARXISMO DE GALINHEIRO.	
TR 50 - Ciência e Tecnologia. - ON-LINE TUPINIQUIM..	
TR 51 - Ciência e Tecnologia - ALERTA CONTRA A INSEGURANÇA DO SISTEMA ELEITORAL INFORMATIZADO	
TR 52 - Relações Internacionais - A ALCA	

Contribuição do professor Antonio Eduardo Alves de Oliveira¹⁴⁸ – sindicalizado da APUB Seção Sindical

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO

1. Situação Política

1.1. Situação Internacional

1. A situação política nacional e internacional está marcada pelo claro agravamento da crise capitalista. Não apenas a economia de todos os países imperialistas ingressou em uma fase de recessão com o fracasso da política colocada em prática nos últimos 12 anos como, também, os acontecimentos revolucionários na Argentina, por um lado, e a brutal guerra no Iraque e conseqüente crise política na Europa e no Oriente Médio são expressões políticas revolucionárias desta crise. Estes acontecimentos já estavam se prenunciando nas grandes mobilizações antimperialistas, ditas “antiglobalização”, em todo o mundo (Seattle, Gênova etc.). Está claro que entramos em uma nova etapa da crise do capitalismo mundial.

2. A ocupação imperialista do Iraque é a expressão aguda da crise imperialista. De um lado, a iniciativa do imperialismo norte-americano aprofundou às tendências à divisão do imperialismo mundial que já expressam claramente na guerra comercial entre países e blocos dominados por diferentes países ou coligações imperialistas. Por outro lado, a ocupação imperialista defronta-se desde já com a resistência da população iraquiana, um sinal claro do aprofundamento da luta de classes em toda a região. E, finalmente, as manifestações contra a guerra levaram à uma nova etapa de crise em toda a região (o que deverá ser estimulado pela permanência das tropas de ocupação e pela política de rapina dos EUA) e nos principais países europeus

4. O governo Lula, ao contrário da propaganda sobre o “lado positivo da política externa de multipolos” demonstrou toda a sua incapacidade de fazer frente ao imperialismo não apenas na campanha eleitoral, quando aceitou sem reparos e sem acrescentar uma vírgula toda a política colonial de pagamento da dívida externa, de geração de superávit para pagar a dívida e, agora, mais recentemente, a dar passos no sentido da dita “independência” do Banco Central o qual, ficará, com a conclusão da reforma, mais diretamente sob o controle dos bancos nacionais e estrangeiros, bem como na aceitação da implementação da ALCA “light”

5. A contínua e crescente resistência do povo iraquiano contra as forças de ocupação transformam o Iraque, de base para a reorganização imperialista do Oriente Médio, em um fator majoritário de desorganização e desestabilização na região e internacionalmente, da Indonésia e das Filipinas até a Arábia Saudita e a Turquia.¹⁴⁹

6. A desestabilização produzida pela guerra alimentou a crise não resolvida na Rússia pós-soviética e em todo o antigo território da URSS. A ofensiva do regime de Putin contra um setor dos oligarcas, a queda da centro-esquerda na Croácia e o colapso do regime de Shevardnadze na Geórgia manifestam novas convulsões no processo da restauração capitalista que se converteram, por sua vez, em um fator da crise mundial.

7. A “guerra indefinida contra o terrorismo” do imperialismo não só não abriu uma saída à crise do sistema nem aterrorizou a vasta maioria dos oprimidos, mas tornou a crise mais intratável e acelerou internacionalmente a tendência a rebeliões revolucionárias.

8. Seguindo uma série incessante de rebeliões na América Latina - o quintal dos fundos do imperialismo norte-americano -, contra o FMI, a superexploração das finanças globais e a globalização da miséria, no Equador em 2000, no Peru, na Venezuela contra o golpe orquestrado pelo imperialismo norte-americano e a oligarquia local, na Bolívia em 2000 e depois, sobre tudo na Argentina em 2001, os eventos revolucionários que sacudiram a Bolívia em outubro de 2003 representam um salto qualitativo: a

¹⁴⁸ Professor de Ciência Política Universidade Federal da Bahia(UFBA), delegado ao congresso da Andes Núcleo de professores do PCO- Partido da Causa Operária

¹⁴⁹ Os parágrafos 6 ao 9, são trechos da declaração do Comitê de Coordenação do Movimento pela Refundação da IV Internacional, reunido em Roma, Itália, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2003

necessidade e a possibilidade da tomada do poder por uma revolução proletária apoiada pelos camponeses pobres e pela população indígena foram colocadas de maneira mais direta.

9..Mas a revolução boliviana expôs também da maneira mais direta o papel contra-revolucionário desempenhado nas atuais condições pelos governos de centro-esquerda e seus aliados 'movimentistas' de esquerda para assegurar a continuidade da ordem constitucional democrático-burguesa do capitalismo. O governo Lula no Brasil, apoiado pelo governo de Kirchner na Argentina, com Evo Morales - o dirigente do MAS da Bolívia - impuseram a "saída constitucional" que empossou Mesa como presidente e impediu que trabalhadores e camponeses insurrectos tomassem o poder.

10.A ANDES deve assumir uma clara posição em defesa do povo iraquiano, contra o imperialismo e solidariedade à luta dos povos no mundo:

- Não à ocupação do Iraque pelo imperialismo;
- Não à arbitragem da ONU, pela mobilização internacional contra o imperialismo;
- Apoio à luta revolucionária dos povos do mundo como na Argentina, Colômbia, Venezuela Bolívia;
- Todo apoio à luta do povo palestino, contra a política de Ariel Sharon e do imperialismo;
- Não pagamento da dívida externa e interna;
- Apoio incondicional à revolução Cubana, contra a intervenção americana e da ONU- Não à ALCA;

1.2.Conjuntura Política Nacional

I Parte - Análise da situação política nacional

11 No Brasil, a vitória de Lula nas eleições é também uma demonstração da profundidade da crise da economia capitalista nacional (como conseqüência e parte da sua crise mundial) e do regime político burguês. A burguesia brasileira, diante do completo fracasso da política levada adiante pelo governo FHC, viu-se obrigada a entregar o controle do Estado a um partido ligado ao movimento operário e aos movimentos populares e suas organizações como única forma de controlar uma crise de características revolucionárias.

12. A ascensão ao poder do Estado de um governo de frente popular, ou seja, de colaboração entre as organizações que falam em nome da classe operária e das massas e das suas organizações e a burguesia, abre uma nova etapa política.

13. Nesta nova etapa, as coordenadas fundamentais são as seguintes: a burguesia vai tentar colocar em prática a mesma política anterior com novos métodos (o governo de frente popular) e sob novas condições (o agravamento da crise capitalista). Este novos métodos são, na realidade, o aprofundamento e aperfeiçoamento dos métodos anteriores. O governo FHC nunca teria sido viável sem a decisiva colaboração do Partido dos Trabalhadores e a Frente Popular e das organizações de massa dirigidas por ele.

14. Não importa quais sejam as manobras do novo governo para levar as massas a aceitar esta política, o fato fundamental é que se trata da mesma política já rejeitada pelas massas e que se choca duramente contra as tendências a defender a sua sobrevivência e as suas condições de vida. Este fator objetivo é o dado mais importante da situação política.

15. Diante desta situação coloca-se objetivamente a luta por um governo próprio das organizações da classe operária e das massas populares da cidade e do campo. Um governo independente da burguesia e que seja, no Estado, a expressão das necessidades das massas. A condição principal para a existência deste governo é a ruptura com a burguesia e a sua política profundamente dependente do imperialismo mundial.

16. O governo Lula, apesar de todas as tentativas de mistificação, é um governo do grande capital e dos banqueiros como o foi o governo FHC, o que está expresso não só no seu ministério, composto pela burguesia e representantes do grande capital (Meirelles, Furlan e o próprio vice-presidente José Alencar etc.) de cabo a rabo, mas também pela sua política em defesa do grande capital e dos interesses imperialistas: aumento do superávit primário para 4,25% do PIB, arrocho fiscal, alta de juros, pagamento da dívida , reforma da previdência, reforma fiscal,etc.

III- Parte- Balanço de um ano do governo Lula

17. Após 12 meses da amarga prescrição do dr. Palocci, a economia nacional tem crescimento negativo em 12 meses, de setembro de 2002 a setembro de 2003, de 0,3% e pode fechar o ano no vermelho, apesar do crescimento da demanda no último trimestre devido às festas de final de ano. Segundo as

avaliações mais otimistas o PIB cresceria apenas 0,4%. As expectativas dos economistas do governo eram as de que a economia cresceria ao menos 2,75% em 2003.¹⁵⁰ Estes números são o resultado direto da política escolhida pelo PT ou, melhor dito, determinada pelos bancos e implementada pelo PT, de elevação das taxas de juros, de arrocho monetário e fiscal com o objetivo consciente de paralisar a produção para conter a inflação e manter a lucratividade dos ativos financeiros.

18. A falta de crescimento econômico do país coloca uma carga ainda mais pesada sobre os ombros da população que paga a conta dos planos econômicos do governo Lula. Na ausência de crescimento econômico, o desemprego crônico soma-se à novas demissões e estes dois à mão-de-obra nova que ingressa no mercado de trabalho e não consegue ser absorvida, engrossando o contingente dos desempregados que compreendem hoje no Brasil cerca de 23 milhões de almas em um conjunto de 99 milhões da chamada População Economicamente Ativa, ou seja, algo em torno de 23%.

19. No governo Lula, o papel predominante é desempenhado pela fração capitalista diretamente aliada e que é uma correia de transmissão do capital financeiro internacional; os bancos nacionais. Os postos chave da economia estão em mãos de homens diretamente ligados ao capital financeiro, um do próprio PT, que mantém uma longa relação com os agentes fundamentais do mercado financeiro, Antônio Palocci, ministro da Fazenda, e outro diretamente indicado por eles, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, ex-presidente mundial do Banco de Boston. A defesa apaixonada que Lula fez de Palocci diante do anúncio das más notícias econômicas indica que o chefe do governo é absolutamente consciente da necessidade de preservar a sua aliança com o capital financeiro mundial. Este setor do grande capital estabeleceu, como plano geral, a política de retração econômica para controlar a inflação em disparada, devido à liquidação do Plano Real a partir da crise nos mercados financeiros mundiais de 1988 para "criar as condições futuras de um crescimento econômico estável" e "recuperar a confiança dos investidores internacionais" (os quais dominam o governo) no governo. Para fazer isso, colocaram em jogo os seguintes instrumentos: elevação dos juros para esfriar a atividade econômica geral através de um arrocho de financiamento, uma dura política de arrecadação governamental através do aumento dos impostos e de economia no serviço público, nos salários do funcionalismo e nas estatais para mostrar capacidade de administrar a dívida pública verdadeiramente colossal criada por FHC, da ordem de R\$ R\$ 881 bilhões, ou seja, 56,5% do PIB. Além disso, o governo mostrou firmeza reacionária e capitalista colocando em marcha, entre outros, o projeto da Previdência, matando dois coelhos com uma única paulada, ao cortar gastos às custas da classe trabalhadora e abrir um mercado para os bancos que corresponde já hoje, com as alterações feitas por FHC, a 16% do PIB e que poderá, acredita-se, chegar a 32% do PIB em menos de uma década.

20. A política de Lula-Palocci-Meirelles visa a produzir um crescimento para a indústria como uma espécie de efeito colateral da política geral. Ao não produzi-lo ameaça com uma ruptura a frente burguesa, no prazo mais imediato e, em um prazo mais dilatado, pode levar os próprios bancos nacionais à falência devido ao crescimento excessivo da inadimplência dos demais ramos da economia do quais, em última instância, o capital financeiro é absolutamente dependente.

21. **A função político-econômica do governo Lula** Se não houvesse um presidente com a autoridade de Lula, assentado sobre um partido como o PT, teria sido simplesmente impossível colocar à prova a paciência dos brasileiros com a política de arrocho, de falências, de queda na renda, de ataques selvagens às conquistas sociais como a reforma da Previdência, de desemprego para conseguir debelar a inflação e conter a crise revolucionária que estava se armando desde o final do ano passado e que atingiu seu ponto culminante em maio de 2003.

22. A função da frente popular, ou seja, do governo dos representantes dos operários em coligação com o grande capital, foi a de conter a crise revolucionária, ainda que com grande desgaste para ela diante das massas.

23. A preocupação da burguesia com a inflação não é tanto econômica como política. Não há dúvida de que, de um ponto de vista estritamente econômico, a inflação é um mecanismo desorganizador da economia, mas também o são as falências e o desemprego. O temor da burguesia, não apenas brasileira, como mundial (não podemos deixar de assinalar que na política mundial estabelecida pelo imperialismo no famoso Consenso de Washington, a diretriz número um era o combate à inflação) está determinado pelo fato de que, enquanto o desemprego divide a classe operária, agravando a concorrência no mercado de trabalho, ao mesmo tempo unifica a burguesia e as classes médias contra os trabalhadores superexplorados e sem iniciativa política enquanto classe. A inflação, ao contrário, unifica toda a classe operária contra a burguesia e divide esta última e as classes médias que são, em

¹⁵⁰ Esta II parte é composta por trechos do artigo **Um ano da receita econômica de Lula-Palocci** O imperialismo dá nota 10 de Rui Costa Pimenta, publicado no jornal Causa Operária nº382

geral, utilizadas como uma base social mais ampla do grande capital para controlar politicamente a classe operária.

24. O serviço que o governo Lula presta ao capital financeiro é uma transferência de recursos jamais vista ou mesmo imaginada do conjunto da população, em particular dos assalariados, para o capital financeiro. O Brasil é um país que trabalha para sustentar algumas dezenas de bancos. Entre janeiro e outubro deste ano, o governo fez uma economia que permitiu obter um saldo, excluindo-se os juros devidos pela dívida pública de R\$ 64 bilhões. Este saldo, conhecido pelo nome de superávit primário, deverá chegar a R\$ 66 bi até o final de 2003.

25. A política petista, dando continuidade à de FHC representa consumir uma parte expressiva da poupança nacional, isto é, do montante da produção capitalista que poderia ser investida no desenvolvimento nacional, para os bancos estrangeiros e nacionais. Historicamente, o Estado nacional tem sido o maior investidor capitalista no Brasil, alimentando, inclusive, o capital estrangeiro. Este investimento do Estado, que representa hoje cerca de 40% de todo o investimento nacional, é a expressão da concentração de vultosos recursos da classe operária brasileira, ou seja, do FGTS, da Previdência Social etc. A falência destes sistemas de poupança que correspondem à parcela da mais-valia apropriada pelo Estado a título de seguridade social e que foi o motor de todo o desenvolvimento capitalista desde a II Guerra Mundial, é a expressão da falência do Estado devido à crise capitalista e da dilapidação destes recursos essenciais para o desenvolvimento do país.

III- Parte A luta contra a política pró-imperialista e antioperária do governo Lula

26. O governo Lula traçou como seu objetivo fundamental – que não é logicamente, a defesa dos interesses da classe trabalhadora – realizar as principais reformas que a burguesia procurou colocar em prática sob o governo FHC e fracassou: a reforma tributária e fiscal, a reforma da Previdência e a reforma sindical e trabalhista. O objetivo destas reformas é a de combater a crise capitalista e a falência do estado burguês – cuja dívida interna e externa somam quase todo o PIB nacional – através do maior confisco já realizado até hoje pela burguesia contra a esmagadora maioria da população do país: aumento de impostos, confisco dos fundos previdenciários e privatização da aposentadoria e a liquidação dos direitos sociais da classe trabalhadora. Estas reformas, se realizadas, vão levar a classe trabalhadora e a maioria da população brasileira a um retrocesso inédito nas suas condições de vida.

27. Os grandes e praticamente únicos beneficiários destas reformas são os grandes capitalistas brasileiros, como os bancos, e o grande capital estrangeiro. O governo FHC não foi capaz de realizar estas reformas por falta de condições políticas e de apoio popular. A tarefa que a burguesia designou para o governo Lula é a de consumir o capital de apoio popular que Lula e o PT adquiriram como partido de oposição – ainda que conciliadora – para impor à população trabalhadora estas reformas brutais

a) Não à reforma fiscal e tributária do grande capital e do imperialismo

27. A população brasileira paga 35,8 % do PIB em impostos, em 32 tipos de tributos diferentes (sendo que 22 destes tiveram aumento recentemente), uma das maiores cargas tributárias do mundo. A maior parte deste dinheiro vai para o pagamento de juros aos bancos e para o pagamento da dívida externa.

28. Esta política de descarregar a crise do estado capitalista sobre a população – que é quem paga o grosso da carga tributária – acentuou-se no governo FHC e está sendo mantido no governo Lula. Em São Paulo (que, também, não é exceção em relação à política dos “administradores” do PT) a prefeita Marta Suplicy é um instrumento ativo desta política de arrocho fiscal inclusive com a criação de novos impostos sobre a população como é o caso da vergonhosa cobrança da taxa do lixo em São Paulo.

b) Reforma Agrária

29. A estrutura agrária brasileira é uma das mais atrasadas e contraditórias do mundo. Grandes extensões de terra, algumas maiores do que países inteiros, concentram-se nas mãos de poucos latifundiários, muitas vezes unicamente para fins especulativos. Ao mesmo tempo, em algumas regiões do país, como São Paulo, concentra-se uma moderna agroindústria de exportação. O resultado dessa situação não se resume apenas em miséria e desemprego no campo, mas também em retrocesso na produção, no atraso tecnológico e no encarecimento dos produtos agrícolas. Um primeiro e essencial ponto para reverter essa situação é a realização de uma ampla reforma agrária no país, com confisco do latifúndio e distribuição de terra aos milhões de sem-terra. Para que dê frutos, no entanto, deve vir acompanhada de crédito estatal barato e de toda a infra-estrutura tecnológica aos produtores.

30. O governo Lula quer assentar 17 mil de quase um milhão de famílias que lutam há muito por um pedaço de terra. Também neste ponto Lula nada mais que é um aluno aplicado de FHC, dos latifundiários e do FMI. Contra esta política, reivindicamos:

- Que o governo forneça crédito barato e toda a infra-estrutura necessária ao pequeno empreendedor da cidade e do campo;
- Ampla reforma agrária no país, com o confisco do latifúndio e distribuição da terra para quem nela deseja trabalhar e viver;
- Para abrir caminho para a diminuição do excedente de mão-de-obra nas cidades: reforma agrária com expropriação do latifúndio;
- Imediato assentamento em todas as terras ocupadas;
- Fim da repressão aos sem-terra; financiamento para os agricultores assentados e aos pequenos agricultores para a compra de máquinas e fertilizantes e condições de distribuição dos seus produtos;
- Fim do subsídio ao grande capital agrário;
- Imediata liberdade para todos os presos da luta dos sem-terra;
- Expropriação de todos os grandes devedores (álcool etc.).

d) Não à reforma patronal sindical e trabalhista; não à liquidação das conquistas operárias

31. O governo Lula já anunciou que pretende dar continuidade à política do governo FHC de alterar a CLT retirando cerca de um século de conquistas dos trabalhadores, estabelecendo a lei das selvas no mercado de trabalho, ou seja, os patrões vão poder fazer quase tudo, se houver a colaboração dos sindicatos.

32. Esta mudança, se aprovada pelo governo petista, será o maior ataque já feito às conquistas econômicas da classe trabalhadora na história do movimento operário brasileiro. Nem quando os trabalhadores e suas organizações foram esmagados pela ditadura sofreram um retrocesso tão profundo nas suas conquistas sociais e, particularmente, no terreno formal.

33. O ponto central do projeto, que é a permissão para que sindicatos e empresários firmem acordos trabalhistas passando por cima do previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), deverá significar, se aprovado, imediatamente uma transferência de milhões de reais dos trabalhadores para os empresários, através do “perdão” de ações trabalhistas que lotam as prateleiras do Ministério do Trabalho por multas e descumprimento das normas trabalhistas pelos capitalistas.

34. Outro prejuízo incalculável causado aos assalariados, se o projeto de lei for realmente aprovado, é o não pagamento pelos patrões, no caso de acordo com os sindicatos, de conquistas históricas dos trabalhadores como o gozo anual dos 30 dias de férias remuneradas, a obrigatoriedade da equiparação salarial, o pagamento de horas-extras, o 13º salário, etc. Inúmeras conquistas trabalhistas, produto de anos de luta sindical e política do movimento operário brasileiro estão previstas como obrigatórias na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Com o projeto do governo somente se manterão como intocáveis aquelas citadas na Constituição Nacional e que são uma ínfima minoria. Todas as outras, se houver acordo entre patrões e sindicatos, poderão ser desconsideradas fazendo com que os trabalhadores sejam submetidos a um retrocesso histórico nas suas condições de vida em benefício da classe capitalista.

35. O fato de que o governo Lula declare que retomará a política tucana e até agora nenhuma iniciativa tenha sido tomada pela direção da CUT para defender os interesses dos assalariados, corresponde à política levada à frente por estes setores, os quais estão na vanguarda das medidas propostas primeiro por FHC e agora defendidas por Lula, na medida em que se adaptaram totalmente à ideologia patronal de que a crise econômica só pode ser resolvida através da entrega de conquistas pela classe operária, e não pela luta dos trabalhadores a qual é o único caminho para fazer retroceder os apetites econômicos dos empresários.

36. É necessário levantar uma campanha de denúncia do significado das alterações propostas na CLT e organizar uma massiva campanha de mobilização dos trabalhadores para lutar contra mais esta impopular medida do governo.

37. O problema do salário mínimo no Brasil é uma das questões centrais no que diz respeito a defesa das condições mínimas de sobrevivência para o trabalhador e sua família. É reconhecido internacionalmente que o Brasil é um dos países de salário mínimo mais baixo do mundo com o agravante de que é uma das maiores populações do mundo a viver com o salário mínimo. O governo FHC manteve a política de imposição de um salário mínimo miserável para desviar os recursos do Estado para os capitalistas nacionais e internacionais.

38. O governo Lula já declarou que não vai alterar esta política mantida a força pelos governos ditos progressistas desde o fim da ditadura militar. É preciso uma ampla campanha entre os trabalhadores e a população em geral pelo salário mínimo vital que atenda as necessidades básicas de uma família trabalhadora, o qual não poderia ser inferior a R\$ 1500,00.

39. Outro problema vital é o problema do emprego, as estatísticas apontam que o mês de fevereiro apresentou a maior taxa de desemprego desde 1985. Um recorde no ataque contra os assalariados – uma situação pior do que a do governo Sarney.

- *É preciso uma saída real contra a ação dos capitalistas de descarregar a crise do governo e das políticas econômicas que eles mesmos criaram sobre os trabalhadores.*

- *Para combater o desemprego é preciso a redução da jornada de trabalho para 35 horas sem redução dos salários. Trabalhar menos para que todos trabalhem.*

- *Não ao banco de horas, não ao contrato temporário*

- *Para criar imediatamente milhões de novos empregos, financiados com os lucros produzidos pelos trabalhadores e apropriados individualmente pelos patrões:*

- *Diante das ameaças patronais de redução da produção, diante das altas e baixas da produção: escala móvel de horas de trabalho de modo a repartir o trabalho existente entre todos os trabalhadores sem redução dos salários. Reajuste salarial trimestral*

e) Não à farsa da campanha capitalista contra a fome. Por uma verdadeira campanha contra a fome, controlada pelos trabalhadores

40. Alguém deve levar a sério a afirmação de que o mesmo regime político, as mesmas instituições e as mesmas pessoas que produziram esta calamidade vão acabar com ela agora, porque no alto da mesma pirâmide política, apoiados por ela, equilibram-se precariamente Lula e seus escudeiros do PT? A fome é um produto genuíno e inevitável deste regime político. É preciso combatê-lo e destruí-lo para vencê-la.

41. Em segundo lugar, a política de Lula no seu conjunto não é uma política de combate à fome, mas de geração de maior miséria para a população trabalhadora brasileira. “Austeridade”, mais impostos, maiores cortes no orçamento social, ataque à previdência, desmantelamento da CLT, arrocho salarial, subsídios ao grande capital, pagamento da dívida interna aos bancos, assinatura do acordo da ALCA, pagamento da dívida externa, submissão ao FMI: esta política, que é um aprofundamento da política antioperária e pró-imperialista de FHC somente pode ter como resultado produzir a expansão da miséria sobre a base ampla deixada por FHC de mais de 53 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza.

42. Em terceiro lugar, o governo petista tem declarado que irá levar adiante o combate à fome sem qualquer discussão com o movimento operário e popular, apoiado no Estado burguês, nos partidos burgueses e nas administrações burguesas que não apenas nunca combateram a fome como estão corrompidas até a medula dos ossos. Para fechar todo este tétrico panorama propõem o método humilhante, opressivo e antidemocrático dos cupons para mascarar o fato fundamental que é a gigantesca exploração a que está submetida a maioria explorada da nação e transformar as vítimas em malfeitores que precisam ser vigiados e controlados pelos seus algozes, pelos corruptos, pelos ladrões e exploradores do povo.

43. Em quarto lugar, crescem as indicações de que o novo governo pretende transformar a questão da fome em mais um negócio lucrativo para o grande capital, que financiou a campanha eleitoral de Lula, privatizando a emissão e administração dos projetados cupons e dando toda a quantia de R\$ 5 bilhões, já destinada para o combate à fome, para bancos particulares. Transformar uma campanha contra a fome em uma fonte de lucro adicional do grande capital é realizar uma farsa.

44. Mesmo levando em conta todos estes fatores, é preciso acrescentar um outro. Segundo Lula, seu plano é fazer com que, até o final do seu governo, “cada brasileiro esteja comendo ao menos três refeições ao dia”. Isso quer dizer, que, em quatro anos, este objetivo poderia ser alcançado. No entanto, como é possível resolver um problema imediato e urgente em quatro anos? Alimentar a população não é uma dádiva ou uma realização histórica, mas uma emergência social. Cabe ao governo do PT buscar os fundos, apenas retirando os privilégios que o Estado concede aos capitalistas, para eliminar, de imediato, este grande flagelo social.

45. Consideramos a questão da fome como um dos aspectos centrais de um programa de luta, como um dos grandes problemas sociais do país neste momento, mas a nossa estratégia e os nossos métodos de luta são inteiramente diversos do que propõe o governo Lula.

46. Em primeiro lugar, a campanha de distribuição de alimentos deve ser o aspecto urgente e emergencial da luta contra a fome. Contudo, não pode ser, de forma alguma, toda a campanha contra a fome. Para acabar com a fome é preciso um programa de luta contra as condições sociais e a política que geram e ampliam a miséria nacional: salário mínimo de \$ 1.500,00; reposição de todas as perdas salariais do governo FHC; imediata redução da semana de trabalho para 35 horas sem redução salarial; fim de todos os impostos sobre os ganhos e o consumo da população trabalhadora: imposto único apenas sobre os ganhos dos capitalistas; assentamento de todos os sem-terra; expropriação do

latifúndio sem indenização; cancelamento de todas as privatizações realizadas; readmissão de todos os trabalhadores demitidos; controle das empresas estatais pelos trabalhadores; não à reforma burguesa da CLT; restabelecimento de todos os direitos trabalhistas cassados por FHC; direito de greve; não à assinatura do acordo da ALCA; não pagamento da dívida externa.

47. Em segundo lugar, reivindicamos que a campanha contra a fome esteja baseada no atendimento efetivo da necessidade dos trabalhadores, seja feita em dinheiro e não em cupons, inclua outras necessidades fundamentais como remédios, isenção de contas de água, luz e gás e esteja inteiramente, desde o processo de cadastramento até o de controle de todos os fundos e a suas distribuições nas mãos das organizações operárias e populares. As organizações operárias e todos os trabalhadores devem opor-se, particularmente, a que a fome do povo brasileiro sirva como instrumento de lucros adicionais para os causadores deste flagelo, os bancos e instituições financeiras nacionais e internacionais. Para isso, é necessária a ruptura integral com a burguesia e a luta contra o controle das instituições burguesas sobre a campanha.

48. Os trabalhadores não devem acreditar que os exploradores do povo serão capazes de resolver um problema para o qual somente têm contribuído para criar e agravar. Somente a luta das massas exploradas pode efetivamente acabar com a fome.

2.7. Reposição salarial imediata de professores e funcionários;

49. Os professores devem ter liberdade para decidir os rumos de seu trabalho, para tanto necessitam de subsídios para pesquisa, bem como liberdade para decidir o que pesquisar. Hoje, as raríssimas verbas liberadas pelo governo para pesquisa, são condicionadas àquelas que atendem os interesses do grande capital nacional, do imperialismo ou do Estado burguês e ainda condicionadas ideologicamente. As pesquisas de interesse social, que visam melhorar as condições de vida da população e os projetos que “põem em risco” os interesses do capital são completamente abandonados e deixados de lado pelo governo, não recebendo os professores e os alunos as verbas necessárias para o prosseguimento dos estudos e a realização dos projetos.

50. O arrocho salarial que assola professores e funcionários é um dos fatores fundamentais para a baixa qualidade de ensino.

51. O baixo salário recebido pelos professores não permite a dedicação exclusiva à escola. Os professores são obrigados a trabalhar em várias escolas nos diferentes turnos para poder garantir um padrão de vida razoável. A redução da carga horária, com tempo para pesquisa, os estudos, a atualização e preparação das aulas é fundamental para a realização de um bom trabalho. Juntamente com isso, exigimos reposição imediata das perdas salariais dos funcionários e professores como reajuste mensal automático de salários de acordo com os índices dos sindicatos.

- Reajuste Trimensal automático dos salários de acordo com os índices calculados pelos sindicatos; redução da carga horária de trabalho, mais tempo para pesquisa e atualização nos estudos; liberdade para pesquisar

2. Universidade

2.1 A crise da universidade brasileira.

52. A universidade no Brasil vive hoje sua pior crise. O que vemos é a decadência geral do ensino, o drástico corte de verbas do governo de frente popular para a educação, o retrocesso das atividades de pesquisa, o fechamento dos restaurantes universitários, o incentivo a uma rede privada de ensino com um padrão acadêmico abaixo da crítica, etc. Tudo isso aponta para o desmantelamento da universidade brasileira.

53. O Brasil é um país capitalista atrasado e oprimido pelo imperialismo. A universidade brasileira ressentida deste atraso, sua existência e suas características estão determinadas pelas contradições históricas da formação nacional. A crise do conjunto do capitalismo afeta diretamente a universidade. O sonho de uma universidade produtora e transmissora de cultura e ciência, dedicada à pesquisa e a uma verdadeira formação profissional e intelectual, nunca se materializou.

2.2. A falta de democracia nas universidades.

54. A mesma estrutura e inclusive a mesma burocracia, constituída de professores mais graduados, mais conservadores, implantada pela ditadura na universidade, continua em vigor. Este é o principal veículo da política de destruição da universidade por parte dos governos federal e estaduais, que através da

cumplicidade da cúpula universitária (que assiste passivamente ao corte de verbas) aciona o plano de desmonte da universidade pública incentivando a rede privada do ensino.

55. A burocracia universitária asfixia toda a liberdade acadêmica, através de seus regimentos internos, coloca à margem de decisão os principais interessados. Basta observar a forma que se adotou para a eleição de reitores, onde a única função das listas é garantir o respaldo da comunidade acadêmica para finalmente o governador escolher o reitor de sua preferência, mantendo a estrutura do poder: os estudantes e funcionários não participam na elaboração do orçamento, no destino das verbas, na elaboração dos currículos, no rumo das pesquisas etc.

56. A luta pela autonomia política da universidade tem como objetivo buscar a independência política da universidade frente ao Estado e ao grande capital. A forma que assume a autonomia universitária é o controle político da universidade pelos três setores que a compõem: professores, funcionários e a maioria estudantil. Isto permite que a universidade decida sobre o seu destino em todas as áreas: pedagógica, administrativa, pesquisa, orçamentária, política etc. de acordo com seus interesses, sem restrições impostas pelo Estado. Somente o governo tripartite: professores, funcionários, que poderá dar este caráter e imprimir nova vida à universidade.

57. A autonomia completa do Estado e do capital só virá quando a universidade estiver sob a direção da classe operária. A luta pela autonomia é a luta por colocar a universidade a serviço dos trabalhadores, transformando-a num instrumento de luta pela revolução proletária e o socialismo. O governo tripartite é o meio político para concretizar este objetivo.

- *Pela total autonomia política e administrativa da universidade frente ao Estado burguês; pela sustentação. integral da universidade pelo Estado.*

- *Pelo governo tripartite: professores, funcionários e estudantes; fim dos governos unipessoais das reitorias; controle da administração universitária por um conselho tripartite eleito proporcionalmente ao peso de cada setor em assembléias por faculdade e responsável diante da assembléia geral universitária;.*

- *Soberania da assembléia geral da comunidade universitária; novos estatutos para a universidade elaborados livremente pela comunidade universitária.*

58. Para que a universidade funcione como alavanca para o progresso científico e cultural, é necessário haver liberdade para as correntes progressistas, ou seja, revolucionárias, de pensamento. A reivindicação de cátedras paralelas é a exigência de que os estudantes tenham escolha, para as mesmas cadeiras, de linha de pensamento filosófico e orientação política diferentes, abrindo campo para a expressão das correntes de pensamento revolucionárias.

- *Contratação de professores controlados pela comunidade acadêmica; pela liberdade de ação e expressão na universidade; pela liberdade de cátedras paralelas*

2.3 Em defesa da universidade: pelo fim do ensino pago, universidade pública e gratuita para todos

- *Fim da mercantilização do ensino; abertura da contabilidade à Comunidade Universitária; congelamento e redução das anuidades; estatização das escolas pagas; revogação de toda lei que privilegia a escola paga;*

- *Fim do pagamento da dívida externa; redução imediata dos orçamentos militares; monopólio estatal da educação; ensino Público, Laico e Gratuito em todos os níveis; mais verbas para a educação; mais verbas para a pesquisa; bolsas de Estudo para os negros, para os estudantes operários.*

- *Suspensão imediata das verbas destinadas à rede privada de ensino; Verbas públicas somente para as escolas públicas.*

- *Reposição salarial imediata de professores e funcionários; reajuste mensal automático dos salários de acordo com os índices calculados pelos sindicatos; redução da carga horária de trabalho, mais tempo para pesquisa e atualização nos estudos; liberdade para pesquisar.*

- *Controle da comunidade universitária sobre todas as bolsas e subsídios para evitar privilégios e manipulação política pela burocracia.*

59. As massas exploradas são barradas do acesso à educação desde as escolas primárias. A existência do vestibular é o final desse verdadeiro funil que é o sistema educacional brasileiro, seu significado é a negação da incorporação de amplas camadas populares à universidade, convertendo-a em um privilégio da classe dominante e setores minoritários da pequena burguesia. A universidade deve ser um direito de toda sociedade e não um privilégio de poucos. Lutar pelo fim do vestibular faz parte da luta por colocar a

universidade a serviço das massas exploradas e oprimidas, os operários e camponeses e a pequena burguesia.

60. O livre ingresso permite que o acesso à cultura e à educação se estenda por toda a população, e em particular aos filhos dos trabalhadores, à população negra e às mulheres, que não têm acesso a diversas carreiras “masculinas”. Assim, estaremos construindo a aliança com os operários e os camponeses para a construção do socialismo, única forma de garantir a verdadeira independência da universidade, e colocá-la a serviço do progresso da humanidade.

2.4.A política de cortes de verbas do governo Lula

60. Os gastos do governo federal com educação vêm diminuindo cada vez mais desde 1995. As razões para a redução desse recurso passam, especialmente, pelo fato de que grande parte do crescimento da receita da União vem de contribuições e essa arrecadação já tem endereço certo: garantir que seja cumprida as metas de superávit primário, estipuladas pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou seja, o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Neste ano a meta do superávit deve ser equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

61. A legislação brasileira determina que a União deve, por ano, destinar ao menos 18% da receita resultante de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino. Para tanto, já estão descontados da base de cálculo dos impostos os 20% referentes à DRU (Desvinculação das Receitas da União)-mecanismos que permite retirar um quinto do “bolo” de arrecadação sobre o qual são calculados os repasses obrigatórios para áreas como saúde e educação. No ano passado, levando-se em conta projeções oficiais, a DRU retirou da educação R\$ 3,9 bilhões. O orçamento do MEC para 2003 estimado em R\$ 18,1 bilhões, dos quais 49% vão para pagamento de pessoal e encargos sociais.

2.5 A Reforma Universitária do governo Lula: Um ataque sem precedentes contra o Ensino público,

62. O Ensino público, previdência pública, educação pública e a gratuidade destes serviços são o resultado das lutas operárias contra a burguesia, ainda que substituídos pela burguesia que controla o Estado¹⁵¹

63. A Universidade brasileira parece ser o próximo ato da peça do governo petista. Desde seu início o governo ensaia mudanças no ensino superior, mais diretamente quanto ao seu financiamento. Primeiro foi o desengavetamento do projeto de emenda constitucional número 573/2002, de autoria do deputado Padre Roque (PT-PR), como forma de financiar a universidade pública instituindo taxas para seus ex-alunos que passarem a ganhar mais de 30 mil reais por ano.

64.A posse de Tarso Genro, como novo ministro da educação, e suas declarações que não tem compromisso com o “corporativismo acadêmico” não pode significar outra coisa :o governo pretende um ataque ao ensino público no Brasil que não tem precedentes na história nacional.

65. O tema de reforma do ensino superior está, inclusive, no receituário do capital internacional que através do Banco Mundial apresentou ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social um documento que aponta como de fundamental importância a realização da reforma da Previdência e a reforma universitária, considerando que os gastos com a universidade desvia recursos sociais expressivos. O documento “Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo”, fala em “clara ineficiência” das universidades públicas e que os gastos com elas beneficia “apenas poucos privilegiados”.

66. Assim como na reforma da Previdência, o PT apresenta a questão como sendo um combate aos “privilégios sociais”. No primeiro caso, a luta contra os privilégios terminou com a liquidação da aposentadoria de todos, menos dos juizes, procuradores e outros verdadeiros privilegiados. Agora, nesta nova versão, os privilegiados são os rapazes e moças de classe média e da burguesia que estariam no ensino público. O único problema é que o ataque não é contra os privilégios, mas contra o ensino público. É uma cínica manipulação da realidade.

67. A destruição do ensino público no Brasil, assim como a da aposentadoria pública, somente interessa aos privilegiados, aos que não necessitam deste serviço. Para a classe trabalhadora, é um ataque criminoso contra a sua sobrevivência e as suas perspectivas para o futuro. Sem universidade gratuita, os trabalhadores e a classe média terão um prejuízo social incalculável.

68. A ideologia burguesa que o PT defende é, inclusive, primária. Como a aposentadoria do operário é baixíssima, temos que abaixar todas, quando o que interessa ao operário é aumentar a sua, se o trabalhador está excluído do ensino gratuito vamos excluir todos etc. Curiosamente, é que esta ideologia “igualitária” é freneticamente aplaudida pela burguesia, que comporia o rol dos maiores privilegiados de todos. Contra a demagogia do governo é preciso apontar um programa de reivindicações positivo.

¹⁵¹ A análise sobre Reforma Universitária – extraída da matéria “Reforma Universitária. Próximo ato do governo do PT de Vladimir Stein” Jornal Causa Operária 380-

69. Os verdadeiros privilegiados: o imperialismo. A essência do plano é a seguinte: o Banco Mundial se candidata como parceiro para a possível reforma das universidades e aponta o modelo chileno a ser seguido cujo alicerce é desempenho e privatização. Em troca das adequações de acordo com seu documento diz ter disponível US\$ 8 bilhões para empréstimos ao Brasil nos próximos quatro anos.

70. Apesar de o governo ter conseguido um êxito na aprovação da reforma da Previdência no Congresso, no caso da reforma da universidade os “conselhos” do Banco Mundial não foram bem recebidos por parte do governo. Na Negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) vão mais longe, propõem que a educação seja tratada como serviço e como tal fique submetida às regras comerciais. O interesse do Banco Mundial não é casual. O maior interessado na liquidação do ensino público e gratuito no Brasil são os bancos mundiais que querem diminuir os gastos do Estado com as suas populações e direcionar este superávit para sustentar o mercado financeiro.

71. Não se pode alimentar nenhuma ilusão: o imperialismo quer a liquidação do ensino público e gratuito no Brasil e o governo Lula está disposto a tentar a sorte e colocar em prática esta política.

72..Os verdadeiros privilegiados: o ensino pago. Enquanto a discussão sobre formas de financiamento é encaminhada na cúpula do ensino superior (Governo e reitores), o governo Lula se apressou e já apresentou uma proposta ao congresso para aumentar em 23% as verbas do orçamento do MEC destinado ao Fies (Financiamento do Estudante de Ensino Superior). Se a proposta for aprovada o valor destinado ao programa passaria dos atuais 673,8 milhões para 829,2 milhões. A criação do Fies pelo governo FHC foi uma das formas mais diretas do Estado transferir recursos públicos para garantir o lucro dos empresários da educação. O programa financia em até 70% as mensalidades dos alunos das instituições de ensino superior pagas. Dinheiro que deverá ser devolvido com juros ao programa depois da conclusão do curso. Na era FHC o ensino privado aumentou de 74% em 1994, para 85% em 2001, sendo que no período de 1997 a 2001 de um milhão de alunos que ingressaram no ensino superior 67% são de instituições pagas. Em contrapartida as universidades públicas sofrem com as restrições orçamentárias e conseqüente corte de vagas.

73. O governo tem sido responsável pelo aumento das instituições de ensino privadas e o Fies é um instrumento disso. Diferentemente da versão oficial apresentada, o Fies, ao contrário de ser um benefício para o estudante matriculado nas faculdades pagas, torna-se um ônus para o estudante no fim do curso e o valor utilizado para financiar os estudantes se investido em universidades públicas beneficiaria muito mais pessoas, sem nenhum ônus para o estudante. Os números apontam que o governo já repassou mais de 2 bilhões desde da criação do Fies no segundo semestre de 99. Esse valor seria suficiente para manter gratuitamente para a população uma universidade como a USP (que atende a mais de 60 mil estudantes) por dois anos.

74. O ensino público e gratuito é uma das maiores conquistas da população trabalhadora. A política do PT é destruir esta conquista sob a cobertura da demagogia e da racionalidade econômica. A defesa do ensino público e gratuito é uma questão política e deve ser levada adiante nestes termos em todos os lugares e não apenas na universidade. No interior das universidades públicas, esta questão fundamental está relacionada diretamente à luta pelo controle da própria universidade pela população trabalhadora

TEXTO 30

Contribuição do professor Marcelo Tragtenberg¹⁵² – sindicalizado da APUFSC Seção Sindical

A ANDES-SN E A LUTA PELA IGUALDADE “RACIAL” NA CONJUNTURA ATUAL

O objetivo desta análise de conjuntura é relacionar a conjuntura política geral brasileira com a luta pela igualdade “racial”, desembocando no que a Universidade Brasileira pode fazer para diminuir essa desigualdade e o que a ANDES – Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior pode contribuir para isso. Utilizo “racial” entre aspas pois se entende hoje que só há uma única raça humana, embora haja discriminação com motivos étnicos.

Em termos gerais, encontramos-nos na situação da subida ao poder de uma coalizão liderada por um partido que outrora defendia interesses dos trabalhadores mas que, de forma geral:

¹⁵² Professor Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg - Depto. De Física da UFSC - Membro dos GTs etnia, genero e classe da APUFSC e ANDES-SN

- a) privatizou a previdência pública;
- b) reproduz a história recente de arrocho salarial contra servidores públicos;
- c) continua a política de pagamento de juros da dívida com arrocho em investimentos sociais e na produção, num contexto de altas taxas de juros;
- d) mantém a penúria das Universidades Federais;
- e) embora trate com maior respeito o MST, avançou muito pouco na reforma agrária.

Com relação à questão “racial”, uma bandeira de campanha do governo eleito havia sido a instituição de cotas para negros (que também era bandeira de José Serra) e a duplicação das vagas nas Universidades Federais, uma política complementar de ações universalistas e afirmativas.

Uma medida que corporifica a intenção de combater desigualdades raciais foi a criação de uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade “racial” (SEPPIR), embora com orçamento limitado. Talvez o trabalho mais visível desta Secretaria tenha sido a participação na elaboração de um documento em conjunto com outros ministérios sobre a adoção do sistemas de cotas para negros nas Universidades Públicas, que abre às Universidades Federais a possibilidade de criar sistemas de acesso com ações afirmativas, sendo cotas ou critérios étnicos de admissão.

Assistimos hoje, no contexto da troca de ministros da Educação, uma discussão estimulada pelos meios de comunicação sobre a posição do ministério sobre as cotas, limitando um pouco a discussão sobre o acesso à Universidade, sem falar em aumento de vagas ou permanência na Universidade.

Por outro lado, em várias Universidades Públicas, assiste-se à formação de comissões institucionais, grupos de trabalho de etnia, gênero e classe de algumas ADs e a iniciativas individuais que abordam a questão da desigualdade “racial” nas Universidades.

No entanto, a ANDES-SN, organização sindical que sempre se pautou por lutar pela democratização da Universidade, não ocupou o espaço desse debate, apesar de em seu 22º Congresso, de Teresina, ter se posicionado favorável a ações afirmativas para o ingresso e permanência no ensino superior de negros, indígenas e pessoas de baixa renda. Tanto quanto eu sei, a diretoria do sindicato não fez nenhum pronunciamento público sobre a questão, o que seria desejável e representaria um encaminhamento da resolução do último congresso. O que se esperava não era um posicionamento a favor das cotas para negros, índios e pessoas de baixa renda mas uma problematização da desigualdade “racial” e social na Universidade atual e a luta pela adoção de ações afirmativas, sem necessariamente precisar o seu formato. Esperava-se um esforço para debater publicamente estas questões.

No sentido de avançar nas resoluções do 22º Congresso, sugerimos que o 23º Congresso deva concretizar mais esta luta. Neste sentido, a assembléia da APUFSC aprovou um elenco de propostas a serem discutidas neste congresso, constantes do item Etnia, Gênero e Classe.

Está mais do que na hora da ANDES-SN, entidade libertária e que luta por uma sociedade igualitária, fraterna e sem explorados e exploradores avançar na formulação de propostas que articulem a luta pela igualdade universal com a luta pela igualdade “racial”, em particular.

Percebemos que o racismo brasileiro, que supõe que os negros sejam inferiores aos brancos, parece induzir uma desigualdade “racial” entre negros e brancos em vários índices sociais, como analfabetismo, moradia, diplomados de ensino superior, professorado universitário, desempenho no Ensino Médio, segregação em áreas urbanas ricas/pobres, presença em prisões, renda, desemprego, etc. No meio acadêmico o racismo também pulula, e foi razão da luta por cotas para negros na UnB, por exemplo.

Além do recorte “racial”, há o recorte de gênero, sendo que as mulheres negras constituem o extrato mais explorado da classe trabalhadora, combinando a condição de exploração e de discriminação de gênero e étnica.

Notamos que várias medidas insensíveis à cor melhoraram índices sociais como, por exemplo, a quase universalização do ensino fundamental. No entanto, estudos do IPEA mostram que a desigualdade entre negros e brancos se mantém.

Além disto, o vestibular da UERJ, com cotas para negros e para oriundos de escolas públicas, mostrou um dado preliminar muito relevante, no caso de cursos muito competitivos: dentro dos alunos que ingressaram na cota de escolas públicas, persistia uma maioria de brancos, incompatível com a população do Estado do Rio. Logo, se não existissem cotas para negros, não se alcançaria igualdade de oportunidades para as diferentes etnias. Ressalte-se que alunos oriundos de escolas públicas vinham de Ensino Público de boa qualidade, como Colégio Pedro II, CEFETs, Colégios de Aplicação. Isso mostra que a melhoria do ensino público, embora melhor e o nível dos alunos como um todo, acaba privilegiando os brancos, se não houver atenção à questão racial.

De forma geral, para haver efetiva igualdade, não aquela igualdade formal, herdada da Revolução Francesa, é necessário articular medidas universalistas com ações afirmativas, que discriminem positivamente aqueles com menores oportunidades na nossa sociedade.

Um resultado aparentemente surpreendente, ainda preliminar, da experiência da UERJ é o desempenho melhor de estudantes oriundos de cotas em alguns cursos: esse pessoal está agarrando a oportunidade que a Universidade está dando! Este resultado já era conhecido de experiências de ações afirmativas em Universidades de ponta nos EUA, como descreve o livro “The shape of the river”, escrito pelos reitores das Universidades de Princeton e Harvard, Universidades que adotam critérios étnicos de admissão de alunos e docentes.

Neste sentido, cotas para índios, negros e pessoas de baixa renda devem ser vistos como uma ferramenta de igualdade real e, no caso de índios e negros, como reparação no sentido amplo. Não como reparação a quem foi escravo ou a quem foi dizimado, mas a reparação aos que sofrem efeitos de discriminação pela ocorrência no passado da escravização e genocídio indígena. Então, não há porque haver vergonha na ocupação da cota por qualquer pessoa: deve ser um direito e não uma esmola.

Em geral, pessoas admitem cotas socioeconômicas, mas não cotas raciais. Quando a pessoa desconhece a situação de profunda desigualdade “racial” brasileira, a ignorância pode ser admitida. Porém, quando essa desigualdade é conhecida, a postura refratária a cotas raciais só pode ser explicada pelo racismo “cordial” que grassa no Brasil: pesquisa da Folha detectou que 90% das pessoas acham que há racismo no Brasil, mas curiosamente só 10% se acham racistas.

Numa sociedade racista como a nossa, todos somos, em maior ou menor grau, contaminados por essa percepção racista da realidade. É só verificar a conduta de vários policiais negros. No entanto, o problema não é esse: após se tomar consciência do racismo é preciso lutar contra ele, e isso envolve uma transformação de regras sociais e também uma transformação individual em cada pessoa.

Há posições que defendem que somente com a revolução socialista haverá efetiva igualdade de gênero e raça (Curiosamente, omite-se a igualdade de orientação sexual, já que é evidente que as experiências socialistas realmente existentes continuaram a perseguir homossexuais e transgêneros).

As experiências conhecidas, e talvez a que tenha mais avançado na direção da igualdade “racial” seja Cuba, mostram que os efeitos da discriminação são difíceis de serem extirpados, mesmo com um universalismo radical: as prisões cubanas são mais populadas por negros, os negros têm menor probabilidade de serem médicos que os brancos, ocupam habitações piores, para mostrar alguns indicadores. Não estamos falando de propaganda imperialista, mas de discursos de Fidel e Raul Castro (www.afrocubaweb.com) e de contatos diretos com a representação diplomática daquela valorosa experiência social. Diante desta realidade, aparentemente o governo cubano têm feito esforços especiais no sentido de igualar as oportunidades no acesso à Universidade, à direção partidária, entre outras ações afirmativas. Logo, socialismo não é uma fórmula mágica e carece de tratar desigualmente os desiguais, para então atingir a verdadeira igualdade.

Então, se as experiências socialistas apontam a necessidade de combinar universalismo com ações afirmativas, os passos em direção ao socialismo devem ser coerentes com o objetivo que queremos atingir.

Desde já, devemos combinar as abordagens. Uma postura que só veja a questão econômica e desconsidere a questão “racial” e de gênero, e que não proponha medidas concretas para dirimir desigualdades “raciais” e de gênero, colabora para que elas existam. É conivente com elas. Não queremos que nosso Sindicato assuma esta posição.

Portanto, uma postura incisiva da ANDES-SN favorável a cotas e critérios étnicos no acesso de alunos à Universidade, acoplados com medidas de permanência, é urgente. Devemos considerar seriamente critérios étnicos em concursos para admissão de docentes: os professores são muito brancos, e representam exemplos para os alunos, que precisam aprender a conviver com a diversidade.

Isto muda a questão dos excluídos da Universidade (negros, índios e pessoas de baixa renda) ?

Creio que apenas indiretamente, pois em princípio quadros formados com diversidade tendem a tratar melhor a questão da diversidade fora da academia. Mas não se deve atribuir a mudança social somente à Universidade. É preciso mudar várias coisas fora dele, só que isto não é pretexto para não mudarmos a nossa casa, a Universidade.

O governo Lula, através do ministro da Educação Tarso Genro, vem agora propor a compra de vagas para índios, negros, pessoas de baixa renda e ex-detentos na rede privada de Ensino Superior. Além de se constituir num inaceitável subsídio público ao negócio da educação privado, representa no mais das vezes nova discriminação contra esse grupo já discriminado, na medida em que essas vagas estão, no mais das vezes, em IES de baixa qualidade de ensino. Ao invés disso, o governo Lula deveria incentivar

com aumentos de verbas as instituições que fazem um esforço para estimular a diversidade étnica e socioeconômica no seu interior. Presenciamos uma tentativa de apropriação desta bandeira do movimento negro, submetida à visão predominante no atual governo de privilegiar o superávit fiscal.

Cabe ao movimento docente lutar vigorosamente por medidas, dentro e fora da Universidade, que contribuam decisivamente para a igualdade “racial” e socioeconômica e o 23º Congresso parece ser uma oportunidade para avançarmos nesta direção. O caráter simbólico da sua realização na capital mais negra do país pode ser um bom augúrio.

TEXTO 31

Contribuição dos professores Adriana Facina Gurgel do Amaral, André Elias Fidelis Feitosa, Elaine Monteiro, José Raphael Bokehi, Juarez Torres Duayer, Julio Carlos Figueiredo, Livia Lindóia Paes Barreto, Marcelo Badaró Mattos, Marina Barbosa Pinto, Paulo Antonio Cresciulo de Almeida, Selma Rodrigues de Castilho, Sonia Lucio Rodrigues de Lima, Waldyr Lins de Castro – sindicalizados da ADUFF Seção Sindical.

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

Partimos da avaliação de que viveremos em 2004 uma conjuntura extremamente complexa e – mantido o quadro que se esboça hoje – profundamente adversa para a classe trabalhadora em geral e para o serviço público e a Universidade em particular. Afinal, mantém-se a política econômica de juros elevados, superávit primário asfixiante, contingenciamento do orçamento, compromisso inflexível do governo em “cumprir contratos” (aí incluídos os acordos com o FMI e a adesão à ALCA), assim como firme disposição de levar a um patamar mais “avançado” as reformas neoliberais preconizadas pelos organismos financeiros internacionais. Os resultados mais visíveis de tal linha de ação governamental são o crescimento do desemprego, a estagnação econômica, a queda do poder de compra dos trabalhadores, o continuado desmanche dos serviços públicos e a incapacidade de levar adiante qualquer tipo de política compensatória (mesmo as extremamente focalizadas) por conta dos limites impostos pela política econômica.

No serviço público, as promessas de reposição das perdas salariais que foram esquecidas completamente e o anúncio de reajuste de menos de 2% (em contraste com os mais de 9% de perdas só no primeiro ano do governo Lula) indicam que está mantida a política do arrocho sobre o funcionalismo. Impressão que se reforça pelo sistemático desrespeito aos acordos estabelecidos com setores do funcionalismo. Amplia-se ainda mais o contingenciamento de recursos e orçamentos apertados, como o de 2003 (parte da herança maldita?), foram reduzidos praticamente à metade quando investigados pelo ângulo da execução.

Para quem nutria alguma ilusão sobre as possibilidades de disputa interna ao governo, as recentes situações envolvendo José Dirceu tiram qualquer margem de dúvidas. A escolha de Meireles para abrir a reunião ministerial foi um recado claro de quem manda, após Dirceu passar algum tempo questionando publicamente a política de juros altos, tentando adiar a discussão da autonomia do BC e disputando um anúncio de corte menor no orçamento (não por discordância de fundo, mas pensando na eleição de 2004 e no desempenho eleitoral do PT). O episódio Waldomiro Diniz, quando uma gravação guardada há dois anos pelos Marinho foi usada em um momento estratégico para comprometer o “todo-poderoso” da Casa Civil, reforça a tese de que ao PT cabe submeter-se ao poder do grande capital, sem qualquer pretensão de governar de fato.

Pouco espaço sobra para as expectativas alimentadas pelo PT de dirigir a aliança ampliada da base governista (Dirceu que o diga), ou de manter uma imagem de diferença pela “ética na política” (o caso Waldomiro se encarregou de fechar essa porta), bem como para a aposta do governo de produzir crescimento econômico expressivo mantendo a ortodoxia (os cortes orçamentários, a manutenção do patamar dos juros e o superávit primário). Pensando no que assistimos durante o primeiro ano de governo, não é difícil imaginar que a resposta do governo Lula a tal quadro será a de transmitir maior confiança ao “mercado”, com medidas como a aceleração da reforma trabalhista (Lula já ensaiou esse anúncio) ou o reforço do compromisso com a ALCA.

A capacidade de resistência da classe trabalhadora a essa conjuntura parece bastante minada. De um lado, pela persistência da esperança na mudança que muitos setores depositaram, junto com o voto, em Lula. De outro, a crescente decepção e o descrédito completo nas opções políticas de esquerda e nos movimentos organizados (dos quais Lula permanecia sendo um ícone) por parte dos que já perceberam

o rumo de classe do governo, “indisputavelmente” definido pela associação entre o capital financeiro, o grande capital internacional e seus parceiros periféricos no setor produtivo nacional. Para agravar a situação, a central sindical por nós construída em meio aos embates contra a ditadura militar, a “nova” República e os governos neoliberais dos anos 1990 – a CUT – assume cada vez mais o papel de braço auxiliar do governo (e do capital), afastando-se progressivamente dos interesses de suas bases. A proposta de reforma sindical, em fase final de discussão no Fórum Nacional do Trabalho, tende a aprofundar o problema, ao conceder poder de representação para que as centrais negociem em nome dos trabalhadores filiados aos seus sindicatos de base e ao antecipar a prevalência das negociações coletivas sobre a legislação. Mesmo o MST, referência maior das lutas anti-neoliberais dos anos 1990, demonstra dificuldades em identificar claramente a face do governo, ainda que ele tenha realizado menos no campo da reforma agrária, em 2003, do que o famigerado governo FHC costumava executar anualmente.

Nas Universidades Públicas, 2004 promete muitos embates. Entre as reformas agendadas para este ano, a reforma Universitária aparece como uma das prioridades. A transferência de Tarso Genro para o MEC, acompanhada de afirmações de Lula de que se passava da fase das teses para a etapa da ação, ou de que se escolhia alguém de fora da academia que teria mais autonomia para executar a reforma, são indicadores suficientes de que há disposição do governo em executar o mais rapidamente possível seus acordos com as propostas do Banco Mundial para o ensino superior. Propostas alicerçadas na defesa da “autonomia” das Universidades para captarem recursos através de formas de mercado (em meio ao crescente esvaziamento de recursos públicos) e fundamentadas numa perspectiva de redução do compromisso com a qualidade universitária, consubstanciado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na busca por um padrão unitário de qualidade e no compromisso social.

Propostas, porém, que encontram diversos “parceiros” no interior das instituições, como os trabalhadores, docentes em especial, que complementam seus salários através das formas privadas de utilização da Universidade pública. Ou mesmo os reitores, que se hoje assumem um discurso mais duro na disputa por verbas públicas, mostram-se sempre dispostos a discutir nos termos do governo um tipo de “regulamentação” da autonomia que facilite o financiamento via mecanismos privados.

A indecorosa proposição de compra de vagas nas instituições privadas não deixa dúvidas quanto ao norte privatista da orientação governamental no ensino superior. O retrocesso na política de avaliação institucional reafirma essa convicção. Daí que do ponto de vista do governo, quebrar a combatividade e a autonomia de um sindicato como o nosso seja importantíssimo.

Cabe-nos, pois, definir claramente o perfil de intervenção sindical demandado pelos desafios que a conjuntura nos lança. Aqui há que se assinalar uma clara disputa de projetos que marca nosso sindicato há algum tempo. De um lado, a postura historicamente dominante no ANDES-SN, de autonomia, combatividade e classismo, materializada no compromisso de associar as lutas específicas da categoria docente ao conjunto das lutas dos servidores e da classe trabalhadora em geral, pensando a partir de um projeto de universidade construído pelo MD e tendo por referência a luta por uma sociedade justa e igualitária. De outro, a perspectiva que dirigiu o sindicato no mandato 1998-2000, e que continua a orientar o setor de oposição minoritário reunido sob a sigla ANDES-Sind, que se propõe a reduzir a pauta de atuação do sindicato às demandas ditas “específicas”, pensando sempre no mínimo, no possível, no viável e nos caminhos da negociação pela negociação, como os mais adequados à “esclarecida” e “diferenciada” categoria docente. Para esta última, a referência é a de que, num mundo pós-moderno e globalizado, cabe-nos buscar a melhor forma de adaptação à ordem, procurando apenas garantir o “menos pior”.

Poderíamos propor aqui alguns questionamentos fundamentais: não estariam as questões ditas “específicas” dos docentes (salário, carreira, gratificações), ou das Universidades (verbas, vagas, gestão democrática, avaliação institucional), conectadas aos projetos mais amplos de desmonte dos serviços públicos e responsabilização do funcionalismo pelo déficit público?; teríamos força para pressionar o governo se atuássemos isoladamente?; o desafio de conquistar o apoio de outros setores da sociedade para a defesa da Universidade Pública será vencido se nos apresentarmos como portadores de demandas “específicas”?

Poderíamos também questionar certas incongruências apresentadas em teses submetidas a este congresso: estão aqueles que apresentaram a GED como “vitória possível”, em 1998, afirmando agora que sua incorporação é emergencial?; esses mesmos setores que em 2001 se opuseram às decisões do comando de greve de priorizar a incorporação da GAE nas negociações com o governo, sob o argumento da defesa dos interesses dos “jovens doutores”, estão hoje considerando essa mesma incorporação conquistada pela FASUBRA como uma “vitória estratégica da maior relevância”?

Acreditamos, entretanto, que o mais importante é salientar que a lógica da “agenda possível” não é nova, nem “específica” do debate em nosso sindicato. Foi essa lógica que presidiu alguns dos acontecimentos

mais representativos do recuo sindical daqueles setores que, nos anos 1980, constituíam-se como a vanguarda do novo sindicalismo, como os metalúrgicos de São Bernardo e a própria CUT. Afinal, foi a lógica da “agenda possível” que orientou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a participar das “Câmaras Setoriais”, no período do governo Itamar, que significaram o compromisso do sindicato com a contenção das lutas, a renúncia fiscal dos governos estadual e federal e a promessa empresarial (não cumprida) de manutenção dos postos de trabalho. Um acordo que resultou em rápida multiplicação da produtividade e dos lucros do setor, embora o desemprego continuasse a avançar. Foi a mesma lógica que pautou a atuação de Vicentinho – então presidente da CUT – no “acordo da previdência”, em 1996, em que aquele personagem, sem qualquer respaldo das bases, aceitou discutir, nos termos da 1ª. etapa da reforma previdenciária (a 2ª. veio com Lula), a troca do conceito de aposentadoria por tempo de serviço por aposentadoria por tempo de contribuição, o que acabou por excluir completamente do sistema a maioria informalizada dos trabalhadores brasileiros. A mesma lógica, por sinal, que norteou a atuação da diretoria eleita de nosso sindicato, em 1998, atropelando as assembleias de base e o CNG e aceitando a GED nas negociações de greve. E que, em 2003, conduziu a direção da CUT na sua defesa de um “processo negocial” em torno da reforma da previdência de Lula (2º. tempo), centrado na apresentação de emendas que defendiam, por exemplo, teto de benefícios e previdência complementar privada. Negociação, por sinal, que deu em nada, com Lula recusando o boné da CUT e João Paulo Cunha negando todos os pontos apresentados pela direção da central. Mesmo assim, os arautos da “agenda mínima” insistem em anunciar sua defesa da linha da direção da CUT em 2003.

O caminho para a defesa dos interesses específicos da categoria docente - legítima e necessária – passa pelo estabelecimento claro de sua relação com o projeto mais amplo de reforma do Estado e submissão do governo aos projetos do grande capital internacional, seus governos e instituições multilaterais. Da mesma forma, nosso poder de pressão depende da capacidade de unificação das lutas, com o funcionalismo e, ultrapassando os obstáculos do “fogo amigo” da direção da CUT, com o conjunto da classe.

Os desafios da conjuntura são amplos demais para que possamos nos dar ao luxo de esquecer as ameaças da reforma sindical/trabalhista e da reforma universitária, bem como a linha governamental de submissão ao grande capital, para pautarmos o sindicato para a disputa intestina sobre a carreira docente.

Nossa linha de atuação precisa privilegiar as bases concretas para a luta unitária e ampliada contra as reformas, reforçando a CNESF, além de extrapolarmos a experiência dos fóruns em defesa da previdência, em direção a pólos de resistência às reformas sindical, trabalhista, universitária. Uma prioridade que só se materializará com a manutenção da linha autônoma, democrática e combativa que vem orientando a atuação do ANDES-SN.

TEXTO 32

Contribuição do professor Rodrigo Dantas – sindicalizado da ADUnB Seção Sindical

NOVAS TAREFAS PARA UM NOVO TEMPO: A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

1. O fim da Guerra Fria e o colapso das sociedades pós-capitalistas, a reestruturação dos processos produtivos empreendida pelo capital depois da terceira revolução industrial, a mundialização do capital e os novos regimes de acumulação que dela surgem, as formas da soberania imperial que lhes correspondem e os efeitos devastadores que tudo isso tem produzido sobre o mundo do trabalho, as condições de resistência dos trabalhadores na luta de classes e a soberania dos povos instalaram, nas duas últimas décadas, uma correlação de forças que tem sustentado a ofensiva mundial do capital pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução ampliada.

Opondo-se à intensidade e radicalidade das lutas de classe, às energias emancipatórias e ao contra-poder que delas emerge nas décadas de 60 e 70, a lógica do capital lançou-se num processo histórico de reorganização profunda das suas formas de dominação social, que se estende dos processos produtivos a todos os planos da super-estrutura, visando a uma recuperação de sua hegemonia nas mais diversas esferas da reprodução social. Neste período, a intensidade das mutações econômicas, sociais, tecnológicas, culturais, políticas e ideológicas desenvolvidas a partir da ofensiva do capital exerceu impactos profundos sobre as estruturas da produção e da reprodução social, sobre a

capacidade de organização e de resistência dos trabalhadores e sobre os modos de ser e pensar, sobre o ideário e o imaginário, sobre a subjetividade e os valores constitutivos da classe que vive do trabalho.

O resultado de todos estes processos de maturação e de universalização do capitalismo como regime de dominação social é a entrada numa época histórica em que o que Marx havia pensado como “a subjetividade única e global do capital”, por uma série de mediações específicas, passa determinar e subordinar a produção e a reprodução social sob todos os seus aspectos. Nela, a passagem da subordinação formal à subordinação real da produção e da reprodução social ao capital se consoma na mesma medida em que o processo de sua mundialização se aprofunda e passa a configurar-se como sistema de relações, determinações e dependências sob o qual a supressão de todas as barreiras à reprodução ampliada do capital avança como uma avalanche sobre todos os diques que a luta de classes havia lhe imposto ao longo do século XX.

Ao longo deste processo, a insustentabilidade, a incontrolabilidade e a destrutividade do regime sócio-metabólico do capital ficam cada vez mais evidentes e começam a secretar as mais diversas formas de sua auto-consciência, desencadeando a espiral de uma crise civilizatória que se aprofunda na medida em que a reprodução ampliada do capital compromete progressivamente as próprias bases naturais da reprodução social, instala o desemprego estrutural de massas e a precarização e atomização progressiva da força de trabalho, desestrutura a capacidade de resistência, as categorias, a eficácia e a lógica da organização social e política dos trabalhadores, ativa seus limites estruturais absolutos e bloqueia, ao menos temporariamente, as condições para a produção de alternativas à sua crise estrutural, abrindo caminho para a disseminação da barbárie sob todas as formas.

Neste quadro, a espacialidade, a temporalidade e as configurações históricas assumidas pelos processos produtivos, pela reprodução do capital e pelos mecanismos da soberania depois da terceira revolução industrial trabalha no sentido de bloquear, neutralizar e desarticular toda a série de pressupostos, espaços, instâncias e categorias sob os quais se organizava historicamente a resistência dos trabalhadores como classe para si e a articulação de alternativas históricas ao regime do capital. Ao longo deste processo, as condições de existência e a própria composição do proletariado, a configuração histórica dos processos produtivos e o terreno em que se trava a luta de classes, as formas de organização dos trabalhadores como classe para si e toda a série de modelos e categorias que presidiram a gênese e o desenvolvimento histórico dos processos revolucionários, do reformismo e da social-democracia e das formas de organização e representação da classe trabalhadora estruturadas no Estado-Nação se modificaram, caducaram ou até mesmo desapareceram, sem que ainda tenhamos sido capazes de reconhecer o terreno e a lógica em que passa a se travar a luta de classes de modo a responder decisivamente, tanto no plano teórico como no plano prático, aos desafios ora colocados pela nova conjuntura. Os resultados mais evidentes desta desestruturação histórica das condições e configurações da luta de classes se materializaram no bloqueio efetivo dos processos revolucionários, na capitulação e na impossibilidade estrutural da social-democracia e do reformismo, na plena integração funcional e subordinada de sindicatos e partidos de trabalhadores aos marcos da sociedade e do estado de classes, na desarticulação e no refluxo histórico da luta de classes e no bloqueio (ao menos temporário) da produção de alternativas a um metabolismo social que passa a ameaçar, a médio e longo prazo, as próprias bases da reprodução social da vida.

Não é por outras razões que nos últimos anos as lutas sociais tendem a se circunscrever ao plano meramente defensivo e reativo da resistência, não sendo capazes, por razões estruturais que buscamos pensar neste texto, de construir as condições de possibilidade para a insurreição e a tomada do poder político pelos trabalhadores, para a destruição da sociedade e do Estado de classes e a auto-organização do poder popular. Em verdade, deveríamos poder reconhecer que todo um ciclo histórico de lutas se fechou na medida mesma em que seus pressupostos, sua lógica e toda a série de suas condições objetivas e subjetivas se desarticularam. O plano de causalidade e as razões imanentes a todos estes processos são estruturais, como veremos; elas não podem ser pensadas por argumentos que, ao inverterem causas e efeitos, trabalham para situar a desestruturação histórica das condições em que se trava a luta de classes no plano da responsabilidade ética, política e subjetiva dos dirigentes que se valeram destes processos como justificativa para a sua adaptação oportunista e para a sua capitulação e integração ativa e orgânica aos marcos e pressupostos estruturais da sociedade e do Estado de classes. A rigor, para além do acento moral, voluntarista e subjetivista, a recorrência deste tipo de argumento e de tudo o que nele se acha implicado apenas contribui para obstruir a necessária reflexão acerca das novas configurações históricas a que temos de responder na luta de classes, nos impelindo a dar velhas respostas para novos problemas e nos paralisando num nível de indignação política e teórica em que a auto-proclamação vazia e estéril do socialismo tende a comparecer como um *mantra*, que em sua forma doutrinária e dogmática, anti-histórica e anti-dialética termina por se auto-reificar e por se auto-anular, esvaziando de eficácia histórica grande parte das energias militantes de que

necessitamos para fazer face aos desafios que colocam a necessidade histórica de uma (renovada) ofensiva socialista. Argumentos como este são em tudo semelhantes àqueles que tendem a situar o plano de causalidade do fracasso histórico das sociedades pós-capitalistas nos erros cometidos pelo stalinismo, se furtando à necessária reflexão em torno das determinações estruturais e históricas que produziram este fracasso e responderam pelas condições de possibilidade do triunfo do stalinismo e dos rumos tomados pelas sociedades pós-capitalistas. Ora, quem não conhece a história está destinado a repeti-la como farsa; a rigor, deveríamos poder reconhecer que as conseqüências deste padrão de pensamento e sua repercussão na *práxis* e na linguagem, na formação da militância e do discurso, na definição das estratégias e dos modos de agir constitui um tremendo obstáculo para a necessária retomada da ofensiva socialista. Tanto num caso como noutro e em todos que seguem a mesma lógica, se reproduz um padrão de pensamento e comportamento cujo resultado prático é a generalização de uma miopia histórica que, para todos os efeitos, parece ignorar a necessidade teórica e prática, histórica e política da produção de um pensamento e de uma ação política capazes de se situarem dialeticamente no plano das determinações estruturais que assume concretamente a luta de classes e, neste sentido, produzirem conceitos, respostas e estratégias que estejam à altura do desafio histórico que ora nos coloca a reorganização da esquerda socialista.

Todavia, a desestruturação, neutralização e enfraquecimento da resistência de classe à sua lógica não representa, como muitos ainda pretendem, o fim da história pela vitória do “capital permanente universal” e a demonstração de seu caráter “eterno, permanente, necessário e universal” (Hegel). Afinal, não cessaram as lutas sociais nem tampouco desapareceram as condições objetivas e subjetivas que as impulsionam. Assim como a desestruturação das configurações históricas e da correlação de forças em que se travou a luta de classes ao longo do século XX não significa sob nenhuma hipótese o fim da luta de classes, a desarticulação das condições sob as quais o proletariado pôde chegar a se reconhecer e se organizar como classe para si e os processos de atomização da força de trabalho não implicam no fim das classes sociais ou de seu antagonismo estrutural, mas sim numa transformação estrutural das condições a partir das quais os que vivem (ou precisam viver) do trabalho podem organizar-se como sujeitos da história. Não desaparecem, portanto, nem a classe trabalhadora, nem o antagonismo das classes, nem a luta de classes; o que se modificam são as condições de existência do proletariado e a sua composição de classe, as configurações que assume o antagonismo de classes e as condições históricas a partir das quais a luta de classes tem de ser travada. Neste quadro desconcertante, para além de pensar toda a série de condições objetivas e subjetivas que a partir da reorganização das formas da dominação tem gerado o bloqueio histórico na produção de alternativas, os desafios colocados nos obrigam a repensar, à luz das novas configurações dos processos produtivos, da soberania e da luta de classes, as condições, as categorias de análise, as formas de organização, os métodos, as táticas e as estratégias que permitam orientar a formação de um novo ciclo histórico de lutas, capaz de realizar o necessário acúmulo de forças, sair do plano defensivo em que as lutas ora se acham e definir as condições, meios e fins a partir dos quais a necessidade histórica de uma nova (e renovada) ofensiva socialista possa vir a se materializar.

Em seu conjunto, todas estas transformações apontam para a entrada numa era em que o capitalismo histórico, entregue a suas próprias contradições, aproxima-se cada vez mais decisivamente da ativação de seus limites estruturais absolutos, sem que possamos ainda vislumbrar com clareza as condições objetivas e subjetivas, as categorias, os processos históricos e o próprio plano de consistência a partir dos quais a necessidade histórica de uma alternativa civilizatória à crise estrutural do capitalismo histórico possa ser gestada. Ao longo deste processo, a reconfiguração estrutural das condições e dos processos de dominação social, das formas históricas da sociedade e da economia, da política e da luta de classes (cujo verdadeiro alcance ainda não podemos determinar), tornou obsoleta toda uma longa série de pressupostos, relações e categorias de análise que, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, têm estruturado a gramática, a sintaxe e a semântica da economia política e da sociologia, da ação e do pensamento político. Em verdade, trata-se de uma **transição de época** sem precedentes, em que as condições históricas, práticas e categorias que nos guiavam desmancharam-se no ar; sabemos, ou ao menos podemos pressentir que algo chegou ao fim, mas ainda não sabemos, ainda não podemos saber o que virá. Como ocorre em todas as transições históricas, é como se ainda vivêssemos imersos nas formas equívocas que podem vir a assumir o anacronismo e o descompasso entre a realidade e as categorias que organizam o seu conceito, entre as configurações históricas emergentes, os impasses e os desafios que elas ora nos propõem e as (velhas) respostas que temos sido capazes de articular.

Neste quadro, ao longo do século que ora se inicia o desafio histórico da apropriação e do controle da produção e da reprodução social da vida pelos que vivem do trabalho se coloca como desafio de vida ou de morte para todos nós; o que aí se põe à prova é nada mais nada menos do que a capacidade ontológica da humanidade histórica de vir a determinar e controlar socialmente, numa perspectiva

radicalmente emancipatória, as condições e pressupostos estruturais de sua própria produção e reprodução social.

A rigor, trata-se da mesma questão, do mesmo desafio que em sua época Marx e Lenin assumiram e a seu modo, nas condições e circunstâncias em que viveram, trataram de resolver. Para nós, trata-se de assumi-lo novamente, sob as condições e circunstâncias que são as nossas e num momento em que o desafio que se nos impõe diz respeito, nada mais nada menos, do que a própria sobrevivência da humanidade.

2. No conjunto de seus pressupostos, mecanismos e resultados, nos acostumamos a designar a ofensiva do capital com o nome próprio de uma doutrina: o neoliberalismo. Assim o fazendo, pressupomos que nesta ofensiva lidamos com a afirmação global de um novo paradigma da acumulação capitalista e da economia política, que ao assumir a forma de um modelo doutrinário para a implementação de um conjunto de políticas econômicas tem sido capaz de criar um ambiente mundial em todos os sentidos mais propício para a reprodução ampliada do capital. Assim procedendo, tomamos o efeito pela causa, ou como no clássico debate entre idealismo e materialismo, a idéia pela própria realidade, sendo assim insensivelmente levados a insistir em toda uma série de equívocos que das mais diversas formas vem permeando o debate sobre a globalização neoliberal e os pressupostos teóricos que orientam as ações políticas dos movimentos. Equívocos que provêm, em última análise, de um entendimento que tende a tomar o neoliberalismo como ele se fosse um modelo que pudesse e devesse vir a ser substituído por um outro que, a seu modo, permitisse restaurar em seu vigor a dinâmica histórica clássica do desenvolvimento capitalista. Diz-se com razão que quem não conhece o seu inimigo ou o terreno em que luta não pode vencer; isso se aplica muito bem ao caso dos que de algum modo pressupõem que estamos lutando contra um modelo. A rigor, o neoliberalismo é apenas o campo da formulação de pressupostos, modelos e políticas em que trabalham os intelectuais orgânicos do capital para produzir paradigmas, conceitos e políticas que orientem a ofensiva mundial do capital pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução; num sentido mais amplo, poderíamos defini-lo como a emergência histórica de toda uma cultura que organiza e corresponde em todos os níveis e sentidos, no plano da super-estrutura, à ofensiva do capital pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução ampliada; ou ainda como a ideologia geral que assume, em todos os registros, o processo de reorganização das formas de dominação social pela lógica do capital. A condição de possibilidade de sua emergência histórica como paradigma e como ideologia, como cultura e como totalidade histórica super-estrutural deve ser situada no plano de consistência de toda a série de condições, processos e razões estruturais que determinam o horizonte histórico em que a ofensiva mundial do capital encontra suas condições de possibilidade e seus pressupostos, sua necessidade e sua oportunidade histórica. Neste sentido, não deveríamos continuar a nos iludir quanto a sua possível reversão nos marcos do capitalismo histórico: o conjunto de processos e determinações que ela pôs em curso configura, a seu modo, a constelação das novas condições estruturais de realização do capitalismo histórico e das formas de dominação social e de exercício da soberania que lhes correspondem. Esta constelação nasce não de um modelo, de uma correlação de forças ou da ganância do capital, mas de condições, processos e necessidades estruturais determinados pelo desenvolvimento histórico do capitalismo. Ofensiva do capital, globalização neoliberal e neoliberalismo representam, em seu conjunto, a entrada numa época, num estágio determinado do desenvolvimento do próprio capitalismo histórico, cujos mecanismos e pressupostos estruturais precisam se tornar inteligíveis para que venham a se tornar inteligíveis o terreno onde lutamos, as condições em que lutamos, a natureza do inimigo contra quem lutamos e os fins pelos quais devemos lutar.

Em seu conjunto de pressupostos, podemos dizer, numa primeira aproximação, que as condições históricas para esta ofensiva nascem da reestruturação e da mundialização da produção, da circulação e da acumulação ditadas pela terceira revolução industrial e de seus efeitos devastadores sobre o mundo do trabalho e sua capacidade de organização e resistência; da correlação de forças e da hegemonia que configuram a ordem mundial que se desenha com o fim da Guerra Fria e a emergência da hegemonia unipolar dos EUA; e das novas figuras e mecanismos de mundialização e capilarização da soberania que correspondem a todos estes processos em sua articulação recíproca.

Tudo isso nos fala do contexto, da possibilidade e da oportunidade histórica da ofensiva, mas não propriamente da necessidade histórica que nela se expressa, e muito menos de toda a série de processos estruturais que, imanentes ao desenvolvimento do capitalismo histórico, chegaram a colocar esta necessidade.

Por um lado, todas as evidências apontam para o fato de que a necessidade histórica da ofensiva do capital nasce do imperativo de recompor as taxas de lucro, restringidas pela intensidade que as lutas de classe vieram a assumir ao longo dos anos 60 e 70. Neste sentido, a ofensiva teria começado muito antes da pós-fordismo e do fim da Guerra Fria, devendo ser situada em toda a série de golpes de

Estado, ditaduras militares e guerras civis promovidas como respostas brutais do capital às ondas revolucionárias que a luta de classes desenvolvia na periferia do capitalismo histórico e em toda a repressão brutal desencadeada na Europa e nos EUA às lutas operárias e estudantis dos anos 60 e 70.

Mas há uma outra face, estruturalmente determinante para a ofensiva mundial do capital pela recomposição da taxa de lucros: subjacente ao plano de causalidade aqui delineado, ela diz respeito ao desenvolvimento estrutural do capitalismo histórico e ao que pode ser caracterizado como o seu ingresso numa nova fase de sua história, que aponta para a plena realização do que Marx teorizou como a lei da queda tendencial da taxa de lucros, e como consequência dos processos que lhe subjazem e são por ela desencadeados, para a ativação dos limites estruturais absolutos imanentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo histórico.

Marx pensa esta lei como uma determinação estrutural do capitalismo, que viria a ser atingida a uma certa altura de seu desenvolvimento histórico, desencadeando toda uma série de limites e contradições estruturais que viriam a bloquear, e no limite a suprimir suas próprias possibilidades de expansão e desenvolvimento. Segundo Marx, a redução da taxa de lucro se daria em função do próprio desenvolvimento das forças produtivas já existentes e que constituem a base material para uma nova produção, promovido pelo desenvolvimento da tecno-ciência como força produtiva e como pressuposto imaterial da produção, como potência materializada do saber comum e do intelecto geral, em que a produção social da vida tende a se dar cada vez mais a partir de bases cognitivas e imateriais. Esta redução se dá na medida em que a relação entre o montante de capital investido e o trabalho vivo necessário (ou entre o montante de capital fixo e de capital variável) expressa-se na forma de custos cada vez mais altos de produção e montantes cada vez maiores de investimento em relação ao trabalho vivo necessário e à parte que lhe é repassada em forma de salário, o que torna cada vez menor a taxa de mais-valia extraída do trabalho vivo em relação ao capital empregado e, conseqüentemente, a taxa de lucros. Ao longo deste processo, o desenvolvimento das forças produtivas viria a produzir, como aconteceu, o desenvolvimento extremo da produção e do comércio, a formação de um mercado mundial, o desenvolvimento da produção, da circulação, da acumulação e dos meios de transporte e comunicação numa espacialidade e numa temporalidade que se tornam simultâneas e mundializadas, toda uma infra-estrutura da sociedade extremamente desenvolvida como base dos próprios processos de produção e reprodução social e a emergência histórica do intelecto geral (General Intellect) como pressuposto da produção e da circulação, desencadeando assim um processo ao fim do qual todas as zonas do globo e todos os aspectos da reprodução social estariam, de um modo ou de outro, integrados e subordinados aos circuitos de reprodução ampliada do capital (o que evidentemente contribui para a limitação progressiva das possibilidades de expansão do sistema de acumulação e para a ativação de seus limites estruturais). Como agora podemos testemunhar e como havia sido antecipado por Marx, todo este desenvolvimento produz o aumento constante e sistemático dos níveis de produtividade do trabalho, a redução do tempo de trabalho socialmente necessário e a diminuição progressiva da força de trabalho empregada e do trabalho vivo necessário para a produção e para a própria reprodução do capital, abrindo assim o caminho para a era do desemprego estrutural de massas e da exclusão, da super-exploração, precarização e atomização do mundo do trabalho e da desestruturação de sua própria capacidade de organização e resistência na luta de classes. Neste processo, o aumento do volume geral de capital fixo (trabalho social morto, materializado e apropriado como capital fixo que, cristalizado na maquinaria, na infra-estrutura da sociedade e em todos os pressupostos tecno-científicos da produção e da reprodução social, passa a organizar e a nivelar as condições e os custos da produção e do investimento e os níveis de produtividade) em relação à quantidade de trabalho vivo necessário não apenas determina uma tendência estrutural para a queda constante da taxa de mais-valia arrancada do trabalho vivo como forma todo um quadro em que a redução da taxa de mais-valia em relação ao volume do capital empregado implica na redução sistemática do valor destinado sob a forma de salários à reprodução da força de trabalho (que retorna à circulação como consumo), limitando assim a expansão da demanda agregada e, neste sentido, a base de reprodução do capital, na mesma medida em que passa a queimar sistematicamente uma massa cada vez maior da força de trabalho, excluída dos processos de produção e de consumo. Neste quadro, os mecanismos que contrabalançam a lei da baixa tendencial da taxa de lucros e as respostas históricas que o capital aciona contra ela (intensidade crescente da exploração do trabalho, rebaixamento sistemático da massa salarial, tendência a uma diminuição de preço dos elementos do capital fixo, superpopulação relativa na forma de um exército industrial de reserva cada vez maior, monopolização da produção e dos mercados mundializados, lei da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, exploração cada vez mais hiper-predatória dos recursos naturais, desenvolvimento do comércio exterior e do mercado mundial, hipertrofia do capital financeiro no ciclo de reprodução do capital, privatização e subordinação crescente do aparelho estatal aos imperativos do capital, etc), apenas contribuem para agravar ainda mais o quadro em que se ativam os limites estruturais absolutos do regime socio-metabólico do capital.

Neste processo, a imensa massa de capitais acumulados já não acha rentabilidade nem entrada no circuito da produção (que movimenta recursos cada vez menores em relação ao montante de capital já historicamente acumulado), passando a nutrir e a nutrir-se dos mais variados processos de auto-reprodução do dinheiro em estado puro, inaugurando assim uma era em que as formas que assume a acumulação sem trabalho passam a predominar no ciclo da reprodução do capital: a era da sobre-acumulação, em que as crises cíclicas de superprodução dão lugar a uma crise permanente de super-acumulação de capital e super-exploração do trabalho; crise estrutural que em sua insustentabilidade, incontornabilidade e destrutividade exponencial aproxima-se cada vez mais da ativação de seus limites estruturais absolutos.

Chega-se deste modo ao ponto crítico em que a reprodução ampliada do capital produz o descarte sistemático de massas gigantescas de forças produtivas e de trabalho vivo, passa a corroer os fundamentos da sociedade mundial do trabalho e as bases naturais da reprodução social, a se nutrir da super-exploração do trabalho e a imobilizar volumes cada vez maiores de capital em processos de sobre-acumulação sem trabalho que não podem se nutrir senão do valor produzido pelo próprio trabalho vivo que a dinâmica da super-acumulação, paradoxalmente, não cessa de descartar.

Chega-se assim ao ponto crítico em que Marx havia previsto que o sistema capitalista se tornaria um obstáculo para a expansão das forças produtivas e o desenvolvimento das forças produtivas uma barreira para a reprodução do capital. Ponto a partir do qual viria a se instalar a crise terminal do capital, crise permanente e total, profunda e duradoura, que já entra em sua terceira década e ao longo de seu desenvolvimento tende a produzir os mais agudos e decisivos conflitos entre o desenvolvimento criador da sociedade e suas imensas forças produtivas e a constelação das relações de produção estabelecidas.

Pressionada pela baixa da taxa de lucros, a lógica da reprodução do capital experimenta a necessidade histórica de recompor suas taxas de lucro, encontrando no conjunto de condições, processos e circunstâncias acima enunciados a possibilidade e oportunidade históricas para desencadear sua ofensiva mundial pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução ampliada e pela reestruturação das próprias formas da dominação social. Todavia, este processo não é capaz de suprimir a série complexa de contradições acima enunciadas; a rigor, ele serve apenas para agravá-las ainda mais. Isso vem a se dar, sobretudo, na medida em que a desestruturação da capacidade de organização e de resistência da classe trabalhadora na luta de classes produz uma disfunção estrutural no interior do sistema, que compromete as bases da acumulação ao mesmo tempo em que acentua seu caráter insustentável, incontornável e destrutivo e cria obstáculos que podem se tornar intransponíveis para a manutenção e legitimação da ordem vigente. Isso ocorre na medida mesma em que a desestruturação do mundo do trabalho e da capacidade de organização e resistência da classe trabalhadora, com seus efeitos devastadores, impede que sejam acionados os mecanismos pelos quais a luta de classes (integrada nos marcos do sistema como função que lhe é endógena e sob a constelação de condições históricas que conferiam à social-democracia a hegemonia política sobre o proletariado) promovia a distribuição da mais valia acumulada, o reconhecimento e a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores, o Estado Social e seus mecanismos de proteção social, distribuição de renda e regulação de conflitos, a democratização dos processos políticos e mecanismos decisórios, o aumento da capacidade de consumo da classe trabalhadora e a formação da demanda necessária para a reprodução do capital e o ciclo de crescimento econômico. Em tudo e por tudo isso, a luta de classes travada no interior do sistema exercia a função paradoxal de conter e limitar o alcance destrutivo das determinações e contradições estruturais do capitalismo histórico, gerando as condições materiais para a sua legitimação política, para a regulação e o controle dos conflitos sociais em seus próprios termos, para a ampliação do papel regulador e corretivo do Estado e, em todos estes sentidos, para a preservação dos próprios pressupostos necessários a um processo sustentável de acumulação de capital. Tudo isso desapareceu historicamente na medida em que as formas assumidas pela reorganização da dominação no contexto da ofensiva mundial do capital trabalharam justamente para o desmonte das condições sob as quais a luta de classes travada no interior do sistema poderia seguir restringindo cada vez mais as taxas de lucro do capital. Abandonada assim à unilateralidade de sua própria lógica, que passa a suprimir as mediações dialéticas da luta de classes, o capitalismo histórico ingressa numa era de seu desenvolvimento em que as crises cíclicas de superprodução dão lugar a uma crise permanente de superacumulação, que nada mais sendo do que o correlato lógico da superexploração do trabalho dá origem a um modo de acumulação que pressupõe, exige e promove o desemprego estrutural de massas e a pauperização de contingentes cada vez mais vastos da população, colocando em xeque os pressupostos da sociedade mundial do trabalho na mesma medida em que bloqueia e desestrutura, ao menos temporariamente, as condições a partir das quais poderia vir a se organizar uma resistência de classe à espiral destrutiva alavancada e nutrida pela própria configuração das relações de dominação ora assumida pelo capitalismo histórico.

Não é senão por estas razões que um número cada vez maior de intelectuais orgânicos do capital, se revelando preocupados com a insustentabilidade e a incontrolabilidade estruturais do próprio sistema, começam a propor toda uma série de corretivos e ajustes que operem na direção de uma melhor distribuição da mais valia acumulada; seu sentido último é reverter a ameaça para o sistema e para a própria reprodução social da vida implicada na perenização da crise de superacumulação, que a essa altura entra em sua terceira década sem cessar de aprofundar e multiplicar seus axiomas auto-destrutivos. Resta apenas saber em que medida as determinações históricas e estruturais que geram a crise de superacumulação poderiam ser revertidas no marco dos próprios pressupostos e parâmetros da ordem do capital; a rigor, na medida mesma em que estes pressupostos e determinações estruturais pertencem ao plano de consistência da própria crise, pensar sua superação no interior dos próprios pressupostos que a produzem e a aprofundam é, mais do que um contrasenso, uma impossibilidade constitutiva; só o que permanece em aberto é a possibilidade de que pequenos ajustes e correções possam vir a prolongar a crise, amenizar seus efeitos destrutivos e tornar possível, por mais algum tempo, a sua gestão. Não há dúvida de que é essa a estratégia que define o governo Lula e todos os governos que, de um modo ou de outro, tendo nascido da insatisfação popular e das promessas e expectativas de mudanças que eles geraram, terminam por encontrar seus limites e contradições na impossibilidade estrutural de enfrentar a crise atuando dentro dos marcos e pressupostos que a reproduzem. Na medida em que seus limites são dados por sua subordinação aos próprios pressupostos da crise, não é difícil prever que destino histórico estes governos deverão ter. O que assim ainda permanece em aberto, para além da duração destas experiências, são os desdobramentos históricos que virá a assumir a experiência de seus limites, fracassos e contradições.

A essa altura, deveríamos ser capazes de reconhecer em que medida já não é possível pensar em termos de uma crise cíclica da reprodução de capital e buscar sua solução nos velhos mecanismos que ao longo da história foram capazes de responder a estas crises. A rigor, estes mecanismos deixaram de ser operativos porque as condições em que eles operavam e as relações, esquemas e categorias da economia política que correspondem a essas condições simplesmente desapareceram. A essa altura, deveríamos reconhecer que vivemos uma crise estrutural que tem suas premissas na própria lógica assumida pelo desenvolvimento do capitalismo histórico, crise em que o metabolismo social do capital aproxima-se cada vez mais decisivamente da ativação de seus limites estruturais absolutos. Ali onde o poder criador do intelecto geral e do trabalho social determina a redução constante do tempo de trabalho socialmente necessário, esta poderia, sob outras condições, levar a humanidade a um processo emancipatório de liberação do trabalho; mas sob a constelação das relações de produção estabelecidas, ela apenas produz a diminuição sistemática da necessidade de emprego da força de trabalho, a escalada do desemprego estrutural de massas e da exclusão social, a desarticulação da capacidade de resistência a todos esses processos e uma lógica de desenvolvimento estruturalmente excludente e politicamente incontrolável, que se apoia na dinâmica da superacumulação e da superexploração, corrói as bases naturais da vida e passa a se nutrir cada vez mais das diversas formas que vem a assumir a supremacia do trabalho morto sobre o trabalho vivo.

Todo este conjunto de relações e determinações pode ser articulado numa proposição geral, que se deixa formular da seguinte forma: chegamos a uma situação em que, como previa Marx, *o desenvolvimento das forças produtivas entrou em contradição estrutural com a organização das relações de produção e das relações sociais, contradição cujas determinações estruturais ameaçam as próprias bases da reprodução social da vida e, neste sentido, passam a colocar o desafio e a necessidade histórica de sua superação, que só pode se dar pela construção de um regime em que os viventes se tornem capazes de determinar e controlar as condições da produção e da reprodução social da vida.*

3. Do ponto de vista do proletariado, a reorganização e a mundialização da produção sobre bases cognitivas, imateriais e tecno-científicas, o aumento constante e sistemático da produtividade do trabalho, a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e a conseqüente redução no uso da força de trabalho e do trabalho vivo necessário para a reprodução do capital, como vimos, instaurou a era do desemprego estrutural de massas, da desregulamentação das relações de produção, da atomização da força de trabalho, da retração da massa salarial, da supressão de direitos sociais e trabalhistas, do desmonte do Estado e do enfraquecimento das organizações de classe dos trabalhadores, abrindo assim caminho para a superexploração do trabalho e a desestruturação das condições, processos e formas de organização dos trabalhadores na luta de classes.

Tudo isso se traduz muito claramente nos seguintes números: segundo levantamento feito pelo Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ a pedido da CEPAL, a modernização tecnológica do país e o fluxo de importações a partir da abertura da economia, em 1990, resultou na eliminação de 12,3 milhões de postos de trabalho. Considerando o número de empregos criados pela demanda doméstica e pelo aumento das exortações, isso fez com que o saldo entre criação e eliminação

de vagas ao longo de 11 anos fosse positivo em 3,24 milhões de postos de trabalho; o que não é nada se consideramos que de 1,5 a 1,8 milhões de pessoas ingressam no mercado de trabalho todos os anos. Estes números indicam um quadro evidentemente insustentável, em que o desemprego estrutural tornou-se realidade para mais de 20% da população das áreas metropolitanas do país e não pára de crescer a cada ano. Em sua esteira, crescem o subemprego e todas as mais variadas formas de precarização, terceirização, atomização e informalização da força de trabalho. Neste quadro, o crescimento da quantidade de trabalhadores “autônomos” não pode ser considerado como a expressão de um “novo capitalismo” feito pelos “empreendedores de si mesmos”, a menos que consideremos a proliferação de biscates, flanelinhas, vendedores de cerveja e churrasquinho nas ruas e outras formas de ocupação similares como mostras do vigor da “nova” economia. Tudo isso evidentemente contribui para a queda constante e sistemática da massa salarial e de seu poder de consumo, que na Grande São Paulo, segundo o DIEESE, caiu pela metade desde 1985. De acordo com dados do IBGE, de 1990 a 2002 a participação dos ganhos dos trabalhadores na renda nacional decaiu de 45,3% para 36,1%. Os últimos números do IBGE (cujos métodos de cálculo do desemprego acabam por subestimá-lo a tal ponto que representam cerca de metade da taxa aferida pelo DIEESE) indicam ainda que o montante de trabalhadores desempregados, informais, ilegais e autônomos, que não pára de crescer a cada ano, já representa mais da metade da população economicamente ativa. Nesse quadro, é evidente que não há crescimento econômico que possa vir a compensar ou sequer atenuar os efeitos da modernização tecnológica e da reestruturação dos processos produtivos; muito pelo contrário, em função da nova lógica assumida pelo desenvolvimento do capitalismo histórico o mais provável é que surtos provisórios de crescimento (pelas razões expostas, a única forma de crescimento que ainda pode se esperar) apenas sirvam para ampliar ainda mais as formas precárias assumidas pelas relações de produção.

Os números do Brasil refletem uma realidade mundial, presente em todas as regiões do globo (com a exceção das novas zonas de expansão que se abrem com sua imensa oferta de mão de obra barata à super-exploração do trabalho na Ásia e deste modo acabam contribuindo para a super-exploração). O aumento constante da produtividade geral do trabalho determinado pela automação dos processos produtivos, pela potência criadora do intelecto geral, pelo trabalho cooperativo em redes, pelas formas de reestruturação dos processos produtivos denominadas pós-fordistas ou toyotistas, pelos mecanismos de inovação tecno-científica permanente e pela infra-estrutura cada vez mais complexa subjacente aos processos produtivos, ao produzirem a redução do tempo de trabalho socialmente necessário e da demanda de força de trabalho e o aumento do volume de capital fixo em relação ao trabalho vivo necessário na produção, configuram em seu todo uma situação em que o trabalho morto já acumulado sob todas as formas de capital fixo passa a apropriar-se da capacidade criativa do intelecto geral para reduzir de forma constante e sistemática o trabalho vivo necessário, aumentar sua taxa de exploração e a quantidade de sobre-trabalho extraída da força de trabalho empregada. Mais do que isso, a potência produtiva do trabalho social que se realiza à margem do mercado de trabalho formal ou informal, sem remuneração pelo capital, e se estende para além do tempo de trabalho propriamente dito termina sendo apropriada pelo capital, contribuindo assim para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e a quantidade de postos de trabalho diretamente remunerados pelo capital. Neste quadro, a exploração do trabalho já não pode mais ser mensurada pelo tempo de trabalho do trabalhador individual: ela se estende por toda parte e por todo o tempo como exploração do trabalho social como um todo, seja pelas formas assumidas pela reprodução social, seja pelos variados modos como se processa a exploração do trabalho social não diretamente remunerado, seja pelo emprego que passa a ser dado ao tempo livre (não remunerado pelo capital), cada vez mais entregue a atividades que produzem valor e a toda a espécie de modalidades de consumo que contribuem para a reprodução do capital.

Chega-se assim a uma situação rigorosamente insustentável e incontrolável dentro dos parâmetros do regime sócio-metabólico do capital, em que a apropriação pelo capital da potência criadora do trabalho social determina pelas mais diversas vias a eliminação constante e sistemática da própria demanda de trabalho vivo necessário. Sob a lógica do capital, pela qual toda energia natural e humana deve converter-se em capital a ser acumulado, essa eliminação, como vimos, não se traduz na liberação do trabalho mas na crise terminal da própria sociedade mundial do trabalho, que a rigor nada mais é do que a expressão da crise estrutural, permanente e terminal do regime do capital; crise que enraíza-se, desdobra-se e materializa-se numa lógica da produção, da circulação e da acumulação que gera a exclusão econômica, social e simbólica de contingentes cada vez mais numerosos da população mundial (a rigor, mais da metade da população que tem de sobreviver, hoje, com menos de dois dólares ao dia). Neste quadro, a hegemonia do chamado trabalho imaterial, criativo e tecno-científico na determinação dos processos produtivos, para além de seus efeitos emancipatórios sobre uma pequena parcela da força de trabalho, produz um quadro absolutamente devastador para a maior parte da classe trabalhadora mundial. Não se trata portanto de situação conjuntural, que possa ser superada dentro dos próprios parâmetros do regime do capital; pelo contrário, estamos diante de uma tendência estrutural de

longo prazo, cujos impactos destrutivos sobre a classe trabalhadora, sobre a condição e a composição do próprio proletariado, sobre sua capacidade de organização, atuação e mobilização, sobre a correlação de forças na luta de classes e sobre a composição social das classes são tão profundos e duradouros que tem solapado a capacidade de organização e de resistência que os trabalhadores podem vir a oferecer na luta de classes.

Como vimos, todos estes processos produzem transformações estruturais nos processos produtivos, no mundo do trabalho e na própria composição do proletariado que colocam em xeque as condições, pressupostos e categorias que têm estruturado a ação e o pensamento político desde a segunda metade do século XIX, evidenciando os contornos de uma transição cujo alcance estamos ainda longe de apreender em sua plenitude.

Num primeiro sentido, dissemina-se a atomização sistemática e progressiva da força de trabalho e das relações de trabalho, realizada pelas diversas formas de implementação de contratos individuais entre trabalhadores e capital. Apenas a título de ilustração, Silvio Berlusconi, primeiro-ministro e maior empresário italiano, emprega cerca de 250 mil trabalhadores; dentre eles, 240 mil vendem sua força de trabalho na condição de “trabalhadores autônomos”, mediante contratos individuais e temporários estabelecidos nos termos de uma troca entre a prestação de serviços determinados e o recebimento de uma remuneração por estes mesmos serviços. São muitas as modalidades de atomização que vão se difundindo e transformando o caráter da relação entre capital e trabalho: as várias formas assumidas pelos processos de terceirização e de prestação de serviços, a disseminação de empresas denominadas cooperativas (que organizam as relações de trabalho na base da prestação de serviços, como no caso de grande parte dos docentes que trabalham em instituições privadas de ensino superior), a proliferação de contratos individuais de trabalho, a informalização e a ilegalidade sob todas as suas formas, etc. Em comum, elas obedecem à mesma lógica: a transformação da relação capital/trabalho numa relação entre o indivíduo que “por sua própria conta” vende sua força de trabalho ao capital; seu corolário é a desestruturação da classe trabalhadora como classe, não no sentido de que ela deixe de existir como classe em si, mas no sentido de que assim vão se aniquilando as condições sob as quais ela pode reconhecer-se, organizar-se e agir como classe para si. Ao longo deste processo, se reforçam as condições a partir das quais se enraízam na consciência da classe trabalhadora toda uma série de mistificações que reproduzem a consciência burguesa e sua ideologia liberal: do mito do indivíduo livre e autônomo à mistificação da competência, da competição e da competitividade como medida das relações sociais, da produção desejante, dos valores, do imaginário e da subjetividade, a interiorização pelos que vivem do trabalho das formas assumidas pela auto-consciência burguesa se fortalece na medida em que as condições objetivas da produção e da própria existência dos trabalhadores se tornam cada vez mais passíveis de encontrarem nestas categorias e no modo como elas são reiteradas pela indústria cultural e por todos os aparelhos ideológicos de Estado as próprias categorias que conformam as dinâmicas de constituição das formas de reconhecimento e dos valores, da subjetividade e da comunicação, da identidade e da auto-consciência.

Num segundo sentido, desenvolve-se um processo estrutural de segmentação e divisão do conjunto da classe trabalhadora. Não que o proletariado em sua composição de classe tenha em algum momento constituído uma unidade em si mesma destituída da série de segmentações hierárquicas que a atravessam, unidade que a rigor só vem a se formar concretamente pela aceleração dos processos em que a classe, entrando em movimento, vem a se tornar classe para si e agir como tal. A lógica da segmentação do proletariado se forma (para além da divisão social do trabalho) na medida em que o capital, como relação que vive da separação hierárquica entre o trabalho e o comando que sobre ele se exerce, determina a produção e reprodução de um circuito e de uma forma geral das relações sociais estruturada ela mesma pela lógica do comando e pelo modo como ela se materializa e capilariza em relações de poder que estruturam a segmentação hierárquica do mundo do trabalho. O que ocorre com as novas configurações da produção é na verdade o aprofundamento decisivo de todas as dinâmicas já presentes de segmentação do proletariado e o surgimento de toda uma série de outras condições e dinâmicas que trabalham na mesma direção, resultando tudo isso numa metamorfose estrutural da composição de classe do proletariado que bloqueia decisivamente as condições a partir das quais a classe pode entrar em movimento e constituir-se como classe para si.

A rigor, a nova cartografia da composição de classe do proletariado continua a ter uma forma piramidal. No topo da pirâmide se acham as elites do mundo do trabalho que exercem funções de comando e assim se mantêm organicamente ligadas ao capital e/ou ao Estado; imediatamente abaixo delas, mas a ela ligadas, as suas camadas diretamente subordinadas. É aí que podemos encontrar as elites dirigentes do Estado e a burocracia que exerce funções de comando; as elites que comandam os processos produtivos e as empresas capitalistas (como seus gerentes, seus intelectuais orgânicos, seus operadores e executivos, seus “trabalhadores imateriais” tecnicamente qualificados, etc.); as elites que

participam dos mecanismos decisórios por controlarem os órgãos de classe dos trabalhadores (a aristocracia sindical gestora dos fundos de pensão e de investimento e das estruturas de micro-crédito, a burocracia partidária e seus tentáculos no aparelho de Estado, na máquina sindical e no mundo dos negócios e as várias “zonas cinzentas que se formam entre capital, Estado e aparelhos sindicais e partidários); as elites intelectuais produtoras do trabalho cognitivo e imaterial que se acha na própria base dos processos produtivos e da reprodução social, que organiza a indústria cultural e, de modo geral, a produção das formas de discursividade que trabalham para conformar a comunicação, a linguagem e a consciência do corpo social; por fim, os chamados profissionais liberais, os “empreendedores de si mesmos” e os “autônomos” de toda espécie, incluindo nesta categoria todos os que de algum modo negociam diretamente sua força de trabalho qualificada ou o que Pierre Bourdieu denomina como as várias formas que pode assumir seu “capital simbólico”. Estas elites pertencem à classe trabalhadora apenas no sentido de que tem de vender sua força de trabalho para reproduzir sua própria existência; mas a posição de comando que exercem nos processos produtivos e/ou decisórios, a função que elas desempenham na produção das bases materiais e imateriais da produção e da reprodução social da vida, o “capital simbólico” que elas detêm e buscam reproduzir e ampliar constantemente e a própria capacidade de investir sua poupança nos processos de reprodução financeira do capital faz com que seus interesses estejam organicamente ligados aos interesses da reprodução do sistema como um todo. Abaixo desta camada, acha-se toda a massa de trabalhadores qualificados e organizados em categorias ou corporações representadas em sindicatos, ainda regidos pela legislação trabalhista e com seus direitos sociais reconhecidos, sejam eles empregados do Estado ou do capital. Estes trabalhadores ainda dispõem de capacidade de organização e de resistência que lhes permita travar a disputa, nos marcos legais da sociedade e do Estado de classes, senão pela ampliação, ao menos pela manutenção de seus direitos e proventos. Seu interesse de classe se confunde, neste sentido, com seus interesses como categoria específica no mundo do trabalho, como corporação ou como organização instalada e reconhecida nos marcos da sociedade e do Estado de classes. Os pressupostos de sua existência, de sua organização e da atuação de seus órgãos de classe são, em última análise, os mesmos pressupostos da existência da sociedade e do Estado de classes que elas compõem organicamente, ainda que se mantenham, no interior desta sociedade, numa relação de antagonismo seja com o Estado seja com o capital, relação já plenamente regulada, absorvida e internalizada pelo desenvolvimento histórico da sociedade de classes. É neste sentido que podemos dizer que esta camada é a principal herdeira dos processos que, ao longo do século XX, acabaram por absorver e internalizar a luta de classes aos marcos endógenos e institucionais da sociedade de classes; não é por outra razão que ela constitui a base a partir da qual se formam as elites sindicais e partidárias que detêm o controle da maior parte dos órgãos representativos dos trabalhadores na sociedade e no Estado de classes; ademais, suas condições materiais de existência permitem que seus filhos sejam educados para determinar suas próprias vidas por expectativas de ascensão e mobilidade social que tendem a estruturar de cima a baixo as formas e conteúdos de seus valores, de sua consciência e de sua produção desejante. Abaixo desta camada, se situa a massa crescente dos trabalhadores não propriamente qualificados, escassamente qualificados ou simplesmente não qualificados, que vendem sua força de trabalho de forma cada vez mais precária, realizam serviços de toda ordem sem qualquer espécie de garantia ou proteção legal, não estão organizados como categoria e muito menos como classe, se acham cada vez mais excluídos das redes de proteção e dos serviços públicos que vão sendo desmanteladas, se vendo assim à mercê de todas as violências da super-exploração do trabalho, sempre disponíveis para compor as redes do crime organizado e ameaçados a cada momento de cair no desemprego e na exclusão social. A rigor, em seu caráter de força de trabalho rotativa, temporária e sem direitos, ela cumpre o papel de “exército industrial de reserva” e se torna cada vez mais a maioria numérica da classe trabalhadora. Por fim, abaixo de todas estas camadas, os desempregados e excluídos, massa crescente cuja única função social é servir de exemplo aterrorizante para todos aqueles que de algum modo ainda se acham incluídos nos circuitos da produção e do consumo e assegurar assim a possibilidade da super-exploração mediante a formação da camada que se acha imediatamente acima dela, esta sim cada vez mais essencial para fornecer o trabalho vivo necessário para a reprodução do capital em sua fase atual.

Nesta nova cartografia da composição de classe do proletariado fica evidente por si só a sua divisão estrutural. De um lado, as duas primeiras camadas (nos vários segmentos que as compõem e a despeito das diferenças acima assinaladas entre estes segmentos e estas camadas) têm os seus interesses, em última análise, organicamente vinculados aos interesses da reprodução do capital e ainda são capazes de se fazerem representar nos marcos legais da sociedade e do Estado de classes, de que elas são pilares essenciais. De outro lado, as duas últimas camadas do proletariado, de tal modo desestruturadas como classe e vulneráveis aos mecanismos da super-exploração que nada lhes resta senão a luta fratricida pela reprodução cotidiana de sua existência pauperizada. Neste quadro, a produção

sistemática de desemprego e exclusão exerce um papel estrutural, uma vez que ela assegura as condições para a super-exploração do trabalho e a desestruturação social e política da classe trabalhadora. Neste sentido, deveríamos poder reconhecer que o desenvolvimento do capitalismo rompeu a ligação orgânica, ou a possibilidade de uma ligação orgânica em bases materiais e objetivas entre estas duas grandes camadas em que passa a se dividir o proletariado; rompimento que produz a supressão das condições objetivas e subjetivas a partir das quais a classe pôde chegar a se reconhecer e a se constituir historicamente como classe para si. Rompimento que nos leva ter de pensar as condições a partir das quais poderão ser reinventadas, à luz das novas configurações da dominação social, os nexos, as formas e os processos que venham a permitir novamente uma articulação orgânica entre os diversos segmentos e camadas da classe trabalhadora.

Neste novo quadro, “os que nada tem a perder” são precisamente os que se acham mais desorganizados e vulneráveis em todos os sentidos. Ao mesmo tempo, são eles os que hoje se constituem como capazes de se organizarem social e politicamente no sentido de confrontar-se com os pressupostos desta sociedade (para além de todos os movimentos de resistência e defesa das posições historicamente conquistadas na luta de classes e que, portanto, lutam nos marcos de sua própria inserção nesta sociedade), de travarem a luta por sua transformação, de reinventarem as formas e mecanismos de organização do poder popular, as práticas, a cultura e a linguagem dos movimentos, de construírem novos modos de ser, novas formas de socialização e todas as formas de uma vida nova na luta cotidiana que eles têm de travar pelo direito a existir com dignidade. É o que podemos testemunhar na série de exemplos oferecidos pelos zapatistas, pelos sem-terra e pelos movimentos indígenas e camponeses da América Latina. Eles são atualmente a ponta de lança da reorganização histórica do proletariado como classe para si, do desenvolvimento de sua capacidade orgânica de organização popular, do movimento de massas e da própria possibilidade de que o novo ciclo de lutas que se desenha a partir desta reorganização possa adquirir o caráter de um confronto decisivo com os próprios pressupostos da sociedade e do Estado de classes.

A questão a que mais adiante teremos de retornar se refere à necessidade histórica e às condições de toda ordem a partir das quais estes movimentos podem vir a estabelecer vínculos orgânicos efetivos e estabelecer uma unidade concreta e estratégica com a série de movimentos que lutam por causas (apenas aparentemente) específicas ou localizadas, com os movimentos que na Europa e nos EUA ora se organizam contra a guerra, o imperialismo, a militarização das relações internacionais, o poder das corporações e as diversas formas de mercantilização da vida e da natureza, com os movimentos que lutam de forma conseqüente contra a destruição das bases naturais da vida e, por fim, com todos aqueles que, pertencendo a camadas da classe trabalhadora que tendem imediatamente, pelas condições objetivas de sua própria existência, a limitar suas lutas à defesa de direitos adquiridos no interior da própria sociedade de classes. É da formação histórica de uma unidade orgânica em nível mundial entre estas frentes de luta (unidade que só pode se estabelecer em torno de uma plataforma anti-capitalista) que pode vir a surgir a nova figura, ou a nova subjetividade a ser assumida pelo novo ciclo histórico de lutas que começa a se formar.

Em tudo e por tudo isso, o que antes de tudo deve ser posto em questão são as próprias condições históricas para a rearticulação orgânica do proletariado como classe para si, essencial para a formação de um novo ciclo histórico de lutas que venha a se tornar efetivamente capaz de colocar em xeque os pressupostos e a existência mundializada do regime socio-metabólico do capital no momento em que sua crise estrutural dispõe as condições materiais e objetivas para isso.

4. Todos esses processos prepararam o terreno para a ofensiva mundial do capital e para o advento histórico de uma economia efetivamente mundializada. Nela, as condições de governabilidade dos Estados-Nação e as economias nacionais passam a ser cada vez mais decisivamente atravessadas, integradas e determinadas pelos próprios pressupostos da reprodução mundializada do capital; pressupostos que são colocados pela formação de um mercado mundial que passa a determinar em todos os sentidos os parâmetros e condições da produção, do crédito, do investimento e da circulação, e em seu conjunto representam toda a série de determinações que ao mesmo tempo exigem e promovem a emergência histórica de formas e mecanismos de soberania funcionalmente adequados e correspondentes aos processos de mundialização do capital e à própria geopolítica da hegemonia unipolar que emerge historicamente do fim da Guerra Fria.

Nesse quadro, na mesma medida em que as economias nacionais e regionais se tornam espaços cada vez mais integrados e subordinados hierarquicamente e funcionalmente à esfera mundializada da reprodução do capital, os Estados-Nação tendem a encontrar os limites de sua soberania, as condições políticas e econômicas de sua governabilidade e a sua própria funcionalidade na forma de sua integração hierarquicamente subordinada e de sua adaptação ativa e passiva aos mecanismos que configuram a emergência histórica de uma lógica imperial da soberania que responde em todos os

sentidos aos imperativos da reprodução mundializada do capital. Até aqui nada de novo, na medida em que o capitalismo histórico sempre se desenvolveu na direção de sua mundialização e o papel dos Estados-Nação sempre foi dependente deste desenvolvimento; o que ora assistimos é a plena realização histórica desta tendência estruturalmente determinada, que ainda se acha em curso e visa, em última instância, à criação de um espaço mundial em que todas as barreiras à reprodução ampliada do capital tenham sido suprimidas e em que o Estado nada mais seria senão um agente mediador das determinações e imperativos colocados pela reprodução mundializada do capital. Mas este processo ainda não chegou a seu termo; neste sentido, ainda não é possível se supor que o Estado-Nação já não possua qualquer espécie de soberania, o que tem dado margem a interpretações que atribuem à soberania imperial muito mais do que ela é capaz de determinar; a rigor, o que se tem verificado é que as condições de exercício de sua soberania são cada vez mais limitadas por processos de desterritorialização desencadeados pelos imperativos da economia mundial e lastreados pela formação de uma máquina de guerra destinada a manter a ordem imperial e a assumir sobre ela um papel policial. Neste quadro, qualquer ação de Estado que venha de algum modo a confrontar os pressupostos e imperativos da ordem imperial está evidentemente sujeita a sanções de toda ordem, que podem tanto excluí-lo dos fluxos que circulam e conformam o espaço e a ordem imperial como, no limite, gerar uma intervenção da máquina de guerra sob a égide dos EUA. No quadro deste conjunto de determinações, não há dúvida, os Estados-Nação, agenciados pelos axiomas da soberania imperial e devidamente integrados a seu plano de consistência, tendem a se tornarem agentes da ordem imperial; é neste sentido que a maior parte das nações tende hoje a se tornarem províncias cujas condições de existência histórica e inserção na divisão hierárquica do trabalho mundial são determinadas pelo papel que elas ocupam na ordem imperial e em sua economia mundializada. O exercício de sua soberania no interior da ordem imperial passa a ser condicionado e as opções políticas e econômicas dos Estados-Nação dependem, em última análise, de seu poder maior ou menor de determinar os próprios fluxos que atravessam, constituem e integram a ordem imperial. Mas isto não quer dizer que elas não tenham mais qualquer soberania, ou que os limites de sua soberania estejam dados de antemão pela ordem imperial; a rigor, esta espécie de conclusão induz ao grave equívoco que consiste em supor que a configuração das forças antagônicas que disputam a hegemonia social e política no interior do Estado-Nação já não exerce qualquer papel na definição das opções políticas e econômicas a serem tomadas. Este tipo de equívoco e todos os sofismas que ele gera acabam sempre por funcionar como uma espécie de axioma ideológico que apenas serve à consolidação da ordem imperial; de resto, eles têm sido desmentidos por vários e numerosos exemplos, em maior ou menor medida.

Neste quadro, é particularmente preocupante a situação dos países que nas duas últimas décadas se submeteram sem mais ao conjunto de políticas preconizado pelo FMI e pelo Banco Mundial. Tendo encaminhado políticas que levaram à abertura indiscriminada, à desindustrialização e à desnacionalização de suas economias, ao endividamento público exponencial, à hegemonia da acumulação financeira, à sangria das contas externas e à dependência dos fluxos de capitais voláteis, ao desmonte, privatização e alienação do Estado, dos serviços públicos, da infra-estrutura social e de sua capacidade de produção científica e tecnológica, à privatização de seus recursos naturais, à retirada sistemática de direitos sociais e trabalhistas, a índices de desemprego estrutural insustentáveis e a uma queda sistemática da massa salarial, estes países viram corroer-se qualquer traço de soberania que ainda lhes pudesse restar dentro do círculo de ferro formado pela ordem econômica mundial sustentada pela soberania imperial. Isto não se deu evidentemente por geração espontânea, mas pela cumplicidade ativa de suas elites dirigentes, que como sempre cumpriram o papel determinado por sua condição histórica de agenciadoras dos interesses da ordem colonial e imperialista, e, não menos importante, pela ausência de movimentos de massa capazes de opor resistência efetiva à pilhagem que varreu estes países nas duas últimas décadas. Não há dúvida de que o fim da Guerra Fria e a terceira revolução industrial, pelas razões expostas, exerceram papel fundamental para produzir uma conjuntura favorável à imposição destes imperativos. O resultado de todos estes processos foi que estes países consolidaram e aprofundaram decisivamente sua condição de territórios de acumulação capitalista neo-colonial, que oferecem força de trabalho abundante, barata e desregulamentada, recursos naturais de toda espécie, ambiente econômico, jurídico e político propício aos fluxos de capital especulativo e à atuação dos mega-conglomerados empresariais, produtos de baixo valor agregado para o mercado mundial e as mais altas taxas de lucro para a acumulação financeira sob todas as suas formas e para os mega-conglomerados transnacionais. A rigor, numa verdadeira dinâmica de prostituição de seus povos e de seus recursos naturais, estes países tem a sua existência cada vez aprisionada a uma situação em que eles concorrem entre si para ver qual deles oferece melhores condições para a acumulação de capital; só assim eles podem atrair os capitais que permitam-lhes pagar suas "dívidas" e fechar suas contas externas. Forma-se assim todo um círculo vicioso do qual não há como evadir-se sem rupturas decisivas com o regime do capital e a ordem imperial que o sustenta. Ao longo deste processo, estes países

passaram não só passaram a exportar capitais sob todas as formas (só a América Latina transferiu cerca de 2,5 trilhões de dólares para o exterior nos últimos vinte anos), como viram seus laços de dependência se fortalecerem cada vez mais, sua capacidade de crescimento econômico com inclusão social ser simplesmente aniquilada, seu espaço de soberania desaparecer ano após ano e seu futuro esvair-se num pesadelo que ainda está longe de ter chegado a seu fim. Em verdade, depois que o desenvolvimento histórico das lutas de classe nestes países e todos os seus esforços pela construção de projetos de desenvolvimento econômico e social foram sistematicamente bloqueados e destruídos por golpes de Estado, ditaduras militares, intervenções militares e guerras civis fomentadas pelas potências imperialistas, todos eles (muitos ainda nos primeiros passos de seus processos de redemocratização) foram precipitados em uma dinâmica de aprofundamento brutal de seus laços de dependência, da qual despertaram na condição de países cujas condições de desenvolvimento próprio no interior da ordem econômica mundial foram inteiramente aniquiladas.

Para estes países, o resultado de todos estes processos de transferência de soberania é, na melhor das hipóteses, a transformação do Estado em gestor da adaptação passiva e ativa destes países aos imperativos de uma ordem que exige e promove a supressão de todas as barreiras à sua reprodução; em gendarme a se ocupar da manutenção repressiva de uma ordem social insustentável e injustificável; e por fim, com o que ainda sobra do banquete servido ao grande capital, em gerenciador de programas sociais financiados pelo Banco Mundial, destinados a manter em estado vegetativo de servidão a massa de miseráveis que não cessa de se multiplicar e a render dividendos eleitorais a seus executores.

Neste contexto, a política se esvazia na medida em que o refluxo do movimento de massas e a desestruturação do mundo do trabalho e da luta de classes, as mais diversas formas de manipulação e controle pelo poder econômico da representação política e da opinião pública e a perda progressiva de soberania esvaziam de conteúdo, efetividade e credibilidade as formas da democracia burguesa, gerando uma crise de legitimidade que tanto pode ser a ponta de lança de uma reorganização da subjetividade social e política sob outras bases como de uma absoluta desarticulação de toda e qualquer possibilidade de ação política efetiva. Neste quadro, a política tende a se tornar e a ser vista como um mero negócio, que se apresenta nas diversas formas que pode vir a assumir o conflito historicamente estéril entre as partes que ainda podem lutar pela apropriação do que ainda resta dos recursos do Estado ou pelo controle dos mecanismos de distribuição e alocação da mais-valia de que ele ainda é capaz de dispor. Em seus momentos de maior dramaticidade e vitalidade, em que podemos vislumbrar a possibilidade concreta de uma reabertura do universo político, ela se materializa seja como exercício de resistência dos segmentos organizados do mundo do trabalho que ainda podem lutar pela preservação de posições e direitos conquistados no passado pela luta de classes (que na maioria das vezes tem fracassado e são apresentadas pela mídia como meras lutas corporativas de minorias privilegiadas), seja como exercício de resistência de grupos sociais capazes de se mobilizar contra as mais diversas modalidades de exploração predatória das bases de reprodução social da vida (que tendem a ser retratadas com caráter anedótico para a opinião pública), ou como luta direta dos segmentos excluídos da população por seu direito à vida (muitas vezes brutalmente reprimidos e apresentados à opinião pública como “esfarrapados” que devem ser tratados como caso de polícia e sempre sujeitos a serem desarticulados seja pelo atendimento parcial de suas demandas, seja pelas mais diversas formas de cooptação de seus dirigentes).

Em todo caso, o que assim se verifica é um duplo bloqueio: de um lado, o bloqueio das condições que, no interior da ordem capitalista mundial, permitiriam que estes países viessem a desenvolver-se econômica e socialmente; de outro, o bloqueio temporário das condições objetivas e subjetivas de reorganização do proletariado como classe para si, que se traduz também como bloqueio da capacidade orgânica dos povos virem a reunir as condições necessárias para a formulação e o desenvolvimento concreto de um projeto próprio de existência, o que exige toda uma série de condições e de rupturas históricas e estruturais com o modo de produção capitalista que só a reorganização do proletariado como classe para si seria capaz de promover.

5. Num contexto em que a crise estrutural do sistema corrói progressivamente não só sua racionalidade como as próprias bases materiais para sua legitimação política, não há dúvida de que a soberania imperial já não poderá apoiar-se apenas sobre mecanismos biopolíticos de disciplina e controle, sobre a legitimação econômica de seus processos de dominação ou sobre mecanismos de dominação ideológica. A própria hipótese ideologicamente enviesada de uma “dominação suave” se desfaz ali mesmo onde os efeitos da dominação passam a produzir a desestruturação progressiva dos pressupostos da reprodução social da vida para a maior parte da população mundial, a exclusão social e a pauperização da maioria, o esgotamento das promessas e perspectivas de futuro que o sistema poderia oferecer, o surto de violência e barbárie que tudo isso desencadeia e a escassez das bases naturais da produção social da vida. O reino da competitividade em estado puro e a guerra de todos

contra todos numa sociedade em que parte cada vez maior de seus membros está condenada ao desemprego e à superexploração nos lança na barbárie, na mesma medida em que, paradoxalmente, cada vez mais tende a fazer da própria barbárie o mecanismo central de perpetuação da ordem vigente. Afinal, numa sociedade em que um pequeno número de vencedores se acha destinado a esmagar a maioria de perdedores, o corpo social tende a submeter-se a uma lógica de reprodução que se baseia numa articulação cada vez mais evidente entre a glorificação mistificadora e ideológica da atomização, da competitividade e do narcisismo dos indivíduos, a reprodução sistêmica da corrupção em estado puro e do cinismo que a acompanha, a desarticulação política, o sentimento de impotência que ela gera sob a forma da mais absoluta descrença na efetividade de processos de organização e mobilização coletiva, o terrorismo econômico cotidiano e a exclusão social sistemática de contingentes cada vez maiores da população. Se o último lastro da dominação são os mecanismos bélicos e policiais da soberania imperial, sua ideologia assume cada vez mais cinicamente, como forma da auto-consciência social hegemônica, o pressuposto das relações de força como fundamento das relações sociais, da política e da própria sociedade, correlato em todos os sentidos ao pressuposto de que “não existe sociedade, mas apenas indivíduos” e ao desenvolvimento do cinismo como disposição moral, afetiva e intelectual baseada no credo ideológico de que “a natureza humana” seria essencialmente competitiva e não cooperativa. Nesse quadro, na mesma medida em que a guerra sob todas as suas formas se torna a própria medida de todas as coisas, desenvolve-se a convicção de que “não há alternativa” e, em sua esteira, vai crescendo e sendo preparado todo um imaginário em que o “fim do mundo” aparece das mais diversas formas como seu pressuposto e como fatalidade inexorável. Nesse contexto biopolítico apenas a lógica da guerra, assumindo a figura de sua extensão ontológica e qualitativa para todos os momentos e aspectos da produção e da reprodução social, pode se tornar o princípio e a garantia da soberania imperial. Nesse quadro, mais do que colocar a guerra como sua garantia ou seu último lastro, mais do que subordinar disciplina, controle, reprodução social e manutenção da ordem imperial aos axiomas de uma guerra que se estende e se desdobra sob as mais diversas formas por todos os aspectos da produção e da reprodução social, a soberania imperial (seus micro e macro poderes em articulação dialética) promove a extensão qualitativa e ontológica da lógica da guerra como lógica da própria barbárie. É neste sentido que ela pode postular-se a si mesma e a seus mecanismos bélicos, policiais e tecnológicos de controle como a figura de um novo Leviatã. Mas a presença e a eficácia desse Leviatã não se manifesta apenas quando sua intervenção venha a ser solicitada, por razões que auto-proclamam como sociais, éticas ou humanitárias; antes de tudo, ela não cessa de manifestar-se silenciosamente na própria produção da ordem que dela depende, que a nutre e que não cessa de solicitá-la, pressupô-la e legitimá-la como única garantia possível da ordem que ela mesma produz e reproduz.

Mas como em toda soberania, seus limites são conferidos pelos corpos sobre os quais ela se exerce, pela resistência que eles podem oferecer, pelo desejo, pela potência e pela capacidade de liberdade e de libertação que esses corpos trazem dentro de si e que eles são capazes de expandir, expressar e compartilhar como testemunhos da vida que neles pulsa. A soberania é ela mesma uma relação; e é por isso que não é possível postular uma soberania infinita ou um totalitarismo sem limites. A nós cabe, portanto, formular a questão de como os corpos podem resistir, em todas as frentes, ao cerco fechado pela lógica do capital e sua soberania imperial, de como eles podem organizar a resistência, de como eles podem levar a que a resistência se torne insurreição, de como eles podem fazer com que a insurreição venha a ter como seu pressuposto e seu princípio motor o desenvolvimento de sua própria auto-organização como corpo, como potência, como subjetividade social capaz de assumir a forma de um poder constituinte que confronte a soberania imperial em todos os terrenos em que este confronto precisa ser proposto, que a supere e venha assim a se apropriar coletivamente das condições de determinação e controle da produção social da vida, antes que o caos e a barbárie venham a fazer com que essa questão sequer possa vir a ser colocada.

6. A seu modo, o governo Lula e toda a série de deslocamentos, impasses e desafios decisivos que ele representa são como um resultado e uma síntese de todas essas novas configurações históricas.

Se a essa altura já está mais do que claro que todos os acordos, compromissos e alianças celebrados pelo governo Lula nos marcos da governabilidade da sociedade e do Estado de classes, da reprodução mundializada do capital e da soberania imperial que a regula vieram para ficar e determinam sua condição, seus limites e suas contradições, seria um erro supor que o governo Lula represente uma simples solução de continuidade. Muito pelo contrário, a investigação do que nele amadurece e se expressa, dos deslocamentos e das metamorfoses estruturais que nele se realizam, talvez possa começar a nos revelar, no caso brasileiro, os traços essenciais da soberania imperial e dos impasses e desafios que ela coloca à classe trabalhadora e à esquerda socialista.

Começemos por uma breve investigação da composição política de classe do governo Lula. Ela revela uma novidade absolutamente fundamental em relação ao governo FHC. Um dos pressupostos estruturais do governo Lula é que nele chega ao poder político do Estado uma aristocracia sindical/partidária cuja gênese e desenvolvimento tem muito a nos dizer sobre a história recente da luta de classes. Essa aristocracia detém a gestão e o controle, dentre outras fontes de acumulação de capital, de enormes fundos de recursos extraídos da poupança realizada pelo mundo do trabalho para fins de aposentadoria: os fundos de pensão, que já movimentam cerca de 17 trilhões de dólares em todo o mundo e têm representado, no Brasil, uma das principais fontes internas de recursos para a acumulação. Ela também participa da gestão dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), composto pelos recursos do FGTS, que constituem a principal fonte de captação interna de recursos que o Estado brasileiro oferece ao capital por intermédio do BNDES. Compartilha com o capital a gestão de várias das empresas privatizadas que respondem pela infra-estrutura geral da sociedade. Controla com as carteiras de títulos dos fundos de pensão uma parcela cada vez maior da dívida pública. Passa a operar, com o capital e o Estado, os sistemas de micro-crédito às classes trabalhadoras. Celebra convênios e consegue toda espécie de financiamentos com órgãos estatais. Controla o aparelho sindical e se articula, através da burocracia sindical da CUT, com a máquina eleitoral do PT e sua cota no controle do aparelho de Estado (mandatos parlamentares, prefeituras, governos estaduais e governo federal). Ela transita, portanto, entre o capital, o Estado, o partido e o sindicato; reveza-se entre os conselhos do Estado (cujos assentos se multiplicaram nesse governo) e os conselhos de administração das grandes empresas estatais e privadas, entre os conselhos dos sistemas patronais de assistência social e preparação de mão de obra e os conselhos estatais que se destinam a esses mesmos fins. Como gestora da acumulação, os mil tentáculos desenvolvidos por essa aristocracia criam e expandem toda uma “zona cinzenta” em que interagem capital, Estado, aparelho sindical e máquina partidária e em que se desenvolvem as mais elaboradas modalidades (legais e ilegais) de corrupção.

Essa aristocracia não é propriamente proprietária de meios de produção, e nesse sentido não se pode dizer que ela componha, organicamente, a burguesia; mas na medida em que ela é a gestora da acumulação que se realiza com recursos do mundo do trabalho, detém o controle ou a participação acionária de grandes empresas e interage na zona cinzenta que ela forma com o capital e o Estado, seus interesses já não são os interesses da classe trabalhadora, ainda que ela detenha o controle da maior parte dos órgãos representativas da classe trabalhadora e, particularmente, o controle de sua maior central sindical. Essa aristocracia, como uma nova (e monstruosa do ponto de vista de sua economia política e do papel vital que ela exerce na dinâmica da luta de classes) figura, encarna, de modo bastante peculiar, a mais recente das mil formas que podem assumir as “personificações” do capital. A essa altura, deveríamos ser capazes de reconhecer que já não se trata do que pudesse vir a ser chamado de cooptação: essa aristocracia exerce um papel político orgânico, estrutural e central em relação à governabilidade, à quebra do caráter autônomo e classista das organizações do mundo de trabalho e à dinâmica da luta de classes e da própria acumulação. Sua emergência histórica e o papel que ela passa a exercer na sociedade e no Estado de classes só se deixam mesmo pensar como resultantes do rearranjo estrutural na configuração histórica da produção e das relações de produção, da composição social das classes e da própria dinâmica da luta de classes.

Esses são os pressupostos estruturais determinantes da composição política de classe do governo Lula, subjacentes aos compromissos celebrados em julho/agosto de 2002 com o FMI e o capital financeiro, à Carta ao Povo Brasileiro, à entrega das chaves do Tesouro e do Banco Central ao capital financeiro, à manutenção da política econômica neoliberal e ao compromisso assumido com a continuidade das “reformas” neoliberais dos anos 90 e com todo o corolário de políticas, práticas, alianças, compromissos e conseqüências que daí decorrem necessariamente. Esses são os pressupostos estruturais da aliança com o empresariado, com as oligarquias e com os meios de comunicação. Do mesmo modo, são esses os pressupostos da arquitetura subjacente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, à sua composição política de classe e à lógica do que Tarso Genro mistifica como o “contrato social” celebrado entre a aristocracia sindical e partidária (“representante” da classe trabalhadora), as oligarquias regionais, o empresariado e o capital financeiro. É na confluência orgânica de todos estes acordos e compromissos que o governo Lula encontra sua base de apoio.

Veja-se até que ponto não se trata propriamente de traição, mas da lógica anunciada de processos rigorosamente estruturais, que apenas uma análise da composição política de classe do governo permite desvelar, para além de todas as mistificações.

Define-se assim a natureza de um projeto de poder que se pretende duradouro: seu mais básico pressuposto é, evidentemente, o de mover-se nos limites acima assinalados, em que o poder político de Estado passa a ser compartilhado pelo capital financeiro e corporativo globalizado (que em seu conjunto de determinações estruturais representa a soberania imperial e delimita, a partir do controle dos fluxos

de capital, as próprias condições da governabilidade e da política econômica), pelo empresariado nacional, pelas oligarquias regionais e pela aristocracia sindical/partidária da CUT e do PT. Dentro desses limites, a aliança estratégica (e não puramente tática) com o empresariado e com as oligarquias busca, nas regras do jogo e nos limites da soberania imperial, uma melhor distribuição de riqueza e poder, considerada condição essencial para a retomada do desenvolvimento econômico obstruído ao longo de duas décadas, sem a qual não será possível que se construa a legitimação política do projeto de poder concebido pelo “núcleo duro” do governo e do PT. Neste contexto, o aparente e relativo endurecimento nas negociações internacionais atende aos interesses da burguesia nacional, deslocada do centro de poder na era FHC, assim como as medidas que buscam abrir condições e criar a logística necessária, do ponto de vista do empresariado, para uma retomada do crescimento que se baseie numa ampliação da capacidade de consumo do mercado interno, na supressão da vulnerabilidade externa e no processo de formação de capital, poupança e capacidade de investimento no interior do próprio país. Em ambos os casos, é preciso ver de que margem de manobra e de que fôlego histórico possa dispor um projeto como esse, que deixa absolutamente intocados os fundamentos estruturais da economia e da sociedade brasileiras e as condições concretas de inserção do país na ordem formada pela soberania imperial.

Do outro lado, o controle do Estado, da máquina sindical e partidária e de suas formas de interação/integração/subordinação à lógica do capital trabalha no sentido de obter a cumplicidade de organizações sindicais, movimentos sociais e lideranças populares; na mesma medida, tudo isso permite trabalhar para isolar politicamente os que lutam pela preservação da autonomia dos movimentos sociais e do caráter classista das entidades representativas do mundo do trabalho (para isso, a reforma sindical será um instrumento fundamental). O apoio e os votos que aí venham a se perder, calculam eles, serão mais do que compensados pela enxurrada de votos que virão do uso eleitoral da máquina estatal e de programas sociais focalizados e compensatórios, inspirados pelas diretrizes do Banco Mundial e em tudo e por tudo semelhantes aos operados pelo governo FHC. O apoio das classes médias, cortejadas pela mídia, tranqüilizadas pela guinada à direita e hipocritamente satisfeitas e auto-complacentes com a proclamada disposição social do governo, no fim das contas dependerá, como sempre, da retomada do desenvolvimento econômico, da capacidade de gestão da ordem social e de uma distribuição de renda que lhe permita recompor, ainda que minimamente, seu poder de consumo. Nesse quadro, as alianças com partidos fisiológicos e clientelistas como PMDB, PTB, PL e PP, aliadas ao uso da máquina do Estado, da poderosa máquina partidária/eleitoral que vai sendo construída pelo PT e ao apoio midiático, permitirão, pensam eles, que o PT venha a se consagrar como o maior partido brasileiro em toda a história.

Tudo isso compõe um quadro em que se justificam plenamente as comparações feitas com o México durante o “reinado” de 70 anos do PRI, salvo, é claro, todas as diferenças históricas entre ambos os processos, que muito possivelmente devem fazer com que o projeto de poder do PT seja derrotado em muito menos tempo do que foi aquele do PRI.

As racionalizações subjacentes a essa lógica se baseiam numa análise que declara não haver condições estruturais nem correlação de forças para qualquer projeto que pudesse implicar num enfrentamento ou numa ruptura com os fundamentos da ordem vigente. Deste modo, o governo Lula, ao internalizar os pressupostos da governabilidade da sociedade e do Estado de classes, da soberania imperial e da ordem econômica e social devastadora que ela sustenta e promove, sela seus limites e assim se auto-anula como possibilidade histórica de começar a reverter os pressupostos que condenam o Brasil à condição de um dos principais territórios de acumulação capitalista neo-colonial em todo o mundo, ameaçando eliminar, pela continuidade e aprofundamento das reformas e políticas neoliberais, todos os requisitos que ainda permitam pensar num projeto de país. Não se trata de discutir em que medida seria possível ou não seguir um outro caminho, mesmo porque essa possibilidade já foi descartada a priori. O que verdadeiramente importa, para todos os efeitos, é que a racionalidade invocada como pressuposto para a decisão política que sela o destino e os limites do governo Lula equivale na prática a uma auto-anulação da própria esquerda, que segundo esse raciocínio ideologicamente enviesado nada mais teria a fazer senão internalizar os pressupostos da realpolitik e assumir responsavelmente a gestão da sociedade e do Estado de classes.

A trajetória histórica do PT e os rumos tomados pelo governo Lula (semelhantes ao que aconteceu com os partidos da social-democracia em todo mundo nas últimas décadas), ao consagrar essa auto-anulação da própria política perante os mecanismos da soberania imperial e da reprodução mundializada do capital (já antecipada por Marcuse nos anos 60 em suas análises sobre o que ele então designou como o “fechamento do universo político numa sociedade sem oposição”), nos impõem a questão absolutamente decisiva pelas condições desde as quais pode ser pensada a retomada da política.

Em outras palavras, mais próximas das tarefas imediatas que nos colocam a conjuntura: trata-se de fazer com que a questão preliminar pelas conseqüências práticas e teóricas de toda essa tragédia para a esquerda se articule desde já na questão, absolutamente central e decisiva, pelas condições, impasses e desafios que sua necessária reorganização social e política terá de enfrentar nos próximos anos.

7. No quadro geral, a reorganização da esquerda sob novas bases, a necessária retomada (renovada) da ofensiva socialista e a emergência de um ciclo histórico de lutas capaz de colocar em xeque o metabolismo social do capital têm seus pressupostos na necessidade histórica de corresponder ao desafios colocados na luta de classes pelas novas formas de dominação e pelo fracasso e esgotamento histórico da experiência da social-democracia e do socialismo revolucionário.

Estes pressupostos, em sua formulação sintética e em sua forma mais geral, podem ser enunciados da seguinte forma:

a) mundialização, comunicação, articulação orgânica e consistente, definição estratégica e capilarização, em todas as frentes, de todas as formas de organização e mobilização, de luta e resistência organizadas pelos que vivem do trabalho;

b) definição clara de seu caráter anti-capitalista e anti-imperialista, a partir da premissa básica, que deve se tornar consciente e orientar estrategicamente a ação, o discurso e as formas de sua organização, de que não há saída possível para a crise civilizatória dentro dos próprios pressupostos e parâmetros que a alimentam; neste sentido, necessidade de definir como sentido e como finalidade estratégica de todas as lutas a construção de uma sociedade em que os que vivem do trabalho sejam capazes de determinar e controlar a produção e a reprodução social da vida pelos mecanismos a serem criados pelo próprio desenvolvimento histórico de sua auto-organização como poder popular;

c) necessidade de uma profunda redefinição teórica, capaz de produzir, na economia política e na sociologia, na filosofia e na pedagogia, no pensamento político, na ação, nas práticas, na linguagem e nas formas de sua organização, pressupostos e conceitos que possam corresponder às novas formas da dominação e de seu metabolismo social e às lições a serem tiradas do fracasso histórico da social-democracia e do socialismo revolucionário no século XX, no sentido de produzir a teoria revolucionária que deve fundar e articular a *práxis* revolucionária sob a nova constelação histórica que vivemos e formar militantes que estejam à altura dos enormes desafios que nos são colocados;

d) desenvolvimento da capacidade de articulação entre todas as formas de luta social, já sinteticamente caracterizadas acima, o que exige o desenvolvimento da consciência de que todas as formas de luta e todas as formas de sofrimento são geradas pela estrutura do próprio metabolismo social e das formas de dominação que o organizam do ponto de vista da reprodução do capital e das figuras da soberania que lhe correspondem;

e) desenvolvimento da capacidade de articulação orgânica dos segmentos que compõem o proletariado; o que inclui, por um lado, desenvolvimento da capacidade de organizar e articular as camadas do proletariado que não estão e não podem mais ser organicamente integradas pelo capitalismo histórico; por outro lado, desenvolvimento da capacidade política de aproximar e integrar concretamente todas as formas de luta existentes e todos os segmentos do proletariado que não se achem organicamente subsumidos às formas da dominação social em torno de uma estratégia classista, socialista e revolucionária;

f) desenvolvimento da capacidade política de repercutir sobre a lógica da produção de subjetividade (ideário e imaginário, valores e comportamentos, produção desejante e formas da auto-consciência que compõem os modos de ser e as perspectivas existenciais dos que vivem do trabalho), na perspectiva de desconstruir e deslegitimar a hegemonia social, biopolítica, ideológica, intelectual, ética e política de uma lógica de produção da subjetividade e da vida social baseada na produção e reprodução das relações de poder como forma geral das relações sociais e das relações da produção organizadas sob a lógica da separação hierárquica entre o trabalho e o comando que sobre ele se exerce. O que implica em trabalhar pela desconstituição da lógica e dos conceitos, dos hábitos e dos comportamentos que produzem e reproduzem as relações de poder que estruturam o metabolismo social. O que exige a constituição de espaços de vida nova (assentamentos de reforma agrária, fábricas ocupadas, novas comunidades formadas pelas mais diversas formas de êxodo, espaços coletivos de organização, mobilização e atuação social e política, ou de produção material, artística, cultural ou intelectual, etc), em que a lógica fraticida e anti-social da competitividade seja suplantada pela lógica da cooperação e a experiência concreta de novos modos de ser, desejar, pensar, agir e se relacionar seja capaz de criar a necessária densidade social, biopolítica, ética e ontológica a partir da qual a proposição de uma nova lógica da produção e da reprodução social possa ser proposta, encarnada e desenvolvida em todos os sentidos;

g) desenvolvimento da capacidade de organizar concretamente num mesmo plano de consistência os três momentos fundamentais de cuja articulação necessária devem se nutrir os movimentos na medida

em que se proponham a destruição e a transformação radical e conseqüente da ordem existente: *resistência, insurreição e poder constituinte*, integrados numa mesma lógica produtiva, num mesmo fluxo, num mesmo devir comum de auto-organização, sem o que nenhuma movimento revolucionário é capaz de colocar-se à altura dos desafios a que se propõem.

Este conjunto de princípios, requisitos e definições estratégicas constituem um pequeno inventário das condições fundamentais e necessárias para que o ciclo histórico de lutas que se inicia possa erigir-se à altura dos desafios e exigências que lhe são colocados na nova época histórica em que ingressamos. Se eles carecem de determinações precisas, específicas, concretas e imediatas, isso se dá na medida em que só as particularidades concretas de cada local e de cada momento do desenvolvimento histórico das lutas podem configurar as condições em que estes princípios gerais vêm a se materializar em processos e tarefas imediatas e concretamente históricas.

No plano imediato da conjuntura nacional, a necessária reorganização da esquerda classista, autônoma, socialista e democrática só poderá ser construída no enfrentamento concreto com o aprofundamento da agenda neoliberal de reformas pelo governo Lula. Como condição e necessidade colocada por este enfrentamento, como instrumento, fim e resultado a ser estrategicamente visado nesta construção, a unidade e a reorganização da esquerda só pode ser organicamente formada na ampla resistência que precisaremos organizar contra a agenda neoliberal, contra a reforma universitária, a reforma sindical e trabalhista e a implementação da ALCA.

Neste momento, como sabemos, grande parte dos que construíram a reorganização do campo das lutas sociais e da resistência nos últimos vinte e cinco anos se acha integrada das mais diversas formas ao projeto de poder desenhado pelo PT e pelo governo Lula. Na medida em que este projeto de poder se apoia, mais do que na mera cooptação ou na burocratização, na integração orgânica dos movimentos sociais e dos órgãos de classe dos trabalhadores aos pressupostos que estruturam a governabilidade da sociedade e do Estado de classes, ele representa a mais grave ameaça à autonomia, ao caráter classista e à combatividade dos instrumentos políticos de que dispõem os que vivem do trabalho; é neste sentido que a reorganização da esquerda há de se confrontar, antes de tudo, no interior dos próprios movimentos, com os que representam e personificam esta ameaça. Não há outro caminho: a reorganização da esquerda pode e deve ser estrategicamente construída pela articulação e pela unidade orgânica, a ser forjada na luta, de todos e todas que resistem à lógica desencadeada pelo governo Lula. Se a cúpula e a burocracia sindical e partidária que busca conferir sustentação a este governo nos movimentos e se adapta ativamente aos mil tentáculos que se armam para integrá-las organicamente à ordem estabelecida tem todas as razões para persistir nesta direção, a militância social e as bases que acreditaram no suposto caráter democrático e popular do governo Lula percebem cada vez mais claramente a dimensão da tragédia em que nos achamos: a rigor, não estamos diante de um governo de frente popular, mas de um governo cuja composição política de classe articula um projeto de hegemonia em que a destruição do caráter classista e autônomo dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, a emergência de um sindicalismo organicamente atrelado ao Estado e ao capital e a cooptação ativa dos movimentos sociais (que busca atingir até mesmo o MST) exerce um papel central. É exatamente esta militância, sua indignação e sua disposição de luta que pode e que precisa vir a ser articulada organicamente para o enfrentamento com este projeto; ela é a base inicial a partir da qual a reorganização da esquerda há de ser construída.

Não há dúvida de que a capitulação do governo Lula abre um espaço à esquerda que precisa ser rapidamente ocupado e o anseio de mudanças encarnado em sua vitória pode constituir um terreno fértil para a reorganização da esquerda e para o ascenso das lutas sociais no próximo período. Mas está claro que esta ocupação não se dará por geração espontânea, não se acha assegurada por nenhuma espécie de automatismo histórico e ainda não dispõe da densidade política necessária para a enormidade da tarefa que nos é colocada; a rigor, ela se defronta com a possibilidade histórica de uma desarticulação política e social devastadora, em que a descrença na política e na efetividade dos movimentos e das lutas e a enorme desilusão e indignação que este governo ainda vai desencadear podem abrir terreno para a bárbarie, o cinismo e o fascismo social que nos espreita como ameaça concreta. Possibilidade que pode se concretizar na medida em que a reorganização da esquerda não for capaz de superar todas as suspeitas que, mais ou menos justificadas, podem representar um enorme obstáculo para a bem sucedida reorganização da esquerda e a construção conseqüente da possibilidade e da necessidade histórica de um novo ciclo de lutas.

Neste quadro, a necessidade, a oportunidade, o desafio e a responsabilidade histórica que nos coloca a tarefa da reorganização da esquerda e da construção de um novo ciclo histórico de lutas no país não pode ser enfrentada com sucesso caso ela seja posta sob o signo equívoco de uma mera retomada das lutas classistas ou das bandeiras históricas do PT e dos movimentos sociais, ou de um mero abrigo para os grupos desamparados da esquerda socialista ou de uma mera retomada da luta pelo socialismo. Pois

não se trata neste momento de retomar os rumos abandonados pela social-democracia ou mesmo pelo socialismo revolucionário do século XX, como se as condições históricas em que vivemos não tivessem sido drasticamente alteradas; do mesmo modo, a reorganização da esquerda não pode se limitar ao plano de sua reorganização sindical e partidária e da construção da resistência à agenda que está colocada; também não caberia limitar-se a colocar de forma reificada, abstrata e sem quaisquer mediações com a história concreta da luta de classes a bandeira da retomada do socialismo. Para estarmos à altura do desafio que ora se nos impõe e da magnitude da crise com que nos defrontamos, mais do que nunca é preciso trabalhar para fazer da reorganização da esquerda socialista no Brasil o momento histórico para a mais ampla e radical refundação da esquerda; esta necessidade histórica não nasce apenas do espaço à esquerda que ora se abre com a capitulação do governo Lula; ela é posta em todo o mundo pela própria história da luta de classes, pelo próprio desenvolvimento das novas formas de dominação social, dos novos regimes de produção e acumulação e das novas figuras da soberania. Mais do que o agrupamento de militantes classistas e socialistas, que a rigor é apenas o começo, a reorganização da esquerda socialista no Brasil nos coloca a necessidade de construirmos coletivamente um grande processo de mobilização social em torno da construção de um projeto de país que, fundado nas necessárias rupturas com a ordem estabelecida, aponte para a auto-organização do poder popular como instrumento histórico para a construção de uma sociedade socialista.

TEXTO 33

Contribuição dos sindicalizados Alexandre Santos – PE; Clarilton Ribas – SC; Geraldo Barbosa – SC; Luiz Carlos Pinheiro Machado - SC

DESAFIOS HISTÓRICOS DIANTE DA CRISE DO CAPITAL E DO CONTINUÍSMO NEOCONSERVADOR NO GOVERNO LULA

Hoje mais do que nunca, uma estratégia conseqüente dos trabalhadores e oprimidos exige clareza teórica e programática sobre o caráter da crise do domínio do capital, do novo imperialismo militarista e neocolonialista capitaneado pelos EUA e das contradições que viabilizam e depois tornam-se obstáculos que conduzem à impotência as estratégias da grande burguesia de enfrentamento da crise (e que explicam a falência das políticas ditas "neoliberais", na verdade pseudo-liberais, neo-conservadoras e proto-fascistas). Tais contradições geram potencialidades objetivas para a construção dos pré-requisitos políticos de uma necessária ofensiva socialista, capaz de enfrentar os grandes desafios históricos da nossa época. A nova época histórica em que estamos mergulhando nas últimas décadas é de **CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**. Em contraste com as crises conjunturais cíclicas e periódicas do passado, esta crise agudiza ao extremo todos os complexos contraditórios que estão na raiz do sistema antagônico de domínio do capital sobre o trabalho, com o aumento da composição orgânica de capital mais rápido do que o da taxa de mais-valia e a evidente afirmação da lei tendencial dominante do sistema que é a queda da taxa de lucros. A oposição cada vez mais radical entre a **produção e o controle**, que é alienado dos produtores (com a exacerbação do antagonismo entre a organização da produção dentro de cada empresa e a anarquia no conjunto da sociedade; entre o trabalho produtivo socializado e a apropriação capitalista e entre o impulso de economizar recursos humanos e o desperdício deles com a geração de desemprego) interage dialeticamente de forma cada vez mais explosiva com as contradições entre **produção e consumo** e **produção e circulação**. A crise crônica e sistêmica do **capitalismo senil** se agrava cada vez mais, empurra para o primeiro plano suas tendências destrutivas e de desperdício catastrófico, trazendo perigos cada vez maiores para a própria sobrevivência da humanidade: guerra nuclear, química, biológica; guerras "tradicionais" genocidas, que podem se transformar em guerras nucleares pelo bombardeio de usinas atômicas; desastres ecológicos que põem riscos crescentes de destruição do meio ambiente necessário à vida humana; uma situação de fome e miséria para mais de 3,1 bilhões de pessoas (a metade da humanidade); catástrofes epidêmicas ligadas à miséria e à falta de saneamento e higiene básica; um desemprego estrutural crônico e precarização dos postos de trabalho. Um sistema não pode se condenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento.

A nova fase do imperialismo - hegemônico mundialmente pelos EUA - nada tem a ver com as fantasias sobre a "globalização" (que nada mais é que a idealização do desdobramento atual do imperialismo, como sistema internacional de dominação e subordinação) e o "capitalismo

desterritorializado" (que prescindiria do domínio do território econômico, do controle e drenagem dos recursos naturais do planeta e do apoio decisivo dos Estados imperialistas às suas transnacionais). A atual ofensiva imperialista é parte de uma enlouquecida fuga para frente do capital financeiro - liderada pelo Estado imperial estadunidense - que tem por fundamento uma realidade ainda não evidente para as grandes maiorias: a crise estrutural do capital. Esse processo não começa no 11 de Setembro (quando 3 comandos suicidas provaram, pilotando aviões comerciais que, com ou sem "escudo nuclear", não há superpotência invulnerável a um ataque). A escalada militar do imperialismo hegemônico estadunidense tem no mínimo 60 anos: se inicia na Guerra da Coreia, passa pelo Irã em 1953, Guerra do Vietnã (1951-75), invasão da Indonésia (com o massacre de 5 milhões de civis e um milhão de comunistas, quando o império impôs a ditadura títere de Suharto), a invasão do Congo em 1965 e o apoio aos racistas da África do Sul e à outros bandos fascistas para conter os movimento de libertação nacional anti-colonialista e anti-imperialistas na África, toda uma série de intervenções militares na América Latina (Guatemala 1954, Cuba 1961, República Dominicana 1965, Nicarágua 1979-90, El Salvador 1980-90, Granada 1983, Panamá 1989) sem contar todo um rosário de intervenções golpistas, numerosas demais para serem relacionadas aqui. Onde o movimento proletário e forças populares identificadas com políticas anti-imperialistas avançaram, o imperialismo aliado às classes dominantes locais, recorreu à "contra-revolução preventiva" para "salvar a ordem". A política externa dos EUA, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, pode ser caracterizado como **fascismo exterior**: um sistema que criou um padrão de vida relativamente mais elevado para o proletariado interno e instituições políticas formalmente democráticas no seu próprio país; combinado com a espolição imperialista sistemática, a superexploração da força de trabalho e a dominação de classe autocrática (muitas vezes abertamente ditatorial), de modo direto ou através de governos fantoches, na "periferia" subdesenvolvida e dependente do sistema imperialista.

A novidade da últimas décadas é a combinação da manifestação de duas tendências complementares: uma **espiral descendente na "taxa diferencial de exploração"** (a permanência de uma maior taxa de exploração e lucro nos países dependentes, não elimina a tendência geral cada vez mais acelerada para a equalização) com uma visível deterioração do nível de vida do proletariado dos países centrais (o número de miseráveis dos EUA passou de cerca de 2 milhões no final da década de 60, para mais de 30 milhões em 2001, acompanhada pela precarização das condições de trabalho que atingem principalmente os assalariados imigrantes e negros); a **crescente autocratização dos Estados metropolitanos** (onde o desmonte do "Welfare State" é acompanhada pela intensificação da repressão interna e por uma manipulação obscurantista cada vez mais fascistoide da consciência das massas, através do monopólio da mídia). A crise fiscal do Estado capitalista evidencia que o keynesianismo se esgotou, pois o Estado é cada vez mais incapaz de atender às necessidades de acumulação de capital, o que a torna cada vez mais problemática. A dívida pública dos EUA ultrapassa 6 trilhões de dólares; é superior a 60% do PIB do país e está sendo exportada para o "resto do mundo". Mesmo que governos pró-imperialistas continuem a aceitar esta transfusão de sangue as avessas dos recursos de economias anêmicas para a potência imperialista dominante, o mundo não será capaz de continuar pagando e mesmo "rolando" esta dívida por muito tempo. Além do "imperialismo do dólar" e da manipulação das dívidas externas e internas (não só para sugar centenas de bilhões de dólares anuais no pagamento do "serviço" de uma dívida que já foi paga várias vezes, mas para impor juros astronômicos, privatizações, liberalização de remessas de lucros e demais itens das "Cartas de intenções ao FMI" que subordinam a política interna dos países dependentes aos interesses do capital financeiro), o imperialismo estadunidense busca levar ao extremo o controle completo do que considera o seu "quintal" com a ALCA, que representaria uma regressão neo-colonial para a região. OS EUA (menos de 4% da população mundial) toma hoje para si 25% dos recursos de energia e matérias primas do mundo, de modo não apenas voraz mas perdulário e irresponsável, com imenso e crescente dano ecológico.

O aspecto militar da ofensiva imperialista é o mais perigoso para a sobrevivência da humanidade. Num lúcido ensaio, o comunista português Miguel Urbano Rodrigues utiliza a expressão **IV Reich**, para facilitar a tomada de consciência do novo poder fascista em formação nos EUA e do "perigo letal que este projeto representa para a continuidade da própria vida na terra". O **novo ciclo ascendente de guerras imperialistas** foi favorecido pelo desaparecimento da força de contenção realizada pela URSS, mas não representa nenhuma "mudança de curso". A fase da "guerra preventiva", da "guerra infinita" não foi iniciada por "baby Bush". É uma criatura da associação do capital financeiro com o complexo militar-industrial imensamente caro mais funcional para a centralização de capital. A política que orientou o primeiro ataque ao Iraque sob "papa Bush" em 1991 teve continuidade (ainda que de forma mais "sutil") sob o consulado de Clinton que manda tropas para intervir na Somália entre 1992-95 e ataca a Iugoslávia em 1999 (bombardeando cidades, hospitais, escolas e até a embaixada da China com seus "mísseis humanitários"). Com ou sem Bin Laden os tecnocratas da Casa Branca "precisavam de um inimigo". Georg "W(ar)" Bush utiliza o pretexto de 11 de Setembro de 2001 para atacar o Afeganistão e

tomar as reservas estratégicas de gás e petróleo, dando continuidade a cadeia "infinita" de "guerras preventivas" já previstas e anunciadas a muito tempo (diga-se, de passagem, usar este pretexto de uma agressão para agredir, não significa querer ser agredido: a CIA seria capaz de encontrar pretextos muito menos custosos, evitando que o povo dos EUA sentisse na pele o terror que inspiram ao "resto do mundo"). A agressão criminosa a todo um povo com o pretexto de cassar Bin Laden, busca implantar um protetorado dos EUA na estratégica Ásia Central, do Cáspio ao Pamir, nas fronteiras Ocidentais da China. Depois teremos como "bola da vez" sucessivamente a Coréia do Norte, Irã, Líbia e Sudão, talvez depois algum país latino-americano; mas sem dúvida é a China que constitui-se no alvo último da projetada "estratégia americana de ataques preventivos" (potência nuclear que se mantém fora do sistema capitalista, com *1,3 bilhão de habitantes* e um ritmo impressionante de crescimento da economia, o que, a manter-se a taxa atual, tornará em 2020 o PIB chinês 3 vezes superior ao dos EUA).

Do ponto de vista político, o capitalismo jamais poderá prescindir do Estado nacional enquanto comitê executivo dos grandes monopólios capitalistas. O imperialismo estadunidense dispõe de instalações militares em 70 países e mais de 300 mil soldados espalhados pelo mundo e controla os órgãos multilaterais da ONU - como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio - transformando-os em instrumentos para impor as políticas que o mundo deve seguir. Subjuga governos através da pressão econômica e militar, numa ofensiva sobre o produto do trabalho, os direitos e garantias sociais e as riquezas naturais do mundo todo, sobretudo nos países subdesenvolvidos e dependentes. As contradições inter-imperialistas se aprofundam e deverão se intensificar no futuro - tanto entre os EUA, União Européia e Japão, como no interior da União Européia - pois cada Estado imperialista apoia a sua transnacional. Os países imperialistas europeus e o Japão não são colônias dos EUA e tem seus próprios projetos hegemônicos. A impossibilidade de impor uma "guerra mundial total", pois ela levaria à destruição da humanidade (o que não quer dizer que guerras menores vão deixar de se multiplicar de modo cada vez mais perverso) deixa o capitalismo sem sua "sanção última": as contradições explosivas do sistema como um todo são agravadas. Fala-se num "governo mundial", para tentar administrar as contradições inter-imperialistas na ausência de sua "última sanção" (a sujeição violenta do concorrente). Mas para que este governo surgisse (e sobretudo para que pudesse funcionar) o capitalismo teria que ser essencialmente diferente do que é e do que pode ser: nenhum sistema pode deixar de ser explosivo e tender à autodestruição se for estruturado de modo antagônico em todo o seu núcleo interno.

Mas há reais manifestações de luta do proletariado e dos povos oprimidos e de ressurgimento da esquerda no cenário mundial, em particular na América Latina. Assistimos em 2003 a intensa manifestação mundial contra a guerra que os EUA e a Inglaterra movem contra o povo faminto, doente e mal armado do Iraque. A resistência popular do povo iraquiano contra a invasão e ocupação militar estadunidense será persistente e prolongada e já traz dificuldades para a reeleição de Bush. **O Estado imperial norte-americano tornou-se o maior grupo terrorista de todos os tempos**, mais perigoso até que a Alemanha nazista (pois, para a sobrevivência da humanidade, **o perigo é proporcional aos meios** de um país que transformou a "chantagem nuclear" numa política oficial). É central fortalecer as mobilizações pela paz e contra a guerra imperialista, que crescem de modo impressionante: dezenas de milhões de pessoas saíram as ruas no dia 15 de fevereiro do ano passado, em quase todos os países do mundo, na primeira manifestação mundial de protesto da história. **O IV Reich precisa ser detido e isto está ao alcance dos povos.** Mas, o imperialismo planetário não pode viver sem guerras. Só um poderoso e organizado movimento de massas conscientemente socialista pode criar (em cada país e no âmbito internacional) as instituições adequadas para a necessária ação combinada mundial capaz enfrentar e resolver (numa escala temporal incerta que poderá ser medida em anos e talvez em décadas, mas "nunca em séculos, pois o tempo está se esgotando") não só os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais, como a erradicação da fome, da miséria e do desemprego estrutural e até a destruição ecológica generalizada. Apesar do malogro das momentâneas experiências de transição para o socialismo no leste europeu inspiradas no projeto de Marx (e que dele se desviaram por razões que não é possível analisar neste espaço) a alternativa formulada por Rosa Luxemburg nunca foi tão dramaticamente atual como hoje: **"socialismo ou barbárie"**. O socialismo aparece como única alternativa ao extermínio da humanidade, como desfecho inelutável da própria dinâmica do capitalismo senil e destrutivo. É certo que não se deve desconsiderar as imensas dificuldades intrínsecas à tarefa do socialismo, que deve superar não só o capitalismo, mas o próprio capital e suas contradições, instituindo um complexo reprodutivo social internamente harmonizável, que combine planejamento democraticamente centralizado com auto-gestão nas unidades produtivas; e comece a superar a alienação entre economia e política na construção da sociedade humana, segundo contornos que serão traçados no processo pelo ser social humano que é o sujeito da história.

Na América Latina e no Caribe têm surgido capítulos de contestação de significado bastante profundo. Cuba segue sendo um exemplo para todos os outros povos apesar do subdesenvolvimento histórico,

apesar das limitações geográficas e naturais, apesar do bloqueio econômico que persiste há 45 anos, apesar da perfídia política da reação internacional. Cuba resiste e é um país subdesenvolvido com melhores indicadores sociais que muitos países desenvolvidos. Sob este aspecto é importante a crítica de James Petras à histeria dos "intelectuais críticos de Cuba", quando da repressão aos seqüestradores e aos "dissidentes" que, como ficou provado, eram "funcionários a soldo do governo estadunidense"¹⁵³ Também o marxista húngaro Mészáros escreve corajosamente: "A controvérsia internacional acerca da condenação dos seqüestradores teve muito que ver com o desprezo pela ameaça militar direta a que o país estava - e está - submetido", destacando a permanência da significação histórica universal da Revolução Cubana: "convocando não apenas para a luta anti-imperialista, mas também para uma mudança estrutural sistêmica da sociedade como condição última do sucesso desta última"¹⁵⁴ A luta do povo colombiano avança, combinando a luta de massas com a insurgência armada, através das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), da ELN (Exercito de Libertação Nacional) e outros grupos menores; que continuam acumulando forças apesar da reação fascista interna, hoje liderada pelo desmoralizado governo de Uribe, apoiado militarmente pelos EUA. A luta dos zapatistas e outros movimentos insurreccionais camponeses combinada com o ressurgimento do sindicalismo combativo no México, a mobilização e reorganização embrionária do povo argentino (através dos piqueteiros e Assembléias Populares); são exemplos de que o silêncio (a paz dos cemitérios), que foi comum na década passada, está sendo suplantado pelo vigoroso ressurgimento das lutas e batalhas populares. Deve-se destacar os recentes processos que vem se desenrolando na Venezuela e na Bolívia. Ao derrotar a tentativa de golpe civil-militar da oligarquia sócia do imperialismo em abril de 2002, assim como o boicote e sabotagem à produção e distribuição do petróleo em dezembro e todas as manobras das elites reacionárias durante o ano de 2003; a luta do povo e do governo bolivariano da Venezuela mostra que o momento é de crescimento das lutas e não de refluxos. Há uma revolução popular em curso na Venezuela, que já avançou concretamente através de uma série de reformas sociais e políticas: democratização da estrutura política do país fortalecendo os de baixo e reestruturação das Forças Armadas (exonerando os oficiais reacionários e golpistas); reforma agrária ainda parcial mas significativa e entrega de títulos de propriedades urbanas (moradia); ampliação do número de ingressos nas escolas em todos os níveis (da pré-escola à Universidade); reestruturação da empresa estatal de petróleo, que é a segunda maior do mundo (demitindo a burocracia golpista e fazendo concurso para contratação de novos técnicos). A rebelião popular, deflagrada a partir da greve convocada pela histórica Confederação Operária Boliviana COB), em outubro de 2003, derrubou o autocrata de plantão Gonzales Sánchez de Lozada e já recomeçou a mobilização contra seu substituto, o vice-presidente Carlos Mesa, que tenta evitar os plebiscitos oficiais contra o anti-nacional projeto de exportação de gás para os EUA e contra a ALCA e mantém a política econômica anti-popular e a repressão aos camponeses do seu antecessor. Toda este ascenso da mobilização popular na América Latina e Caribe deve ser politicamente orientado para o combate às principais ameaças e flagelos que pesam sobre nossos povos: a implementação da ALCA, a continuidade do pagamento da dívida externa e a crescente presença militar estadunidense, seguindo a política da expansão neocolonial da superpotência imperialista. O "livre comércio" é o outro nome da guerra imperialista, pois a ALCA não se limita ao controle indireto de nossas economias pelos EUA, mas visa o controle direto da Amazônia e de todos os recursos naturais (não é por acaso que vem junto com a escalada de agressão militar à Colômbia e com o cerco da região por bases militares americanas).

LULA DA SILVA: O PRIMEIRO ANO

Trabalhadores do serviço público ou da iniciativa privada, do campo e da cidade, homens e mulheres, nada tem a comemorar ao final do 1º. ano do governo do grupo político que, liderado por Lula da Silva, desde 1989 acena com a redenção econômica para os milhões de miseráveis que habitam este que é um dos países mais ricos do mundo, mas que mantém a 3ª. pior distribuição de renda, sendo superado apenas por Botsuana e Serra Leoa nesta tenebrosa classificação.

No campo permanece a emergência social ditada pelo imperativo de uma reforma agrária tão presente no discurso como ausente na prática. Lula da Silva, em seu primeiro ano, conseguiu piorar o desempenho de FHC a este respeito, tanto em número de assentamentos (cerca de 6.000), quanto em número de assassinatos no campo, segundo a CPT, Comissão Pastoral da Terra.

¹⁵³ Petras, James - EUA, Cuba e os Intelectuais do Ocidente", Rebelión, set. 2003, 6 pp. Muitos "intelectuais progressistas" parecem ter "aversão aos revolucionários que tem êxito" e "sempre encontram uma desculpa para evitar comprometer-se com a revolução": "se o Estado joga uma papel importante na economia ou ocorrem mobilizações de massa, sacam o velho refrão do 'stalinismo' e falam de 'ditaduras plebiscitárias' e se as agências de segurança prevêm satisfatoriamente a atividade terrorista, falam de "Estado policial repressor" (p. 5).

¹⁵⁴ Mészáros, István - "Cuba: os próximos 45 anos?", In: Margem Esquerda, 2, nov. 2003/maio 2004, pp. 7-18, cit. pp. 11 e 16.

Na cidade os indicadores de níveis de ocupação indicam de forma unânime o aumento do desemprego. A este respeito a FSP de 28 de janeiro informa:

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo bateu recorde histórico em 2003, no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De janeiro a dezembro, a taxa média de desemprego ficou em **19,9%**. Foi a maior taxa de desemprego já medida para a região desde 1985, quando a pesquisa começou a ser feita pela Fundação Seade/Dieese. Por outro lado, a [renda do trabalhador caiu em 2003 pelo sexto ano](#) seguido. Apenas no ano passado, a renda encolheu **6,4%** na região metropolitana de São Paulo. (grifos nossos).

Ou seja, temos uma combinação de aumento do desemprego e de redução de poder de compra dos ganhos médios dos trabalhadores. Para os dois indicadores (e fiquemos apenas nos dois), argumentos palacianos, entre metáforas futebolísticas e risos (aliás, como esse pessoal ri!), costumam apresentar dois motivos segundo os quais tal quadro, num primeiro ano seria inelutável:

Primeiro o Governo assumiu um orçamento que não teria sido de sua autoria e, portanto, esta “jaula de ferro” teria impedido a implementação das políticas pelas quais teria ganho as eleições.

Isto é, para dizer o mínimo, meia verdade. O orçamento público no Brasil sempre foi uma peça absolutamente flexível (quando não, completamente desmoralizada, em tempos idos, pela sua inoperância), permeável a tantas alterações orçamentárias quantas os executivos quisessem. Com a maioria que o Governo construiu (e com que custo!) no Parlamento o orçamento 2003 poderia ser perfeitamente reescrito.

Segundo o atual Governo teria assumido uma herança maldita, na forma de desarranjo macro econômico, risco de inadimplência externa e interna, estouro nas contas públicas, e, sobretudo, descontrole inflacionário, e, portanto, 2003 seria um ano amargo, mas prenunciador de um 2004 de bonança e fartura.

Nenhuma coisa nem outra encontram respaldo na verdade. Quanto ao pretensão caos econômico herdado Leda Paulani, da Universidade de São Paulo, no artigo “Brasil delivery”, destrói cada argumento com competência e simplicidade.¹⁵⁵

A autora indica um repique inflacionário em involução, já em janeiro, contas públicas sob controle, superávit primário garantido. Quanto a inflação, argumento recorrente das atuais autoridades econômicas, Paulani sustenta:

Como defender tão implausível diagnóstico [o de que havia pressões inflacionárias por excesso de demanda] com a economia estagnada e o desemprego batendo recordes atrás de recordes? De onde poderia estar vindo tamanha pressão por reajustes de preços [em dezembro de 2002], de modo a comprometer a estabilidade monetária do país? (...) Não existia nenhum indicador de que o processo inflacionário estivesse fora de controle. (...) Não existia, por absoluta falta de oxigênio na economia, nenhuma possibilidade de essa reconfiguração de preços transmutar-se num descontrole monetário e/ou desencadear mecanismos informais de indexação que ressuscitassem a inflação inercial. (...) O IPCA do IBGE, por exemplo, que chega a apresentar um crescimento de 3,02% em novembro de 2002, cai para 2,1% em dezembro desse ano e 2,2% em janeiro de 2003, reduzindo-se sustentadamente a partir de então para atingir 0,22% em maio.

O argumento da autora nos permite imaginar sermos mais uma vez vítimas do conto do vigário: pagamos um preço elevado¹⁵⁶ para termos acesso a fortuna no segundo momento, que viria. E virá?

As dúvidas a este respeito são muitas. O Laboratório de Políticas Públicas da UERJ e Fundação Rosa Luxemburgo¹⁵⁷ produziram um alentado estudo (inclusive com excertos da autoria acima) que indica a inexistência de grandes diferenças do ponto de vista de indicadores macro econômicos entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004. Em outras palavras, há escassas justificativas técnicas para pensarmos que sucederá este ano um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, com geração de emprego, aumento de renda, crescimento dos investimentos públicos etc.

¹⁵⁵ ver: A economia política da mudança. Org. João Antônio de Paula, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2003).

¹⁵⁶ Em termos práticos: pagamos, e continuaremos a pagar, os custos de um acordo assinado com o Fundo, mesmo antes das eleições e recorrentemente renovado, cuja essência é garantir longa, próspera e confortável vida aos banqueiros, tanto internacionais quanto tupiniquins. A mesma FSP publicou: lucro do Bradesco teve um acréscimo de 36% nos oito primeiros meses do governo Lula. É este um modestíssimo exemplo do resultado mais palpável da política econômica de Lula da Silva.

¹⁵⁷ www.outrobrasil.net

Índice Macroeconômico	Dez.2002	Dez.2003
Inflação em 12 meses	12,5%	9,5%
Crescimento do PIB	1,5%	0,1% (*)
Taxa de juros	22,8%	16,3%
Desemprego aberto	10,5%	12,8%
Renda média trabalhadores	R\$ 940,00	R\$ 820,00
Juros pagos (proporção do PIB)	8,09%	9,77%
Dívida líquida do setor público	R\$ 881,1 bi	R\$ 905,3 bi
Relação dívida / PIB	56,5%	57,2
Saldo comercial	US\$ 13,4 bi	US\$ 24,0 bi
Reservas internacionais líquidas	US\$ 16,4 bi	US\$ 17,3 bi
Avaliação de risco-país	1.446 pts.	468 pts.

(*) ESTIMADO

Um estudante de primeiro ano de economia, razoavelmente aplicado, poderá ler no quadro acima a ausência de indicadores que possam animar uma análise isenta a ponto de sugerir que estejam dadas as condições para o novo ciclo, ou, o "círculo virtuoso" de crescimento econômico como mencionou o Sr. Antonio Palocci. Se teremos ou não um "solução" de crescimento, precário, contingente, episódico, ainda está em aberto, mas estamos e seguramente longe do "espetáculo do crescimento" prometido para 2004. Ao contrário, uma análise crítico-realista, que vá além das aparências e dos fogos de artifícios midiáticos, descortina um quadro extremamente perigoso para o movimento proletário e popular, que pode combinar: o sofrimento sócio-material imposto pela degradação do nível de vida da imensa maioria do proletariado (em atividade ou aposentado), dos camponeses e das massas já hoje miseráveis e famintas; um imenso estrago ideológico, objetivado num tipo de decepção geradora não só da desilusão das massas em relação ao governo do PT (o que torna-se não só inevitável, mas necessário para qualquer avanço da luta autônoma e organizada dos oprimidos), mas de um ceticismo desmobilizador que pode aniquilar grande parte do patrimônio político acumulado pelo movimento de massas no Brasil nas últimas décadas.

Nas eleições presidenciais de 2002 venceu o voto pelas mudanças: apesar do caráter rebaixado do programa apresentado pela candidatura Lula, a vitória na eleição de 2002 foi a de um voto que exprime a **vontade popular de transformações** em relação à política neo-conservadora, privatista e pró-imperialista de FHC. Sob este aspecto, a vitória da candidatura do ex-líder das greves metalúrgicas de 1978-80 teve um inegável significado simbólico: demonstra todo um potencial de avanço e de fortalecimento da auto-confiança do movimento proletário e popular na luta por transformações sociais que atendam os anseios de justiça social dos oprimidos. No entanto, **o governo Lula, rompeu com os melhores aspectos do passado do PT, de sua história, programa e discurso**, frustrando suas bases e seus eleitores. O governo federal do PT não é um governo de reformas sociais, não é um "governo popular", nem avança na revolução democrática (mesmo dentro da ordem). **É um governo conservador e de continuísmo. Continua a longa reciclagem contra-revolucionária da ordem autocrática burguesa e a política de pseudotransição que mantém o Estado autocrático burguês por novos meios. Pior! O governo hegemônico pelo PT acelera e aprofunda a implementação do conjunto da política ditadas pelos interesses do bloco de poder constituído pelo imperialismo, os monopólios e o latifúndio:** coloca acima de tudo o superávit fiscal para pagar a dívida externa, renovou o acordo com o FMI atendendo todas as suas imposições imperialistas (impôs a contra-reforma da previdência entregando-a para o capital financeiro, libera a produção e comercialização de transgênicos, tira verbas dos programas de saúde, educação, saneamento e promoção do bem-estar popular, arrocha salários do funcionalismo e dos trabalhadores em geral); paralisa a reforma agrária e não reprime os crimes dos latifundiários que executaram em 2003 48 trabalhadores rurais. O governo trabalha contra a abertura dos arquivos militares sobre a repressão à luta anti-ditatorial, protegendo torturadores e traidores dedos-duros; impede estabelecimento da verdade histórica sobre o destino das vítimas e nega o direito de seus familiares e companheiros de encontrar os corpos e saber quem foram os torturadores e delatores. Some-se a este quadro a entrega da previdência para os interesses do capital financeiro, a prometida (ao Fundo) autonomização do BC, as anunciadas reformas privatizantes da universidade, mais as mudanças nas leis trabalhistas e de organização sindical e o balanço não pode ter outra coloração ou mediação: estamos diante do maior estelionato eleitoral da história da República. Some-se a este quadro: a prometida (ao Fundo) autonomização do BC, as anunciadas reformas privatizantes da

universidade, mais as mudanças nas leis trabalhistas e de organização sindical; o balanço é claro: estamos diante do maior estelionato eleitoral da história da República.

O mais grave é que o governo Lula (apesar de honrosos posicionamentos internos em contrário) se encaminha para assinar ao tratado da ALCA. **O governo que entregar o Brasil à ALCA, será um governo de traição nacional. A ALCA significa muito mais que o aprofundamento da dependência ao imperialismo. A efetivação deste tratado significaria a completa regressão colonial para os povos da América Latina e do Caribe e levaria a balcanização do Brasil.**

A ANDES-AD deve proclamar a sua frontal oposição à este conjunto de políticas pró-imperialista e submissas aos interesses do grande capital e do latifúndio e conclamar todas as forças patrióticas, democráticas e socialistas a se unirem na luta contra a ALCA e pela retirada do Brasil das negociações da ALCA até que se realize um **plebiscito oficial, democraticamente organizado**, através do qual o povo brasileiro possa se manifestar livremente sobre esta questão vital para o nosso destino como nação.

CONSTRUIR OS PRÉ-REQUISITOS DE UMA OFENSIVA SOCIALISTA: FORMAÇÃO DE UM BLOCO DE FORÇAS SOCIAIS ANTI-MONOPOLISTA, ANTI-IMPERIALISTA E ANTI-LATIFUNDIÁRIO

As políticas do governo Lula levarão a uma crise econômica e social mais profunda do que a do governo FHC: altas taxas de juros, dezenas de bilhões de dólares desperdiçados no pagamento das dívidas, cortes nos orçamentos sociais e em infraestrutura, vão minar o investimento produtivo, enfraquecer o mercado interno, aprofundar a recessão, aumentar a vulnerabilidade ao domínio imperialista e aprofundar as desigualdades nos próximos anos. Isto não se traduz automaticamente numa situação estratégica favorável para as forças de oposição às políticas oficiais. Muitos movimentos sociais e políticos que resistiram à direita radical nas últimas décadas estão perplexos em relação ao governo Lula. Alguns já foram cooptados. Outros sentem-se desorientados do ponto de vista ideológico, estratégico e tático: tendem a estreitar seus horizontes (abandonando a agenda geral da luta anti-imperialista, da luta pela reforma agrária e pela estatização das empresas estratégicas e bancos, etc.) em favor da conciliação com a "focalização" em medidas compensatórias setoriais.

Para superar o ceticismo paralizante e orientar de modo conseqüente as nossas lutas na presente conjuntura é necessário uma análise, ainda que breve, das condições sociais que estão viabilizando a política continuísta do governo Lula, de modo a evidenciar tanto a **possibilidade** (que hoje é ainda apenas uma possibilidade) da construção de um **movimento proletário e popular socialista radicalmente articulado**, quanto os principais **limites e obstáculos que devemos superar**.

A primeira possibilidade é negativa: o próprio capitalismo senil aciona forças que tornam o sistema incontrolável por qualquer processo racional; sendo a necessidade de transformação radical muito mais urgente em países de capitalismo dependente e permanentemente subdesenvolvido do que nos "países centrais". A transformação capitalista no Brasil seguiu uma via autocrática e dependente, sem resolver os problemas da revolução democrática e nacional, o que deformou a transformação industrial, agrária, urbana e cultural gerando agudas contradições constantemente agravadas. Há mais de 90 milhões de brasileiros na pobreza (já que a distinção entre os 40 milhões que vivem em miséria absoluta e os 50 milhões que vivem uma "pobreza relativa", é algo bastante abstrato do ponto de vista dos pobres); a imensa maioria deles está desorganizada e ficará mais pobre com a atual política do governo Lula. Há cerca de 25 milhões de sem-terra e certamente a quase totalidade não será beneficiada pelos assentamentos a conta gotas que o governo se propõe a fazer. Há cerca de 40 milhões de desempregados e a política recessiva atual não cria qualquer perspectiva atual de diminuir significativamente o problema. Os servidores públicos são atacados em seus direitos e o proletariado industrial (que em grande parte forma a base dos sindicatos que apoiam o governo Lula) sofre arrocho salarial e ameaça de desemprego. A manutenção de uma política de subordinação ao imperialismo e aos interesses das classes dominantes nativas (a ele profundamente associadas) corrói a própria capacidade do Estado cumprir as funções que se definem como sua condição de legitimidade.

A segunda possibilidade é positiva, mas também liga-se a uma característica ineliminável do capitalismo que é a relação assimétrica entre capital e trabalho: o capital depende absolutamente do trabalho (o capital não pode existir sem a exploração permanente do trabalho); enquanto a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável (Cf. Mészáros, István - Beyond Capital, Merlin Press, London, 1995). Ao contrário do que pensam os novos e velhos apologistas do capital, o trabalho permanece sendo a própria força antagônica ao capital e a única capaz de instaurar uma alternativa hegemônica à hegemonia do capital: o controle do processo de produção e reprodução social pelo que Marx chamou de "associação livre dos produtores livres e iguais".

A terceira possibilidade é alavancada pelo desgaste das políticas neoconservadoras na América Latina (que aprofundam desigualdades, provocam estagnação econômica, etc), juntamente com os efeitos de sua crítica pela esquerda, o que faz surgir uma nova geração de trabalhadores e novos oprimidos que não confia no capitalismo e busca uma alternativa para ele.

O bloco de poder no Brasil constituiu-se como uma aliança entre o imperialismo, a grande burguesia nativa (industrial e bancária) e os latifundiários aburguesados. A fração hegemônica neste bloco de poder não é nenhum setor das classes dominantes internas – que tem vínculos orgânicos com o Estado supostamente “soberano” - mas o capital financeiro internacional (resultante da fusão das corporações transnacionais com os grandes consórcios bancários). Para pensar concretamente os limites e obstáculos serem superados pelo movimento proletário e popular o mais importante (em que pese a relevância teórica e prática do estudo das contradições no interior das classes dominantes) é explicar as condições de hegemonia deste bloco sobre o conjunto de formação social brasileira. É fácil constatar que a política neoconservadora das últimas décadas e o continuísmo do governo Lula que serve o bloco de poder dos monopólios capitalista, conta com bases que vão além da burguesia, conta com o apoio político (difuso e passivo mas real) de amplo setores da pequena burguesia (urbana e rural), das camadas médias urbanas e mesmo do campo proletário e popular. O presidente do PT José Genoíno e outros “novos direitistas” aproveitam lições aprendidas no seu passado sobre “as contradições no seio do povo” para “teorizar” acerca de táticas que viabilizem as políticas dos monopólios. Trata-se de jogar uma parte dos oprimidos contra a outra: “descamisados contra marajás”, camadas médias contra miseráveis, miseráveis contra pobres, pobres contra remediados, proletariado remediado do setor privado contra proletariado do setor público, etc. É certo que este padrão perverso de hegemonia burguesa é instável, pois baseia-se fundamentalmente na manipulação na manipulação ideológica (de frustrações, ilusões e expectativas de consumo); uma vez que a ordem capitalista dependente e o Estado autocrático burguês brasileiro são incapazes de atender os interesses e necessidades dos “de baixo”. No entanto, para derrotar esta hegemonia é indispensável superar o economicismo e o corporativismo e elevar o nível de organização e consciência de classe do proletariado e de seus aliados entre as massas oprimidas e exploradas, além de atrair ou e neutralizar setores médios que tem contradições importantes com o domínio do atual bloco de poder. Para avançar no rumo da solução dos grandes problemas históricos da nossa época é necessário partirmos da análise concreta da situação com que nos defrontamos. Para avançar no rumo da solução dos grandes problemas históricos da nossa época é necessário partirmos da análise concreta da situação com que nos defrontamos. Mas deve-se partir da clareza prática e teórica de que a necessidade e a potencialidade objetiva de uma **ofensiva socialista** é inerente à crise estrutural do próprio capital e de que o principal limite histórico atual é a ausência de **instrumentos organizativos e programas políticos** adequados para transformar esta potencialidade em realidade. Para avançar no rumo da solução dos grandes problemas históricos da nossa época é necessário partirmos da análise concreta da situação com que nos defrontamos. Isto inclui a compreensão de que a necessidade e a potencialidade objetiva de uma **ofensiva socialista** é inerente à crise estrutural do próprio capital e de que o principal limite histórico atual é a ausência de **instrumentos organizativos e programas políticos** adequados para transformar esta potencialidade em realidade. Isto inclui a compreensão de que a necessidade e a potencialidade objetiva de uma **ofensiva socialista** é inerente à crise estrutural do próprio capital e de que o principal limite histórico atual é a ausência de **instrumentos organizativos e programas políticos** adequados para transformar esta potencialidade em realidade.

Para avançar no rumo da solução dos grandes problemas históricos da nossa época é necessário partirmos da análise concreta da situação com que nos defrontamos. Isto inclui a compreensão de que a necessidade e a potencialidade objetiva de uma **ofensiva socialista** é inerente à crise estrutural do próprio capital e de que o principal limite histórico atual é a ausência de **instrumentos organizativos e programas políticos** adequados para transformar esta potencialidade em realidade.

A escolha entre políticas de desenvolvimento social, enquanto os recursos econômicos forem relativamente escassos, tem como questão chave a determinação das prioridades no uso destes recursos. Estas diferentes formas de determinar prioridades não são meramente técnicas, nem derivam da natureza dos recursos, mas são estreitamente vinculadas à natureza e interesses das forças sociais que controlam estes recursos. No Brasil de hoje, assim como nos outros países subdesenvolvidos e dependentes do imperialismo, a ampla maioria do povo certamente considera a **erradicação da fome, da miséria e do desemprego como uma prioridade máxima**.

Certamente, nenhum programa sério de medidas de emergência para reverter e depois eliminar progressivamente o “horror econômico” atual pode ser efetivado enquanto não houver uma transformação da correlação de forças políticas, de modo a **viabilizar um poder do povo trabalhador capaz de impor o repúdio ao pagamento da dívida pública, a alocação a priori de recursos**

públicos para atender às necessidades sociais que forem consideradas prioritárias, transformar a orientação social da intervenção do Estado na economia e reestruturar as relações econômico-sociais de modo a satisfazer estas necessidades. É por isto que consideramos atual a proposta de *Luiz Carlos Prestes*, publicada em 1982, de **articular um “Programa de Soluções de Emergência”, com medidas, em si defensivas e transitórias** - mas capazes de garantir soluções para as necessidades mais imediatas dos que passam fome, sintetizar as reivindicações mais urgentes das massas trabalhadoras em sua luta contra a exploração e responder à miséria cotidiana dos que são relegados ao “exército industrial de reserva” ou à marginalização permanente – **no interior de uma estratégia ofensiva, objetivada num programa anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiário, que abra caminho para o socialismo.** Trata-se de uma estratégia que **liga a superação do domínio do imperialismo à superação do capitalismo e ao início da superação do capital.**

A tarefa fundamental da nova agenda histórica é a radical rearticulação do movimento socialista como um movimento de massas intransigente. É necessário derrotar os que propõe a aceitação submissa das condições sempre piores, impostas aos trabalhadores, pelas regras “pseudo-democráticas” da ordem burguesa e eliminar o cretinismo parlamentar e o peleguismo sindical. É necessário rearticular forças políticas e organizações de massa das classes exploradas, em torno das **na mobilização organizada e politicamente consciente das massas em torno de lutas que superem a falsa lacuna entre metas imediatas e objetivos estratégicos globais.**

TEMA I - POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.

TEXTO 34

Delegados e observadores da APUBH ao XXIII Congresso da ANDES.

CARREIRA DOCENTE E MALHA SALARIAL: UM AVANÇO NECESSÁRIO

TEXTO DE APOIO

Dentro da diversidade de posições políticas sobre a situação atual das universidades, um consenso inquestionável emerge: vivemos uma crise **material** que se expressa, ainda que de formas e montantes muito diversos, tanto no primeiro mundo como no terceiro. Por exemplo, a Inglaterra vive neste momento uma polêmica sobre aumentar ou não as taxas cobradas em suas universidades. Em outros países da Europa, houve instituição de tais taxas em anos recentes. Nos Estados Unidos, onde por razões culturais e históricas extremamente diversas, as universidades são pagas há muito tempo, não existe crise. Pelo contrário, as universidades americanas têm atraído professores insatisfeitos das grandes universidades européias.

A questão é pois a de **como financiar** a Universidade. Se em países de tecnologia desenvolvida, economia saturada e população envelhecida e instruída talvez não seja um bom investimento o financiamento de um sistema universitário público, o contrário deveria valer para o Brasil. A não ser, é claro, para organismos como o Banco Mundial ou o FMI, que nunca tiveram interesse no crescimento das nações subdesenvolvidas.

Por outro lado, do ponto de vista de sua essência, talvez como em nenhuma outra época histórica esteja a Universidade se fazendo tão necessária. Referimo-nos aqui ao valor duradouro do conhecimento em um mundo que tem passado por rápidas transformações. Empresas e profissões desaparecem de um dia para o outro e a Universidade, muito mais que um centro de preparação profissional, resiste às mudanças que implicam em submissão a interesses escusos, refratários a um projeto de soberania nacional.

O documento sobre a Reforma Universitária do Grupo de Trabalho Interministerial –que evidentemente exige uma discussão ampla para o correto posicionamento da comunidade universitária e de toda a sociedade– começa propondo **ações emergenciais para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais**, ou seja, falta de professores, irregularidade e falta de verbas para manutenção e investimento, baixo número e valor das bolsas de pós-graduação. Há inclusive uma estimativa de custo para o atendimento a essas urgências: “R\$ 982 milhões por ano a partir de 2004, chegando a R\$1.797 milhões em 2007”. Não há referência precisa sobre a origem de tais montantes.

Embora concordemos com a urgência da resolução desses e outros problemas que afligem as universidades públicas, vamos nos ater a um ponto especialmente nevrálgico. Neste sentido, selecionamos discutir uma das mais graves falhas da proposta: ela sequer menciona a defasagem salarial dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos. Mostramos na figura 1 o reajuste salarial dos docentes, em termos percentuais, de 1995 até hoje, para cada classe/nível na carreira das IFES em regime de dedicação exclusiva. Para outros regimes, o gráfico é parecido. No eixo vertical mostramos o reajuste percentual e no eixo horizontal as classes e níveis de Auxiliar 1 a Titular, em ordem crescente. Para cada classe/nível o gráfico mostra 5 barras, cada uma correspondendo a uma titulação (cada conjunto de barras representa, da esquerda para a direita, as titulações de graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado). Vemos, por exemplo, que um professor adjunto 4 com doutorado teve, desde 1995 até hoje um reajuste salarial percentual de aproximadamente 76%. Lembramos que os salários com relação aos quais se calcularam os reajustes ficaram congelados até final de 1998 e que a GED/GID, concedida após a greve de 1998, responde pela maior parte dos reajustes.

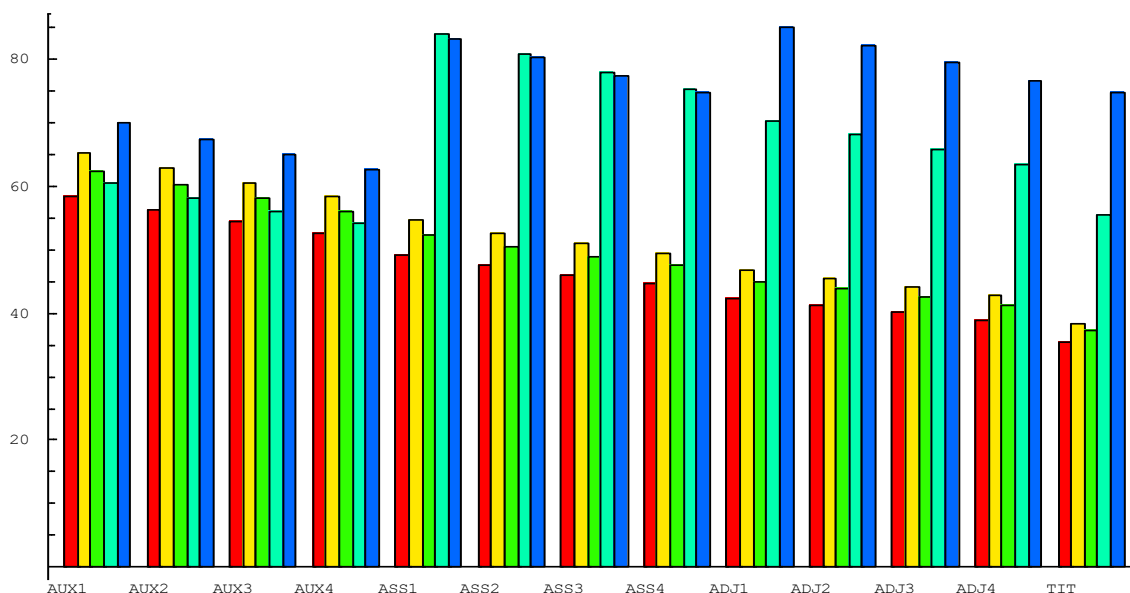


Fig. 1: Reajustes percentuais dos docentes das IFES por classe/nível e titulação desde 1995 até a situação atual (início de 2004).

Se considerarmos a inflação no período representado no gráfico, podemos concluir que a situação salarial dos professores das IFES hoje é calamitosa. Além do mais, reajustes diferentes dados a classes diferentes distorceram a malha salarial da carreira. Isto tem obrigado inúmeros professores a executar atividades de prestação de serviços a título de complementação salarial, enfraquecendo as práticas acadêmicas de dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão. As condições de trabalho daí resultantes são péssimas. Por exemplo, temos notado que a frequência dos docentes a atividades intelectuais típicas da vida acadêmica, tais como conferências, cursos, defesas de tese, tem caído drasticamente. A explicação decorre da intensificação do ritmo de trabalho necessário para atingir o rendimento exigido.

Um outro exemplo que demonstra o mesmo fato é o crescimento escandaloso do número de cursos pagos de pós-graduação lato sensu no seio das universidades, que em princípio deveriam ser gratuitas. A queda na qualidade de ensino, principalmente o de graduação, já está ocorrendo e suas conseqüências nefastas se farão sentir ainda por muitos anos, com o risco de vermos ocorrer no ensino superior a repetição do que já ocorreu no nível fundamental.

Em seu documento o governo fala em aumento das vagas e da razão aluno/professor, bem como da implantação de ensino à distância. Fala mesmo em contratar mais professores até 2007 de forma a conseguir estes objetivos. O quadro de penúria salarial, conjugado à Reforma da Previdência de 2003 e aos melhores salários pagos pelas instituições particulares, já causou diversas aposentadorias e demissões, assim como contribuiu para dissuadir vários jovens talentosos de tentar uma carreira nas universidades federais. A concorrência com os salários pagos pelas universidades particulares e a queda de perspectivas de ganhos adequados com a titulação pós-graduada pode acelerar, no médio prazo, a reversão de qualidade entre os ensinos público e privado.

Diante do exposto, o termo “reforma universitária” torna-se de todo inconveniente. Certamente há questões na estrutura atual que deveremos enfrentar. As universidades públicas precisam mesmo é de uma **restauração**. Para evitar que, “no futuro, essa tragédia de desenvolvimento do país” se transforme em “crime, na visão dos historiadores”, este governo precisa proceder ao financiamento adequado da folha salarial e de recursos para investimento e manutenção das universidades, de forma a garantir a qualidade do ensino, pesquisa e extensão nos moldes que a comunidade acadêmica já demonstrou ser capaz em nossa curta história universitária.

E não só. Em vez de continuar culpando governos anteriores pela “causa inicial desse processo”, o atual, dando conteúdo positivo à sua opção pelo social, deveria realmente priorizar a educação, a melhor maneira de se realizar uma duradoura e efetiva redistribuição de renda. Em todos os níveis, da educação infantil à pós-graduação. Este apoio deve passar pelo necessário aporte financeiro e pela valorização dos profissionais da educação. É bom lembrar que os frutos de tal investimento são daqueles que demoram décadas para maturar. Os governos anteriores nunca valorizaram suficientemente a educação e nada justifica que este governo mantenha posturas similares, sequer a herança maldita.

Acreditamos que o ensejo de “Reforma Universitária” oferecido pelo governo possa ser um espaço de luta salarial que venha corrigir distorções históricas. Não podemos perder mais essa oportunidade.

Devemos centrar nossos esforços de melhorias salariais em uma proposta de reestruturação de nossa carreira.

Malha salarial e carreira docente

Além dos baixos salários, não existe sequer uma isonomia real entre os salários das diversas IFES. A causa desta aberração é o fato de nem todos os docentes conseguirem incorporar judicialmente a seus vencimentos perdas decorrentes de planos econômicos passados, o que implica em defasagens notáveis tanto entre universidades como entre docentes de uma mesma instituição. Em alguns casos as diferenças entre salários de docentes com iguais experiência e titulação que, teoricamente deveriam receber o mesmo, beiram os 100%.

Um outro problema inegável é o da composição dos proventos recebidos pelos docentes das IFES, onde tipicamente o vencimento básico representa somente 25% do total percebido. Os restantes 75% são formados preponderantemente pelas gratificações GAE e GED/GID, não incorporadas ao salário-base.

A criação da GED/GID em 1998, além de precarizar o salário com mais uma gratificação, criou ainda um outro problema. O valor da GED/GID é parcela bastante importante na composição do salário, tipicamente da ordem de 30% do total, e é dependente de classe, regime de trabalho e titulação, mas não do nível dentro da classe. Desta forma, ao realizar uma progressão horizontal, passando por exemplo de Adjunto 1 a Adjunto 2, algumas parcelas do salário de um docente crescem, mas não a GED/GID. Na situação atual, o crescimento do salário de um docente de IFES por progressão horizontal é ínfimo. Este fenômeno de achatamento do perfil salarial é indesejável, pois uma vez atingido um patamar de titulação, o crescimento do docente é desestimulado.

Um quarto dado, que não é um problema propriamente dito, mas uma conseqüência da evolução científica do país, é o grande número de professores com doutorado nos corpos docentes das IFES, ainda que diversamente expresso em termos percentuais por áreas de conhecimento. Se o doutorado era antigamente o coroamento de toda uma carreira acadêmica, hoje, em muitas áreas, a maioria dos professores ingressa jovem na docência universitária já possuindo tal título. Com a estrutura atual da carreira, concebida em uma época de poucos doutores, após 6 anos do ingresso, um jovem doutor chegará quase certamente ao nível de Adjunto 4. Poucos, mesmo com competência, chegarão ao topo da carreira como Titulares.

Urge criar na estrutura da carreira um nível entre o de professor adjunto e o de professor titular. Tal nível existe na carreira das universidades estaduais paulistas. Sua criação na carreira das IFES representaria um importante estímulo a um grande número de professores, que poderiam desta forma ascender profissional e salarialmente.

Um último problema em nossa carreira, causado pela recente Reforma da Previdência, refere-se ao nível de Titular. Dentro de nossa carreira atual, o docente que nela já se encontre e quiser ascender a Titular deverá passar em concurso, demitir-se e ser recontratado. Ao fazê-lo, será contratado com as regras pós reforma, perdendo assim o direito a integralidade e paridade de sua aposentadoria futura.

Já há muitos anos a ANDES – SN produziu a sua proposta de carreira e a deixou protocolizada no MEC. A criação do nível de professor Associado, intermediário entre Adjunto e Pleno (correspondente a Titular) é um dos pontos desta proposta. Defendemos a retomada imediata de negociações com o MEC sobre uma reestruturação de nossa carreira. A implantação de uma nova carreira, além de resolver imediatamente o problema da falta de um nível na carreira atual, serviria ainda para resolver os problemas da falta de isonomia, da precarização do salário por causa das gratificações, do achatamento do perfil salarial e das perdas de vantagens por professores que queiram se tornar titulares.

Acreditamos que a proposta de carreira da ANDES, por ter sido lançada já há mais de 10 anos, requer uma atualização. Uma vez que estamos exatamente sendo chamados pelo governo para uma reflexão sobre nosso trabalho, devemos aproveitar este momento para corrigir as distorções acima apontadas e possivelmente outras, através da luta por uma carreira que podemos construir negociando com o governo e tomando por base a acumulação de discussão sobre o tema pelo Movimento Docente e pela ANDES.

TR - 34

- 1) Aproveitar o momento das discussões relativas à Reforma Universitária para cobrar do governo a instalação de um processo participativo de discussão de nossa carreira.
- 2) Mobilizar a comunidade acadêmica e o movimento docente na rediscussão dos temas: a) carreira docente, que corresponda ao atual estágio de qualificação da comunidade universitária; b) malha salarial, que recupere os níveis necessários de retribuição ao custo de reprodução de nossa capacidade de trabalho.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO – A LUTA POR UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PAÍS

TEXTO DE APOIO

A história da luta pela democratização da comunicação no país remonta aos anos 70. Ainda em pleno regime militar, os movimentos sociais já se organizavam para construir espaços democráticos para o enfrentamento dos principais problemas do Brasil no âmbito da comunicação. A partir da década de 80, o descontentamento da sociedade gerou demandas que foram respondidas por soluções de sentido libertário, mas com perspectivas ainda imediatistas e particularizadas. Desde esse momento, prevaleceu a dificuldade de se formular um projeto abrangente de caráter democratizante para as comunicações no país.

Somente em 1991, quando da criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, a possibilidade de formulação de um projeto mais abrangente foi apontada como resultante de um esforço de revisão crítica de várias experiências vivenciadas no Brasil. Além das 32 entidades até então envolvidas no processo, o FNDC conseguiu atrair outras centenas de entidades nacionais e estaduais, contando na metade de 94 com 44 comitês regionais e comissões pró-comitês. Em seu ápice, o fórum contou com 364 entidades representativas dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira, dentre eles o ANDES-SN. Foi também em 94 que o FNDC elaborou o documento “Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil”, que se tornou uma referência na interlocução do fórum junto ao Estado, aos partidos políticos e à sociedade brasileira.

Frutos do envolvimento na luta pelo FNDC, podemos apontar a regulamentação do Conselho de Comunicação Social (Lei 8389 – instalado apenas em 2002), da TV a Cabo (Lei 8977, que incluiu os canais comunitários e universitários), da Radiodifusão Comunitária (Lei 9612) e da elaboração do anteprojeto de uma nova lei de imprensa brasileira.

Com o avanço das políticas neoliberais e o conseqüente enfraquecimento dos movimentos sociais a partir de 1997, o FNDC enfrentou a crise com uma atuação mais discreta integrando o Conselho Nacional de Comunicação Social, que assumiu basicamente um caráter consultivo do Poder Legislativo, e mantendo dois núcleos (São Paulo e Rio Grande do Sul). Sua reestruturação se deu em meados de 2001, quando foi acelerado no Congresso Nacional o processo de desregulamentação da mídia brasileira, com a tramitação da PEC do capital estrangeiro. Naquele momento, o FNDC contribuiu para o atraso na aprovação do projeto de lei, que acabou acontecendo ainda que sem os 100% pretendidos pelas empresas, mas com uma negociação de parlamentares do governo FHC e da oposição.

Desde 2002, por ocasião da IX Plenária do FNDC, o ANDES-SN integra o seu Conselho Deliberativo, como uma das entidades que acredita no esforço comum que a sociedade civil deve empreender na busca de participar democraticamente das políticas de comunicação do Estado. A opção de integrar a luta pela democratização da comunicação no FNDC se deu em decorrência de resolução aprovada ainda no 21º CONGRESSO do ANDES-SN, que apontou para o controle público dos meios de comunicação, a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação e a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação.

Essas e outras diretrizes constam dos vários Planos de Lutas do ANDES-SN aprovados em seguidos eventos deliberativos do Sindicato, demonstrando o interesse do Movimento Docente em incorporar a luta pela democratização dos processos de comunicação no país ao seu elenco de bandeiras e posicionamentos políticos. Assim, visa a “lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor das comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias; b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; c) uma regulamentação da TV digital que considere a adoção e

desenvolvimento de tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira.” (47º CONAD, Natal/2003).

Evidentemente que o fórum não é (e nem deve ser) a única via da luta pela democratização da comunicação no Brasil. Entretanto, a partir de sua reestruturação e das decisões tomadas na X Plenária (setembro/2003), o FNDC mantém-se como o maior esforço conjunto de entidades da sociedade civil em constituir um espaço plural de convergência dos interesses em ações efetivas de acesso à comunicação e de propostas para a formulação de políticas públicas de comunicação que reconfigurem a face da mídia e da cultura no país.

Para que esse movimento integrado pelo ANDES-SN resulte em ações concretas, como qualquer outro, é necessário o engajamento de todo cidadão, de forma organizada. Neste momento, o ANDES-SN, como integrante da Secretaria de Mobilização desde a X Plenária, aponta para o esforço de recuperação da luta empreendida pelo FNDC, no sentido de reconstruir a atividade dos comitês regionais, espaços estaduais e locais onde efetivamente se dão as ações práticas da luta do fórum. O movimento será tão forte quanto for o empenho e o engajamento de seus associados, pois a luta pela democratização da comunicação é uma estrada sem fim previsível, cuja manutenção exige o esforço permanente da sociedade no acompanhamento da tecnologia, da economia e das relações sociais.

TR - 35

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

1. participe efetivamente da luta empreendida pelas entidades que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, solicitando que as seções sindicais estimulem a criação dos espaços locais da ação política – os comitês regionais/estaduais -, intensificando a divulgação e as articulações para o envolvimento de entidades locais.
2. exerça seu papel de agente estimulador, por meio das seções sindicais, para coordenar, juntamente com a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - ENECOS (ou representante dos estudantes de comunicação) e representantes do Conselho Federal de Psicologia, o processo de criação dos comitês regionais.
3. promova, por intermédio do GTCA, secretarias regionais, seções sindicais ou comitês regionais que venham a ser criados pelo FNDC, debates públicos sobre o significado da tecnologia digital na comunicação social eletrônica, a reestruturação do mercado de mídia no Brasil, a política de concessão de outorgas da radiodifusão e a revisão da legislação específica, o sentido concreto da existência de um serviço de televisão pública no país, o conteúdo ético da programação televisiva brasileira e a revisão crítica da atual política de radiodifusão comunitária.
4. participe da campanha nacional contra a criminalização dos movimentos sociais, representada principalmente pela revista Veja (Grupo Abril). O slogan da campanha é “Veja! Que Mentira”, e está sendo desenvolvida pelo FNDC, Intervezes, MST, ENECOS, UNE e CUT.



Diretoria do ANDES-SN

CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES

TEXTO DE APOIO

Desde o 21º CONGRESSO do ANDES-SN, o principal informativo do Sindicato – InformAndes – tem formalmente constituído seu Conselho Editorial, cujas ações continuam sendo exercidas para avaliar trimestralmente a linha editorial e gráfica do informativo, inclusive de sua versão eletrônica.

Conforme definição original aprovada naquele 21º CONGRESSO, a cada ano, durante os congressos do ANDES-SN, os membros do Conselho Editorial deverão ser renovados, em sua totalidade ou parcialmente. Os nomes devem ser “apresentados e referendados, anualmente, em plenário do congresso”, acentua o item 4 da resolução aprovada.

Assim como ocorreu no 22º CONGRESSO, quando foram aprovados os nomes dos três atuais membros, é necessário que novos nomes sejam apresentados, neste 23º CONGRESSO, a fim de comporem o mandato 2004/2005.

TR - 36

O 23º CONGRESSO aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, que exercerá as atribuições conferidas pelo 21º CONGRESSO, tenha a seguinte composição para o período 2004/2005:

- a – Diretor representante da Diretoria: Antonio José Vale da Costa
- b – Sindicalizado de base indicado pelo GTCA: Roberto Boaventura da Silva Sá
- c – Especialista em comunicação sindical, indicado pela Diretoria: Luiz Martins da Silva (diretor de ética do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal).
- d – Em caso de impedimento de qualquer membro, as instâncias deliberativas do Sindicato nomearão seu substituto.



Contribuição da professora Olgaíses Maués – Sindicalizada da ADUFPA S.Sind

A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DE PROFESSORES

TEXTO DE APOIO

A formação de professores está no centro dos acontecimentos do mundo da educação, e tem suscitado discussões e divergências, mas também tem tido aprovações. As políticas, ações e estratégias que vêm sendo adotadas estão, no geral, ligadas aos resultados negativos do desempenho escolar. Os documentos do governo passado e do atual apontam que o nível de leitura, de escrita, as noções básicas de matemática, os conhecimentos gerais não correspondem às exigências feitas pelo mundo do trabalho. Medidas diversas passaram a ser recomendadas por diferentes organismos nacionais e internacionais, assim como conferências passaram a ser realizadas visando alinhar a educação às exigências oriundas de uma nova ordem mundial que envolve aspectos estruturais, como a alteração nos processos de trabalho, e aspectos super-estruturais, como a redefinição do papel do Estado-nação.

A escola, que preparou durante um século para um processo de trabalho assentado nos princípios fordistas, deixou de preencher as necessidades postas pelas novas demandas do capital. Dessa forma, a escola “fordista” passou a ser severamente criticada, suas falhas e erros apontados, entre eles o despreparo dos alunos ao terminarem os estudos, sobretudo a educação básica. Assim, o insucesso escolar estaria na origem, na base das razões pelas quais os governos começaram um movimento de reforma, cujo início, no Brasil, se pode datar na década de 1980. Esse movimento mundial parte, de um modo geral, das mesmas causas – o fracasso escolar – e se baseia nos mesmos motivos – a importância de preparar o trabalhador para um mundo informatizado, assentado num novo paradigma de trabalho – e chega as mesmas soluções – é preciso reformar a escola e formar os professores diferentemente para atender tais demandas.

Neste sentido, a formação dos professores passa a ser questionada como uma das forças e uma das fraquezas para que a educação possa atingir os objetivos pensados em âmbito mundial. Os relatórios dos organismos internacionais sobre o assunto indicam que a formação de professores deve ser feita de modo a contemplar essa nova “realidade”. Uma das principais críticas apresentadas é a de que a formação de professores é muito teórica, desvinculada da prática efetiva e distanciada das escolas para as quais ela forma. E que, sobretudo, não prepara os jovens para esse “novo” mundo, assentado na informática, na robotização, no trabalho flexibilizado e polivalente.

As reformas na formação dos professores fazem parte de um projeto maior de reforma na educação. O boletim da educação na América Latina de 2002¹⁵⁸, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Educação, Eqüidade e Competitividade Econômica nas Américas, vinculado ao Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL), traz em relação aos países da região uma análise sobre a capacitação docente, indicando que esta é de baixa qualidade, com um currículo altamente teórico e com pouca prática nas salas de aula (doc. cit., p. 20). Por isso, a recomendação é que seja dada ênfase

¹⁵⁸ O Boletim de 2002 intitula-se Ficando para Trás, os pontos abordados são, dentre outros, Os pontos obtidos nas provas continuam baixos: D; Os níveis de educação são baixos: B; Poucos alunos permanecem na escola: C; As desigualdades flagelam os sistemas educativos: F;

ao treinamento em serviço visando atualizar os conhecimentos e as habilidades pedagógicas, procurando facilitar a implantação das reformas curriculares, das novas tecnologias e da utilização de livros-texto. Nesse documento são analisados também o pouco prestígio que os professores gozam perante a sociedade civil e o quanto os salários, assim como os incentivos, estão intimamente relacionados com o melhor desempenho desses profissionais, indo, portanto, pelo menos em termos de análise, além dos aspectos que normalmente são arrolados como partes integrantes das reformas na formação de professores.

A importância política que as reformas na formação de professores ganharam pode demonstrar o que elas representam enquanto um instrumento que pode ajudar os países a ultrapassarem as barreiras econômicas e sociais da contemporaneidade. Os professores, como intelectuais orgânicos, no sentido dado por Gramsci, enquanto responsáveis pela ligação entre a infra-estrutura e a superestrutura, devem estar preparados para desempenhar esse papel, principalmente quando a base da sociedade sofreu inúmeras mudanças no processo e nas relações de trabalho e a sociedade política traçou novas regras e novas exigências como resposta a essas mudanças e como incremento às mesmas.

A legislação específica sobre o assunto tem sido pródiga. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (9394/96), vários mecanismos de regulamentação têm sido elaborados, tais como decretos-lei, Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação, Portarias Ministeriais, visando todos, disciplinar as ações necessárias, na ótica dos dirigentes, à melhor formar esses profissionais de ensino.

Os movimentos sociais e sindicais, através de diferentes organizações como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, do qual fazem parte cerca de 40 entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), a Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE), o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), dentre outros, têm lutado para a instituição de uma política de formação, cujas bases estão assentadas na formação inicial e continuada, nas condições de trabalho, na instituição de um plano de cargos, carreira e salários e na valorização profissional.

A defesa que os movimentos têm feitos estão expressas na LDB (projeto não aprovado), no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (não aprovado), no documento “Reafirmando as Propostas Educacionais” entregue ao sr. Ministro da Educação em fevereiro de 2003, na proposta setorial do Plano Plurianual (PPA 2004-2007). Existe, por parte desses movimentos sociais a clareza da necessidade da definição de uma política global de formação dos profissionais da educação que privilegie uma sólida formação teórica, a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade, a gestão democrática, a formação cultural, o desenvolvimento do compromisso social e político da docência, a reflexão sobre a formação para o magistério, a fim de favorecer a qualidade da profissionalização e a valorização dos profissionais. A articulação entre a formação inicial e a formação continuada também integra esses pontos básicos defendidos pelos movimentos.

Apesar da inserção ativa que as entidades acadêmicas, científicas e os sindicatos vêm tentando junto ao atual governo, o qual, na totalidade, ajudaram a eleger, as ações das mesmas não têm logrado êxito. Desta forma, em junho p.p. foi assinada pelo Ministro da Educação, uma Portaria (nº 1403, de 09.06.03) que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores.

O objetivo principal do referido instrumento de regulamentação é avaliar os professores, via um Exame Nacional de Certificação de Professores, testando os conhecimentos, as competências e as habilidades dos profissionais da educação que estão no exercício da função, assim como dos concluintes dos cursos normais de nível médio e dos concluintes dos cursos de licenciatura de nível superior. A obrigatoriedade em participar do Exame, segundo a Portaria, será apenas para os concluintes das licenciaturas.

Os professores aprovados no Exame receberão uma Certificação Nacional de Proficiência Docente, com validade de cinco anos, na área específica (Educação Infantil, Educação Fundamental, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza, Línguas Estrangeiras, Educação Física, Artes, Gestão). E mais, os professores certificados, em exercício nas redes públicas de ensino, receberão uma Bolsa Federal de Incentivo à Formação Continuada, que deverá ser instituída por meio de Lei.

Alguns pontos estão em discussão, tais como : 1. a forma como tal decisão foi tomada, isto é, sem consultar as Universidades, as Faculdades e Centros de Educação, as associações docentes, os movimentos sociais e sindicais; 2. os conteúdos que constarão dos Exames, os quais deverão ser elaborados através da construção de uma “Matriz de Referência” que deverá indicar os conhecimentos, as competências e as habilidades necessárias ao desempenho da função; 3. a natureza de tal exame,

que tem a intencionalidade de controle, de aferir os resultados, desconsiderando o processo e punindo o professor que não lograr êxito, penalizando-o (não receberá a Bolsa) com a impossibilidade de participar dos programas de capacitação.

O resultado do Exame passa a servir como indicador, para os “ professores-certificados” cursarem uma formação continuada, podendo gerar ações individualizantes e uma acirrada, e no caso, negativa competitividade, a fim de recebimento da Bolsa. A desconsideração pelo MEC da proposta de política global de formação, elaborada pelos movimentos em vários documentos, levou o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a se manifestar na plenária realizada em Brasília nos dias 01 e 02 de agosto, por meio da aprovação de uma Moção de Repúdio contra o Exame de Certificação.

O MEC, para legitimar suas ações promoveu um encontro nacional visando aprovar as Matrizes de Referência que serão a base dos exames que deverão ocorrer para a validação dos conhecimentos dos professores. Tal encontro congregou delegados de todos os estados que desconheciam na essência as tais matrizes e em um movimento de pressão da SEIF aprovou referido documento.

As matrizes de referência vêm corroborar com a ênfase no conteúdo pragmático que o MEC vem imprimindo à formação de professores, quer seja via competências como eixo nuclear das diretrizes curriculares de formação ou agora, com essas matrizes que tem um caráter técnico-instrumental, essencialmente cognitivo, deixando de lado aspectos afetivos, estéticos, éticos e subjetivos que devem compor o todo de uma formação global.

Os movimentos organizados têm apresentado posições contrárias a tal “política” e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública apresentou uma moção de repúdio a mesma, “considerando que, com essa medida, o MEC reedita a mesma concepção de avaliação dos governos de FHC[...]repudiam a atitude do Ministério e exigem a imediata revogação da Portaria 1403[...]”.

Apesar dos protestos via Fórum Nacional e de algumas Faculdades e Centros de Educação, o INEP/MEC tem desconsiderado as análises críticas a respeito e inseriu no formulário do Censo dos Profissionais do Magistério de Educação Básica um item que solicita ao docente marcar sim ou não e depois assinar a propósito do seguinte: “AUTORIZO MINHA INSCRIÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA”.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública se manifestou encaminhando um ofício circular as entidades que o compõem, solicitando que as mesmas denunciem o fato e esclareçam os professores sobre o significado que tem a implantação do Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada.

- Reitero o que os movimentos, via Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (ANFOPE, ANPAE, ANPED, ANDES-SN, FASUBRA, CONTEE, SINASEFE) têm demandado do governo passado e do atual: a instituição de uma Política Global de Formação, política esta que inclua as condições de trabalho (salas de aula com carteiras, bibliotecas, material didático, laboratório de informática, número de alunos em sala), formação inicial presencial, tendo nas Universidades, Faculdades/Centros de Educação o seu *locus*, formação continuada, ofertada e coordenada pelas Universidades e Secretarias, a implantação de um Plano de Cargos e Carreira, permitindo assim a valorização da profissão.
- Medidas pontuais, desvinculadas, tomadas a parte das entidades, poderão servir para expor o governo na mídia, mas não para contribuir para a qualidade do ensino. Os gastos com o programa, orçados poderão ser utilizados para atender as demandas emergenciais para a área de formação dos profissionais da educação, solicitações entregues ao sr. Ministro, em documento, em fevereiro p.p.

TR-37

O 23º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN deve:

1. Desenvolver ações imediatas junto ao Ministério da Educação com a finalidade de revogar a Portaria 1403 de 9 de junho de 2003, que institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada.
2. Revigorar a luta pela aprovação do PDL 385/00 que revoga o Decreto 3276/99, restabelecendo o papel das Universidades na formação dos profissionais da educação.
3. Articular-se com as demais entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para que seja instituída uma política global de formação dos profissionais da educação em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira.
4. Recomendar às Seções Sindicais que desenvolvam atividades visando esclarecer os profissionais da educação sobre os efeitos perversos da Portaria 1403/03.

Contribuição das professoras Cleier Marconsin, Mary Jane O. Teixeira, Suzana Padrão – sindicalizadas da ASDUERJ

CONTRA A RÉ-FORMA UNIVERSITÁRIA É PRECISO CONHECIMENTO E AÇÃO!

TEXTO DE APOIO

O projeto de lei nº 713/2003, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), o qual institui o Programa “Compromisso Social”, que implica em prestação de serviços por alunos dos cursos de Graduação das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ/UENF), aprovado na Assembléia Legislativa, traz preocupações quanto ao seu significado em geral e, nesta conjuntura, em particular.

Seu significado é grave pois tal projeto surge exatamente no momento em que o governo Lula começa a encaminhar a Ré-forma Universitária, tendo como primeira medida a escolha de Tarso Genro como Ministro da Educação para levá-la a cabo. Qual a intenção dessa reforma, na conjuntura que temos vivido, no Brasil, nos últimos anos?

Sabemos que as mudanças implementadas nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso comprometeram o financiamento público das universidades públicas e causaram alterações nas políticas educacionais e nos processos pelos quais elas são materializadas. O espaço de conhecimento criativo e de descobertas sofreu muitos reveses, pois se trata de uma lógica que força e/ou estimula a busca de recursos próprios no mercado. Seus agentes mais comprometidos com o caráter público, democrático e socialmente referenciado é que têm garantido, através das mais diversas formas de luta, o nível em que as universidades públicas se encontram.

Processo que é parte da ofensiva neoliberal, atinge profundamente as sociedades, em nível mundial, e em todas as esferas da vida, tendo como um dos pontos centrais a recusa ao planejamento societário na perspectiva dos direitos sociais. O governo Lula caminha nessa linha, colocando, em especial, neste momento, para os trabalhadores das universidades públicas, a necessidade da defesa intransigente do seu financiamento público.

Hoje, o caráter da ré-forma universitária que o governo Lula vem apontando, agravado pelo discurso que a conforma – de superação das desigualdades sociais - mostra que nosso trabalho político deve extrapolar as universidades. O Brasil, país marcado por uma histórica fratura social, após todos esses anos de contra-reforma do Estado, teve seu quadro econômico, político e social agravado, com uma concentração de renda que alcança, atualmente, índices extremados. Ou seja, as políticas neoliberais têm aprofundado a desigualdade, entretanto, essa razão é escamoteada e, em cada momento específico, a responsabilidade é de um setor do Estado que, por isso deve ser ré-formado. Complexifica-se a situação, hoje, pois embala-se com um discurso de "esquerda", de intenção de "superar a desigualdade", a defesa da desobrigação do Estado pelo planejamento, implantação e financiamento das políticas sociais públicas, remetendo-as ao mercado, desfigurando-as como direito constitucional, incluindo a educação¹⁵⁹.

Em todos os momentos temos uma manifestação dessa linha de argumentação, diagnosticando a universidade pública como cara, corporativa e elitista, restrita para a maioria da população.

De fato, as restrições de acesso ao ensino superior público à maioria da população são um fato inconteste. Mas é inconteste, também, que elas são engendradas pela configuração sócio-histórica da sociedade capitalista brasileira. Aliás, é importante ressaltar que tais restrições históricas não ocorrem apenas no ensino superior. O levantamento feito pelo próprio MEC/INEP, mostra-nos que, em 2000, existiam no país 16 milhões de analfabetos. Para o IBGE, só entre a população com mais de 15 anos, 13,3% são analfabetos¹⁶⁰.

Por outro lado, as políticas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso priorizaram a assimilação da demanda por ensino superior através da expansão de instituições privadas que, em seu primeiro mandato, aumentaram em 36,1%, enquanto as públicas diminuíram em 4%. A partir do segundo mandato, as Instituições de Ensino Superior privadas ficaram em torno de 86% do total das existentes no

¹⁵⁹ O Brasil, na atualidade, ocupa o 84^o lugar mundial quanto ao financiamento da educação, em decorrência de Fernando Henrique Cardoso ter aplicado nela, ao longo de seus dois mandatos, menos de 4% do PIB. Caderno de Textos. 22^o Congresso do ANDES – Sindicato Nacional. Teresina (PI), março de 2003, p. 95.

¹⁶⁰ Fonte: IBGE. 1994/1999

Brasil. As matrículas em graduação nas instituições privadas, em 2001, chegaram a 2.091.529, sendo 69,02% do total nacional. Entretanto, nas universidades públicas, a expansão foi mínima, tanto no número de instituições que foi de 183 (ou 13,16%), como no de matrículas com 939.225 estudantes matriculados (ou 30,98% do total)¹⁶¹.

A expansão do ensino superior no Brasil vem se dando, portanto, através de uma diminuição das instituições públicas e de um incremento ao setor privado. Isto, certamente, não amplia as possibilidades de acesso para a maioria da população trabalhadora, uma vez que o setor privado, hoje, tem uma ociosidade de 37% de suas vagas.

Mas o governo Lula não faz essa leitura, pois o atual Ministro da Educação e Cultura propõe, para “superação” das restrições de acesso da maioria dos jovens ao ensino superior, o preenchimento, até o final de 2004, de 25% das vagas ociosas em instituições particulares para alunos de baixa renda, negros, índios e ex-detentos, com financiamento público. Para o Ministro, isto ocorrerá com as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais, embora ele saiba que elas são, hoje, em grande parte, “empresas disfarçadas”. Segundo ele, há uma legislação que as leva à ilegalidade, pois são empresas que operam de fato, mas não pagam impostos. A proposta do Ministro para acabar com a ilegalidade? O MEC deverá estudar uma forma jurídica para legalizar o que hoje é ilegal. Ou seja, criar um sistema que permita, “por exemplo, que as instituições possam captar recursos no mercado e distribuir lucros entre os sócios”. Mas, claro, elas dariam uma contrapartida: “o sistema tornaria públicas 25% de suas vagas ociosas”. Além disso, pensa, também, na possibilidade “de se incrementar a política de isenção fiscal. Atualmente, as filantrópicas têm isenção e devem destinar 20% de sua receita para bolsas de estudo”¹⁶². Os empresários agradecem!

Essas medidas resolverão o “problema” dos empresários da educação, que terão seus atos ilegais legalizados e seus lucros aumentados com o desvio de verba pública para o mercado da educação - com um discurso manipulador, pois alega que tornarão as vagas privadas em públicas. Mas agravar-se-ão as restrições de acesso de jovens trabalhadores ao ensino superior no Brasil. Estes serão os primeiros e mais drásticos resultados da política já indicada.

Outro caminho orientado pelas políticas neoliberais é a privatização *por dentro* das universidades públicas. Esse processo vem se dando através da cobrança de taxas em vários procedimentos, da cobrança de cursos de pós-graduação *lato sensu*, da captação de recursos, no mercado, com pesquisas e projetos de extensão e outras formas de financiamento. Cumpre-se, assim, as orientações do Banco Mundial, que confunde, intencionalmente, autonomia com autofinanciamento, as quais aparecem claramente nos acordos internacionais fomentados nos diferentes países pelo Banco Mundial. Sabemos, também, que a “abertura do mercado” de educação para as multinacionais é um dos pontos centrais da Alca.

O governo Lula, especialmente através de seu novo Ministro reforça, nos jornais, a fala tantas vezes repetidas da “necessidade” de se definir as formas de financiamento das universidades públicas”. Uma dessas “formas”, pelo teor das propostas apontadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial (Decreto de 20/10/2003), seriam a continuidade, o reforço e a legalização das fundações privadas no espaço público.

Ao mesmo tempo, vimos que o governo demonstra pressa em realizar a ré-forma, impedindo o debate e desconsiderando o movimento social, com suas propostas.

Em função dessa conjuntura é que queremos chamar a atenção para o projeto do parlamentar do PSDB, pois, na verdade, ele não está deslocado da questão principal: o entendimento que os governos de cariz neoliberal têm da universidade e qual o papel do Estado frente a esta.

Apesar de aparentemente desvinculado da questão macro, o projeto do deputado do PSDB - que também fala em justiça social - na verdade, segue a lógica neoliberal, pois joga na refilantropização da assistência, mantém o clientelismo e preconiza a desresponsabilização, pelo Estado, da criação e implementação de políticas públicas. Reforça o não reconhecimento dos direitos universalizados e joga nos indivíduos a solução da “crise” do Estado. Assim, o projeto repassa ao formado a assistência, através de serviços voluntários, ao que chama de “necessitados/carentes”, numa visão claramente focalista/assistencialista, pois no art.7^o aponta que o “assistido”, tem a prestação de serviços garantida, não só pelas instituições públicas, como pelas ONGs, empresas terceirizadas e “entidades sem fins lucrativos”. Ao mesmo tempo, subtrai o caráter gratuito da universidade pública, pois no art.1^o institui o

¹⁶¹ Caderno de Textos – 22^o Congresso do ANDES – SN. Teresina (PI), 08 a 13 de março de 2003. Os dados foram obtidos, pelo ANDES, em www.inep.gov.br. Dados complementares foram extraídos em Democratização do acesso ao ensino público: proposta para institucionalização da UNIREDE (Brasília, DF: Unirede, 2002), em Os números do Ensino privado no Brasil – 2002 [Ano Base: 2001] (Brasília, DF: ABMES, 2002) e em Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano – 2001: Relatório. (OEA, 2001).

¹⁶² Extraído do artigo Tarso pretende “estatizar” vagas, de Luciana Constantino. Folha On Line/Cotidiano (Sucursal de Brasília), 12/02/04.

pagamento pelo estudante através de “serviços à comunidade” como “forma de retribuição dos investimentos da sociedade em suas formações profissionais”.

Além de todas essas características, registramos aqui, o caráter de agressão à autonomia universitária.

O referido projeto foi vetado pela governadora do Estado do Rio de Janeiro, por pressão dos estudantes e do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ. Entretanto, considerando a atual conjuntura isto, para nós, não é suficiente. Preocupa-nos o fato desse “modelo” ser coerente com a linha política que é hegemônica no governo Lula, sendo que pode ser reaproveitado, recriado e retornar, talvez em “moldes diferentes”, tanto em nível federal quanto estadual ou municipal. Devemos estar atentos, pois o propósito expresso no Projeto de Lei do Deputado Otávio Leite do PSDB pode não estar derrotado, em especial em meio à discussão da ré-forma universitária do governo Lula. Por isto, estamos trazendo essa preocupação. Ou seja, nossa luta contra a privatização clara ou mascarada da educação e qualquer tipo de concepção que descaracterize a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, exige o conhecimento profundo e atento de toda e qualquer “fórmula mágica” que possa ser trazida como a “grande solução” para a “superação da desigualdade no Brasil”. Para isto, precisamos não apenas de um discurso, mas também de uma prática combativa. Nesse sentido apresentamos as seguintes propostas:

TR-38

1. Que as Ads promovam debates amplos e ações de combate nas universidades, de forma unificada com os técnico-administrativos e os estudantes;
2. Que as Ads promovam atos municipais e regionais conjuntos contra a ré-forma universitária;
Que as Ads mantenham os professores e a sociedade informados do conteúdo das propostas em debate no Congresso, através de boletins, circulares, cartilhas, etc;
3. Que as Ads preocupem-se em mobilizar os professores, em conjunto com outras entidades, para a participação em atos e ações a serem desenvolvidas em Brasília;
4. Nas universidades onde as reitorias tenham posicionamento em defesa da universidade pública e gratuita, que se organize atividades conjuntas;
5. Articulação permanente com a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública

TEXTO 39

Contribuição dos professores Joel Moisés Silva Pinto¹⁶³ e Francisco Eugênio Musiello Neto¹⁶⁴ – Sindicalizados da APUG Seção Sindical

FUNDAÇÃO MUNICIPAL: A FACE PÚBLICA DO ENSINO PAGO

TEXTO DE APOIO

INTRODUÇÃO

Um dos problemas que constantemente os acadêmicos que estudam em instituições do tipo Fundação se vêem envolvidos diretamente é com os pagamentos de mensalidades, enquanto os docentes de tais instituições, por sua vez, geralmente estão preocupados com os baixos vencimentos e a falta de autonomia administrativa. Todavia, neste tipo de preocupação compartimentalizada ambos acabam esquecendo que tais aspectos fazem parte de um mesmo contexto que se tornou um produto da relação entre o agente instituidor e o agente administrador. Pensar este aspecto exige um resgate histórico da criação da instituição fundacional e suas mudanças, adquiridas a partir dos contextos da política educacional dos dias atuais.

Neste trabalho, pretende – se apresentar mais uma perspectiva ao debate sobre o embate entre o público e o privado, a partir da análise sobre as preocupações que os autores vêm observando na

¹⁶³ Professor da Fundação UNIRG e Mestre em Educação, ex-diretor da APUG – SSIND 1999/2001.

¹⁶⁴ Professor da Fundação UNIRG e Mestre em Administração, ex-diretor da APUG – SSIND 1999/2001 e atual Conselheiro de representantes 2003/2005.

Instituição de Ensino Superior (I.E.S.), enquanto profissionais. Para isso, será feito inicialmente um resgate sobre o debate nos anos oitenta entre os principais grupos envolvidos neste debate, associados aos motivos que levaram sua expansão para as cidades do interior do país e, paralelamente, o aparecimento de fundações como mantenedoras de cursos superiores. Para finalizar será feitas algumas considerações sobre a problemática da participação dos integrantes da comunidade acadêmica no processo de tomadas de decisões.

O debate sobre as I.E.S. pública e privada nos anos oitenta se apresenta de forma distinta, uma vez que a política desempenhada pelo Estado Brasileiro, durante os anos autoritários (1964 – 1984), fortaleceu e propiciou o surgimento da Federação dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN), que deslocou para um nível intermediário a liderança da Igreja Católica. Situação que levou, naquele momento, a questão para uma inflexão no debate de atuação na área educacional entre público versus privado, deslocando o eixo do ensino laico versus religioso para escola pública versus a escola gerenciada pela iniciativa particular, que passou a liderar esta oposição.

Isto se deu em decorrência da política educacional dos militares, que passou a produzir um “saber eminente técnico, sem vínculo com a realidade social e crescimento por meio de incentivo à abertura de instituições privadas, que conseqüentemente evitou ao Estado ter que investir nesta área”. (Pinho, 2003). O discurso da necessidade de “formação de mão de obra”, provocou um surto de crescimento de instituições isoladas nos Estados e municípios, puxados “pela demanda excessiva de jovens de classe média e média baixa na busca de ascensão social” (Fonseca, 1992). Ao serem pressionados pela população, os governantes responderam propiciando a abertura de I.E.S. nas cidades do interior, criando um processo denominado por Rocha (1984) de interiorização, que sustentava a idéia de modernização das cidades, gerando uma acentuada aparição das mesmas nos diversos municípios do país, e naqueles em que não havia interesses econômicos da iniciativa privada em investir diretamente, se projetou como comércio a abertura de Fundações cujas as prefeituras, em sua grande parte, entravam com toda a infra – estrutura básica e mais a vontade política servindo como aval para custear a qualidade da instituição e a iniciativa privada garantia o aporte técnico e administrativo para dirigi – las, se beneficiando das entradas econômicas, advindas por meio de pagamento de mensalidades realizadas pelos discentes.

Paralelamente a este movimento expansionista, encontra – se como ponto estratégico por parte dos defensores das escolas particulares, argumentos para impor às instituições controladas pelo Estado, a obrigatoriedade do pagamento de mensalidades por parte dos acadêmicos que tivessem condições para tanto, com ressalva do amparo existente nas leis (Constituição Federal – 1946; 1967 e 1969), que foi lentamente abolido de fato, devido às constantes pressões dos acadêmicos, e de direito pela Constituição Federal de 1988 (CF – 88). Por conta destas pressões, foi que se optou por uma inversão para substituir autarquias por fundações, que logo se confirmaria como um mecanismo para que os alunos fossem a única fonte econômica de sua manutenção (Cunha, 1991). Apesar da CF – 88 ter definido que todas as fundações passariam a ser públicas, a mesma colocou nas suas disposições transitórias a possibilidade das existentes continuarem a manter os seus procedimentos econômicos.

Foi esse aspecto anterior a lei que propiciou a expansão deste tipo de instituição e que conseqüentemente a fez permanecer até os dias atuais, gerando dúvidas quanto a sua figura jurídica tanto naquele momento, em função de se apresentar como uma “agência estatal e ao mesmo tempo como empresa” (Pinho, 2003), como na atualidade, devido as perspectivas ideológicas impregnadas na mentalidade de seus agentes públicos, que simplesmente a consideram como fonte de lucro monetário, despindo-a de suas características públicas tanto no aspecto administrativo como no aspecto educacional.

A confusão de interpretação tanto jurídica como de princípio administrativo tornou a Fundação uma refém da iniciativa privada, que se aproveitavam para expropriar o setor público, mesmo quando a legislação era bem precisa ao dizer que toda fundação era pública se seu instituidor fosse um agente público. Mas para não parecer omissos, o Estado resolvia sua falta de políticas para o Ensino Superior facilitando o processo de criação de fundação, se utilizando da brecha fornecida pela própria lei, que naquele momento exigia parceria com o setor privado (Cretella Júnior, 1976), bacando o enriquecimento acelerado dos empresários da educação uma vez que nessa parceria, o setor público entrava com o ônus e o setor privado com o bônus (Pinho, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste sentido, observa-se que a política desenvolvida pelo governo federal, além de incentivar a atuação da iniciativa privada no setor, também fazia vista grossa - por meio do Conselho Federal de educação - para as prefeituras que quisessem entrar nesta empreitada. Como muitas não possuíam condições

técnicas para tal, resolviam o problema procurando a iniciativa privada, mecanismo que forneceu a expansão de ensino superior por meio das fundações que eram percebidas de forma dual pois ora eram vistas como pública, quando os agentes públicos a usavam em suas plataformas políticas; ora vista como privada, quando em função da política intervencionista das pessoas que eram seus gestores, principalmente quando permitiam a ingerência do pensamento privatista¹⁶⁵ sobre o modo da condução dos órgãos públicos, emprestando da iniciativa privada ao procura concentrar o poder de decisão a nichos internos, excluindo toda e qualquer possibilidade de participação, tanto da comunidade acadêmica como da sociedade civil. Procedimentos que de tão autoritários foram utilizados como mecanismo para justificar as propostas de mudanças apresentadas pelos gestores. Postura impregnada de, no mínimo, dois equívocos: o primeiro se deve ao fato de desrespeitar toda a comunidade acadêmica, composta por especialistas formados pelo mesmo tipo de instituição que se quer construir, em cuja finalidade se orienta pela formação de pessoas dotadas de perspicácia intelectual que formam opinião na sociedade; o segundo se constitui como complemento da primeira, quando exclui uma significativa parcela do poder de decisão não permitindo uma continuidade democrática, acabando por marginalizar e desrespeitar o princípio essencial da liberdade de expressão. Do passado ao presente as fundações trazem uma carga de resquícios desses procedimentos e ainda hoje em muitas realidades no interior do país, a comunidade acadêmica sofre com as ripristinações⁴ das ações e atitudes que inibem o direito de participação nas tomadas de decisão na acadêmica.

REFERÊNCIAS:

- CRETELLA JÚNIOR, José. **Fundações de Direito Público**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- CUNHA, Luis Antônio. A gratuidade no ensino Superior Público: da proibição à garantia constitucional. In:VELLOSO, Jacques (org.). **Universidade pública**: política, desempenho, perspectivas. Campinas: Papyrus, 1991.
- _____. Educação Pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela (org.) **Política Educacional**: Impasses e alternativas. 2.º. São Paulo: Cortez, 1998.
- FONSECA, Dirce Mendes da. **O Pensamento Privatista em Educação**. Campinas: Papyrus, 1992.
- PINHO, Joel Moisés Silva. **A relação entre o público e o privado na criação de uma I.E.S. : um estudo de caso da fundação educacional de gurupi**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco – USF.
- ROCHA, Lucia Maria de França. **A Expansão do Ensino Superior e o Conselho Federal de Educação 1968 – 1980**. 1984. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências Humanas. Fundação Universidade de Brasília.

TEXTO 40

Contribuição dos professores Dileno Dustan Lucas de Souza, José Humberto de Queiroz, Maria das Graças Floresta e Ranah Manezenco, sindicalizados da ASPUV-S.Sind./ANDES-SN

O FETICHE DA POLÍTICA DE COTAS

TEXTO DE APOIO

Devemos começar o debate estabelecendo que as opiniões referentes às cotas são diversas e diferentes, e partem de concepções de vida social e de relações ideológicas. Dessa forma, estabeleceremos que é possível discutir a questão de cotas sem acusações de que os contrários a essa política são racistas ou coisa do gênero. Esperamos que isso seja algo estabelecido em nosso debate, caso contrário partiremos do pressuposto de que somente os que sofrem as discriminações podem falar da marginalização sofrida e assim por diante.

Inicialmente, é preciso dizer que já estamos a alguns eventos do ANDES-SN discutindo o estabelecimento de cotas para negros. Essa postura vem acompanhada de uma forte compreensão de que existe realmente uma dívida muito grande com os trabalhadores e essa dívida deve ser paga pela burguesia.

Retomamos nesse momento algo que julgamos de fundamental importância nessa discussão e que consta nos 18 brumários, onde Marx nos chama atenção para o fato de que historicamente a burguesia

¹⁶⁵ Utilizamos o entendimento de Cunha (1998) que considera como privatismo a ação do administrador público em colocar as instituições públicas a serviço de grupos particulares (econômico, religiosos ou político – partidário)

⁴ Quando uma lei nova determina a validade de uma lei anterior. Aqui usado no sentido figurado para mostrar o vai e vem de atitudes pouco democráticas no Ensino Superior.

tenta inserir a luta dos trabalhadores na sua pauta de forma atenuada para que nossas reivindicações se diluam no interior do capitalismo e assim diluam os conflitos. Dessa forma, Marx afirma que não é possível compor com a burguesia e com a pequena burguesia, a não ser que queiramos estabelecer falsas relações de ganho.

A aguda e sempre atual reflexão de MARX sobre as derrotas do proletariado ainda aponta para uma conclusão comum: a de que a classe trabalhadora deve criar suas próprias instituições autônomas, pois as alianças com a burguesia e a pequena burguesia têm mostrado que os interesses de classe sempre prevalecem, criando obstáculos que, por fim, reduzirão o movimento dos trabalhadores ao fracasso.

Com base nessa leitura, devemos considerar as diversas estatísticas que demonstram com muito vigor a marginalização crescente por que passam os negros, qual seja: que mais de 53 milhões de pobres brasileiros, uma média de 22 milhões, são indigentes. Sendo que 65% e 70%, respectivamente, desses pobres e indigentes são negros. Na questão do desemprego, 25% são mulheres negras, 20,9% são homens; para mulheres brancas temos 19,2% e para homens brancos 13,8%.

Considerando renda e salário, o ganho médio é de aproximadamente 2,61%, enquanto que de um branco é de aproximadamente 5,6 salários mínimos. Na educação, a discrepância é mais acentuada em tempo na escola em analfabetismo, porém se considerarmos que negros e brancos têm a mesma escolaridade, ainda assim, o salário dos negros, geralmente, é menor. Do ponto de vista de vítimas de assassinatos, o número de negros é infinitamente maior que o de brancos, e também no número de encarcerados, no número de mortalidade infantil e assim por diante.

É inegável que a questão racial no Brasil merece uma significativa discussão, bem como é preciso estabelecer uma política educacional séria em nosso país, pois já se vão anos em que as políticas são determinadas por agências multilaterais, que trabalham com a lógica de afirmação de políticas que sustentam os interesses do capital e não da sociedade. E é nesse espaço que se consolidam propostas educacionais chamadas de afirmativas, mas que não tem como preocupação uma educação que responda aos interesses dos trabalhadores e sim de interesses que fragmentam a luta dos trabalhadores e afirmam os interesses de classe.

É certo que precisamos recuperar as propostas do último CONED, que trouxeram como perspectivas garantir o acesso e permanência, com sucesso, de todos, em todos os níveis e modalidades de ensino; combater às propostas e programas que comprometam a qualidade técnica e profissional da educação; intervir, organizadamente, em todos os espaços possíveis, revelando as políticas compensatórias, que focalizem níveis de ensino em detrimento de outros, que fragmentam o sistema nacional de educação, resultando no não atendimento do direito social à educação de boa qualidade para todos; combater a desresponsabilização crescente do Estado para com o financiamento da educação pública, sobretudo as de cunho eminentemente social; socializar o conhecimento produzido e o combate ao ideário do pensamento único; lutar contra todas as formas de discriminação referentes a gênero, raça, religião e orientação sexual.

Creemos que essas questões levantadas nos dão a noção de que precisamos de escolas e educação que atendam as necessidades dos trabalhadores, garantindo uma escola única, no sentido gramsciano, omnilateral e desinteressada. Precisamos fortalecer nos espaços públicos a diversidade existente.

Assim, estaremos nos livrando do fetiche que nesse momento a sociedade capitalista nos quer impor como forma de solucionar questões que vão muito além das cotas e passam por projetos de sociedade com uma perspectiva muito bem definida em relação à educação que queremos.

Entendemos que se deve abolir a perspectiva de divisão entre raças e consolidar uma compreensão que nos una enquanto classe, pois sabemos que ao longo da história as falsas inclusões nos levaram e continuam nos levando a falsas inclusões. Uma das saídas dessa discriminação é sem dúvida a educação, mas não é possível tratá-la como a muleta que tudo ampara, como a mão redentora dos males sociais.

TR - 40

O ANDES-SN, como sindicato classista, deve se relacionar com o movimento negro, buscando emancipação de raça conjugada com ações claramente relacionadas à emancipação de classe, tendo como princípio as resoluções do 4º CONED.

MENORIDADE PENAL

TEXTO DE APOIO

A preocupação com o tema referente à criança e ao adolescente em situação de risco vem sendo apresentada nos últimos congressos do Sindicato Nacional. Porém, com a massiva campanha desencadeada pela imprensa favorável à diminuição da menoridade penal, compreendemos ser necessário reafirmar a posição e a intervenção da categoria nesse tema, proporcionando uma ampla discussão, e afirmar a necessidade de políticas consistentes para garantir condições de vida digna para essas crianças e adolescentes, abandonando a perspectiva de um pensamento pragmático que impõe soluções fáceis sem procurar fazer uma análise mais profunda da situação.

No 21º Congresso foi apresentado um texto que trazia uma abordagem histórica, referente à situação de crianças e adolescentes em situação de risco. Nesse texto, procurou-se mostrar como eram adotadas, os seus interesses e as formas mais ferozes e mais acentuadas de marginalização dessa população na sociedade, que é permeada pelo total descaso, principalmente por abordar essa situação em contraposição ao que se espera de um adulto.

Assim, um dos objetivos dessa discussão é provocar o abandono da falsa idéia de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi feito para crianças e adolescentes pobres, procurando aprofundar uma análise histórica da situação. É no sentido dessa continuidade que apresentamos essas considerações para avaliação e posicionamento da base do ANDES-SN.

Considerando o texto apresentado no 21º Congresso, perceberemos que os fatos históricos nos mostram quem serão penalizados com a diminuição da menoridade penal. Vejamos os fatos mais recentes de atos infracionais cometidos por adolescentes abastados: o filho do Ministro dos Transportes, Odacir Claim, hoje secretário do governador Rigoto, ao atropelar um pedestre não sofreu nenhuma penalidade; os filhos dos juizes que incendiaram o índio Galdino tiveram suas penas abrandadas e o único adolescente que fazia parte do grupo de assassinos sequer cumpriu medida de privação de liberdade, conforme estabelece o ECA, não pela falta de rigor da lei e sim por seus excessivos privilégios. Por isso, não foram condenados exemplarmente, isso sem considerar os noticiários diários que mostram adolescentes drogados dirigindo em alta velocidade, atropelando e matando pedestres. A quem então servirá a diminuição da idade penal senão para higienizar a sociedade?

Como observamos, punições exemplares são dadas para os adolescentes pobres (insistentemente chamados de menores, delinqüentes, trombadinhas...), obrigados a cumprir medidas de privação de liberdade nos chamados centros de recuperação, que não oferecem as menores condições para esses adolescentes.

O Brasil, apesar de ser um dos países-membro da convenção dos direitos humanos, não tem proporcionado condições satisfatórias para que crianças e adolescentes brasileiras tenham na prática direito à educação, à saúde, à moradia digna, etc., e tratamento adequado e específico a sua natureza humana de adolescente em situação de risco.

O esforço vem sendo feito pelos movimentos sociais vinculados aos direitos das crianças e adolescentes, que apresentaram projeto popular trazendo como proposta a lei 8.069, de 13 de julho de 1989, que normatiza o artigo 227 da Constituição e estabelece que crianças são consideradas até 12 anos incompletos. Dos 12 aos 18 anos passam a ser consideradas adolescentes, trazendo ainda uma série de medidas sócio-educativas combinadas com formas diferenciadas de relações sociais como forma de garantir condições dignas para esses adolescentes historicamente marginalizados.

Assim, essa lei inova e muito no trato com crianças e adolescentes, principalmente por considerá-los como pessoas em desenvolvimento, por isso precisam de uma formação (educação) que lhes proporcione uma vida saudável no convívio com a sociedade. Mas será que é isso que presenciamos no dia-a-dia? Ou será que o que vemos são os jovens cada vez mais sem perspectivas e desesperados? Cada vez mais incentivados a entrar num mundo das drogas? Qual o futuro que os jovens devem esperar diante de uma realidade que cada vez mais os desrespeita e os marginaliza? Como cobrar desses jovens respeito pelo próximo e fraternidade social? Será que a convenção dos direitos humanos é realmente respeitada no Brasil?

TR-41

Que o ANDES-SN se posicione contrário à diminuição da menoridade penal e pelo cumprimento do ECA juntamente com entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

TEXTO 42

Contribuição da Assembléia Geral da APUFSC-SSIND

A ANDES-SN NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES RACIAIS E PELA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE.

TEXTO DE APOIO

Recentes pesquisas do IBGE mostram que continuam a existir graves desigualdades raciais no Ensino Superior: 10% dos brancos têm nível superior e apenas 2% de negros e pardos. No entanto, *grosso modo*, metade da população brasileira é branca e metade é negra (preta ou parda). Não é possível esperar gerações para que haja igualdade racial na formação universitária. Particularmente, a Universidade é onde trabalhamos, e sobre a qual temos grande influência através do movimento docente.

Este movimento não pode ser conivente com esse nível de desigualdade racial. Neste sentido, uma proposta ainda vaga foi aprovada no 22º Congresso, no sentido de implementar ações afirmativas no acesso de negros e índios ao ensino superior. Está na hora de propormos uma medida concreta que possa contribuir para uma Universidade com a cor e a etnia do Brasil.

Por outro lado, deve-se articular a luta por igualdade racial com a luta por mais vagas na Universidade Pública e pela igualdade sócio econômica e de oportunidades. Neste sentido, devemos reivindicar (a) grande expansão de vagas e (b) cotas para estudantes de baixa renda.

Porém, a reivindicação (a) sozinha não é capaz de conduzir à igualdade racial no curto e médio prazo, pois como mostra o vestibular de Desenho Industrial da UERJ de 2003, por exemplo, poucas das cotas para escolas públicas (50%) foram preenchidas por estudantes negros. A superposição desta cota com 45% de cota para negros levou a que cerca de 80% dos estudantes fossem de cotas. Foi pela grita da classe média branca em relação a esse fenômeno nos cursos mais competitivos, entre outras coisas, que as cotas foram reduzidas para 20% escolas públicas, 20% para negros e 5% para deficientes físicos nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro. Quando se fala em melhoria da escola pública ou cotas para escola pública é importante ter claro que os brancos se beneficiam e se beneficiarão mais dela!

No entanto, cotas para estudantes de baixa renda podem se tornar relevantes se forem adotadas cotas para negros em cursos mais competitivos. Neste caso, pode ocorrer dos poucos estudantes brancos de baixa renda não poderem ter acesso a esse tipo de curso. A cota pode ser para estudante de escola pública, cabendo estudar o caso de colégios de aplicação, cefets e assemelhados, onde há grande seleção socioeconômica.

Neste sentido, seria conveniente tomarmos uma postura já levantada pelo Professor e Deputado Constituinte Florestan Fernandes, que propôs para a Constituinte de 1988 que, além do reforço da Escola Pública em todos os níveis :

“Os indígenas, os negros e mulatos, as populações rústicas, os favelados, as crianças sem lar e todos os que são afetados por condições de maior privação econômica, social e educacional serão beneficiados por programas especiais (grifo nosso), em conformidade com a lei, que confiram vantagens relativas (grifo nosso) aos menores e jovens pobres no acesso à educação escolarizada em todos os níveis e graus, com o objetivo de neutralizar os fatores que os impedem de conseguir o aproveitamento igualitário das oportunidades educacionais.” (“Sugestão de dispositivos constitucionais para o esporte, lazer e cultura” – 1987, in “A Educação como Ato Político Partidário”).

A argumentação de que a questão de classe estaria sendo escamoteada pela defesa de outras identidades, é relevante, mas parece responder de forma conservadora ao discurso pós-moderno de que as articulações contemporâneas não mais atendem ao que consideram a “velha” luta de classes. A perspectiva para se contrapor aos adeptos do pós-modernismo - que inclui um grande espectro de teóricos que se deixaram seduzir por várias formas de adequação a ordem neoliberal, cujo extremo é o fim da história - é justamente incluir enquanto parte da luta de classes segmentos explorados que se vêm organizando a partir de outros elementos identificatórios.

Temos que discutir, ainda, a cor do professorado universitário e questionar: por que não adotar critérios étnicos também para a admissão de professores universitários, já que eles são modelos para os alunos, são formadores de opinião. Será que a Universidade deve ter diversidade étnica também entre os professores?

Então, é preciso urgentemente formar doutores negros num programa especial voltado a todas as áreas, mas priorizando aquelas que tem maior impacto na melhoria da qualidade de vida de toda a população negra.

TR - 42

O 23º Congresso da ANDES-SN, de Salvador, se posiciona favoravelmente e lutará por:

1. aumento do acesso de estudantes negros, índios e de baixa renda ao Ensino Superior, no sentido de promover uma Universidade mais diversa e combater a desigualdade racial neste nível de ensino, através de instituição de cotas ou critérios étnicos e socioeconômicos de acesso às Universidades Brasileiras e da instituição de uma política de permanência destes grupos através de apoio financeiro, didático e psicológico;
2. oferecimento de disciplinas com conteúdo de História da África e Cultura Afro-brasileira, no sentido de implantar a Lei 10.639/2003, bem como pelo oferecimento de conteúdos anti-racistas nos currículos de formação de professores, contratando professores com esse fim;
3. discussão sobre a introdução de critérios étnicos (para negros e índios) de admissão de professores nas Universidades, no sentido de promover maior diversidade étnica no Ensino Superior;
4. programação das tvs universitárias com maior abordagem da questão étnica;
5. manifestação da Diretoria da ANDES-SN contrária às desigualdades raciais, nas datas de 21-03, 13-05 e 20-11 no sentido de combater as desigualdades raciais e o racismo no Brasil e organização de eventos pelo Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN e pelas Seções Sindicais alusivos às datas, na medida do possível;
6. levantamento étnico da composição dos órgãos do sindicato: diretorias nacionais, de ADs, de GTs, Congressos, CONADs, no sentido de conhecer a diversidade na nossa entidade sindical e promovê-la;
7. incentivar a discussão sobre a adoção de políticas de acesso e permanência de negros, índios e estudantes de baixa renda, articulada com a reivindicação de ampliação geral de vagas nas Universidades Públicas, com o conseqüente aumento de verbas;
8. reivindicar a realização de Censos Étnicos, bem como fazer o levantamento das ações em torno da questão racial, em todas as IES, ampliando a resolução do 22º Congresso;
9. encaminhamento pelo GT Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN das deliberações do 22º Congresso, bem como encaminhamento conjunto com o GTPE/ANDES-SN da discussão da reforma universitária e questões de diversidade étnica e socioeconômica na Universidade;
10. realização de Seminários em todas as IES sobre diversidade étnica e socioeconômica;
11. um plano de formação de intelectuais negros, visando a ampliar o número de doutores em todas as áreas do conhecimento, com prioridade para saúde da população afrodescendente, história africana e dos afrodescendentes, educação, artes, urbanismo, economia e direito.

TEXTO 43

Contribuição Professor Marsílio de Alencar Sá Leitão - sindicalizado da ADUFEPE-SSind

Carreira docente

QUALIDADE E REMUNERAÇÃO CAMINHAM JUNTOS

TEXTO DE APOIO

Em função dos projetos de reforma universitária, estamos vivendo a volta à pauta, das propostas para regulamentação da autonomia universitária, um dos principais pontos de enfrentamento vividos no movimento de 1998. Da maneira como está colocado na LDB, nos Artigos 53 e 54, toda universidade, inclusive as IFES, no exercício de suas prerrogativas de autonomia, terá liberdade para, através de seus

colegiados superiores, decidir sobre contratação e demissão de professores e elaboração de planos de carreira. Entretanto, as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. Está prevista, portanto, a edição de uma lei para regulamentar a autonomia, sem qualquer referência a plano único de carreira ou isonomia.

O Ministro da Educação, Sr. Tarso Genro, propôs e nomeou um grupo de trabalho para estudar a questão a partir de um projeto de reforma proposto pelo governo. Esse encaminhamento é, em si, preocupante já que:

- O pensamento gerador da proposta oficial pode ser antevisto a partir de pronunciamentos advindos da esfera governamental: Ex-ministro da Educação diz “IFES absorvem orçamento excessivo”; Ministro do MPOG complementa “e esse dinheiro é mal gasto”; Secretário da Sesu afirma “a autonomia é indispensável, principalmente para as públicas, pois ela resolverá a questão do financiamento”.
- Uma proposta oriunda da classe docente, nasceu no grupo da professora Marilena Chauí, do Depto. De Filosofia da USP. Segundo entrevistas publicadas na imprensa, a Professora. Chauí defende o texto da LDB, com autonomia plena de cada universidade, desconsiderando a unidade do Sistema Federal de Educação Superior. Em acréscimo, propõe ainda a absorção por parte delas, das verbas de pesquisa hoje administradas por órgãos e agências de fomento.
- A ANDIFES, representada no grupo por sua presidente a professora Wrana Panizzi, reitora da UFRGS, também defende o texto da LDB, embora discorde do acréscimo sugerido na proposta advinda da USP.
- O movimento docente não tem, na realidade, representação oficial no grupo de trabalho.

“A universidade tem que enfrentar as tragédias sociais”, é um artigo da revista Universidade XXI, preparatória para o Seminário Universidade XXI, cujo título caracteriza bem o que vai acontecer com as IFES, em função das atividades desse grupo de trabalho.

No que se refere à campanha salarial 2004, se faz necessária uma mudança de fundo nos argumentos de reivindicação até agora usados, que possa libertar a categoria do círculo vicioso dos índices exigidos e sempre negados. De modo geral, as carreiras do Serviço Público Federal possuem malhas salariais drasticamente defasadas que, além disso, têm seus valores compostos de modo absolutamente inconsistente, irracional e perigoso para o servidor. A um salário-base vergonhoso é feito o acréscimo de gratificações, auxílios, adicionais e vantagens pessoais, compondo um valor bruto final que, além de insuficiente, carece de solidez, já que a sanha reformista do governo pode, a qualquer momento, rotular alguns daqueles itens como privilégios e tratar de suprimi-los. Há auxílios que evidenciam uma deformidade, quando se propõem a prover alimentação e transporte ao servidor. Usa-se o termo “vantagem pessoal” para denominar os ganhos judiciais de alguns grupos, para apenas a esses restringi-los, quando deveriam ser estendidos a todos. Há gratificações maiores que o salário-base que, mantidas sob essa forma, fornecem ao poder mais um elemento de intimidação contra o trabalhador. Os docentes da esfera federal, como servidores que são, convivem com todas essas agressões e incertezas, entretanto, no seu caso, há ainda a GED–Gratificação de Estímulo à Docência, com suas características de exclusão, sua natureza economicista e seu potencial de desagregação.

Em passado não muito distante, a remuneração dos professores titulares das Faculdades e Escolas federais, mesmo não portando o título formal de Doutor, nem se dedicando integralmente à docência, equiparava-se, por exemplo, à das autoridades do judiciário, juizes e procuradores. Provam-no os documentos e os depoimentos dos antigos mestres. Hoje, a disparidade gritante entre as malhas salariais dessas duas carreiras é uma evidência do descompromisso dos governos para com a educação superior pública e gratuita, e uma prova de sua intenção de enfraquecê-la e esvaziá-la, abrindo espaço à iniciativa privada, num largo passo para desobrigar-se inteiramente dela. Que outra razão haveria para que os mestres, que formaram aquelas autoridades, sejam enquadrados na condição de cidadãos e profissionais de categoria inferior? Tomando outro exemplo, podemos perguntar: porque parlamentares, muitas das vezes sem formação superior, recebem o teto salarial do funcionalismo federal, ou têm suas remunerações atreladas ao mesmo, enquanto os salários dos docentes titulares, doutores ou pós-doutores e com dedicação exclusiva, mal chegam a um terço daquele valor?

A campanha salarial 2004 precisa sair da mesmice das anteriores, não abandonando qualquer das reivindicações históricas do movimento, mas apoiando-se numa proposta inovadora que as contenha, unifique, complemente e direcione adequadamente. Mas essa mesma campanha salarial 2004 tem também que ser muito firme, já que:

- Os gastos federais com salários estão hoje muito abaixo do percentual máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa o total de despesas com pessoal da esfera federal em 60% das receitas tributárias, ou mais precisamente 46%, considerando-se apenas o poder executivo.
- O orçamento de 2004 foi montado, discutido e aprovado no governo Lula, de modo que qualquer justificativa para índices de reposição insuficientes, baseada na falta de provisão orçamentária, é descabida e só reflete a má fé de quem a apresenta.
- Qualquer reajuste emergencial imediato, menor que a inflação oficial de 2003 é inaceitável.
- Não se pode perder nem mais um dia, na luta para o resgate da dignidade da profissão.

Os números da CNESF revelam perdas de 9,56% em 2003, além do acumulado de 127,3% nos anos do governo FHC, gerando um coeficiente de reposição de 2,49. Introduzindo aqui, como exemplo, apenas dois dos índices referentes às perdas históricas reivindicadas pelo movimento (os 26% do plano Bresser e os 28% do reajuste dos militares em 1993), esse coeficiente pula para 4,02. Isto significa que o salário do Professor Titular, DE, Doutor, hoje com o valor aproximado de R\$5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) uma vez recomposto, encostaria no salário teto recentemente definido para o funcionalismo público federal. Lembrando que a incorporação das gratificações também contribui, empurrando os salários para cima, o referido teto seria superado facilmente. Daí, a campanha salarial deste ano, a ser levada para as negociações, pode ser grandemente simplificada e racionalizada em função de dois únicos pontos: carreira única e malha salarial única.

Assumindo os elementos da nova carreira do ANDES-SN e usando o percentual atualmente vigente, de 55%, para incentivo à dedicação exclusiva (DE), formula-se a proposta de elevação do salário do Professor Pleno, Doutor, com Dedicação Exclusiva, para um teto calculado como percentual fixo do teto salarial do Funcionalismo Público Federal, definido como o salário de um juiz do STF - Supremo Tribunal Federal, hoje no valor de R\$17.172,00 (dezesete mil, cento e setenta e dois reais). Isto resultará na construção de uma nova proposta de malha salarial para a carreira docente, em substituição àquela protocolizada no MEC, pelo ANDES-SN. A nova malha deverá ser construída em ordem inversa, partindo-se do valor máximo adotado e gerando-se os demais níveis segundo os degraus estabelecidos na carreira, atentando-se para que a remuneração do Professor Auxiliar A, em regime de 20 horas, que será o piso da carreira, corresponda a um percentual aceitável do SMD - Salário Mínimo do DIEESE, cujo valor de dezembro de 2003 é de R\$1380,00 (um mil trezentos e oitenta reais). Toda aquela infinidade de índices, perdas, questões jurídicas, gratificações, auxílios, abonos, vantagens pessoais, etc, estaria automaticamente contemplada. Além disso, uma vez aceita a filosofia geradora da nova malha, ela poderia, emergencialmente, ser construída para a própria carreira atual, podendo-se inclusive negociar um plano de implantação percentualmente parcelada, que garantisse a total implementação da mesma dentro do atual governo, com uma primeira parcela imediata, a título de reajuste emergencial. Trata-se de uma proposta que, além de contemplar a questão da incorporação das gratificações, elimina a GED, recompõe perdas e traz em si o resgate da dignidade da profissão de docente, recolocando-a na condição da qual jamais poderia ter sido afastada.

Na construção de uma proposta de malha, será preciso levar em conta a existência dos sub-tetos nos estados, tendo em vista as universidades estaduais que compõem a base do sindicato. Entretanto, como a remuneração dos governadores pode ser manipulada aleatoriamente, o salário máximo da carreira deve ser sempre estabelecido como percentual fixo do teto federal. Em função dessa questão de ajustamento, não é possível ainda construir uma proposta final de malha, a qual deverá vir de um esforço do GT Carreira nacional. A título de exemplo são apresentadas neste trabalho, duas tabelas. A primeira, parte de 100% do teto salarial federal e chega a um piso de 81% do SMD (**Tabela 1**) enquanto a segunda, partindo do sub-teto de R\$12.720,00 (doze mil setecentos e vinte reais) atualmente em vigor, por decreto, no estado de São Paulo, que representa aproximadamente 74% do teto federal, chega a um piso de 59% do SMD (**Tabela 2**). Entretanto, muito provavelmente, esse não será o valor do sub-teto naquele estado, pois os reitores das três universidades públicas paulistas, USP, Unicamp e Unesp, já estão empenhados em conseguir a revisão do mesmo, já que sua adoção acarretará em redução nos salários atuais de muitos docentes em atividade naquelas instituições. A própria Adusp – Associação dos Docentes da USP já estuda como levar o caso à justiça. Tudo isso vem justificar, dar embasamento e força à proposta aqui apresentada.

O ANDES-SN está diante de uma dura realidade, que exigirá muita sabedoria nas posições adotadas: a partir das mudanças estabelecidas pela reforma previdenciária, corre o risco de se ver dividido entre novos e antigos, já que os atuais docentes em atividade, passaram automaticamente à condição de componentes de uma classe em extinção. Nesse contexto, uma proposta que resgate a dignidade da profissão será a única capaz de nos unir na luta em defesa da última fronteira a ser preservada: a manutenção do Sistema Federal de Educação Superior, com carreira única e malha salarial única.

TR - 43

1. O 23º Congresso do ANDES-SN delibera pela imediata reformulação da proposta de malha salarial a ser aplicada ao seu projeto de carreira docente, contido na edição atualizada do Caderno 2, e para tanto, encaminha ao GT-Carreira nacional a incumbência de realizar os estudos necessários.

1.1. A nova malha deverá ser construída com base em:

1.1.1 Salário do Professor Pleno, em dedicação exclusiva, igual a um **percentual fixo do teto salarial federal**. (Ver as tabelas-exemplo apresentadas no Texto de Apoio)

1.1.2 Degrau de 10% entre os níveis **A** e **B** de uma mesma classe.

1.1.3 Acréscimo de 100% entre os níveis **A**, de uma classe e da imediatamente superior.

1.1.4 Fator de multiplicação 3,10 na passagem de 20 horas para dedicação exclusiva, em um mesmo nível (O valor do fator é resultante da duplicação na passagem de 20 para 40 horas, acrescida de 55% referente à dedicação exclusiva).

1.2. A proposta resultante deverá ter a estrutura mostrada nas tabelas apresentadas a seguir, a título de exemplo.

Tabela 1 (100% do teto)

Carreira do ANDES	Professores em regime de 20 horas		Professores em regime de Dedicação Exclusiva	
	Fator de multiplicação	Salário em R\$	Fator de multiplicação	Salário em R\$
Auxiliar A	1,00	1107,87	3,10	3434,40
Auxiliar B	1,10	1218,66	3,41	3777,84
Assistente A	2,00	2215,74	6,20	6868,80
Assistente B	2,20	2437,32	6,82	7555,68
Adjunto A	3,00	3323,62	9,30	10303,20
Adjunto B	3,30	3655,97	10,23	11333,52
Associado A	4,00	4431,48	12,40	13737,60
Associado B	4,40	4874,63	13,64	15111,36
Professor Pleno	5,00	5539,35	15,50	17172,00

Tabela 2 (74% do teto)

Carreira do ANDES	Professores em regime de 20 horas		Professores em regime de Dedicação Exclusiva	
	Fator de multiplicação	Salário em R\$	Fator de multiplicação	Salário em R\$
Auxiliar A	1,00	820,65	3,10	2544,00
Auxiliar B	1,10	902,71	3,41	2798,40
Assistente A	2,00	1641,29	6,20	5088,00
Assistente B	2,20	1805,42	6,82	5596,80
Adjunto A	3,00	2461,94	9,30	7632,00
Adjunto B	3,30	2708,13	10,23	8395,20
Associado A	4,00	3282,58	12,40	10176,00
Associado B	4,40	3610,84	13,64	11193,60
Professor Pleno	5,00	4103,23	15,50	12720,00

2. O 23º Congresso do ANDES-SN delibera pela adoção de uma malha salarial construída na forma proposta no **item 1**, para a Campanha Salarial 2004, usando a seguinte estratégia de negociação:

2.1 Reajuste emergencial imediato, retroativo a janeiro de 2004, no percentual correspondente às perdas de 2003, como uma primeira etapa de implantação da nova malha.

2.2 Complemento da implantação da nova malha em cinco parcelas semestrais, iniciando no 2º semestre de 2004 e terminando no 2º semestre de 2006, portanto dentro do mandato do atual governo, respeitando-se a atualização do teto salarial tomado como base.

TEXTO 44

Contribuição dos professores Joacir Teixeira de Melo, Juanito Alexandre Vieira, Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Girlene Alves Silva, Álvaro de Azeredo Quelhas, Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Dalmer Pacheco de Almeida - sindicalizados da APES-JF SSind.

DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

TEXTO DE APOIO

O 23º Congresso do Andes-SN se instala num momento de grave crise no país. 53 milhões de trabalhadores, de sem terra e de jovens votaram no candidato do PT com a esperança de mudar a política de FHC/FMI que destrói os direitos dos trabalhadores e a própria nação.

Com certeza, a votação em Lula não ocorreu para vermos o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, afirmar que a proposta de assentar 1 milhão de sem terras não será possível. Os milhares que votaram em Lula não o fizeram, também, para aprovar uma Reforma da Previdência que retira direitos dos trabalhadores. Não votaram pela aprovação de uma falsa “ALCA LIGHT” em 2005 ou, muito menos, pela renovação do acordo com o FMI.

O agravamento da crise econômica, expressa no aumento do desemprego, na precarização das condições de trabalho, nos conflitos no campo, no aumento do superávit fiscal, nas altas taxas de juros e na greve unificada dos servidores públicos do ano passado, demonstra a necessidade de mudança na política desenvolvida pelo governo federal.

Nessa conjuntura contraditória, na qual temos um governo eleito com um mandato concedido pelas urnas para romper com a política de submissão ao capital internacional e que hoje desenvolve essa mesma política, é que devemos discutir nossas estratégias de luta. Para fazer essa discussão temos que, obrigatoriamente, reafirmar o papel da CUT como central sindical constituída a partir da necessidade de organizar, de forma independente, as lutas dos trabalhadores no Brasil.

A posição histórica de autonomia e independência do ANDES-SN, que foi reafirmada na última campanha para Presidente da República, nos credencia para uma avaliação mais serena e coerente da nossa relação com a CUT. Pela defesa da organização dos trabalhadores, independente de partidos e governos, temos todas as condições de fazer o debate sobre a relação da CUT com o governo, qualquer que seja a avaliação sobre o mesmo.

A constituição da CUT, no início dos anos 80, reafirma a necessidade de um sindicalismo de caráter classista, autônomo e democrático. De acordo com o seu próprio Estatuto, a CUT:

“defende que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devem decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da OIT no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores brasileiros”(ESTATUTO DA CUT, 1983).

Num cenário mundial em que as tentativas de destruição das organizações dos trabalhadores é alvo daqueles que, em nome de uma “face humana” à globalização fazem de tudo para atacar a independência dos sindicatos em prol de uma sociedade civil que nega as contradições entre o Capital e o Trabalho é que devemos reafirmar a cada momento a luta pela independência da CUT e de todas as organizações construídas pelos trabalhadores como instrumento de luta contra o imperialismo.

Ao longo desses anos a CUT se tornou a maior central sindical da América Latina e uma das maiores do mundo. Apesar de percalços e contradições, essa trajetória só foi possível graças à manutenção dos seus princípios fundadores. A defesa da independência da CUT por todos os trabalhadores do país representa um importante instrumento de luta contra a política implementada pelo governo federal.

A luta em defesa da CUT como central sindical independente dos patrões e do governo se materializa hoje na necessidade de revogar a posição adotada, por maioria, na sua Executiva Nacional, de apoio à proposta de Reforma Sindical apresentada pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), que prevê:

1. O fim da soberania das assembleias de base dos sindicatos para negociar e fechar acordos.
2. A transferência para as direções das centrais sindicais da decisão sobre o reconhecimento ou não dos sindicatos. Vale ressaltar, ainda, que os critérios estabelecidos praticamente impedem a constituição de sindicatos sem o acordo da direção de uma central.
3. A greve passa a ser praticamente impedida e estabelece a obrigação de aceitar a decisão de um “árbitro” como decisão final sobre qualquer mobilização e reivindicação.
4. O fim do imposto sindical (que é 3,3% de um salário) mas cria uma taxa “negocial” que pode chegar a 12 ou 15% de um salário.
5. Que o “negociado passa a prevalecer sobre o legislado”. Na prática, as negociações poderão estabelecer acordos inferiores aos direitos que já existem na lei. É a re-introdução do projeto Dornelles contra o qual a CUT já chamou uma Greve Geral.
6. Que os acordos feitos em “nível superior” determinarão que cláusulas poderão ser modificadas ou não, por negociações do “nível inferior”. Ou seja, se a direção da central decidir, o sindicato de base não pode modificar.
7. A manutenção do impeditivo para os servidores públicos assinarem acordos de negociação coletiva.
8. A recusa reiterada de negociação pode levar à cassação da entidade sindical.

Essa proposta apresentada pelo FNT pretende abrir as portas para a flexibilização ainda mais profunda, dos direitos dos trabalhadores no processo de discussão da reforma trabalhista. Essa posição adotada pela comissão executiva reafirma e atualiza uma importante discussão, realizada no último congresso da CUT, de que o FNT não é um espaço de negociação que possibilite a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas.

Entendemos que essas são razões mais do que suficientes para nos motivar para uma luta que nos possibilite enfrentar as contradições que hoje permeiam as decisões da maioria dos membros da direção majoritária da CUT. Não podemos fugir a essa responsabilidade. É nosso dever, como filiados à Central, criar condições possíveis de enfrentamento. Sabemos que o embate é difícil, mas nem por isso calaremos nossas vozes. Essa política adotada pela direção da CUT, de entrega de nossa central, certamente colaborará para que cada vez mais fiquemos mais fortes, e assim capazes de rumarmos em outra direção. Somente com a união da base é que seremos capazes de lutar por uma Central independente que seja verdadeiramente representativa da classe trabalhadora. Hoje somos um braço de resistência dentro da Central e, respaldados por princípios sindicais de luta em prol da classe trabalhadora, certamente reuniremos condições para aglutinar outras categorias em torno dessa luta, que será de todos.

O ataque à independência da CUT beneficia os interesses daqueles que em nome do capital atacam os direitos dos trabalhadores. A política desenvolvida pela direção majoritária da CUT representa um ataque aos princípios de liberdade sindical, nos quais se fundamenta a central. Frente a esse risco é que devemos reforçar a luta em defesa da independência da central, que se traduz nesse momento na exigência da revogação do apoio à proposta de Reforma Sindical, aprovada por maioria na executiva nacional da CUT. A divisão da CUT não interessa à classe trabalhadora, pois no momento em que vivemos a classe necessita de suas organizações para combater pela manutenção e ampliação de direitos. A posição de desfiliação da CUT, defendida por alguns companheiros, não resolve o problema da classe trabalhadora brasileira, pois é no quadro da CUT que está a vanguarda da classe e é nesse espaço que devemos lutar contra a política desenvolvida pelo governo Lula.

Estamos certos de que a defesa da CUT, materializada na luta pela preservação de sua independência, é fator essencial para o movimento operário brasileiro e mundial. São nos espaços da CUT que se encontram os setores mais organizados e combativos da classe operária brasileira, que vêm na central um instrumento de luta contra a opressão do capital. São com esses setores que devemos dialogar sobre a situação do país e, em particular, da nossa central.

Não é olharmos para o futuro somente e esperar derrotas desse governo para então sermos reconhecidos. Temos que nos preocupar, agora, com a nossa capacidade de mobilização em defesa da educação para todos, do serviço público de qualidade e da dignidade da classe trabalhadora.

Para isso, a manutenção da filiação do ANDES-SN à CUT é premissa para unificarmos as lutas com todas as categorias que almejam acabar com a exploração do Capital sobre o Trabalho. O ANDES-SN deve assumir um papel de destaque na defesa da independência da CUT e da manutenção dos princípios estatutários que levaram à sua constituição.

TR - 44

1. O Andes-SN deve buscar construir a mais ampla unidade com todos os sindicatos para intensificar a luta pela independência da CUT frente aos Governos e aos patrões.
2. O Andes-SN deve iniciar uma campanha imediata pela convocação de uma Plenária Nacional da CUT que revogue a posição adotada pela executiva da central de apoio a Reforma Sindical do FNT.

TEXTO 45

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

IMPOSTO SINDICAL

RAZÕES QUE JUSTIFICAM O IMPOSTO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O Imposto Sindical é a melhor de todas as formas até agora inventadas para sustentar os sindicatos porque:

1. Ele taxa de maneira igualitária todos os membros da categoria.
2. Como todos pagam, a taxa pode ser pequena, não onerando uma minoria de abnegados.
3. Como todos pagam, todos tem os mesmos direitos sobre os ganhos da categoria acordados pelo seu sindicato. Isso é uma conquista para a maioria e o triunfo da igualdade e unidade.
4. Como todos pagam e todos ganham os benefícios dos acordos, há uma tendência à maioria da massa se interessar pela política sindical. Há uma maior distribuição de responsabilidades e disseminação do espírito de unidade. Ao invés desse interesse se restringir a uma minoria heróica e bravateira (expressão de Lula) que precisam usar muitas vezes métodos extorsivos e intimidadores para conseguir suas arrecadações.
5. Com o imposto Sindical garantindo um mínimo de receita, o Sindicato pode criar um mínimo de infraestrutura para a organização. Investir e atrair novos sócios ampliando ao invés de restringir. É o chamado capital de giro. Querem destruir os sindicatos tirando seu capital de giro.
6. A existência do imposto sindical como única contribuição compulsória, garante a cobrança de contribuições sociais e outras taxas, não extorsivas, mais leves para o bolso do operário. Se cobrar caro perde sócios. Já outras contribuições compulsórias, como taxa confederativa e essa que o governo quer colocar em substituição ao imposto sindical que dar poder aos sindicatos de fixar o valor (assembléias com qualquer número), gerando extorsões, corrupção e gangsterismo, como o próprio Bargas¹⁶⁶ reconhece.

¹⁶⁶ Osvaldo Bargas é o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e representa o governo no Fórum Nacional do Trabalho. Segundo ele: "...o grande filão dos sindicatos atualmente é a contribuição confederativa, criada pela constituição de 1988 e nunca regulamentada. Os abusos nessa área, segundo Bargas, chegam à imoralidade. Tem sindicato que cobra até 3% ao mês do salário do trabalhador com esse tipo de contribuição. Outros ainda exploram, mediante a contribuição assistencial, uma herança do período militar para fortalecer a concepção assistencialista dos sindicatos. Bargas relata que muitas entidades chegam a cobrar até quatro dias de salário anual por conta dessa taxa assistencial...". A nova esquerda preferiu adotar a herança da

7. Isso permite a unidade na diversidade. Os mais participantes tornam-se sócios e participam das assembléias e disputam a direção do sindicato. Os menos participantes tornam-se sócios apenas para usufruir alguns serviços e os que não querem se associar, participam com o Imposto Sindical, beneficiando todos.
8. Cria-se, portanto um compromisso com todos, independente de ideologia e de vocação política. Não se faz exclusão.
9. Os que combatiam o Imposto Sindical por ser uma cobrança compulsória não podem, sob pena de serem taxados de incoerentes e cínicos, defender uma outra contribuição também compulsória. O fato do valor ser decidido em assembléia não tira o caráter de compulsória pois ela só pode ser cobrada porque o sindicato tem delegação do Estado para tal.
10. Seria a mesma coisa que dizer: Mantém-se o Imposto Sindical mas o valor é determinado pelo sindicato através de assembléias. E nós sabemos quanto é mínima a participação da categoria nas assembléias.
11. O Imposto Sindical é quem dá independência e autonomia aos sindicatos.
12. Como é uma contribuição compulsória garantida por lei, ela dá a independência econômica. Nenhum governo pode impedir o Sindicato de recebê-la. Está na lei. Nenhum empresário pode em aliança com regimes repressores coagir os operários, com a demissão, a não contribuir. O empresário é obrigado a descontar e a repassar ao sindicato. Está na lei. Evita conchavos entre patrões e sindicalistas para extorquir associados como é a fórmula americana ou a tal taxa confederativa.
13. Foi por isso que o sistema sindical brasileiro não só sobreviveu a ditadura como saiu dela mais forte ainda. Durante a ditadura a tendência era os operários se afastarem dos sindicatos, para não serem perseguidos como subversivos. Se não fosse a CLT, com seu imposto sindical, os sindicatos teriam desaparecido.
14. Como a Ditadura não teve peito para acabar a CLT, pois ela não queria arcar com a pecha de que veio para tirar direitos dos trabalhadores, já lhe bastava enfrentar a rebelião estudantil e a esquerda de classe média, a CLT continuou.
15. Interessante, que a CUT- Central Única da Traição, não se incomoda de ganhar essa pecha. Veio para destruir os direitos dos trabalhadores.
16. Com a CLT, a estrutura sindical se mantém e para que os comunistas e idealistas reivindicadores não se infiltrassem nos sindicatos e não os usassem contra o governo, a ditadura colocou seus interventores nos sindicatos. Mas os próprios interventores para se justificarem e não se desmoralizarem perante seus colegas tiveram que defender os interesses da categoria, vestir a camisa da CLT e se integrar ao sindicalismo getulista. Getúlio realmente foi um gênio. Talvez o maior estadista do século vinte.
17. Graças ao Imposto Sindical e a CLT como um todo, categorias que jamais teriam condições de se organizar hoje, por serem muito dispersas, como zeladores de edifício, empregados de clubes recreativos, hotelaria, restaurantes, (mesmo que no passado já tenham se organizado numa outra conjuntura histórica), têm seus sindicatos fortes atuantes e até seu sistema confederativo.
18. Já o sistema de taxação americano que a FS – Força Sindical, em acordo com o governo, quer introduzir em substituição ao Imposto Sindical, é o responsável pela extinção dos sindicatos dos bancários nos EUA e a quase extinção daqueles dos comerciários.
19. Com o Imposto Sindical e a CLT, não só os heróicos bravateiros (expressão de Lula) metalomecânicos do ABC têm direito ao FGTS, 13º, Previdência, sindicato para fazer acordos com aumentos de salários etc. Outras categorias mais fracas também têm esse direito. Um direito a uma vida digna.
20. Sem o Imposto Sindical, o Sistema Confederativo desapareceria e ele é muito importante para os sindicatos que não têm base nacional. A ligação pura e simples a uma Central não resolveria.
21. As diversas categorias têm reivindicações específicas difíceis de serem tratadas por uma única Central. Ainda mais sendo a Central altamente ideológica e excludente.
22. Como está atualmente no Brasil, os interesses políticos e ideológicos da Central podem não coincidir com os da categoria. Isso aconteceu agora na Reforma da Previdência. A CUT - Central Única

Ditadura Militar(taxa assistencial) para extorquir o trabalhador e repudiar o imposto sindical que é mais justo e equitativo além de não ser herança da Ditadura Militar.

da Traição traiu os sindicatos e federações a ela filiados. As federações e Confederações foram quem sustentaram o movimento.

23. E quem sustentará a Central? A Central não pode sustentar os sindicatos e todos os problemas de que serão vítimas os sindicatos, com a substituição do Imposto Sindical por outras formas. A falência desses sindicatos afetará a Central também.

24. O fim do Sistema Confederativo também é um grande crime contra o trabalhador.

25. Afirmar que o Imposto Sindical é o responsável pela existência de sindicatos “pelegos”, é o mesmo caso do cara que culpou o sofá pelo fato de sua mulher lhe trair com seu amigo em cima do sofá. E jogou o sofá fora como única providência.

26. Primeiro quanto a dizer que existem sindicatos pelegos e sem representatividade é um erro semântico ou terminológico. Não seriam os sindicatos, mas suas direções que poderiam ser adjetivadas dessa maneira. Todo sindicato cujos estatutos estão em ordem, reconhecidos pela lei e cuja categoria existe é representativo.

27. Segundo não cabe a patrão, governo ou quem quer que seja que não pertença à categoria em questão dizer que a direção de seu sindicato é pelega. É à própria categoria que cabe avaliar isso. Fora dessa hipótese trata-se de uma intromissão, uma intervenção antiética que se tornou um vício da esquerdinha.

28. Será que esse governo ainda é representativo? E o Congresso? As associações civis que não recebem imposto sindical são todas representativas? As de Bairro? As direções de Clubes de futebol e de Clubes recreativos serão representativas? As ONGS? As direções das cooperativas serão representativas? Dos consórcios?

29. Os sindicatos filiados à CUT não recebem imposto sindical? Serão todos pelegos?

30. Não tem nada a ver, portanto com a existência ou não de imposto sindical. E é uma questão altamente subjetiva. Se se fizer uma enquête hoje com os metalúrgicos do ABC, pode ser que eles digam que seu sindicato não os representa, pois estão insatisfeitos economicamente.

31. Ser contra o Imposto Sindical porque é compulsório, nesse fórum de trabalho do governo, é cinismo pois as formas que estão sugerindo para substituí-lo são também compulsórias. É total incoerência. É trocar 6(seis) em dinheiro por meia dúzia em cheque sem fundo.

32. Os exemplos de sindicatos que sobrevivem sem o imposto sindical são exceções que confirmam ainda mais a regra. Comparar um sindicato de professores universitários públicos, com estabilidade e com salários que chegam 20 salários mínimos com sindicatos de empresas privadas terceirizadas em que a rotatividade é a regra e a estabilidade é a exceção e os salários giram em torno de 2 salários mínimos é no mínimo uma crueldade digna da Rainha Maria Antonieta.

CONCLUSÃO: O IMPOSTO SINDICAL DEVE SER MANTIDO. NÃO HÁ ARGUMENTO PARA A SUA SUBSTITUIÇÃO.

A PRÁTICA APROVA O IMPOSTO SINDICAL

A prática é o melhor critério da verdade. E a prática confirma o que foi dito acima.

Primeiro exemplo: Sindicato dos Engenheiros Bahia - SENGE-BA. Balanço de 2002:

Contribuição (Imposto) Sindical: R\$171 450,83 (76,72%).

Contribuição social: R\$52 019,57 (23,28%).

Sem o Imposto Sindical esse sindicato já desapareceu. E com ele todos os sindicatos profissionais liberais e de categorias diferenciadas. A prática demonstra que sem o Imposto Sindical os sindicatos de categorias diferenciadas desaparecerão.

Segundo exemplo: Seguindo a orientação da CUT, a maioria, se não a totalidade dos sindicatos majoritários filiados a CUT (estamos falando dos sindicatos celetistas) votaram em suas assembléias bravateiramente (expressão de Lula), a devolução da parte do imposto sindical que cabia ao sindicato. Devolveram? Aí é que foi o vexame. Alguns devolveram no primeiro ano, mas depois se arrependeram, outros ficaram prometendo, “*para o ano agente devolve*”, etc. Resumindo, depois de algum tempo ninguém falava mais de devolução. A prática demonstrou que o imposto sindical era necessário, mesmo para sindicatos majoritários.

Terceiro exemplo: Essa lei de redução gradual do Imposto Sindical não é nova, tem mais de 10 anos. E porque não foi aprovada? Depois de batalharem tanto por ela os próprios autores a engavetaram, pois perceberam na prática que ela destruiria os seus sindicatos, base eleitoral dos candidatos do PT. Agora

como têm outro projeto de poder vão tentar aprová-la, pois acham que não precisam mais de sindicatos independentes. A prática demonstra que mesmo os inimigos do Imposto Sindical não acreditam nas suas próprias teses (bravatas na expressão de Lula).

Mesmo os sindicatos majoritários, portanto, precisam do imposto sindical. Segundo o Paulinho, da Força Sindical, mesmo um sindicato forte como o dos metalúrgicos de S. Paulo, iria à falência se fosse suprimido hoje o Imposto Sindical.

O próprio representante do governo, Bargas, nos dá subsídios:

“Na avaliação do secretário Bargas, o Imposto Sindical hoje só representa 18% em média da receita dos sindicatos representativos. Ele é mais significativo para as confederações, aonde chega a representar 80% da receita. Daí porque são justamente as confederações e, em menor grau, as federações, as entidades que mais resistem à sua extinção”.

Dois comentários sobre a informação do Bargas:

1) 18% não é desprezível num orçamento de sindicato. E levando-se em conta que os sindicatos que ele chama de mais representativos estão se lambuzando com a corrupção do FAT e das cooperativas de trabalho, esse percentual deve aumentar substancialmente quando essas duas fontes corruptas de receitas forem suprimidas e, a bem da moral, deveriam ser suprimidas. Com as cooperativas de trabalho, os sindicatos fornecem mão de obra escrava, bem mais barato que os concorrentes, pois não pagam encargos trabalhistas e recebem comissão por esse fornecimento. E o mais grave, essas comissões estão sendo distribuídas entre os diretores das cooperativas. Invenção do PT.

2) Observe-se o cinismo com que o Bargas discorre sobre o previsível fim das federações e confederações. Ele só tem o desplante de falar assim, porque o PT e a CUT durante mais de vinte anos difamaram as Federações e Confederações como uma coisa ruim. Entretanto está provado que as Federações e Confederações têm importância fundamental quando as lutas sindicais vão à Brasília, ao Congresso, ao STF. Durante a reforma da Previdência, se não fossem as federações e Confederações não teria havido aquela bela manifestação em Brasília e nem a greve dos funcionários se ampliaria do jeito que se ampliou. Já a CUT traiu o movimento dos funcionários. São as Federações que conhecem os problemas específicos de sua categoria e não as Centrais.

Exceções que confirmam a regra. Existem sindicatos que sobrevivem sem imposto sindical. Mas são casos tão peculiares que eles são mais um testemunho de que o Imposto Sindical é necessário.

1) ANDES - dos Professores universitários.

Os professores têm estabilidade. Não há rotatividade. São funcionários públicos e não celetistas. Quem administra as unidades universitárias são os próprios empregados (professores), tanto através de sua célula mais atuante, o DEPARTAMENTO, como de sua CONGREGAÇÃO composta dos empregados (professores - há também representação do corpo discente). Quem toma as decisões mais importantes da Universidade é o CONSELHO UNIVERSITÁRIO, composto dos empregados professores, representação discente e representação do sindicato dos funcionários não professores. A autoridade máxima administrativa e política das Universidades Federais (que são a base de sustentação do ANDES), é o REITOR, um colega dos demais e é eleito numa lista tríplice pelos seus empregados (professores, funcionários e estudantes).

O Reitor não envia as listas de ausência, durante as greves, para o governo descontar os salários durante as ditas greves. Que beleza.

Além disso, os professores têm um grande nivelamento, tanto salarial, como cultural, intelectual, político, informativo etc. Professor concursado de Universidade Federal não passa fome.

Universidade não é empresa (por enquanto), mas uma comunidade acadêmica. Usar esse exemplo, ou é insensibilidade ou fanatismo ideológico.

Mesmo assim o ANDES já está começando a ficar com dificuldades de caixa.

2) Empregadas domésticas. A CUT sempre leva para as discussões de CLT, a presidente do Sindicato das Domésticas, que como não estão incluídas totalmente na CLT, não tem direito a cobrar imposto sindical, para fazer o contra ponto emocional. Mas o que eles não dizem, é que a CUT sustenta esse sindicato, pelo menos na Bahia. E esse sustento não é feito a troco de nada. Existe sempre um compromisso de votar nas eleições com os candidatos vinculados à corrente que viabiliza essa ajuda. Se isso fosse feito por centrais ligadas a PFL ou PSDB, seria condenável. Além disso, que força tem um sindicato desses sem a ajuda da CUT?

E por princípio a CUT é que deveria ser sustentada pelos sindicatos. Já pensou se ela tivesse de sustentar todos os sindicatos para suprir a falta do imposto sindical? A pirâmide ficaria de cabeça para baixo e cairia.

Esses exemplos de exceção demonstram qualitativamente e quantitativamente (são poucas entidades e com peculiaridades flagrantes) que sem imposto sindical não há salvação. O que está por trás então da Central Única da Traição pedindo o fim do imposto sindical?

A proposta do governo – A proposta do governo que a FS e a CUT estão namorando, é uma nova contribuição compulsória que é inclusive extorsiva. É uma negação total dos discursos desses mesmos fariseus contra o Imposto Sindical. É o cúmulo da incoerência. Mas uma vez a prática demonstra que o discurso contra o Imposto Sindical é vazio e inconsistente.

CONCLUSÃO: A PRÁTICA DEMONSTRA NÃO SÓ A JUSTEZA DO IMPOSTO SINDICAL COMO TAMBÉM O DISCURSO DOS FARISEUS CONTRA O IMPOSTO SINDICAL NÃO TEM VALOR NEM PARA ELES PRÓPRIOS.

O IMPOSTO SINDICAL E O SOFÁ

Afirmar que o Imposto Sindical é o responsável pela existência de sindicatos “pelegos”, é o mesmo caso do cara que culpou o sofá pelo fato de sua mulher lhe trair com seu amigo em cima do sofá. E jogou o sofá fora como única providência.

Começemos com exemplos de entidades típicas de associações civis que não dispõem de contribuição compulsória semelhante ao imposto sindical. As Associações comunitárias ou de Bairro se enquadram nesse exemplo.

Elas são na sua maioria, aqui em Salvador, propriedades de algum político importante, geralmente do PFL e partidos auxiliares de ACM, Marcos Medrado etc., embora o PT e a esquerdinha também tenham as suas, praticando o mesmo tipo de relação clientelista.

A relação direta delas, com os políticos é de compra direta de votos seja no atacado ou no varejo. No atacado, pequenas obras não planejadas e até ilegais para manter o poder coletivo dos líderes de conseguir os votos e no varejo é a troca de votos por cesta básica, dentadura, funeral, tijolo, cimento etc.

A esquerdinha sempre faz o discurso contra a compra de votos nas suas comunidades, mas no final cede. É como a prostituta que pratica seu mister rezando pai nosso e avemaria. Isso influencia o comportamento dos vereadores de oposição que ficam na dependência do executivo para liberar obras nas suas comunidades.

E qual é causa dessa degeneração? Evidentemente não é o imposto sindical, pois não existe. Não é também a falta dele. A causa verdadeira é a extrema carência dessas comunidades. Como dizia Antônio Vieira: **“Necessitas caret legis”**, a necessidade não tem leis, ou no popular, **a necessidade tem cara de herege**. Procurar a causa ou solução em alguma norma ou letra é uma visão burocrática da questão.

Se fizermos um levantamento de todos os tipos de associações civis que não recebem imposto sindical ou qualquer tipo de contribuição compulsória, como associações comunitárias, Clubes de futebol e Clubes recreativos, culturais, de classe (como o Clube de Engenharia), etc., veremos um quadro predominante de abandono pelos seus associados devido a seus problemas econômicos e de sobrevivência.

Dentro desse quadro há os casos particulares das aberrações que vão desde simples aproveitamento pessoal a corrupção aberta, cobertura de fachada para bicheiros, traficantes de drogas etc.

Há também os casos dignos de elogio. Direções honestas e abnegadas que conseguem manter a entidade apesar da deserção dos sócios.

E essas são as entidades que se organizam segundo o modelo ideal dos CUTEGOS: liberdade total de associação, autonomia total de associação e nada de contribuição compulsória. A culpa, portanto não pode ser lançada no Imposto Sindical, pois não é o caso.

Vejamos agora exemplos opostos: entidades que recebem algum tipo de contribuição compulsória.

Todos os sindicatos de categorias celetistas filiados a CUT, recebem o Imposto Sindical. Serão pelegos por isso? Segundo o critério dos cutegos, esses sindicatos são combativos e avançados. Portanto o imposto sindical não faz nenhum mal a eles.

As OAB cobram uma contribuição compulsória e até um pouco salgada. Pelo que eu saiba, as OAB sempre estão no noticiário dos jornais, atuantes, suas eleições são disputadas entre correntes de esquerda, etc. Devem haver as exceções como em tudo, mas não se pode afirmar que as OAB são pelegas. Então, em que a contribuição compulsória fez mal às OAB?

A mesma coisa acontece com os CREA e o CONFEA. O CREA da Bahia está na mão dos radicais do PT há mais de 10 anos. Serão pelegos? A receita anual do CREA da Bahia há anos atrás era de cinco milhões de reais, todas de taxas compulsórias. O CONFEA também está controlado pelo PT.

Conclusão: o bom desempenho ou não das entidades dependem antes de dois fatores fundamentais, a vigilância de seus associados e o caráter de seus dirigentes. E esses dois fatores, subjetivos por sua vez, são influenciados por outros fatores objetivos altamente complexos do ponto de vista sociológico.

Essa invenção, portanto de que imposto sindical promove o peleguismo nas entidades, é de uma indigência intelectual, cultural e mental inconcebível. E porque essa falácia se propagou pelo meio político e sindical?

Primeiro porque só foi contestada por poucas vozes.

Segundo, porque a esquerdinha parasita de classe média, que nunca teve problemas muito sérios de sobrevivência é um meio fértil para fantasias.

Terceiro e o mais importante, é que existem sérios interesses por trás disso. Não só os do imperialismo em geral, mas também os particulares de diversos advogados oriundos do meio sindical.

Com o fim da ditadura proliferaram escritórios de advocacia que enriqueceram com causas trabalhistas. Com a saturação de mercado, esses advogados acostumados com um alto padrão de vida procuram alçar vôos mais altos.

Pretendem se transformar em consultores. Mas para que haja consultoria tem que existir temas polêmicos, sofismas, tergiversações etc. A CLT é muito certinha e já estava com o seu campo esgotado. Sabe-se quanto se ganhou nos últimos 10 anos em cachês e jetons para se participar de seminários e workshops? Uma fortuna.

E a cada evento vai se ganhando notoriedade em Brasília e pode-se chegar a Ministro Do Trabalho e depois a Ministro Do Superior Tribunal Do Trabalho, como foi o caso de Pazzianotto.

CONCLUSÃO: A ACUSAÇÃO DE QUE O IMPOSTO SINDICAL É CAUSA DA EXISTÊNCIA DE SINDICATOS “PELEGOS” OU NÃO REPRESENTATIVOS É FALSA E LEVIANA.

TR – 45

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera que

1. Os argumentos em defesa do Imposto Sindical são consistentes e coerentes com a realidade brasileira.
2. Deve ser portanto mantido pois sua substituição pode criar problemas desnecessários para a classe trabalhadora.
3. A prática durante toda a história do imposto sindical nas mais duras adversidades aprovou-o.
4. O bom senso aconselha, portanto a sua manutenção, pois a objeção que havia contra ele que era o fato de ser compulsório foi desmoralizada pela própria proposta do governo.
5. O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:
 - 5.1. A pecha atribuída ao Imposto Sindical de que ele seria o responsável pela existência de sindicatos pelegos e com outros adjetivos pejorativos é falsa, ilógica e sem consistência empírica. É uma visão burocrática, cartorial e simplista de uma realidade rica e complexa.
 - 5.2. A única coisa que se pode afirmar é que o Imposto Sindical dá um mínimo de recursos para garantir a sobrevivência do sindicato com um mínimo de autonomia.
 - 5.3. As verdadeiras causas que determinam as qualidades ou defeitos dos sindicatos são desde causas objetivas, como a importância estratégica atividade econômica de sua categoria, a forma de organização dos trabalhadores nas empresas, se concentrados em grandes unidades ou pulverizados em pequenos estabelecimentos, as condições materiais dos trabalhadores, até condições subjetivas como educação, cultura, história, tradição, influência política externa, etc.
 - 5.4. Como consequência perde o sentido pedir o fim do Imposto Sindical baseando-se nessa pecha.

CLT E CONTRATO DE TRABALHO

CCT X CLT, UM ADVÉRBIO X UM SUBSTANTIVO – UM CONTO DO VIGÁRIO.

TEXTO DE APOIO

Começamos fazendo a pergunta, “O que é...? Começando com a CLT.

O que é a CLT? É um conjunto de leis que definem os direitos e deveres dos trabalhadores. A CLT é uma coisa altamente substantiva. São mais de 900 artigos, detalhistas, protegendo o trabalhador contra as manobras e espertezas do capital. Seu poder normativo protege o trabalhador também contra manobras políticas entre máfias sindicais e patrões, proibindo que esses façam acordos que retirem direitos já adquiridos pelo trabalhador. Nela está também definida uma justiça especial, para julgar as relações de trabalho, a Justiça Trabalhista, fundada num princípio oposto ao do direito burguês que é o direito dos iguais; ela é paternalista e protecionista da parte mais fraca da relação capital-trabalho. Consolidada numa existência de 60 anos, a CLT foi aperfeiçoada e ampliada nesse tempo todo. Infelizmente de 1989 para cá ela foi maculada com modificações que tentam abalar seus pilares e com a cumplicidade da CUT e outras Centrais.

E o que é o CCT? Nada. Absolutamente nada. A esta pergunta, os defensores do CCT respondem como o CCT deve ser feito, sem a interferência do Estado, com patrões de um lado e trabalhadores do outro etc. É então apenas um modo de fazer. Um advérbio. O conteúdo é oco. No Boletim Nacional da CUT de mar/abr de 1988, consta no artigo do advogado José Francisco Siqueira Netto, assessor jurídico da CUT: *“Para consolidar seu projeto sindical, a CUT só não desenvolveu, ainda, seu sistema de Contratação Coletiva de Trabalho”*. Até 88, e pode-se prolongar até muitos anos depois, nem o sistema de contratação (modo de fazer) estava ainda pronto, quanto mais a sua estrutura interna, mínima que fosse (seu conteúdo). E, entretanto, seus defensores, desde pelo menos 1977, já bradavam uma santa cruzada contra a CLT em nome desse CCT. Segundo o próprio artigo acima referido: *“Entretanto, a partir de 1977, com a rearticulação do setor combativo do movimento sindical, que mais tarde fundaria a Central Única dos trabalhadores (CUT), voltou a ser pretendida, a mudança radical do sistema de contratação coletiva de trabalho visando o Contrato Coletivo de Trabalho, resultante de um processo livre e democrático”*.

A maior parte do artigo se prende a mostrar que o sistema de contratação coletiva da CLT é desvantajoso ao desse fantasioso contrato coletivo (CCT) que ele quer implantar. Toda discussão se esgota no modo de fazer tanto o previsto na CLT como no do CCT. Ele comete dois erros fundamentais que são repetidos a mais de vinte anos pelos adeptos da CUT e da FS: Primeiro, as desvantagens só existem no seu imaginário, como provamos nas outras teses (TR) sobre o CCT e CLT de nossa autoria; segundo, ele esquece ou omite o fato que as contratações coletivas feitas segundo a CLT, são contratos menores feitos sob o guarda-chuva protetor da CLT, a contratação coletiva maior, o maior e mais amplo contrato coletivo do mundo.

Ainda nesse mesmo artigo: *“Esta campanha, na verdade, começa a preparar a instituição do Contrato Coletivo de Trabalho no Brasil, à medida que se estrutura em dois pontos básicos; a unificação de uma pauta nacional de reivindicações acrescida por pontos setoriais, independente das datas-base...”* etc...

Ainda bem que o trabalhador brasileiro tem sua CLT e pode ficar esperando sentado essas fantasias. Mas não perdeu por esperar. Os patrões, como sempre preocupados com a realização das fantasias da CUT, resolveram ajudar na realização desses Contratos Coletivos e o que se viu foi a tragédia de 1995.

A própria imprensa tripudiou com os trabalhadores sobre os contratos coletivos assinados pela FS e pela CUT, pelos combativos (bravateiros segundo Lula) metalúrgicos em S. Paulo: **“OS ACORDOS DO SALVE-SE QUEM PUDE”**. Daí em diante os detratores da CLT baixaram um pouco a bola, mas continuaram com o mesmo objetivo.

Isso foi então um conto do vigário. Pior do que trocar um pássaro na mão por dois voando, pois, os dois voando nem visíveis são. É igual ou pior do que trocar o dinheiro que você tem no bolso por um falso bilhete premiado. Aliás, é mais parecida com a roupa invisível que os vigaristas venderam para o Rei (em o Rei nu).

Durante todos esses anos, desde 1977 como diz o artigo acima, a CUT-Central Única da Traição e depois a FS – Força Sindical, venderam essa ilusão, esse conto do bilhete premiado, sem que uma voz dentro da CUT se levantasse contra, e isso depõe contra a esquerda brasileira e de uma maneira específica contra os sindicalistas do PDT, pois, mais do que os outros, os sindicalistas do PDT tinham essa obrigação.

Se a CLT não fosse tão sólida e organizada na história do trabalhador brasileiro, ela teria acabado já na década de 80. Como sempre, ela se defendeu sozinha. Assim como ela resistiu a 20 anos de ditadura, ela tem se defendido sozinha à ofensiva neoliberal comandada inicialmente pela CUT e que a ela aderiram depois a FS e a CGT de Pegado. A única exceção foi a CGTB de Neto.

CONCLUSÃO: Oferecer aos trabalhadores brasileiros o CCT (um advérbio) em troca de eles abrirem mão de sua CLT (um substantivo) é o maior conto do vigário da história do sindicalismo brasileiro.

E a aceitação fácil, sem crítica dessa bandeira pela maioria da esquerda brasileira, demonstra não só uma fragilidade ideológica como uma falta de seriedade política. Mas uma razão para se enviar o CCT para o lixo da história.

CCT – Contrato Coletivo de Trabalho Versus CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas - Uma falsa oposição

No período de 1983 a aproximadamente 1991 a CUT opôs de maneira clara e franca o CCT – Contrato Coletivo de Trabalho à CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Nesse período os documentos da CUT e os discursos de seus líderes defendiam sem subterfúgio algum, o fim da CLT e a eleição da grande novidade, o CCT, como grande instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores.

A partir de 1991 começa a fase de tentativa de remendos e ajustes nessa bandeira para tentar conciliar uma contradição intransponível: ser contra a CLT e ao mesmo tempo ter que na prática defender todos os direitos dos trabalhadores previstos na CLT, inclusive a Unicidade Sindical quando a CUT se via ameaçada pela FS-Força Sindical, que nasce abraçando a mesma tese. Por isso esse período de 1983 a 1991 é o mais representativo para referenciar as consignas que passamos a contestar abaixo.

A falsidade dessa oposição reside em que a CLT, num sentido amplo é também um Contrato Coletivo de Trabalho. Aliás, é O CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO, o mais amplo, o mais completo, que abrange todas as categorias independente de, religião, de etnia, de região, etc. Um Contrato Coletivo que já nasce sob a forma de uma Consolidação de Leis. Há países em que existem só algumas leis básicas, mas as conquistas detalhadas de direitos são feitas em Contratos Coletivos entre Sindicatos de Trabalhadores e Empresas; esses contratos têm validade jurídica, mas geralmente são julgados na justiça privada e sua durabilidade depende da força efetiva de organização do trabalhador. Na França o Contrato Coletivo de Trabalho feito no após guerra virou praticamente um código de leis tal a força dos trabalhadores franceses na época. Essa é a trajetória natural e evolução da luta dos trabalhadores, transformar em leis definitivas, suas conquistas imediatas. Todas as classes trabalhadoras do mundo almejam evoluir para uma legislação semelhante à CLT. Os trabalhadores brasileiros têm essa conquista e não podem trocá-la por uma ilusão chamada CCT. A CLT é uma conquista real, o CCT é uma promessa.

Citamos Marx mais uma vez, sob pena de sermos repetitivo, mas é a maneira mais eficaz de negar os argumentos dos detratores da CLT que se acham de esquerda por serem contra a proteção do Estado aos trabalhadores. Segue a citação:

“Para proteger-se contra a “serpe de seus tormentos” têm os trabalhadores de se unir e como classe compelir a que se promulgue uma lei, que seja uma barreira social intransponível capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmos e sua descendência ao capital mediante LIVRE ACÔRDO que os condena à morte e à escravatura. O pomposo catálogo dos direitos inalienáveis do homem será assim substituído pela MODESTA CARTA MAGNA que limita legalmente a jornada de trabalho e estabelece claramente, por fim, “quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”. QUE TRANSFORMAÇÃO! (MARX, O CAPITAL, livro 1).

A CLT consegue superar e em muito a modesta carta magna prevista por Marx. Embora alguém possa argumentar que qualquer vantagem trabalhista pode ser convertida em equivalente de tempo de trabalho. Melhor, pois então, a CLT é a realização profética de Marx.

A CLT é equivalente a um CCT que foi celebrado não apenas entre um Sindicato Patronal e um sindicato de trabalhadores, ou entre federações ou centrais, ou mesmo entre todas as centrais de trabalhadores e

patronais, mais por toda a sociedade brasileira, representada pelo Estado (não confundir com governo) e garantido através de leis.

O exemplo do Contrato Coletivo de Trabalho assinado pelos trabalhadores franceses no após guerra reforça mais uma vez bem essa evolução que não é de maneira nenhuma linear. De uma vitória política contra o fascismo, inclusive com um exército de operários armados até com armas pesadas, advém um movimento político fortíssimo com a classe operária mobilizada, depois um recuo determinado pelas lideranças em função de uma avaliação de correlação de forças internacionais em que pesou inclusive a diplomacia atômica, cujo mérito não queremos discutir nesse momento, e finalmente culmina com um ganho trabalhista que é um contrato de trabalho que é próximo a uma CLT, pois os trabalhadores conseguiram introduzir no contrato uma cláusula que estabelecia que ele só poderia ser mudado com a concordância de todas as entidades que o assinaram. Como era impossível essa unanimidade ele não pode ser modificado pelo menos até a década de 80 que é a validade dessa informação. O Contrato Coletivo francês passou a ter força de lei equivalente a uma CLT. Da mesma maneira a CLT é fruto de uma conjuntura histórica em que convergiram uma crise internacional e uma nacional com a ascensão de estadistas com convicções trabalhistas e socialistas. Essa qualidade dela de pesar e muito o papel dos estadistas, leva a uma esquerda contaminada por um **européismo genuflexo**, de criticá-la como outorgada, como se isso fosse algum problema. Essa característica de nossa esquerda de transformar em credo as mitificações heróicas dos países dominantes e coloca-las como padrão para desqualificar os avanços das lutas populares no Brasil já é uma doença. Nenhum povo escreveu sua história como queria. Os EUA são o que são hoje contra a vontade consciente dos americanos. O Brasil é o que é hoje contra a vontade consciente dos brasileiros. Como dizia Marx, o homem escreve a sua história, não como quer mas como pode. Ou como diz Paul Sweezy: *"Onde Marx afirmava que os homens aprendem a merecer o que obtêm, Bernstein sustentava o contrário, que os homens conseguem o que merecem"*. E os trabalhadores brasileiros aprenderam a merecer o que obtiveram, outorgado ou não, e é muito bonita essa luta travada por eles, para efetivar na prática o que estava na lei e ampliar o que estava na lei, ora com o apoio do governo, Getúlio (30-45; 50-54) e Jango (61-64), ora contra o governo, Dutra (46-50) e Ditadura militar(64-84). A ditadura rasgou a constituição, o código civil e o código penal, mas apenas arranhou a CLT. A CLT resistiu a ditadura e contra ela. Entretanto essa história heróica dos trabalhadores brasileiros é omitida e ignorada pelas esquerdas brasileiras por não atender a seus mitificados padrões europeus. Daí as esquerdas brasileiras abraçarem irresponsavelmente a primeira novidade que aparece mesmo que seja uma traição aos interesses dos trabalhadores brasileiros.

A CLT é portanto o grau mais elevado na escala evolutiva dos CCT. Essa evolução não é linear, mas contraditória e sujeita a forças determinantes pela evolução da humanidade em geral e muitas vezes em descompasso do particular com o geral. Fazendo um paralelo com a evolução do homem biológico, o CCT estaria para o chipanzé assim como a CLT estaria para o Homo Sapiens. O CCT é portanto uma CLT primitiva, grosseira e fraca.

CONCLUSÃO: Opor, portanto, CCT a CLT é não só um erro político, mas também um erro lógico. A consigna do CCT tem que ser banida do vocabulário das lutas trabalhistas.

Contrato Individual X Contrato Coletivo – Um sofisma semântico.

No Boletim Nacional da CUT de mar/abr de 1988, consta no artigo do advogado José Francisco Siqueira Netto, assessor jurídico da CUT, artigo esse intitulado, "O ESTADO DE FORA – Contrato Coletivo, instrumento fundamental na luta pela liberdade e autonomia sindical-", o seguinte: ***"Com o contrato coletivo em toda a sua dimensão, cada trabalhador, ao ser contratado por uma empresa, poderá passar a integrar esse contrato, ao contrário do que acontece hoje, com a individualização das relações de trabalho, por intermédio do contrato individual...."***

Esse artigo além de ser a matéria de capa do Boletim, ele sintetiza todos os discursos e ações das lideranças da CUT contra a CLT, mesmo antes da fundação da CUT, até 1995 de maneira clara e depois de 1995 de maneira ambígua.

Essa afirmação acima é um dos bordões espalhados aos quatro ventos como sendo uma das diferenças fundamentais favoráveis ao CCT.

"O contrato de trabalho na CLT seria individual. Esse contrato seria feito na assinatura da carteira de trabalho, ou num contrato estipulado pela empresa assinado entre as partes".

Causa espanto que um advogado assessor da CUT tenha afirmado tamanho absurdo. Isso não pode ser atribuído a incompetência mas a uma posição ideológica irredutível que leva a desonestidade e irresponsabilidade.

Esse absurdo pode ser desmentido usando a frase do próprio José Francisco Siqueira Netto, invertendo os sujeitos e colocando alguns acréscimos. Ficaria assim: **“Com a CLT, cada trabalhador, ao ser contratado por uma empresa, passará automaticamente a integrar esse portentoso contrato coletivo que é a CLT, ao contrário do que acontece hoje p.ex. nos EUA com seus contratos coletivos de trabalho que são referência para a CUT, em que muitos trabalhadores são auto-excluídos do contrato com medo da demissão. Essa tendência levou à extinção dos sindicatos dos bancários e de muitos sindicatos de comerciários nos EUA...”**. Essa frase corresponde exatamente à realidade enquanto a do José Francisco Siqueira Netto é falsa.

A CLT é num sentido amplo, um super Contrato Coletivo de Trabalho que foi assinado em 1º de maio de 1943, através de um decreto lei do Presidente Getúlio Vargas, como assim o permitia a legislação então vigente. Foi um contrato assinado por toda a sociedade civil brasileira, pelo seu único representante, o Estado. Tanto é verdade que, se o empregador não assinar a carteira de trabalho do empregado está mais ferrado ainda. E se o empregado assinar algum contrato cujas cláusulas sejam lesivas aos direitos do trabalhador expressos na CLT, esse contrato é nulo de direito. Quando o trabalhador começa a trabalhar em qualquer empresa já está protegido pela CLT independente de qual o acerto feito com o empregador. O que vale em caso de conflito são as cláusulas do contrato coletivo maior, a CLT.

Dentro desse contrato coletivo maior que é uma consolidação de leis, que têm portanto poder normativo e inclusive com tribunais especiais para julgar os conflitos dentro de um novo espírito que é de tutela e proteção à parte mais fraca no caso o trabalho, diferente da Justiça comum que julga conflitos entre iguais, dentro desse contrato maior tem a diferença expressa em terminologia jurídica, entre os direitos individuais que o trabalhador possui e que nenhum acordo coletivo entre sindicato e empresa pode tirar e direitos coletivos que podem ser adicionados por acordos coletivos e convenções coletivas entre sindicatos de empregados e empresas ou sindicatos patronais, cuja validade é temporária salvo se a CLT determinar que deve ser incorporado, devido ao tempo, ao rol de direitos individuais. Esses direitos individuais são garantidos pelo contrato coletivo maior que é a CLT acima de contratos coletivos menores, como convenções coletivas e acordos coletivos sem prejuízo das vantagens trazidas por esses contratos ou por algum contrato individual que faça e que lhe dê outras vantagens acima da CLT. A expressão, “direitos individuais”, é uma terminologia jurídica precisa e específica para opor aos acordos e convenções coletivas, contratos menores e feitos sob o guarda-chuva do contrato coletivo maior, que é a CLT, direitos individuais estes que são garantidos pelo super contrato coletivo assinado em 1943 que é a CLT.

A CLT portanto é tão completa que ela é flexível no sentido de permitir aos trabalhadores ampliarem seus direitos através de acordos ou convenções coletivas e irredutível no sentido de não permitir que lhe seja retirado qualquer direito já adquirido. A CLT é portanto um super Contrato Coletivo de Trabalho totalmente do lado do trabalhador.

Além disso, ela é mais democrática que a versão americana do CCT. A transformação dos sindicatos americanos em máfias de gangsteres não é casual. O fato do trabalhador não ter garantias mínimas individuais por leis tipo uma CLT, leva ele a só ter duas opções, ou sucumbe diante do patrão ou da máfia sindical. São célebres a intervenção de John Kennedy nos sindicatos americanos, arriscando inclusive sua reeleição (morreu antes) e agora a de Marta Suplicy em sindicatos de S. Paulo. Ambas feriram a Liberdade Sindical, independente dos crimes que seus dirigentes cometeram. No caso dos EUA houve reação política contra o ato de John Kennedy mas, no Brasil, as Centrais e partidos afinados preferiram a omissão que é mais cômoda. Quando o correto seria as centrais exigirem sua participação nas investigações, seja para condenar ou inocentar os acusados. Mas haveria o perigo dos investigadores serem os novos investigados, pois o problema está enraizado em todos os sindicatos operários. Se isso não ocorre com os funcionários públicos não é porque esses sejam mais educados ou usem paletó, mas porque têm estabilidade. Quando Meneguelli declarou à revista EXAME que era contra a estabilidade, que nunca se imaginou num mesmo emprego muito tempo, ele estava contando vantagem, pois ele já tinha garantido a sua estabilidade de líder sindical, não só pela CLT, mas pela garantia que oferece a sua corrente no poder de Sindicatos, Centrais, atingindo a depender do seu grau, os SPI's, CIOSEL-ORIT, OIT, ONU, Deputado e agora um cargo com o salário de R\$21.000,00 no governo LULA. Essa é liberdade prometida no CCT, liberdade de ter medo de ser demitido e por isso se submeter às arbitrariedades do patrão ou dos sindicatos.

A exacerbação do coletivo sobre o individual, na proposta da CUT leva ao fascismo. Pois na realidade esse interesse coletivo proclamado é uma usurpação por uma minoria de um coletivo maior. Agora mesmo com a eliminação das juntas de conciliação e julgamento da justiça trabalhista e a criação de comissões de conciliação prévias em que predominam os sindicatos, o “direito individual” do trabalhador será prejudicado. Um exemplo muito simples: “O SINERGIA - Sindicato dos Eletricistas da Bahia, por duas vezes, vendeu ilegalmente os direitos de duas categorias em troca de um aumento geral

demagógico, numa vantagem clara para a empresa e assim poder cobrar uma taxa assistencial (entulho da Ditadura). O trabalhador podia entrar na justiça com ganho certo, deixar para entrar quando se aposentar se faltar menos de 5 anos, caso tivesse medo de ser demitido, entrar mesmo depois de 5 anos alegando o medo de ser demitido, etc. Se ele entrasse naquela época teria a junta de conciliação favorável, pois o desrespeito à lei era flagrante e então o empregador ficaria prejudicado como intransigente e desrespeitador da lei. Hoje ele teria contra si a comissão, pois foram os sindicatos patronal e operário que fizeram o acordo. Com o tempo o trabalhador será compelido a ser bonzinho com o sindicato ou com o patrão. É o fascismo ou o que é a mesma coisa, máfia. Segundo Churchill, o fascismo é a ciência e a tecnologia a serviço de gangsteres americanos. E estamos imitando a máfia sindical americana.

CONCLUSÃO: A CLT não só garante os direitos de todos os trabalhadores brasileiros num “super contrato” que abrange o maior coletivo possível, como lhe dá cobertura como indivíduo para que possa se defender individualmente tanto do patrão como das máfias sindicais.

A pecha, de que na CLT a contratação é individual, deve ser remetida ao lixo da história e de seus criadores deve se exigir uma retratação.

O ESTADO DE FORA – Uma bandeira suicida.

O Boletim Nacional da CUT de mar/abr de 1988 é a melhor descrição e síntese da estratégia sindical da CUT e do PT para destruir a CLT que, segundo um dos autores dos artigos, vem desde 1977, no mínimo. São portanto 27 anos de conspiração covarde contra a CLT que na sua defesa só se levantaram poucas vozes e se a CLT ainda não tombou, é porque a prática provou que ela é boa e forte.

Nesse boletim tem dois artigos lapidares, um de José Francisco Siqueira Netto, assessor jurídico da CUT, “**O ESTADO DE FORA – Contrato Coletivo, Instrumento Fundamental Na Luta Pela Liberdade E Autonomia Sindical**”, publicado como matéria de capa. O outro do senador e jurista italiano Gino Giuni, “**As Liberdades Constituem Uma Unidade Indivisível**”.

E para abrilhantar o segundo artigo a redação ocupou quase duas páginas com o retrato de Getúlio ao lado do de Hitler, Franco, Salazar e Mussoline e com a legenda: “*Getúlio copiou a Carta Del Lavoro de Mussoline e deu o nome de Consolidação das Leis do Trabalho*”, que nós sabemos hoje que é uma mentira deslavada e desmoralizada (vide TR – A verdade sobre a Carta Del Lavoro (deste congresso)).

Começemos com o primeiro artigo:

“A CUT entende por negociação livre aquela em que o resultado depende exclusivamente da correlação de força das partes. Se os trabalhadores têm força para impor um conjunto de reivindicações aos empresários, ótimo. Se não tiverem força, não se admite a intervenção estatal para suprir tal ausência. Se não desejamos a interferência estatal para constituir e organizar sindicatos e regular o direito de greve, requisitar a força do Estado para suprir a desorganização momentânea dos trabalhadores é, no mínimo, incoerente. Em função disso a CUT considera ilegítima a intervenção da Justiça do Trabalho nos conflitos coletivos.” (O que nunca impediu que a CUT humildemente aceitasse as benesses lhes dada pela Justiça do Trabalho quando perdia a queda de braço com os patrões: observação nossa).

Assim poderá indagar-se a respeito da importância da Justiça do Trabalho nos conflitos coletivos para os sindicatos mais fracos e desorganizados. Tal indagação será respondida adiante quando se fará a análise da negociação articulada.” (Como se existisse sindicato forte diante do capital. Esse tal de CCT articulado foi o maior embuste já inventado em política sindical; até hoje depois de 27 anos não saiu a articulação, nem o coletivo, muito menos a contratação (vide TR - CCT X CLT, Um advérbio X um substantivo – Um conto do Vigário): observação nossa).

Vejam a crueldade com que o artigo trata a vida do trabalhador brasileiro: *Se os trabalhadores têm força.... Se não tiverem força,...?! (Que se lasquem: observação nossa).*

Se esse artigo não tivesse o sujeito CUT, quem lesse diria que foi escrito pelo presidente da FIESP. Seria bem mais coerente começando assim: “**A FIESP entende por negociação livre aquela...**

Só que esses tais trabalhadores que não têm força, são a maioria dos trabalhadores brasileiros, aliás eram, pois agora muitos deles se transformaram em biscateiros, pedintes, assaltantes etc. E segundo os ideólogos da CUT e do PT, eles não podem ter direito a férias, repouso remunerado, 13º e outros direitos consignados na CLT pois isso é uma indignidade, uma esmola, eles não conquistaram esse direito pela própria força.

E por acaso os bravateiros (apud Lula) do ABC o conquistaram? Ou já encontraram toda uma estrutura pronta, com DIEESE, estrutura jurídica, estabilidade e liberação que permite participar da direção do sindicato, congressos, viagens (muitas vezes de turismo), tudo garantido pela Justiça do Trabalho da CLT outorgada por Getúlio Vargas?

Aí esses Kamikazes podem responder: *“Mas nós estamos sendo coerentes, nós vamos destruir primeiro a CLT para depois conquistar tudo de novo com a nossa própria força e até mais”* (desvio à Bernstein). Ou seja, eles iriam cuspir no prato que comeram e depois vão ter que comer tudo de novo, cuspidos, frio e azedo.

E não deu outra. Aconteceu em 1995. A ilustração trágica dessa política é a parábola do Galinheiro que já foi citada na TR – Marxismo de Galinheiro. Vide essa TR para melhor compreensão, tanto dessa atitude suicida e irresponsável como dos desvios ideológicos implícitos ou explícitos, liberais, anarquistas e Bernsteinianos.

Passemos ao segundo artigo. O prefácio apresentando o autor é feito por Meneguelli que usando o mesmo método dos ideólogos do PT, mistificação e mentira, tenta justificar o pluralismo sindical. Antes verifiquemos as origens desse jurista Italiano pois segundo adágio popular, **“Dize-me com quem andas e tirei quem és”**. O artigo é a transcrição da palestra do mesmo autor em Seminário Internacional sobre Liberdade e autonomia Sindical, promovido pela CUT, Faculdade de Direito da USP, OAB, CFTD (França), CISL (Itália), OIT, em outubro de 1987.

A CUT se uniu a banda podre do sindicalismo europeu para combater a CLT. À fina flor do revanchismo anticomunista da guerra fria. As centrais sindicais tradicionalmente de direita da França e da Itália. A filiação da CUT à CIOSL-ORIT não é portanto casual.

A CUT não foi procurar a CGIL (Itália) e nem a CGT (França), as maiores centrais em quantidade e qualidade, tradicionalmente respeitadas não só pela sua luta contra o fascismo mas pelo compromisso com a causa socialista e contra o neocolonialismo. Foi o procurar as Centrais Cristãs que passaram a ser o refúgio dos fascistas reciclados. Na Itália onde a Máfia está presente em tudo (menos no partido comunista por preconceito), não me surpreenderia se esse senador fosse hoje homem de Berlusconi.

Ora, dirão, mas a CUT e o PT estão acima dessas ligações, suas relações se restringem a relações entre direções de centrais, um mundo sindical a parte. Será? Diz outro adágio popular, *“Quem com porcos se mistura, farelos come”*. A ISTOÉ nº1297 de 10 de agosto de 1994, em reportagem de capa, com o título, *“O PT usa o doleiro de Collor (Najun Turner)”*, denuncia que foi Berlusconi quem financiou a campanha de Lula em 1994 e a de Eduardo Suplicy em 1992; e o dinheiro era dinheiro lavado e a Operação Mãos Limpas estava na pista desse dinheiro.

Talvez seja por isso que o PT não aceita qualquer CPI, nem genérica só sobre Bingos, devido ao caso Waldomiro, pois ele tem ligações com a máfia italiana e aí puxado o fio da meada pode ser imprevisível o final.

Qualificado assim o senador e jurista italiano Gino Giuni, vamos ao seu artigo, **“As Liberdades Constituem Uma Unidade Indivisível”**.

Além do título bombástico, o artigo se resume em loas também apaixonadas em defesa da liberdade e autonomia sindical e contra qualquer intervenção do estado para garantir um mínimo de subsistência aos sindicatos contra o poder do capital.

Se com esse artigo ele quer dizer que o capital exige total liberdade, no sentido burguês, para explorar o trabalho e que não é admissível que o trabalhador tenha um tratamento diferenciado e desigual em relação ao capital, essa idéia é perfeitamente coerente com o pensamento dos representantes do capital. Mas uma central de trabalhadores defender isso é uma aberração.

Mas se ampliamos o conceito de liberdade com a liberdade econômica e social, que não consta no ideário de liberdade burguesa, o título do artigo volta-se contra o autor. Pois se as liberdades constituem uma unidade indivisível, sem a liberdade econômica ela não existe. E segundo Marx só o braço forte da lei pode garantir um mínimo dela. Mesmo quando a classe operária chega ao poder precisa de uma ação forte do Estado para concretizar essa liberdade.

Transparece também no seu artigo, que em nenhum país pratica-se essa sua utopia, pelo contrário, apesar da imposição do pluralismo sindical nesses países, os trabalhadores procuram formas de intervenção do estado para enfrentar não só esse mal como para lhe dar outras garantias contra a força do capital, formas essas menos eficazes e mais complicadas do que a unicidade de nossa CLT.

É fácil comprovar na prática essa falácia de liberdade de associação. Quem já tentou registrar livremente uma sociedade civil num cartório já aprendeu isso. O escrivão do cartório lhe devolve várias vezes o estatuto para corrigir alegando que ele está fora de lei. Que lei? A constituição burguesa, o código civil burguês, a lei dos iguais, a lei que protege a propriedade privada. Já a CLT é uma espécie de constituição social-democrata, dos desiguais, que tutela e protege a parte mais fraca da relação capital trabalho. Não querer a proteção da CLT, significa se achar totalmente livre e protegido pela constituição burguesa. Vide novamente a **TR – Marxismo de Galinheiro**, onde está colocado a origem dessas ideologias que são contra o Estado.

Seguem citações de outros documentos para comprovar que o pensamento representado no Boletim da CUT acima citado não é uma exceção mas o pensamento permanente da CUT e do PT.

1) Vito Giannotti e Sebastião Neto, autores do seu livreto CUT - Por Dentro e Por fora, no capítulo dedicado ao encontro de Monlevade, 1980, com Lula, Jacó Bittar, João Paulo Vasconcelos e outros: "A proposta global desse encontro se resume em duas afirmações saídas na síntese do documento final dos trabalhos. Uma delas é: *"Incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular...."* " A outra **é uma negação** de todo o sindicalismo herdado das décadas anteriores e a necessidade de criar um novo modelo sindical: **" Fim da CLT e elaboração de um Código de Trabalho que preveja: liberdade e autonomia sindicais, de acordo com a convenção 87 da OIT".**"

2) Resoluções de Encontros e Congressos - 1979-1998 - PARTIDO DOS TRABALHADORES, pg. 120, 2º Encontro-1982: " *Têm que ser revogadas, imediatamente, a Lei de Greve,...., a Lei de Segurança Nacional, a CLT,....*". Que absurdo, comparar a CLT com a LSN.

3) Resoluções de Encontros e Congressos - 1979-1998 - PARTIDO DOS TRABALHADORES, pg. 155, 3º Encontro-1984: " *O governo do Partido dos Trabalhadores deverá..... O governo também lutará pela revogação expressa das leis cerceadoras dos direitos civis e políticos dos cidadãos, como a Lei de greve, a LSN, de Imprensa, a CLT,....*". Idem.

4) John D. French - Afogados em leis - Ed. Perseu Abramo - 2001 - pg 71 - Conclusão: **" A CLT é o AI-5 da classe trabalhadora" - "Luís Inácio Lula da Silva, numa citação em que compara a CLT ao Ato Institucional número 5 promulgado pelo regime militar...."**

5) Entrevista de Lula na ISTOÉ - 20/4/1983 - pg. 45:

" Também é necessário que os sindicatos se libertem do do Estado, do qual são totalmente dependentes. A estrutura sindical foi criada por Vargas com tal "perfeição" que hoje, passados quarenta anos, um artigo sequer da CLT foi modificado. Essa "perfeição" só atende os interesses dos patrões, dos Estados e dos pelegos...."

6) Folha de S. Paulo - 9/8/93 - ACORDO FIESP/CUT COMEÇA A SEPULTAR CLT - CLOVIS ROSSI.

" A Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que pareciam até há pouco inimigas inconciliáveis, assinaram documento conjunto sobre "Modernização das Relações Capital/Trabalho" que representa na prática, o começo do fim da Consolidação da Leis do Trabalho. O documento, discutido no âmbito do Fórum Capital-Trabalho da Universidade de São Paulo, criado em dezembro de 1991, leva ainda a assinatura de duas outras entidades empresariais (Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE e Federação do Comércio do Estao de S.Paulo) e da Confederação Geral de Trabalhadores (CGT). O essencial do documento é afastar "a excessiva intromissão do Estado nas relações trabalhistas, sem o que não será possível estabelecer relações mais autônomas". A intromissão do Estado é uma herança do varguismo, que por sua vez, ...copiou ...da Carta del Lavoro..."

7) A TARDE - 19/3/95 - Lula e Mercadante virão participar do Seminário -

"As mudanças previstas nas relações Trabalhistas que serão implementadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso vão ser debatidas em Salvador pelo economista e ex-candidato a vice-presidente pelo PT Aloisio Mercadante, Almir Pazzianoto, ministro do TST, LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, presidente do PT, José Pastore,...., Vicente de Paulo Silva (Vicentino),...., Yeda Crusius, O seminário será aberto(por) José Pastore.... e uma palestra de encerramento, por Luís Inácio Lula da Silva."

Entretanto o PSTU e a CUT divulgaram cartazes condenando como traidores os deputados que pretendiam votar a favor desse projeto feito com a contribuição da CUT e do PT. Os autores também não seriam traidores?

TR – 46

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1 A CLT já um grande Contrato Coletivo, muito maior, mais abrangente, mais completo de qualquer outro que se conheça ou se possa imaginar. Além de ter se consolidado durante esses 60 anos de sua existência dando-lhe mais solidez, maior autoridade, com uma infinidade de jurisprudências, acórdãos, leis complementares, etc. Implodir todo esse edifício em nome de uma quimera, de uma receita que nem projeto tem (até 1988 não tinha), não é mais uma temeridade, é uma insanidade.

2 Tem-se que urgentemente enviar essa alucinação chamada CCT, para o lixo da História.

3 Opor CCT a CLT é não só um erro político, mas também um erro lógico. A consigna do CCT tem que ser banida do vocabulário das lutas trabalhistas.

4 A alegação de que na CLT o contrato se faz individualmente é um sofisma semântico para justificar o injustificável CCT, que já foi testado na prática e desmoralizado.

5. **Deve-se portanto denunciar essas e outras manobras para impor desonestamente o CCT e apagar de uma vez por toda do vocabulário de lutas da classe trabalhadora, essa ignomínia chamada CCT, pois ela já causou grandes prejuízos à luta política dos trabalhadores e poderá causar mais ainda com essa reforma trabalhista do governo.**

6. A consigna, ESTADO FORA, é uma consigna suicida, sem qualquer relação com a realidade, cuja única justificativa é uma utopia liberal burguesa já recolhida ao lixo da história e que o pensamento pequeno-burguês teima em ressuscitar. É uma consigna criada pelos fundadores da CUT e do PT desde 1977 pelo menos e que seu governo pretende agora concretizar, destruindo o sindicalismo brasileiro. Essa consigna já fez muito mal aos trabalhadores e deve ser jogada no lixo antes que cause mais mal ainda.

TEXTO 47

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

SINDICAL

A VERDADE SOBRE A CARTA DEL LAVORO

TEXTO DE APOIO

UNICIDADE SINDICAL: RESPOSTA A UMA QUESTÃO. (Artigo de João Guilherme de Vargas Netto, publicado na Revista Debate Sindical, nº 39).

Durante os anos de luta pela redemocratização do Brasil tornou-se moeda corrente a idéia de que a unicidade sindical era a principal herança do fascismo na organização dos trabalhadores. Liberais e libertários, acadêmicos e ativistas, trotskistas e católicos convergiam sem se darem conta de que o artigo III da Carta Del Lavoro declara que “a organização sindical é livre, mas só o sindicato legalmente reconhecido e submetido ao controle do Estado tem o direito de representar legalmente a categoria”.

Não é a forma (unicidade), nem a função (representar toda a categoria), mas o conteúdo (submissão ao Estado) que aponta o caráter fascista da instituição.

E, durante todos estes anos em que não leram a Carta Del Lavoro, jamais fizeram uma pergunta chave: derrotado e eliminado o fascismo, conquistada a democracia, que organização sindical interessava aos trabalhadores italianos, que estrutura sindical almejavam?

PACTO DE ROMA - Voltemos aos tempos da Segunda Guerra Mundial. Depois da greve geral de 1944 contra os ocupantes nazistas, os dirigentes sindicais da resistência reuniram-se clandestinamente em Roma e assinaram uma “declaração sobre a realização da unidade sindical”, conhecida como “Pacto de Roma” (03 de junho de 1944), dois dias antes da entrada dos exércitos aliados na cidade.

Eis o primeiro ponto desta declaração (e que responde àquela pergunta que os brasileiros jamais fizeram):

“Os representantes das principais correntes sindicais dos trabalhadores italianos – comunistas, democrata-cristãos e socialistas – depois de uma ampla troca de pontos de vista sobre o problema sindical na Itália libertada do invasor alemão e de seus cúmplices fascistas, convencidos que a unidade de todos os trabalhadores, sem distinção de opiniões políticas e de fé religiosa, é o instrumento mais eficaz para a imensa tarefa de reconstrução do país (tarefa que se apoiará necessariamente nas forças do trabalho), declaram com ênfase e com unanimidade o seguinte acordo: ”

*“Realizar a unidade sindical através da constituição, por uma iniciativa comum, de um **único organismo confederativo** em todo o território nacional, denominado Confederação Geral Italiana do Trabalho; de **uma única federação nacional para cada setor de atividade produtiva**; de uma única Câmara Confederativa do Trabalho em cada província; de um **único sindicato local e provincial para cada setor e categoria de atividade produtiva**”.*

PLURALIDADE IMPOSTA - A pluralidade sindical somente se instaurou depois da cisão na CGIL, em 1948. Cedo a palavra a um professor italiano: “*A ruptura da unidade organizativa foi proposta como elemento determinante do enfraquecimento do sindicato na relação conflito entre capital e trabalho. Foi provocada por um projeto político amadurecido fora do sindicato, nos partidos da nova maioria (sem os comunistas, observação minha), sob a pressão conjunta proveniente do Vaticano e dos Estados Unidos*” (Piero Craveri, *Sindicato e istituzioni nel dopoguerra*, Editora Il Mulino, Bolonha, 1977, pg. 237).

Os trabalhadores italianos que derrotaram o fascismo queriam a unicidade; a pluralidade sindical lhes foi imposta. (João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades em São Paulo.)

Primeira observação - Vê-se claro que até parece que os trabalhadores italianos quando se libertaram do fascismo e reunidos pela resistência antifascista no Pacto de Roma foram buscar inspiração no Título V da CLT de Getúlio Vargas para estabelecer os princípios de sua unidade. Vide o parágrafo do texto citado acima que começa assim, “*Realizar a unidade sindical através da constituição,...*”, que comprova essa asserção”.

Já o pluralismo sindical, como diz João Guilherme Vargas Netto, foi imposto de fora para dentro pelos EUA e o Vaticano em 1948. 1948 foi o ano mais quente da guerra fria. 1948 foi o ano que foi editada a Convenção 87 da OIT estando a ONU sob total controle dos EUA. Em 1948 a CIA com apoio do Vaticano e a chantagem do plano Marshall articula a criação em Genebra de cima para baixo da CIOSL para esvaziar a FSM socialista (A CUT e a FS são filiadas à CIOSL-ORIT; não é mera coincidência). Em 1947 inicia-se o Macartismo nos EUA. Conclusão, o racha na CGIL para impor o pluralismo, a CIOSL, o Macartismo e a Convenção 87 são clones da mesma ovelha, a guerra fria.

Segunda observação – Não confundir Unicidade Sindical, com Unidade Ideológica ou Política, com Exclusividade ou Exclusão Ideológica. Alguém pode pensar que o fato do governo italiano só reconhecer os sindicatos fascistas como representantes, que isso não era pluralismo. É um erro; o reconhecimento apenas dos sindicatos fascistas é uma exclusão ideológica e que sem o pluralismo sindical ela seria impossível de ser realizada. Você não poderia colocar todas as tendências ideológicas num único sindicato e por decreto garantir que o sindicato teria uma só tendência. É necessário dividir pelo pluralismo a categoria em vários sindicatos por tendência para controlar apenas um. Foi por isso que Palmiro Togliatti, filósofo e líder comunista italiano implementou a tática de todos entrarem nos sindicatos fascistas para implodí-lo por dentro.

Vamos citar dois exemplos que ajudarão a entender como o pluralismo é condição sine qua non para a exclusão fascista.

Primeiro exemplo - No congresso brasileiro existe um projeto de pluralismo sindical, apresentado pela classe patronal, todo engatilhado para ser aprovado, segundo informou, o Diretor Técnico do DIAP, Ulisses Riedel, no IV Congresso da CGTB de mar/2002 (Lula nesse Congresso recebeu a medalha e o diploma Getúlio Vargas; que Demagogo). Esse projeto é a versão do artigo III da Carta Del Lavoro, para um regime representativo burguês como o do Brasil. Nele, a organização sindical é livre, mas o representante patronal escolhe o sindicato operário com o qual aceita negociar. Liberdade por liberdade, tem lógica. Se os sindicatos têm a liberdade de se associar, os patrões também têm sua liberdade de só negociar com quem eles querem.

Não há incompatibilidade, portanto entre pluralismo e exclusão ideológica, pelo contrário, eles se complementam.

Segundo exemplo – A CUT também foi fundada sob esse duplo viés: pluralismo e exclusão ideológica. Quanto ao pluralismo não é preciso falar. Quanto à exclusão, os documentos de fundação da CUT desde antes de 1980 divulgados por seus próprios fundadores e apologistas, comprovam que eles planejaram o racha da CONCLAT pois não admitiam formar uma CENTRAL em que ficassem ao lado dos comunistas e sindicalistas tradicionais. Os petistas assumiram esse risco, apesar de estarem em minoria, porque contavam com o dinheiro da CIOSL-ORIT e da DC e como consequência com a estrutura da Igreja a seu favor. Em vez de uma Central passamos a ter duas e depois três, quatro etc. A filiação de qualquer sindicato à CUT passava pelo atestado ideológico. O sindicato que não tinha esse atestado e aventurou enviar delegação para o Congresso de fundação da CUT teve o dissabor de encontrar lá outra delegação paralela intitulada Oposição Sindical lhe representando.

Como a CUT não tinha até agora o poder do estado em suas mãos, o máximo de exclusão que ela poderia fazer era esse. E o surgimento da FS com dinheiro também da CIOSL criou um concorrente. E a existência da UNICIDADE SINDICAL e do Imposto Sindical manteve o sistema Confederativo Celetista que dificultou a total fascistização do sindicalismo brasileiro pela CUT.

Mas agora com o PT no poder essa fascistização está em marcha. Essa reforma trabalhista destruirá os sindicatos da maioria dos trabalhadores brasileiros. A eles será tirada a autonomia financeira. Só as

Centrais que tiverem benesses do governo sobreviverão. As rendas principais dos sindicatos e centrais advirão de convênios e parcerias com o governo, estatais etc.

E só terão acesso a essas benesses as Centrais que rezarem pela cartilha do governo.

Pluralismo sindical e exclusão ideológica, portanto, longe de serem incompatíveis são complementares.

Dados esses exemplos poderemos agora definir com mais clareza o que é Unicidade Sindical.

Não se pode confundir Partido Político com Sindicato. Sindicato Único tem um sentido totalmente diferente do de Partido Único.

Um partido pressupõe uma classe para si e um sindicato pressupõe uma classe apenas em si.

A Unicidade obriga a todos os membros de uma determinada categoria que têm pontos comuns na sua atividade econômica a só serem representadas por um único sindicato. É a unidade em torno de interesses materiais, concretos, objetivos, que identificam insofismavelmente seus membros, sem margem a devaneios arditos. Independe de ideologias, religiões, visões políticas características étnicas, culturais que podem ser usadas para dividi-los por forças externas.

A Unicidade portanto visa proteger os trabalhadores de uma mesma categoria contra as manobras do capital para dividi-los. A Unicidade Sindical garante os benefícios dos acordos de um sindicato único e forte para todos os membros dessa categoria igualmente.

As correntes políticas dentro dele têm todo o direito de disputar a hegemonia para conquistar aquela parcela de trabalhadores para a sua linha política partidária. Mas não pode rachar e esfacelar a categoria em minúsculos sindicatos.

A Unicidade é incompatível com a fascistização pois essa implica em exclusão ideológica e por princípio a Unicidade não admite. Para fazer essa exclusão só com a prisão e eliminação física dos membros de uma determinada corrente ideológica e mesmo assim não adianta, pois outros surgirão em defesa da mesma causa.

Alguns poderão argumentar que na CLT antes da nova constituição o reconhecimento de um novo sindicato passava pelo arbítrio de funcionários do Ministério do Trabalho. Isso era verdade.

Mas evidentemente isso não tem nada a ver com a Unicidade Sindical. O pior que podia acontecer nesse caso era a categoria ficar sem representação oficial durante certo tempo.

Mesmo que o Ministério só registrasse o sindicato com a diretoria que lhe interessasse, três anos depois a categoria poderia com novas eleições retirar o interventor.

Foi o que aconteceu com a CONTAG. Em 1968, em plena Ditadura de Médici, a CONTAG em seu CONGRESSO, derrubou a Direção Interventora e elegeu outra em seu lugar.

Já se fosse Pluralismo Sindical seria mais difícil pois teria que se mudar um sindicato inteiro e não apenas a sua direção. E o governo estaria atento para criar outro sindicato no seu lugar.

TR – 47

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. A pecha de que a Unicidade Sindical da CLT foi copiada da Carta Del Lavoro não tem procedência.
2. A Unicidade Sindical da CLT é semelhante à proposta da resistência operária antifascista italiana referendada no Pacto de Roma em 1944 e que deu nascimento a CGIL.
3. O fundamento da Carta Del Lavoro é o Pluralismo com Exclusão Ideológica ou Exclusividade Ideológica. Nesse aspecto tem semelhanças com os princípios e práticas da CUT.
4. Como essa acusação contra a CLT foi o carro-chefe de todas as outras críticas à CLT, tem-se que revisar todas essas críticas feitas à CLT.

Sindical**PELA REVOGAÇÃO DA EC. Nº 24/1999 QUE EXTINGUIU AS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E O JUIZ CLASSISTA.****TEXTO DE APOIO**

O Juiz Classista foi extinto através de uma campanha de difamação semelhante a que foi feita em 89/90 (era Collor) contra o funcionário público e que novamente se repete na reforma da Previdência. A figura do Juiz Classista foi demonizada com todo tipo de calúnia e difamação, desde salários altíssimos, o que era mentira, a aposentadoria precoce com seis anos de trabalho, outra mentira. Para se lançar a opinião pública contra alguém no Brasil basta dizer que ele ganha bem. É o que Joviniano Neto chama de paradigma do escravo. Talvez fosse melhor paradigma do miserável. O Juiz Classista teve o azar de ter ainda contra si os bacharéis e juristas, classe elitista e arrogante que tinha preconceito pelo fato dos Juizes Classistas não serem bacharéis de direito. E para piorar foi a CUT que iniciou a campanha para boicotar a instituição do juiz classista, dentro da estratégia geral de acabar com a CLT.

O Juiz Classista é uma instituição moderna, ao contrário do que afirmam seus difamadores. Tanto que muitas das inovações modernizantes que estão fazendo hoje na justiça brasileira como Juizados Especiais, Câmaras de Mediação e Arbitragem, têm elementos semelhantes aos das Juntas de Conciliação e Julgamento e do Juiz Classista. A alegação de que ele estaria superado pelo fato de existir a mais de 50 anos é ridícula. O Juiz Togado deve ter mais de mil anos, usa uma toga medieval, fala um dialeto ininteligível para os pobres mortais, quando não discursa em latim. Uma seção plena do tribunal é um espetáculo à parte. Uma formatura de Direito numa Universidade Federal, coisa de Deuses. E a esquerda brasileira, entre Juiz Classista e Juiz Togado, ela escolhe o Juiz Togado como o mais moderno. Prefere a Vara Autoritária à Junta Conciliatória. Talvez Freud explique. A Junta De Conciliação com os dois Juizes Classistas é responsável por uma grande economia de tempo para as partes envolvidas e uma grande economia de dinheiro para o estado, pois o número de conciliações que podem ser feitas num dia, levando apenas alguns minutos cada uma, evita longos e custosos processos que podem levar anos.

Nas Câmaras de Mediação e Arbitragem há situações que se assemelham à do Juiz Classista. Se numa lista de árbitros não há consenso entre as partes, cada parte indica seu árbitro e a câmara indica um terceiro para desempate. O Juiz Classista é uma criação perfeita para essa função de árbitro da parte, pois ele satisfaz sem conflito, duas condições indispensáveis ao bom exercício dela: seu compromisso e sensibilidade de classe devido à sua origem, experiência, militância sindical (se for bem escolhido), e ao mesmo tempo, a sua independência de qualquer máfia sindical pelo fato de ter sido nomeado para um órgão público sobre o qual o sindicato não tem poder; no momento que ele é nomeado rompe o cordão umbilical com seu sindicato de origem, não com sua classe, pois ele vai julgar inclusive causas que nada têm a ver com seu sindicato.

As medidas criadas para substituir o papel das Juntas e do Juiz Classista, ou são capengas, ou representam um retrocesso às conquistas dos trabalhadores brasileiros como é o caso da das Comissões de Conciliação Prévia. Como pode um trabalhador reclamar de um direito que lhe foi tirado por acordo espúrio (como a CUT fez em 1995) entre seu sindicato e o empregador, a uma comissão armada pelo próprio sindicato, mesmo com escrutínio secreto. Assim o trabalhador fica refém das máfias sindicais e lhe é cerceado o direito de reclamar individualmente. Além disso, essa comissão vai corroborar os atentados feitos contra a CLT pelo sindicato, de cumplicidade com o patronato, tornando a CLT com o tempo, letra morta. A Comissão de Conciliação Prévia é um precedente grave.

Já, a adoção dos ritos sumários ou sumaríssimos, copiados da justiça autoritária burguesa, em substituição à conciliação feita pelo Juiz Classista, revela uma total insensibilidade quanto ao espírito da CLT que é privilegiar sempre o trabalhador mais fraco, menos organizado. Considerar a importância da causa pelo critério apenas do valor em dinheiro é uma aberração. Uma causa no valor de 40 salários mínimos pode ser pequena para a renda de um juiz, mas é uma fortuna para o trabalhador de salário mínimo. Além do mais o trabalhador tem no Juiz Classista, não um árbitro frio, mas um conselheiro experiente. Delegar as causas dos trabalhadores mais pobres para o autoritaríssimo rito sumário, fonte dos maiores erros jurídicos tanto aqui como exterior, é uma insensibilidade flagrante.

Não podendo atacar de frente a instituição do Juiz Classista, por falta de argumento, parte-se de uma constatação assumida, mas não comprovada, de que Juiz Classista era um desqualificado e por uma dedução arbitrária, o mal está na função do Juiz Classista. Idêntica tática usaram contra o funcionário público. Partiram de uma generalização não comprovada: “O cidadão é mal atendido pelo funcionário público em toda e qualquer Repartição”. Deduz-se depois que ele é assim porque é um privilegiado e propõe-se tirar os seus “privilégios”.

Ao defenderem a extinção do juiz classista, por esse raciocínio, os juristas e bacharéis foram iconoclastas. Desrespeitaram um lema dos próprios juristas: ABUSUS NON TOLLIT USUS (o abuso não impede o uso). Daqui a pouco vão justificar cortar as verbas dos hospitais, generalizando os casos de médicos ruins. A mesma coisa com engenheiros, juizes etc. E os crimes envolvendo Juizes Togados? Nicolau, por acaso era juiz classista? E os desembargadores da justiça baiana? E os juizes que fraudaram a Previdência? Vamos acabar com os juizes togados?

E a instituição do Juiz Classista é então algo imaculado, perfeito? Claro que não. E um dos principais vícios dela residia no processo da nomeação do Juiz Classista. Vício que seria facilmente consertável se as centrais se empenhassem nisso principalmente na década de 80 quando a mobilização popular era grande. A sua nomeação era um ato arbitrário do Presidente do Tribunal que ouvia ordinariamente indicações de pessoas influentes. Isso levava naturalmente a uma degradação da qualidade dos classistas escolhidos. Um certo Presidente de Tribunal (do Rio – provavelmente Desembargador) nomeou um assassino para juiz classista e depois teve o cinismo de declarar que foi enganado. Outro na Bahia nomeou a mesma pessoa como classista patronal no 1º mandato e como classista operário no 2º mandato. Esse Presidente do Tribunal não pode alegar desconhecimento.

A solução para tornar o classista independente das pressões políticas era simples: mudar o processo de nomeação. Por exemplo: Poder-se-ia fazer a escolha através de várias etapas:

1ª - Uma seleção através de currículo em que tivesse grande peso, por exemplo, o tempo de serviço no jurídico do seu sindicato, o número de homologações realizadas, etc...

2ª - Os selecionados seriam depois submetidos ao sufrágio direto por sindicato e depois a outro sufrágio regional ou a um colégio eleitoral.

3ª - etapa: Ou o mais votado seria nomeado pelo TRT ou uma lista de três a seis nomes seria enviada ao TRT.

A sua atuação no TRT devidamente fiscalizada pelo menos pelo seu sindicato de origem seria um critério forte para sua recondução.

Poder-se-iam reservar vagas para sindicatos mais fracos e fazer muitas outras medidas para fiscalizar e melhorar a qualidade do Juiz Classista.

Mas a CUT preferiu o caminho oposto, o de servir aos interesses do capital para desmontar a CLT de Getúlio Vargas. Assim a CUT determinou que seus sindicatos filiados não mais indicariam Juizes Classistas. Isso abriu as portas para os presidentes do TRT ficassem mais à vontade para indicar quem eles quisessem, a proliferação de Classistas indicados por sindicatos fantasmas e com isso alimentar a campanha difamatória contra o Juiz Classista.

E tanto essa campanha da CUT não era isolada da campanha geral contra a CLT, que foi o dirigente CUTISTA Jaques Wagner, que fez o projeto para acabar com o TST, dizendo inclusive que seria o começo, depois viriam os TRT.

TR –48

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. Pela revogação da EC no. 24/1999 que extinguiu as Juntas de Conciliação e Julgamento e o Juiz Classista.
2. Pelo aprimoramento da instituição do Juiz Classista começando pelo processo de sua nomeação e depois renovação, tornando-o invulnerável às pressões políticas. Outros aperfeiçoamentos são bem vindos desde no sentido de aperfeiçoar ainda mais essa instituição. Mas a crítica feita até agora faz parte de uma santa cruzada contra a CLT movida de ódios ideológicos oriundos da UDN e da contra-revolução de 64, que tem contaminado espíritos desavisados.
3. Pela revogação das outras medidas feitas no espírito da substituição da função das Juntas de Conciliação e Julgamento e do Juiz Classista, como a criação das Comissões de Conciliação Prévia e o Rito Sumaríssimo que ficam conseqüentemente desnecessários.

SINDICAL

MARXISMO DE GALINHEIRO

TEXTO DE APOIO

Para ilustrar essa TR repetimos ampliando uma parábola do Presidente do DIAP, Ulisses Riedel, citada no IV Congresso da CGTB:

“As galinhas (trabalhadores) brasileiras viviam devidamente protegidas contra as raposas (o Capital) por um seguro galinheiro (a CLT). Mas, aí chegaram no galinheiro, galinhas que tinham estagiado nos EUA e Europa (Lula fez seu curso de sindicalismo em 1972/73 na John Hopkins University) e começaram a pregar “novas” idéias. “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Algumas diziam em francês: “Liberté, égalité et fraternité”. “Esse galinheiro (CLT) nos tira a liberdade de ir e vir”. “A força das galinhas está na sua união e não nesse galinheiro”. Queremos apenas liberdade de associação e de ação”. “Unidas seremos iguais às raposas, e poderemos nos sentar lado a lado para fazer uma “auto-composição”. “Fundaram a CUG - Central Única das Galinhas e o PG – Partido das Galinhas. Aí exigiram das autoridades para abrir as portas do galinheiro (Obs.: foi a pressão da CUT e da FS que forçaram o TST, DRT, TRT, legislativo, executivo etc... a fazerem vistas grossas nas transgressões a CLT, feitas por essas mesmas centrais). Saíram então ao encontro com a raposa bradando: “Galinhas Unidas, Jamais Serão Vencidas”. “Galinhas Unidas, Jamais Serão Vencidas”. E o resultado foi o que se viu em 1995. As galinhas que sobreviveram voltaram correndo para o abrigo do galinheiro, já a essa altura com algumas fechaduras arrombadas (vide, cooperativas de trabalho etc.). As líderes, essas nunca entram em fria, botaram a culpa em FHC, na raposa e até no galinheiro (CLT, TRT etc.), mas continuaram cinicamente pregando: O ESTADO FORA, viva a LIVRE NEGOCIAÇÃO.”

Essa tragédia aconteceu de fato em 1995 com os contratos coletivos assinados pela CUT e FS. A própria imprensa os desclassificou com a manchete: “OS CONTRATOS DO SALVE-SE QUEM PUDER”. Foram retirados ilegalmente direitos adquiridos dos trabalhadores. Eles teriam agora de ir buscar esses direitos na Justiça, sem apoio de seus sindicatos que os traíram diante da força do capital e com o medo do desemprego.

Até aí, tudo não passaria de uma estratégia do capital que corrompeu a elite aburguesada do sindicalismo brasileiro com viagens aos EUA para cursos, se essas posições não fossem dogmas da esquerda brasileira, salvo poucas e honrosas exceções, auto-rotulada com os mais diversos “istas”, Marxista-leninista, Trotskista, stalinista, maoista, pós marxista, etc. Para não haver dúvida que se trata de uma posição de princípio repetimos uma citação do livro A ERA VARGAS:

*“Final, há um último depoimento que deve ser registrado – o de Mário Pedrosa, um dos mais importantes intelectuais de esquerda brasileira, integrante e líder de sua facção mais radical, o trotskismo. Insuspeito de condescendência com o Presidente Vargas, filiado em **1945 á UDN, a União Democrática Nacional, á qual se associou inicialmente boa parte da esquerda antigetulista**, Mário Pedrosa diria muitos anos depois, em 1978, em entrevista ao Jornal do Brasil”:*

*“-“Nós de esquerda, queríamos sindicatos **livres da tutela do Estado** e combatíamos a nova lei. Mas não há dúvida de que existia um ponto positivo. – **ela garantia os sindicatos contra invasões policiais**, freqüentes e comuns na época... Todos diziam que a nova lei era fascista, mas no interior, se os sindicatos não recebessem as garantias que ela oferecia, **não teriam condições de sobrevivência.**”*

*“**Como disse Joaquim Pimenta, os elaboradores dessas outras leis trabalhistas do início do primeiro governo Vargas não estavam preocupados com filigranas intelectuais, mas com os meios de garantir efetivamente a organização e o funcionamento dos sindicatos.**”*

Desse depoimento tiramos algumas conclusões importantes:

Primeira – Essa esquerda filiou-se à UDN, o partido representante do liberalismo, além de americanista e nas horas vagas como bom liberal, golpista. Essa afinidade, do anarquismo com o liberalismo não é casual.

Segunda – Apesar de Mario Pedrosa ter como princípio a negação do Estado, foi honesto em admitir que a CLT embora não atendesse esse princípio ela provou na prática que estava correta. Seus discípulos, entretanto não pensam assim, talvez nem conheçam essa sua entrevista.

Terceira – O fato de Mario Pedrosa ter como princípio a negação do Estado, já é suficiente para atribuir a ele idéias anarquistas. Mas alguém pode retorquir que Trotsky tinha as mesmas idéias. Vamos então adiante:

Trotsky foi o autor do plano de Militarização e Estatização dos sindicatos, apoiado por Lênin de 1918 a 1920. A partir daí Lênin passou a defender outra posição menos burocrática mas não de libertação plena dos sindicatos da influência do Estado que era totalmente controlado pelo Partido. Vejamos trecho da tese de Trotsky:

“...é necessário proceder imediatamente à reorganização dos sindicatos, quer dizer, é necessário antes de mais realizar uma seleção de funcionários deste ponto de vista...”(algo parecido com nomear interventores).

E a crítica de Lênin: *“Eis um exemplo de autêntica apreciação burocrática! Trotsky e Krestinski seleccionando os <<funcionários>> sindicais! Permitam-me que o repita: aqui temos uma explicação do erro do Comitê Central do Sindicato dos Transportes. Não foi um erro utilizar a coerção; esse é seu mérito. O seu erro...”*

Lênin não desaprovava a coerção, mas a burocratização.

Mesmo levando em conta que o momento histórico em que esses fatos se desenrolaram era bem especial, quando o regime soviético estava ameaçado, pode-se concluir sem medo de errar que não foi em Trotsky ou Lênin que os trotskistas brasileiros foram buscar fundamento para a sua repulsa contra o estado.

Vejamos agora Marx. Se lermos o cap. VIII do Livro Primeiro de O Capital, veremos nele todas as justificativas para se construir um sistema como a CLT. Nele está a total impotência do trabalho no confronto político com o capital mesmo com uma incipiente proteção do Estado a seu favor. A intervenção do Estado foi necessária por razões éticas e morais. A situação da classe operária inglesa se tornou um escândalo insuportável pela sociedade. Os agentes do governo denunciavam como assassinato as mortes de crianças que trabalhavam em fábricas. Relatórios do seguinte tipo eram comuns por Inspetores e Médicos: *“Leis são necessárias para impedir a morte, prematuramente infligida sob qualquer forma, e esse método de provoca-la” (praticado nas fábricas) “deve ser considerado o mais cruel de infligi-la”...“A rapacidade dos fabricantes, cujas crueldades na caça ao lucro dificilmente foram ultrapassadas pelas que os espanhóis perpetraram na América, na caça ao ouro”.*

Nesse capítulo, os heróis de Marx não são os líderes sindicais que guiaram os trabalhadores, mas os inspetores de fábricas, médicos e outros homens públicos representantes da sociedade e do Estado que numa dedicação integral e abnegação enfrentaram os empresários e deram apoio moral e material para os operários puderem resistir e se revoltar contra exploração desumana do capital. Graças às lutas desses homens e do sangue dos operários, homens, mulheres e crianças consumidos na fábrica foi que aos poucos os capitalistas foram cedendo e aceitando as leis fabris que limitavam a jornada de trabalho e que davam outras seguranças aos trabalhadores. A sociedade não podia esperar passivamente que os operários exangues e ameaçados de desemprego se revoltassem por si próprios como não se revoltaram. Só aí então é que os trabalhadores foram saindo de seu torpor para se reorganizarem e lutarem por seus direitos já expressos em lei.

Como está lá em Marx: *“Tornando-se donos de seu próprio tempo, deram-lhes (as leis fabris) uma energia moral que os impele possivelmente à posse do poder político”.* Mas os Marxistas de galinheiro da Central Única da Traição pensam o contrário de Marx: primeiro tem-se que politizar o trabalhador para depois ele obter direitos trabalhistas, o que é um revisionismo de direita a la Bernstein. *“Onde Marx afirmava que os homens aprendem a merecer o que obtêm, Bernstein sustentava o contrário, que os homens conseguem o que merecem.”* (*apud Paul Sweezy*). E assim os trabalhadores brasileiros aprenderam a merecer a CLT.

E temos exemplos claros aqui no Brasil, de que esses marxistas de galinheiro estão totalmente errados. O trabalho escravo no Brasil, ele se acabará pela própria iniciativa desses trabalhadores escravos? Claro que não. É necessária a intervenção do Estado para integrá-los primeiro à CLT e depois é só esperar que aos poucos eles serão *“impelidos à posse do poder político”.* O exemplo oposto ao do trabalho escravo é o da CONTAG que passou a existir e se tornou uma potência sindical graças a CLT, principalmente ao Imposto Sindical e à Unicidade. Primeiro os trabalhadores rurais ganharam a extensão dos direitos da CLT e só depois partiram para lutas políticas memoráveis.

Mas os marxistas de galinheiro encontraram a estrutura sindicalista brasileira das atividades econômicas mais “nobres” já pronta e acabada e imaginaram que a força dela estava em suas bravatas (expressão de Lula).

Nesse Capítulo do capital, está também a justificativa porque CLT tem que ser detalhista ao extremo, pois se não for o capital aproveita a mínima brecha para burlar a lei. Está a justificativa também do

porque precisar de uma justiça especial pois a justiça tradicional já está comprometida com a classe dominante; é a face verdadeira do Estado na concepção de Marx, é um Estado de classe, o que não invalida pressões para se obter proteção desse mesmo Estado. Nas palavras do próprio Marx:

“Para proteger-se contra a “serpe de seus tormentos” têm os trabalhadores de se unir e como classe compelir a que se promulgue uma lei, que seja uma barreira social intransponível capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmos e sua descendência ao capital mediante LIVRE ACÓRDO que os condena à morte e à escravatura. O pomposo catálogo dos direitos inalienáveis do homem será assim substituído pela MODESTA CARTA MAGNA que limita legalmente a jornada de trabalho e estabelece claramente, por fim, “quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”. QUE TRANSFORMAÇÃO! (MARX, O CAPITAL, livro 1).

- (...) *“Estas maquinações (as manobras do capital de 1848 a 1850, por exemplo) proporcionaram, além disso, prova incontestável da falsidade da afirmativa tantas vezes feitas de que os trabalhadores não precisam de proteção, mas devem ser considerados agentes livres ao disporem de sua única propriedade – o trabalho de suas mãos e o suor de seu rosto”. TRABALHO LIVRE, SE ASSIM PODE SER CHAMADO, PRECISA DO BRAÇO FORTE DA LEI PARA PROTEGER-SE MESMO NUM PAÍS LIVRE”. (Idem).*

Não foi também em Marx que os trotskistas se inspiraram, portanto.

Mas não havia necessidade de se entrar em tantos detalhes para se identificar essa postura da esquerda brasileira contra a CLT de antimarxista por excelência. Quando Marx constrói sua teoria do valor ele mostra claramente que para que exista a exploração de mais-valia é necessário que impere a total liberdade do trabalhador sem qualquer limitação por parte do Estado. Vejamos mais esse trecho poético de Marx:

*“A esfera que estamos abandonando, da circulação ou da troca de mercadorias, dentro da qual se operam, a compra e a venda da **força de trabalho**, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, propriedade e Benthan. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, a **força de trabalho**, por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente”. (Marx, K. O CAPITAL, Livro Primeiro).*

Ou, no dizer de Saint-Simon: *“Liberdade aos pássaros, para deleite dos caçadores”.*

E na esfera da produção, quando o capital é o dono da força de trabalho livremente e equivalentemente trocada, começa a apropriação de mais valia sem limite a menos que existam leis que coíbam a apropriação de trabalho não pago. Repouso remunerado, férias, 13º, licença maternidade, etc. são equivalentes de tempo de trabalho de que o capitalista não pôde roubar. E sem a CLT esses direitos não existiriam. Até formas coativas para permitir organizar os sindicatos representam limitação do roubo de mais valia pelo capital, pois diretores são liberados total ou parcialmente do trabalho com estabilidade que coíbe sua exploração; e fortalecendo-se o sindicato, novos direitos podem ser obtidos que sempre significam limitação do roubo do capital.

Quando portanto uma pessoa, auto-rotulada de marxista-leninista investe contra a CLT, mesmo se a CLT fosse cópia da Carta Del Lavoro (o que é mentira), é porque essa pessoa é ignorante em marxismo, está assumindo uma posição na realidade de direita, liberal de defesa radical do capital. Em suma, é um marxista de galinheiro.

E onde esses MG foram buscar seus fundamentos? Ou no ideário liberal ou no anarquismo. Citando Proudhon: *“Eu distingo em toda sociedade duas espécies de constituição: uma que eu chamo de constituição social, a outra que é a constituição política(Estado)”....“Efetuada independentemente do Estado, a organização das forças econômicas sob a lei suprema do contrato” será pois o princípio diretor desta “constituição social”.* (citado pelo anarquista Jean Bancal em seu livro Pluralismo e Autogestão). Qualquer semelhança entre o Contrato Coletivo de Trabalho dos cutistas e o Contrato de Proudhon não é mera coincidência. O que Marx critica com ironia, Proudhon e Cutistas receitam como santo remédio.

TR – 49

O 23º Congresso do ANDES-SN deve aprovar resolução condenando as posições da CUT contra a CLT como sendo neoliberais e de defesa do Capital, assim como a Reforma Trabalhista pleiteada pelo governo.

Ciência e Tecnologia. ON-LINE TUPINIQUIM.

TEXTO DE APOIO

Começemos com duas citações de especialistas no assunto:

A primeira é:

Receita para o Desastre

Nós criamos uma civilização global em que elementos cruciais - como as comunicações, o comércio, a educação e até a instituição democrática do voto - dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também criamos uma ordem em que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia. É uma receita para o desastre. Podemos escapar ilesos por algum tempo, porém mais cedo ou mais tarde essa mistura inflamável de ignorância e poder vai explodir na nossa cara.[Carl Sagan, cientista, escritor e divulgador científico (Sagan, Carl - O Mundo Assombrado pelos Demônios (The Demon-haunted World), Cia das Letras, 1997, São Paulo, pg. 39)].

A segunda é:

“Segurança de Dados -

Se você acredita que a tecnologia pode resolver seus problemas de segurança, então você não conhece os problemas e nem a tecnologia. Bruce Schneier - criptógrafo, moderador do - Schneier, Bruce - Segurança.com (secrets and lies), Ed. Campus, 2001, Rio de Janeiro, pg. 12.”

A segunda afirmação da segunda citação, (você não conhece...) e nem a tecnologia, reafirma mais diretamente a primeira citação e diz respeito ao fato como as maravilhas tecnológicas deixam as pessoas hipnotizadas e deslumbradas perdendo toda a capacidade de senso crítico, como se estivessem assistindo ao espetáculo de um mágico de circo. A primeira idéia que vem é adquirir as belezas tecnológicas sem avaliar as conseqüências.

Segue uma terceira citação:

“Pensando melhor...Se você pensa no voto informatizado por cinco minutos, você pensa: 'Por que não?'. Mas se você pensa por algumas horas, descobre uma porção de razões do porquê não. Kim Alexander - presidente da [California Voter Association](#).”

A primeira afirmação da segunda citação, “... então você não conhece os problemas...” diz respeito ao procedimento de se transferir mecanicamente uma tecnologia que é boa para um tipo determinado de problema para outro tipo diferente. Você pode trabalhar na área de ciências exatas aplicadas com conceitos de confiabilidade estatística ou probabilística, mas na área jurídica não pode. Os software empregados em bancos têm que satisfazer o direito civil e comercial. Como esses software são desenvolvidos dentro de critérios probabilísticos de confiabilidade eles tem que sofrer medidas complementares como recibos impressos em máquinas registradas ou recibos assinados pelos usuários de cartão etc. O mesmo se dá com o direito eleitoral que mexe profundamente com conceitos fundamentais de cidadania. Uma quarta citação:

: “Eu fui vítima de um desses programas de computador, espalhados pela Internet, com os quais até uma criança consegue gerar números válidos de cartão de crédito e apareceram compras no valor de 1.500 dólares na minha fatura. Bastou um telefonema e uma carta de próprio punho à administradora do cartão para que todas essas compras fossem estornadas. A questão do voto é bem diferente, pois ninguém vai estornar voto roubado.” (Jussara Simões - eleitora). Na realidade é bem pior, não se vai saber se o voto foi roubado.

Explica-se, portanto o paradoxo de um país como o Brasil, com os piores índices sociais em relação à média principalmente com relação a analfabetismo, além disso, importador desvairado de tecnologias caras para uso supérfluo, vangloriar-se aos quatro ventos de que conseguiu o sistema completamente informatizado e 100% seguro de votação eletrônica, saindo na frente dos grandes países produtores dessas tecnologias.

E longe de ser um paradoxo são justamente essas deficiências sociais que permitem que nossas elites expertas e sem escrúpulos montem uma farsa que seria mais difícil ocorrer num país de instruídos.

Está aí a decisão do Pentágono de suspender definitivamente seu projeto de eleição eletrônica diante de um relatório conclusivo de que todos os sistemas de votação informatizados têm deficiências não superáveis tecnologicamente. Que vão esperar a evolução futura dessas tecnologias para pensar em voto eletrônico. Faltará aos técnicos do Pentágono capacidade para resolver esses problemas tecnologicamente? E se lhes falta, dentro dos EUA não existirão técnicos para dar a solução tecnológica 100% confiável se ela existisse?

Além dessa ignorância geral da sociedade moderna há uma outra relacionada com a urna brasileira que ajuda a mistificar a questão de segurança. O sistema brasileiro de voto eletrônico é grotesco do ponto de vista tecnológico comparado, por exemplo, com o do Pentágono que é via ON-LINE. No caso brasileiro a apuração da urna é conectada à totalização final através de um "office-boy" que manipula disquetes e flash-card e os carrega no bolso ao seu bel prazer. Em vez de uma ligação "on-line" quase instantânea, à velocidade da luz, a informação da urna brasileira é feita por um "office-boy" paletando até chegar lá. É o ON-LINE TUPINIQUIM.

Veremos como nossas elites usaram essa deficiência como uma vantagem.

A nossa ignorância sobre informática leva a considerarmos a filosofia da urna como semelhante a do nosso micro, pois do ponto de vista tecnológico são idênticos.

Mas a diferença fundamental está na resposta à pergunta: Quem manda nos dois? No nosso micro somos nós.

E no caso da urna é uma pergunta de difícil resposta. Pode ser a ABIN (ex SNI - o mesmo que bolou a fraude da PROCONSULT) que faz o programa de criptografia da urna (a segurança dela). Podem ser os diversos fabricantes do software e hardware. Podem ser máfias que se organizem via pessoas que atuam nas diversas etapas de operacionalização das urnas, desde o fabricante até o tal "office-boy" que percorre as ruas com disquetes e "flash-card" nos bolsos, passando por juizes "acima de qualquer suspeita" etc.

Não é assim que funcionam as máfias do INSS, de juizes até o proletário que solicita o benefício astronômico, passando por auditores, advogados e funcionários dos diversos escalões? E a máfia do MEC para autorizar funcionamento de Universidades Chapas Frias? Apontem-me um Ministério que não tenha sua máfia de estimação. A começar do da Casa Civil (não é Waldomiro?).

O Ministro dos Transportes do PL cortou todas as verbas de estradas por causa das máfias internas. Ciro Gomes agora disse que antes dele o seu Ministério era uma Bodega. Só faltou detalhar o grau de "ensebamento" do balcão (de negócios) da bodega. E a máfia dos precatórios dentro da justiça? E a máfia dos *habeas corpus* para traficantes dentro da justiça? Seria hilariante se não fosse trágico.

Mas, quem manda na ABIN, nos juizes, nos Office-boy, nos fabricantes, licitantes, contratantes etc.? Esse é um mistério maior ainda. Segundo o Presidente da Associação dos Agentes Federais, Francisco Carlos Garisto, em entrevista de Capa da revista Caros Amigos, declarou que existe um tal de Comando Delta que é quem nomeia os presidentes do país. É com esse nome que os policiais federais referem-se a ele. Perguntado a ele quem seriam os componentes desse comando delta, aí a coisa resvalou para o "não me comprometa", etc. Mas pela sua descrição é algo parecido com o que o Procurador dos EUA, Jim Garrison chamou de "PODER INVISÍVEL", com as forças ocultas que levaram Vargas ao suicídio e tentaram vários golpes, inclusive o de 1964.

Uma observação. Os agentes federais chamam essas forças de "Comando Delta" e o programinha de fraude da PROCONSULT em 1982, chamava-se "Diferencial Delta". Deve ser predileção de ARAPONGAS.

Conclusão: Quem manda na urna são essas forças invisíveis. As mesmas forças que sempre procuraram inviabilizar os governos democráticos brasileiros e que a partir de 1964 se instalaram definitivamente no poder e uma vez lá são capazes de tudo para não perderem essa boquinha, inclusive fraudar eleições, como existem os mais diversos exemplos sem ou com tecnologia como foi o caso da PROCONSULT.

Agora que temos uma idéia, mesmo difusa, de quem manda na urna podemos mostrar a diferença entre nosso micro e a urna. No nosso micro somos nós que determinamos o que se deve colocar dentro dele (até certo ponto), as placas, os software, inclusive o antivírus, porta corta-fogo, o diabo que quisermos para protege-lo contra os hacker e que, como vimos, nem o Pentágono consegue se livrar deles. Já na urna quem coloca e sabe o que tem dentro dela são "eles", os donos dela nos diversos escalões.

Ao cidadão é proibido saber o que tem lá dentro, O hacker do mal já está dentro da urna. Se um hacker é capaz de fraudar um micro protegido contra a entrada dele, imagine ele já dentro da urna. Essa é a diferença.

Mesmo que o TSE abra alguns segredos numa pantomima para especialistas poderem analisá-los às vésperas da eleição com prazos curtíssimos para fazê-lo, será impossível mesmo para um bom especialista afirmar que foi excluída qualquer possibilidade de fraude. E mesmo que fosse, qual a garantia que um cidadão comum pode ter de que os fiscais especialistas não se venderam ou falharam? Essa é a diferença. Antes o cidadão comum estava apto a fiscalizar uma urna, agora é impossível.

Se o sistema brasileiro não fosse um sistema grotesco, tecnológico só pela metade e tivesse a ligação on-line, pelo menos um hacker entraria no sistema e desmoralizaria de uma vez por toda essa palhaçada.

Mas a grande esperteza de nossas elites foi transformar essa deficiência do nosso sistema numa vantagem. Não sendo on-line não há hacker, não havendo hacker a urna não é desmoralizada no ato. E se o grotesco Office-boy é mais vulnerável ou não se cria uma querela e compra-se um perito para afirmar que o Office-boy é ROBUSTO, ÁGIL, INCORRUPÍVEL E A PROVA DE ASSALTOS A MÃO ARMADA.

O hacker convencional não serve para o ON-LINE TUPINIQUIM. Para ele só HACKERS TUPINIQUINS. Seriam marginais que seqüestriam o Office boy e seu filho. Tomam-se os disquetes originais e ameaça-se o Office boy com a morte do filho se ele não entregar os novos disquetes com vírus lá.

Imaginemos que possa ter ocorrido a seguinte historinha: Um Office-boy de urna depois de encerrar algumas urnas resolve tomar umas cervejas com amigos no bar e aí começa para se gabar a soltar a língua: *"Ta vendo isso aqui, mostrando um disquete, a sorte do deputado Zé do Cofre ta aqui nas minhas mãos, vou ganhar... por cada voto; esse disquete de cá é mais da pesada ainda, tem dois diferencial delta, esse eu não digo pra quem é..."* e por aí vai. Que sistema moderno e avançado!!!

Essa história é imaginária e com termos caricatos, mas ocorreram casos registrados, denunciados na justiça, contra Office-boy de urna, tão dignos de espanto como esse, inclusive lacres de urna violados e não deu em nada. Aconselho acompanharem o fórum do voto eletrônico para se informar (www.votoseguro.org). Em www.votoseguro.com/alertaprofessores encontra-se um alerta sobre o sistema eleitoral e uma lista de apoios."

Mas o problema não está na falha que pôde ser detectada na ação faltosa do Office-boy, mas na fraude secreta que não pode ser detectada por falta absoluta de acesso aos segredos da urna e seus disquetes. Essa inacessibilidade ao conteúdo da urna é defendida paradoxalmente e ironicamente em nome da segurança.

É idêntico ao caso da piada do voto de cabresto do interior. Um eleitor novo na cidade do interior foi votar e para sua surpresa já lhe entregaram a cédula pronta e dobrada para ele colocar na urna. Ele então perguntou aos mesários. Eu poderia saber pelo menos em quem estou votando? O presidente da mesa respondeu: pode não, o voto é secreto.

No caso da urna a pergunta é essa: eu posso ter acesso aos códigos fontes e outros software para saber para quem meu voto vai ser creditado? Resposta: pode não, o voto é secreto.

Uma variante: eu posso ter acesso aos códigos fontes e outros software para saber se tem possibilidade de fraude? Resposta: pode não, a fraude é secreta.

E qual a solução? Há várias a depender da radicalidade com que se encara a questão da cidadania.

A primeira seria a mais radical em colocar todo o poder na mão do cidadão e pela qual eu simpatizo: reeditar a lei eleitoral em vigor em 1994, que permitia a apuração dos votos ser feita pela mesa coletora, logo após o fechamento da urna (de lona). Essa apuração na demoraria mais de 2 horas. A totalização seria eletrônica facilmente fiscalizável pelo cidadão comum. Com os palm, celulares incrementados, note-books etc. qualquer organização estatal ou privada com uma rede de correspondentes bem montada no país, teria essa totalização imediata. Os partidos bem organizados teriam essa condição. A totalização oficial demoraria no máximo alguns dias, igual ou mais rápido que a atual urna eletrônica.

A segunda, a mais conciliadora seria voltar ao projeto Requião já aprovado antes do pleito de 2002. Já era um projeto bem debatido fácil de ser aceito, com foi pelo Congresso, que consiste em todas as urnas terem impressoras, e 3% das urnas com o voto impresso serem auditadas logo em seguida à eleição.

Outras sugestões com bom senso poderão ser aventadas, mas o que é inaceitável é que em surdina, o Presidente Lula mande ao congresso um projeto lei para tirar as impressoras das urnas, o que é muito suspeito e mais suspeita ainda a sua tramitação quase sigilosa no Congresso.

TR –50

O 23º Congresso do ANDES deverá aprovar resolução para ser enviada ao executivo, legislativo e judiciário e imprensa, pedindo a revisão e rediscussão do sistema de voto eletrônico.

Ciência e Tecnologia

ALERTA CONTRA A INSEGURANÇA DO SISTEMA ELEITORAL INFORMATIZADO

TEXTO DE APOIO

Usamos como texto de apoio o conteúdo da página www.votoseguro.com/alertaprofessores do "site" (www.votoseguro.org). O conteúdo é o seguinte:

A Lei 10.740/03 que torna nossas eleições inaudíveis foi aprovada em 1º de outubro de 2003 na Câmara, na calada da noite, sem qualquer discussão técnica, tal como o TSE recomendou, e foi sancionada minutos depois. Mas a luta continua, com redobrado vigor. Agradecemos a colaboração e vamos continuar colhendo assinaturas aqui. Você, que se preocupa com a lisura das eleições, divulgue o Manifesto, promova palestras em sua faculdade, em seu local de trabalho e obtenha mais adesões. Se necessitar de auxílio, clique [aqui](#).

Manifesto dos Professores e Cientistas

ALERTA CONTRA A INSEGURANÇA DO SISTEMA ELEITORAL INFORMATIZADO

Somos favoráveis ao uso da Informática no Sistema Eleitoral, mas não à custa da transparência do processo e sem possibilidade de conferência dos resultados.

Cidadão brasileiro,

Nosso regime democrático está seriamente ameaçado por um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto do Voto Virtual, PL 1503/03. Este projeto, sob a máscara da modernidade, acaba com as alternativas de auditoria eficiente do nosso Sistema Eleitoral Informatizado, pois: (1) elimina o registro impresso do voto conferido pelo eleitor, substituindo-o por um "voto virtual cego", cujo conteúdo o eleitor não tem como verificar; (2) revoga a obrigatoriedade da Justiça Eleitoral efetuar uma auditoria aberta no seu sistema informatizado antes da publicação dos resultados finais; (3) permite que o Sistema Eleitoral Informatizado contenha programas de computador fechados, ou seja, secretos.

O Projeto de Lei do Voto Virtual nasceu por sugestão de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao Senador Eduardo Azeredo, e sua tramitação tem sido célere, empurrado pela interferência direta desses ministros sobre os legisladores, como declarado por estes durante a votação no Senado.

As Comissões de Constituição e Justiça das duas casas legislativas analisaram a juridicidade do projeto mas, apesar dos constantes alertas de membros da comunidade acadêmica para seus riscos sem rigorosos procedimentos de auditoria e controle, nenhuma audiência pública com especialistas em Informática e Segurança de Dados foi realizada.

Essa lei, se aprovada, trará como resultado a instituição de um sistema eleitoral no qual não se poderá exercer uma auditoria externa eficaz, pondo em cheque até os fundamentos do projeto democrático brasileiro. Aceitando essa interferência e implantando um sistema eleitoral obscuro, corremos o risco de virmos a ser governados por uma dinastia, com os controladores do sistema eleitoral podendo eleger seus sucessores, mesmo sem ter os votos necessários.

A nação, anestesiada pela propaganda oficial, lamentavelmente desconhece o perigo que corre. Os meios de comunicação, com honrosas exceções, omitem-se inexplicavelmente, como se o assunto não fosse merecedor de nossa preocupação.

A finalidade deste alerta é a denúncia da falta de confiabilidade de um sistema eleitoral informatizado que: utiliza programas de computador fechados, baseia-se em urnas eletrônicas sem materialização do voto, não propicia meios eficazes de fiscalização e auditoria pelos partidos políticos, e identifica o eleitor por meio da digitação do número de seu título eleitoral na mesma máquina em que vota. Assim, o princípio da inviolabilidade do voto, essencial numa democracia, será respeitado apenas na medida em que os controladores do sistema eleitoral o permitirem, transformando-se o voto secreto em mera concessão.

Uma verdadeira caixa-preta a desafiar nossa fé, este sistema é inaudível, inconfiável e suscetível de fraudes informatizadas de difícil detecção. Como está, ele seria rejeitado na mais simples bateria de testes de confiabilidade de sistemas pois, em Informática, "Sistema sem fiscalização é sistema

inseguro". Muitas das fraudes que ocorriam quando o voto era manual, foram eliminadas, mas o cidadão brasileiro não foi alertado de que, com a informatização, introduziu-se a possibilidade de fraudes eletrônicas mais sofisticadas, mais amplas e mais difíceis de serem descobertas.

Enquanto os países adiantados caminham no sentido de exigir que sistemas eleitorais informatizados possuam o registro material do voto, procedam auditoria automática do sistema e só utilizem programas de computador abertos, com esse Projeto de Lei do Voto Virtual, o Brasil vai na contramão da história.

De que adianta rapidez na publicação dos resultados, se não respeitarmos o direito do cidadão de verificar que seu voto foi corretamente computado? Segurança de dados é assunto técnico especializado e assusta-nos a falta de seriedade com que nossa votação eletrônica tem sido tratada, nos três Poderes, por leigos na matéria. Os rituais promovidos pelo TSE, como a apresentação dos programas, a carga das urnas e os testes de simulação são apenas espetáculos formais, de pouca significância em relação à eficiência da fiscalização.

Surpreende-nos, sem desmerecer suas competências na área jurídica, que autoridades respeitáveis da Justiça Eleitoral possam anunciar, com toda a convicção, que o sistema eleitoral informatizado é "100% seguro" e "orgulho da engenharia nacional", externando inverdades em áreas que não dominam, alheias ao seu campo de conhecimento específico.

Para o eleitor, a urna é 100% insegura, pois pode ser programada para "eleger" desde vereadores até o próprio presidente. O único e mais simples antídoto para esta insegurança é a participação individual do eleitor na fiscalização do registro do seu próprio voto, pois ele é o único capaz de fazer isto adequadamente.

O TSE sempre evitou debater tecnicamente a segurança da urna, ignorando todas as objeções técnicas em contrário. Nenhum estudo isento e independente foi feito até hoje sobre a alegada confiabilidade da urna sem o voto impresso. O estudo de um grupo da Unicamp (pago pelo TSE), parcial e pleno de ressalvas, recomendou vários procedimentos como condição para garantir o nível de segurança necessário ao sistema. Essas ressalvas, infelizmente, foram omitidas na propaganda sobre as maravilhas da urna.

A confiabilidade de sistemas informatizados reside nas pessoas e nas práticas seguras. Palavras mágicas como assinatura digital, criptografia assimétrica, embaralhamento pseudo-aleatório e outras panacéias de nada valem se não forem acompanhadas de rigorosos procedimentos de verificação, fiscalização e auditoria externas. Se esta urna algum dia cair sob o controle de pessoas desonestas, elas poderão eleger quem desejarem. De modo algum podemos confiar apenas nas pesquisas eleitorais como modo de validar os resultados das urnas eletrônicas, especialmente se as diferenças entre os candidatos forem pequenas.

Nenhum sistema informatizado é imune à fraude, especialmente a ataques internos, como sucedeu em julho de 2000 com o Painel Eletrônico do Senado, fato que levou à renúncia de dois senadores. A única proteção possível é um projeto cuidadoso que atenda aos requisitos de segurança, e à possibilidade de auditorias dos programas, dos procedimentos e dos resultados.

Basta de obscurantismo no sistema eleitoral. Enfatizamos a necessidade de serem realizados debates técnicos públicos e independentes sobre a segurança do sistema e de seus defeitos serem corrigidos, antes da aprovação de leis que comprometam a transparência do processo.

A democracia brasileira exige respeito ao Princípio da Transparência e ao Princípio da Tripartição de Poderes no processo eleitoral.

Instamos todos os eleitores preocupados com a confiabilidade de nosso sistema eleitoral a transmitirem suas preocupações, por todos os meios possíveis, a seus representantes no Congresso e aos meios de comunicação.

Brasil, setembro de 2003

Signatários:

Walter Del Picchia - Professor Titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP

Jorge Stolfi - Professor Titular do Instituto de Computação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Michael Stanton - Professor Titular do Depto. de Ciência da Computação da Universidade Federal Fluminense – UFF

Routo Terada - Professor Titular do Depto. de Ciências da Computação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo - USP

Edison Bittencourt - Professor Titular da Faculdade de Engenharia Química da Universidade de Campinas - UNICAMP

Pedro Dourado Rezende - Professor do Depto. de Ciência da Computação da Universidade de Brasília - UNB - Representante da Sociedade Civil no Comitê Gestor da Infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil

Paulo Mora de Freitas - Chefe do serviço de Informática do Laboratório Leprince-Ringuet da Ecole Polytechnique, Palaiseau, França

José Ricardo Figueiredo - Professor Dr. do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade de Campinas - UNICAMP

Quero apoiar **Veja quem está apoiando**

Recomende esta página a um amigo

Atenção: para apoiar não é preciso ser professor ou cientista; basta ser **brasileiro!**

TR – 51

Em vista da gravidade das questões levantadas no manifesto acima e da respeitabilidade das assinaturas apostas ao documento, o 23º Congresso do ANDES-SN, delibera o seguinte:

1. Divulgar para todos os professores, associados ou não ao ANDES-SN, esse manifesto com os “links” para o “site” responsável por sua elaboração e divulgação, afim de que os professores possam se informar ainda melhor sobre a questão da fraude eletrônica. Caso a divulgação para os professores não sócios seja de difícil execução, procurar outros canais, como por exemplo, a ANDIFES para conseguir esse objetivo na medida do possível.

2. Instalar um fórum permanente, com participação de suas seções sindicais, em todo território nacional, afim de discutir o sistema de votação eletrônico brasileiro.



Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

Relações Internacionais

A ALCA

TEXTO DE APOIO

O papel da mídia é fundamental na imposição de modelo neoliberal. Assim o é para a reforma da Previdência como para a implementação da ALCA.

A estratégia consiste em repetindo meias verdades ou afirmações não comprovadas e até mesmo mentiras, construir jargões, dogmas, que passam a ser aceitos sem contestação pela opinião pública, confirmando Goebbels.

No caso da ALCA há pelo menos quatro dogmas já bem difundidos.

1º Dogma) A tendência natural e inevitável de se aglutinar em blocos determinada por fatores atrativos como p. ex. a proximidade geográfica. Desse modo o Brasil como é mais próximo dos EUA do que da Europa seria obrigado inevitavelmente a se juntar aos EUA. A União Européia - EU, é citada como grande exemplo desse fenômeno. Assim ter-se-iam descobertas leis “naturais” de afinidade geopolítica, semelhantes à lei da gravitação de Newton ou a outras leis de afinidade da química, da biologia, da libido etc. Assim os países se aproximariam por uma afinidade, em harmonia e não por contradições. Nessas “teorias” a palavra contradição é banida. Entretanto a guerra do Iraque desmentiu essa falácia. Mostrou que a EU é um bloco altamente heterogêneo, não por causa das tradições históricas, étnicas ou lingüísticas, que também existem, mas por interesses divergentes na sua inserção no sistema imperialista internacional para a apropriação do seu quinhão no botim global. O que une os países da EU nesse momento é a contradição com o imperialismo americano. Essa contradição maior é que tende a neutralizar as contradições internas da EU. Mesmo assim há nações dentro do bloco mais conseqüentes e outras menos conseqüentes na afirmação do bloco.

A EU ou um bloco asiático que surja, são a união de hienas ou de lobos para competir com o Leão (EUA). Não serão os cordeirinhos da América Latina mesmo o maiorzinho deles como o Brasil que poderão se abraçar com o leão impunemente.

A EU e a ALCA, portanto são dois projetos opostos. A UE parte de iguais ou pretensamente iguais que querem se unir para poder enfrentar um império poderosamente maior. Já a ALCA é uma iniciativa de grande império para anexando países periféricos, manter a sua hegemonia mundial. O México que está na NAFTA que o diga.

A dinâmica, portanto de formação dos blocos é determinada por contradições e a contradição entre o Brasil como nação soberana e o império americano, é intransponível. Ignorar essa contradição é, da parte dos brasileiros, abdicar o direito e o dever de ser uma nação ou um povo independente. E independência de um povo hoje significa não ser condenado a exterminação por fome, violência, doença e miséria.

Apenas algumas observações: a) Não nego que fatores geográficos, étnicos, culturais, lingüísticos podem vir a ser facilitadores de aglutinação, mas apenas facilitadores e não os determinantes. b) Os defensores da ALCA são também os mesmos defensores da “Globalização” e não vêm nisso uma contradição evidente.

2º Dogma) A ALCA é uma conseqüência natural do livre comércio, da livre circulação de mercadorias, uma fatalidade. Já citamos antes a evidente contradição em se admitir a Globalização por essa tendência, e agora depois de realizada a Globalização justificar a formação de blocos devido ao mesmo princípio. Como é que o capital depois de atingir o máximo de internacionalização possível vai se restringir agora em blocos porque quer se expandir mais ainda. Isso não é mais uma iconoclastia desses falsos economistas, mas desrespeito à inteligência alheia.

Se fosse verdade esse dogma, os EUA representaria o bem, pois defende o livre comércio, no seu mais alto grau. Veremos também que isso é mais outra falácia.

A força de trabalho, por exemplo, é uma mercadoria como outra qualquer do ponto de vista da economia. Entretanto aí também, a ALCA e a EU se diferenciam brutalmente em relação ao tratamento desse problema. Na EU, qualquer cidadão pode circular sem visto no passaporte e pleitear emprego em qualquer país membro. Pode até não conseguir, mas não existe barreira legal para seu pleito. Já na NAFTA, modelo para a ALCA, é proibido a entrada de mexicanos nos EUA, salvo turistas. Ao longo da fronteira EUA-México, foi construído um vergonhoso muro de aço que começa dentro do mar para impedir a entrada ilegal de mexicanos nos EUA. Milhares de mexicanos já morreram tentando atravessar essa fronteira. Então os EUA não querem a livre circulação de mercadorias, mas liberdade de ação de seu capital e sem riscos. O entreguista renitente pode argumentar que existem diferenças entre a mercadoria força de trabalho(mercadoria viva) e a mercadoria morta. Existe sim, mas essa diferença não deve ser pretexto para gravá-la e sim para beneficiá-la, pois se trata de um ser humano. Se a nossa mercadoria força de trabalho causa problemas lá, as mercadorias ianques causam bem maiores problemas aqui.

3º Dogma) As barreiras protecionistas americanas seriam um acidente ou aberração que, removidas permitiriam ao Brasil ingressar na ALCA. Assim as atitudes de FHC (foi o pioneiro), Mercadante e outros em cobrar o fim dessas barreiras é expressão de coragem, nacionalismo e defesa do Brasil. É outra falácia. São os países do 3º Mundo que mais precisam de protecionismo, subsídios etc... Se Mercadante pede o fim do protecionismo americano, está abdicando previamente desse direito para o Brasil. Na realidade o Brasil se abriu imprudentemente na Globalização. Como disse outro: “ A China entrou na Globalização para faturar e o Brasil para ser faturado”. A posição de Mercadante, portanto, é a daquele cara que arriou as calças primeiro e agora quer cobrar dos outros que arriem as suas também. Só que quem está com as calças arriadas não tem moral para cobrar nada de ninguém. Não pode nem correr que cai.

Por outro lado, essas tão discutidas barreiras são apenas a ponta de um iceberg. O capital americano NASDAQ que é tido como o mais competitivo, é altamente subsidiado através de investimentos astronômicos nas áreas de pesquisa tecnológica para a guerra e para a paz. O capital financeiro que quer liberdade de ação vive de medidas estatais e benefícios impostos pelo FMI aos países subdesenvolvidos. De todos os capitais, parece que o único que obedece honestamente às leis de mercado é o narcotráfico; a competição nesse setor é acirradíssima, com AR 15, granadas etc...; se não pagam impostos não é por vontade própria. Além disso, subsidiam os demais capitais, especialmente o financeiro e o industrial militar através de lavagem de dinheiro. Aliás, seria conveniente que a promotoria pública investigasse os defensores da ALCA com inclusive a quebra de seus sigilos bancários e telefônicos por precaução. Portanto, ao invés de pedirmos a eliminação das barreiras do grupo do aço e dos agricultores americanos deveríamos agradecer-lhes o bem que nos fazem, dificultando a ALCA.

4º Dogma) Não se pode recusar participar de uma mesa de negociações sobre a ALCA. Da negociação pode sair um bom acordo para o Brasil. Negociar é demonstrar sabedoria e tolerância. Também é falso. Quando se trata de ameaça à sua soberania ou à sua integridade tem que se dar um basta logo no início

ou ocorrerá o que está previsto no poema de Maiakovski. A demonstração de fraqueza levará à criação de falsas expectativas e alimentará a ousadia do império. Como diz um ditado russo: “Banque o cordeirinho e logo surgirão lobos em sua volta”. Além disso, corre-se o risco de passar por desonesto, alimentando um diálogo sobre um acordo que se sabe de antemão ser impossível.

TR - 52

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera assumir e divulgar as seguintes proposições:

1. A ALCA não é um bloco que surge da convergência dos interesses naturais de seus países membros como é o caso da EU. Pelo contrário é uma imposição forçada através de diversas formas de prepotência e chantagens pelo setor mais reacionário e fascista do capital imperialista mesmo prejudicando certos capitais internos americanos.
2. Qualquer bloco na América Latina que surja do interesse verdadeiro de seus membros tem fatalmente que excluir os EUA. Como, por exemplo, o Mercosul.
3. A proposta de Livre Comércio na ALCA é uma farsa, pois exclui a Livre Circulação da mercadoria mais importante que é a força-de-trabalho, o trabalhador que migra em procura de melhores salários assim como o capital migra em procura de maiores lucros. Essa deveria ter sido a condição preliminar para o Brasil iniciar qualquer diálogo sobre esse assunto com os EUA. A aceitação do Governo Brasileiro dessa farsa é um crime de lesa-pátria e de omissão de suas responsabilidades para com o cidadão brasileiro.
4. A exigência de supressão das barreiras protecionistas americanas por parte do Brasil é ao mesmo tempo uma farsa e uma traição ao povo brasileiro. Uma farsa, porque a grande proteção e subsídio se dão ao grande capital financeiro e ao monopolista de tecnologia de ponta através de formas medievais e sórdidas, das quais fazem parte os “acordos” do FMI, lei de patentes e outras excrescências impostas por chantagem, inclusive militar. Uma traição justamente porque o Brasil está justamente condenando as únicas formas que os países periféricos podem usar para se proteger e deveria já estar usando essas formas para desenvolver e fortalecer seu mercado interno.
5. Sem o Brasil a ALCA não existe. O Brasil está, portanto sendo usado como agente dos EUA para forçar os países menores a aceitarem a ALCA e traíndo seus parceiros do MERCOSUL. É uma posição desmoralizante para o Brasil. A bandeira brasileira está sendo usada para legitimar uma traição a todos os princípios de soberania de um povo. Como dizia Castro Alves: **“Antes te houvessem roto na batalha, do que servires a um povo de mortalha”**.
6. Como consequência do que foi dito acima, o Brasil deve se retirar unilateralmente da ALCA.

TEXTOS AVULSOS

TEXTO DE RESOLUÇÃO

Contribuição dos professores Dante Augusto Couto Barone e Fernando Pires – sindicalizados da ADUFRGS – Seção Sindical

LANÇAMENTO DE CAMPANHA DE LUTAS A PARTIR DA ARTICULAÇÃO DO ANDES-SN, FASUBRA E UNE SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA.

TEXTO DE APOIO

Em função do seminário sobre a Reforma Universitária organizado pelo ANDES-SN, como evento preparatório ao 23º Congresso do ANDES, onde tanto pela clareza das exposições quanto dos participantes, dos graves reflexos que a Reforma Universitária proposta pelo Governo pode representar para o futuro da Universidade Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, constatou-se que somente uma campanha de sensibilização da sociedade, através de campanha conjunta dos principais agentes da Educação Pública, pode resguardar os interesses da Sociedade em relação ao futuro. Torna-se fundamental, que o ANDES-SN, a UNE e a FASUBRA constituam uma proposta conjunta de mobilização e enfrentamento.

TEXTO DE RESOLUÇÃO

Que o ANDES-SN estabeleça ações coordenadas de mobilização com a FASUBRA e UNE, na perspectiva do desenvolvimento de uma campanha de mobilização da Sociedade sobre a Reforma Universitária, para que os interesses defendidos historicamente por estas instituições representativas da Educação Superior Pública sejam adequadamente defendidos.

JUSTIFICATIVA PARA O PRESENTE TR NÃO TER SIDO APRESENTADO ANTERIORMENTE.

Em função do evento promovido pelo ANDES-SN, em Salvador, em 4/3/2004, sobre a Reforma Universitária, anteriormente ao 23º Congresso do ANDES, que contou em um de seus debates, com representantes da FASUBRA e da UNE, e em função das posições tomadas pelos painelistas e vários participantes, identificou-se a oportunidade histórica do estabelecimento de campanha conjunta de articulação entre as entidades representativas, e que lutam pela salvaguarda do sistema público de ensino superior no país: ANDES, FASUBRA e UNE.

TEXTO 20-A

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso (atualização).

No Texto 20, do Caderno de Textos do 23º Congresso do ANDES-SN, havíamos anunciado a possível necessidade de complementação desse texto e correspondentes resoluções, em decorrência de novos elementos conjunturais e seus impactos, ou da identificação de medidas relevantes não verificadas anteriormente, de modo a subsidiar os debates e deliberações sobre a política educacional em curso, ou em gestação, no Brasil.

Com efeito, ao quase darmos por concluído este texto complementar, uma verificação final das páginas governamentais na Internet (www.camara.gov.br, por exemplo) pôde ser feita a tempo de testemunharmos os momentos finais do processo de **votação e aprovação – às 20h53, do dia 03.03.2004 - da MPV nº 147, de 17 de dezembro de 2003, que “Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências”** – um dos eixos estruturantes

da (contra)reforma universitária proposta pelo governo federal¹⁶⁷. O texto original da MPV foi objeto de 42 emendas, majoritariamente de parlamentares do PSDB e do PFL, entrosados ao ponto de terem redações idênticas em suas propostas e justificativas de emendas e não se importarem muito com as muitas contradições entre elas ou com as manifestações explícitas de cerceamento da participação de alunos e funcionários. As emendas propostas incidem, principalmente, sobre o papel e a participação de alunos, funcionários, “Conselhos das categorias profissionais” e “do terceiro setor” nos processos avaliativos que constituem o SINAES e sobre a prerrogativa legal do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de sua Câmara de Educação Superior (CES), para estabelecer “as linhas acadêmicas da avaliação do ensino superior” e “os critérios de avaliação” e aprovar as decisões da CONAV (Comissão Nacional de Orientação da Avaliação) e da CONAPES (Comissão Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior). Essas duas Comissões, que no texto final da lei são fundidas e reduzidas apenas à CONAES, haviam sido alvos principais da crítica resultante das análises feitas pelo ANDES-SN, em razão de serem ambos constituídos a partir de indicações exclusivas do Ministro da Educação, sendo a segunda (CONAPES) composta estritamente por representantes do MEC e de órgãos a ele vinculados (INEP e CAPES). Não foram adotadas todas as emendas referentes à CES/CNE, que passará a intervir, dentro de sua competência legal, como árbitro e determinador de punições, quando a CONAES indicar resultado insatisfatório na avaliação. Registre-se que, desde o dia 17/02/2004, os sete integrantes da CONAV foram nomeados¹⁶⁸, por meio de decreto presidencial – sendo objeto de medida provisória, o inteiro teor do instrumento legal estava em plena vigência, desde dezembro de 2003, quando foi editado. Com o novo texto legal, supõe-se que passem a integrar a CONAES. Ao lado disso, duas emendas (de um mesmo parlamentar) propõem, uma, submeter ao Senado Federal a aprovação dos membros das duas comissões e, a outra, restringindo o poder regulamentador do MEC, ao transferir para o poder legislativo a regulamentação dos procedimentos do SINAES, por meio de lei ordinária. Essas emendas poderiam representar o elemento de transparência do processo, de descentralização de poder etc. – mas não foram adotadas no texto final. Resumo da ópera: a autonomia universitária, estabelecida na Constituição Federal, acaba de receber mais um golpe, sobretudo na sua dimensão didático-científica; e com dois agravantes, desta feita: (1) é proposta e implementada por um governo cujo partido majoritário, por anos a fio, empenhou-se em defender os dispositivos constitucionais, inviabilizando as iniciativas de regulamentação do Art. 207, da Constituição; (2) a composição da CONAES dá a sensação – ilusória! – de democratização; seu trabalho, todavia, será implementar a violação da autonomia universitária já mencionada.

Os últimos dias de janeiro e boa parte de fevereiro assistiram a várias declarações do ministro Tarso Genro, em inúmeros órgãos da imprensa tradicional e da mídia eletrônica, a propósito de sua intenção de ampliar o acesso à universidade. No dia 16/2/2004, o secretário executivo MEC, Fernando Haddad, anunciou as linhas gerais da proposta do *Universidade para Todos*, que vai isentar de impostos e contribuições federais as instituições de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, que se comprometem a oferecer ao MEC 25% de suas vagas, em cada um dos seus cursos e em cada um dos turnos. Segundo o secretário, a proposta será discutida pela sociedade antes de se transformar em projeto de lei. É bem verdade que os escândalos envolvendo assessor da Casa Civil rapidamente ocuparam todos os espaços dos noticiários, o carnaval distraiu corações e mentes e os anúncios do MEC passaram a segundo plano. Mas no dia 1º de março de 2004, o MEC apresentou a proposta a cinco entidades ligadas à área de educação, afirmando que a proposta “visa potencializar o ensino público no Brasil” e que “irá qualificar o ensino ministrado nas faculdades privadas”¹⁶⁹. No dia 2 de março, o ministro Tarso Genro “anunciou que uma equipe técnica está preparando a minuta do projeto a ser apresentada brevemente ao presidente da República” que, possivelmente, editará, “entre 30 e 45 dias, uma medida provisória para oficializar a proposta do programa *Universidade para Todos*”¹⁷⁰, que deverá “estatizar”, em cinco anos, cerca de 300 mil vagas.

Algumas considerações rápidas precisam ser feitas sobre o que parece ser uma nova edição do argumento da exclusão social e educacional, no presente caso, nominalmente, referindo-se a “... alunos de baixa renda, negros, índios e ex-detentos ...” - para justificar manobras financeiras que, no fim das contas, têm destino certo e antigo: geração de superávit fiscal, pagamento de juros das dívidas interna e externa, atendimento a banqueiros e organismos internacionais. E no caso específico da educação superior brasileira, para justificar o crescente e indistigável favorecimento das IES do setor privado, ainda que com codinome “filantrópicas” e/ou “sem fins lucrativos”, com suas antigas e milionárias

¹⁶⁷ Ver: Caderno de Textos do 23º Congresso. *Texto 20 – Política Educacional*, p. 127.

¹⁶⁸ Professor Hélgio Trindade (ex-reitor da UFRGS), presidente da CONAV; professores Gilberto Dupas (USP), Laura Tavares Soares (UFRJ), Sílvio Meira (UFPE) e Wilson Roberto de Mattos (UNEB); estudante Gustavo Lemos Peta (presidente da UNE) e Leila de Souza Oliveira (funcionária da UFMT, indicada pela FASUBRA).

¹⁶⁹ www.mec.gov.br/noticias - Março/2004 - SESU, 01/03/2004.

¹⁷⁰ Idem, 02/03/2004.

isenções fiscais e previdenciárias, seus lucros obtidos tanto das transferências e anistias do velho CREDEC (crédito educativo; a imprensa acaba de anunciar anistia no montante de R\$1,5 bilhão, que ilusoriamente favoreceu 200 mil estudantes, mas que, de fato, aumentou, naquele valor, a conta bancária dos empresários da educação) e do moderno FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, instituído pela Lei 10.260/2001) quanto da exploração de profissionais da educação que nelas atuam. A lista prosseguiria ...

Seriedade e vontade políticas, no trato de tema complexo, urgente e pungente, como o acesso à educação (de qualquer nível ou modalidade), já teriam levado o governo Lula a empenhar-se na derrubada dos vetos ao PNE (Lei nº 10172/2001), um dos quais prevendo a destinação de 7% do PIB para a educação, em 10 anos – distante dos 10% do PIB indicados pelo *PNE: proposta da sociedade brasileira*, mas nem assim encaminhado nesses 14 meses de governo. Que possibilidades não se abririam para a expansão da educação superior pública, com a parte que lhe coubesse da aplicação em educação dos 0,7% do PIB, em 2004? E para o acesso de 40% da faixa etária 18-24 anos (conforme o PNE em vigor), em dez anos, com aquela aplicação do PIB, seria necessário um “Universidade para Todos”? No Texto 20, do Caderno de Textos do 23º Congresso, fizemos referência – não custa reforçar – ao orçamento federal para a educação para 2004, de lavra do governo Lula – portanto, não mais parte da “herança maldita” de Fernando Henrique – com redução da ordem de 13,5%. Compare-se, por exemplo, o orçamento de todas as universidades federais – em torno de R\$5,5 bilhões – com os R\$2,2 bilhões resultantes de anistias do crédito educativo (\pm R\$1,5 bi) somadas à renúncia fiscal das IES filantrópicas (\pm 700 milhões). Quantas vagas as IES federais poderiam colocar à disposição dos “socialmente desfavorecidos”, com qualidade acadêmica superior à das IES privadas, com esses R\$2,2 bilhões? A lista prosseguiria ... e nem chegamos a falar dos problemas relacionados à (escassa) qualidade da educação, nas IES particulares.

Mais do que nunca, é necessário ratificar e implementar nossas deliberações congressuais relativas à expansão de vagas e cursos, inclusive no turno da noite, da educação superior pública e gratuita, *para todos*, de modo a atender, com real democratização, a crescente demanda por esse nível de escolarização; ao financiamento estatal das IES públicas, em montantes suficientes, pontualmente repassados e adequadamente distribuídos, o que será definido pelas IES por meio do exercício de sua autonomia e da gestão institucional democrática; à alocação de todos os demais recursos necessários – nomeação de docentes e servidores técnico-administrativos concursados, pelo Regime Jurídico Único, na esfera federal, e seus equivalentes, nas esferas estadual e municipal; política consistente e permanente de assistência estudantil; recuperação das instalações e equipamentos necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão, na perspectiva da qualidade social da educação superior; ampliação da rede de IES públicas, em todo o território nacional, e destinação de verbas públicas exclusivamente para as IES públicas.

Mas já que, neste ponto, estamos a considerar o lado econômico-financeiro da questão, é apropriado acrescentar alguns novos instrumentos legais, em tramitação e disputa no Congresso Nacional, destinados a instituir o pagamento de mensalidades ou anuidades escolares, na educação superior pública atual, ou o “ressarcimento aos cofres públicos”, por parte de egressos de IES públicas, passados e presentes (os atuais projetos governamentais, do executivo e do legislativo, garantirão que futuros egressos não tenham que fazer tal ressarcimento). Em textos de eventos anteriores, havíamos chamado a atenção para várias dessas iniciativas, inclusive algumas de autoria de outrora defensores da gratuidade constitucionalmente estabelecida para a educação oferecida nas instituições oficiais. Acompanhando a tramitação desses projetos de lei, já apreciados pelo ANDES-SN, localizamos outros, apresentados em 2003, dos quais chamaram nossa atenção três proposições. (1) O PL nº 2144, de 2 de outubro de 2003, de autoria do Deputado Coronel Alves (PL-AP), que “*Disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para a Democratização do Ensino Superior – FDES*”. Esse PL institui a cobrança de mensalidades para alunos das IES públicas, que tenham renda superior a cinco salários mínimos; os recursos assim arrecadados virão a constituir e alimentar o Fundo de “Democratização” do Ensino Superior (as aspas são inevitáveis!), cuja destinação precípua é a concessão de bolsas de estudos a alunos que estejam *matriculados em IES privadas* e que tenham renda inferior a cinco salários mínimos. Há outros aspectos criticáveis nesse PL, mas vamos nos ater a esse aspecto específico da proposição. (2) O PL nº 2.736, de 10 de dezembro de 2003, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que “*institui benefício fiscal para incentivo ao ingresso no ensino superior*” por meio da destinação de 50% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, devida pelos estabelecimentos de ensino superior, para *pagamento de anuidades escolares* de estudantes universitários. Ora, no momento da apresentação desse PL e enquanto discutimos os temas do 23º Congresso, apenas as IES privadas cobram anuidades (ou mensalidades) escolares. Estamos, pois, diante de uma situação em que IES

privadas, devedoras da COFINS, serão anistiadas em 50% de seus débitos em troca do pagamento, de mesmo valor, a elas mesmas, por meio das anuidades que cobram de seus alunos, se egressos do ensino médio público. Voltamos a alguns parágrafos atrás: renúncia fiscal, esvaziando os cofres estatais e favorecendo o empresariado da educação; desinvestimento na expansão da educação superior pública, “incentivando” (segundo a ementa do PL) os estudantes oriundos da escola pública – supostamente “socialmente desfavorecidos” – a ingressar no ensino superior privado. (3) O PL 2082, de 25 de setembro de 2003, de autoria do Deputado Paes Landim (PTB-PI), que “*Altera a redação dos dispositivos que menciona da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta outros*”, propõe uma variada gama de mudanças na LDB, exigindo, pois, cuidadoso cotejamento com o texto da lei e análise criteriosa de cada alteração sugerida. Todavia, os acréscimos recomendados é que dão o tom privatista da proposta, tanto para a educação básica quanto da educação superior, sem esquecer da educação profissional, e damos um exemplo: “20 – Art. 43, acréscimo do seguinte parágrafo único: *Parágrafo único – As instituições de ensino superior, o aluno ou responsável por ele e entidades públicas ou privadas poderão firmar contratos para concessão de bolsas de estudo a serem pagas durante o curso ou após sua conclusão, na forma, condições e prazo que estabelecerem o documento (sic).*” Redação semelhante é proposta para os acréscimos relativos à educação básica e à educação profissional. Vale lembrar que é de autoria também do Deputado Paes Landim o PL 337/2003¹⁷¹, que propõe uma mini-reforma trabalhista exclusiva para o magistério, com perda de direitos e legalização da exploração da mão de obra estudantil.¹⁷²

Também com centralidade no conjunto de preocupações do movimento docente está a questão das fundações de apoio, existentes e muito atuantes nas IES públicas. Elas são instrumentos essenciais ao processo - engendrado e incentivado pela orientação neoliberal da educação e da administração pública - de privatização dos espaços públicos. Sua criação foi instituída no final da década de 60, para que as mantenedoras das novas universidades federais – as fundações universitárias – criadas na esteira da reforma universitária de 1968, tivessem autonomia de gestão financeira, contornando os impedimentos determinados pelo famoso Decreto 200/66 (que se dizia capaz de moralizar a administração pública). Poucas até 1990, as fundações “de apoio” das IES públicas, desde o início dessa década, tiveram vertiginosa expansão, em alguns casos, fugindo completamente ao controle das administrações das IES que “apóiam”. Emblemática, nesse sentido, a situação da USP, objeto de contundente denúncia da ADUSP ao movimento docente e à sociedade. No setor federal, a Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, que “dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”, introduz a necessária legalidade a uma série de procedimentos de captação de recursos e de administração financeira, patrimonial e de pessoal. Todos conhecemos seus desdobramentos e conseqüências, na história recente de nossas IES públicas.

Hoje, no bojo de nosso debate sobre o modelo de reforma universitária proposto pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Reforma Universitária¹⁷³, novamente as fundações de apoio ganham centralidade, desta feita com muito maior intensidade, já que as fundações são apresentadas como o principal instrumento do objetivo central dessa (contra)reforma – a autonomia financeira das IES, significando, basicamente, obtenção dos recursos necessários à manutenção de cada instituição. Tivemos conhecimento de que uma minuta de decreto, regulamentando a Lei nº 8.958/94, aparecia como anexo do relatório de uma comissão composta por MEC, MCT e ANDIFES. Obtivemos cópia dessa minuta que foi, imediatamente, encaminhada às seções sindicais e secretarias regionais, para análise e discussão. O 23º Congresso precisa manifestar-se sobre essa matéria: as fundações de “apoio” das IES públicas, que tantas e graves distorções e iniquidades introduziram na vida das universidades e centros de educação tecnológica, federais e estaduais.

Uma última atualização relevante diz respeito à publicação, no Diário Oficial da União, de 27 de fevereiro último, da lista dos nomes indicados por entidades para o preenchimento de vagas nas duas Câmaras (de Educação Básica – CEB - e de Educação Superior - CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Concorrem às 12 vagas 94 candidatos(as): 53 para a CEB e 41 para a CES. O MEC irá, agora, preparar uma lista tríplice para cada vaga de cada uma das Câmaras, que será encaminhada ao presidente da República, a quem cabe escolher e nomear os conselheiros. O registro dessa notícia ganha particular importância, dado o número não

¹⁷¹ Ver ANDES-SN: Caderno de Textos do 47º CONAD. Natal, RN: 2003. *Texto da Diretoria do ANDES-SN: Plano de Lutas do Setor das IPES.*

¹⁷² A íntegra de todas as proposições legislativas mencionadas nos dois textos sobre Política Educacional, apresentados ao 23º Congresso, estarão à disposição dos interessados na página do ANDES-SN na Internet (www.andes.org.br), a partir de 15 de março de 2004. Mas podem ser encontrados, desde já, na página da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

¹⁷³ Ver Caderno de Textos do 23º Congresso. *Texto 20 – Política Educacional*, p. 126.

desprezível de indicações para a CES/CNE de dirigentes da educação superior privada (onze) ou pessoas (identificamos nove) com conhecida história de estreitos laços com o setor educacional privado.

Por outro lado, o ANDES-SN, como membro do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em muito contribuiu nas discussões e elaboração de uma proposta relativa às atribuições e composição do Conselho Nacional de Educação, à luz do *PNE: proposta da sociedade brasileira*; essa proposta foi revista e aperfeiçoada em relação à formulação anterior, que havia sido apresentada ao ministro Cristóvam Buarque, em fevereiro de 2003¹⁷⁴. Aprovada em Plenária Nacional do Fórum, em julho de 2003, a nova proposta foi encaminhada ao MEC e às duas casas do Congresso Nacional¹⁷⁵. Cabe-nos, então, como co-autores e co-proponentes, envidar esforços para que a proposta de atribuições e composição do CNE seja debatida e aprovada, no parlamento, como lei.

Diante dessas constatações e análises, cabe ao movimento docente deixar prova inequívoca de sua disposição de luta em defesa e em prol da universidade pública, autônoma e democrática, e da educação superior pública, gratuita, financiada pelo Estado, de qualidade social, como disposto na Constituição Federal.

TR – 20-A

O 23º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Quanto ao Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior:

1.1 Ratificar suas deliberações congressuais relativas à luta em defesa e em prol da autonomia universitária, estabelecida na Constituição Federal, e implementar ações de mobilização e resistência à violação dessa autonomia, representada pela aprovação da MPV 147/2003, e sua decorrente conversão em lei, ao instituir o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior e definir as instâncias competentes para implementá-lo.

1.2. Ratificar, também, para essa resistência, seus instrumentos de referência política, pedagógica e metodológica: a *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 2003)* e o *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira* (II CONED: Belo Horizonte-MG, novembro de 1997, e atualizações subseqüentes, em 1999 e 2002).

2. Quanto ao Programa de Democratização do Acesso à Educação Superior, do MEC:

2.1 Assumir posição contrária à proposta “Universidade para Todos”, do MEC, a qual, a título de implementar seu “Programa de Democratização do Acesso à Educação Superior” para grupos “socialmente desfavorecidos”, agudizará o crescente e inadmissível processo de transferência de verbas públicas para as IES privadas, ao promover a “estatização” de vagas ociosas das instituições privadas por meio da extensão da renúncia fiscal que hoje beneficia a maioria das IES particulares (supostamente filantrópicas e sem fins lucrativos) a todas as demais IPES que vierem a aderir ao Programa.

3. Quanto a outras proposições relativas à “democratização da educação superior”, ao seu financiamento e à transferência de verbas públicas para as IES privadas:

3.1 Assumir posição contrária ao PL nº 2144, de 2 de outubro de 2003, de autoria do Deputado Coronel Alves (PL-AP), que “Disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para a Democratização do Ensino Superior – FDES”, e lutar por seu arquivamento, posto que institui a cobrança de mensalidades a alunos das IES públicas, com renda superior a 5 salários mínimos, de modo a constituir o Fundo de “Democratização” do Ensino Superior, a ser alimentado com os recursos assim arrecadados mas destinado à concessão de bolsas de estudos a alunos *matriculados em IES privadas* e tenham renda inferior a 5 salários mínimos.

3.2 Assumir posição contrária ao PL nº 2.736, de 10 de dezembro de 2003, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que “institui benefício fiscal para incentivo ao ingresso no ensino superior” por meio da destinação de 50% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, devida pelos estabelecimentos de ensino superior, para *pagamento de anuidades escolares* de estudantes universitários, e lutar pelo arquivamento definitivo desse projeto de lei.

¹⁷⁴ Ver Caderno de Textos do 23º Congresso. *Texto 20 – Política Educacional*, p. 116.

¹⁷⁵ Integra do texto disponível em www.andes.org.br, clicando em **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública**.

3.3 Assumir posição contrária ao PL nº 2083, de 25 de setembro de 2003, de autoria do Deputado Paes Landim (PTB-PI), que “Altera a redação dos dispositivos que menciona da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta outros”, em função do caráter privatista dos acréscimos propostos e da retomada, nesse PL, de elementos de precarização da atividade docente, constantes de outra proposição do mesmo parlamentar.

4. Lutar contra a proposta de Decreto, elaborada, conjuntamente, pelos ministérios da Educação e da Ciência & Tecnologia, que regulamentará a Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, “que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”.

5. O ANDES-SN envidará todos os esforços, por meio da mobilização e atuação de todas as suas instâncias e estruturas, para que a proposta de atribuições e composição do Conselho Nacional de Educação, aprovada na Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, seja debatida no Congresso Nacional e aprovada como lei.

Tema: III

Subtema: Sindical

TR – Quem são os defensores da Convenção 87 da OIT.

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

TEXTO DE APOIO

A OIT surge em 1919 como organização autônoma, consequência do Tratado de Versalhes. Muitas das leis trabalhistas brasileiras que depois se incorporaram a CLT foram exigências também do Tratado de Versalhes. A partir de 1946 a OIT passou a ser um órgão da ONU.

A convenção 87 foi editada justamente em 1848, quando os EUA ficaram praticamente donos ONU e dos países ocidentais e disparou uma nova santa cruzada anticomunista com a Guerra Fria, o Monopólio Atômico (Diplomacia Atômica), o Macartismo, o Plano Marshall e outras políticas de imposição da Pax Romana à americana. Ela tinha portanto um endereço certo. Dividir e pulverizar o sindicalismo onde ele estava sob hegemonia dos comunistas e tornando-se um sindicalismo revolucionário. O caso típico era a CGIL italiana que era fruto da Unicidade Sindical escolhida como a forma ideal para fortalecer os trabalhadores em 1944 (Pacto de Roma – unidade antifascista). O PCI, o maior partido comunista do ocidente tinha a hegemonia sobre a CGIL. Uma articulação CIA, Vaticano, OTAN, Plano Marshall, cindiu a CGIL de fora para dentro, criando novas centrais financiadas externamente e com apoio da estrutura da Igreja (Qualquer semelhança com a CUT...).

A cisão da CGIL ocorreu no mesmo ano da edição da Convenção 87 e da cisão do sindicalismo mundial com a criação pela CIA da CIOSL (à qual é filiada a CUT). É a tática de dividir para dominar.

Baseada numa utopia liberal, desligada da realidade sócio econômica, privilegiando a forma e não o conteúdo, a convenção 87 era uma receita fácil para a demagogia. A sua aceitação como justa por setores progressistas significa a vitória no campo ideológico do capital sobre o trabalho ou do capitalismo sobre o socialismo.

A sua demagogia é tão evidente que um regime fascista como o de Mussoline poderia ratificar tranquilamente a Convenção 87 da OIT, pois como vimos a Carta Del Lavoro admitia a livre associação sindical (pluralismo)

O pluralismo sindical não é incompatível com ditaduras. O Paraguai da época do Ditador Stroessner adotava a Convenção 87 (pluralismo sindical) como lei máxima. As Filipinas do Ditador Ferdinand Marcos também.

No Brasil a lista de seus defensores também não dignifica a convenção 87. Dutra, que fechou 470 dos seiscentos e poucos sindicatos importantes da época e que fechou o Partido Comunista, mandou mensagem ao congresso para ratificação da Convenção 87, fazendo-lhes elogios. O Ditador Castelo Branco, após o golpe militar, pede a sua ratificação no congresso, cujo defensor maior foi o deputado arenista Flávio Marcílio, que seria candidato a vice-presidente na chapa de Maluf. O General Ivan Mendes, Ministro-Chefe do SNI, órgão de repressão da ditadura, principalmente contra sindicalistas,

expressou sua preocupação: *“A ratificação da Convenção 87 atende aos interesses dos trabalhadores. O país está inclusive atrasado nesse sentido”*. Seria uma ordem para o Congresso? Só essa já era para as esquerdas botarem as barbas de molho. Mas não, a CUT e a IGREJA estavam ao lado das forças reacionárias para que o Senado ratificasse a Convenção. Ela já tinha sido aprovada na Câmara por recomendação do arquireacionário deputado Irapuã Costa Júnior, presidente da comissão de trabalho e justiça social. Teve papel importante na sua aprovação, o PDS, partido de sustentação do regime militar. No seu programa ao Colégio Eleitoral, “Brasil Esperança”, Maluf afirmava cinicamente: *“A pluralidade sindical ajusta-se melhor às sociedades abertas, democráticas”*. A igreja defende o pluralismo desde que existiu o primeiro sindicato cristão. Em 1940, a alta hierarquia católica chegou a dirigir um apelo a Getúlio Vargas para que transformasse os 415 Círculos Operários existentes em sindicatos paralelos. Já em 1946, os deputados da “Liga Católica” aliaram-se com deputados reacionários da UDN e PSD para defender a implantação do pluralismo sindical no Brasil.

OS RESULTADOS PRÁTICOS DA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 87:

Reproduzimos abaixo o texto do caderno produzido num congresso de sindicalistas bancários realizado em Florianópolis, em 1985, que por sua vez é uma coletânea de textos do Jornal Tribuna Operária, sob responsabilidade da Tribuna Bancária. dos bancários já citado:

“Não é para menos que dos 96 países que ratificaram a Convenção de 87 (150 países são membros da OIT, inclusive o Brasil), na maioria esmagadora impera o pluralismo. Um caso exemplar é o Japão, onde os empresários estimularam e criaram milhares de frágeis e subservientes sindicatos por empresas (os “segundos sindicatos”), ofícios e partidos políticos. Atualmente, na pequena ilha, existem 73.694 “sindicatos” – enquanto no Brasil, um país de dimensões continentais, existem cerca de 5 mil !

O mesmo ocorreu na Alemanha Ocidental :os capitalistas incentivara a criação de mais de 25 mil “conselhos de estabelecimentos “ para enfraquecer a ação unitária da classe operária.

Através da ratificação da convenção de 87 no Brasil, os capitalistas poderiam tornar realidade um velho acalentado sonho: o de dividir os sindicatos mais fortes e atuantes. A Volkswagen, que em fins de 1980 tentou em vão organizar o seu sindicato, o chamado “Sistema de Representação dos Empregados” (num período em que a verdadeira entidade de classe dos metalúrgicos de São Bernardo estava sob intervenção dos generais), poderia ter agora seu projeto viabilizado legalmente. O mesmo ocorreria para a FIESP – poderosa entidade dos industriais paulistas – que há muito insiste em dividir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 23 fracos e inexpressivos “Sindicatos de ofício”.”

E POR QUÊ NÃO RATIFICARAM A CONVENÇÃO 87 NA DITADURA?

Segundo a mesma fonte:

“No entanto, o regime militar não sentiu necessidade de mexer na estrutura sindical. Conforme explicou Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho da ditadura, não havia porque aprovar a Convenção 87 “tendo em vista as condições do atual momento brasileiro”. O “momento” era de rígido controle do movimento sindical, e prisões e mortes de sindicalistas, de cerca de mil sindicatos sob intervenção do governo e de formação e incentivo ao peleguismo (mais de 30 mil “sindicalistas “ fizeram cursos de corrupção ideológica nos EUA, entre 1964-1972)”. (1972/73 é a data em que Lula teria feito o curso de sindicalismo na John Hopkins University: observação nossa).

“Só quando o regime militar começou a desmoronar e, em contrapartida o movimento operário e sindical se fortalecia, é que a Convenção 87 reapareceu. Tratava-se de substituir a repressão pela divisão”

A Convenção 87 da OIT, portanto é o personagem JÚLIUS DETRITUS, das histórias em quadrinho de ASTERIX, especialista em provocar cizânias.

No caso do Brasil teria um efeito arrasador, tornando letra morta todo o Título V da CLT e destruindo a força do sindicalismo brasileiro um dos poucos sindicalismos ainda forte no mundo.

TR -

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, ratificar as seguintes posições e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. Contra a Ratificação da Convenção 87 da OIT.
2. A favor da manutenção da Unicidade Sindical

Tema: III

Subtema: Sindical

TR – CUTEGOS e PELEGOS - Para se entender e combater melhor a lógica dos cutegos contra o imposto sindical.

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

TEXTO DE APOIO

Vejamos algumas definições de pelego.

1) DICIONÁRIO ESCOLAR DO MEC:

Pelego - A pele do carneiro com a lã que serve de forro ao assento do lombilho ou do serigote; prócer sindical que se acomoda facilmente às vantagens pessoais do adesismo.

2) HOUAISS:

Pelego - A pele do carneiro com a lã; essa pele colocada sobre os arreios para tornar o assento do cavaleiro mais confortável.

3) NOVO AURÉLIO:

Pelego - A pele do carneiro com a lã; Essa pele, usada nos arreios à maneira de xairel.

Xairel - Cobertura de besta, feita de tecido ou de couro, sobre a qual se põe a sela ou a albarda.

As duas primeiras estão corretas e se reforçam. A do NOVO AURÉLIO está incorreta na sua segunda parte quando diz que o pelego pode ser usado como xairel. Consultei inclusive Gaúchos que já arrearam cavalos que confirmaram esse erro do AURÉLIO; segundo eles se colocassem o pelego no lombo da cavalgadura, ela não suportaria, pois o calor gerado poderia provocar ferimentos.

Mas em que importa essa diferença do ponto de vista político? Veremos a seguir.

Segundo, portanto a definição correta, o pelego protege o assento do cavaleiro (capitalista) e não o lombo da montaria (trabalhador).

Antes de prosseguir com pelegos, definamos o que seja cutego, criação da CUT - Central Única da Traição.

O Cutego é o pelego internacional, o pelego do atacado. O cutego se esmera em proteger os “fundos” dos banqueiros internacionais, dos donos das montadoras multinacionais. O cutego se entende diretamente com os representantes multinacionais do imperialismo, enquanto o pelego se entende com empresários locais.

Se o pelego é a pele do carneiro com a lã sobre os arreios para tornar o assento do empresário local mais confortável, o cutego é a almofada colocada sobre os arreios para deixar os “fundos” dos grandes banqueiros da Wall-Street bem tratados. Os acordos do **salve-se quem puder** feitos ilegalmente, retirando direitos elementares dos trabalhadores garantidos pela CLT, entre a CUT e Multinacionais, em 1995, demonstraram claramente isso. E agora com o governo dos cutegos cai definitivamente a máscara deles.

Portanto, os cutegos, membros da Central Única da Traição, não têm respaldo moral para apontar os pelegos, pois pelo menos esses ainda têm um resquício de brasilidade.

Mas os cutegos vão além e se acham com o direito de chamar de pelegos todo aquele que não reza pela sua cartilha. É o caso daqueles que se enquadram por coincidência na definição errônea de pelego do Novo Aurélio. O líder sindical que leva seu cargo com honestidade conseguindo cada vez mais aumento de direitos e vantagens para o trabalhador além daqueles já existentes na CLT que são conservados, é chamado de pelego pelos cutegos e eles que deixam ser tirados direitos de mais de 50 anos trabalhadores são o quê?

Aí eles respondem: “mas nós fizemos greves radicais, gritamos bordões revolucionários, elevamos bem alto as palavras, socialismo, liberdade sindical, autonomia sindical etc.” Mas aí, até Lula que é um deles chama tudo isso de meras bravatas. Essa foi a consideração que Lula teve na sua primeira fala para seus ex-companheiros bravateiros depois de eleito.

Essa é uma questão que tem que ser esclarecida para os trabalhadores, para eles não caírem mais em cantos de sereias. Afinal qual é a função de um líder sindical, numa sociedade como a brasileira, em que até a classe média de esquerda tem resquícios escravistas e onde a Revolução de 30 e Getúlio Vargas introduziram uma legislação trabalhista que é o que há de mais avançado no mundo, superando as dos países modernos industriais?

É evidente que seria a defesa intransigente desses direitos e da CLT que garante esses direitos e se possível ampliar esses direitos progressivamente até o socialismo.

Vejamos o conceito de sindicalismo de um sindicalista histórico, pai do sindicalismo soviético, sindicalista radical desde 1905, único membro do Politburo de origem operária autêntica e dos poucos que pela época de 1936 não devia sua ascensão a Stalin. Além de ser também liderança internacionalmente conhecida, Tomski, conseguiu manter sua identidade de líder sindical apesar da revolução, guerras civis, militarização do Estado, reconstrução de um novo estado em condições de fome, destruição etc. Conseguiu conciliar sua fidelidade à revolução e ao conceito tradicional de sindicato. Tomski suicidou-se em 22 de agosto de 1936, preventivamente pois como pai do sindicalismo soviético e membro do politburo não queria ser arbitrariamente humilhado e degradado como foram Zinoviev e Kamenev, segundo declarou um amigo seu. Eis a opinião de Tomski de sindicalismo em 1925:

“Cabe sempre aos sindicatos (...) uma tarefa fundamental. Essa tarefa, que define o próprio papel e o sentido dos sindicatos, é o amplo esforço e o trabalho constante de promover e elevar o nível material e espiritual de seus membros. Ao longo da história do movimento sindical, esta foi e será a tarefa dos sindicatos”.

Pelo seu conceito de sindicalismo, os cutegos classificariam Tomski de pelego. Tomski não dava aos sindicatos o papel de substitutos de partidos revolucionários. Ele conseguia exercer o duplo papel de dirigente sindicalista tradicional, evidentemente com altos e baixos, concessões e ganhos, recuos e avanços, derrotas e vitórias e de membro de um partido revolucionário inclusive na sua fase ditatorial.

Muitos dos sindicalistas que os cutegos classificaram de pelegos cumpriam esse desígnio. O papel do XAIREL que erradamente o novo Aurélio define com pelego. Pois até num socialismo na atual conjuntura econômica, com o nível das forças produtivas e meios de produção atuais, o trabalhador assalariado ainda será como a montaria que sustenta o resto da sociedade em suas costas. A diferença para o capitalismo é que em vez do peso maior ser concentrado numa única pessoa, o capitalista, ele será distribuído por várias pessoas de renda menor. Pode-se imaginar um cavalo com várias crianças montando, puxando vários intelectuais e cientistas numa carroça, ou várias famílias de baixa renda, seja o que for, o papel do XAIREL, que protege o lombo da cavalgadura continua necessário. Imagine então no capitalismo selvagem que vivemos. Enquanto o desenvolvimento científico tecnológico não substituir pelo robô todos os tipos de trabalho, ainda haverá o papel dos sindicatos para minorarem progressivamente a exploração do trabalhador através de novas e novas conquistas. E esse tipo de papel é que erradamente os cutegos e o Novo Aurélio atribuem ao pelego. É evidente que os cutegos assim o chamam não no sentido do Novo Aurélio, mas no sentido do verdadeiro pelego, pejorativamente, por um preconceito pseudo esquerdista.

Nós trabalhadores não podemos adotar esse conceito. É um conceito inclusive elitista, discriminatório, de lei da selva, colocando como únicos sindicatos com direitos a existência aqueles ligados aos setores mais estratégicos da economia, que por suas características têm maior capacidade de se organizar e de participar politicamente em épocas de vacas gordas, mas que justamente nas épocas de vacas magras se acovardam pois têm muito a perder. Que sobrevivam os mais fortes essa é lei dos cutegos. Nada diferente do neoliberalismo. E a CLT foi justamente feita para permitir que todos se sindicalizem, inclusive aqueles mais dispersos e com dificuldade de associação. Os cutegos têm o mau hábito de chamar de pelegos, os sindicatos de categorias cujos trabalhadores são dispersos e pertencem a ramos menos estratégicos, mesmo que eles defendam melhor os interesses de seus associados que o sindicato dos metalúrgicos do ABC. Como esses sindicatos hoje não sobreviveriam sem o imposto sindical em particular e a CLT em geral, os cutegos concluem numa falsa lógica que o imposto sindical é responsável pela existência de sindicatos pelegos.

TR -

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar a seguinte sentença e divulgá-la aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. Os argumentos falaciosos usado contra o imposto sindical têm como um dos seus fundamentos, uma concepção errada de sindicalismo, um sindicalismo pseudo revolucionário que na prática leva à uma exclusão elitista da maioria dos trabalhadores brasileiros.

Tema: III

Subtema: Sindical

TR – Liberalismo, Anarquismo ou Fascismo? – A Lógica Do Sindicalismo Cutista.

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

TEXTO DE APOIO

Antes de mais nada, uma ressalva. Eu não tenho nenhum preconceito e nem qualquer mágoa contra os anarquistas. Acho-os até simpáticos devido inclusive a minha própria origem pequeno burguesa. Admiro inclusive muitos anarquistas individualistas que nos regimes totalitários se insurgem contra eles colocando-os em cheque quando menos eles esperam (não me refiro ao terrorismo individual, mas atitude públicas de personalidades também públicas).

Mas quando um anarquista funda um partido e ainda o intitula de marxista ou outros istas, não é mais uma iconoclastia, é uma aberração. Um anarquista pode no máximo fundar um clube.

E se não fosse esse karma que eu próprio assumi de nunca me omitir na defesa do povo brasileiro e de meu país, eu procuraria ou fundaria um clube anarquista (regado a cerveja).

Comecemos com um texto lapidar de Engels sobre os anarquistas bakuninistas espanhóis. Qualquer semelhança desse texto com os sucessos do governo do PT não é mera coincidência.

Tanto que essa TR poderia ficar também em análise de conjuntura, mas como eu vou usar exemplos ligados ao sindicalismo que foi a base de manipulação para o PT chegar ao Poder, eu preferi incluir no subtema Sindical. Segue o texto de Engels, que são as suas conclusões sobre a análise que ele faz sobre a condução que os bakuninistas espanhóis deram ao movimento republicano de 1873 na Espanha. O texto:

“...”

a - Quando se enfrentaram com uma situação revolucionária séria, os bakunistas viram-se obrigados a deitar fora os programas que vinham mantendo até aí. Sacrificaram em primeiro lugar o seu dogma de abstencionismo político e, sobretudo, o abstencionalismo eleitoral. Chegou depois a vez á anarquia, isto é, á abolição do Estado e, em vez de o abolirem, constituíram uma série de pequenos Estados novos. Em seguida abandonaram a idéia de que os operários não deviam participar em nenhuma revolução que não postulasse a imediata e completa emancipação do proletariado e participaram num movimento cujo caráter puramente burguês era evidente. Finalmente fizeram em pedaços o princípio que eles mesmos acabavam de proclamar, segundo qual a instauração de um governo revolucionário não é mais do que um novo engano a uma nova traição á classe operária, ao instalarem-se comodamente nas juntas governativas das diversas cidades e, quase sempre, como uma imponente minoria, politicamente neutralizada e explorada pela burguesia.

b - Ao renegarem os princípios que desde há muito vinham proclamando, fizeram-no de maneira mais covarde e grosseira, debaixo da pressão de uma consciência culpada, sem que, de resto, os bakunistas e as massas por eles arrebanhadas se lançassem na ação com um programa ou ao menos sabendo o que queriam. Qual foi a conseqüência natural de tudo isto? Que os bakunistas ou entorpecessem o movimento como em Barcelona ou se vissem arrastados a levantamentos como em Alcoy e em Sanlucar de Barrameda, irrefletidos e estúpidos, ou ainda deixassem cair a direção da luta na mão dos burgueses como aconteceu na maioria dos casos. Assim, pois, ao passarem aos fatos, os gritos revolucionários dos

bakunistas traduziram-se em medidas para acalmar os ânimos, em levantes condenados, de antemão ao fracasso ou na adesão a um partido burguês, que além de explorar ignominiosamente os próprios fins políticos, os tratava a pontapés.

c - o único, entre os princípios do anarquismo que ficou de pé foi o da federação livre de grupo independentes etc., que de fato, resultou na dispersão sem sentindo dos meios revolucionários de luta, o que permitiu ao governo dominar uma cidade e a seguir as outras, com um punhado de tropas e sem encontrar resistência.

d - Fim de festa : não só a seção espanhola da internacional – quer a falsa como a autêntica – se viu envolta no destroçar dos intransigentes, como hoje esta seção – em tempos numerosa e bem organizada – está completamente em decadência atribuindo-se-lhe para cúmulo os excessos que os filisteus de todos os países não podem deixar de erigir como verdadeiros quando sucede algum levante operário. Isto torna impossível, por muitos anos a reorganização do proletariado espanhol.

e - Numa palavra : os bakunistas espanhóis deram-nos um exemplo de como não deve fazer-se uma revolução.” (O Anarquismo E A Democracia Burguesa. Malatesta e outros. Global Editora)

“...”

Essa característica dos anarquistas que Engels salienta no item **a-** (ler por favor)de, ao descer dos sonhos e enfrentar a realidade, negar tudo que pregava na teoria, aconteceu exatamente com o imposto sindical.

Os cutistas pregavam o fim imediato do imposto sindical como um dogma inegociável. O Caráter compulsório da contribuição era inaceitável. Fera os supremos princípios de liberdade e autonomia, de não intervenção do Estado.

Entretanto, malandramente esses cutistas enfiaram na Constituição Burguesa a criação de uma tal taxa confederativa também compulsória. Eles podem até alegar que o valor da taxa é decidido em assembléia, mas isso não tira em absoluto a garantia compulsória vindo do Estado para cobrar de todos mesmo que na assembléia só estivessem presente 1% de associados.

Parece até a história do Padre velho que sugeriu ao padre novo beber um pouco de vinho bento para perder a timidez no sermão. Aí o padre novo perguntou. E um padre pode beber? O velho respondeu: sendo benzido pode.

É a teoria dos cutistas: se a taxa compulsória for benzida por uma assembléia, mesmo com 0,01% de associados ou até menos, a taxa compulsória deixa de ser compulsória.

Não bastando, usaram e abusaram de uma tal taxa assistencial criada na ditadura militar. O fato desse compulsório ser herança do golpe de 64 é relevado. É só benzer que fica tudo certo.

Sobre os abusos no uso dessas taxas, não é demais lembrar o que disse o próprio representante dos cutistas governistas nessa reforma, Osvaldo Bargas:

“...o grande filão dos sindicatos atualmente é a contribuição confederativa, criada pela constituição de 1988 e nunca regulamentada. Os abusos nessa área, segundo Bargas, chegam à imoralidade. Tem sindicato que cobra até 3% ao mês do salário do trabalhador com esse tipo de contribuição. Outros ainda exploram, mediante a contribuição assistencial, uma herança do período militar para fortalecer a concepção assistencialista dos sindicatos. Bargas relata que muitas entidades chegam a cobrar até quatro dias de salário anual por conta dessa taxa assistencial...”

Isso não impediu como é natural na dupla personalidade do anarquista socialista, que continuasse com o discurso contra o imposto sindical mas na prática o aceitando com grande felicidade.

E para completar, os cutistas, sindicalistas e os aboletados no governo, resolveram agora substituir tudo por uma nova taxa compulsória mais extorsiva de que o imposto sindical. Canalhas.

Semelhanças e diferenças entre liberais e anarquistas socialistas:

Evidentemente, os anarquistas socialistas pregam o fim da propriedade privada e o socialismo, diferente dos liberais, embora no fundo alguns deles admitam uma coexistência dessa propriedade privada que se extinguiria naturalmente desde que os produtores individuais se associassem em cooperativas ou sobre outras formas de contratos sociais.

Mas a distinção sutil que eu quero fazer é justamente na questão em que eles se identificam que são as consignas de Liberdade, Igualdade e fim do Estado.

Ambos levam ao extremo a questão de Liberdade, Igualdade. Mas o liberal defende Liberdade e Igualdade concretas já implantadas desde as revoluções burguesas, coisas reais já existentes. Segundo Marx, as condições necessárias para que o capital possa extrair impunemente mais-valia, são liberdade e igualdade. A liberdade e igualdade na relação capital-trabalho.

O que o liberal quer é a ampliação dessas liberdades ainda mais para o capital, que foi restringida com o Keynesianismo e outras formas de intervenção do Estado para salvar o capital, mas que o liberal ingrato não reconhece esse benefício.

Malandramente, o liberal nunca dispensou a intervenção do Estado para aumentar a liberdade do capital, mas quando se acha de novo forte e com saúde acusa o Estado de ser a causa de sua doença.

O Liberal não é favor propriamente do fim do Estado mas de um estado mínimo nas questões sociais, que não proteja o trabalhador que deve ser livre para ser explorado por ele.

Já o anarquista quer coisas impossíveis, sonhadoras, como a Igualdade e a Liberdade do ponto de vista social, econômico e cultural, dentro de uma sociedade de classes estabelecida e sedimentada.

O Anarquista quer o fim do Estado, Liberdade e Igualdade tendo em vista uma sociedade utópica que está longe de se concretizar.

O Liberal e o Anarquista defendem as mesmas consignas. O Liberal objetivando um fim prático, real. O Anarquista objetivando um sonho. O vencedor será o Liberal.

O Liberal usará o Anarquista e derrotará a classe operária.

E o mais grave é que quando o Anarquista desperta dos seus sonhos, esquece seus princípios e adere ao poder burguês. Qualquer semelhança com certas pessoas que receberam cargos no governo não é mera coincidência.

No popular, o anarquista socialista seria um liberal enrustido. Mas isso não quer dizer que a nova esquerda brasileira seja anarquista, o seu anarquismo ou anarco-liberalismo é apenas um viés inconsciente (ninguém se assume como tal).

A melhor definição seria de fascista, pois o seu pseudo-anarquismo é financiado pelo grande capital financeiro e a melhor definição de fascismo é: reunir a classe média por um socialismo demagógico e tranqüilizar a direita com objetivos que o capital paga bem. Na Itália de Mussoline seria um anticomunismo violento. No Brasil atual, em entreguismo calhorda e o fim da CLT. O capital financeiro sempre pagou muito bem à CUT para isso.

A SEGUIR CITAÇÕES SOBRE O DOGMATISMO ANARQUISTA CONTRA O ESTADO:

“Para mim não existe nada acima de mim... Declaro guerra a todo o Estado por mais democrático que seja” (Stirner). “...fantasmagoria(o Estado) do nosso espírito que nos obriga como primeiro dever o de a enviar para os museus e bibliotecas”(Proudhon). “Quem quer que coloque a mão sobre mim para me governar é um tirano e um usurpador e eu declaro-o inimigo” ”(Proudhon). “ Eu detesto o comunismo, porque ele é a negação da liberdade ...” (Bakunin). “ É por isto que as palavras, Estado democrático e igualdade de direitos políticos, nada significam a não ser a destruição do Estado e de todos os direitos políticos” (Bakunin). “O futuro é do livre agrupamento dos interessados e não de centralização governamental – é da liberdade e não da autoridade.” (Kropotkin). “Uma sociedade igualitária deve ser fundada sobre o acordo livre e unânime de todos os seus componentes” (Malatesta). (mesma fonte acima).

TR -

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar a seguinte sentença e divulgá-la aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. A posição dos cutistas contra o imposto sindical está fundamentada numa ideologia pequeno burguesa inconsciente, não explicitada e não assumida e como tal fatalmente seria, como foi, usada para cumprir os desígnios neoliberais, como por exemplo, destruir a CLT.

Tema: III

Subtema: SINDICAL

TR – Liberdade e Autonomia Sindicais

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

TEXTO DE APOIO

Vimos nas TR, MARXISMO DE GALINHEIRO, MARX E A CLT, O ESTADO DE FORA - ... e em outras TR desse CONGRESSO, que as consignas adotadas pela CUT como ícones sagrados, tais sejam, **Liberdade e Autonomia Sindicais, Estado FORA, Livre Acordo etc.**, são originárias do baú do ideário liberal burguês, do Pomposo Catálogo Dos Direitos Do Homem, como ironiza Marx.

Vimos também que além de desmascaradas no plano teórico, elas também foram desmoralizadas pela crítica da prática. Não só elas fracassaram nos famosos Contratos Coletivos de Trabalho assinados em 1995 no ABC e em S. Paulo, quando foram rotulados de Os Acordos Do Salve-se Quem Puder, como já em 1978 Mário Pedrosa, trotskista respeitado reconhecia a vitória na prática da CLT contra aquelas consignas:

“Nós de esquerda, queríamos sindicatos **livres da tutela do Estado** e combatíamos a nova lei. Mas não há dúvida de que existia um ponto positivo. – **ela garantia os sindicatos contra invasões policiais**, freqüentes e comuns na época... Todos diziam que a nova lei era fascista, mas no interior, se os sindicatos não recebessem as garantias que ela oferecia, **não teriam condições de sobrevivência**”.

A CLT, nesses 60 anos passou galhardamente por todas as provas, ditaduras abertas, disfarçadas, neoliberalismos, democracias burguesas, sempre vitoriosa.

Já os livres acordos, baseados em liberdade e autonomia, sem a garantia do Estado, promovidos pela CUT e outras centrais, foram desmoralizados no primeiro embate com o capital.

O critério da prática aprovou a CLT e reprovou as consignas neoliberais da CUT, **Liberdade e Autonomia Sindicais, Estado FORA, Livre Acordo etc.**

Mas há um problema. Na Constituinte de 88, as tendências liberais, de direita ou de esquerda conseguiram enfiar na Constituição, **Liberdade e Autonomia Sindicais**, de modo irresponsável. Quase uma ratificação da Convenção 87 da OIT. Adiante veremos o porque do irresponsável.

Foram também incluídos na Constituição diversos artigos da CLT, inclusive a insofismável UNICIDADE SINDICAL, pedra angular do TÍTULO V da CLT (Organização Sindical).

Ora, UNICIDADE SINDICAL e poder normativo da CLT são incompatíveis com **Liberdade e Autonomia Sindicais**, de modo que isso abriu precedente jurídico perigoso.

Por exemplo, os acordos feitos pela CUT tirando direitos garantidos pela CLT dos trabalhadores. Um trabalhador que resolva entrar na justiça pedindo esses direitos de volta, tem esse direito.

Um juiz que julgue seguindo literalmente a CLT dará esse direito a ele. Alegará primeiro que a CUT não representa legalmente esse trabalhador e segundo que pela CLT, acordos que retirem direitos previstos nela são nulos. Entretanto um segundo juiz pode alegar que a Constituição é a lei maior e que pelos princípios de **Liberdade e Autonomia Sindicais**, a CUT pode representa-los e além disso os acordos firmados prevalecem sobre a CLT pelos mesmos princípios.

Um terceiro juiz poderá dizer que como a UNICIDADE e outros artigos da CLT também estão na Constituição, em caso de conflito prevalecem os artigos da CLT. Mas aí o outro poderá argüir que o que vale é o espírito da lei e que **Liberdade e Autonomia Sindicais** representam esse espírito.

Há um argumento lógico que favorece a UNICIDADE. A unicidade está definida stricto sensu, de maneira clara, precisa, detalhada enquanto **Liberdade e Autonomia Sindicais**, estão definidas lato sensu, como liberdade de associação genérica, donde prevalece a UNICIDADE.

Na realidade, a maneira como elas estão na Constituição não é tão simplificada como descrevemos acima, é juridicamente mais complexa, matéria para especialistas.

Como foi possível as forças liberais conseguirem passar Liberdade e Autonomia Sindicais e não conseguirem passar pluralismo que é coerente com **Liberdade e Autonomia Sindicais**?

Lula e seu grupo se abstiveram na hora de votar entre UNICIDADE E PLURALISMO SINDICAL. Evidentemente que ele usou um pretexto para se justificar diante de suas bases que apoiavam o

pluralismo sindical, mas a verdadeira razão é que Lula e seu grupo sabiam que se fosse aprovado pluralismo sindical, a base eleitoral do PT acabaria ali naquele momento. Em vez de um PT teriam tantos PT's, quantos fossem os sindicatos de metalúrgicos surgidos.

Essa é a característica de nossa esquerda: Posições ideológicas intransigentes no discurso e concessões ideológicas em troca de vantagens na prática.

Não sabemos se devemos agradecer a essa incoerência dos defensores da Liberdade e Autonomia Sindicais, pois senão, era possível que hoje não existisse a CLT ou se era melhor que eles fossem coerentes pois seriam as primeiras vítimas políticas e o Brasil estaria livre logo deles.

Mas um coisa é certa, nem eles mesmo acreditavam nas consignas, **Liberdade e Autonomia Sindicais**, na prática.

Afora isso, têm outros problemas ligados a essa tentativa de se colocar artigos na constituição para descaracterizar a CLT ligados ao espírito de Liberdade e Autonomia Sindicais.

Um deles diz respeito à cobrança da taxa confederativa. Colocar na Constituição a cobrança compulsória (na realidade semi-compulsória, uma espécie de "se colou...") disfarçada de decisão Livre de assembléia, por quem combate a presença do Estado, é um espanto. Mas trata-se da Liberdade e Autonomia da Picaretagem.

Como já estava em marcha a tentativa de se acabar o Imposto Sindical e só os ingênuos acreditavam que os sindicatos podiam se sustentar só com mensalidade voluntária do associado e ainda mais que as despesas dos sindicatos se multiplicaram com despesas de congressos e disputas de eleições milionárias, estavam colocando ali o substituto dele. Vejamos a opinião insuspeita dum representante do governo sobre essas taxas confederativas. Segundo matéria do JORNAL DO COMÉRCIO do Rio de Janeiro de 23/11/03, sobre Imposto Sindical:

"Oswaldo Bargas¹ explicou que o grande filão dos sindicatos atualmente é a contribuição confederativa, criada pela constituição de 1988 e nunca regulamentada. Os abusos nessa área, segundo Bargas, chegam à imoralidade. Tem sindicato que cobra até 3% ao mês do salário do trabalhador com esse tipo de contribuição. Outros ainda exploram, mediante a contribuição assistencial, uma herança do período militar para fortalecer a concepção assistencialista dos sindicatos. Bargas relata que muitas entidades chegam a cobrar até quatro dias de salário anual por conta dessa taxa assistencial." Elementar, meu caro Watson. Os próprios inventores da idéia reconhecem que deixando o valor das taxas para os sindicatos fixarem, a coisa degradingola para extorsão, corrupção e gangsterismo.

O outro problema está ligado ao inciso I do art. 8º da Constituição, que é uma ratificação da Liberdade associação: "-a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato,...., vedada ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

Mas, a prefeitura de S. Paulo não entrevistou recentemente no sindicato dos rodoviários de S. Paulo? Mesmo que alguma lei preveja a Constituição não é a lei maior? Com a palavra os juristas.

Esse poder exercido antes pelo Ministério do Trabalho era um resquício realmente autoritário da CLT, perfeitamente compreensível dadas as condições históricas do Brasil e da época em que foi feita. A retirada desse poder do Ministério foi um avanço.

Mas o que acham agora das conseqüências desse avanço os detratores da CLT? Estão satisfeitos? Parece que não.

Os porta vozes desses senhores que antes se queixavam que o Ministério do Trabalho era um obstáculo à criação livre de sindicatos, estão colocando todos os dias na imprensa que existem sindicatos demais no Brasil e que é preciso criar obstáculos à formação de mais sindicatos.

Incrível. Os defensores do pluralismo sindical o qual se for implantado no Brasil poderá multiplicar até por vinte o número atual de sindicatos, estão querendo usar o Estado para coibir a formação de novos sindicatos? Na realidade trata-se de uma encenação para culpar o Imposto Sindical desse mal e justificar acabar o Imposto Sindical. Nem o Brasil tem tantos sindicatos assim nem eles são contra a formação de novos sindicatos, pois senão não seriam a favor da Convenção 87.

Vamos aos números para tentar entender melhor. Dados de 1985, Encontro Nacional dos Bancários de Florianópolis. Naquela época, a pequena ilha Japão, tinha 73.694 "sindicatos" devido ao pluralismo sindical enquanto no Brasil com esse tamanho todo e população maior que o Japão tinha apenas 5.000 sindicatos graças a unicidade sindical. Na Alemanha, na mesma época, existiam mais de 25.000 "conselhos de estabelecimentos" que funcionavam como substitutivos dos verdadeiros e grandes sindicatos, enfraquecendo a unidade da classe operária, graças ao pluralismo sindical. Hoje os porta

vozes do governo afirmam que existem 18.000 sindicatos no Brasil e acham isso um absurdo. E culpam o Imposto sindical por sua existência. São cínicos.

Eles lutaram para liberar a fundação de sindicatos sem a autorização do Estado e agora querem proibir o direito de formação de sindicatos. Incoerência, desonestidade, cabotismo e outros defeitos típicos dos serviçais do grande capital. O alvo da orquestração é o imposto sindical.

Do anarquismo oscilam agora para o legalismo. Entretanto eles deveriam estar realmente preocupados com o art. 8º, I -, da constituição, pois a forma que ele foi redigido é preocupante. Não por permitir fundação livremente de qualquer sindicato, pois quanto mais categorias sindicalizadas melhor. Mas pelo fato dele permitir que os sindicatos se transformem em máfias.

Se a Sociedade através do Estado delega poderes aos sindicatos para facilitar sua organização, inclusive de arrecadação compulsória, ela tem não só o direito como o dever de fiscalizá-lo.

O problema é, como fiscalizá-lo sem retirar a sua autonomia? Essa fiscalização evidentemente não deve ser feita pelo poder executivo, poder eminentemente político e arbitrário, como era feita antes pelo Ministério do Trabalho. O poder mais adequado para isso é o Judiciário, pois se baseia em regras claras e estabelecidas previamente e do conhecimento anterior do interessado. Órgãos do tipo, Ministério Público, Tribunal de Contas, Justiça do Trabalho, Cartórios especializados junto a Justiça do Trabalho, poderiam ser pensados como forma de resolver essa questão.

O que não pode haver é qualquer promiscuidade entre sindicatos e o poder executivo como empréstimos de FAT, convênios para os sindicatos suprirem a baixo custo e sem profissionalismo atividades que pertencem a órgãos do executivo. Isso tira toda a independência do sindicalismo.

O Ministério do Trabalho deve ser um órgão para receber as reivindicações dos órgãos de classe e incluí-las dentro da política do governo relativa ao trabalho.

Os pelegos eram acusados de trabalhar politicamente para o executivo. Hoje o caso é mais grave, as Centrais estão trabalhando politicamente, socialmente e administrativamente para o executivo.

TR –

O 23º Congresso do ANDES-SN aprova como resolução, afirmar as seguintes sentenças e divulgá-las aos órgãos de classe vinculados ao ANDES-SN:

1. A proteção do Estado é necessária ao trabalhador e a Unicidade é uma das formas de proteção.
2. A liberdade e a Autonomia devem ser entendidas como um aperfeiçoamento gradativo das relações com o Estado sempre no interesse do trabalhador e respeitando as condições concretas.
3. Há a necessidade de com a assessoria de juristas buscar a melhor forma de se desfazer a ambigüidade jurídica criada com a justaposição na Constituição de princípios conflitantes com o espírito da CLT, de modo que isso na seja usado contra o trabalhador e beneficie máfias sindicais.

Tema: III

Subtema: SINDICAL

TR – MARX E A CLT

Contribuição do Professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.

TEXTO DE APOIO

Começemos com:

"Onde Marx afirmava que os homens aprendem a merecer o que obtêm, Bernstein sustentava o contrário, que os homens conseguem o que merecem." (apud Paul Sweezy).

Na visão de Marx, o homem escreve sua história, mas não como quer e sim como pode.

E nessa questão da luta do trabalho contra o capital, durante a produção, Marx novamente confirma sua tese:

“Tornando-se donos de seu próprio tempo, deram-lhes (as leis fabris) uma energia moral que os impele possivelmente à posse do poder político”.

Nessa visão a causa do fortalecimento do espírito de luta operário é a outorga de leis que protegem o operário e não o inverso, o fortalecimento do espírito de luta como causa da conquista de direitos trabalhistas.

Guardada as devidas proporções e as diferenças históricas, a CLT em 1943 no Brasil teve papel semelhante aos das leis fabris inglesas do século XIX que Marx aplaudiu.

Assim a outorga da CLT por Getúlio Vargas propiciou o início da organização dos trabalhadores e o fortalecimento de uma estrutura sindical tanto na cidade como no campo de fazer inveja à maioria dos países desenvolvidos. E então os trabalhadores brasileiros aprenderam a merecer a CLT. A CONTAG é um exemplo fabuloso disso.

Na visão de Marx, foi bom que houvessem leis protecionistas outorgadas pela sociedade inglesa quando os trabalhadores não tinham forças para enfrentar o capital sozinhos

Já as esquerdas brasileiras pensam o contrário de Marx: primeiro tem-se que politizar o trabalhador para depois ele obter direitos trabalhistas. Que é a visão de Bernstein. A visão moralista do vencedor burguês. Em que a evolução histórica é linear e não contraditória.

Esse moralismo burguês é que leva essas esquerdas a apoiarem as reformas burguesas que retiram direitos de trabalhadores tanto da iniciativa privada como do serviço público alegando razões de justiça, igualdade e ética.

Um exemplo típico desse moralismo burguês é a entrevista que o então Presidente da CUT, Jair Meneguelli, deu à EXAME de 11 de julho de 1990. Essas são suas palavras:

“Eu não acredito em emprego estável, em estabilidade absoluta. Nunca me imaginei com um emprego para o resto da vida. Como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, eu demiti gente. Na CUT nós também demitimos. Se há alguém que não trabalha ou numa função para a qual não está habilitado, tem de ser substituído”.

Mas usou e abusou da estabilidade garantida pela CLT, para ficar sem trabalhar, fazendo política sem ser demitido e recebendo salário. Essa é a sua moral. Como diz o ditado, por trás de um moralista sempre se esconde um canalha.

Nem presidentes de grandes empresas, como por exemplo, a IBM, tem uma mentalidade tão estreita e cruel a respeito de estabilidade como o Sr. Meneguelli. Parece mais a opinião de um Capataz escravista de Empreiteiras de mão de obra desqualificada. É o próprio burguês bem sucedido no início da carreira arrotando valentia.

E o mais grave é que ele deu essa opinião quando zunia a orquestração na imprensa pela demissão de funcionários públicos e pela extinção de sua estabilidade. A declaração dele tinha portanto endereço certo: contra os funcionários públicos, apoio às demissões de Collor.

Do ponto de vista marxista, baseando-se na teoria do valor de Marx e mesmo no direito positivo ou consuetudinário burguês, nenhum direito adquirido pode ser suprimido sob alegações morais éticas ou seja o que for. Direto adquirido é direito adquirido. Por uso-capião ou que for.

Qualquer conquista numa sociedade capitalista não pode ser julgada por parâmetros pseudos-lógicos-científicos-éticos, mas unicamente pela luta de apropriação maior ou menor da mais-valia.

Por exemplo, a periculosidade. Não existe coisa mais irracional e cruel de que se pagar 30% a mais do salário para o trabalhador arriscar a vida. O ético e racional seriam talvez férias de quatro em quatro meses, turno de quatro horas, um seguro substancial e assistência social para sua família.

Mas esta não é a lógica da sociedade baseada no mercado. Para se conseguir no mercado um trabalhador de igual capacidade e que além disso queira correr esse risco, oferece-se mais 30%. É evidente que os trabalhadores organizados em seus sindicatos, pedirão o máximo. Já os capitalistas diante de uma série de reivindicações cederão naquilo que lhe convier.

Essa é a origem "racional" dos diversos adicionais e aposentadorias especiais e outros direitos. Portanto não importa que "razão" tenha sido usada para se conseguir esse ganho, trata-se de uma barganha válida na época. Tirar agora a periculosidade pura e simplesmente alegando que ela não evita a morte do trabalhador, que não é ética, é alta sacanagem.

A Ditadura Militar foi menos pérfida, tirou a estabilidade da CLT mas deu em troca um equivalente em mais-valia, o FGTS. A esquerda brasileira quer tirar os "privilégios" de militares e até de civis sem nada em troca.

Esse viés moralista burguês é que está por trás do argumento da esquerda brasileira quando não aceita a CLT pelo fato dela ter sido outorgada por Getúlio Vargas e durante o Estado Novo em que a esquerdinha pequeno-burguesa não pôde dar palpite (felizmente).

Mas do ponto de vista de Marx, outorgada ou não ela é uma grande conquista dos trabalhadores, aplaudamos a sua chegada. Mesmo que ela fosse cópia da Carta do Trabalho, como inventaram para difamá-la, mesmo assim ela é bem vinda pois foi um grande avanço social do Brasil.

Esse é um dos desvios de direita de nossa esquerda que explica a sua fobia à CLT. Um moralismo burguês. Um compromisso ético cristão para com o Capital.

O outro desvio que pode ser interpretado como uma variante do anterior é o liberalismo, disfarçado por um esquerdismo utópico ou anarquista. Consiste em transformar em ícones supremos as consignas burguesas, Liberdade e Igualdade, o pomposo catálogo dos direitos do homem, como ironiza Marx.

Mas é baseado justamente nessas consignas que se baseia o Capital para explorar o trabalho e produzir a acumulação do capital.

A esquerda brasileira é contra a CLT também porque segundo ela, a CLT limita a Liberdade do trabalhador (na realidade limita a liberdade do capital). Ela, a esquerda brasileira, acha que os trabalhadores podem unidos numa Associação Livre, negociar em condições de Igualdade com o Capital. Ela é contra qualquer interferência do Estado (Leis) para proteger o trabalhador (vide TR – O ESTADO DE FORA – Uma Bandeira Suicida, de nossa autoria para esse congresso).

Usando a mesma definição clássica de anarquismo, a esquerda brasileira acha que pode impor as utopias libertárias, Liberdade, Igualdade e extinção do Estado independente das condições históricas. Assim como Proudhon, ela acha que pode construir uma sociedade econômica igualitária à margem da sociedade civil representada pelo Estado, através de contratos entre iguais, livres. A materialização dessa idéia hoje seriam as ONGS, que estão hoje sob suspeita.

Vejamos o que Marx fala sobre esse assunto. Primeiro sobre igualdade e liberdade. No fim do capítulo onde ele trata da compra e venda da força de trabalho, ele conclui:

“A esfera que estamos abandonando, da circulação ou da troca de mercadorias, dentro da qual se operam, a compra e a venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, a força de trabalho, por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente”. (Marx, K. O CAPITAL, Ed. Civilização Brasileira, Livro Primeiro, cap. iv).

Em Marx, portanto a condição primeira para que exista a acumulação capitalista e portanto a exploração do trabalhador é a existência de Liberdade e Igualdade. Quanto mais Liberdade e igualdade melhor para o capital. E a união voluntária de trabalhadores em associações livres, embora diminua a liberdade do trabalhador ser explorado, ela é ainda incipiente e fraca diante da unidade do capital que é involuntária e natural, além dessa unidade do capital ser reforçada pela sua inserção dentro da sociedade civil e do estado. Se os trabalhadores se recusam a conquistar direitos definitivos dentro da sociedade civil e do Estado, a sua frágil unidade voluntária será quebrada pela força do capital, e o resultado será a perda de direitos adquiridos, como os CCT que a CUT e FS vêm promovendo em nome da Liberdade e Autonomia Sindicais.

É necessário que a esquerda leia todo o cap. VIII do livro primeiro de O CAPITAL assim como, A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA, para jogarem no lixo de uma vez por todas, essas ilusões de livre negociação, liberdade e autonomia sindicais, Estado fora, que são as mesmas reivindicações do capital, só que para o Capital não são ilusões mas o seu oxigênio.

É incrível a semelhança entre as críticas da esquerda à CLT com as dos capitalistas ingleses às leis fabris da Inglaterra: contra o Estado, pela livre negociação etc. Se aqueles capitalistas souberem no inferno que são as Centrais Sindicais brasileiras e seus sindicatos que pregam suas mesmas idéias vão dar boas gargalhadas.

Os capitalistas ingleses promoviam campanhas em todos meios políticos e de divulgação provando que a desgraça da classe trabalhadora estava nas leis protecionistas; o mal estava na intervenção do Estado. Chegavam ao ponto de forjar abaixo-assinados de operários e outros engodos contra as leis fabris. Mas os agentes do Estado iam a cada operário que assinou o documento e desmascaravam esses abaixo-assinados e outras farsas. Esses agentes do governo são os heróis elogiados nesse capítulo por Marx. No final concluíam-se que os operários queriam as leis fabris mas tinham receio de perder seus miseráveis empregos. Finalmente os capitalistas cederam e repetindo as palavras de Marx: (Os trabalhadores) *“Tornando-se donos de seu próprio tempo, deram-lhes (as leis fabris) uma energia moral que os impele possivelmente à posse do poder político”*.

A CLT deu aos trabalhadores brasileiros não só muito mais em tempo para si, como deu todo um instrumento para garantir sua associação e para limitar o poder político do capital. Getúlio fez muito mais do que Marx sugeriu.

Nunca será ocioso repetirmos mais uma vez as citações de Marx já feitas na TR – Marxismo de Galinheiro, de nossa autoria para este Congresso:

“Leis são necessárias para impedir a morte, prematuramente infligida sob qualquer forma, e esse método de provoca-la” (praticado nas fábricas) “deve ser considerado o mais cruel de infligi-la”...”

“...TRABALHO LIVRE, SE ASSIM PODE SER CHAMADO, PRECISA DO BRAÇO FORTE DA LEI PARA PROTEGER-SE MESMO NUM PAÍS LIVRE”.

Se Marx está com a CLT, quem pode estar contra ela? Só os neoliberais, o FMI, o Imperialismo, os revanchistas de 32 e outros inimigos do povo brasileiro.

Se os milhões e energia gastos pela CUT e outras Centrais nestes últimos 25 anos para denegrir e destruir a CLT, tivessem sido gastos na defesa do emprego e do desenvolvimento do país estaríamos hoje numa situação bem melhor.

TR – O 3º Congresso do ANDES-SN deve aprovar resolução afirmando que a CLT é perfeitamente coerente com o pensamento de Marx. Tanto do ponto de vista do materialismo histórico onde o homem não escreve sua história como quer, como de sua teoria econômica onde os direitos inatos do homem, liberdade e igualdade, são na realidade a condição para a acumulação do capital, daí sendo necessária a proteção do Estado para proteger o trabalho.

¹ Osvaldo Bargas é o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e representa o governo no Fórum Nacional do Trabalho.